ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 220 Brasília - DF, quarta-feira, 23 de novembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 6
Ministério das Comunicações 6
Ministério da Defesa 7
Ministério do Desenvolvimento Regional 12
Ministério da Economia 12
Ministério da Educação 35
Ministério da Infraestrutura 36
Ministério da Justiça e Segurança Pública 39
Ministério do Meio Ambiente 55
Ministério de Minas e Energia 57
Ministério das Relações Exteriores 81
Ministério da Saúde 89
Ministério do Trabalho e Previdência 121
Ministério do Turismo 122
Banco Central do Brasil 127
Controladoria-Geral da União 127
Ministério Público da União 127
Poder Judiciário 129
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 138

Esta edição é composta de 142 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.572 **(1)**

ORIGEM : ADI - 141652 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - CNT
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou-a improcedente, de forma a reputar constitucional a reserva de assentos em transportes coletivos e em salas de projeções, teatros e espaços culturais no Estado do Paraná, nas proporções de 02 assentos e 03% dos assentos, respectivamente, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.10.2022 a 21.10.2022.

Ementa: Direito Administrativo e Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Estadual. Reserva de lugares para pessoas obesas. Constitucionalidade.

1.Ação direta de inconstitucionalidade que impugna lei que estabeleceu a reserva de 3% dos lugares disponíveis em salas de projeções, teatros, espaços culturais e nos veículos de transporte público municipal e intermunicipal do Estado do Paraná.

2.Não há inconstitucionalidade formal, tendo em vista que a política de inclusão adotada se enquadra na competência concorrente dos Estados, da União e dos Municípios para promover acesso a cultura, esporte e lazer (arts. 6º; 23, V; 24, IX; 215 e 217, § 3º, CF).

3.Não há inconstitucionalidade material, tendo em vista que (i) a reserva de lugares foi estabelecida em percentual razoável e (ii) se trata de política inclusiva que não afronta a liberdade de iniciativa, principalmente se considerada a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

4.Pedido julgado improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.517 **(2)**

ORIGEM : ADI - 69177 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : ADYR SEBASTIÃO FERREIRA (0004854/PR)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade**,** reconheceu a parcial prejudicialidade da ação direta e, na parte remanescente, julgou-a procedente para declarar a inconstitucionalidade da expressão "Falências e Concordatas", constante dos artigos 119, inciso III, 254, alínea *g*, e 233, alínea *a* [atual inciso I na redação dada pela Lei estadual n. 18.471/2015], assim como dos artigos 74, 261, 288, incisos V, VII, VIII e IX, e 295, todos da Lei n. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com alterações acrescentadas pela Lei n. 14.351/2003, assim como das expressões "2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Araucária", "2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Campo Largo" e "2º Tabelionato de Protesto de Títulos do Foro Regional de Colombo", todas constantes do anexo IV do referido diploma legislativo, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 17.10.2018.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** - CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (LEI Nº 14.277/2003) - **SUPERVENIÊNCIA** DE LEI ESTADUAL **QUE REVOGOU**, *PARCIALMENTE*, O DIPLOMA LEGISLATIVO IMPUGNADO - **CONSEQUENTE** *PREJUDICIALIDADE PARCIAL* DA AÇÃO DIRETA - **PRECEDENTES** - **PROJETO DE LEI** *DE INICIATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA* - **SUJEIÇÃO**, *NO CASO*, *À CLÁUSULA CONSTITUCIONAL DE RESERVA* (**CF**, ART. 125, § 1º, "*in fine*") - *OFERECIMENTO* **E** *APROVAÇÃO*, **NO CURSO** DO PROCESSO LEGISLATIVO, **DE EMENDAS PARLAMENTARES** - **ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS** *POR MEIO DE EMENDAS* DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL **À PROPOSTA LEGISLATIVA FORMULADA** PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL QUE, *ALÉM DE DESCARACTERIZAREM* O PROJETO ORIGINAL, *NÃO GUARDAM RELAÇÃO DE PERTINÊNCIA* (**AFINIDADE LÓGICA**) COM A PROPOSIÇÃO INICIAL - **A QUESTÃO** *DAS EMENDAS PARLAMENTARES* A PROJETOS *DE INICIATIVA RESERVADA* **A OUTROS PODERES** DO ESTADO - **POSSIBILIDADE** - **LIMITAÇÕES QUE INCIDEM** SOBRE O PODER DE EMENDAR PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS - **DOUTRINA** - **PRECEDENTES** - **REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA** CONSOLIDADA, *NO TEMA*, PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - **PARECER** DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA *PELA INCONSTITUCIONALIDADE* DOS ATOS NORMATIVOS QUESTIONADOS - **AÇÃO DIRETA** *PARCIALMENTE PREJUDICADA* **E**, NA PARTE REMANESCENTE, *JULGADA PROCEDENTE*.

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO EXERCÍCIO DO PODER DE EMENDA PELOS MEMBROS DO PARLAMENTO

- **O poder de emendar** projetos de lei - **que se reveste** de natureza **eminentemente** constitucional - **qualifica-se** como prerrogativa de ordem político-jurídica **inerente** ao exercício da atividade legislativa. Essa prerrogativa institucional, **precisamente por não traduzir** corolário do poder **de iniciar** o processo de formação das leis (**RTJ** 36/382, **385** - **RTJ** 37/113 - **RDA** 102/261), **pode ser legitimamente** exercida pelos membros do Legislativo, **ainda que se cuide** de proposições constitucionalmente **sujeitas** à cláusula de reserva de iniciativa, **desde** que - **respeitadas as limitações** estabelecidas na Constituição da República - **as emendas parlamentares** (**a**) **não importem** em aumento da despesa prevista no projeto de lei **e** (**b**) **guardem** afinidade lógica **com** a proposição original (*vínculo de pertinência*). **Doutrina**. **Jurisprudência**.

- **Inobservância**, *no caso*, **de tais restrições**, *quando do oferecimento das emendas parlamentares*, **pelos Deputados Estaduais**. **Consequente** *declaração de inconstitucionalidade formal* dos preceitos normativos impugnados **nesta** sede de fiscalização normativa abstrata.

A SANÇÃO DO PROJETO DE LEI *NÃO CONVALIDA* **O VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE RESULTANTE DO DESRESPEITO**, *PELOS PARLAMENTARES*, **DOS LIMITES QUE INCIDEM SOBRE O PODER DE EMENDA QUE LHES É INERENTE**

- *A aquiescência* do Chefe do Poder Executivo **mediante sanção**, *expressa* **ou** *tácita*, do projeto de lei, **sendo dele**, *ou não*, a prerrogativa usurpada, **não tem o condão de sanar** o vício de inconstitucionalidade **que afeta**, *juridicamente*, a proposição legislativa aprovada. **Insubsistência da Súmula nº 5/STF** (**formulada** *sob a égide* da Constituição de 1946), **em virtude** *da superveniente promulgação* da Constituição Federal de 1988. **Doutrina**. **Precedentes**.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.517 **(3)**

ORIGEM : ADI - 69177 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : ADYR SEBASTIÃO FERREIRA (0004854/PR)
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: (ED) O Tribunal, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração formalizados pela Anoreg/BR, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.10.2022 a 21.10.2022.

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. *AMICUS CURIAE*. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consolidou-se no sentido de os *amici curiae,* admitidos nos processos de natureza objetiva, não terem legitimidade para opor embargos de declaração, sendo inaplicável às ações reveladoras de controle concentrado de constitucionalidade a disciplina do art. 138, § 1º, do Código de Processo Civil.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

SEGUNDOS EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.517 **(4)**

ORIGEM : ADI - 69177 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
EMBTE.(S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : LUIZ FERNANDO FELTRAN (24705/PR)
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL - ANOREG/BR
ADV.(A/S) : ADYR SEBASTIÃO FERREIRA (0004854/PR)

Decisão: (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e negou-lhes provimento, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 14.10.2022 a 21.10.2022.

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

1. Cabem embargos de declaração em ação de direta de inconstitucionalidade (Lei n. 9.868/1999, art. 26), desde que voltados à prestação de esclarecimento ou à correção de omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.

2. Os embargos de declaração não constituem meio processual adequado para a reforma da decisão, tampouco para a rediscussão da matéria. Precedentes.

AVISO

Foram publicadas em 22/11/2022 as edições extras nºs 219-A e 219-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

3. Embargos de declaração conhecidos e desprovidos.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 496 **(5)**

ORIGEM	: 496 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (70130/BA, 22356/RS) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS
ADV.(A/S)	: MAURICIO STEGEMANN DIETER (40855/PR, 397309/SP)
ADV.(A/S)	: DEBORA NACHMANOWICZ DE LIMA (389553/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO ARTIGO 19 BRASIL
ADV.(A/S)	: CAMILA MARQUES BARROSO (325988/SP)
ADV.(A/S)	: RAISSA MELO SOARES MAIA (387073/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S)	: TECIO LINS E SILVA (32138/DF, 16165/RJ)
ADV.(A/S)	: MAIRA COSTA FERNANDES (33604/DF, 134821/RJ)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO DE ADVOCACIA RACIAL E AMBIENTAL - IARA
ADV.(A/S)	: HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR (000830/RJ)
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a arguição de descumprimento de preceito fundamental e fixou a seguinte tese: "Foi recepcionada pela Constituição de 1988 a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato", nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber. Falaram: pelo requerente, o Dr. Juliano Breda; pelo *amicus curiae* Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Orlando Carlos Neves Belém, Procurador de Justiça do Estado; pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo Zortéa da Silva, Defensor Público Federal; pelo *amicus curiae* Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o Dr. Mauricio Stegemann Dieter; e, pelo *amicus curiae* Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Domingos Barroso da Costa, Defensor Público do Estado. Plenário, Sessão Virtual de 12.6.2020 a 19.6.2020.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E PENAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CRIME DE DESACATO. ART. 331 DO CP. CONFORMIDADE COM A CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

1. Trata-se de arguição de descumprimento de preceito fundamental em que se questiona a conformidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos, bem como a recepção pela Constituição de 1988, do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato.

2. De acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Supremo Tribunal Federal, a liberdade de expressão não é um direito absoluto e, em casos de grave abuso, faz-se legítima a utilização do direito penal para a proteção de outros interesses e direitos relevantes.

3. A diversidade de regime jurídico - inclusive penal - existente entre agentes públicos e particulares é uma via de mão dupla: as consequências previstas para as condutas típicas são diversas não somente quando os agentes públicos são autores dos delitos, mas, de igual modo, quando deles são vítimas.

4. A criminalização do desacato não configura tratamento privilegiado ao agente estatal, mas proteção da função pública por ele exercida.

5. Dado que os agentes públicos em geral estão mais expostos ao escrutínio e à crítica dos cidadãos, deles se exige maior tolerância à reprovação e à insatisfação, limitando-se o crime de desacato a casos graves e evidentes de menosprezo à função pública.

6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental julgada improcedente. Fixação da seguinte tese: "*Foi recepcionada pela Constituição de 1988 a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato*".

EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 496 **(6)**

ORIGEM	: 496 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
EMBTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: CLAUDIO PACHECO PRATES LAMACHIA (70130/BA, 22356/RS) E OUTRO(A/S)
EMBTE.(S)	: INSTITUTO DE ADVOCACIA RACIAL E AMBIENTAL - IARA
ADV.(A/S)	: HUMBERTO ADAMI SANTOS JUNIOR (000830/RJ)
EMBDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIENCIAS CRIMINAIS
ADV.(A/S)	: MAURICIO STEGEMANN DIETER (40855/PR, 397309/SP)
ADV.(A/S)	: DEBORA NACHMANOWICZ DE LIMA (389553/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO ARTIGO 19 BRASIL
ADV.(A/S)	: CAMILA MARQUES BARROSO (325988/SP)
ADV.(A/S)	: RAISSA MELO SOARES MAIA (387073/SP)
AM. CURIAE.	: INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
ADV.(A/S)	: TECIO LINS E SILVA (32138/DF, 16165/RJ)
ADV.(A/S)	: MAIRA COSTA FERNANDES (33604/DF, 134821/RJ)
AM. CURIAE.	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 14.10.2022 a 21.10.2022.

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PRETENSÃO MERAMENTE INFRINGENTE.

1. Arguição de descumprimento de preceito fundamental em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal firmou tese sobre a recepção pela Constituição de 1988 do art. 331 do Código Penal (crime de desacato).

2.Não há erro, obscuridade, contradição ou omissão no acórdão questionado, o que afasta a presença dos pressupostos de embargabilidade, conforme o art. 1.022 do CPC/2015.

3. A via recursal adotada não se mostra adequada para a renovação de julgamento que ocorreu regularmente.

4. Embargos de declaração rejeitados.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

SEGUNDOS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 616 **(1)**

ORIGEM	: 616 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: BAHIA
RELATOR	**: MIN. ROBERTO BARROSO**
EMBTE.(S)	: SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO ESTADO DA BAHIA
ADV.(A/S)	: ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS (26891/DF)
ADV.(A/S)	: CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS (02462/DF)
ADV.(A/S)	: BEATRIZ DONAIRE DE MELLO E OLIVEIRA (15315/DF)
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE PACHECO BASTOS (52682/DF)

Decisão: (ED-segundos) O Tribunal, por unanimidade, deixou de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, em observância à jurisprudência consolidada desta Corte, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 29.4.2022 a 6.5.2022.

***Ementa*:** Processo constitucional. Embargos de declaração em arguição de descumprimento de preceito fundamental opostos por *amicus curiae*. Inadmissibilidade.

1. Embargos de declaração opostos por *amicus curiae* contra acórdão que determinou a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições judiciais por bloqueio, penhora, arresto ou sequestro, além da sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA ao regime constitucional de precatórios.

2. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, os *amici curiae* não têm legitimidade para opor embargos de declaração em sede de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes: ADI 3.239-ED segundos, Relª. Minª. Rosa Weber; ADI 5.774-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 5.441-ED segundos, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 3.785-ED, Relª. Minª. Cármen Lúcia.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

3.Embargos não admitidos.

TERCEIROS EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 616 **(2)**

ORIGEM : 616 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : BAHIA
RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO
EMBTE.(S) : SINDICATO NACIONAL DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO PESADA - INFRA-ESTRUTURA - SINICON
ADV.(A/S) : GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETTO (04110/DF, 134052/RJ)
ADV.(A/S) : DANIEL VIEIRA BOGEA SOARES (34311/DF)

Decisão: (ED-terceiros) O Tribunal, por unanimidade, deixou de admitir os embargos de declaração opostos pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, em observância à jurisprudência consolidada desta Corte, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 29.4.2022 a 6.5.2022.

***Ementa*:** Processo constitucional. Embargos de declaração em arguição de descumprimento de preceito fundamental opostos por *amicus curiae*. Inadmissibilidade.

1. Embargos de declaração opostos por *amicus curiae* contra acórdão que determinou a suspensão das decisões judiciais que promoveram constrições judiciais por bloqueio, penhora, arresto ou sequestro, além da sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA ao regime constitucional de precatórios.

2. De acordo com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, os *amici curiae* não têm legitimidade para opor embargos de declaração em sede de controle concentrado de constitucionalidade. Precedentes: ADI 3.239-ED segundos, Relª. Minª. Rosa Weber; ADI 5.774-ED, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 5.441-ED segundos, Rel. Min. Alexandre de Moraes; ADI 3.785-ED, Relª. Minª. Cármen Lúcia.

3.Embargos não admitidos.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.260, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a elaboração e o encaminhamento da Estratégia Nacional de Governo Digital e prorroga o período de vigência da Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021,

D E C R E T A :

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a elaboração e o encaminhamento da Estratégia Nacional de Governo Digital, no âmbito do Poder Executivo federal, e prorroga o período de vigência da Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.

Art. 2º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, em parceria com a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, será o órgão responsável pela articulação da matéria e pela elaboração da minuta preliminar da Estratégia Nacional de Governo Digital, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

Art. 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão convidados a participar da discussão da proposta da Estratégia Nacional de Governo Digital.

Art. 4º Na elaboração da Estratégia Nacional de Governo Digital serão observados:

I - o disposto na Lei nº 14.129, de 2021;

II - os instrumentos de planejamento e as políticas nacionais existentes que se relacionem com as políticas de governo digital;

III - a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital - E-Digital, instituída pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018;

IV - a Política de Dados Abertos, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

V - as disposições de governança no compartilhamento de dados, instituídas pelo Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019;

VI - a Política Nacional de Modernização do Estado, instituída pelo Decreto nº 10.609, de 26 de janeiro de 2021;

VII - a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, instituída pelo Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020; e

VIII - os resultados obtidos da avaliação da execução da Estratégia de Governo Digital vigente.

Art. 5º O período de vigência da Estratégia Nacional de Governo Digital será de quatro anos, coincidente com o período de vigência do Plano Plurianual.

Art. 6º A proposta de decreto sobre a Estratégia Nacional do Governo Digital será submetida à aprovação do Presidente da República, nos termos do disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, até 15 de novembro do último ano de vigência do Plano Plurianual.

Art. 7º O Decreto nº 10.332, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituída a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023, na forma do Anexo, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional." (NR)

"Art. 6º-A O período de vigência da Estratégia de Governo Digital será de quatro anos, coincidente com o período de vigência do Plano Plurianual." (NR)

Art. 8º O Anexo ao Decreto nº 10.332, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"A Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2023 está organizada em princípios, objetivos e iniciativas que nortearão a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais, com a promoção da efetividade das políticas e da qualidade dos serviços públicos e com o objetivo final de reconquistar a confiança dos brasileiros.

....." (NR)

"Objetivo 1 - .....

Iniciativa 1.1. Transformar cem por cento dos serviços públicos digitalizáveis até 2023.

....." (NR)

"Objetivo 2 - .....

Iniciativa 2.1. Oferecer meio de avaliação de satisfação padronizado para, no mínimo, cinquenta por cento dos serviços públicos digitais até 2023.

.....

Iniciativa 2.3. Aprimorar a percepção de utilidade das informações dos serviços no portal único gov.br e atingir, no mínimo, sessenta e cinco por cento de avaliações positivas até 2023.

....." (NR)

"Objetivo 5 - .....

.....

Iniciativa 5.2. Disponibilizar caixa postal do cidadão, que contemplará os requisitos do domicílio eletrônico, nos termos do disposto na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, até 2023.

....." (NR)

"Objetivo 6 - .....

.....

Iniciativa 6.2. Ampliar para vinte a quantidade de atributos no cadastro base do cidadão até 2023.

Iniciativa 6.3. Estabelecer quinze cadastros base de referência para interoperabilidade do Governo federal até 2023.

....." (NR)

"Objetivo 8 - .....

.....

Iniciativa 8.5. Implantar um laboratório de experimentação de dados com tecnologias emergentes até 2023." (NR)

"Objetivo 15 - .....

Iniciativa 15.1. Disponibilizar, no mínimo, vinte novos serviços interoperáveis que interessem às empresas e às organizações até 2023.

....." (NR)

Art. 9º Fica revogado o art. 2º do Decreto 10.996, de 14 de março de 2022, na parte em que altera as seguintes disposições da Estratégia de Governo Digital:

I - Iniciativa 1.1; e

II - Iniciativa 5.2.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira

DECRETO Nº 11.261, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014, que institui a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima - CEEXT, e o Decreto nº 10.020, de 17 de setembro de 2019, para prorrogar os trabalhos da CEEXT, e remaneja e transforma cargos em comissão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.365, de 24 de novembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24. Ficam remanejados, em caráter temporário, até 1º de dezembro de 2023, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Comissão Especial dos ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima - CEEXT, os seguintes Cargos Comissionados Executivos - CCE:

I - um CCE 1.13;

II - um CCE 1.07;

III - dois CCE 1.06; e

IV - um CCE 1.05.

.....

§ 2º Encerrado o prazo estabelecido no **caput**, os cargos em comissão serão restituídos à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e os seus ocupantes ficarão automaticamente exonerados." (NR)

Art. 2º O Decreto nº 10.020, de 17 de setembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º A CEEXT concluirá seus trabalhos até 1º de dezembro de 2023.

....." (NR)

Art. 3º Ficam remanejados os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, remanejados em caráter temporário, conforme o disposto no Decreto nº 8.365, de 2014, do Ministério da Economia para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

I - um DAS 101.4;

II - três DAS 101.2; e

III - um DAS 101.1.

Art. 4º Ficam transformados, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo, cargos em comissão do Grupo-DAS em Cargos Comissionados Executivos - CCE.

Art. 5º Fica revogado o art. 11 do Decreto nº 10.020, de 2019.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ANEXO

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS, TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 6º DA LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021

CÓDIGO	DAS/CCE-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL (a)		SITUAÇÃO NOVA (b)		DIFERENÇA (c = b - a)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
CCE-13	3,84	-	-	1	3,84	1	3,84
CCE-7	1,39	-	-	1	1,39	1	1,39
CCE-6	1,17	-	-	2	2,34	2	2,34
CCE-5	1,00	-	-	1	1,00	1	1,00
DAS-4	3,84	1	3,84	-	-	-1	-3,84
DAS-2	1,27	3	3,81	-	-	-3	-3,81
DAS-1	1,00	1	1,00	-	-	-1	-1,00
TOTAL		5	8,65	5	8,57	-	-0,08

DECRETO Nº 11.262, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai, nos termos do disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada, para fins do disposto na alínea "d" do inciso V do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a prorrogação, por até seis meses, de contratos por tempo determinado de profissionais para atuar na Fundação Nacional do Índio - Funai, com vistas a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. A autorização referida no **caput** aplica-se à prorrogação de contratos por tempo determinado firmados em decorrência da Portaria Interministerial/SEDGG-ME/MJSP nº 11.351, de 17 de setembro de 2021, do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma do disposto no inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, até o limite de:

I - quatrocentos e setenta e quatro contratos de Agente de Proteção Etnoambiental;
II - oitenta e dois contratos de Chefe dos Agentes de Proteção Etnoambiental; e
III - trinta e oito contratos de Supervisor dos Agentes de Proteção Etnoambiental.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

DECRETO Nº 11.263, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos termos do disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 73, **caput**, inciso V, alínea "d", da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada, para fins do disposto na alínea "d" do inciso V do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a prorrogação, por até um ano, de contratos por tempo determinado de profissionais para atuar no desenvolvimento de atividades no Projeto **Big Data** e Inteligência Artificial do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com vistas a atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único. A autorização referida no **caput** aplica-se à prorrogação de contratos por tempo determinado firmados em decorrência da Portaria nº 7.937, de 29 de outubro de 2019, do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, na forma do disposto na alínea "j" do inciso VI do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, até o limite de:

I - dez contratos de Analista de Governança de Dados;
II - sete contratos de Cientista de Dados; e
III - três contratos de Engenheiro de Dados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, resolve:

PROMOVER,

a partir de 25 de novembro de 2022, no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito Naval, ao grau de Grã-Cruz, o Almirante de Esquadra ARTHUR FERNANDO BETTEGA CORRÊA e o Almirante de Esquadra (FN) CARLOS CHAGAS VIANNA BRAGA.

Brasília, 22 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito da Defesa, resolve:

ADMITIR,

no Quadro Ordinário da Ordem do Mérito da Defesa:

I - no grau de Oficial:

Coronel de Comunicações MARCELO NOGUEIRA DE SOUSA;
Coronel de Infantaria JULIO CESAR TOLEDO SOUSA DE ALMEIDA;
Coronel QEM RICARDO SANT'ANA; e
Coronel Aviador WAGNER OLIVEIRA DA SILVA; e

II - no Grau de Cavaleiro:

Capitão de Fragata (T) MARCUS ROGERS CAVALCANTE ANDRADE;
Capitão de Fragata (EN) HELIO MENDES SALMON;
Capitão de Fragata (EN) VILC QUEUPE RUFINO; e
Tenente-Coronel Aviador RAFAEL SALEMA MARQUES.

Brasília, 22 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 617, de 22 de novembro de 2022. Solicita ao Senado Federal a retirada de tramitação da Mensagem nº 335, de 30 de junho de 2022, referente à indicação do Senhor ACHILLES EMILIO ZALUAR NETO, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Nº 618, de 22 de novembro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional do ato constante da Portaria nº 1.143, de 20 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro de 2020, que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Itaimbé, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, no município de Praia Grande, Estado de Santa Catarina.

Nº 619, de 22 de novembro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional das renovações de permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 5.460, de 28 de setembro de 2017 - Associação de Amigos Moradores do Bairro Centro - AMICENTRO, no município de Salto do Jacuí - RS;

2. Portaria nº 1.087, de 16 de outubro de 2020 - Associação Distribuidora de Pão Aos Pobres, no município de Ribeirão Preto - SP;

3. Portaria nº 1.088, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária e Cultural Para o Progresso de Maranguape, no município de Maranguape - CE;

4. Portaria nº 1.093, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária Rádio Paz FM, no município de Planaltina - GO;

5. Portaria nº 1.097, de 16 de outubro de 2020 - Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia, no município de Ponta Grossa - PR;

6. Portaria nº 1.100, de 16 de outubro de 2020 - Associação Cultural Sebastião Cândido Rios de Trindade Goiás, no município de Trindade - GO;

7. Portaria nº 2.655, de 19 de maio de 2021 - Associação Comunitária e Cultural Tabirense, no município de Tabira - PE;

8. Portaria nº 3.013, de 7 de julho de 2021 - Associação Comunitária e Cultural Castelense de Monte Castelo, no município de Monte Castelo - SC;

9. Portaria nº 3.175, de 30 de julho de 2021 - Associação Comunitária Cultura do Vale, no município de Ceará-Mirim - RN;

10. Portaria nº 3.176, de 28 de julho de 2021 - Rádio Comunitária Diamantina FM de Governador Edison Lobão, no município de Governador Edison Lobão - MA;

11. Portaria nº 3.252, de 4 de agosto de 2021 - Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de São Miguel do Guamá, no município de São Miguel do Guamá-PR;

12. Portaria nº 3.393, de 11 de setembro de 2021 - Associação de Difusão Comunitária Barraconense, no município de Barracão - RS;

13. Portaria nº 3.396, de 18 de agosto de 2021 - Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguaçu, no município de Serranópolis do Iguaçu - PR;

14. Portaria nº 3.492, de 31 de agosto de 2021 - Associação Comunitária Nova Dimensão de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico, no município de Barra do Choça - BA;

15. Portaria nº 3.495, de 31 de agosto de 2021 - Associação Comunitária de Apoio às Entidades - ACAE, no município de Caibi - SC;

16. Portaria nº 4.120, de 19 de novembro de 2021 - Associação Jardim América de Desenvolvimento e Assistência Comunitária - AJADAC, no município de Capão do Leão - RS;

17. Portaria nº 5.456, de 2 de maio de 2022 - Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN; e

18. Portaria nº 6.257, de 22 de julho de 2022 - Associação Comunitária Cultural Frutalense, no município de Frutal - MG.

Nº 620, de 22 de novembro de 2022. Encaminhamento ao Congresso Nacional das renovações de permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de 10 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 1.712, de 28 de junho de 2017 - Radio Master FM Ltda - Me, no município de São João do Ivaí - PR;

2. Portaria nº 1.119, de 28 de fevereiro de 2018 - A Gazeta do Espírito Santo Rádio e TV Ltda., no município de Vitória - ES;

3. Portaria nº 3.143, de 13 de junho de 2018 - Rede Serrana de Radiodifusão Ltda., no município de Presidente Getúlio - SC;

4. Portaria nº 3.301, de 3 de julho de 2018 - Sistema Barretense de Comunicação e Cultura Ltda., no município de Barretos - SP;

5. Portaria nº 3.673, de 18 de julho de 2018 - Radio Belo Horizonte Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

6. Portaria nº 3.677, de 18 de julho de 2018 - Rádio Difusora de Itajubá Ltda., no município de Itajubá - MG;

7. Portaria nº 4.209, de 24 de agosto de 2018 - Rádio Clube de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

8. Portaria nº 4.290, de 24 de agosto de 2018 - Radio Rio Verde Ltda., no município de Baependi - MG;

9. Portaria nº 4.850, de 18 de setembro de 2018 - Rádio Porto Alegre FM Ltda.-ME, no município de Porto Alegre - RS;

10. Portaria nº 5.312, de 11 de outubro de 2018 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

11. Portaria nº 5.442, de 23 de outubro de 2018 - Organizações Rio Bonito Comunicações Ltda., no município de Itapirapuã - GO;

12. Portaria nº 5.755, de 9 de novembro de 2018 - Rádio Iguaçu Ltda., no município de Santiago - RS;

13. Portaria nº 5.757, de 9 de novembro de 2018 - Andrômeda Radiodifusão Ltda., no município de Pelotas - RS;

14. Portaria nº 6.103, de 3 de dezembro de 2018 - Sociedade Rádio Liberdade Ltda., no município de Guaratinguetá - SP;

15. Portaria nº 75, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Energia dos Vales Ltda., no município de Roca Sales - RS;

16. Portaria nº 138, de 24 de julho de 2020 - Sistema Plug de Comunicações Ltda., no município de Sarandi - PR;

17. Portaria nº 163, de 10 de fevereiro de 2020 - Rádio Thalento FM Ltda., no município de Rio Azul - PR; e

18. Portaria nº 164, de 24 de julho de 2020 - Rádio Cultura FM Santos Ltda., no município de Santos - SP.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHO

O DIRETOR DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo item 7 do anexo a Resolução nº 186, de 18 de maio de 2021- DOC ICP 09 V4.0 decide pela publicação da aplicação da penalidade de DESCREDENCIAMENTO da AR MICROLESTE, vinculada a AC CERTISIGN RFB e nas demais cadeias que estiver vinculada, conforme estabelecido no item 6.1, e) do DOC ICP 09, combinado no item 2.8, f) e g) do DOC-ICP-09.01, aprovado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA ITI Nº 15, DE 10 DE JUNHO DE 2021, apontado no processo de fiscalização nº 00100.001366/2022-91.

PEDRO PINHEIRO CARDOSO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 518, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, no inciso IX do art. 4º e no inciso II do parágrafo único do art. 6º, todos do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.037941/2022-92, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo - CPAN/MAPA, de caráter consultivo e de assessoramento, nos temas relacionados à regulação agropecuária.

Art. 2º Ao Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo compete:

I - propor procedimentos para a edição, revisão, alteração e consolidação de atos normativos agropecuários, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela adequação às inovações normativas supervenientes e recomendando a realização de consultas públicas sempre que cabível ou necessário;

II - analisar e propor melhorias ao processo de elaboração das propostas de edição, alteração e consolidação de atos normativos agropecuários, com foco nas boas práticas regulatórias;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento da ação regulatória do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, especialmente quanto à transparência, cooperação, responsabilização, participação social e celeridade;

IV - propor e monitorar indicadores para avaliação das boas práticas regulatórias no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a melhoria do seu desempenho institucional; e

V - divulgar suas atividades e conclusões, inclusive em sítios eletrônicos.

Art. 3º O Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

I - Secretaria-Executiva;
II - Gabinete do Ministro;
III - Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos;
IV - Assessoria Especial de Controle Interno;
V - Consultoria Jurídica;
VI - Secretaria Especial de Assuntos Fundiários;
VII - Secretaria de Política Agrícola;
VIII - Secretaria de Defesa Agropecuária;
IX - Secretaria de Aquicultura e Pesca;
X - Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo;
XI - Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação;
XII - Secretaria de Comércio e Relações Internacionais; e
XIII - Serviço Florestal Brasileiro.

§ 1º O Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo será coordenado pelo representante titular da Secretaria-Executiva, que ficará responsável pela condução e encaminhamento dos trabalhos.

§ 2º Cada membro do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo terá um suplente, que o substituirá em suas ausências ou impedimentos.

§ 3º Os membros do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados em até dez dias úteis após a publicação desta Portaria e serão designados em ato do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 4º O Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo poderá convidar especialistas de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, para participar de suas reuniões específicas, sempre que seus conhecimentos, habilidades e competências possam ser necessários ao cumprimento de sua finalidade, em caráter eventual, gratuito e sem direito a voto.

§ 5º Caberá à Coordenação-Geral de Entidades Vinculadas e Órgãos Colegiados da Secretaria-Executiva prestar apoio administrativo ao Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo.

Art. 4º O Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo se reunirá mensalmente, em caráter ordinário e, extraordinariamente, mediante convocação do seu coordenador, com antecedência mínima de dois dias úteis.

§ 1º Na ausência de pauta substantiva, o coordenador do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo poderá cancelar as reuniões, mediante comunicação prévia aos membros.

§ 2º As reuniões do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo serão instaladas mediante a presença da maioria de seus membros e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos.

§ 3º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o coordenador do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo terá o voto de qualidade.

§ 4º As convocações para as reuniões serão realizadas por meio eletrônico.

Art. 5º O Regimento Interno do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo será aprovado por resolução do próprio Comitê, no prazo máximo de trinta dias após a publicação do ato a que se refere o § 3º do art. 3º desta Portaria.

Art. 6º A participação no Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo será considerada prestação de serviço público relevante e não ensejará remuneração, sendo vedado o reembolso de despesas relativas à participação em reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 7º Fica delegada competência ao Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para promover alterações na composição do Comitê Permanente de Acompanhamento Normativo.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS MONTES

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA BAHIA

PORTARIA MAPA Nº 128, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

A Superintendente Federal de Agricultura no Estado da Bahia, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), em especial as dispostas nos artigos 262 e 292, aprovado através da Portaria nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU no dia 13 de abril de 2018, Portaria SE/MAPA nº 326 de 09 de março de 2018, publicada no DOU no dia 19 de março de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21012.001109/2019-13, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento sob o número BR-BA0512, da empresa NORDESTE AMBIENTAL SERVIÇOS FITOSSANITÁRIOS E AMBIENTAIS LTDA. - ME, CNPJ 07.527.552/0001-00, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 232 B, Centro, Conceição do Jacuípe-BA, CEP 44.245-000, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, na modalidade: Fumigação com Fosfina (Câmara em Lona, Contêiner, Porão de Embarcação e Silo Hermético).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta portaria terá prazo de (5) cinco anos e poderá ser revalidado por igual período, mantido o mesmo número do credenciamento, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme disposto no art. 50 da Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

SUELENE SANTOS DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 167, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando da competência que lhe confere a Portaria nº 2.538, publicada no DOU de 25/07/2019; no uso das atribuições que lhe confere o artigo 262, Inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 561, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, e considerando o processo 21018.003041/2018-76, resolve:

Art. 1º - CANCELAR a Habilitação nº 182/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) TALES LEONE ERLER inscrito(a) no CRMV ES nº 2850 que doravante será a habilitação nº 176/ES para Eventos Agropecuários nos municípios do Estado do Espírito Santo, e para suínos no município de Itaguaçu, revogando a PORTARIA Nº 85, DE 24 DE JULHO DE 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FARINA DE FREITAS

PORTARIA Nº 168, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL SUBSTITUTO DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando da competência que lhe confere a Portaria nº 2.538, publicada no DOU de 25/07/2019; no uso das atribuições que lhe confere o artigo 262, Inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 561, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, considerando o processo - 21018.004034/2019-72, resolve:

Art. 1º - Atualizar a Habilitação nº 176/ES concedida ao(a) Médico(a) Veterinário(a) TALES LEONE ERLER inscrito(a) no CRMV ES nº 2850/ES para Eventos Agropecuários nos municípios do Estado do Espírito Santo, e para suínos no município de Itaguaçu para as propriedades relacionadas no respectivo processo, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FARINA DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 924, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) PEDRO HENRIQUE DA CUNHA FELÍCIO, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 26.786, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 925, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, publicada no D.O.U. de 13.04.2018, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013, resolve:

HABILITAR o(a) Médico(a) Veterinário(a) JEFERSON NUNES LOPES, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 4.829, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCÍLIO DE SOUSA MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 769 - HABILITAR a Médica Veterinária DAYARA HOC CORREA, CRMV-PR Nº 19228 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.016097/2022-79).

Nº 770 - HABILITAR a Médica Veterinária FERNANDA NÓBREGA NADAL, CRMV-PR Nº 20702 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para as espécies EQUINOS, ASININOS E MUARES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.016216/2022-93).

Nº 771 - HABILITAR o Médico Veterinário DANIEL BIAZUSSI, CRMV-PR Nº 21559 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das espécies AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.016217/2022-38).

CLEVERSON FREITAS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 71, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002237/2014-45 (272)
CNPJ: 44.537.199/0002-48 - FILIAL
Razão Social: FUNDACAO EDUCACIONAL MIGUEL MOFARREJ
Nome da Instituição: CAMPUS UNIVERSITARIO MIGUEL MOFARREJ
Endereço da Instituição: Rodovia BR 153, km 338 + 420 metros, Campus Universitário, Água do Cateto, CEP 19.900-970, Ourinhos/SP.
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0342.2022

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 71/2022/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

KÁTIA DE ANGELIS LOBO D'AVILA

EXTRATO DE PARECER Nº 72, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de renovação de credenciamento:

Processo nº.: 01200.003210/2014-70 (352)
CNPJ: 78.624.202/0001-00 - MATRIZ
Razão Social: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA
Nome da Instituição: *******
Endereço da Instituição: Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1626, CEP. 86.020-000, Londrina/PR
Modalidade de solicitação: renovação de credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 02.0301.2022

O Concea, após análise do pedido de renovação de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 72/2022/CONCEA/MCTI.

A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

KÁTIA DE ANGELIS LOBO D'AVILA

EXTRATO DE PARECER Nº 73, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º , inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e art. 7º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer para o seguinte pedido de extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP:

Processo: 01200.002811/2013-84 (166)
CIAEP: 02.0192.2019
CNPJ detentor do CIAEP: 76.659.820/0001-51 MATRIZ
Razão Social: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC
Nome da Instituição: ********
Endereço da Instituição: Rua Imaculada Conceição, nº 1155, Prado Velho, CEP: 80.215-901 - Curitiba/PR
Modalidade de solicitação: Extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP.
Decisão: DEFERIDO
CNPJ(s) incluído(s) no CIAEP:
a) CNPJ: 76.659.820/0012-04 FILIAL
Razão Social: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC
Nome da Instituição: PUC PR CAMPUS TOLEDO
Endereço: Avenida da União, nº 500, Vila Becker, CEP: 85.902-532 - Toledo/PR

O Concea, após análise do pedido de extensão do Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa Científica - CIAEP da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº. 73/2022/ CONCEA.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

KÁTIA DE ANGELIS LOBO D'AVILA

EXTRATO DE PARECER Nº 74, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e parágrafo único do art. 6º da Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021, torna público que o Concea apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01245.018990/2022-46 (756)
CNPJ: 11.062.400/0001-48 - MATRIZ
Razão Social: MULTIVIX SERRA - ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO LTDA.
Nome da Instituição: MULTIVIX SERRA
Endereço da Instituição: Rua Barão do Rio Branco, nº 120, Bloco 1 - Térreo, Colina de Laranjeiras, CEP 29.167-172, Serra/ES
Modalidade de solicitação: credenciamento da instituição.
Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0701.2022

O Concea, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 74/2022/CONCEA/MCTI. A instituição apresentou todos os documentos, conforme disposto na Resolução Normativa nº 50, de 13 de maio de 2021.

O Concea esclarece que este parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo Concea, aplicáveis ao objeto do requerimento.

KÁTIA DE ANGELIS LOBO D'AVILA

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE ANÁLISE DE RESULTADOS E SOLUÇÕES DIGITAIS

PORTARIA CNPQ Nº 1.160, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Restauração de ecossistemas secos neotropicais - Seria a composição funcional de plantas o processo chave para seu sucesso?", coordenado pelo Dr. Rafael Silva Oliveira, da instituição Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, conforme Processo CNPq nº 01300.005109/2019-30.

Art. 2º As atividades de coleta de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
Lucy Miranda Rowland	Britânica	Universidade de Exeter - Reino Unido
Richard Toby Pennington	Britânica	Universidade de Exeter - Reino Unido
Timothy Charles Hill	Britânica	Universidade de Exeter - Reino Unido
Kennedy Lewis	Britânica	Universidade de Exeter - Reino Unido
Amy Elise Zanne	Americana	George Washington University, Estados Unidos

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a localidade da Chapada dos Veadeiros - Vila de São Jorge, Alto Paraíso, Goiás; com autorização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), SISBIO Nº 69352-10.

Art. 4º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 01 de julho de 2022 a 30 de julho de 2024.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileiro, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 7.502, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, designada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.025476/2022-46, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.896/0001-68, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 42 (quarenta e dois), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Cananéia, estado de São Paulo.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.896/0001-68, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2013, para execução do serviço no município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTELLA DANTAS

PORTARIA MCOM Nº 7.503, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

A MINISTRA DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTA, designada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, publicado no DOU de 21 de setembro de 2016, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no art. 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.025474/2022-57, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.896/0001-68, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 42 (quarenta e dois), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Cajati, estado de São Paulo.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da SISTEMA PATENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 05.164.896/0001-68, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2013, para execução do serviço no município de Patos de Minas, estado de Minas Gerais.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no art. 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTELLA DANTAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 41/2019/CRCA

PROCESSO 53524.003552/2017-83. Interessados: Giga Tv Eireli - EPP, Companhia Jaguari De Energia - CPFL Jaguari. I - indeferir o pedido da GIGA TV EIRELI - EPP de aplicação do preço de referência de R$ 3,19 (três reais e dezenove centavos) como o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação; II - estabelecer em R$ 6,87 (seis reais e oitenta e sete centavos), como o valor devido pelo compartilhamento do ponto de fixação em poste, a partir de 26/04/2019, incluídos no valor os tributos devidos; III - determinar que eventuais diferenças entre o preço praticado e o preço arbitrado sejam acertadas entre as partes, considerando as diretrizes dos itens acima; IV - determinar às partes que celebrem novo Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura, em até 30 (trinta) dias da notificação deste Despacho, observando todos os procedimentos e prazos previstos na Resolução Conjunta nº 001, de 24 de novembro de 1999 (Aneel, Anatel e ANP), em especial os previstos nos artigos 11 e 14; V - extinguir e arquivar o Processo em referência, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do previsto no art. 36 da Resolução Conjunta nº 2, de 27 de março de 2011 (Aneel , Anatel, ANP), após exaurido o prazo para interposição de pedido de reconsideração, sem manifestação das partes; VI - notificar as Partes acerca da decisão da Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 15.965, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001120/2021-54. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a FIAÇÃO SÃO BENTO S.A., CNPJ nº 86.046.414/0001-77, para explorar Serviços de Interesse Restrito concedida por meio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 15.967, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.001966/2022-75. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Thyssenkrupp Estaleiro Brasil Sul Ltda, CNPJ nº 37.981.316/0001-11, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 15.968, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.002049/2022-16. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Malwee Malhas Ltda, CNPJ nº 84.429.737/0001-14, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 15.969, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.002059/2022-43. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Wk Administradora Hoteleira Ltda, CNPJ nº 22.555.275/0001-24, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 15.869, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.012397/2022-91. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ, CNPJ nº 33.050.196/0001-88, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 9/2022/ORER/SOR

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 156, VII, do Regimento Interno da Anatel, instituído pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e considerando as razões e justificativas constantes do Informe nº 2198/2022/ORER/SOR (SEI 9450300) e o que consta do processo nº 53500.068713/2021-39, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo para o recebimento de contribuições à Consulta Pública nº 63, publicada em 6 de outubro de 2022, até às 23h59 do dia 4 de janeiro de 2023.

Art. 2º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação no boletim de serviços.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 10/2022/ORER/SOR

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 156, VII, do Regimento Interno da Anatel, instituído pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e considerando as razões e justificativas constantes do Informe nº 2191/2022/ORER/SOR (SEI nº 9449903) e o que consta do processo nº 53500.002281/2021-01, decide:

Art. 1º Prorrogar o prazo para o recebimento de contribuições à Consulta Pública nº 68, publicada em 6 de outubro de 2022, até às 23h59 do dia 4 de janeiro de 2023.

Art. 2º Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação no boletim de serviços.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO
COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS BÁSICOS DE RADIODIFUSÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 78, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.332317/2022-51, proposta de Alteração nos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão.

As propostas de inclusão e de alteração de canais em Planos Básicos visam tão somente avaliar a viabilidade técnica de canais de Radiodifusão, que, ou já foram outorgados, ou serão objeto de novas outorgas a serem realizadas pelo Ministério das Comunicações. Consequentemente, o que se pretende com esta Consulta Pública é simplesmente verificar se as alterações propostas provocam interferência em canais de outros prestadores de serviço, que, nesse caso, devem se manifestar.

Desta forma, a Consulta Pública em tela não se refere a iniciativa de cunho normativo e, por isso, não está vinculada ao disposto na Lei 13.848, de 25 de junho de 2019 e no Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que expressamente se aplicam a Atos normativos expedidos pela Anatel, sendo, portanto, despiciendo a atendimento do prazo para consulta pública e a elaboração de Análise de Impacto Regulatório previstos nos citados dispositivos.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico https://apps.anatel.gov.br/ParticipaAnatel/Home.aspx, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo Participa, de Consulta Pública, indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 23 horas e 59 minutos do décimo dia da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 16.031, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza FUNDACAO CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TELECOMUNICACOES- CPQD., CNPJ nº 02.641.663/0001-10, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 29/11/2022 a 30/11/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS

PORTARIA CAE Nº 5/ARC, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O COMANDANTE DO CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECÍFICAS, usando da competência que lhe foi delegada em Portaria GABAER nº 25/GC1, de 11 de janeiro de 2022, publicado na seção 2 do Diário Oficial da União, Edição 8, de 12 de janeiro de 2022, em conformidade com o item 2.2.1.1.16 do Manual Eletrônico de Cargos e Funções da Aeronáutica do RADA-e - Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade nº 26/CAE/2020, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa SALTORELLI do Brasil Indústria Têxtil Ltda., inscrita no CNPJ 05.049.758/0001-38, nas modalidades de multa cumulada com Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo período de 6 (seis) meses. A aplicação da sanção se faz em razão do descumprimento do prazo de 05 (cinco) dias úteis, estabelecido para assinatura do Contrato nº 129/CAE-SDAB/2020, após convocação da Subdiretoria de Abastecimento - SDAB, formalizada pela Carta nº 35/PP3/69043, de 17 de agosto de 2020, com base nos subitens 22.1, 22.1.1, 22.1.4, 22.1.5, 22.2, 22.2.1, 22.2.2 e 22.3 do Edital ao Pregão nº 179/GAL/2018, c/c alínea "c" do subitem 6.1.12 da ICA 12-23/2019 e no art. 9° da Lei nº 10.520/2002, tudo devidamente fundamentado no Parecer Administrativo 07/ARC/2022, de 02/02/2022, da Assessoria de Risco Contratual do CAE.

Art. 2º Determinar o recolhimento, por intermédio de emissão de GRU, no site do Tesouro Nacional, usando Unidade Gestora (UG): 120195, Gestão: 0001 - Tesouro Nacional, Nome da Unidade: Centro de Aquisições Específicas, Código de Recolhimento (22053-1), no valor de R$ R$ 19.149,48 (dezenove mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), cumulada com Impedimento de Licitar e Contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo período de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação desta Portaria, considerando os termos dos artigos 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, a similitude dos subitens 6.1.5.2 e 6.1.12, alínea "c" da ICA 12-23/2019 e do Manual de Contratações Públicas do COMAER e fundamentado na Nota Técnica nº 06/AJUR/2022 e Despacho Decisório nº 18/ARC/308, de 08/02/2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINÍCIUS SILVA COUTINHO Cel Int

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 268/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022

Renova o credenciamento do INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, combinada com o contido no art. 14, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1ºRenovar o credenciamento do INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT), CNPJ 07.464.383/0001-06, para ministrar os cursos a seguir, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM):

- Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC); e
- Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOM).

Parágrafo único - A execução desses cursos dar-se-á no município de São Luís - MA, sob a supervisão da Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2ºDeverão ser observadas pelo INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) as recomendações e as prescrições da NORMAM-30/DPC (1ª Revisão). Para aplicação dos cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no inciso 1.14.7 da referida Norma com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido poderá ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que foi realizado: PREPOM, extra-PREPOM ou extra-FDPEM.

Art. 3ºA realização dos cursos dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo único - Ao término dos cursos autorizados, o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4ºObriga-se o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento do INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT).

Art. 5ºA presente renovação de credenciamento é válida pelo período de quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), não podendo ser prorrogada.

Art. 6ºEsta Portaria entra em vigor na presente data.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

PORTARIA Nº 269/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022

Credencia o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT), para ministrar curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, combinada com o contido no art. 14, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art.1ºCredenciar o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT), CNPJ 07.464.383/0001-06, para ministrar os cursos a seguir, qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM).

- Curso Especial Básico de Navios-Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ); e
- Curso Especial Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito (EBGL).

Parágrafo único - A execução desses cursos dar-se-á no município de São Luís - MA, sob a supervisão da Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art.2ºDeverão ser observadas pelo INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) as recomendações e as prescrições da NORMAM-30/DPC (1ª Revisão). Para aplicação dos cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no inciso 1.14.7 da referida Norma com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido poderá ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que foi realizado: PREPOM, extra-PREPOM ou extra-FDPEM.

Art.3ºA realização dos cursos dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo único - Ao término dos cursos autorizados, o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art.4ºObriga-se o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará o INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT) à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento do INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT).

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), não podendo ser prorrogado.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

PORTARIA Nº 270/DPC, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria nº 438/2021, desta Diretoria, que prorroga o prazo de credenciamento estabelecido no art. 1º da Portaria nº 269/DPC, de 30 de julho de 2021, da Portaria nº 303/DPC, de 25 de agosto de 2021, da Portaria nº 325/DPC, de 8 de setembro de 2021, da Portaria nº 337/DPC, de 16 de setembro de 2021 e da Portaria nº 343/DPC, de 20 de setembro de 2021.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, combinada com o contido no art. 14, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 438/DPC, de 16 de dezembro de 2021, conforme abaixo:

Onde se lê:

"I - FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR (FEMAR), CNPJ 33.798.026/0001-86, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 269/DPC, de 30 de julho de 2021, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município do Rio de Janeiro-RJ, sob a jurisdição do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

a) Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (CFAQ-MAC/MAM);

b) Curso de Adaptação de Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CTS);

c)Curso Especial de Navegação Eletrônica para Mestres de Cabotagem e Contramestres (ENET);

d)Curso Especial de Operador Arpa (EARP);

e)Curso Especial Básico de Conscientização sobre Proteção do Navio (EBCP);

f)Curso Especial para Operador ECDIS (EPOE); e

g)Curso Especial para Oficial de Proteção do Navio (EOPN).

II - FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JAHU (FATEC-JAHU), CNPJ 62.823.257/0020-63, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 303/DPC, de 25 de agosto de 2021, e da Portaria nº 337/DPC, de 16 de setembro de 2021, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município do Jaú-SP, sob a jurisdição da Capitania Fluvial do Tietê-Paraná (CFTP), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

a)Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Convés - Nível 3 (CFAQ-MFC);

b)Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Máquinas - Nível 3 (CFAQ-MFM);

c)Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-MFL);

d)Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção Máquinas (CAAQ-CTF);

e)Curso de Adaptação para Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CTS);

f)Curso Especial de Acesso a Capitão Fluvial (EACF);

g)Curso Especial de Combate a Incêndio Avançado (ECIA);

h)Curso Especial de Familiarização em Balsas Transportadoras de Petróleo, seus Derivados e Etanol (EFBP);

i)Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP); e

j)Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Máquinas (APAQ-CTF).

III - INSTITUTO DANIEL DE LA TOUCHE (IDLT), CNPJ 07.464.383/0001-06, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 325/DPC, de 8 de setembro de 2021, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município de São Luís-MA, sob a jurisdição da Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

a) Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC); e

b) Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Máquinas (CFAQ-MOM).

IV - MAERSK TRAINING BRASIL TREINAMENTOS MARITIMOS LTDA (MAERSK), CNPJ 14.425.876/0001-94, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 343/DPC, de 20 de setembro de 2021, para continuar ministrando o Curso Especial de Gerenciamento de Passadiço para Oficiais (EGPO), no município do Rio de Janeiro-RJ, sob a jurisdição do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão)."

Leia-se:

"I - FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR (FEMAR), CNPJ 33.798.026/0001-86, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 269/DPC, de 30 de julho de 2021, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município do Rio de Janeiro-RJ, sob a jurisdição do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

a) Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (CFAQ-MAC/MAM);

b) Curso de Adaptação de Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CTS);

c)Curso Especial de Navegação Eletrônica para Mestres de Cabotagem e Contramestres (ENET);

d)Curso Especial de Operador Arpa (EARP);

e)Curso Especial Básico de Conscientização sobre Proteção do Navio (EBCP);

f)Curso Especial para Operador ECDIS (EPOE); e

g)Curso Especial para Oficial de Proteção do Navio (EOPN).

II - FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JAHU (FATEC-JAHU), CNPJ 62.823.257/0020-63, estabelecido no art. 1º da Portaria nº 303/DPC, de 25 de agosto de 2021, e da Portaria nº 337/DPC, de 16 de setembro de 2021, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município do Jaú-SP, sob a jurisdição da Capitania Fluvial do Tietê-Paraná (CFTP), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

a)Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Convés - Nível 3 (CFAQ-MFC);

b)Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Máquinas - Nível 3 (CFAQ-MFM);

c)Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-MFL);

d)Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção Máquinas (CAAQ-CTF);

e)Curso de Adaptação para Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CTS);

f)Curso Especial de Acesso a Capitão Fluvial (EACF);

g)Curso Especial de Combate a Incêndio Avançado (ECIA);

h)Curso Especial de Familiarização em Balsas Transportadoras de Petróleo, seus Derivados e Etanol (EFBP);

i)Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP); e

j) Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Máquinas (APAQ-CTF)."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

ATA DA 12ª ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2022

A União, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovou alteração do Estatuto Social da EMGEPRON durante a 12º Assembleia-Geral Extraordinária, de 05 de outubro de 2022, conforme consta abaixo: Estatuto - Capítulo I Descrição da EMGEPRON Razão Social e Natureza Jurídica Art. 1º A Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - é uma Empresa Pública, pertencente integralmente à União, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia financeira, nos termos do artigo 5º, item II do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regida por este estatuto, especialmente, pela Lei n° 7.000, de 9 de junho de 1982, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 87.336, de 28 de junho de 1982, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis. Parágrafo único. A EMGEPRON estará sujeita à supervisão do Ministro de Estado da Defesa, por intermédio do Comandante da Marinha, que a exercerá através da orientação, da coordenação e do controle de suas atividades, de acordo com este estatuto e a legislação que o rege. Sede e Representação Geográfica Art. 2º A EMGEPRON tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e

atuação em todo o território nacional. Prazo de Duração Art. 3º O prazo de duração da EMGEPRON é indeterminado. Objeto Social Art. 4º A EMGEPRON tem por objeto social: I - promover a indústria militar naval brasileira e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento; II - gerenciar e apoiar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha ou pelo Ministério da Defesa; e III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção do material militar naval. § 1º Para a realização de seu objeto a EMGEPRON poderá: I - captar, em fontes internas ou externas, recursos a serem aplicados, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, na execução de programas aprovados pelo Comando da Marinha; II - colaborar no planejamento e fabricação dos meios navais, pela transferência de tecnologia; III - fomentar a implantação de novas indústrias no setor e prestar-lhes assistência técnica e financeira; IV - estimular e apoiar técnica e financeiramente as atividades de pesquisa e desenvolvimento do setor; V - contratar estudos, planos, projetos, obras e serviços, visando ao fortalecimento da indústria militar naval no território nacional; VI - celebrar outros contratos ou convênios considerados necessários ou convenientes pelo Comando da Marinha ou Ministério da Defesa; VII - firmar acordos para a obtenção de meios necessários à execução de suas atividades; e VIII - executar outras atividades relacionadas com os seus objetivos. § 2º Considera-se Indústria Militar Naval, para efeito deste Estatuto, o segmento da Economia aplicado à produção e manutenção dos meios necessários ao cumprimento da missão atribuída às Forças Navais, bem como a seus sistemas, equipamentos, acessórios e demais itens correlatos. § 3º A EMGEPRON exercerá suas atividades diretamente ou através de subsidiárias e, sempre que possível, descentralizará a execução de projetos mediante contrato. § 4º A criação de subsidiária, a que se refere o § 3º, e cujo objeto social deverá ter vinculação ao da EMGEPRON, será autorizada, de forma individualizada, pelo Conselho de Administração da EMGEPRON, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. § 5ºNa captação de recursos externos para atingimento de suas finalidades, a EMGEPRON observará as prescrições da legislação em vigor. Interesse Público Art. 5º A EMGEPRON poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. Art. 6º No exercício da prerrogativa de que trata o dispositivo acima, a União somente poderá orientar a EMGEPRON a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando: I - estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e II - tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil. Parágrafo único. Para fins de atendimento ao inciso II, a administração da companhia deverá: I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas explicativas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e II - descrevê-las em tópico específico do relatório de administração. Art. 7º O exercício das prerrogativas de que tratam os artigos acima será objeto da Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Capital Social Art. 8º O capital social da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, é de R$ 1.359.352.881,80 (um bilhão, trezentos e cinquenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e um reais e oitenta centavos). Art. 9º O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas. Capítulo II Patrimônio Art. 10 Integrarão o patrimônio da EMGEPRON: I - bens transferidos na forma do artigo 5º da Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982; II - bens adquiridos e resultados de exercícios financeiros; III - dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem consignados; IV - recursos do Fundo Naval destinados à EMGEPRON pelo Comandante da Marinha; V - rendas provenientes de seus serviços e da prestação de assistência técnica e financeira; VI - produto de operações de crédito, comissões, juros e rendas patrimoniais; e VII - doações, legados e rendas eventuais. § 1º No que se refere aos terrenos de marinha, a transferência limitar-se-á ao domínio útil. § 2º A transferência dos bens imóveis far-se-á mediante termo lavrado no Serviço do Patrimônio da União. § 3º Os bens móveis desnecessários, inservíveis ou em desuso poderão ser alienados, constituindo o produto da alienação receita eventual da EMGEPRON. § 4º Os bens imóveis da EMGEPRON serão utilizados, exclusivamente, na consecução das suas finalidades, admitindo-se suas alienações ou locações, desde que os resultados sejam integralmente aplicados no atingimento dos objetivos da Empresa. Capítulo III Assembleia Geral Caracterização Art. 11 As Assembleias Gerais realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto Social exigirem. Composição Art. 12 A Assembleia Geral é composta pela União, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da EMGEPRON ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia Geral. Convocação Art. 13 Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que esse vier a designar, respeitados os prazos previstos na legislação. Art. 14 Nas Assembleias Gerais tratar-se-á exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia. Competências Art. 15 A Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, reunir-se-á para deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da EMGEPRON ou, quando não competir ao Conselho de Administração, de suas controladas. Capítulo IV Regras Gerais da Administração da EMGEPRON Órgãos Sociais e Estatutários Art. 16 A EMGEPRON terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários: I - Conselho de Administração; II - Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal; IV - Comitê de Auditoria; e V - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. § 1º A EMGEPRON será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social. § 2º Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da EMGEPRON com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa. §3º A Companhia poderá prever, em seu Regimento Interno, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, além dos comitês estatutários indicados nos incisos IV e V, do caput, deste artigo. Art. 17 O Regimento Interno (RI) da EMGEPRON, aprovado pelo Conselho de Administração, definirá e estabelecerá: I - a estrutura da EMGEPRON e as competências específicas dos Departamentos e das Unidades de Negócios; II - as atribuições dos respectivos dirigentes; e III - as normas gerais de funcionamento. Requisitos e Vedações para Administradores Art. 18 Os administradores da EMGEPRON, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstas nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Art. 19 Além dos requisitos previstos no artigo 18 para investidura como membro da Diretoria Executiva, os eleitos deverão possuir experiência mínima de 30 anos em atividades técnico-administrativas diretamente ligadas às atribuições da respectiva diretoria e observar os demais requisitos estabelecidos na Política de Indicação da EMGEPRON. Parágrafo único. O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse colegiado e perfis para aprovação da assembleia, sempre relacionadas aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da política de indicação e do plano de sucessão. Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores Art. 20 Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados por todas as eleições realizadas, inclusive em caso de recondução. § 1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Economia. § 2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da EMGEPRON. § 3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da autodeclaração apresentada pelo indicado e sua respectiva documentação. Posse e Recondução Art. 21 Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês estatutários serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação. § 1º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à EMGEPRON. § 2º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição. § 3º Antes de entrar no exercício da função e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar à EMGEPRON que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas á RFB ou autorização de acesso às informações nela contidas. § 4º No caso dos Diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR. Perda do Cargo para Administradores, Conselheiros Fiscais, Membros do Comitê de Auditoria e Demais Comitês de Assessoramento Art. 22 Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando: I - o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou do Comitê de Auditoria deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; e II - o membro da Diretoria Executiva se afastar do exercício do cargo por mais de 30 dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração. Parágrafo único. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum. Remuneração Art. 23 A remuneração dos membros estatutários será fixada, anualmente, em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente. É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral. Art. 24 Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da sede da EMGEPRON, esta custeará as despesas de locomoção e alimentação. Art. 25 A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da EMGEPRON não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores das respectivas empresas, excluídos os valores relativos, eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da EMGEPRON. Art. 26 A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais. Treinamento Art. 27 Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela EMGEPRON, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Parágrafo único. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela EMGEPRON, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Código de Conduta e Integridade Art. 28 A EMGEPRON disporá de Código de Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Conflito de Interesses Art. 29 Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião. Art. 30 Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento e legislação aplicável. Defesa Judicial e Administrativa Art. 31Os Administradores e os Conselheiros Fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições. § 1º A EMGEPRON, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da EMGEPRON. § 2º Fica assegurado aos Administradores e Conselheiros Fiscais, bem como aos ex-administradores e ex-conselheiros, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da EMGEPRON, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato. § 3º O benefício previsto acima aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores. § 4º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração. § 5º Na defesa em processos judiciais e administrativos, se beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à EMGEPRON todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela Empresa, além de eventuais prejuízos causados. Seguro de Responsabilidade Art. 32 A EMGEPRON poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores e Conselheiros Fiscais, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles relativos às suas atribuições junto à EMGEPRON. Quarentena para Diretoria Art. 33 Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente. § 1ºApós o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo. § 2º Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada. § 3ºA configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República. Capítulo V Conselho de Administração Caracterização Art. 34 O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da EMGEPRON e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da Empresa, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016. Composição Art. 35 O Conselho de Administração será integrado por 7 (sete) membros, brasileiros, eleitos pela Assembleia Geral, a saber: I - Quatro membros indicados pelo Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha; II - Um membro indicado pelo Ministro de Estado da Economia; III - O Diretor-Presidente da EMGEPRON, conforme Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982; e IV - Um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, 28 de dezembro de 2010. § 1ºO Presidente do Conselho de Administração tomará posse perante o Comandante da Marinha. § 2ºOs demais membros do Conselho de Administração tomarão posse perante o Presidente do Conselho. § 3º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, dentre os membros indicados pelo Comando da Marinha. § 4º O Presidente da EMGEPRON não pode ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente. Os demais membros da Diretoria Executiva da Empresa não poderão compor o Conselho de Administração, podendo, no entanto, ser convocados por esse colegiado para participarem de reuniões, sem direito a voto. § 5 Dos membros do Conselho de Administração indicados pelo Ministério da Defesa, 2 (dois) deverão ser independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. § 6 O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da autodeclaração apresentada e respectivos documentos. Prazo e Gestão Art. 36 O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas. Art.

37 No prazo do artigo anterior são considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos. Art. 38 Atingido o limite a que se referem os artigos anteriores, o retorno do membro do Conselho de Administração só poderá ocorrer após decorrido equivalente a um prazo de gestão. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros. Vacância e Substituição Eventual Art. 39 No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até assembleia geral subsequente. Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada assembleia geral para proceder a nova eleição. § 1º Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o colegiado, na forma do caput, deverão ser verificados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para a eleição em assembleia geral de acionistas. § 2º A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes. Reunião Art. 40 O Conselho de Administração reunir-se-á, com a presença da maioria dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário. § 1º O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado. §2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela EMGEPRON e acatadas pelo Colegiado. § 3º As reuniões do Conselho de Administração devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. § 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. § 5º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal. § 6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração. § 7º As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto. Competência Art. 41 Compete ao Conselho de Administração: I - fixar a orientação geral dos negócios da EMGEPRON; II - avaliar, a cada 4 (quatro) anos, o alinhamento estratégico, operacional e financeiro das participações da EMGEPRON ao seu objeto social, devendo, a partir dessa avaliação, recomendar a sua manutenção, a transferência total ou parcial de suas atividades para outra estrutura da administração pública ou o desinvestimento da participação; III - eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da EMGEPRON, fixando-lhes as atribuições; IV - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da EMGEPRON, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; V - convocar Assembleia Geral; VI - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva; VII - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória; VIII - autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; IX - autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos; X - aprovar as Políticas de Conformidades e Gerenciamento de Riscos, dividendos e participações societárias, bem como outras políticas gerais da EMGEPRON; XI - aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva; XII - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EMGEPRON, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; XIII - manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação da Assembleia; XIV - determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a EMGEPRON, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; XV - definir os assuntos e valores para alçada decisória do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; XVI - identificar a existência de ativos não de uso próprio da EMGEPRON e avaliar a necessidade de mantê-los; XVII - aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais"; XVIII - deliberar sobre os casos omissos do Estatuto Social da EMGEPRON, em conformidade com o disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976; XIX - aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, sem a presença do Diretor-Presidente da EMGEPRON; XX - criar comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo Conselho seja tecnicamente bem fundamentada; XXI - eleger e destituir os membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. XXII - atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a Diretores Executivos; XXIII - solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de previdência da EMGEPRON; XXIV - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho; XXV - Aprovar as nomeações e destituições dos titulares da Auditoria Interna, e submetê-las à aprovação da Controladoria Geral da União; XXVI - conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente, inclusive a título de férias; XXVII - aprovar o Regimento Interno da EMGEPRON, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento; XXVIII - aprovar o Código de Conduta e Integridade; XXIX - aprovar e manter atualizado um plano de sucessão não-vinculante dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração; XXX - aprovar as atribuições dos diretores executivos não previstas no Estatuto Social; XXXI - aprovar o Regulamento de Licitações; XXXII - aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral; XXXIII - discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e código de conduta dos agentes; XXXIV - aprovar e divulgar carta anual com explicações dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, na forma prevista na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016; XXXV - avaliar os Diretores Executivos e membros de comitês estatutários da EMGEPRON, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, podendo contar com o apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; XXXVI - aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva; XXXVII - promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas; XXXVIII- propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da EMGEPRON; XXXIX - executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso XXXVIII deste artigo, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral; XL - autorizar a constituição de subsidiárias, bem como a aquisição de participação minoritária em empresas; XLI - aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados; XLII - aprovar o patrocínio a plano de benefícios e adesão à entidade fechada de previdência complementar; XLIII - manifestar-se sobre relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar; e XLIV - estabelecer políticas de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da EMGEPRON. Parágrafo único. Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXVII as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da EMGEPRON. Competências do Presidente do Conselho de Administração Art. 42 Compete ao Presidente do Conselho de Administração: I - Presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento do Estatuto Social e do Regimento Interno; II - Interagir com o ministério supervisor, e demais representantes do acionista controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela EMGEPRON, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016; e III - Estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016. Capítulo VI Diretoria Executiva Caracterização Art. 43 A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da EMGEPRON em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Composição e Investidura Art. 44 A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Diretor-Presidente da EMGEPRON e por 2 (dois) Diretores eleitos. § 1º A Diretoria Executiva será empossada pelo Comandante da Marinha. § 2º É condição para investidura em cargo de Diretoria da EMGEPRON a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração. Prazo e Gestão Art. 45 O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado e de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo 3 (três) reconduções consecutivas. § 1º No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de 2 (dois) anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da EMGEPRON. § 2º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro da Diretoria Executiva só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a 1 (um) prazo de gestão. § 3º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva prorrogar-se-á até a efetiva investidura dos novos membros. Licença, Vacância e Substituição Eventual Art. 46 Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria-Executiva, o Diretor-Presidente designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva. § 1º Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da EMGEPRON, o Conselho de administração designará o seu substituto. § 2º Os membros da Diretoria-Executiva farão jus, anualmente, a 30 dias de licença-remunerada, mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização. Reunião Art. 47 A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que necessário. § 1º A Diretoria Executiva será convocada pelo Diretor-Presidente da EMGEPRON ou pela maioria dos membros do Colegiado. § 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela EMGEPRON e acatadas pelo Colegiado. § 3º As reuniões da Diretoria Executiva devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. § 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. § 5º Nas deliberações colegiadas da Diretoria Executiva, o Diretor-Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal. § 6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito à Diretoria Executiva. § 7º As atas da Diretoria Executiva devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto. § 8º A Diretoria Executiva reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros. Competências Art. 48 Compete à Diretoria Executiva no exercício de suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração: I - gerir os negócios da EMGEPRON e avaliar os seus resultados; II - monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão; III - elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da EMGEPRON e acompanhar sua execução; IV - definir a estrutura organizacional da EMGEPRON e a distribuição interna das atividades administrativas; V - aprovar as normas internas de funcionamento da EMGEPRON; VI - promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria; VII - autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória; VIII - indicar os representantes da EMGEPRON nos órgãos estatutários de suas participações societárias; IX - submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse; X - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal; XI - colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário; XII - aprovar o seu Regimento Interno; XIII - deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor; XIV - apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; XV - propor a constituição de subsidiárias; XVI - aprovar, ouvido o Conselho de Administração, a alienação e a onerosidade de bens imóveis de propriedade da Empresa; XVII - aprovar a alienação de bens patrimoniais da EMGEPRON relativos à sua alçada decisória, ressalvado o disposto no inciso VIII do artigo 41; XVIII - aprovar o orçamento integrado, nos termos das instruções da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - (SEST-ME); XIX - apreciar, preliminarmente, os documentos de que trata o inciso XII do artigo 41 deste Estatuto; XX - elaborar o programa que visa à implantação dos procedimentos corretivos, relativos aos documentos citados no inciso XII do artigo 41 deste Estatuto; XXI - elaborar informações complementares destinadas à avaliação empresarial; e XXII - submeter ao Conselho de Administração matérias que dependam de sua decisão. Parágrafo único. Os documentos de que tratam os incisos XVIII, XX e XXI deste artigo serão submetidos ao Conselho de Administração e, após sua deliberação, encaminhados ao Comandante da Marinha e à SEST-ME. Atribuições do Diretor-Presidente Art. 49 Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Diretor-Presidente da EMGEPRON: I - dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da empresa; II - coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva; III - representar a EMGEPRON em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores "ad-negotia" e "ad-judicia", especificando os atos que poderão pra¬ticar nos respectivos instrumentos do mandato; IV - assinar, com um Diretor Executivo, os atos que constituam ou alterem deveres e obrigações da EMGEPRON, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim; V - expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados; VI - baixar as resoluções da Diretoria Executiva; VII - criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições; VIII - conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias; IX - designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva; X - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; XI - manter o Comandante da Marinha, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal informados das atividades da EMGEPRON; XII - exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração; XIII - cumprir e fazer cumprir as deliberações emanadas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva; e XIV - propor ao Comando da Marinha a requisição de militares e servidores públicos, após o assunto ser submetido ao Conselho de Administração da EMGEPRON. Atribuições dos demais Diretores-Executivos Art. 50 São atribuições dos demais Diretores-Executivos: I - gerir as atividades da sua área de atuação; II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela EMGEPRON e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; III - cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da EMGEPRON estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação; e IV - exercer, cumulativamente, uma das Diretorias da EMGEPRON, quando assim determinado. Parágrafo único. As demais atribuições e poderes de cada Diretor-Executivo serão detalhados no Regimento Interno. CAPÍTULO VII CONSELHO FISCAL Caracterização Art. 51 O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da EMGEPRON as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e

impedimentos para investidura e remuneração. Composição Art. 52 O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo: I - 2 (dois) indicados pelo Ministro de Estado da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha; e II - 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública. Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral. Prazo de Atuação Art. 53 O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. § 1º Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno do membro do Conselho Fiscal só poderá ser efetuado após decorrido prazo equivalente a um prazo de atuação. § 2º No prazo a que se refere o caput serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos. Art. 54 Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal: I - assinarão o termo de adesão ao Código de Conduta e às Políticas da EMGEPRON; e II - escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. Requisitos Art. 55 Os membros do Conselho Fiscal deverão atender requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por demais normas que regulamentem a matéria. Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para a investidura dos membros. Vacância e Substituição Eventual Art. 56 Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes. Parágrafo único. Na hipótese de vacância, o suplente assume até a eleição do novo titular. Reunião Art. 57 O Conselho Fiscal reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que necessário. § 1º O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado. § 2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela EMGEPRON e acatadas pelo Colegiado. § 3º As reuniões do Conselho Fiscal devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado. § 4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária. § 5º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrado, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal. § 6º As atas do Conselho Fiscal devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto. Competências Art. 58 Compete ao Conselho Fiscal: I - fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; II - opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social; III - manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão; IV - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da EMGEPRON, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências; V - convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes; VI - analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela EMGEPRON; VII - fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência à União; VIII - exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da EMGEPRON; IX - examinar o RAINT e PAINT; X - assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal; XI - aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual; XII - realizar a autoavaliação anual de seu desempenho; XIII - acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; XIV - fiscalizar o cumprimento do limite de participação da EMGEPRON no custeio dos benefícios de assistência à saúde; e XV - fiscalizar a execução orçamentária, podendo examinar livros e documentos, bem como requisitar informações. Capítulo VIII Comitê de Auditoria Caracterização Art. 59 O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias internas independentes. Parágrafo Único. O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela EMGEPRON, que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único. Art. 60 O Comitê de Auditoria possui autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites avaliados e aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação de pessoal especialista independente. Composição Art. 61 O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será composto por 3 (três) membros. § 1º Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário deverão, obrigatoriamente: I- ter conhecimento e experiência profissional em auditoria ou em contabilidade societária; II - atender ao disposto nos incisos I a III do caput do art. 28 do Decreto nº 8.945, de 2016; III- ter residência no país; e IV- comprovar uma das experiências abaixo: a) ter sido, por três anos, diretor estatutário ou membro do Conselho de Administração, de Conselho Fiscal ou de Comitê de Auditoria Estatutário de empresa de porte semelhante ou maior que o da EMGEPRON; b) ter sido, por cinco anos, sócio ou diretor de empresa de auditoria independente registrada na CVM; ou c) ter ocupado, por dez anos, cargo gerencial em área relacionada às atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário. § 2º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas. § 3º São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303/16 e no art. 39 do Decreto nº 8.945/16, além das demais normas aplicáveis. § 4º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros. § 5ºÉ vedado a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria. § 6ºO Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir suas reuniões. § 7º O Conselho de Administração publicará, no sítio eletrônico da Empresa, informações acerca do processo de seleção de membros para compor o Comitê de Auditoria Estatutário. § 8º A EMGEPRON disponibilizará, em seus sítios eletrônicos, os currículos dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário em exercício. Mandato Art. 62 O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, sendo permitida uma única reeleição. Parágrafo único. Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração. Da Vacância e Substituição Eventual Art. 63 No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior. Parágrafo único. O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes. Reunião Art. 64 O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos duas reuniões mensais. Parágrafo único. O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes de sua divulgação. Art. 65 A EMGEPRON deverá divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria. § 1º Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa por em risco o interesse legítimo da Empresa, apenas o seu extrato será divulgado. § 2º A restrição prevista no parágrafo anterior não é oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas das reuniões do Comitê de Auditoria, observada a transferência de sigilo. Competência Art. 66 Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação: I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente; II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da EMGEPRON; III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da EMGEPRON; IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela EMGEPRON; V - avaliar e monitorar exposições de risco da EMGEPRON, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a: a) remuneração da administração; b) utilização de ativos da EMGEPRON; c) gastos incorridos em nome da EMGEPRON; VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas; VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras; e VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão. § 1º Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT. § 2º O Comitê de Auditoria possuirá meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à EMGEPRON, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades. Capítulo IX Do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração Caracterização Art. 67 A EMGEPRON disporá de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração que visará assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários. Composição Art. 68 O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, será constituído por 3 (três) membros, sendo integrantes do Conselho de Administração ou de outros comitês de assessoramento, sem remuneração adicional, observados os artigos 156 e 165 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou por membros externos, hipótese em que a remuneração será definida em assembleia geral. Parágrafo único. Caso o Comitê seja constituído apenas por integrantes do Conselho de Administração, a maioria deverá ser de conselheiros independentes. Competência Art. 69 Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: I - opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de membros do Conselho de Administração e conselheiros fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; II -. opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação de diretores e membros do Comitê de Auditoria; III - verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais; IV - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do plano de sucessão de administradores; V - auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política de pessoal dos membros dos órgãos estatutários e no seu acompanhamento; e VI - auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral. § 1º O comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros, caso se comprove o descumprimento de algum requisito. § 2º As manifestações do Comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas. § 3º A manifestação do Comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da assembleia geral que tenha na ordem do dia a eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do Comitê. § 4º O mesmo procedimento descrito no §3º acima deverá ser observado na eleição de diretores e membros do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição dos membros desses órgãos. § 5º As atas das reuniões do Conselho de Administração que deliberarem sobre os assuntos acima mencionados deverão ser divulgadas. § 6º Na hipótese de o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da EMGEPRON, apenas o seu extrato será divulgado. § 7º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, observada a transferência de sigilo. Capítulo X Demonstrações Contábeis Exercício Social Art. 70O exercício social corresponderá ao ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente. Art. 71 A EMGEPRON deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá-las em sítio eletrônico, observando as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por Auditor registrado naquela Autarquia. Parágrafo único. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às empresas de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da EMGEPRON e as mutações ocorridas no exercício. Destinação do Lucro Art. 72 Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: I - absorção de prejuízos acumulados; II - cinco por cento para a constituição da reserva legal, que não poderá exceder vinte por cento do capital social; e III - no mínimo, vinte e cinco por cento do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela EMGEPRON. § 1º A proposta de destinação do lucro líquido do exercício será submetida pela Diretoria aos Conselhos Fiscal e de Administração. § 2º O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei. A constituição de reserva de retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Pagamento de Dividendo Art.73 O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. § 1º A EMGEPRON poderá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores para declarar e distribuir, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a serem convalidados pela Assembleia Geral Ordinária. § 2ºSobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação. § 3º Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente. Capítulo XI Unidades Internas de Governança Descrição Art. 74 A EMGEPRON terá auditoria interna, área de conformidade e gestão de riscos e ouvidoria. Parágrafo único. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração. Auditoria Interna Art. 75 A Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutária. Art. 76 Compete à Auditoria Interna: I - executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da EMGEPRON; II - propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados; III - verificar o cumprimento e a implementação pela empresa de recomendações ou determinações efetuadas pela Controladoria-Geral da União - CGU, pelo Tribunal de Contas da União - TCU e Conselho Fiscal; IV - outras atividades correlatas definidas pelo

Conselho de Administração; e V - aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando à elaboração de demonstrações financeiras. Parágrafo único. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna. Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos Art. 77 As Áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se vinculam: I - diretamente ao Diretor-Presidente da EMGEPRON e conduzida por ele; ou II - ao Diretor-Presidente da EMGEPRON, por intermédio do Diretor Administrativo-Financeiro que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências. Parágrafo único. A Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada. Art. 78 Às áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos compete: I - propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a EMGEPRON, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização; II - verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da EMGEPRON às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis; III - comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à empresa; IV - verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes; V - verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da EMGEPRON sobre o tema; VI - coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a EMGEPRON; VII - coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos; VIII - estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização; IX - elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria-Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria; X - disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da EMGEPRON nestes aspectos; e XI - outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula. Ouvidoria Art. 79 A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente. Art. 80 À Ouvidoria, compete: I - receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da EMGEPRON em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral; II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da EMGEPRON; e III - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único. A Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas. Capítulo XII Assessoria de Governança, Conformidade e Integridade Corporativa Art. 81 A EMGEPRON disporá de uma Assessoria de Governança, Conformidade e Integridade Corporativa visando estabelecer instâncias de segunda linha de defesa, para supervisão e monitoramento dos controles internos, integridade e compliance. Art. 82 Compete à Assessoria de Governança, Conformidade e Integridade Corporativa: I - coordenar as áreas de Conformidade e Gerenciamento de Risco; e II - apoiar a alta direção no que concerne aos assuntos de sua supervisão. Parágrafo único. Esta assessoria poderá dispor de assessorias adjuntas para o desempenho de suas atribuições. Capítulo XIII Pessoal Art. 83 O regime legal do pessoal da EMGEPRON será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a legislação complementar e os regulamentos internos da EMGEPRON. § 1ºO disposto neste artigo não se aplica aos servidores públicos que forem colocados à disposição da EMGEPRON. § 2ºAo servidor público, que for colocado à disposição da EMGEPRON, são assegurados o vencimento, o salário e a remuneração do cargo ou emprego, bem como todas as vantagens e direitos a que faça jus, como se estivesse no órgão de origem. § 3ºO período em que o servidor ou empregado público permanecer à disposição da EMGEPRON será considerado para todos os efeitos da vida funcional, como de efetivo exercício do cargo ou emprego que ocupa no órgão ou entidade de origem. § 4ºAs requisições de servidores públicos civis, para servir na EMGEPRON, serão efetuadas pelo Comandante da Marinha, quando autorizadas pelo Presidente da República. § 5ºOs militares da Marinha nomeados para a Diretoria da EMGEPRON ou postos a sua disposição serão considerados em exercício de cargo de natureza militar, conforme o artigo 10, da Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982, que autorizou a constituição da Empresa. § 6ºO Diretor nomeado, denominado como dirigente estatutário, não será abrangido ao regime de trabalho contido no caput deste artigo. § 7º A admissão de empregados dar-se-á mediante à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para emprego comissionado de livre provimento e exoneração. § 8ºOs requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções. § 9ºOs cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo. Capítulo XIV Disposições Finais e Transitórias Art. 84 Em caso de extinção da EMGEPRON, seus bens e direitos, atendidos os encargos e responsabilidades assumidos e respeitados os direitos de terceiros, reverterão ao patrimônio da União, mediante proposta do Comandante da Marinha. Art. 85 Para a realização de suas finalidades, a EMGEPRON poderá criar segmentos departamentais e Unidades de Negócios, mediante apreciação e autorização do Conselho de Administração. Art. 86 A União intervirá, obrigatoriamente, em todas as causas em que for parte a EMGEPRON, inclusive em matéria trabalhista, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 7.000, de 9 de junho de 1982. Art. 87 Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro-RJ, 5 de outubro de 2022.
Vice-Almirante (RM1-IM) EDESIO TEIXEIRA LIMA JUNIOR
Diretor-Presidente

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.713, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000422/2022-27, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa SMART SKY SERVIÇOS LTDA., com sede social na Avenida Comendador Franco, 1.341 - Jardim Botânico, Curitiba/PR, CEP: 80.215-090, inscrita no CNPJ sob o nº 16.584.899/0001-77, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 25 de novembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Brigada ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD N° 5.714, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000420/2022-38, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa CADMAP - ENGENHARIA E GEOMÁTICA LTDA., com sede social na Alameda Doutor Rubens Sebastião Spinardi, 11 - Residencial Casablanca, Assis/SP, CEP: 19.815-800, inscrita no CNPJ sob o nº 22.471.280/0001-59, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 25 de novembro de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1.861/SEGMA/MD, de 17 de maio de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Brigada ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.343, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Medeiros Neto - BA, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Medeiros Neto - BA, no valor de R$ 2.152.053,84 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006115/2022-59.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho nº 2022NE001022, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas, nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 04 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.356, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Campo Alegre de Lourdes	Estiagem - 1.4.1.1.0	087	17/10/2022	59051.018256/2022-34
ES	Ibitirama	Granizo - 1.3.2.1.3	513	09/11/2022	59051.018097/2022-78
PE	Bezerros	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	2.520	07/11/2022	59051.018257/2022-89
PI	Santana do Piauí	Estiagem - 1.4.1.1.0	35	03/11/2022	59051.018203/2022-13
PR	Ivaiporã	Enxurradas - 1.2.2.0.0	14.226	08/11/2022	59051.018131/2022-12

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 9.975, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Permuta um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, de mesmo nível e categoria, e realoca DAS e FCPE no âmbito da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 16 e art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e no art. 9º do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Permutar, no âmbito da Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, um DAS 103.3, Coordenador de Projeto, da Coordenação-Geral de Licitações por uma FCPE 103.3, da Coordenação-Geral de Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 2º Realocar, no âmbito da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

I - uma FCPE 101.3, Coordenador, da Coordenação de Controle de Cargos, Funções e Gratificações da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação de Controle de Cargos, Funções e Gratificações do Departamento de Modelos Organizacionais;

II - uma FCPE 104.2, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação de Controle de Cargos, Funções e Gratificações da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação de Controle de Cargos, Funções e Gratificações do Departamento de Modelos Organizacionais;

III - duas FCPE 104.1, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação de Controle de Cargos, Funções e Gratificações da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação de Controle de Cargos, Funções e Gratificações do Departamento de Modelos Organizacionais;

IV - uma FCPE 101.4, Coordenador-Geral, da Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais do Departamento de Transformação Governamental;

V - uma FCPE 103.3, Coordenador de Projeto, da Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais para a Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais do Departamento de Transformação Governamental;

VI - um DAS 103.2, Chefe de Projeto II, da Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais do Departamento de Transformação Governamental;

VII - uma FCPE 104.2, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão das Carreiras Transversais do Departamento de Transformação Governamental;

VIII - uma FCPE 101.4, Coordenador-Geral, da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

IX - um DAS 103.3, Coordenador de Projeto, da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

X - uma FCPE 103.3, Coordenador de Projeto, da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

XI - uma FCPE 104.1, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

XII - um DAS 101.3, Coordenador, da Coordenação de Inovação e Ciência de Dados da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação de Inovação e Ciência de Dados da Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

XIII - duas FCPE 104.2, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

XIV - uma FCPE 104.3, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação-Geral de Gestão da Informação da Secretaria de Gestão para a Coordenação-Geral de Gestão da Informação do Departamento de Transformação Governamental;

XV - uma FCPE 101.4, Coordenador-Geral, da Coordenação-Geral de Normas do Departamento de Normas e Sistemas de Logística para a Secretaria de Gestão;

XVI - um DAS 103.3, Coordenador de Projeto, da Coordenação-Geral de Normas do Departamento de Normas e Sistemas de Logística para a Coordenação-Geral de Normas da Secretaria de Gestão;

XVII - um DAS 102.1, Assistente Técnico, da Coordenação-Geral de Normas do Departamento de Normas e Sistemas de Logística para a Coordenação-Geral de Normas da Secretaria de Gestão;

XVIII - duas FCPE 104.3, Assessor Técnico Especializado, da Coordenação-Geral de Normas do Departamento de Normas e Sistemas de Logística para a Coordenação-Geral de Normas da Secretaria de Gestão;

XIX - uma FCPE 103.1, Chefe de Projeto I, do Departamento do Processo Eletrônico Nacional em Rede para a Coordenação-Geral de Sistemas do Departamento do Processo Eletrônico Nacional em Rede; e

XX - uma FCPE 103.1, Chefe de Projeto I, da Coordenação-Geral de Modelos de Gestão do Departamento de Modelos Organizacionais para o Departamento de Modelos Organizacionais.

Art. 3º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no regimento interno, quando houver, e nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do disposto no art. 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 12105.100441/2022-35
Interessado: Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto - COHAB/RP.
Assunto: Contrato da Terceira Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto - COHAB/RP, no valor líquido de R$ 11.054.549,59 (onze milhões, cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), posição em 1º de maio de 2021, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos que serão registrados em conta bloqueada, da Caixa Econômica Federal, pois a credora possui dívida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, e também da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 12105.100509/2022-86
Interessado: Fundo Garantidor de Créditos - FGC.
Assunto: Contrato da Décima Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo Garantidor de Créditos - FGC, no valor líquido de R$ 7.023.581,49 (sete milhões, vinte e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos), na posição de 1º de fevereiro de 2021, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos que serão destinados à instituição credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, e também da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 12105.100566/2022-65
Interessado: Fundo Garantidor de Créditos - FGC.
Assunto: Contrato da Décima Primeira Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Fundo Garantidor de Créditos - FGC, no valor líquido de R$ 52.614.979,95 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e quatorze mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos), posição em 1º de agosto de 2020, o qual será, ao final do procedimento, convertido em títulos que serão destinados à instituição credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, e também da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 12105.100647/2022-65
Interessada: Empresa Gestora de Ativos S/A - EMGEA
Assunto: Minuta de Contrato da Vigésima Oitava Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Empresa Gestora de Ativos S/A. - EMGEA, no valor líquido de R$ 432.880.057,93 (quatrocentos e trinta e dois milhões, oitocentos e oitenta mil, cinquenta e sete reais e noventa e três centavos), posicionado em 01/01/2021, correspondente a correspondente a 2.787 (dois mil, setecentos e oitenta e sete) contratos, os quais serão, ao final do procedimento, convertidos em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal que serão registrados em conta própria do Banco Central do Brasil - BACEN, destinados à Instituição Credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional (Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia), atestando, dentre outros atributos, a vantajosidade da novação, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

2ª SEÇÃO

2ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 06 a 08/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
20	13987.720274/2015-07	21
22	16511.721431/2016-59	23
27	11707.720533/2018-16	28 e 29

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CS - SALÁRIO INDIRETO / PLR / BÔNUS DE ATRAÇÃO / PARCELAS SOBRE FOLHA / ENTIDADE BENEFICENTE / IMUNIDADE / CONTRIBUINTE INDIVIDUAL / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
1 - Processo nº: 13654.000275/2009-47 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13654.000273/2009-58 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13654.000274/2009-01 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 13654.000272/2009-11 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13654.000270/2009-14 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREACU e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10805.001538/2007-12 - Recorrente: UNITERSE EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10805.001530/2007-48 - Recorrente: UNITERSE EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10805.001533/2007-81 - Recorrente: UNITERSE EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10805.001531/2007-92 - Recorrente: UNITERSE EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10805.001536/2007-15 - Recorrente: UNITERSE EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10805.001534/2007-26 - Recorrente: UNITERSE EMPRESARIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 16537.000495/2011-10 - Recorrente: ARTESTILO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16537.000496/2011-64 - Recorrente: ARTESTILO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 16537.000546/2011-11 - Recorrente: ARTESTILO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 16537.000548/2011-01 - Recorrente: ARTESTILO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 16537.000549/2011-47 - Recorrente: ARTESTILO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16537.000557/2011-93 - Recorrente: ARTESTILO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 12897.000886/2009-70 - Recorrente: CEMEX COMERCIAL MADEIRAS EXPORTACAO SOCIEDADE ANONIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 12259.000202/2008-74 - Recorrente: CEMEX COMERCIAL MADEIRAS EXPORTACAO SOCIEDADE ANONIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13987.720274/2015-07 - Recorrente: CIMADON COMERCIO E TRANSPORTES EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
21 - Processo nº: 13987.720275/2015-43 - Recorrente: DARCI LASSEN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
22 - Processo nº: 16511.721431/2016-59 - Recorrente: PINGERE PRESTACAO DE SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
23 - Processo nº: 16511.721432/2016-01 - Recorrente: PORTO INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
24 - Processo nº: 36204.000125/2007-75 - Recorrentes: ARCELORMITTAL TUBARAO COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 37321.002680/2005-04 - Recorrente: DAIDO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 35558.000014/2006-13 - Recorrente: PRAIA GRANDE CONSTRUTORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 11707.720533/2018-16 - Recorrente: ALA LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
28 - Processo nº: 12448.725194/2018-17 - Recorrente: CONDOMINIO VILA CANNING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 12448.726040/2018-42 - Recorrente: CONDOMINIO DO EDIFICIO BRONX e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO MONTEIRO LOUREIRO AMORIM
30 - Processo nº: 10935.006931/2007-17 - Recorrente: AERCOL ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DA COPACOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10580.004741/2007-14 - Recorrente: ANASTACIO MANGUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 1: CS - SALÁRIO INDIRETO / PLR / BÔNUS DE ATRAÇÃO / PARCELAS SOBRE FOLHA / ENTIDADE BENEFICENTE / IMUNIDADE / CONTRIBUINTE INDIVIDUAL / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
Relator(a): DEBORA FOFANO DOS SANTOS
32 - Processo nº: 16327.720118/2020-67 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 16327.720910/2019-88 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 16327.720998/2019-38 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 16327.720908/2019-17 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 16327.720996/2019-49 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 16327.720997/2019-93 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 16327.721378/2020-50 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 16327.721379/2020-02 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 13888.002452/2008-03 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13888.002461/2008-96 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 11330.001253/2007-60 - Recorrente: RRM - REDE RIO DE MEDICINA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10660.723260/2011-06 - Recorrente: SAO GONCALO DO SAPUCAI PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 14367.000257/2009-63 - Recorrente: MILLENNIUM LOCADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 13588.000150/2007-96 - Recorrente: TECHBLAST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 13588.000151/2007-31 - Recorrente: TECHBLAST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13588.000159/2007-05 - Recorrente: TECHBLAST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 35313.003251/2006-09 - Recorrente: TECHBLAST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO / GANHO DE CAPITAL / GLOSA DE DEDUÇÕES / OUTROS
49 - Processo nº: 16095.000722/2009-39 - Recorrente: MAURO BELMONTE LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 19985.720999/2019-17 - Recorrente: ORLANDO SCAPINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15463.720012/2021-17 - Recorrente: RENATO ARCANJO VOTTO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 19613.729227/2021-93 - Recorrente: RUBENS ANTONIO MACONETTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10860.000891/2010-16 - Recorrente: JOSE FRANCISCO DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 17734.720951/2019-35 - Recorrente: LUZILENA SOCORRO FERNANDES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10218.000360/2010-08 - Recorrente: MAURO LINO JOSE DE SOUSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13028.720038/2020-98 - Recorrente: NELSON PINHEIRO SCHMITH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 11080.726001/2013-84 - Recorrente: PEDRO BARIN CALVETE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13074.724334/2021-93 - Recorrente: SERGIO SILVA DO AMARAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10980.009416/2009-05 - Recorrente: MARIA MIRIAM MARTINS CURI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 3: CS - SALÁRIO INDIRETO / PLR / BÔNUS DE ATRAÇÃO / PARCELAS SOBRE FOLHA / ENTIDADE BENEFICENTE / IMUNIDADE / CONTRIBUINTE INDIVIDUAL / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
Relator(a): FERNANDO GOMES FAVACHO
60 - Processo nº: 10665.002094/2009-38 - Recorrente: PAULO JOSE MORAIS MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10665.002092/2009-49 - Recorrente: PAULO JOSE MORAIS MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10665.002093/2009-93 - Recorrente: PAULO JOSE MORAIS MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 15504.011264/2008-51 - Recorrente: ASSOCIACAO DAS SIDERURGICAS PARA FOMENTO FLORESTAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 15504.011265/2008-03 - Recorrente: ASSOCIACAO DAS SIDERURGICAS PARA FOMENTO FLORESTAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 15504.011266/2008-40 - Recorrente: ASSOCIACAO DAS SIDERURGICAS PARA FOMENTO FLORESTAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 18471.000639/2008-70 - Recorrente: CIA PALMARES HOTEIS E TURISMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 18471.000640/2008-02 - Recorrente: CIA PALMARES HOTEIS E TURISMO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 18050.003337/2008-12 - Recorrente: SINART SOC NAC DE APOIO ROD TURISTICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 18050.003288/2008-18 - Recorrente: SINART SOCIED NAC DE APOIO ROD TURISTICO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 11330.000019/2007-15 - Recorrente: BANDEIRANTES DO RIO CONSERV E LIMP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 19709.000005/2009-30 - Recorrente: CAMPO OESTE CARNES - INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 12157.000213/2008-01 - Recorrente: FRAJO SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 17460.000535/2007-41 - Recorrente: INDUSTRIA DE PLASTICOS BARIRI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 10380.014215/2007-19 - Recorrente: JOSE ELISEU PINTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 19647.007861/2007-26 - Recorrente: PARTNER INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 11065.002024/2008-21 - Recorrente: SERCLIN SERVICOS CLINICOS DE SAO LEOPOLDO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 35432.000354/2007-33 - Recorrente: TRANS PORTO TRANSPORTE E SRV. LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10980.009921/2007-80 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13706.001991/2007-27 - Recorrente: ABREUTUR S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 23034.024051/2003-96 - Recorrente: BOMPRECO SUPERMERCADOS DO NORDESTE LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 3: CS - SALÁRIO INDIRETO / PLR / BÔNUS DE ATRAÇÃO / PARCELAS SOBRE FOLHA / ENTIDADE BENEFICENTE / IMUNIDADE / CONTRIBUINTE INDIVIDUAL / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
Relator(a): FRANCISCO NOGUEIRA GUARITA
81 - Processo nº: 10665.001941/2009-47 - Recorrente: EWERTON GONCALVES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10665.001942/2009-91 - Recorrente: EWERTON GONCALVES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10665.001943/2009-36 - Recorrente: EWERTON GONCALVES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13888.003528/2010-24 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA CURILA LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13888.003529/2010-79 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA CURILA LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13888.003530/2010-01 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA CURILA LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13888.003531/2010-48 - Recorrente: INDUSTRIA MECANICA CURILA LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11060.001695/2009-03 - Recorrente: VEISA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11060.001696/2009-40 - Recorrente: VEISA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11060.001697/2009-94 - Recorrente: VEISA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 11516.003985/2009-88 - Recorrente: INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREAIS JUSTI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 13888.003532/2010-92 - Recorrente: EUROSTAMPI - INDUSTRIA MECANICA - EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 37024.002436/2006-79 - Recorrente: FABIANA MARTINS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LIMITADA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 16024.000017/2009-75 - Recorrente: LISAN INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 23034.023906/2003-61 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16327.000803/2009-68 - Recorrente: SANTANA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 14337.000059/2007-95 - Recorrente: SEBASTIAO GLABER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 15868.000552/2009-31 - Recorrente: VALPARAISO PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO / GANHO DE CAPITAL / GLOSA DE DEDUÇÕES / OUTROS
99 - Processo nº: 11610.008902/2010-11 - Recorrente: CARLOS RAMON GUERRAS FRANCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 18050.006979/2009-46 - Recorrente: DINALMARI MENDONCA MESSIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 13312.002241/2008-87 - Recorrente: JOSE AURELIO LOIOLA SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 18050.008052/2008-60 - Recorrente: LUIZ VIEIRA LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 18050.001521/2009-09 - Recorrente: MARCELO MASCARENHAS DE CERQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 19647.008939/2007-20 - Recorrente: PEDRO ARFO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 18050.002255/2009-23 - Recorrente: REGINA HELENA RAMOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 5: CS - ENTIDADE BENEFICENTE / IMUNIDADE
Relator(a): DOUGLAS KAKAZU KUSHIYAMA
106 - Processo nº: 10640.001896/2009-17 - Recorrente: ASSOCIACAO MUNICIPAL DE APOIO COMUNITARIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO / GANHO DE CAPITAL / GLOSA DE DEDUÇÕES / OUTROS
107 - Processo nº: 16537.001974/2010-72 - Recorrente: BUSSCAR ONIBUS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 18050.007526/2009-37 - Recorrente: JUCY SA SANTIAGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10580.732426/2011-67 - Recorrente: MARIA DA GRACA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 11080.000239/2010-33 - Recorrente: NADIR JOAO COLOGNESE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10580.722175/2008-15 - Recorrente: NAGILA MARIA SALES BRITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 16637.000004/2010-21 - Recorrente: NICOLAU FURTAT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10580.726255/2009-12 - Recorrente: NORMA ANGELICA REIS CARDOSO CAVALCANTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10580.722011/2008-80 - Recorrente: OLDEMAR DE AZEVEDO CAMPELO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 18050.007760/2009-64 - Recorrente: RICARDO MENEZES SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10580.721510/2008-50 - Recorrente: ROMARIO AMORIM DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10580.725746/2009-46 - Recorrente: SOLANGE DE LIMA RIOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10580.723450/2010-24 - Recorrente: TEREZA JOZILDA FREIRE DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10580.722012/2008-24 - Recorrente: VANDA ARAUJO ARAGAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10882.721525/2016-23 - Recorrente: DECIO PINHEIRO DE FARIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10580.726134/2009-71 - Recorrente: FERNANDO WELLINGTON MARQUES TEIXEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10580.721858/2008-47 - Recorrente: GERALDO ANTONIO VILABOIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10580.726433/2009-13 - Recorrente: GLORIA BRAZILIRDES SCHITINI DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 11610.009722/2008-23 - Recorrente: IVAIR PEREIRA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 11610.009723/2008-78 - Recorrente: IVAIR PEREIRA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 18470.723650/2015-41 - Recorrente: IVO DWORSCHAK FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10940.002140/2008-11 - Recorrente: JAMES RACHEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 13971.002846/2003-08 - Recorrente: LEOPOLDO CRUZ DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10540.001754/2009-70 - Recorrente: LUCIANO SANTANA BORGES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10825.001066/2006-71 - Recorrente: MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
131 - Processo nº: 11543.000723/2007-72 - Recorrente: UBIRAJARA FERREIRA MAGALHAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 13:30 HORAS

TEMA 6: IRPF - AJUSTE ANUAL / OMISSÃO DE RENDIMENTOS / DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA / ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO / GANHO DE CAPITAL / GLOSA DE DEDUÇÕES / OUTROS
Relator(a): MARCO AURELIO DE OLIVEIRA BARBOSA
132 - Processo nº: 19515.001951/2010-12 - Recorrente: ROSANA CORDELLINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 11080.005007/2009-38 - Recorrente: VITAL MOACYR DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
134 - Processo nº: 16561.720113/2014-13 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GUILHERME DE JESUS PAULUS
TEMA 7: CS - SALÁRIO INDIRETO / PLR / BÔNUS DE ATRAÇÃO / PARCELAS SOBRE FOLHA / ENTIDADE BENEFICENTE / IMUNIDADE / CONTRIBUINTE INDIVIDUAL / SAT / TERCEIROS / OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA / OUTROS
135 - Processo nº: 18108.000816/2007-85 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 19515.002034/2009-11 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 19515.002033/2009-69 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 19515.002039/2009-36 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 19515.002037/2009-47 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 19515.002035/2009-58 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 19515.002036/2009-01 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 19515.002041/2009-13 - Recorrente: EMBIARA SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 15586.000778/2009-07 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 15586.000779/2009-43 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 15586.000780/2009-78 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 15586.000781/2009-12 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 15586.000782/2009-67 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 15586.000783/2009-10 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 15586.000784/2009-56 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 15586.000785/2009-09 - Recorrente: UNIENG LOGISTICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 15540.000096/2010-56 - Recorrente: MIDAS ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 15540.000097/2010-09 - Recorrente: MIDAS ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 15540.000098/2010-45 - Recorrente: MIDAS ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 15540.000100/2010-86 - Recorrente: MIDAS ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 15983.000129/2011-30 - Recorrente: SIND TRAB IND QUIM FARM FERT CUB STOS SV GUAR PG BERT MONG E ITANHAEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 15983.001390/2008-51 - Recorrente: SIND TRAB IND QUIM FARM FERT CUB STOS SV GUAR PG BERT MONG E ITANHAEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 15983.720278/2012-08 - Recorrente: SIND TRAB IND QUIM FARM FERT CUB STOS SV GUAR PG BERT MONG E ITANHAEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 15983.720279/2012-44 - Recorrente: SIND TRAB IND QUIM FARM FERT CUB STOS SV GUAR PG BERT MONG E ITANHAEM e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 06 a 08/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
29	10730.721366/2017-81	30
89	10166.732351/2017-09	90 e 91

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
1 - Processo nº: 10980.009293/2008-13 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA INTERMODAL SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 14337.000448/2009-82 - Recorrente: BELEM PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 14337.000449/2009-27 - Recorrente: BELEM PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 14367.000040/2009-53 - Recorrente: AMAZONPREV - FUNDO PREV DO EST DO AMAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 36402.001262/2003-67 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 14489.000825/2008-69 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 35301.005978/2004-90 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS e FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10919.000060/2008-07 - Recorrente: LGM TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13709.000129/2008-58 - Recorrente: LGM TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10919.000061/2008-43 - Recorrente: LGM TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13709.000620/2007-06 - Recorrente: LGM TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13709.000621/2007-42 - Recorrente: LGM TELECOMUNICACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 15956.000442/2007-19 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 15956.000444/2007-16 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 15956.000443/2007-63 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15956.000446/2007-05 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 15956.000447/2007-41 - Recorrente: MARQUES E MIZIARA, AGROPECUARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
18 - Processo nº: 35324.002460/2006-06 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA
19 - Processo nº: 35324.002461/2006-42 - Recorrentes: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 14337.000031/2007-58 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA e FAZENDA NACIONAL

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
21 - Processo nº: 10510.004398/2007-31 - Recorrente: VIACAO SAO PEDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10510.004403/2007-14 - Recorrente: VIACAO SAO PEDRO LTDA E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10510.721616/2011-82 - Recorrente: VIACAO SAO PEDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10510.721618/2011-71 - Recorrente: VIACAO SAO PEDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 23034.021441/2001-42 - Recorrente: VIACAO SAO PEDRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13971.001453/2010-06 - Recorrente: BAUER EMBALAGENS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13971.001452/2010-53 - Recorrente: BAUER EMBALAGENS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13971.001451/2010-17 - Recorrente: BAUER EMBALAGENS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
29 - Processo nº: 10730.721366/2017-81 - Recorrente: JOSE ROBERTO PEREIRA SERVICOS DE PINTURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10730.721643/2019-18 - Recorrente: M.A.P. SILVA CONSULTORIA E TREINAMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 37367.003075/2006-05 - Recorrente: INPAL S A INDUSTRIAS QUIMICAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15540.720507/2012-95 - Recorrente: REGALLO MULTI ROUPAS LTDA - EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 14489.000550/2008-63 - Recorrente: SAUDE E ENERGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13971.002916/2010-49 - Recorrente: TEX COTTON IND DE CONFECCOES LTD E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 12269.004170/2009-48 - Recorrente: TURBO CENTER PORTO ALEGRE COMERCIO E MANUTENCAO DE TURBOS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 15983.000252/2007-74 - Recorrente: VILAMAR SERVICOS MARITIMOS LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
37 - Processo nº: 10320.003807/2007-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO CONSORCIO ALUMAR

38 - Processo nº: 10320.003803/2007-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
39 - Processo nº: 10320.003823/2007-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
40 - Processo nº: 10320.003834/2007-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
41 - Processo nº: 10320.003873/2007-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO S/A
42 - Processo nº: 10320.003809/2007-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO CONSORCIO ALUMAR
43 - Processo nº: 11330.000948/2007-24 - Recorrentes: INTEGRAL TRANSPORTE E AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA e FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 11330.001013/2007-65 - Recorrentes: INTEGRAL TRANSPORTE E AGENCIAMENTO MARITIMO LTDA e FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): SARA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO SILVA
45 - Processo nº: 11845.000041/2010-61 - Recorrente: ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11845.000042/2010-13 - Recorrente: ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 11845.000043/2010-50 - Recorrente: ASSOCIACAO COMUNITARIA SAO FRANCISCO DE ASSIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 14041.000524/2008-94 - Recorrente: CASCOL COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
49 - Processo nº: 10660.722307/2011-14 - Recorrente: ASSOCIACAO COMERCIAL, INDUSTRIAL, DE TURISMO, SERVICOS E AGRONEGOCIOS DE PARAGUACU - ACIAP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 16366.001238/2007-28 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL ARKADIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 16366.001237/2007-83 - Recorrente: CONDOMINIO RESIDENCIAL ARKADIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10935.001025/2011-02 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO OESTE - SICREDI OESTE PR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10166.720250/2017-87 - Recorrente: DARD CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10384.006760/2008-82 - Recorrente: EUROPA INDUSTRIA DE CASTANHAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10384.006761/2008-27 - Recorrente: EUROPA INDUSTRIA DE CASTANHAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 19515.721186/2012-12 - Recorrente: GENTE BANCO DE RECURSOS HUMANOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 35366.000691/2005-08 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e GENTE BANCO DE RECURSOS HUMANOS LTDA
58 - Processo nº: 10920.001569/2008-20 - Recorrente: EMTUCO SERVICOS E PARTICIPACOES S.A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13603.722127/2011-05 - Recorrente: N.L. DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 15540.000330/2008-21 - Recorrente: NUCLEO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 15540.000329/2008-04 - Recorrente: NUCLEO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15540.000326/2008-62 - Recorrente: NUCLEO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 15540.000328/2008-51 - Recorrente: NUCLEO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 15540.000327/2008-15 - Recorrente: NUCLEO MIX INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10970.720166/2012-74 - Recorrente: CAFE MINAS COMERCIO E EXPORTACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
66 - Processo nº: 11080.012194/2007-44 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 12269.000436/2008-01 - Recorrente: COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 1: CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
68 - Processo nº: 19515.000702/2010-00 - Recorrente: OBRA SOCIAL DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 19515.000703/2010-46 - Recorrente: OBRA SOCIAL DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 19515.000701/2010-57 - Recorrente: OBRA SOCIAL DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13962.000273/2009-74 - Recorrente: MODAPASSO TERCEIRIZACAO DE CALCADOS LT E e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13962.000276/2009-16 - Recorrente: MODAPASSO TERCEIRIZACAO DE CALC LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13962.000274/2009-19 - Recorrente: MODAPASSO TERCEIR DE CALC LTDA E OUTRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 19515.721253/2011-18 - Recorrente: MERRILL LYNCH REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 19515.721255/2011-07 - Recorrente: MERRILL LYNCH REPRESENTACOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 19515.720773/2011-03 - Recorrente: ILATI-INSTITUTO LATINO AMERICANO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13971.721810/2011-29 - Recorrente: KMD TERCEIRIZACAO DE CALCADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13971.721811/2011-73 - Recorrente: KMD TERCEIRIZACAO DE CALCADOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
79 - Processo nº: 13839.005609/2008-20 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13839.005611/2008-07 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13839.005615/2008-87 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 10508.000526/2009-89 - Recorrente: CONSTRUTORA E INCORP CONST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 10508.000527/2009-23 - Recorrente: CONSTRUTORA E INCORP CONST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 10508.000525/2009-34 - Recorrente: CONSTRUTORA E INCORP CONST LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 18088.000728/2009-21 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DE TAQUARITINGA - FETAQ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 18088.000729/2009-75 - Recorrente: FUNDACAO EDUCACIONAL DE TAQUARITINGA - FETAQ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13161.000706/2009-17 - Recorrente: AGROPECUARIA TOCA DA ONCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13161.000704/2009-28 - Recorrente: AGROPECUARIA TOCA DA ONCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 2: IRPF
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
89 - Processo nº: 10166.732351/2017-09 - Recorrente: MARIA ESTEVES DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
90 - Processo nº: 10166.732352/2017-45 - Recorrente: MARIA ESTEVES DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
91 - Processo nº: 10166.732353/2017-90 - Recorrente: MARIA ESTEVES DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
92 - Processo nº: 19985.722546/2014-11 - Recorrente: VALDOMIRO APARECIDO MAGALHAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 11020.721459/2013-51 - Recorrente: ROBERTO ANTONIO FANTONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARIO HERMES SOARES CAMPOS
94 - Processo nº: 11634.720293/2018-42 - Recorrente: CARLOS MANUEL DE OLIVEIRA PINTO PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 11080.722052/2018-41 - Recorrente: VIRIATO DUTRA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 13558.720003/2009-55 - Recorrente: MARCOS ANTONIO SANTOS BANDEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 18050.003692/2009-64 - Recorrente: WALTER RIBEIRO COSTA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 10480.720251/2011-73 - Recorrente: JULIO CESARO CALABRESE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 10980.010847/2007-44 - Recorrente: MARIA APARECIDA SANTOS DE LIMA DE AGUIAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 10983.720414/2010-76 - Recorrente: DAVID LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 10580.720698/2009-08 - Recorrente: JOSE ROBERTO BAHIENSE FONTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 10580.728259/2010-79 - Recorrente: HERMANN CESIO RIBEIRO PASSINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 13560.000566/2008-01 - Recorrente: JOSE MAURICIO SANTOS SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 10980.720661/2012-64 - Recorrente: PEDRO PAULO SILVEIRA DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 13839.001901/2009-54 - Recorrente: TEODOMIRO DOS SANTOS MATOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 19311.720413/2012-71 - Recorrente: TEODOMIRO DOS SANTOS MATOSO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
107 - Processo nº: 19707.000259/2007-14 - Recorrente: ANTONIO LINCOLN CARVALHO DE SIQUEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 10950.004774/2008-90 - Recorrente: APARECIDO MARQUI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
109 - Processo nº: 10980.011263/2007-96 - Recorrente: MARY DE OLIVEIRA LEON PETIT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 10580.720943/2009-79 - Recorrente: DANIEL DE SOUZA OLIVEIRA NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10580.721200/2009-16 - Recorrente: MARIA LICIA LIMA RAMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
112 - Processo nº: 11060.723321/2012-30 - Recorrente: JOAO LUIZ ZINN e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 13:00 HORAS

TEMA 2: IRPF
Relator(a): MARTIN DA SILVA GESTO
113 - Processo nº: 13819.722320/2014-55 - Recorrente: SONIA FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10880.730153/2012-12 - Recorrente: EDUARDO JOSE DE FARIAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 18186.000175/2007-36 - Embargante: TITULAR DE UNIDADE RFB e Interessado: SIDERURGICA J L ALIPERTI S A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONAM ROCHA DE MEDEIROS
116 - Processo nº: 10880.728315/2011-71 - Recorrente: IRLAND PEREIRA DE AZEVEDO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 11080.728204/2015-77 - Recorrente: SALOMAO KATZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUDMILA MARA MONTEIRO DE OLIVEIRA
118 - Processo nº: 10510.725209/2018-11 - Recorrente: DAYSE CABRAL PINHEIRO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10935.720069/2014-70 - Recorrente: LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10510.725966/2019-75 - Recorrente: DAYSE CABRAL PINHEIRO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 13924.000084/2009-58 - Recorrente: LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVIERA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 11543.001444/2010-21 - Recorrente: SIMONE MALEK RODRIGUES PILON e Interessado: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10140.725551/2019-57 - Recorrente: PAULO PEDRO LOSCHI DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10340.720188/2020-61 - Recorrente: RUTH SCHWARTZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10950.720529/2012-18 - Recorrente: LUIS GUSTAVO PUPIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 11020.721599/2013-20 - Recorrente: NEURI CAETANO CRISTIANETTI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 14751.000284/2007-31 - Recorrente: LIGIA MARIA DE FREITAS HOLANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10166.720008/2009-01 - Recorrente: JOSE EUSTAQUIO FERREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 18471.001652/2007-65 - Recorrente: CLAUDIO DA COSTA NARCIZO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10283.003030/2005-15 - Recorrente: CELSO PAULINO DE CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARIO HERMES SOARES CAMPOS
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 2ª Seção do CARF

3ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 06 a 08/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado; e

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
1 - Processo nº: 19622.000046/2016-13 - Recorrente: LUQUITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 19622.000523/2009-11 - Recorrente: LUQUITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 19622.000524/2009-58 - Recorrente: LUQUITA INDUSTRIA E COMERCIO DE ACRILICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 14479.001070/2007-58 - Recorrente: CONSTRUTORA LR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 37322.000113/2006-86 - Recorrente: CONSTRUTORA LR LTDA E OUTROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10380.014374/2007-13 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10380.014376/2007-11 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10380.014397/2009-90 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10380.014398/2009-34 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10380.014399/2009-89 - Recorrente: FORTEKS ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 13936.000920/2008-84 - Recorrente: MERCADOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13936.000921/2008-29 - Recorrente: MERCADOMOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 16024.000565/2008-14 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 16024.000566/2008-69 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 16024.000568/2008-58 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 16027.720175/2016-44 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 16027.720137/2016-91 - Recorrente: MUNICIPIO DE ARACARIGUAMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
18 - Processo nº: 13971.005476/2010-81 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 13971.005475/2010-37 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 13971.004441/2010-25 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 13971.005474/2010-92 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13971.005477/2010-26 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13971.005478/2010-71 - Recorrente: PROSIL ASSESSORIA PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 13411.000330/2009-51 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13411.000326/2009-93 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13411.000327/2009-38 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13411.000325/2009-49 - Recorrente: JOALINA TRANPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
28 - Processo nº: 10670.001799/2008-88 - Recorrente: DOMINGAS DA SILVA PAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FLAVIA LILIAN SELMER DIAS
29 - Processo nº: 16095.720317/2011-55 - Recorrente: JUVENTUDE CIVICA POAENSE - JUCIP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 16095.720318/2011-08 - Recorrente: JUVENTUDE CIVICA POAENSE - JUCIP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 12259.000723/2008-21 - Recorrente: SOBREMETAL RECUPERACAO DE METAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
32 - Processo nº: 10950.005598/2010-28 - Recorrente: AMARILDO LUIZ VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10950.005600/2010-69 - Recorrente: AMARILDO LUIZ VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
34 - Processo nº: 11516.721995/2011-13 - Recorrente: LURDETE SOARES DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 11516.722578/2012-79 - Recorrente: LURDETE SOARES DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
36 - Processo nº: 10166.727541/2015-34 - Recorrente: ALCESTE FERRAZ COUTINHO BRAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
37 - Processo nº: 10540.001689/2009-82 - Recorrente: ITALMIRA SILVA BRITO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
38 - Processo nº: 10380.724554/2012-74 - Recorrente: FRANCISCO RODRIGUES GONDIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
39 - Processo nº: 13855.722677/2013-16 - Recorrente: AUGUSTO BARBOSA ESTELLITA LINS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
40 - Processo nº: 13819.721218/2011-90 - Recorrente: DERCIO GIL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
41 - Processo nº: 13819.000112/2010-78 - Recorrente: JONES SANTOS GOMES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
42 - Processo nº: 18050.002003/2009-02 - Recorrente: JOSE MARIA THADEU VEIGA MASCARENHAS MOTTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MAURICIO DALRI TIMM DO VALLE
43 - Processo nº: 10073.720093/2010-72 - Recorrente: HVRC TURISMO E ECOLOGIA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
44 - Processo nº: 13123.000395/2008-61 - Recorrente: BERENICE GAETA FERNANDES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
45 - Processo nº: 10680.723486/2011-61 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: MARIA MIRTES LEOPOLDINO ALVIM e FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
46 - Processo nº: 13054.720461/2012-61 - Recorrente: CLEUSA MARIA FONSECA KORNELIUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 13054.720661/2011-32 - Recorrente: CLEUSA MARIA FONSECA KORNELIUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
48 - Processo nº: 10073.721057/2014-50 - Recorrente: MARCELO CANUTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 17883.000054/2008-45 - Recorrente: MARCELO CANUTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
50 - Processo nº: 19288.720045/2019-71 - Recorrente: MARCIO ROBERTO PAULA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 19288.720046/2019-16 - Recorrente: MARCIO ROBERTO PAULA DA COSTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO MAURICIO VITAL
52 - Processo nº: 10882.720145/2015-91 - Embargante: MARCIO LUIZ MIGUEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
53 - Processo nº: 13888.724014/2011-97 - Recorrente: GERALDA CANDIDA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.724015/2011-31 - Recorrente: GERALDA CANDIDA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
55 - Processo nº: 10580.721768/2010-71 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
56 - Processo nº: 10640.724113/2011-83 - Recorrente: ARNALDO MACEDO VILLELA DE ANDRADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
57 - Processo nº: 10580.720336/2007-47 - Recorrente: JORGE DA ROCHA KELSCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
58 - Processo nº: 10855.001161/2008-89 - Recorrente: MARINEZ FRALETTI MIGUEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10166.733020/2018-69 - Recorrente: MARIA VILDA RODRIGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
60 - Processo nº: 12326.006070/2010-68 - Recorrente: LUCIA MARTINS DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 12326.006071/2010-11 - Recorrente: LUCIA MARTINS DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 12448.721631/2010-76 - Recorrente: MARILENE ALMEIDA CARVALHO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13706.004655/2008-17 - Recorrente: MARILENE ALMEIDA CARVALHO DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 12326.004162/2009-70 - Recorrente: MARILIA DE LAMARE SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13706.006789/2008-72 - Recorrente: MARILIA DE LAMARE SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13706.007465/2008-51 - Recorrente: MARILIA DE LAMARE SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
67 - Processo nº: 11080.735360/2012-41 - Recorrente: ANGELA ALLES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
68 - Processo nº: 18186.724633/2018-89 - Recorrente: JOSE ROBERIO DO NASCIMENTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11080.725283/2010-50 - Recorrente: CLAUDIA HELENA MARODIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13839.721188/2011-83 - Recorrente: GEORGE WILSON TOMINAGA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 16511.720424/2011-25 - Recorrente: GIANFRANCESCO MOTTI DROPA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 18239.005462/2008-51 - Recorrente: MANOEL DE ANDRADE SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13749.720284/2011-13 - Recorrente: MOACIR JOSE MALHEIROS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
74 - Processo nº: 13748.720009/2011-18 - Recorrente: MANUEL DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13748.720010/2011-34 - Recorrente: MANUEL DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
76 - Processo nº: 11080.722747/2013-19 - Recorrente: JOSE IVORI OLIVEIRA LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
77 - Processo nº: 10825.720474/2011-92 - Recorrente: NILTON CARLOS POLLICE SCUDELLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 10825.720475/2011-37 - Recorrente: NILTON CARLOS POLLICE SCUDELLER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
79 - Processo nº: 11080.723601/2012-18 - Recorrente: LUIZ GONZAGA CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
80 - Processo nº: 11543.002741/2008-70 - Recorrente: HUDSON DA PENHA RIBEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
81 - Processo nº: 15504.725017/2018-15 - Recorrente: GUILHERME ARANTES ROSA MACIEL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): WESLEY ROCHA
82 - Processo nº: 13804.002514/2010-76 - Recorrente: LUIZ PAULO GIAO DE CAMPOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
83 - Processo nº: 11610.727561/2012-30 - Recorrente: LUIZ CELSO DOMINGUES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

84 - Processo nº: 15563.000131/2009-35 - Recorrente: JOAO BATISTA AVILA SALES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
85 - Processo nº: 13054.720020/2012-69 - Recorrente: JULIO VILSON STROHER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDA MELO LEAL
86 - Processo nº: 11080.723033/2011-66 - Recorrente: KARIN RECKNAGEL MORAES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MONICA RENATA MELLO FERREIRA STOLL
87 - Processo nº: 10830.005013/2010-36 - Recorrente: MARLY APARECIDA LAUBENSTEIN DE VASCONCELLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JOAO MAURICIO VITAL
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 06 a 08/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
1	10280.720586/2011-48	2
10	10735.722470/2011-58	11
57	17335.720278/2017-74	58 a 60
61	10166.720703/2018-56	62 e 63
64	10680.725509/2016-86	65 e 66
67	11065.723661/2017-25	68 e 69

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 1: ITR - DIVERSOS
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
1 - Processo nº: 10280.720586/2011-48 - Recorrente: NOVACON REFLORESTADORA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
2 - Processo nº: 10280.720591/2011-51 - Recorrente: NOVACON REFLORESTADORA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
3 - Processo nº: 10280.720596/2011-83 - Recorrente: NOVACON REFLORESTADORA IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
4 - Processo nº: 13609.720040/2012-16 - Recorrente: JOSE DOS SANTOS MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13609.720039/2012-91 - Recorrente: JOSE DOS SANTOS MONTEIRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13161.720229/2009-18 - Recorrente: ELIANA TEREZINHA NOGARA DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
7 - Processo nº: 11040.720008/2010-16 - Recorrente: ANTONIA DE OLIVEIRA SAMPAIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10140.722159/2015-22 - Recorrente: ROBERTO ALBERTINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10140.722163/2015-91 - Recorrente: ROBERTO ALBERTINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10735.722470/2011-58 - Recorrente: JOSE LUIZ SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
11 - Processo nº: 10735.722459/2011-98 - Recorrente: JOSE LUIZ SOBRINHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
12 - Processo nº: 10218.721088/2007-90 - Recorrente: BERNARDO CLOBES SPERANDIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10218.721030/2007-46 - Recorrente: OSMAR PASSAMANI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10660.723719/2011-63 - Recorrente: DECIO JUNQUEIRA FERRAZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
15 - Processo nº: 10530.725227/2012-79 - Recorrente: JOAQUIM RUY PAULILO BACELAR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10680.720195/2009-04 - Recorrente: JAYRO LUIZ LESSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
17 - Processo nº: 10140.727771/2019-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROQUE FACHINI FILHO
18 - Processo nº: 10140.727772/2019-60 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ROQUE FACHINI FILHO
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
19 - Processo nº: 10183.004738/2006-01 - Recorrente: EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES RIO PIQUIRI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
20 - Processo nº: 10980.004821/2010-62 - Recorrente: CONSTRUTORA SAO LUIZ LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: IRPF - RESTITUIÇÃO/CONHECIMENTO/DIVERSOS
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
21 - Processo nº: 13074.725635/2021-34 - Recorrente: MARTIN GEORG ENNO RUDOLF CLARUS THEIMAR BROMBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 13074.725633/2021-45 - Recorrente: MARTIN GEORG ENNO RUDOLF CLARUS THEIMAR BROMBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 13074.725634/2021-90 - Recorrente: MARTIN GEORG ENNO RUDOLF CLARUS THEIMAR BROMBERG e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 18186.727718/2019-08 - Recorrente: MARIZA APARECIDA RAMOS STOLSES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
25 - Processo nº: 15553.720141/2011-24 - Recorrente: MARCELO RIBEIRO FEIJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
26 - Processo nº: 11543.001220/2004-71 - Recorrente: FLORIANO SCHUWANS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10725.721640/2011-04 - Recorrente: JOSE ANTONIO BARBOSA LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10725.721116/2013-97 - Recorrente: JOSE ANTONIO BARBOSA LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 10725.721115/2013-42 - Recorrente: JOSE ANTONIO BARBOSA LEMOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 14751.000285/2007-85 - Recorrente: FERNANDO JOSE MARQUES DE ANDRADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR
31 - Processo nº: 18471.002034/2007-32 - Recorrente: RIKKERDT HUIJSKES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 15504.003566/2009-36 - Recorrente: ANTONIO ASSUNCAO DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: IRPF - OMISSÃO DE RENDIMENTOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
33 - Processo nº: 19515.001538/2006-63 - Recorrente: PAULO TULIO ALTMAN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR
34 - Processo nº: 10730.720792/2018-89 - Recorrente: REGINA ALBA MARCH FROTA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 13074.724933/2020-26 - Recorrente: PEDRO AMAURI RINALDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 13784.720262/2017-12 - Recorrente: ITAMAR DE ALMEIDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 10380.015084/2007-97 - Recorrente: HENRIQUE VOSS PONTES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 15563.000328/2007-11 - Recorrente: HELENO AUGUSTO DE LIMA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 11080.723648/2017-88 - Recorrente: DANILO NEUHAUS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 11444.000845/2010-82 - Recorrente: ALESSANDRO CARDIM e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
41 - Processo nº: 10410.727636/2019-42 - Recorrente: AFONSO CELSO BARBOSA DE SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 19707.000113/2007-61 - Recorrente: CARLOS ALBERTO FERREIRA DE MIRANDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10980.015948/2007-10 - Recorrente: ANTONIO CARLOS TEIGAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR
44 - Processo nº: 10166.732618/2017-50 - Recorrente: IVAN MARINS DA SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
45 - Processo nº: 10580.727308/2009-12 - Recorrente: LICIA PINTO FRAGOSO MODESTO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 18050.007489/2009-67 - Recorrente: EDNA MARCIA SOUZA BARRETO DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10680.013626/2006-21 - Recorrente: HAROLDO BICALHO E SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13884.003451/2004-84 - Recorrente: GLAUCINEI CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR
49 - Processo nº: 10945.000427/2011-62 - Recorrente: ELIELSON POLINI VIEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 15504.009412/2010-91 - Recorrente: ALVARO BENICIO MARQUES ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 15889.000185/2009-28 - Recorrente: VALDECI SANCHEZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
52 - Processo nº: 10783.721267/2012-70 - Recorrente: FLAVIA LACOURT SAADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 15586.001491/2009-96 - Recorrente: FLAVIA LACOURT SAADE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13855.722703/2013-14 - Recorrente: JOAQUIM FRANCISCO DE CASTRO NETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13855.722599/2013-50 - Recorrente: CLAUDIA POLITANSKI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13855.722702/2013-61 - Recorrente: ANDRE SAPOZNIK e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 4: IRPF - AJUSTE/GLOSA
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
57 - Processo nº: 17335.720278/2017-74 - Recorrente: CHRISTINE SOARES TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 17335.720280/2017-43 - Recorrente: CHRISTINE SOARES TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 17335.720281/2017-98 - Recorrente: CHRISTINE SOARES TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 17335.720282/2017-32 - Recorrente: CHRISTINE SOARES TAVARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10166.720703/2018-56 - Recorrente: JOSEFA GOMES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10166.720702/2018-10 - Recorrente: JOSEFA GOMES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 10166.720704/2018-09 - Recorrente: JOSEFA GOMES DE OLIVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 10680.725509/2016-86 - Recorrente: SORAYA DINIZ E SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10680.725510/2016-19 - Recorrente: SORAYA DINIZ E SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10680.725511/2016-55 - Recorrente: SORAYA DINIZ E SOUZA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
67 - Processo nº: 11065.723661/2017-25 - Recorrente: ELUCIO ANDRE FLECK SCHMIDT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
68 - Processo nº: 11065.723662/2017-70 - Recorrente: ELUCIO ANDRE FLECK SCHMIDT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 11065.723663/2017-14 - Recorrente: ELUCIO ANDRE FLECK SCHMIDT e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
70 - Processo nº: 10410.004553/2008-29 - Recorrente: PEDRO AUGUSTO MENDONCA DE ARAUJO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR
71 - Processo nº: 18239.004750/2010-11 - Recorrente: MAURO EMYGDIO DE MACEDO CARLOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 10580.720258/2008-61 - Recorrente: ADRI VIANA LAGO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
73 - Processo nº: 10830.724790/2014-15 - Recorrente: DIETER OSKAR MOSER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RENATO ADOLFO TONELLI JUNIOR
74 - Processo nº: 10980.723721/2013-81 - Recorrente: DAVID HONORATO DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
75 - Processo nº: 13154.720060/2011-00 - Recorrente: PEDRO PEREIRA CAMPOS FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
76 - Processo nº: 13831.720196/2019-30 - Recorrente: MARIA CRISTINA RAMOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 10930.001209/2009-90 - Recorrente: LAFAYETTE CORREA DE OLIVEIRA JUNIOR e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: CS - ENTIDADE BENEFICENTE
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
78 - Processo nº: 13888.003323/2009-13 - Recorrente: COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13888.003324/2009-50 - Recorrente: COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13888.003326/2009-49 - Recorrente: COLEGIO SALESIANO DOM BOSCO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 15983.720011/2013-93 - Recorrente: CENTRO DE ESTUDOS VERDE QUE TE QUERO VERDE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
82 - Processo nº: 19515.002922/2009-26 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FEBASP ASSOCIACAO CIVIL
83 - Processo nº: 19515.002923/2009-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FEBASP ASSOCIACAO CIVIL
TEMA 6: CS - CARACTERIZAÇÃO SEGURADO/SALÁRIO INDIRETO/PARCELAS EM FOLHA/DIVERSOS
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
84 - Processo nº: 10166.728380/2015-04 - Recorrente: HOSPITAL SANTA LUCIA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 15504.727148/2013-14 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 15504.727150/2013-93 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 15504.003495/2008-91 - Recorrente: COOPERATIVA CENTRAL DOS PRODUTORES RURAIS DE MINAS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 18471.001789/2008-09 - Recorrente: GLOBEX UTILIDADES S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 18471.001788/2008-56 - Recorrente: GLOBEX UTILIDADES S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
90 - Processo nº: 10410.003357/2007-56 - Recorrente: START SIS E TECNOL EM REC TERCEIRIZAVEIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
91 - Processo nº: 13629.720307/2011-56 - Recorrente: SUPERMERCADO DEGRAU LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
92 - Processo nº: 13603.723973/2012-15 - Recorrente: T & L COMERCIO, INDUSTRIA E SERVICOS LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
93 - Processo nº: 13888.720958/2012-76 - Recorrente: CAAD TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 13888.720959/2012-11 - Recorrente: CAAD TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: CS - COMERCIALIZAÇÃO PRODUÇÃO RURAL/DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
95 - Processo nº: 16004.000348/2009-43 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16004.000349/2009-98 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16004.000350/2009-12 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16004.000351/2009-67 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16004.000352/2009-10 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16004.000354/2009-09 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 16004.000355/2009-45 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 16004.000356/2009-90 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 16004.000358/2009-89 - Recorrente: EDILBERTO SARTIN e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
104 - Processo nº: 10325.001779/2008-37 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS CRUZEIRO DO SUL EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
105 - Processo nº: 16004.000363/2009-91 - Recorrente: NILVANA FORTES PERES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 16004.000364/2009-36 - Recorrente: NILVANA FORTES PERES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
107 - Processo nº: 11853.001135/2007-52 - Recorrente: TIO JORGE DIST DE PROD ALIMENT IMPO EXPO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
108 - Processo nº: 10925.000153/2010-69 - Recorrente: MADEIREIRA GRAMADOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
109 - Processo nº: 10920.723424/2019-36 - Recorrente: INDUSTRIAS ARTEFAMA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
110 - Processo nº: 23034.002562/2000-12 - Recorrente: INDUSTRIAS ARTEFAMA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 13976.000363/2007-44 - Recorrente: INDUSTRIAS ARTEFAMA S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: CS - EXCLUSÃO SIMPLES/DIVERSOS
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
112 - Processo nº: 10140.721245/2012-75 - Recorrente: CONTAFACIL SERVICOS EXPRESSOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10140.721246/2012-10 - Recorrente: CONTAFACIL SERVICOS EXPRESSOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
114 - Processo nº: 11080.724171/2014-13 - Recorrente: MULTICONTROLE CONTROLE DE PRAGAS E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 11516.723160/2012-89 - Recorrente: ANDERSON VALGAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
116 - Processo nº: 10640.721245/2011-53 - Recorrente: GARDEN HILL GOLF CLUB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10640.721556/2011-12 - Recorrente: GARDEN HILL GOLF CLUB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10640.721555/2011-78 - Recorrente: GARDEN HILL GOLF CLUB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10640.721246/2011-06 - Recorrente: GARDEN HILL GOLF CLUB LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10835.001200/2009-67 - Recorrente: CLAROXAL SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10835.001201/2009-10 - Recorrente: CLAROXAL SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10835.001202/2009-56 - Recorrente: CLAROXAL SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS LTDA EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

TEMA 9: CS - COMPENSAÇÃO/RESTITUIÇÃO/DIVERSOS
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
123 - Processo nº: 11516.008286/2008-43 - Recorrente: MAKENJI ADMINISTRACAO E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
124 - Processo nº: 10972.720019/2013-65 - Recorrente: TIROS PREFEITURA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10865.003963/2008-12 - Recorrente: GALZERANO INDUSTRIA DE CARRINHOS E BERCOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10730.731427/2013-95 - Recorrente: PAULO FERREIRA LEITE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
127 - Processo nº: 18329.000214/2007-23 - Recorrente: CARDIO NEFROCLINICA DELTA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
128 - Processo nº: 10167.001538/2007-77 - Recorrente: JESUPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
129 - Processo nº: 23034.000140/2004-28 - Recorrente: ONDREPSB-SERVICO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 23034.000142/2004-17 - Recorrente: ONDREPSB-SERVICO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
131 - Processo nº: 10670.720056/2013-78 - Recorrente: LANZA VIEIRA AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
132 - Processo nº: 10670.720057/2013-12 - Recorrente: LANZA VIEIRA AGROINDUSTRIAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
133 - Processo nº: 13962.000774/2008-70 - Recorrente: TINTURARIA E ESTAMPARIA PEDRINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 13962.000775/2008-14 - Recorrente: TINTURARIA E ESTAMPARIA PEDRINI LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAYD SANTANA FERREIRA
135 - Processo nº: 11080.732432/2011-18 - Recorrente: CENASA-CENTRO ASSISTENCIAL SARANDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 12269.003241/2008-12 - Recorrente: CENASA-CENTRO ASSISTENCIAL SARANDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
137 - Processo nº: 12269.003242/2008-59 - Recorrente: CENASA-CENTRO ASSISTENCIAL SARANDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 12269.003243/2008-01 - Recorrente: CENASA-CENTRO ASSISTENCIAL SARANDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 12269.003296/2008-14 - Recorrente: CENASA-CENTRO ASSISTENCIAL SARANDI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 36582.001679/2007-82 - Recorrente: CAPITAO LEONIDAS MARQUES CAMARA MUNICIPAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 10935.720965/2013-58 - Recorrente: COBRA CRIADA COMUNICACAO VISUAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 10935.720966/2013-01 - Recorrente: COBRA CRIADA COMUNICACAO VISUAL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: CS - OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS/CONHECIMENTO/DIVERSOS
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
143 - Processo nº: 10580.007848/2007-14 - Recorrente: CURSO E COLEGIO PERSONA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 35013.003938/2006-11 - Recorrente: CURSO E COLEGIO PERSONA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
145 - Processo nº: 11330.001362/2007-87 - Recorrente: VEIRANO E ADVOGADOS ASSOCIADOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
146 - Processo nº: 16151.720196/2013-91 - Recorrente: COOPERDATA ADM E PROJ COOP DE PREST DE SERV EM TECNOL. DA INF. E EM DESENV.E ADM PROJ TECNICOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
147 - Processo nº: 11444.001318/2009-51 - Recorrente: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DA ALTA PAULISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 11444.001352/2009-26 - Recorrente: COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DA ALTA PAULISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MATHEUS SOARES LEITE
149 - Processo nº: 13864.000497/2008-11 - Recorrente: SANROCA INCORPORADORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
150 - Processo nº: 10380.726488/2017-81 - Recorrente: SERVIS SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10380.726684/2017-56 - Recorrente: SERVIS SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
152 - Processo nº: 10380.726685/2017-09 - Recorrente: SERVIS SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
153 - Processo nº: 10380.006062/2007-36 - Recorrente: SERVIS SEGURANCA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MIRIAM DENISE XAVIER
154 - Processo nº: 16327.720153/2014-38 - Embargante: B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE LUIS HENTSCH BENJAMIN PINHEIRO
155 - Processo nº: 10680.721877/2011-41 - Recorrente: LIDERANCA CONSERVACAO E SERVICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 19647.002884/2009-14 - Recorrente: ESCOLA PROFISSIONALIZ ENF SAO CAMILO L e Interessado: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 19647.002886/2009-03 - Recorrente: ESCOLA PROFISSIONALIZ ENF SAO CAMILO L e Interessado: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 19647.002900/2009-61 - Recorrente: ESCOLA PROFISSIONALIZ ENF SAO CAMILO LTD e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MIRIAM DENISE XAVIER
Presidente da 1ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 06 a 08/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado; e

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): RODRIGO DUARTE FIRMINO
1 - Processo nº: 35011.002536/2005-38 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
2 - Processo nº: 15949.000024/2010-16 - Recorrente: ELOBRAS INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 11020.004596/2008-61 - Recorrente: ELOBRAS INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DUARTE FIRMINO
4 - Processo nº: 23034.022760/2002-56 - Recorrente: POLIBRASIL S AINDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
5 - Processo nº: 17546.000226/2007-21 - Recorrente: TRANSDULI TRANSPORTES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 11116.001696/2010-91 - Recorrente: AYRTON JOSE RONCATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 11116.001695/2010-46 - Recorrente: AYRTON JOSE RONCATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 13502.001132/2010-20 - Recorrente: BAHIA SCUBA ATIVIDADES SUBAQUATICAS LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 13502.001131/2010-85 - Recorrente: BAHIA SCUBA ATIVIDADES SUBAQUATICAS LTDA-EPP e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
10 - Processo nº: 15586.720072/2013-33 - Recorrente: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENECIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
11 - Processo nº: 10073.721821/2012-25 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO DO COLEGIO SANTA ANGELA DE RESENDE
12 - Processo nº: 16812.000310/2009-56 - Recorrente: CENTRO DE IDIOMAS GSK LTDA ME e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13896.000570/2010-94 - Recorrente: CNB ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10830.000198/2010-92 - Recorrente: CAMPNEUS LIDER DE PNEUMATICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
15 - Processo nº: 15954.000123/2007-23 - Recorrente: CASA CACULA DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 15954.000124/2007-78 - Recorrente: CASA CACULA DE CEREAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
17 - Processo nº: 23034.022587/2002-96 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETROLEO IPIRANGA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
18 - Processo nº: 10670.002075/2008-51 - Recorrente: EDUCAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
19 - Processo nº: 17460.000128/2007-33 - Recorrente: PEVI INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 18471.001520/2008-14 - Recorrente: PRODISA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 18471.001521/2008-69 - Recorrente: PRODISA PRODUTORA E DISTRIBUIDORA LIMITADA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
22 - Processo nº: 10196.000462/2010-11 - Recorrente: SIND EMPRESAS TRANSP COLETIVO URB PASSAGEIROS GOIANIA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
23 - Processo nº: 14120.000491/2008-01 - Recorrente: USINA SANTA OLINDA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 14120.000489/2008-23 - Recorrente: USINA SANTA OLINDA S/A ACUCAR E ALCOOL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
25 - Processo nº: 10530.000868/2008-31 - Recorrente: UTIARA S/A AGROINDUSTRIA E COMERCIO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
26 - Processo nº: 23034.000002/2004-49 - Recorrente: ASA SERVICOS DE LIMPEZA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
27 - Processo nº: 10630.001470/2007-11 - Recorrente: CAIPA COMERCIAL E AGRICULO IPATINGA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
28 - Processo nº: 16641.000095/2008-11 - Recorrente: CASA DE CARNES E CONVENIEN CASTRO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
29 - Processo nº: 23034.000516/2005-85 - Recorrente: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A ELETRONORTE e Interessado: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 23034.011299/2000-44 - Recorrente: CESP - COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
31 - Processo nº: 10932.000110/2010-94 - Recorrente: FUNDACAO SALVADOR ARENA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 35569.000014/2006-86 - Recorrente: H.QUNITAS S/A MAT. P. CONST. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
33 - Processo nº: 18050.003113/2008-01 - Recorrente: MAIS SOCIAL - MOVIMENTO DE ACAO E INTEGRACAO SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 18050.003116/2008-36 - Recorrente: MAIS SOCIAL - MOVIMENTO DE ACAO E INTEGRACAO SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 18050.003115/2008-91 - Recorrente: PARQUE SOCIAL - EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
36 - Processo nº: 13864.000289/2007-23 - Recorrente: SINDICATO DOS TRAB IND MET MAT ELETR SJC e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DUARTE FIRMINO
37 - Processo nº: 10580.004589/2007-70 - Recorrente: CIA DE ELET DO E. DA BA. COELBA E OUTRO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
38 - Processo nº: 15983.000488/2010-14 - Recorrente: ASSOCIACAO VICENTINA DE FUTEBOL SOCIETY e Interessado: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 23034.000259/2003-10 - Recorrente: BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
40 - Processo nº: 19515.000586/2008-04 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: JOHNSON E JOHNSON COM DISTRIBUICAO LTDA e FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 15521.000300/2009-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ASSOCIACAO MONSENHOR SEVERINO
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
42 - Processo nº: 10580.724681/2017-21 - Recorrente: JOSE CARLOS TEIXEIRA NOVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DUARTE FIRMINO
43 - Processo nº: 14479.000282/2007-18 - Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS GERAIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 15504.021141/2008-28 - Recorrente: FAZENDA SANTA RITA SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
45 - Processo nº: 12268.000054/2009-60 - Recorrente: ESTEIO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 12268.000062/2009-14 - Recorrente: ESTEIO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 12268.000061/2009-61 - Recorrente: ESTEIO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS SA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
48 - Processo nº: 11971.000136/2009-03 - Recorrente: MERCADO SM LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
49 - Processo nº: 13857.000760/2008-53 - Recorrente: TAPETES SAO CARLOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 13857.000761/2008-06 - Recorrente: TAPETES SAO CARLOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
51 - Processo nº: 36266.004208/2007-17 - Embargante: CONSELHEIRO e Interessado: SERAC DO BRASIL INDUST. E COMERCIO LTDA. e FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10735.722448/2011-16 - Recorrente: ANASTACIO JOSE BAPTISTA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13656.721181/2011-18 - Recorrente: RENATO JOSE DOS REIS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10410.002875/2009-14 - Recorrente: ROMERO GOMES DE OLIVEIRA FREITAS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 10882.908613/2009-17 - Recorrente: NATURA COSMETICOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): VINICIUS MAURO TREVISAN
56 - Processo nº: 13702.001356/2008-61 - Recorrente: ANTONIO JOSE FERNANDES FILHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 16327.901784/2011-11 - Recorrente: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
58 - Processo nº: 10768.003071/2009-92 - Recorrente: FRANCISCO SORIANO DE SOUZA NUNES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
59 - Processo nº: 10437.721504/2019-17 - Recorrente: MANOEL DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10437.721532/2019-26 - Recorrente: MANOEL DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
61 - Processo nº: 10803.000002/2007-91 - Recorrente: MARCELO LAHOZ VAGNER e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
62 - Processo nº: 10437.721404/2018-00 - Recorrente: BENEDITO ARISTIDES SILVEIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
63 - Processo nº: 10435.002603/2008-55 - Recorrente: PAULO BASTOS DA SILVA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 12898.000020/2009-59 - Recorrente: PAULO ROBERTO BAPTISTA PEREIRA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
65 - Processo nº: 15540.720085/2019-24 - Recorrente: MARCIA IRENE PIGNATARO CLETO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
66 - Processo nº: 10437.721657/2018-75 - Recorrentes: RICARDO CALDEIRA VIACAVA e FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10937.720013/2011-52 - Recorrente: VILIBALDO MORCH e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
68 - Processo nº: 10630.720996/2009-57 - Recorrente: ELSON LIBORIO CAMARA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
69 - Processo nº: 13897.000515/2010-94 - Recorrente: APARECIDO CARMO DA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
70 - Processo nº: 14751.720256/2011-10 - Recorrente: MARCO ANTONIO CARTAXO QUEIROGA LOPES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DUARTE FIRMINO
71 - Processo nº: 15463.720656/2019-91 - Recorrente: PAULO ROBERTO DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
72 - Processo nº: 10805.002297/2009-82 - Recorrente: MARLENE AUGUSTO PERUCCI e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): ANA CLAUDIA BORGES DE OLIVEIRA
73 - Processo nº: 17883.000214/2010-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FERNANDO SIMOES
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
74 - Processo nº: 10580.725457/2013-23 - Recorrente: FRANKLIN ROOSEVELT MOTA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 10580.720008/2015-51 - Recorrente: FRANKLIN ROOSEVELT MOTA DOS SANTOS e Interessado: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 18471.001409/2006-66 - Recorrente: ISABELA DE FATIMA TORRES DE SA SANTOS DINIZ e Interessado: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 12448.730082/2015-35 - Recorrente: MARIA MONTEIRO DRUMOND POYARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 12448.721828/2017-81 - Recorrente: MARIA MONTEIRO DRUMOND POYARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15463.720222/2019-91 - Recorrente: MARIA MONTEIRO DRUMOND POYARES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 11516.000569/2004-13 - Recorrente: ANTONIO GUIDO AMBONI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 12326.001508/2009-88 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ANTONIO RANGEL TORRES BANDEIRA
82 - Processo nº: 10880.670949/2009-11 - Recorrente: BRUNO CASARINI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FRANCISCO IBIAPINO LUZ
83 - Processo nº: 10530.724321/2009-13 - Recorrente: CESAR LEMOS DE CARVALHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GREGORIO RECHMANN JUNIOR
84 - Processo nº: 10580.727314/2009-70 - Recorrente: DAISY LAGO RIBEIRO COELHO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11610.010398/2006-24 - Recorrente: EDELCIO WAGNER BENASSI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11080.100893/2008-21 - Recorrente: EDIMILSON PEREIRA DA ROSA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FRANCISCO IBIAPINO LUZ
Presidente da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara
da 2ª Seção do CARF

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Período da Reunião de 06 a 08/12/2022.

Pauta ordinária de julgamento dos recursos das sessões não presenciais utilizando videoconferência a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral e pedidos de retirada de pauta devem ser enviadas em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião mensal de julgamento da turma, independentemente do dia em que o processo tenha sido agendado;

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg; e

3) O julgamento do(s) processo(s) constante(s) na tabela abaixo, coluna "ITEM" e "PROCESSO", servirá como paradigma para o julgamento do(s) processo(s) constante do(s) item(ns) na coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado ao(s) processo(s) repetitivo(s) de que trata a coluna "ITENS REPETITIVOS" da tabela abaixo, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Item	Processo	ITENS REPETITIVOS
10	16327.721601/2011-78	11
20	19515.720422/2012-75	21
28	10670.722431/2019-18	29
46	13971.722085/2017-00	47 e 48
67	13971.902898/2013-40	68 e 69
70	13971.902897/2013-03	71 a 74

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: RETORNOS DE PAUTA
Redator(a) AD HOC: EDELI PEREIRA BESSA
1 - Processo nº: 10600.720035/2013-86 - Recorrente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
2 - Processo nº: 16561.720090/2014-47 - Recorrente: MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: LUCROS NO EXTERIOR
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
3 - Processo nº: 16539.720011/2014-85 - Recorrente: BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 16327.001478/2005-27 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: CRBS S/A
TEMA 3: RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
5 - Processo nº: 11060.723490/2017-84 - Recorrente: ECOPLAN ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
6 - Processo nº: 16561.720070/2011-23 - Recorrentes: EMPRESA FOLHA DA MANHA S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: CSLL - COISA JULGADA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
7 - Processo nº: 13805.003551/98-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ALFA HOLDINGS S.A.
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
8 - Processo nº: 14041.000078/2007-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BRB BANCO DE BRASILIA SA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
9 - Processo nº: 10600.720020/2014-07 - Recorrente: ESAB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 6 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: MULTAS ISOLADAS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
10 - Processo nº: 16327.721601/2011-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
11 - Processo nº: 16327.721715/2011-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
12 - Processo nº: 16327.720728/2012-51 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: BANCO ITAU BBA S.A.
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
13 - Processo nº: 15540.720420/2011-37 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DIDICO COMERCIO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
TEMA 6: SIMPLES
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
14 - Processo nº: 10510.721409/2011-28 - Recorrente: COLEGIO PURIFICACAO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
15 - Processo nº: 13502.721725/2016-00 - Recorrente: DIMENSAO GESTAO E ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS EIRELI e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
16 - Processo nº: 13005.721712/2013-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MARCIO RITZEL & CIA LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
17 - Processo nº: 11516.000043/2005-14 - Recorrente: MORGAN & ALBERTON COMERCIO DE PECAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
18 - Processo nº: 13971.721749/2011-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: KMD TERCEIRIZACAO DE CALCADOS EIRELI
19 - Processo nº: 10835.000347/2011-54 - Recorrente: H. I. INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 7: APURAÇÃO INCORRETA DO IMPOSTO / OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
20 - Processo nº: 19515.720422/2012-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COLEGIO PALMARES LTDA
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
21 - Processo nº: 19515.720423/2012-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COLEGIO PALMARES LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
22 - Processo nº: 10680.018829/2007-95 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REPUBLICAR LTDA
23 - Processo nº: 11516.724228/2013-28 - Recorrente: FERRAZ DE ANDRADE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: LUCRO PRESUMIDO
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
24 - Processo nº: 10945.901979/2012-71 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 10945.901745/2012-23 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 10945.901744/2012-89 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10945.901978/2012-26 - Recorrente: DABOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
28 - Processo nº: 10670.722431/2019-18 - Recorrente: HOSPITAL DE OLHOS DO NORTE DE MINAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
29 - Processo nº: 10670.720660/2019-90 - Recorrente: HOSPITAL DE OLHOS DO NORTE DE MINAS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: MULTAS QUALIFICADAS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
30 - Processo nº: 10580.721584/2012-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GOTEMBURGO VEICULOS LTDA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
31 - Processo nº: 13971.720791/2015-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: A R ASSESSORIA TRIBUTARIA E CONSULTORIA LTDA
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
32 - Processo nº: 10882.722154/2015-16 - Recorrentes: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
33 - Processo nº: 13005.000186/2006-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ATC - ASSOCIATED TOBACCO COMPANY BRASIL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE TABACO LTDA
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
34 - Processo nº: 13609.001434/2010-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: SOCIEDADE CEREAIS UNAI LTDA
TEMA 10: DESMUTUALIZAÇÃO
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
35 - Processo nº: 16327.720307/2017-34 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCAO
TEMA 11: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
36 - Processo nº: 16327.000483/2008-65 - Recorrente: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: DECADÊNCIA / PRECLUSÃO / DILIGÊNCIAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
37 - Processo nº: 10380.015859/2009-96 - Recorrente: ECOFOR AMBIENTAL S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 13074.725066/2021-27 - Recorrente: COMERCIAL AUTO HOUSE SP LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
39 - Processo nº: 13312.720020/2006-22 - Recorrente: GRENDENE S A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
40 - Processo nº: 16327.903417/2008-49 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DE SAO PAULO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 7 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: DEDUÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
41 - Processo nº: 19515.721059/2015-58 - Embargante: MULTIGRAIN COMERCIO LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
42 - Processo nº: 16327.721350/2014-74 - Recorrentes: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
43 - Processo nº: 16327.720249/2016-68 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
44 - Processo nº: 19515.720199/2018-51 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e FOX FILM DO BRASIL LTDA
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
45 - Processo nº: 13888.720696/2013-21 - Recorrente: DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: DCOMP - MULTAS ISOLADAS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
46 - Processo nº: 13971.722085/2017-00 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
47 - Processo nº: 13971.722097/2017-26 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13971.722100/2017-10 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
49 - Processo nº: 10925.000828/2007-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: REUNIDAS S.A - TRANSPORTES COLETIVOS EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
50 - Processo nº: 11080.907411/2013-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA

51 - Processo nº: 10820.002870/2008-89 - Recorrente: FUGA COUROS JALES LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.960206/2015-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MOSAIC FERTILIZANTES LTDA.
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
53 - Processo nº: 13981.000132/2002-57 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: MADECAL ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
TEMA 15: SOCIEDADES COOPERATIVAS
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
54 - Processo nº: 15504.725252/2014-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COOPERATIVA DOS SERVIDORES AUTONOMOS DE B HTE LTDA
TEMA 16: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
55 - Processo nº: 13971.720790/2015-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: A R ASSESSORIA TRIBUTARIA E CONSULTORIA LTDA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
56 - Processo nº: 13074.725065/2021-82 - Recorrente: ROGERIO JOSE BONATO e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
57 - Processo nº: 13074.725061/2021-02 - Recorrente: FABIO GONCALVES CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 10840.723809/2021-16 - Recorrente: RODRIGO GONCALVES CHAVES e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 17: GANHO DE CAPITAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
59 - Processo nº: 16561.720165/2014-90 - Recorrente: ARAINVEST PARTICIPACOES SA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
60 - Processo nº: 16327.720593/2013-12 - Recorrente: DEUTSCHE BANK - CORRETORA DE VALORES S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
61 - Processo nº: 16561.720078/2017-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: ZARDUST EMPREENDIMENTOS MARITIMOS LTDA
TEMA 18: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
62 - Processo nº: 13808.000983/99-53 - Recorrente: EUROFARMA DISTRIBUIDORA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): EDELI PEREIRA BESSA
63 - Processo nº: 19515.003053/2009-57 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e QUALIX SERVICOS AMBIENTAIS S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
64 - Processo nº: 10980.724040/2010-98 - Recorrente: MONDELEZ BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
65 - Processo nº: 10166.729370/2017-40 - Recorrente: BOM JESUS AGROPECUARIA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
66 - Processo nº: 10983.915251/2009-74 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: COMPANHIA ENERGETICA SAO SALVADOR - CESS
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
67 - Processo nº: 13971.902898/2013-40 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
68 - Processo nº: 13971.902627/2015-56 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13971.902628/2015-09 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
70 - Processo nº: 13971.902897/2013-03 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
71 - Processo nº: 13971.722750/2014-12 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13971.724185/2014-10 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13971.902625/2015-67 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13971.902626/2015-10 - Recorrente: CIA. HERING e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 8 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 21: DCOMP
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
75 - Processo nº: 10380.901595/2010-29 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS
76 - Processo nº: 16327.910475/2009-18 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 11080.908329/2013-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
78 - Processo nº: 13312.720012/2006-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GRENDENE S A
TEMA 22: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): ALEXANDRE EVARISTO PINTO
79 - Processo nº: 10980.723739/2010-31 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
TEMA 23: RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
80 - Processo nº: 16095.720037/2015-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: GERAL EXPRESSO AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA
81 - Processo nº: 10348.720430/2020-26 - Recorrente: ATNAS ENGENHARIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
82 - Processo nº: 13896.722315/2014-20 - Recorrentes: SOTERRA TERRAPLENAGEM E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
83 - Processo nº: 16095.720038/2015-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Interessado: JETLOG SERVICOS LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 54, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR SUBSTITUTO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, bem como o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o constante dos Processos SEI/ME de nºs. 19972.101574/2021-78 (restrito) e 19972.101575/2021-12 (confidencial), referentes à investigação de dumping sobre as importações brasileiras de acrilato de butila, comumente classificadas no subitem 2916.12.30 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Rússia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, considerando a necessidade de prazo adicional para conduzir as etapas da verificação de elementos de prova previstas nos arts. 59 a 69 da Portaria SECEX nº 162, de 6 de janeiro de 2022, decide:

1. Tornar públicos os novos prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida investigação, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 66, de 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 1º de outubro de 2021, alterando o cronograma divulgado por intermédio da Circular Secex nº 27, de 22 de junho de 2022, publicada no DOU de 23 de junho de 2022.

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	7 de dezembro de 2022
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	27 de dezembro de 2022
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	26 de janeiro de 2023
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	15 de fevereiro de 2023
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	1º de março de 2023

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

PORTARIA SGD/ME Nº 8.904, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as regras de alocação e exercício descentralizado dos servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista em Tecnologia da Informação - ATI, do quadro de pessoal do Ministério da Economia, no âmbito dos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de que trata o art. 3º do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DIGITAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 132, IV e VIII, do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e conforme o disposto no Processo SEI nº 19974.101909/2022-19, resolve:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Portaria estabelece critérios e procedimentos para a alocação e o exercício descentralizado dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação - ATI, do quadro de pessoal do Ministério da Economia, no âmbito dos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de que trata o art. 3º do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011.

Parágrafo único. As requisições, cessões, alterações de exercício para composição da força de trabalho e remoções dos servidores ATI deverão observar a legislação em vigor e não se encontram no objeto e no âmbito de aplicação desta Portaria.

Alocação e exercício descentralizado

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - alocação: a movimentação de servidores ATI para exercício nas unidades do SISP integrantes da estrutura do Ministério da Economia; e

II - exercício descentralizado: a movimentação de servidores ATI para exercício nas unidades do SISP não integrantes da estrutura do Ministério da Economia.

Art. 3º A Secretaria de Governo Digital poderá deliberar de ofício sobre a alocação e o exercício descentralizado dos servidores ATI, conforme necessidade justificada da administração.

Art. 4º Os órgãos ou entidades que possuem em seu quadro de pessoal cargo efetivo com especialidade em Tecnologia da Informação não terão prioridade na movimentação de servidores ATI, de que trata esta Portaria.

Art. 5º A unidade do SISP interessada na alocação ou exercício descentralizado de servidor ATI, deverá apresentar pedido fundamentado à Secretaria de Governo Digital.

§ 1º É possível a apresentação de pedido com a indicação nominal do servidor ATI:

I - para ocupação de cargo em comissão ou função de confiança; e

II - em hipóteses extraordinárias devidamente justificadas, de pedidos realizados em função das características de servidor especialista em determinado assunto.

§ 2º Nas hipóteses de que tratam os incisos I e II do § 1º o pedido conterá:

I - o nome do servidor;

II - matrícula SIAPE;

III - currículo atualizado do servidor, cadastrado no Banco de Talentos do SouGov.br (versão PDF);

IV - nome da unidade na qual o servidor terá exercício;

V - descrição resumida das atividades a serem exercidas pelo servidor;

VI - a indicação do cargo em comissão ou da função de confiança, se for o caso; e

VIII - a aprovação do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc, de que trata o Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, se for o caso.

Art. 6º Nos casos de alocação ou exercício descentralizado de servidor ATI especificamente para ocupar cargo em comissão ou função de confiança, a Secretaria de Governo Digital deverá ser comunicada pela unidade do SISP, se houver:

I - exoneração do cargo em comissão ou dispensa da função de confiança; e

II - alteração do cargo em comissão ou da função de confiança.

§1º O servidor ATI deverá ser apresentado à Secretaria de Governo Digital para definição de nova unidade de exercício, na hipótese do inciso I do art. 6º.

§2º A alteração de que trata o inciso II do art. 6º não importará no encerramento da alocação ou do exercício descentralizado.

Art. 7º O servidor ATI, enquanto aguarda a definição da sua nova unidade de exercício, poderá ser posto em exercício:

I - em uma unidade da Secretaria de Governo Digital para realização de atividades e entregas temporárias; ou

II - no órgão ou na entidade que tenha previamente demonstrado o interesse na movimentação.

Art. 8º A permuta de servidores ATI deverá ser autorizada pela Secretaria de Governo Digital, desde que haja por escrito a justificativa para a permuta em razão dos perfis profissionais e a anuência por escrito dos gestores das unidades do SISP e dos servidores envolvidos.

Art. 9º Caso o órgão ou a entidade não tenha interesse na permanência de servidor ATI em sua unidade do SISP, deverá:

I - encaminhar Ofício à Secretaria de Governo Digital com as devidas justificativas; e

II - orientar o ATI a solicitar apoio para alteração da unidade exercício, por meio de agendamento de atendimento na Secretaria de Governo Digital.

§ 1º O servidor ATI deverá permanecer no órgão ou na entidade em que estiver em exercício até que seja concluído o processo formal de autorização da alteração da unidade de exercício pela Secretaria de Governo Digital.

§ 2º A apresentação de servidor ATI na hipótese de que trata o caput não obriga a Secretaria de Governo Digital à reposição do profissional ao respectivo órgão ou entidade.

Disposições finais

Art. 10. A Secretaria de Governo Digital poderá expedir instrumentos complementares a esta Portaria.

Parágrafo único. Os casos omissos nesta Portaria e em instrumentos complementares serão tratados pela Secretaria de Governo Digital.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 42, de 17 de outubro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

FERNANDO ANDRÉ COELHO MITKIEWICZ

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 33, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de SISTEMA INTELIGENTE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM).

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2022

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mcti.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

ANEXO

PROPOSTA Nº 043/22 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA SISTEMA INTELIGENTE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM), ESTABELECIDO PELAS PORTAIRAS INTERMINISTERIAIS SEPEC/ME/MCTIC Nº 43 E Nº 44 DE 30 DE AGOSTO DE 2019.

OBS.: A consulta está em forma de Portaria na versão da Lei de Informática, mas também vale para a versão da Zona Franca de Manaus, as alterações estão em desataque.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico do produto SISTEMA INTELIGENTE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM), industrializado no País, passa a ser composto pelas etapas e respectivas pontuações relacionadas na tabela constante do Anexo desta Portaria Interministerial.

§ 1º Os pontos totais serão atribuídos a cada etapa de produção realizada, conforme o disposto no Anexo, sendo que a empresa deverá acumular no mínimo 29 (vinte e nove) pontos por ano-calendário .

§ 2º O projeto de desenvolvimento a que se refere a etapa I do Anexo só será pontuado para o produto que atenda às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil e atendam às Portarias específicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI.

Art. 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA) ao exigido pela legislação a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser aplicado em programas e projetos de interesse nacional nas áreas de tecnologias da informação e comunicação considerados prioritários pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI.

§ 1º O investimento a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto incentivado no mercado interno, decorrente da comercialização, dos produtos a que se refere esta Portaria, nos termos dos §§1º e 2º do art. 9º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 2º A comprovação do investimento em PD&IA deverá ser apresentada de forma discriminada junto com o relatório descritivo referente à obrigação estabelecida na Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, serão considerados como aplicação em atividades de PD&IA do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizados até 31 de março do ano subsequente.

Art. 3º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como SISTEMA INTELIGENTE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS (INTELLIGENT STORAGE SYSTEM) o equipamento formado por gabinetes compostos por unidades individuais de armazenamento de dados, e que possua as seguintes características:

I - ter a função única e exclusiva de armazenar dados, de forma digital, em meio magnético; em meio magnético combinado com meio semicondutor; ou somente em meio semicondutor, tanto o gabinete principal como os possíveis gabinetes de expansão; e

II - ter como elemento de conexão física e lógica externa pelo menos uma unidade de processamento digital, contidos na NCM: 8471.50.

Art. 4º Para o processo de montagem e soldagem de todos os componentes em placa, quando pelo menos duas das funcionalidades citadas nas etapas VIII, IX e X do Anexo desta Portaria estiverem contidas em uma única placa, será permitida a soma da pontuação de cada etapa para efeito de atingimento da meta estabelecida no § 1º do art. 1º, desde que essa funcionalidade esteja integrada à placa em referência. (NR)

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 6º Fica revogada a Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 43, de 30 de agosto de 2019.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Etapa	Descrição da etapa produtiva	Pontos Totais
I	Projeto de desenvolvimento no País - Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, ou Portaria MCTI nº 1.309, de 19 de dezembro de 2013, ou Portaria MCTIC nº 356, de 19 de janeiro de 2018, ou Portaria MCTIC nº 3.303, de 25 de junho de 2018, ou Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021.	6
II	Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Adicional (PD&IA), valendo 2 pontos para cada 1% investido, limitado a um máximo de 10 pontos.	10
III	Desenvolvimento do software embarcado de baixo nível (firmware) da placa principal.	2
IV	Corte, dobra e furação ou outro processo de puncionamento, corte a laser ou estampagem das chapas metálicas da estrutura mecânica e das partes de fechamento do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos, tais como portas, tetos, laterais e tampas.	5
V	Soldagem ou rebitagem das partes metálicas do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos.	5
VI	Tratamento superficial e pintura das partes metálicas do gabinete ou alojamento (gaveta) de discos.	3
VII	Injeção, moldagem ou outro processo de conformação (impressão 3D) das partes plásticas do gabinete ou alojamento (gaveta de discos).	2
VIII	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de comunicação com a unidade controladora do disco.	7
IX	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de posicionamento da informação nos conjuntos de leitura e gravação.	2
X	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de leitura e gravação lógica da informação.	16
XI	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de conversor CA/CC.	2
XII	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa lógica da unidade de disco rígido e integração com o HDA.	20
XIII	Corte do wafer e encapsulamento e teste dos circuitos integrados de memória volátil do tipo RAM.	4
XIV	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa que implemente a função de memória volátil do tipo RAM.	1
XV	Corte do wafer e encapsulamento e teste dos circuitos integrados de memória do tipo não-volátil do Solid State Drive e on Board (SSD).	29
XVI	Montagem e soldagem de todos os componentes na placa do Solid State Drive (SSD).	4
XVII	Integração das placas de circuito impresso montadas e dos demais subconjuntos elétricos e mecânicos na formação do produto final.	5
XVIII	Formatação, configuração e testes finais.	1

CONSULTA PÚBLICA Nº 34, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial SEPEC-ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "ESPELHO RETROVISOR INTERNO ELETROCRÔMICO PARA VEÍCULOS DE QUATRO RODAS".

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, no endereço:

https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/processo-produtivo-basico-ppb/consultas-publicas-de-ppb-1/consultas-publicas-de-ppb-2022

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@economia.gov.br, cgct.ppb@mcti.gov.br e cgpri.ppb@suframa.gov.br.

GLENDA BEZERRA LUSTOSA
Secretária de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

ANEXO

PROPOSTA Nº 030/2022 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA ESPELHO RETROVISOR INTERNO ELETROCRÔMICO PARA VEÍCULOS DE QUATRO RODAS, ESTABELECIDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCT Nº 200, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

I) ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DOS INCISOS DO ART. 1º (ETAPAS PRODUTIVAS):

DE:

Art. 1º .....

I - injeção plástica do gabinete e da moldura;

II - estampagem da placa de alumínio;

III - montagem e soldagem dos componentes nas placas de circuito impresso;

IV - montagem do subconjunto composto por circuito eletrônico, célula fotoelétrica e espelhos; e

V - montagem final do produto.

PARA:

Art. 1º .....

I - injeção plástica do gabinete e da moldura;

II - estampagem da placa de alumínio, quando aplicável;

III - montagem e soldagem dos componentes nas placas de circuito impresso;

IV - montagem do subconjunto composto por circuito eletrônico, célula fotoelétrica e espelhos;

V - montagem do suporte articulado, quando aplicável; e

VI - montagem final do produto.

II) ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ART. 2º (DISPENSA DE ETAPAS CONDICIONADA A INVESTIMENTO EM P&D):

DE:

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos III e IV, bem como a montagem do suporte articulado, até o limite de produção de 100.000 (cem mil) unidades, no ano calendário.

§ 1º A dispensa constante no caput fica condicionada à aplicação mínima, pela a empresa, de 3% (três por cento) em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), na Amazônia Ocidental.

§ 2º O percentual a que se refere o parágrafo primeiro será calculado sobre o faturamento anual bruto no mercado interno, auferido com a comercialização do produto, deduzidos os tributos incidentes nessa comercialização.

§ 3º Para efeito desta Portaria consideram-se atividades de P&D, as definidas pelo art. 20 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

PARA:

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos III, IV e V do art. 1º até o limite de produção de 100.000 (cem mil) unidades, no ano calendário.

§ 1º A dispensa de realização das etapas constantes nos incisos III e IV do art. 1º fica condicionada à aplicação mínima, pela empresa, de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) do faturamento bruto anual em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por etapa dispensada.

§ 2º O investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) a que se refere a etapa II do Anexo deverá ser realizado na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, mediante aplicação em programa prioritário instituído pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (CAPDA) ou mediante a formulação e execução de projetos que objetivem a geração de produtos, suas partes e peças ou processos inovadores, bem como o desenho industrial de novos produtos, em conformidade ao disposto no art. 2º do Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006.

§ 3º O investimento em PD&I a que se refere o caput deste artigo deverá ser calculado sobre o faturamento bruto anual no mercado interno, decorrente da comercialização com fruição do benefício fiscal, do produto a que se refere esta Portaria, deduzidos os tributos incidentes nesta operação.

§ 4º Para efeito do disposto no caput deste artigo, serão considerados como aplicação em atividades de PD&I do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de tais atividades realizadas até 31 de março do ano subsequente.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 73, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721030/2022-73 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca BMW, modelo X5, ano 2016, cor preta, chassi WBAKR6100G0R30536, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 16/1872275-3, de 25/11/2016, pela Alfândega no Porto de Santos, de propriedade da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília, CNPJ nº 03.874.311/0001-78.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 74, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721079/2022-26 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca AUDI, modelo Q3, ano 2020, cor prata, chassi WAUBYAF37L1112492, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 20/1400944-8, de 10/09/2020, pela Alfândega no Porto de Paranaguá, de propriedade de Silvio Zelli, CPF nº 103.773.821-75.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALFAEG Nº 1, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita a empresa que menciona a operar o regime aduaneiro de Depósito Afiançado- DAF.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARO GOMES, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e tendo em vista o disposto no art. 7º da Instrução Normativa nº 409, de 19 de março de 2004, e o que consta do Dossiê Eletrônico nº 13042.105380/2022-47, declara:

Art. 1º Fica a empresa AZUL LINHAS AÉREAS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.296.295/0024-56, habilitada a operar, em caráter precário, o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado - DAF.

Parágrafo único: Fica atribuído ao recinto o código 2947205-9.

Art. 2º O regime será operado neste aeroporto, sendo o endereço do depósito: Av. Antoine Lavoisier, nº 356, qd A Lt. 4, bairro Tarumã, Manaus-Am, pertencente a empresa ALL SERVICE FORNECIMENTO DE ALIMENTOS LTD, conforme contrato constante do processo n.º 13042.105380/2022-47.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CRISTIANO DE SOUSA DEMBOSKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALFAEG Nº 2, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Encerra o regime aduaneiro de Depósito Afiançado-DAF para a empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EDUARDO GOMES, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III, do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e tendo em vista o disposto no art. 7º da Instrução Normativa nº 409, de 19 de março de 2004, e o que consta do Dossiê Eletrônico nº 13042.027923/2021-05, declara:

Art. 1º Fica desabilitada a empresa AMERICAN AIRLINES INC., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.212.637/0036-19, a operar o Regime Aduaneiro Especial de Depósito Afiançado (DAF).

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 02, de 01 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2012, de habilitação da empresa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CRISTIANO DE SOUSA DEMBOSKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BEL Nº 2, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara concedido o Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM-PA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo I da Portaria RFB nº 20, de 05 de Abril de 2021, publicada no DOU de 12 de Abril de 2021, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta no processo administrativo n° 13042.026.119/2022-81, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial de que trata a Instrução Normativa nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, na atividade de IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o nº 02101/0017, ao estabelecimento da empresa FRANBRAZ S J S EIRELI, CNPJ nº29.930.912/0001-44, localizado à AVENIDA CARLOS LINS CORTÊS, nº 475 (LOT. INFRAERO II), BAIRRO: INFRAERO - MACAPÁ /AP CEP 68.908-074.

Art. 2º O Registro Especial poderá ser cancelado a qualquer tempo, na ocorrência de uma das situações previstas no artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIA DE LOURDES GOMES FAVACHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO LUÍS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 171, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1627/SPE/MME, de 08 de setembro de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica, denominada VENTOS DE SAO ZACARIAS 06, cadastrada com o Código Único do Empreendimeto de Geração - CEG: EOL.CV.PI.038131-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.617, de 12 de abril de 2022, de titularidade da empresa VENTOS DE SAO ZACARIAS 06 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.245.049/0001-54 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.117.170/2022-14, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica VENTOS DE SAO ZACARIAS 06 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., CNPJ n° 42.245.049/0001-54, estabelecida na ROD DOUTOR MENDEL STEINBRUCH 10800 SALA 428, DISTRITO INDUSTRIAL, MARACANAU-CE, CEP 61939-906, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 24/10/2022 a 15/05/2024.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EUGÊNIO DE MORAIS SAMPAIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1628/SPE/MME, de 08 de setembro de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica, denominada VENTOS DE SAO ZACARIAS 07, cadastrada com o Código Único do Empreendimeto de Geração - CEG: EOL.CV.PI.038132-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.618, de 12 de abril de 2022, de titularidade da empresa VENTOS DE SAO ZACARIAS 07 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.245.151/0001-50 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.117.182/2022-49, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica VENTOS DE SAO ZACARIAS 07 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., CNPJ n° 42.245.151/0001-50, estabelecida na ROD DOUTOR MENDEL STEINBRUCH 10800 SALA 429, DISTRITO INDUSTRIAL, MARACANAU-CE, CEP 61939-906, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 24/10/2022 a 15/05/2024.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EUGÊNIO DE MORAIS SAMPAIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 173, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1630/SPE/MME, de 08 de setembro de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica, denominada VENTOS DE SAO ZACARIAS 09, cadastrada com o Código Único do Empreendimeto de Geração - CEG: EOL.CV.PE.038134-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.620, de 12 de abril de 2022, de titularidade da empresa VENTOS DE SAO ZACARIAS 09 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.258.573/0001-60 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.117.201/2022-37, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica VENTOS DE SAO ZACARIAS 09 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., CNPJ n° 42.258.573/0001-60, estabelecida na ROD DOUTOR MENDEL STEINBRUCH 10800 SALA 431, DISTRITO INDUSTRIAL, MARACANAU-CE, CEP 61939-906, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 24/10/2022 a 15/05/2024.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EUGÊNIO DE MORAIS SAMPAIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 174, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI). Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS, nos casos autorizados pelos diplomas legais e normativos a seguir citados.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022 e pela Portaria DRF/SLS nº 0.058 de 06 de julho de 2022, e considerando o teor da Portaria nº 1631/SPE/MME, de 08 de setembro de 2022, que aprova o enquadramento da Central Geradora Eólica, denominada VENTOS DE SAO ZACARIAS 10, cadastrada com o Código Único do Empreendimeto de Geração - CEG: EOL.CV.PE.038135-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.621, de 12 de abril de 2022, de titularidade da empresa VENTOS DE SAO ZACARIAS 10 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 42.258.554/0001-33 e, considerando ainda, o contido no processo administrativo nº 13075.117.202/2022-81, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica VENTOS DE SAO ZACARIAS 10 ENERGIAS RENOVAVEIS S/A., CNPJ n° 42.258.554/0001-33, estabelecida na ROD DOUTOR MENDEL STEINBRUCH 10800 SALA 432, DISTRITO INDUSTRIAL, MARACANAU-CE, CEP 61939-906, para operar no Regime Especial de Incentivos Para o Desenvolvimento de Infraestrutura - REIDI, de que trata a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, artigos 1º ao 5º, regulamentada pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007 e pela Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 15 de outubro de 2019, com período de execução de 24/10/2022 a 15/05/2024.

Art. 2° Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EUGÊNIO DE MORAIS SAMPAIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 162, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13083.133756/2022-27, formalizado em 20/09/2022, e seu Despacho Decisório nº 4.681/2022 - EBEN/SRRF/04, de 18/11/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica ALAGOAS AMBIENTAL S/A, CNPJ nº 16.982.376/0001-89, em razão da condição onerosa de INSTALAÇÃO de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0162/2022, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 13083.133756/2022-27.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica ALAGOAS AMBIENTAL S/A, CNPJ nº 16.982.376/0001-89, localizado na Fazenda Cachoeira do Imburi, s/nº, BR 316, Zona Rural, Município de Pilar, Estado de Alagoas - CEP 57150-000, conforme documento, às fls. 07, que versa sobre a condição onerosa de Instalação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a de Tratamento e Disposição de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos, conforme Laudo Constitutivo nº 0162/2022 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Infraestrutura - Tratamento Sanitário, na forma do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002; como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo, com início de fruição em 01/01/2022 e término em 31/12/2031, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0162/2022, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 181, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 13083.162011/2022-75, formalizado em 17/11/2022, e seu Despacho Decisório nº 5.411/2022 - EBEN/SRRF/04, de 18/11/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica ALAGOAS AMBIENTAL S/A, CNPJ nº 16.982.376/0001-89, em razão da condição onerosa de INSTALAÇÃO de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0163/2022, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 13083.162011/2022-75.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da Pessoa Jurídica ALAGOAS AMBIENTAL S/A, CNPJ nº 16.982.376/0002-60, localizado na Rodovia AL 115, s/nº, Lagoa do Rancho, Zona Rural, Município de Craíbas, Estado de Alagoas - CEP 57320-000, conforme Pedido de Reconhecimento do Direito à Redução de 75% do IRPJ, que versa sobre a condição onerosa de Instalação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a de Tratamento e Disposição de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos, conforme Laudo Constitutivo nº 0163/2022 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Infraestrutura - Tratamento Sanitário, na forma do art. 2º, inciso I, do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002; como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo, com início de fruição em 01/01/2022 e término em 31/12/2031, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0163/2022, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 183, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 19614.774818/2022-96, formalizado em 05/08/2022, e seu Despacho Decisório nº 5.412/2022 - EBEN/SRRF/04, de 21/11/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica RUPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 05.559.838/0001-33, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0110/2022, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 19614.774818/2022-96.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica RUPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 05.559.838/0001-33, localizado na Rodovia BR 101 Sul, Km 83, 81, Galpão 02, Galpão 03 Km 83 85, Galpão 04 Km 83 89, e Galpão 05, Km 83 91, Bairro Prazeres, Município Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco - CEP 54335-000, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a Fabricação de Material Plástico, cujos produtos são: 1 - Sacolas/Sacolas de Polietileno; 2 - Filme Técnico Polietileno; 4 - Filme Técnico Polipropileno; 5 - Sacos Polipropileno; 7 - Polímero Reciclado de Polietileno; 8 - Polímero Reciclado de Polipropileno; e 10 - Bobinas de Polietileno, conforme Laudo Constitutivo nº 0110/2022 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário de Indústria de Transformação - Materiais Plásticos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "e", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2022 e término em 31/12/2031, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0110/2022, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13083.019905/2022-46, resolve:

Autorizar o fornecimento de 72.720 (Setenta e dois mil, setecentos e vinte) selos de controle, tipo Uísque, cor amarelo, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Teachers 1L	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml , 40 % GL,	72.720

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13083.019905/2022-46, resolve:

Autorizar o fornecimento de 29.088 (Vinte e nove mil e oitenta e oito) selos de controle, tipo Uísque, cor amarelo, para selagem no exterior, à empresa BEAM SUNTORY BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ nº. 17.530.779/0003-11, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/096, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Teachers 1L	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40 % GL,	29.088

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF/6ªRF Nº 3, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o ADE SRRF/6ªRF Nº 15, de 11 de outubro de 2019, publicado no DOU de 15 de outubro de 2019, que declara alfandegado o recinto que menciona para o regime de exploração (licenciamento) de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 359, do Regimento Interno (Anexo I) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, em consonância com o disposto na Medida Provisória (MP) nº 612, de 04 de abril de 2013; nos artigos 13, § 1º e 13-A, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009; nos termos e condições das Portarias RFB nº 711, de 6 de junho de 2013 e, nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e de acordo com o acostado aos e-Processos nº 10611.720480/2013-17, 10120.006754/0719-11 e, 11891.720389/2017-99, declara:

Art. 1º. Alterado o Art. 1º do ADE SRRF/6ªRF Nº 15, de 11 de outubro de 2019, publicado no DOU de 15 de outubro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Alfandegada, em caráter precário, 73.208,58 m2 (setenta e três mil, duzentos e oito metros quadrados e, cinquenta e oito decímetros quadrados), sendo a área coberta de 25.724,74 m2 (vinte e cinco mil, setecentos e vinte e quatro metros quadrados e, setenta e quatro decímetros quadrados), e a área descoberta de 47.483,84 m2 (quarenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três metros quadrados e, oitenta e quatro decímetros quadrados) da instalação do Centro Logístico e Industrial Aduaneiro em Betim (MG), conforme desenho arquitetônico constante do processo acima, localizada na BR-381 Fernão Dias, s/nº - Km 490 - Bairro Jardim das Alterosas - 1ª Seção, no município de Betim (MG), para o regime de exploração (Licenciamento) de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, instituído pela Medida Provisória nº 612, de 4 de abril de 2013.".

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF/6ªRF Nº 4, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoria a operar o regime especial de Depósito Alfandegado Certificado (DAC), o Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA em Betim, nos termos que menciona.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 359, do Regimento Interno (Anexo I) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, em consonância com o disposto na Medida Provisória (MP) nº 612, de 4 de abril de 2013 e, nos artigos 13, § 1º e 13-A, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009; nos termos e condições das Portarias RFB nº 711, de 6 de junho de 2013 e, nº 143, de 11 de fevereiro de 2022; e, de acordo com o acostado ao e-Processo nº 10611.720480/2013-17. declara:

Art. 1º. Autorizada, em caráter precário, a empresa Tora Recintos Alfandegados S/A., CNPJ nº 86.613.403/0001-21, Licenciada do regime de exploração de Centro Logístico Industrial e Aduaneiro - CLIA em Betim, localizada na BR-381 Fernão Dias, S/Nº - Km 490 - Bairro Jardim das Alterosas - 1ª Seção, Município de Betim (MG), sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, a operar o Regime Especial de Depósito Alfandegado certificado - DAC, de que tratam os artigos 493 a 498 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, disciplinado pela Instrução Normativa SRF nº 266, de 23 de dezembro de 2002, para armazenagem de carga do tipo "geral".

Art. 2º. A interessada está autorizada a operar o regime em áreas restritas no recinto alfandegado do Centro Logístico e Industrial Aduaneiro em Betim, do qual é licenciada, delimitadas e demarcadas integralizando 502,00 m2 (quinhentos e dois metros quadrados), sendo 102,00 m2 (cento e dois metros quadrados) de área interna/coberta, e de 400,00m2 (quatrocentos metros quadrados) de área externa/descoberta, conforme Plantas apresentadas.

Art. 3º Caberá à autoridade local que jurisdiciona o recito alfandegado autorizado a operar o regime, o controle aduaneiro do regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC, através da verificação das informações prestadas à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil por meio informatizado, especificado no Ato Declaratório Executivo Coana/Cotec nº 2, de 26 de setembro de 2003, e a conformidade às exigências do Ato Declaratório Executivo Coana nº 2, de 13 de janeiro de 2003.

Art. 4º O prazo do Regime ora autorizado é o do Licenciamento do CLIA em Betim concedido à empresa identificada no art. 1º, acima, podendo ser cancelado, em qualquer época, a pedido da interessada.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

PORTARIA DRF/JFA/MG Nº 27, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA (MG), no uso das atribuições conferidas pelos artigos 360, 364 e 365 do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 142-B, Seção 1, Edição Extra, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e artigos 11 a 15 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações, resolve:

Art. 1º Delegar, ao Delegado-Adjunto, em caráter concorrente, todas as competências do Delegado Titular, passíveis de delegação, previstas no Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e legislação vigente.

Art. 2º O Delegado poderá avocar, a qualquer momento, a decisão de assunto objeto desta delegação sem que tal ato implique revogação parcial ou total desta Portaria.

Art. 3º Em todos os atos praticados em função das competências delegadas deverão ser mencionados o número e a data desta Portaria.

Art. 4º As delegações de competências de que trata esta Portaria são por prazo indeterminado e ficarão mantidas, automaticamente, em caso de alteração da legislação que rege cada matéria específica.

Art. 5º Fica revogada a Portaria DRF/JFA/MG nº 18, de 17 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 217, de 19 de novembro de 2021.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCOS ADRIANO AMORIM

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF07 Nº 420, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera os horários de atendimento presencial e do Chat RFB, no âmbito da 7ª Região Fiscal, nos dias de jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol 2022.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 359 e os incisos I e II do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria ME nº 9.763, de 9 de novembro de 2022, na Portaria SRRF07 nº 293, de 16 de maio de 2022, publicada no Boletim de Serviço nº 92, de 17 de maio de 2022, e na Portaria SRRF07 nº 244, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o período de atendimento e o horário de funcionamento das unidades de atendimento presencial da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil localizadas na 7ª Região Fiscal, nos dias de jogo do Brasil na Copa do Mundo de Futebol 2022, conforme Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º O atendimento da equipe do Chat RFB será realizado conforme Anexo III desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FÁBIO CARDOSO DO AMARAL
Superintendente-adjunto

ANEXO I

Unidades de atendimento presencial	Horário do jogo	Horário de atendimento ao público	Horário de funcionamento da unidade de atendimento
Centros de atendimento ao Contribuinte (CAC) vinculados à DRF/RF1 e DRF/RJ2 Centros de atendimento ao Contribuinte (CAC) e Agências da RFB vinculados à DRF/Nova Iguaçu e DRF/Volta Redonda Centros de atendimento ao Contribuinte (CAC), Agências da RFB em Cabo Frio, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo e Equipes de Atendimento em Macaé, todos vinculados à DRF/Niterói Centro de atendimento ao Contribuinte (CAC) vinculado à DRF/Vitória	12h	Não haverá atendimento	Não haverá funcionamento
	13h	9h às 10h	9h às 11h
	16h	9h às 13h	9h às 14h

ANEXO II

Unidades de atendimento presencial	Horário do jogo	Horário de atendimento ao público	Horário de funcionamento da unidade de atendimento
Agências da RFB em Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares, vinculadas à DRF/Vitória Agências da RFB em Itaperuna, Santo Antônio de Pádua e a Equipe de atendimento de Campos dos Goytacazes, todas vinculadas à DRF/Niterói	12h	Não haverá atendimento	Não haverá funcionamento
	13h	8h às 10h	8h às 11 h
	16h	8h às 12h	8h às 14h

ANEXO III

Atendimento	Horário do jogo	Horário de atendimento ao público
Chat RFB	12h	Não haverá atendimento
	13h	7h às 11h
	16h	7h às 14h

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 135, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural Repetro, na modalidade Repetro-Sped, somente na admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.357758/2022-13, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, com fulcro no artigo 2º, inciso IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a navegação de apoio marítimo RIO NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 08.835.355/0001-02, até 18/01/2024, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é CGG do Brasil Participações Ltda, CNPJ nº 29.339.298/0001-40.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE DECEX nº 41 de 26/04/2021, publicado no Diário Oficial da União em 28/04/2021.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 169, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS-Importação para Aquisição ou Importação de Óleo Combustível destinado à Navegação de Cabotagem ou de Apoio Marítimo ou Portuário de que trata os arts. 320 a 332 Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11de outubro de 2019, vigente à época de protocolização dos autos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2020 - Edição Extra e Portaria SRRF07 nº 272, de 17/03/2022, publicada D.O.U., de 23/03/2022, tendo em vista o disposto no caput do art. 324 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U., de 15 de outubro de 2019, e considerando o que consta do dossiê nº 13113.273676/2022-17, declara:

Art. 1º. Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS-Importação para aquisição ou importação de óleo combustível destinado à navegação de cabotagem ou de apoio marítimo ou portuário, instituído pela Lei nº 11.774/2008 e de que trata os arts. 320 a 332 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

PESSOA JURÍDICA: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRÁS)
CNPJ Nº: 33.000.167/0001-01

Art. 2º. O benefício do Regime será aplicado para o número do CNPJ do estabelecimento matriz e aplica-se a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica requerente (Lei nº 11.774, de 2008, art. 2º, caput e IN RFB nº 1.911/2019, art. 324, §1º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 53, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 30, de 28/06/2022, publicado no D.O.U. de 30/06/2022, do São Paulo Catarina Aeroporto Executivo Internacional (SBJH)

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e à vista do que consta do processo administrativo nº 10855.725948/2021-15, declara:

Art. 1º. Ficam alterados os artigos 3º e 5º do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 30, de 28/06/2022, publicado no D.O.U. de 30/06/2022, que passam a viger com as seguintes redações:

"Art. 3º. O atendimento pela RFB será realizado em dias úteis, no horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, e nos finais de semana e feriados, nos horários compreendidos entre 06:00 e 22:00 horas, sempre precedido de agendamento por parte do operador portuário com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do momento da operação de pouso ou decolagem da aeronave.

Art. 5º. Para utilização no Siscomex permanece atribuído o código 8.81.11.01-1 ao Aeroporto presentemente alfandegado, sob jurisdição da Alfandega do Aeroporto Internacional de Viracopos/SP - ALF/VCP, que exercerá a fiscalização aduaneira de forma eventual em conformidade com o art. 3º deste Ato, podendo estabelecer as rotinas operacionais necessárias ao controle aduaneiro."

Art. 2º. Permanecem inalteradas, efetivas e eficazes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 30, de 28/06/2022, publicado no D.O.U. de 30/06/2022, ora alterado.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO MAZARIN

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/GRU Nº 20, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Desabilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 13032.728170/2020-89, declara:

Art. 1º. Fica desabilitada a empresa TNT EXPRESS BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 73.475.303/0001-34, a promover, na modalidade comum, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737, de 15 de setembro de 2017, por não estar operando em fluxo regular e contínuo nesta Alfândega, características essenciais para o seu enquadramento como empresa de courier, nos termos previstos no inciso I do art. 2º do referido normativo.

Art. 2º. Fica revogado, com efeitos a partir da publicação deste, o Ato Declaratório Executivo ALF/GRU nº 10, de 11 de fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2021, de renovação da habilitação da empresa.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO DE MARCO RODRIGUES DE SOUSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08/RFB Nº 296, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas para a atividade específica de engarrafador.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da competência delegada pelo § 1º do artigo 5º da Portaria DRF/SOR nº 38, de 07 de outubro de 2020, publicada no DOU de 13 de outubro de 2020, considerando o disposto no § 6º do artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, na Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, e no processo administrativo nº 13032.581199/2022-52, declara:

Art. 1º CONCEDIDO o Registro Especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08110/0129 ao estabelecimento CORONEL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI, CNPJ nº 29.872.073/0001-55, situado no Sítio Três Reis, s/n - Bairro Zona Rural, Cássia dos Coqueiros/SP, para a atividade específica de ENGARRAFADOR.

Art. 2º O Registro é concedido exclusivamente ao estabelecimento indicado e limitado à atividade especificada no art. 1º.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

EMÍLIO CLÁUDIO DE OLIVEIRA TIEPPO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 65, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O Delegado da DECEX/SPO - Delegacia de Fiscalização de Comércio Exterior da Receita Federal do Brasil em São Paulo, no uso das atribuições estabelecidas pela Portaria RFB nº 1215, de 23 de julho de 2020, anexo III e tendo em vista o disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, no artigo 4º, §1º da Portaria COANA nº 57, de 2 de outubro de 2019 e, ainda, o que consta no processo digital 13032.816233/2022-15, declara:

Art. 1º Fica a empresa ABB ELETRIFICACAO LTDA , por meio dos estabelecimentos 33.449.988/0001-20, 33.449.988/0002-00 e 33.449.988/0003-91, habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 26 de janeiro de 2016, e pela Portaria Coana nº 57, de 02 de outubro de 2019.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 9.993, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 270.211.062,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso II, alínea "b", item "2", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 270.211.062,00 (duzentos e setenta milhões, duzentos e onze mil, sessenta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de incorporação de excesso de arrecadação, relativo à Contribuição do Salário-Educação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação

ANEXO — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	MO D	I U	F T E	VALOR
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica								270.211.062
	Operações Especiais								
0903 0369	Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação	28 847							270.211.062
0903 0369 0001	Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação - Nacional	28 847							270.211.062
			F	3-ODC	1	40	0	113	270.211.062
TOTAL - FISCAL									270.211.062
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									270.211.062

PORTARIA SETO/ME Nº 10.046, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, tendo em vista o disposto no art. 10, inciso V, do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores; e

Considerando o remanejamento de dotações orçamentárias promovido pela Portaria SETO/ME nº 9.821, de 11 de novembro de 2022, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência, Tecnologia e Inovações; da Educação; e de Minas e Energia, para o Ministério da Economia, e a necessidade de compatibilização entre os limites de movimentação e empenho estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 10.961, de 2022, e alterações posteriores, e as dotações atualizadas (LOA + Créditos), resolve:

Art. 1º Adequar os limites de movimentação e empenho constantes do Anexo I do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores, na forma dos Anexos desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	Total
		Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	1.082.875	1.082.875
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	0	0	7.196.214	7.196.214
26000	Ministério da Educação	0	0	5.000.000	5.000.000
32000	Ministério de Minas e Energia	0	0	6.720.911	6.720.911
TOTAL		0	0	20.000.000	20.000.000

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias		Despesas Primárias Discricionárias			
		Emendas Impositivas		Demais	Total
		Individuais	Bancada		
25000	Ministério da Economia	0	0	20.000.000	20.000.000
TOTAL		0	0	20.000.000	20.000.000

DESPACHO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.103526/2022-15
Interessado: Município de Maracanaú - CE
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Município de Maracanaú - CE e o Banco do Brasil, no valor de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), cujos recursos serão destinados à implementação de investimentos nas áreas de educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, ciência e tecnologia, urbanização, infraestrutura e mobilidade, conforme autorização dada pela Lei municipal nº 3.220, de 22/07/2022.

Despacho: Aprovo o PARECER SEI 14756/2022/ME, de 27/10/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 8.218, de 15 de setembro de 2022, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA POR MEIO DO APLICATIVO TEAMS EM 26 DE OUTUBRO DE 2022

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de 2022, às 14 horas e 30 minutos, por meio do aplicativo Teams, realizou-se a reunião Ordinária do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do estado de Goiás, do Ministério da Economia, sob a Presidência da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, registrando a presença do Conselheiro Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira (Representante do TCU), do Conselheiro Alan Farias Tavares (Representante do Estado de Goiás), da Conselheira Sarah Tarsila Araújo Andreozzi (Representante do ME), da assessoria técnica Carini de Oliveira, Daniella Correa Eschiletti, Diogo Pires Geraldini, Eduardo Voltan Cominato, Franklin Hideaki Kinashi, Guilherme Laux, Luiza Basílio Lage , Pedro Paulo Sartin Mendes, Raynna Pereira Neves Barros e Sheila Lelia Medeiros.

O Conselho deliberou os seguintes processos: 19953.100657/2022-59, 19953.100753/2022-05, 19953.100789/2022-81, 19953.100828/2022-40, 19953.100825/2022-14, 19953.100824/2022-61, 14021.130099/2022-53, Avaliação Semestral, conforme pauta (28757373) disponível no processo SEI nº 19953.100308/2022-37.

PROCESSO 1: 19953.100657/2022-59

Trata-se de procedimento administrativo instaurado tendo em vista ao encaminhamento pela Delegacia-Geral de Polícia Civil de Goiás (DGPC), ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SisRRF), a informação de que no mês de abril de 2022 foi publicada homologação de processo seletivo simplificado que ofereceu 6 (seis) vagas de contrato temporário.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou pela existência de saldo no anexo de ressalvas, e considera afastada a possibilidade de violação.

PROCESSO 2: 19953.100753/2022-05

O Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO encaminhou ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO, ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SisRRF), a informação de que no mês de julho de 2022 foi implementado a ajuda de custo para despesas de mudança, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou pelo arquivamento do processo e pelo encaminhamento de informação ao Estado.

PROCESSO 3: 19953.100789/2022-81

O Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO encaminhou ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO, ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SisRRF), a informação de que no mês de agosto de 2022 passou a vigorar auxílios-alimentação, transporte e creche, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou pelo arquivamento do processo e pelo encaminhamento de informação ao Estado.

PROCESSO 4: 19953.100828/2022-40

Trata-se de procedimento administrativo instaurado tendo em vista ao encaminhamento pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP/GO), ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SisRRF), a informação de que no mês de setembro de 2022 passou a vigorar os efeitos financeiros da criação das funções gratificadas de Coordenador de Promotoria de Justiça, que trata a LCE Nº 176 de 1 de julho de 2022, e regulamentado pelo Ato PGJ nº 58, de 29 de agosto de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou que diante do exposto e da existência de saldo no anexo de ressalvas, seja considerada afastada nos termos do art. 8º, § 2º, II da LC nº 159/2017, a possibilidade de violação ao inciso II do citado artigo.

PROCESSO 5: 19953.100825/2022-14

O Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO encaminhou ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO, ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SisRRF), a informação de que no mês de setembro de 2022 houve a criação de cargos e alteração de remuneração dos cargos de Assistente da Procuradoria-Geral de Justiça, de Assessor Jurídico do Conselho Superior e Assistente da Corregedoria-Geral, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou pelo arquivamento do processo e votou pelo encaminhamento de informação ao Estado.

PROCESSO 6: 19953.100824/2022-61

O Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO encaminhou ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), Ministério Público do Estado de Goiás - MP/GO, ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SisRRF), a informação de que no mês de setembro de 2022 houve a criação de funções de Chefe de Departamento e de Divisão, regulamentado pelo Ato PGJ nº 33, de 3 de maio de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou pelo arquivamento do processo e votou pelo encaminhamento de informação ao Estado.

PROCESSO 7: 14021.130099/2022-53

Encaminhamento do Ofício nº 2022007085965, do Ministério Público do Estado de Goiás, referente a pedido de remanejamento de valores.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, deliberou por solicitar informações complementares ao Estado.

PROCESSO 8: 19953.100865/2022-58 - AVALIAÇÃO SEMESTRAL

Trata-se da aprovação do primeiro relatório semestral de avaliação do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), o relatório semestral apresentará a avaliação semestral do cumprimento das obrigações de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017, considerando a avaliação do cumprimento de medidas de ajuste fiscal conforme prazo e forma dispostos no Plano de Recuperação Fiscal homologado e atos e fatos relevantes no período.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime e Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, aprova o 1º Relatório Semestral de Avaliação do CSRRF/GO. E por maioria simples o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, entende que o Estado está inadimplente com o inciso II do Art. 7º B da LC nº 159/2017. A conselheira Sarah achou importante deixar registrado que essa inadimplência pode ser revista pelo Ministro da Economia conforme preconizado no Art. 33 do Decreto nº 10.681 de 20 de abril de 2021.

EXTRAPAUTA

PROCESSO: 19953.100669/2022-83

A Secretaria de Estado da Economia encaminhou ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás (CSRRF/GO), mediante sistema eletrônico de monitoramento (SISRRF), a informação de que no mês de junho de 2022 foram criadas assessorias na estrutura da Secretaria, por meio da Lei Nº 21.483, de 30 de junho de 2022, que altera a Lei 20.491, de 25 de junho de 201, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências da Lei Nº 21.064, de 21 de julho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime e Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, decidiu no sentido de que seja considerada afastada, nos termos do art. 8º, § 2º, II da LC nº 159/2017, a violação ao inciso II mesmo normativo, com a consequente sensibilização do impacto financeiro informado no montante global das ressalvas relacionado ao inciso II do Poder Executivo no Anexo IV do Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, e que seja encaminhada a manifestação conclusiva do CSRRF/GO à Secretaria de Estado da Economia para ciência da referida decisão.

PROCESSO: 19953.100223/2022-59 - RELATÓRIO BIMESTRAL

Relatório Bimestral de Monitoramento referente aos meses de julho e agosto de 2022.

Conclusão: Por unanimidade o Conselho de Supervisão do Regime e Recuperação Fiscal do Estado de Goiás, aprova o Relatório Bimestral referente aos meses de julho e agosto de 2022.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião às 15h11min.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 20.367 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MÁRCIO CORRADI LEONI, CPF nº 251.008.398-80, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.368 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a TYTON CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ nº 46.503.558, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.369 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ALEXANDRE MARCHESANI CANATA, CPF nº 165.920.088-14, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.370 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JEAN PIERRE NAZARETH COTE GIL, CPF nº 281.853.798-31, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.371 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza DANILO GUIMARÃES LEMOS MARTINS, CPF nº 305.895.198-16, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.372 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a GABRIEL CASTELO BRANCO MARTINS PONTES, CPF nº 092.521.216-41, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S/A

ATA DA 23ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às 10 horas e 30 minutos, na sede da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, situada no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, número 190, 10º andar, Sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, Brasília-DF, compareceu a UNIÃO, por intermédio de seu representante legal, o Doutor LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY, Procurador da Fazenda Nacional, credenciado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2019, que participou à distância, por meio de sistema eletrônico, para a realização da VIGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE ACIONISTAS DA AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF, em primeira convocação, dispensada a publicação de convocatória por ser a UNIÃO a única acionista e detentora da integralidade do capital social da Companhia. A Assembleia contou, ainda, com a presença do Senhor OCTÁVIO LUIZ BROMATTI, Presidente da ABGF, a presidir os trabalhos da Assembleia, conforme estabelecido na Portaria nº 077/2022/ABGF, de 04.11.2022, e a Sra. INEZ GONÇALVES PASSOS RUEDIGER a secretaria-los. Composta a mesa e verificado o quórum legal para instalação em primeira convocação e para a deliberação, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, esclarecendo que a publicação de anúncios havia sido dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Em seguida, informou aos presentes o assunto para deliberação, componente da ordem do dia, conforme instrumento convocatório já citado: I. Aumento de Capital Social com Recursos da Reserva Estatutária; II. Eleição de membro do Conselho Fiscal. Aprovada a Ordem do Dia, a acionista única, por meio do seu representante, dispensou a leitura dos documentos, por já serem esses do conhecimento de todos. O Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos. ITEM I. Aprovar o aumento de Capital Social da ABGF, mediante a utilização dos valores registrados na conta de Reserva Estatutária, conforme proposto pelos administradores, que passará de R$ 237.370.916,71 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e dezesseis reais e setenta e um centavos) para R$ 296.337.787,81 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos), com a consequente alteração do artigo 7º do Estatuto Social, que terá a seguinte redação:"Art. 7° O capital social da Companhia é de R$ 296.337.787,81 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente sob a propriedade da União."ITEM II. Eleição de membro do Conselho Fiscal, com base no parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional, que votou pela eleição do Senhor LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI, brasileiro, xxxxx, xxxxx xx Direito, RG nº xxxxxx-x xxx/xx, CPF nº xxx.765.857-xx, domiciliado no Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bloco A, número 190, 10º andar, Sala 1002, Edifício Corporate Financial Center, Brasília-DF, como membro titular do Conselho Fiscal, indicado pelo Ministério da Economia (Ofício SEI n. 264197/2022/ME, de 05 de outubro de 2022), em substituição ao Sr. Rodrigo Rodrigues Tiraboschi, com prazo de gestão iniciado em 11 de novembro de 2022. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e declarou encerrada às 10h45. Para fins legais e de direito, na qualidade de Secretária da Assembleia, lavrei a presente ata em 3 (vias) vias de igual teor e forma que, depois de lida e aprovada, foi assinada, na forma do Art. 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Representante Legal da UNIÃO, pelo Presidente da Assembleia e Presidente da ABGF e Inez Gonçalves Passos Ruediger-Secretária.

ANEXO I à Ata da 23ª da AGE da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A, realizada em 11.11.2022

ESTATUTO SOCIAL DA AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF

CNPJ: 17.909.518/0001-45- NIRE: 5350000520-0

CAPÍTULO I

DESCRIÇÃO DACOMPANHIA

Seção I

Razão Social e Natureza Jurídica

Art. 1º A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, empresa pública sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, doravante denominada "Companhia", vinculada ao Ministério da Economia, criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, consoante autorização constante da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, rege-se por este Estatuto Social, pelas Leis nº

13.303, de 30 de junho de 2016, e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

Seção II

Sede e Representação Geográfica

Art. 2º A Companhia tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo, para a consecução de seus objetivos institucionais, instalar escritórios, filiais, representações e outros estabelecimentos, no País e no exterior.

Seção III

Prazo de Duração

Art. 3º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Seção IV

Objeto Social

Art. 4º A Companhia tem por objeto social:

I. a concessão de garantias contra riscos listados no inciso I do Art. 38 da Lei nº 12.712, de 2012;

II. a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores, de outros fundos de interesse da União e demais fundos previstos na Lei nº 12.712, de 2012;

III. a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros;

IV. a constituição, a administração, a gestão e a representação do fundo de que trata o art. 10 da Lei nº 8.374, de 30 de dezembro de 1991, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros;

V. gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR até a completa liquidação das obrigações desse Fundo, observadas as regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010; e

VI. a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

§1ª A Companhia deixará de conceder garantias contra riscos que encontrem plena cobertura no mercado de seguros privados a taxas e condições compatíveis com as praticadas pela Companhia, ressalvada a prerrogativa de recusa de casos individuais pelo mercado.

§ 2ª Somente as coberturas prestadas pelo mercado de seguros privados com seus próprios recursos poderão caracterizar plena cobertura.

§ 3ª A Companhia não estará obrigada a conceder garantia contra risco em casos individuais que não obtiverem contratação no mercado de seguros em razão de recusa das seguradoras privadas.

§4ª A Companhia poderá prestar garantia de forma indireta por meio da aquisição de cotas de fundos garantidores de que não seja administradora ou de fundos de investimento em direitos creditórios, na forma da lei.

§5ª A Companhia observará as diretrizes da política de comércio exterior da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX na concessão de garantias contra riscos comerciais, políticos e extraordinários em operações de comércio exterior, bem como na administração e gestão dos fundos que tenham por finalidade a concessão dessas garantias.

§6º A Companhia poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, assumir o controle acionário e/ou participar do capital de outras empresas relacionadas ao seu objeto social, conforme expressamente autorizado por lei (incisos I e III do Parágrafo único do art. 37 da Lei 12.712/12).

Art. 5º Compete à Companhia, inclusive na qualidade de administradora e gestora de fundos, diretamente:

I. praticar todos os atos necessários à concessão de garantias, emissão de certificados de garantia, monitoramento e gestão das garantias outorgadas;

II. receber comissão pecuniária por garantias outorgadas;

III. realizar análise, precificação, aceitação, monitoramento e gestão de riscos relativos a garantias, inclusive contra garantias;

IV. efetuar adiantamentos ou pagamentos de honras decorrentes de garantias outorgadas;

V. impugnar garantias, adiantamentos ou honras prestadas em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia ou aos fundos por ela administrados;

VI. promover a recuperação de créditos referentes às garantias honradas;

VII. criar fundos para a garantia de suas operações na forma da legislação;

VIII. administrar e gerir fundos garantidores; e

IX. exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social ou decorrentes de lei ou deste Estatuto.

SeçãoV

Interesse Público

Art. 6º A Companhia poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação:

§ 1º No exercício da prerrogativa de que trata o "caput", a União somente poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, quando:

I. estiver definida em lei ou regulamento, bem como prevista em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-la, observada a ampla publicidade desses instrumentos; e

II. tiver seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

§ 2º Para fins de atendimento ao inciso II do §1º, a administração da Companhia deverá:

I - evidenciar as obrigações ou responsabilidades assumidas em notas explicativas específicas das demonstrações contábeis de encerramento do exercício; e

II - descrevê-las em tópico específico do relatório de administração.

§ 3º O exercício das prerrogativas de que tratam os §§ 1º e 2º será objeto da Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Seção VI

Capital Social

"Art. 7° O capital social da Companhia é de R$ 296.337.787,81 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e um centavos), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente sob a propriedade da União."

Parágrafo único: Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas.

Art. 8º O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

Parágrafo único: Sobre os recursos transferidos pela União, para fins de aumento de capital, incidirão encargos financeiros na forma da legislação vigente, desde o dia da transferência até a data da capitalização.

Art. 9º Constituem recursos da Companhia:

I. os oriundos da transferência de recursos, bens e direitos da União;

II. o produto da alienação das ações e dos títulos e valores mobiliários;

III. o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

IV. o resultado de suas operações comerciais e de serviços;

V. a recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ela providos;

VI. os provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais ou internacionais;

VII. o produto da alienação de bens patrimoniais;

VIII. as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

IX. os oriundos de outras fontes.

CAPÍTULO II ASSEMBLEIA GERAL

Seção I Caracterização

Art. 10º A Assembleia Geral é o órgão máximo da Companhia, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da Companhia, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

Art. 11 As Assembleias Gerais realizar-se-ão:

I. ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e

II. extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto Social exigirem.

Seção II Composição

Art. 12. A Assembleia Geral é composta pela União, representada na forma do Decreto nº 89.309, de 18 de janeiro de 1984.

Parágrafo único. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou pelo substituto que esse vier a designar, que escolherá o secretário da Assembleia

Seção III Convocação

Art. 13. Ressalvadas as exceções previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo substituto que esse vier a designar, respeitados os prazos previstos na legislação.

Parágrafo único. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Seção IV

Instalação e Deliberação

Art. 14 Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada com a presença do representante da União, única acionista da Companhia.

§ 1º As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pela União, na condição de única acionista e detentora da totalidade do capital votante, e serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas de forma sumária.

§2º As Assembleias Gerais tratarão exclusivamente do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

Seção V Competências

Art. 15. A Assembleia Geral, além das matérias previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Decreto nº 1.091, de 21 de março de 1994, reunir-se-á para deliberar sobre alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Companhia ou, quando não competir ao Conselho de Administração, de suas controladas.

CAPÍTULO III

REGRAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Seção I

Órgãos Sociais e Estatutários

Art. 16. A Companhia possui Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I. Conselho de Administração;

II. Diretoria Executiva;

III. Conselho Fiscal;

IV. Comitê de Auditoria; e

V. Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Parágrafo único: A Companhia poderá prever, em seu Regimento Interno, outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, além dos comitês estatutários indicados nos incisos IV e V, do "caput", deste artigo.

Art. 17. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo único. Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da Companhia com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

Art. 18. A Companhia fornecerá apoio técnico e administrativo aos órgãos estatutários.

Seção II

Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 19. Os administradores da companhia, inclusive os conselheiros representantes dos empregados, deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para o exercício de suas atividades previstos nas Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 1º Além dos requisitos previstos no "caput" para investidura como membro da Diretoria Executiva, os eleitos deverão observar os demais requisitos estabelecidos na Política de Indicação da Companhia.

§ 2º O Conselho de Administração fará recomendação não vinculante de novos membros desse colegiado e perfis para aprovação da assembleia, sempre relacionada aos resultados do processo de avaliação e às diretrizes da política de indicação e do plano de sucessão.

Seção III

Da Verificação dos Requisitos e Vedações para Administradores

Art. 20. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados por todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

§2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Companhia.

§3º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar se os requisitos e vedações estão atendidos, por meio da análise da auto declaração apresentada pelo indicado (nos moldes do formulário padronizado) e de sua respectiva documentação, nos termos deste artigo, respectivos parágrafos e da legislação em vigor.

Seção IV

Posse e Recondução

Art. 21. Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos Comitês estatutários serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas do respectivo colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§1° O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade, a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, cuja modificação somente será válida após comunicação por escrito à Companhia.

§2° O Termo de Posse contemplará a sujeição do administrador ao Código de Conduta e às Políticas da Companhia.

Art. 22 Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição ou nomeação.

Art. 23. Antes de tomar posse, e ao deixar o cargo, cada membro estatutário deverá apresentar à Companhia, que zelará pelo sigilo legal, Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB ou autorização de acesso às informações nela contidas.

Parágrafo único: No caso dos Diretores, a declaração anual de bens e rendas também deve ser apresentada à Comissão de Ética Pública da Presidência da República - CEP/PR.

Art. 24. Aos Conselheiros de Administração e aos Diretores é dispensada a garantia de gestão para investidura no cargo.

Seção V

Desligamento

Art. 25. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum.

Seção VI

Perda do Cargo para Administradores, Conselheiros Fiscais e Membros do Comitê de Auditoria e demais Comitês de Assessoramento.

Art. 26. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I. o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou dos Comitês de Assessoramento deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa; e

II. o membro da Diretoria Executiva que se afastar do exercício do cargo por mais de 30 dias consecutivos salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

Seção VII Convocação

Art. 27. Os membros estatutários serão convocados por seus respectivos Presidentes ou pela maioria dos membros do Colegiado. O Comitê de Auditoria poderá ser convocado também pelo Conselho de Administração.

Art. 28. Os membros de um órgão estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.

Seção VIII Remuneração

Art. 29. A remuneração dos membros estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

§1º Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Auditoria e demais órgãos estatutários terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso o membro resida na mesma cidade da Companhia, esta custeará as despesas com locomoção e alimentação.

§2º A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores da Companhia, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

§3º A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

§4º O integrante do Comitê de Auditoria que for, também, membro do Conselho de Administração, deverá optar pela remuneração relativa ao Comitê de Auditoria.

Seção IX

Do Treinamento

Art. 30. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive os representantes de empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela Companhia, conforme disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela Companhia nos últimos dois anos.

Seção X

Código de Conduta e Integridade

Art. 31. A Companhia disporá de Código de Conduta e Integridade, elaborado e divulgado na forma da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Seção XI

Conflito de Interesses

Art. 32. Nas reuniões dos órgãos colegiados, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

Parágrafo único. Caso não o faça, qualquer outra pessoa poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o órgão colegiado deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento e legislação aplicável.

Seção XII

Defesa Judicial e Administrativa

Art. 33. Os Administradores e os Conselheiros fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

§1º A Companhia, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia.

§2º Fica assegurado aos Administradores e Conselheiros Fiscais, bem como aos ex- administradores e ex-conselheiros, o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da Companhia, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato.

§3º O benefício previsto acima aplica-se, no que couber e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência delegada pelos administradores.

§4º A forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

§5º Na defesa em processos judiciais e administrativos, se o beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à Companhia todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela Companhia, além de eventuais prejuízos causados.

Seção XIII

Seguro De Responsabilidade

Art. 34. A Companhia poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à Companhia.

Parágrafo único. O seguro previsto no "caput" não poderá segurar os Administradores, Conselheiros Fiscais e membros do Comitê de Auditoria, contra atos ilícitos ou ilegais praticados com dolo ou culpa grave, seja em face de terceiros ou da própria Companhia.

Seção XIV

Quarentena para Diretoria Executiva

Art. 35. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§1º Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§2º Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada.

§3º A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

CAPÍTULO 4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Caracterização

Art. 36. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da Companhia e deve exercer suas atribuições considerando os interesses de longo prazo da companhia, os impactos decorrentes de suas atividades na sociedade e no meio ambiente e os deveres fiduciários de seus membros, em alinhamento ao disposto na Lei nº 13.303/2016.

Seção II Composição

Art. 37. O Conselho de Administração é composto de 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Economia, na condição de Ministério Supervisor.

§1º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos na primeira reunião do órgão que ocorrer após a eleição de seus membros, devendo o Presidente ser um dos membros indicados pelo Ministro de Estado da Economia.

§2º Os membros da Diretoria Executiva da Companhia não poderão compor o Conselho de Administração, podendo, no entanto, ser convocados por esse colegiado para participarem de reuniões, sem direito a voto.

§3º Pelo menos 1 (um) dos membros do Conselho de Administração deve ser independente, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do art. 22, §1º, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do art. 36, §1º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§4º O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá verificar o enquadramento dos indicados a conselheiros independentes por meio da análise da auto declaração apresentada e respectivos documentos (nos moldes do formulário padronizado).

Seção III

Prazo de Gestão

Art. 38. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º No prazo do "caput" serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos

há menos de dois anos.

§2º Atingido o limite a que se refere o "caput", o retorno do membro do Conselho de Administração só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§3º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Seção IV

Vacância e Substituição Eventual

Art. 39. No caso de vacância da função de Conselheiro o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira assembleia geral subsequente. Caso ocorra a vacância da maioria dos cargos, será convocada assembleia-geral para proceder nova eleição.

Parágrafo único. Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o colegiado, na forma do "caput", deverão ser verificados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para eleição em assembleia geral de acionistas.

Art. 40. A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

Seção V Reunião

Art. 41. O Conselho de Administração se reunirá, com a presença da maioria dos seus membros ordinariamente, uma vez ao mês e extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado.

§2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo Colegiado.

§3º As reuniões do Conselho de Administração devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.

§4º Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão acontecer de forma virtual, via e-mail, desde que seja possível assegurar a participação efetiva e a autenticidade do voto do conselheiro.

§5º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.§6º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§7º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração.

§8º As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

§9º Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Seção VI Competências

Art. 42. Compete ao Conselho de Administração:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia, inclusive o Presidente, fixando-lhes as atribuições;

III. fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV. manifestar-se previamente sobre as propostas a serem submetidas à deliberação em Assembleia Geral;

V. aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VI. convocar a Assembleia Geral;

VII. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

VIII. manifestar-se previamente sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

IX. autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

X. autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XI. aprovar as Políticas de Conformidade e Gerenciamento de riscos, Dividendos e Participações societárias, bem como outras políticas gerais da Companhia;

XII. aprovar e acompanhar o plano de negócios, estratégico e de investimentos, e as metas de desempenho, que deverão ser apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XIV. determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XVI. identificar a existência de ativos não de uso próprio da Companhia e avaliar a necessidade de mantê-los;

XVII.deliberar sobre os casos omissos do estatuto social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XVIII.aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, sem a presença do Presidente da Companhia;

XIX. criar comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XX. eleger e destituir os membros de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, bem como do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXI. atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXII. solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da Companhia;

XXIII.realizar a auto avaliação anual de seu desempenho;

XXIV. aprovar as nomeações e destituições dos titulares da Auditoria Interna e da Ouvidoria, e submetê-las à aprovação da Controladoria-Geral da União.

XXV. conceder afastamento e licença ao Presidente da Companhia, inclusive a título de férias;

XXVI. aprovar o Regimento Interno da Companhia do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento;

XXVII.aprovar o Código de Conduta e Integridade;

XXVIII. aprovar e manter atualizado um plano de sucessão não-vinculante dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, cuja elaboração deve ser coordenada pelo Presidente do Conselho de Administração;

XXIX. aprovar as atribuições dos diretores executivos não previstas no estatuto social;

XXX. aprovar o Regulamento de Licitações;

XXXI. aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral, observada a política de alçada da Companhia;.

XXXII. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa e relacionamento com partes interessadas;

XXXIII. aprovar e divulgar a Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, na forma prevista na lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XXXIV. estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos da Companhia;

XXXV. avaliar os diretores e membros de comitês estatutários da Companhia, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 16, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração;

XXXVI. aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXVII.promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas;

XXXVIII. propor à Assembleia Geral a remuneração dos administradores e dos membros dos demais órgãos estatutários da Companhia;

XXXIX. executar e monitorar a remuneração de que trata o inciso XXXVIII deste artigo, inclusive a participação nos lucros e resultados, dentro dos limites aprovados pela Assembleia Geral;

XL. autorizar a constituição de subsidiárias, bem assim a aquisição de participação minoritária em Companhia, nos casos em que houver autorização legal;

XLI. aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XLII. aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar;

XLIII. manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria-Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar.

XLIV. autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos ou a emissão de títulos e valores mobiliários, no País ou no exterior, na forma da lei;

XLV. autorizar a celebração de acordos de acionistas ou renunciar a direitos neles previstos, após a prévia anuência do Ministro Supervisor;

XLVI. deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários;

XLVII. aprovar normas internas sobre a aplicação dos §§ 1º a 3º do art. 4º deste Estatuto.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXVII as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da Companhia.

Seção VII

Art. 43. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I. Presidir as reuniões do órgão, observando o cumprimento do Estatuto Social e do Regimento Interno;

II. Interagir com o ministério supervisor, e demais representantes do acionista controlador, no sentido de esclarecer a orientação geral dos negócios, assim como questões relacionadas ao interesse público a ser perseguido pela Companhia, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016; e

III.Estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 89 da Lei nº 13.303/2016.

CAPÍTULO V

DIRETORIA EXECUTIVA

Seção I Caracterização

Art. 44. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Companhia em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

Seção II

Composição e Investidura

Art. 45. A Diretoria Executiva, eleita pelo Conselho de Administração, é composta pelo Presidente da Companhia e por até 2 (dois) Diretores Executivos.

Parágrafo único. É condição para investidura em cargo de Diretoria Executiva da Companhia a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

Seção III

Prazo de Gestão

Art. 46. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º Atingido o limite a que se refere o "caput", o retorno de membro da Diretoria Executiva para a Companhia só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§2º No prazo a que se refere o "caput" serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria da Companhia.

§3º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Seção IV

Licença, Vacância e Substituição Eventual

Art. 47. Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Presidente da Companhia designará o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva.

§1º Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Presidente da Companhia, o Conselho de Administração designará o seu substituto.

§2º Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de licença-remunerada, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

Seção V

Reunião

Art. 48. A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente, no mínimo, quinzenalmente, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º A Diretoria Executiva será convocada pelo Presidente da Companhia ou pela maioria dos membros do Colegiado.

§2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 2 dias úteis, salvo nas hipóteses devidamente justificadas pela Companhia e acatadas pelo Colegiado.

§3º As reuniões da Diretoria Executiva devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.

§4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

§5º Nas deliberações colegiadas da Diretoria Executiva, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§6º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o diretor dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito à Diretoria Executiva.

§7º As atas da Diretoria Executiva devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.

Seção V

Competências

Art. 49. Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I. gerir as atividades da Companhia e avaliar os seus resultados;

II. monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

III. elaborar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia e acompanhar sua execução;

IV. definir a estrutura organizacional da Companhia e a distribuição interna das atividades administrativas;

V. aprovar as normas internas de funcionamento da Companhia;

VI. promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo essas últimas à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

VII. autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;

VIII. indicar os representantes da Companhia nos órgãos estatutários de suas participações societárias;

IX. submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

X. cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

XI. colocar à disposição dos outros órgãos societários pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

XII. Aprovar seu regimento;

XIII. deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor;

XVI. apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos; e

XVII. propor a constituição de subsidiárias e a aquisição de participações acionárias minoritárias para cumprir o objeto social da Companhia.

Seção VII

Atribuições do Presidente

Art. 50. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Presidente da Companhia:

I. dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades e a política administrativa da Companhia;

II. coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;

III. representar a Companhia em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores "ad-negotia" e "ad-judicia", especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;

IV. assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da Companhia, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;

V. expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados, inclusive para os cargos em comissão declarados de livre provimento;

VI. baixar as resoluções da Diretoria Executiva;

VII. criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;

VIII. conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

IX. designar os substitutos dos membros da Diretoria Executiva na forma do Art. 47, deste estatuto;

X. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

XI. manter os Conselhos de Administração e Fiscal informados das atividades da Companhia; e

XII. exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Seção VIII
Atribuições dos demais Diretores Executivos
Art. 51. São atribuições dos demais Diretores Executivos:
I. gerir as atividades da sua área de atuação;
II. participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela Companhia e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e
III. cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.
Art. 52. As atribuições e poderes de cada Diretor Executivo serão detalhados no Regimento Interno da Companhia.
CAPÍTULO 6
CONSELHO FISCAL
Seção I Caracterização
Art. 53. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da Companhia as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, a requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.
Seção II Composição
Art. 54. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:
I. 2 membros indicados pelo Ministério da Economia; e
II. um indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.
Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.
Seção III
Prazo de Atuação
Art. 55. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.
§1º Atingido o limite a que se refere o "caput", o retorno de membro do Conselho Fiscal na Companhia, só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.
§2º No prazo a que se refere o "caput" serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos.
§3º Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal:
I. assinarão o termo de adesão ao Código de Conduta e às Políticas da Companhia; e
II. escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.
Seção IV
Requisitos
Art. 56. Os membros do Conselho Fiscal deverão atender aos requisitos obrigatórios e observar as vedações para exercício das suas atividades determinados pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e por demais normas que regulamentem a matéria.
Parágrafo único. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros.
Seção V
Vacância e Substituição Eventual
Art. 57. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.
Parágrafo único. Na hipótese de vacância, o suplente assume até a eleição do novo titular.
Seção VI
Reunião
Art. 58. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente sempre que necessário.
§1º O Conselho Fiscal será convocado pelo Presidente ou pela maioria dos membros do Colegiado.
§2º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela companhia e acatadas pelo Colegiado.
§3º As reuniões do Conselho Fiscal devem, em regra, ser presenciais, admitindo, excepcionalmente, a reunião virtual ou a participação de membro por tele ou videoconferência, mediante justificativa aprovada pelo colegiado.
§4º As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.
§5º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro fiscal dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho Fiscal.
§6º As atas do Conselho Fiscal devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto.
Seção VII Competências
Art. 59. Compete ao Conselho Fiscal:
I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
II. opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;
III. manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures e bônus de subscrição, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;
V. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;
VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;
VII. fornecer à acionista União, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência;
VIII. exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da Companhia;
IX. examinar o RAINT e PAINT;
X. assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;
XI. aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;
XII. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;
XIII. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e
XIV. fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.
Parágrafo único. Os membros do Conselho Fiscal participarão, obrigatoriamente, das reuniões do Conselho de Administração em que devam ser apreciadas as matérias referidas nos incisos II e III deste artigo.
CAPÍTULO VII
COMITÊ DE AUDITORIA
Seção I
Caracterização
Art. 60. O Comitê de Auditoria é o órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, auxiliando este, entre outros, no monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
Parágrafo único. O Comitê de Auditoria também exercerá suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia, que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.
Art. 61. O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.
Seção II
Composição
Art. 62. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros, em sua maioria independentes.
§1º Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da Companhia, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária e ao menos 1 (um) deve ser conselheiro independente da Companhia.
§2º Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, que deverá ser membro independente do Conselho de Administração, a quem caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.
§3º São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria as estabelecidas no art. 25 da Lei nº 13.303/16 e no art. 39 do Decreto nº 8.945/16, além das demais normas aplicáveis.
§4ª O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração deverá opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para os membros.
§5º É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.
§6º O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir suas reuniões.
Seção III
Mandato
Art. 63. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de até 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição, observado o contido no § 1º.
§1º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ter o mandato renovado, desde que o tempo total do exercício da função não ultrapasse 5 (cinco) anos.
§2º Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.
Seção IV
Vacância e Substituição Eventual
Art. 64. No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.
§1°. O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário.
§2°. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes.
Seção V
Reunião
Art. 65. O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 2 (duas) reuniões mensais.
§1º O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação.
§2º A Companhia deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria.
§3º Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, apenas o seu extrato será divulgado.
§4º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria estatutário, observada a transferência de sigilo.
Seção VI Competências
Art. 66. Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:
I. opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
II. supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
III. supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
IV. monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
V. avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes à:
a) remuneração da administração;
b) utilização de ativos da Companhia;
c) gastos incorridos em nome da Companhia.
VI. avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e o fiel cumprimento das transações com partes relacionadas aos critérios estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas e sua divulgação;
VII. elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;
VIII. avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.
IX. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
X. avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;
XI. avaliar o cumprimento ou a justificativa para o descumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou pelos auditores internos;
XII. estabelecer e divulgar procedimentos para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para a proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

XIII. recomendar ao Presidente da Companhia, por meio do Conselho de Administração, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

XIV. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Presidente da Companhia e com os responsáveis tanto pela auditoria independente como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; e

XV. reunir-se com o Conselho Fiscal e com o Conselho de Administração, tanto por solicitação desses como por iniciativa do Comitê, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências.

§1º Ao menos um dos membros do COAUD deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT.

§2º O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

CAPÍTULO VIII

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

Seção I Caracterização

Art. 67. A Companhia disporá de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração que visará assessorar os acionistas e o Conselho de Administração nos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

Seção II Composição

Art. 68. O Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração será constituído por 3 (três) membros integrantes do Conselho de Administração ou do Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional, observando-se os artigos 153 a 156 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo único. Caso o Comitê seja constituído apenas por integrantes do Conselho de Administração, a maioria deverá ser de conselheiros independentes.

Seção III Competências

Art. 69. Compete ao Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração:

I. opinar, de modo a auxiliar a União, na condição de única acionista, na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

II. opinar, de modo a auxiliar os membros do Conselho de Administração na indicação de diretores e membros do Comitê de Auditoria;

III. verificar a conformidade do processo de avaliação e dos treinamentos dos administradores e conselheiros fiscais;

IV. auxiliar o Conselho de Administração na elaboração e no acompanhamento do plano de sucessão de administradores;

V. auxiliar o Conselho de Administração na avaliação das propostas relativas à política de pessoal e no seu acompanhamento; e

VI. auxiliar o Conselho de Administração na elaboração da proposta de remuneração dos administradores para submissão à Assembleia Geral.

§1º. O comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§2º. As manifestações do Comitê, que serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§3º A manifestação do Comitê será encaminhada ao Conselho de Administração, que deverá incluir, na proposta da administração para a realização da assembleia geral que tenha na ordem do dia a eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, sua manifestação acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários, à luz da autodeclaração e documentos apresentados pelo indicado e da manifestação do Comitê.

§4º O mesmo procedimento descrito no §3º acima deverá ser observado na eleição de diretores e membros do Comitê de Auditoria, sendo que a manifestação do Conselho de Administração deverá constar da ata da reunião que tiver como ordem do dia a eleição dos membros desses órgãos.

§5º As atas das reuniões do Conselho de Administração que deliberarem sobre os assuntos acima mencionados deverão ser divulgadas.

§6º Na hipótese de o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, apenas o seu extrato será divulgado.

§7º A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, observada a transferência de sigilo.

CAPÍTULO IX

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Seção I

Exercício Social

Art. 70. O exercício social coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

Art. 71. A Companhia deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulgá- las em sítio eletrônico, observando as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive quanto à obrigatoriedade de auditoria independente por Auditor registrado naquela Autarquia.

§1°. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar, com base na legislação vigente e na escrituração contábil, as demonstrações financeiras aplicáveis às companhias de capital aberto, discriminando com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício.

§2º. Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

Seção II

Destinação do Lucro

Art.72. Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I. absorção de prejuízos acumulados;

II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e

III. no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Companhia.

§1°. O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei.

§2°. A constituição de reserva de retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Seção III

Pagamento do Dividendo

Art.73. O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

§1º A Companhia deverá levantar balanços trimestrais ou em períodos menores para declarar e distribuir, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada trimestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o que deverá ser convalidado pela Assembleia Geral Ordinária.

§2º Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§3º Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO X

UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA

Seção I Descrição

Art.74. A Companhia terá auditoria interna, área de conformidade e gestão de riscos e ouvidoria.

Parágrafo único. O Conselho de Administração estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades, com assessoramento do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Seção II Auditoria Interna

Art.75. A Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

§1º À Auditoria Interna compete:

I. executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da Companhia;

II. propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III. verificar o cumprimento e a implementação pela Companhia das recomendações ou determinações da Controladoria-Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União

- TCU e do Conselho Fiscal;

IV. outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V. aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

§2º Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna.

Seção III

Área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos

Art.76. A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se vincula:

I. diretamente ao Presidente da Companhia e conduzida por ele; ou

II. ao Presidente da Companhia por intermédio de outro Diretor Executivo que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências.

§1º A área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos se reportará diretamente ao Conselho de Administração, em situações em que se suspeite do envolvimento do Presidente da Companhia em irregularidades ou quando este se furtar o riga ão de adotar medidas necess rias em rela ão situa ão a ele relatada.

§2º Às áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos compete:

I. propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos para a Companhia, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III. comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à Companhia;

IV. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V. verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes da Companhia sobre o tema;

VI. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Companhia;

VII. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X. disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da Companhia nestes aspectos; e

XI. outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula.

Seção IV Ouvidoria

Art. 77. A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

Art. 78. À Ouvidoria compete:

I. receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da Companhia em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral;

II. receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da Companhia; e

III. outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO XI

PESSOAL

Art. 80. Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos da Companhia.

Art. 81. A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado de livre provimento.

Art. 82. Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções.

Art. 83. Os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, aprovados pelo Conselho de Administração nos termos do inciso XLI, do Art. 42 deste Estatuto Social, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Sest, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.

CAPÍTULO 12

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 84. A Companhia, seus administradores, empregados e prestadores de serviços de auditoria independente estarão sujeitos às penalidades previstas no Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, aplicadas pelo órgão fiscalizador de seguros, conforme normas do órgão regulador de seguros.

Art. 85. Aplica-se à Companhia, observadas as peculiaridades técnicas, contratuais e operacionais de suas atividades, bem como a viabilização do cumprimento do seu objeto, a legislação aplicável às empresas estatais federais controladas diretamente pela União, constituídas como sociedades anônimas, inclusive no que se refere ao regime disciplinar, intervenção, liquidação, mandato e responsabilidade de administradores, observadas as disposições do órgão regulador de seguros.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 906, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a autorização de funcionamento do Campus Bauru do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e no art. 3º, § 1º, da Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo a promover, no âmbito de sua estrutura organizacional, o funcionamento do Campus Bauru, relacionado no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º A estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo passa a ser composta pelos campi relacionados no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

VICTOR GODOY VEIGA

ANEXO I

UF	Instituto Federal	Unidade	Tipologia
SP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	**Campus** Bauru	IF **Campus** - 40/26

ANEXO II

UF	Sigla	Unidade	Existência	Tipologia
SP	IFSP	**Campus** Araraquara	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Avançado Ilha Solteira	Expansão 2013/2014	IF **Campus** Avançado 20/13
	IFSP	**Campus** Avançado Jundiaí	Expansão 2015/2016	IF **Campus** Avançado 20/13
	IFSP	**Campus** Avançado São Paulo - São Miguel	Expansão 2017/2018	IF **Campus** Avançado 20/13
	IFSP	**Campus** Avançado Tupã	Expansão 2015/2016	IF **Campus** Avançado 20/13
	IFSP	**Campus** Avaré	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Barretos	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/60 Agrícola
	IFSP	**Campus** Bauru	Expansão 2022/2023	IF **Campus** - 40/26
	IFSP	**Campus** Birigui	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Boituva	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Bragança Paulista	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Campinas	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Campos do Jordão	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Capivari	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Caraguatatuba	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Catanduva	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Cubatão	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/60
	IFSP	**Campus** Guarulhos	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Hortolândia	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Itapetininga	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Itaquaquecetuba	Expansão 2015/2016	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Jacareí	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Matão	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Miracatu	Expansão 2022/2023	IF **Campus** - 40/26
	IFSP	**Campus** Piracicaba	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Presidente Epitácio	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Presidente Prudente	Expansão 2022/2023	IF **Campus** - 40/26
	IFSP	**Campus** Registro	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Rio Claro	Expansão 2022/2023	IF **Campus** - 40/26
	IFSP	**Campus** Salto	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** São Carlos	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** São João da Boa Vista	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** São José do Rio Preto	Expansão 2017/2018	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** São José dos Campos	Expansão 2011/2012	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** São Paulo	Pré-expansão	IF **Campus** - 350/200
	IFSP	**Campus** São Paulo Pirituba	Expansão 2015/2016	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** São Roque	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Sertãozinho	Pré-expansão	IF **Campus** - 90/60
	IFSP	**Campus** Sorocaba	Expansão 2015/2016	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Suzano	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	**Campus** Votuporanga	Expansão 2003/2010	IF **Campus** - 70/45
	IFSP	Polo de Inovação Matão	IF Polo de Inovação	IF Polo de Inovação
	IFSP	Reitoria do Instituto Federal de São Paulo	Reitoria/Direção	Reitoria de 25 ou mais **campi**

PORTARIA Nº 907, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MEC nº 711, de 27 de setembro de 2022, no que tange à composição do Grupo de Trabalho - GT para concepção de Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Sinaept.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, e considerando o disposto nos autos do Processo nº 23000.008362/2022-68, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 3º da Portaria MEC nº 711, de 27 de setembro de 2022, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O GT terá a seguinte composição:

.....

V - 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep; e

VI –1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do Conselho Nacional de Educação - CNE.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CEB nº 4/2022, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que deliberou favoravelmente à validação dos documentos escolares emitidos pelo Centro de Ensino Tecnológico de Goiás - CETEG, com sede na cidade de Street - Long Beach - New Jersey - USA, para a oferta da Educação Básica - Educação de Jovens e Adultos, terceira etapa, na modalidade a distância, e emissão de certificados educacionais válidos no Brasil, tendo em vista as informações contidas na Nota Técnica nº 130/2022/COEJA/DPD/SEB/SEB, conforme consta do Processo nº 23000.002434/2022-63.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

DEPACHO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 1021/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que analisou o recurso contra a decisão da Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, que indeferiu o pedido de reconhecimento de diploma de Mestrado em Ciências da Educação, obtido na Universidad Americana, na cidade de Asunción, no Paraguai, conforme consta do Processo nº 23000.013048/2019-00.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

DESPACHO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 474/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, que indeferiu o pedido de revalidação do diploma de Medicina, obtido por Marcelo Barbosa do Nascimento, emitido na Escuela Latinoamericana de Medicina, na cidade de Havana, em Cuba, e que, no mesmo sentido, conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, declarando a ausência de erro de fato e de direito da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, no procedimento de análise do pedido de revalidação do diploma de Medicina, obtido por Marcelo Barbosa do Nascimento, na Escuela Latinoamericana de Medicina, na cidade de Havana, em Cuba, conforme consta do Processo nº 23001.000203/2021-24.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

DESPACHO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CES nº 259/2022, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que recomendou à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que proceda à reanálise do pedido de reconhecimento de diploma de Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Tecnologia Educativa, obtido por Roberto Ramos de Lima, na Universidade do Minho, em Braga, Portugal, conforme consta do Processo nº 23001.000020/2022-90.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER CNE/CES 738/2022

Reunião ordinária dos dias 7, 8, 9 e 10 do mês de novembro/2022
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Processo: 00732.002872/2021-81 Parecer: CNE/CES 738/2022 Relator: Alysson Massote Carvalho Interessadas: Aliani Campos Pereira Resende Codignole; Andréia de Oliveira Serafim dos Santos Camporês; Bárbara Azevedo Fontan; Eduarda Affonso Guilherme; Eliana Dell'Armi Marotto; Luana Beatriz de Souza e Marta Dias dos Santos - Conceição do Castelo/ES Assunto: Cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Declaração, para todos os fins e efeitos, de conclusão do curso superior de Serviço Social, bacharelado, da respectiva integralização de histórico escolar, por Aliani Campos Pereira Resende Codignole; Andréia de Oliveira Serafim dos Santos Camporês; Bárbara Azevedo Fontan; Eduarda Affonso Guilherme; Eliana Dell'Armi Marotto; Luana Beatriz de Souza e Marta Dias dos Santos, cursado na Faculdade Regional Serrana (FUNPAC) Voto do Relator: Voto no sentido de declarar, para todos os fins e efeitos, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, que Aliani Campos Pereira Resende Codignole; Andréia de Oliveira Serafim dos Santos Camporês; Bárbara Azevedo Fontan; Eduarda Affonso Guilherme; Eliana Dell'Armi Marotto; Luana Beatriz de Souza e Marta Dias dos Santos, integralizaram a carga horária e os respectivos componentes estabelecidos nos históricos escolares, bem como concluíram o curso superior de Serviço Social, bacharelado, cursado na Faculdade Regional Serrana (FUNPAC) (código e-MEC nº 1768), no município de Conceição do Castelo, no estado do Espírito Santo, mantida pela Fundação Educacional Padre Cleto Caliman (código e-MEC nº 1168), cadastrada no CNPJ sob o nº 01.216.565/0001-73 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.
Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. O Parecer citado encontra-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e será divulgado na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 22 de novembro de 2022.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário Executivo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.396, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:
Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 20/12/2022, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 03/2019, DOU de 29/11/2019, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1251, DOU de 20/12/2021.
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Departamento: Educação Física
Área de Conhecimento: Lutas
Classe: Adjunto A
Regime de Trabalho: DE

JEILSON BARRETO ANDRADE

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 1.518, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Rodovia, proposto pela empresa ViaPaulista S/A.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021, e o que consta no Processo nº 50000.026641/2022-86, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Rodovia, proposto pela empresa ViaPaulista S.A., CNPJ nº 28.019.100/0001-89, denominado "Lote Rodovia dos Calçados", que tem por objetivo a prestação dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário do Lote Rodovias dos Calçados, com extensão de 720 km, no Estado de São Paulo, nos termos do Contrato de Concessão e de acordo com a Concorrência Internacional ARTESP nº 05/2016, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa a que se refere o art. 1º deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 17, da Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.026641/2022-86 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ANEXO

ANEXO	
Nome Empresarial	ViaPaulista S.A.
CNPJ	28.019.100/0001-89
Tipo	Rodovia
Descrição do Projeto	Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, denominado "Lote Rodovia dos Calçados", que tem por objetivo a prestação dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário do Lote Rodovias dos Calçados, com extensão de 720 km, no Estado de São Paulo, nos termos do Contrato de Concessão e de acordo com a Concorrência Internacional ARTESP nº 05/2016, contemplando, dentre outros, os seguintes serviços e obras: - Ampliação Principal - Duplicações e Dispositivos de Entroncamento; Pavimentação SPA's; e outros serviços. - Demais Ampliações e Melhoramentos - Centro Operacional das Concessionárias (COC), Centro de Controle Operacional (CCO), Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) e Balanças, Pedágios, Passarelas, Dispositivos de Entroncamento, Cercas, Elementos de Segurança, Ciclovias e outros serviços. -Equipamentos, Veículos e Sistema de Controle - Veículos Operacionais, Sistema de Controle de Arrecadação, Sistema de Controle de Fiscalização, Sistema de Telecomunicações, Sistema de Monitoramento de Tráfego, Equipamentos da Administração e Equipamentos Operacionais. - Conservação Especial - Pavimentos (Recapeamento), Obras de Arte Especiais, Sinalização Horizontal e Vertical, Programa Intensivo Inicial, Programa de Adequação Inicial (PAI) e outros serviços. - Outros Serviços - Iluminação com defensa, conserva especial: reparo localizado pavimento 2% da área; wi-fi; câmeras de segurança, etc.
Localização	Estado de São Paulo
Estimativa de Investimento	R$ 3.016.761.550,95
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 133.247.200,91

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.565, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria SENATRAN nº 1526, de 17 de dezembro de 2021, que estabelece os valores a serem cobrados pelos acessos, consultas, transações eletrônicas, emissão de laudo ou certificado e geração de arquivos das bases de dados dos sistemas organizados e mantidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e respectivos subsistemas.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem os incisos I, VIII, IX, X e XXX do art. 19 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta no processo administrativo nº 80000.023099/2012-07, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera a Portaria SENATRAN nº 1526, de 17 de dezembro de 2021, que estabelece os valores a serem cobrados pelos acessos, consultas, transações eletrônicas, emissão de laudo ou certificado e geração de arquivos das bases de dados dos sistemas organizados e mantidos pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), e respectivos subsistemas.

Art. 2º A Portaria SENATRAN nº 1526, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....
.....
V - .....
.....

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Faixas	Volumes	Valor
Evento e-Frotas	Por evento enviado	Faixa 1	até 60	R$ 0,99
		Faixa 2	de 61 a 300	R$ 0,97
		Faixa 3	de 301 a 1.000	R$ 0,94
		Faixa 4	de 1.001 a 8.000	R$ 0,90

		Faixa 5	de 8.001 a 50.000	R$ 0,86
		Faixa 6	de 50.001 a 200.000	R$ 0,81
		Faixa 7	de 200.001 a 800.000	R$ 0,75
		Faixa 8	acima de 800.001	R$ 0,69
Consulta e-Frotas	Transação eletrônica	Faixa 1	até 250	R$ 0,40
		Faixa 2	de 251 a 700	R$ 0,39
		Faixa 3	de 701 a 3.000	R$ 0,38
		Faixa 4	de 3.001 a 10.000	R$ 0,36
		Faixa 5	de 10.001 a 80.000	R$ 0,34
		Faixa 6	de 80.001 a 400.000	R$ 0,32
		Faixa 7	de 400.001 a 1.300.000	R$ 0,30
		Faixa 8	acima de 1.300.001	R$ 0,28

....." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 9.798, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.030993/2022-01, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Serafin Enoss Bertaso;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SC0003;

III - município (UF): Chapecó (SC); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 27° 08' 02"S / 052° 39' 32"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias DAC n° 587/SOP, de 7 de agosto de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 1997, Seção 1, e Portaria ANAC nº 1357/SIA, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2012, Seção 1, página 9.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria referente ao Processo nº 00065.047001/2019-81, publicado no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2022, Seção 1, página 25, onde se lê: "PORTARIA Nº 9.780, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022", leia-se: "PORTARIA Nº 9.711, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022".

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.679, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.043306/2022-10, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Dacar;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0881;

III - município (UF): Vera (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 08' 24'' S / 055° 13' 28'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.680, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.043335/2022-81, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda São Caetano;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0687;

III - município (UF): Miranda (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 19' 19'' S / 056° 19' 26'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.687, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.043280/2022-18, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazendinha;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0672;

III - município (UF): Deodápolis (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 19' 46'' S / 054° 10' 15'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.714, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.043373/2022-34, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: VM Marina Club;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PI0100;

III - município (UF): Parnaíba (PI);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 02° 54' 35'' S / 041° 47' 16'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.718, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.044042/2022-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Arataba;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0696;

III - município (UF): Bodoquena (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 39' 03'' S / 056° 40' 01'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 9.723, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.044171/2022-18, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Baía Mineira;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MS0699;

III - município (UF): Corumbá (MS);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 18° 27' 04'' S / 056° 43' 22'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 9.704, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.048068/2022-28, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária MODCLIMA SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA., CNPJ nº 09.085.906/0001-20, com sede social em Bragança Paulista (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2022-10-00NB-08-00, emitido em 31 de outubro de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 9.758, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.031885/2022-47, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária LOGO AIR TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 03.771.810/0001-30, com sede social em Recife (PE), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2011-12-2CKN-01-01, emitido em 11 de outubro de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 9.761, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.034029/2021-62, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ASES TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 01.579.933/0001-48, com sede social em Campo dos Goytacazes (RJ), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2003-07-0CCL-01-04, emitido em 13 de outubro de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA ANTAQ Nº 532 REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Às 9 horas do dia 10 de novembro de 2022, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ nº 532, com a participação da Diretora Flávia Takafashi, do Diretor Alexandre Lopes, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e do representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procurador-Chefe Artur Watt Neto.

HOMOLOGAÇÃO DE ATAS

A Diretoria Colegiada homologou as atas referentes às Reuniões de nºs 530 e 531.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.010185/2022-78, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery;
- 50300.013186/2021-93, 50300.015039/2022-39, 50300.015179/2021-26, 50300.018187/2022-13 e 50300.018704/2022-46, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi;
- 50300.004604/2021-51 e 50300.007451/2020-13, de relatoria do Diretor Alexandre Lopes; e
- 50300.013984/2022-04, que trata de matéria administrativa interna da Agência.

PEDIDOS DE VISTA

O processo nº 50300.019365/2021-34, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. Não houve adiantamento de votos.

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

O prosseguimento de votação do processo 50300.010899/2020-14, de relatoria do Diretor Alexandre Lopes, foi adiado para a próxima Reunião telepresencial, em razão da renovação do pedido de vista, aprovada pela Diretoria Colegiada nos termos do art. 36 da Resolução-ANTAQ nº 66. O pedido de vista foi formulado pela Diretora Flávia Takafashi por ocasião da Reunião nº 528, após o então Relator, Diretor José Renato Fialho, proferir seu voto. O pedido de vista já havia sido prorrogado na Reunião nº 530.

REABERTURAS DE DISCUSSÃO

A reabertura de discussão dos processos abaixo relacionados foi adiada para a próxima Reunião telepresencial, em razão da renovação dos pedidos de vista, aprovada pela Diretoria Colegiada nos termos do art. 36 da Resolução-ANTAQ nº 66:

- 50300.009135/2022-48, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery. O pedido de vista foi formulado pela Diretora Flávia Takafashi por ocasião da Reunião nº 531. Não houve adiantamento de votos.
- 50300.007101/2022-19, 50300.008451/2016-54, 50300.009778/2022-91 e 50300.010801/2022-91, de relatoria do Diretor Alexandre Lopes. Os pedidos de vista foram formulados pelo Diretor-Geral Eduardo Nery por ocasião da Reunião nº 529 e prorrogados na Reunião nº 530. Não houve adiantamento de votos.

Nos termos do art. 38 da Resolução-ANTAQ nº 66, foi reaberta a discussão dos seguintes processos:

- 50300.003722/2022-23 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 602-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Alexandre Lopes, à qual anuiu o Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;
- 50300.004472/2022-49 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 611-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Alexandre Lopes, à qual anuiu o Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;
- 50300.007104/2022-52 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 612-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Alexandre Lopes, à qual anuiu o Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery;
- 50300.003492/2022-01 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 601-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Alexandre Lopes, à qual anuiu a Revisora, Diretora Flávia Takafashi; e
- 50300.009434/2022-82 - a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 603-2022, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Diretor Alexandre Lopes, à qual anuiu a Revisora, Diretora Flávia Takafashi.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

- Na apreciação do processo nº 50300.000317/2021-72, de relatoria do Diretor-Geral Eduardo Nery, a Dra. Lilian de Carvalho Schaefer realizou sustentação oral em nome do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 582 a 613, disponíveis para consulta na internet (https://www.gov.br/antaq).

ENCERRAMENTO

Às 14 horas e 10 minutos foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA REGIONAL DE RECIFE

DELIBERAÇÃO Nº 9, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.011293/2022-68. Fiscalizado: ANTARES ATIVIDADES MARITIMAS LTDA, CNPJ nº 32.754.506/0001-82. Objeto e Fundamento Legal: O Gerente Regional de Recife - GRERE/ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração n° 005673-1 (SEI nº 1693595) e pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa, pelo cometimento da infração tipificada no art. 32, inciso I da Resolução Normativa nº 62/2021-ANTAQ, por não operar comercialmente na navegação de apoio portuário no 3º e 4º trimestre de 2021 e no 1º e 2º trimestre de 2022, ou seja, por não prestar o serviço autorizado há mais de 180 (cento e oitenta) e sem apresentar qualquer justificativa no período.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 67, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 5.956, de 2 de dezembro de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.195305/2022-41, decide:

Art. 1º Autorizar a execução de obras, pela VALE S.A. - Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM, relativas ao Projeto de Interesse da Concessionária - PIC para construção de Pátio de Manobras e Fast Track"LD Celulose" nas proximidades do km 42 + 000 m, localizado em Barra do Riacho, no município de Aracruz/ES.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 1.131, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados interestaduais objeto do pleito de modificação da prestação do serviço constam da Licença Operacional - LOP de nº 26; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.238287/2022-08, decide:

Art. 1º Indeferir o pedido da EMPRESA AUTO VIAÇÃO PROGRESSO LTDA., CNPJ nº 10.788.677/0001-90, para modificar a prestação do serviço com a realização de operação simultânea das linhas interestaduais CAMPINA GRANDE (PB) - PETROLINA (PE), prefixos 13-0002-00, 13-0002-41 e 13-0002-61, PAULO AFONSO (BA) - RECIFE (PE), prefixos 05-0011-00, 05-0011-41 e 05-0011-61, ARARIPINA (PE) - NATAL (RN), prefixos 04-0011-00, 04-0011-41 e 04-0011-61, e RECIFE (PE) - TERESINA (PI), prefixos 04-0054-00, 04-0054-41 e 04-0054-61, com os serviços intermunicipais listados:

I - de RECIFE (PE) para ARARIPINA (PE), PETROLINA (PE), LAJEDO (PE), GARANHUNS (PE) e ÁGUAS BELAS (PE)

II - de CARUARU (PE) e ARCOVERDE (PE) para SALGUEIRO (PE) e PETROLINA (PE);

III - de CARUARU (PE) para GARANHUNS (PE) e ÁGUAS BELAS (PE);

IV - de RECIFE (PE), CARUARU (PE) e ARCOVERDE (PE) para OURICURI (PE), TRINDADE (PE) e ARARIPINA (PE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 355, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 046, de 21 de novembro de 2022, e no que consta do Processo nº 50501.230016/2018-18, delibera:

Art. 1º Anular a Deliberação nº 318, de 21 de outubro de 2022, que extinguiu, mediante cassação, o Termo de Autorização de Serviços Regulares - TAR nº 242, da Norte Sul Transportes e Turismo Ltda, CNPJ nº 04.242.570/0001-49, por perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS que notifique a interessada acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento ao inciso II, do art. 3º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

DECISÃO SUROD Nº 398, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

Decide postergar o cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER no 14º ano concessão para o 15º ano concessão da Autopista Planalto Sul S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VI, art. 6º, da Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e alterações, tendo em vista o disposto no Processo nº 50500.124002/2020-82, decide:

Art. 1º Postergar o cronograma de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER no 14º ano concessão para o 15º ano concessão da Autopista Planalto Sul S.A., conforme disposto na NOTA TÉCNICA SEI Nº 4592/2022/PR/ESROD-CWB/PR/COROD/GEFOP/SUROD/DIR (SEI nº 12457345), de 26 de julho de 2022.

Art. 2º Os efeitos financeiros na tarifa básica de pedágio (TBP) serão considerados na próxima revisão ordinária.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ROGER DA SILVA PÊGAS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MJSP Nº 209, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece competências para órgãos específicos singulares da estrutura organizacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e o que consta no Processo Administrativo nº 08011.000110/2022-78, resolve:

Art. 1º Ao Departamento de Migrações, da Secretaria Nacional de Justiça, compete fornecer apoio administrativo ao Comitê Nacional para os Refugiados.

Art. 2º Ao Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos, da Secretaria Nacional do Consumidor, compete fornecer suporte administrativo ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Art. 3º À Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública compete representar o Ministério da Justiça e Segurança Pública no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 4º À Diretoria de Gestão, da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública, compete fornecer suporte administrativo ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 5º Ao Departamento Penitenciário Nacional cabe exercer as competências estabelecidas nos art. 71 e art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e, especificamente, apoiar administrativa e financeiramente o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 28 de novembro de 2022.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 223, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MJSP nº 204, de 21 de outubro de 2022, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, no Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002, e no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, e o que consta no Processo Administrativo nº 08208.000343/2020-10, resolve:

Art. 1º A Portaria MJSP nº 204, de 21 de outubro de 2022, que estabelece procedimentos para o controle e a fiscalização de produtos químicos e define os produtos químicos sujeitos a controle pela Polícia Federal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

"Art. 72. Os certificados, as autorizações, os mapas de controle e os formulários relacionados nos Anexos a esta Portaria constarão no sítio oficial da Polícia Federal e poderão, a qualquer época, ser substituídos por outros que permitam aperfeiçoar os mecanismos de controle e fiscalização de produtos químicos." (NR)

"Art. 73. Os Anexos a esta Portaria serão disponibilizados por meio do link: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/produtos-quimicos/legislacao/legislacao e/ ou outro endereço disponibilizado no sítio oficial da Polícia Federal." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

ANEXO I

LISTA DE PRODUTOS QUÍMICOS CONTROLADOS
Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.
Decreto nº 4.262, de 10 de junho de 2002.

".....

LISTA IV	
Ácidos capazes de serem empregados na preparação de drogas, sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
054	ÁCIDO ACÉTICO
055	ÁCIDO BENZÓICO
056	ÁCIDO BÓRICO
057	ÁCIDO BROMÍDRICO
058	ÁCIDO CLORÍDRICO
059	ÁCIDO CLOROSULFÔNICO
060	ÁCIDO FÓRMICO
061	ÁCIDO HIPOFOSFOROSO
062	ÁCIDO IODÍDRICO
063	ÁCIDO SULFÚRICO
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em concentração igual ou superior a 10%, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos;	
III - Ao Ácido Sulfúrico também se aplica o controle à sua forma conhecida como fumegante;	
IV - São isentas de controle as soluções eletrolíticas de bateria formuladas à base de até 40% de ácido sulfúrico, destinadas ao varejo e em embalagens de até 1 (um) litro, sendo o limite de isenção para pessoa jurídica a quantidade de 200 (duzentos) litros e para a pessoa física a quantidade de 5 (cinco) litros, por mês; e	
V - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III do Capítulo V desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

"(NR)

"

LISTA V	
Bases capazes de serem empregadas na preparação de drogas, sujeitas a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro.	
CÓDIGO	PRODUTO QUÍMICO
064	BICARBONATO DE POTÁSSIO
065	FORMIATO DE AMÔNIO
066	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO
ADENDO	
I - Os produtos químicos constantes desta lista estão sujeitos a controle e fiscalização a partir de 1 (um) grama ou 1 (um) mililitro, em concentração igual ou superior a 10%, inclusive quando se tratar de importação, exportação ou reexportação;	
II - Também estão sujeitos a controle e fiscalização as misturas e resíduos dos produtos químicos acima referidos; e	
III - Deverão ser observadas as disposições contidas na Seção III do Capítulo V desta Portaria, que tratam das situações de isenções.	

..... "(NR)

PORTARIA MJSP Nº 230, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Governo do Estado de Rondônia e à Polícia Rodoviária Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 0014.068732/2022-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP em apoio ao Governo do Estado de Rondônia e à Polícia Rodoviária Federal, nas ações de segurança pública visando garantir a livre circulação e a segurança dos usuários das rodovias e estradas no Estado de Rondônia, em caráter episódico e planejado, por quinze dias, no período de 23 de novembro a 7 de dezembro de 2022.

Art. 2º O emprego da Força Nacional de Segurança Pública de que trata esta Portaria ocorrerá em articulação com os órgãos de segurança pública do Estado de Rondônia, sob a coordenação da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal naquele Estado.

Art. 3º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 4º O contingente a ser disponibilizado obedecerá ao planejamento definido pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 231, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o Plano de Dados Abertos do Ministério da Justiça e Segurança Pública para o biênio 2022/2024.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições previstas nos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, o Decreto 10.160, de 9 de dezembro de 2019, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 4, de 12 de abril de 2012, a Resolução SLTI/MP nº 3, de 13 de outubro de 2017, e o que consta no Processo Administrativo nº 08001.003514/2022-32, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Dados Abertos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o biênio 2022/2024, como documento orientador para as ações de promoção e implementação da Política de Dados Abertos.

Parágrafo único. Os Planos de Dados Abertos específicos, editados por órgãos e entidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, deverão guardar conformidade com o Plano de Dados Abertos ora aprovado.

Art. 2º O Plano de Dados Abertos deverá estar disponível no Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública na seção "Acesso à Informação".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

DECISÃO Nº 385, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08020.003715/2022-10.
Assunto: Homologação das deliberações da Comissão de Escolha. Escolha de Entidades para composição do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP.

Com fundamento no inciso IV do art. 87 da Constituição, no inciso V do art. 38 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e no item 3.6 do Edital nº 1/2022, de 13 de setembro de 2022 (19625822), que regula o processo de escolha de representantes das entidades de trabalhadores da área de segurança pública, bem como das entidades, dos fóruns, das redes e dos movimentos sociais da sociedade civil na área de segurança pública, para composição do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP, na forma do art. 35, incisos XVIII e XIX, do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, homologo as deliberações da Comissão de Escolha, por ocasião da reunião realizada no dia 11 de outubro de 2022, na qual foram escolhidas:

I - as seguintes entidades de profissionais de segurança pública:

a) Federação Nacional dos Delegados de Polícia - Fendepol, sendo Fábio Daniel Lordello Vasconcelos, titular, e Rodolfo Queiroz Laterza, suplente; e

b) Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - Feneme, sendo Márcio Ronaldo de Assis, titular, e Marcello Martinez Hipólito, suplente; e

II - as seguintes entidades da sociedade civil na área de segurança pública:

a) Associação Nacional da Guarda Portuária do Brasil - ANGPB, sendo Mario Paiva do Nascimento, titular, e Roberto Lopes da Costa Junior, suplente; e

b) Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Cidade - Nossa Marka, sendo Flávia Helena Portela de Carvalho, titular, e Carlos Eduardo Areyas Tayar, suplente.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/MJSP Nº 1.575, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a instituição do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, em caráter permanente e facultativo, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, nas modalidades presencial ou teletrabalho, em regime de execução parcial ou integral, para atividades cujos resultados possam ser efetivamente mensuráveis.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 67 do Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, o § 4º do art. 3º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, a Portaria MJSP nº 229, de 17 de novembro de 2022, e o constante no Processo Administrativo nº 08007.002803/2022-64, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica autorizada a instituição do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, em caráter permanente e facultativo, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, nas modalidades presencial ou teletrabalho, em regime de execução parcial ou integral, para atividades cujos resultados possam ser efetivamente mensuráveis.

Parágrafo único. O disposto nesta Portaria não se aplica aos órgãos com autorização para implementação do PGD, concedida por ato específico do MJSP.

Art. 2º Com a implementação do PGD, são esperados os seguintes resultados e benefícios:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - maximizar a governança em gestão de pessoas com dimensionamento acurado da força de trabalho;

IV - atrair e manter novos talentos;

V - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos do Órgão;

VI - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VII - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VIII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

IX - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Parágrafo único. Os resultados e benefícios alcançados com o PGD serão apreciados pelo Comitê de Governança Administrativa - CGA, de que trata a Portaria MJSP nº 2, de 28 de janeiro de 2022.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - programa de gestão e desempenho - PGD: instrumento de gestão que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes, com foco na entrega por resultados e na qualidade dos serviços prestados à sociedade;

II - atividades: conjunto de ações específicas a serem realizadas de forma individual e supervisionada pela chefia imediata, visando entregas no âmbito de projetos e processos de trabalho institucionais;

III - entrega: resultado do esforço empreendido na execução de uma atividade sendo definida no planejamento e com data prevista de conclusão;

IV - unidade: setor de nível não inferior ao de Secretaria ou equivalente, no âmbito do Ministério;

V - dirigente da unidade: autoridade máxima de órgãos específicos singulares e de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública ou equivalentes;

VI - chefia imediata: autoridade imediatamente superior ao participante;

VII - presencial: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada de trabalho pelo participante é realizado nas dependências físicas do órgão, podendo o controle de assiduidade e pontualidade serem substituídos por controle de entregas e resultados;

VIII - teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada de trabalho pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, podendo o controle de assiduidade e pontualidade serem substituídos por controle de entregas e resultados;

IX - regime de execução parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante se restringe a um cronograma específico, nos termos desta Portaria;

X - regime de execução integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, podendo ser dispensado do controle de frequência, nos termos desta Portaria;

XI - trabalho externo: atividades que, em razão da sua natureza, da natureza do cargo ou das atribuições da unidade que as desempenha, são desenvolvidas externamente às dependências do órgão e cujo local de realização é definido em função do seu objeto;

XII - área de gestão de pessoas: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Administração da Secretaria-Executiva;

XIII - área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais: Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva;

XIV - metodologia de dimensionamento da força de trabalho: metodologia referencial de gestão de pessoas que objetiva definir o quantitativo de profissionais para atuar em determinado rol de demandas administrativas/organizacionais, subsidiando o processo de Planejamento da Força de Trabalho da Pasta, como também o mapeamento das entregas, mensuração de tempo médio de execução e quantitativo de produção em determinado período no âmbito da unidade;

XV - metodologia de competências: metodologia de gestão de pessoas que objetiva mapear e gerir as capacidades individuais ou organizacionais necessárias para a realização efetiva de determinadas atividades, processos, funções, entregas ou geração de resultados, de forma específica para a unidade; e

XVI - força de trabalho: quantitativo de ocupantes de cargos efetivos, de cargos comissionados sem vínculo efetivo, de empregados públicos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, de contratados temporários da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, de empregados, servidores movimentados com objetivo de compor força de trabalho nos termos do § 7º, do art. 93, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e estagiários, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 4º O PGD abrangerá as atividades cujas características permitam a mensuração da produtividade e dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do participante em suas entregas, evidenciadas pela metodologia de dimensionamento de força de trabalho, desenvolvida pela área de gestão de pessoas.

Art. 5º As atividades que possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos poderão ser realizadas na modalidade teletrabalho parcial ou integral.

Art. 6º Enquadram-se nas disposições do artigo 4º, mas não se limitando a elas, as atividades:

I - cuja natureza demanda maior esforço individual e menor interação com outros agentes públicos;

II - cuja natureza de complexidade exija elevado grau de concentração; ou

III - cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

CAPÍTULO III

GOVERNANÇA E GESTÃO

Art. 7º As chefias imediatas das unidades deverão compatibilizar o planejamento, a execução e a aferição de resultados dos planos de trabalho respectivos à sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional vigente no âmbito deste Ministério.

Art. 8º As unidades, para o ingresso e a continuidade no PGD, deverão manter atualizado o quadro de postos de trabalho, conforme preconizam as metodologias aplicáveis a esta Portaria, quais sejam: metodologia de competências e metodologia de dimensionamento da força de trabalho.

Art. 9º O dimensionamento da força de trabalho deve ser implementado no âmbito da unidade, compreendendo todas as entregas geradas para fins de estruturação da Tabela de Atividades do PGD.

Art. 10. O PGD deverá observar a aplicabilidade das ações desenvolvidas em todo o sistema de Gestão de Pessoas, quais sejam:

I - Os participantes do PGD terão a obrigação de manter seu currículo atualizado no âmbito do Sistema Competências, e

II - Os dados de monitoramento e de resultados alcançados pelo participante no PGD poderão ser utilizados como subsídio para a realização de avaliações de desempenho individual, para promoção ou progressão funcional, de avaliação para o desempenho do cargo durante o período de estágio probatório e como critério para autorização de participação em ações de capacitação e participação em processos seletivos para cargos ou funções no âmbito da unidade.

CAPÍTULO IV

DA INSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO

Art. 11. Para instituição e manutenção do PGD, o dirigente da unidade deverá editar Portaria contendo:

I - a tabela de atividades do sistema informatizado do PGD, desenvolvida a partir das informações geradas pela metodologia de dimensionamento da força de trabalho;

II - fixação de tempo mínimo de desempenho das atividades na unidade, quando for o caso, para ingresso na modalidade teletrabalho;

III - definição do quantitativo de vagas, por meio de percentual padrão da força de trabalho da unidade para os participantes na modalidade teletrabalho;

IV - percentual de produtividade adicional dos participantes em teletrabalho em relação às atividades presenciais, não superior a 20% (vinte por cento);

V - prazo mínimo para convocação presencial do participante em modalidade teletrabalho será de vinte e quatro horas, exceto quando configuradas as demais hipóteses do art. 25 desta Portaria;

VI - conteúdo do termo de ciência e responsabilidade a ser firmado entre o participante e a sua chefia imediata; e

VII - vedações específicas da unidade para a participação no PGD, quando for o caso.

§ 1º A portaria de que trata o caput deverá ser encaminhada à análise prévia da Secretaria-Executiva para validação.

§ 2º A tabela de atividades de que trata o inciso I do caput deverá ser elaborada por ocupante de cargo comissionado executivo ou função comissionada executiva, níveis 13 (treze) ao 18 (dezoito), com apoio da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais e da área de gestão de pessoas, e aprovado pelo dirigente da unidade a qual esteja imediatamente subordinado.

§ 3º Na tabela de atividades de que trata o inciso I do caput é vedada a inclusão de atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensurados.

§ 4º A Portaria de que trata o caput poderá ser elaborada conjuntamente com outra unidade, caso executem as atividades por meio de procedimentos e rotinas com características semelhantes.

§ 5º A tabela de atividades a que se refere o inciso I do caput deverá ser registrada em sistema informatizado, a ser disponibilizado pela unidade de gestão de pessoas.

§ 6º O estabelecimento de percentual mínimo de produtividade adicional de que trata o inciso IV do caput deverá ser compatível com o horário de jornada de trabalho dos participantes.

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO

Art. 12. Podem participar do Programa de Gestão e Desempenho - PGD:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, inclusive os designados para função de confiança e os que percebem gratificação de sistema estruturador, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração;

III - empregados públicos regidos pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em exercício na unidade;

IV - contratados temporários regidos pela Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; e

V - estagiários, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo único. A participação no PGD na modalidade teletrabalho aos servidores ocupantes de Cargo Comissionado Executivo - CCE e Função Comissionada Executiva - FCE, de níveis 13 (treze) e superiores, depende de autorização específica do dirigente da unidade que esteja vinculado, bem como anuência prévia da Secretaria-Executiva, atestada a compatibilidade das atividades do cargo com a modalidade indicada.

Art. 13. A participação, na modalidade teletrabalho, dependerá de prévia seleção com posterior assinatura do plano de trabalho e do termo de ciência e responsabilidade pelo participante do PGD e pela chefia imediata, nos termos desta Portaria.

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 14. O servidor participante do PGD deverá assinar o plano de trabalho que conterá:

I - as atividades a serem desenvolvidas com as respectivas metas a serem alcançadas, expressas em horas equivalentes;

II - o regime de execução em que participará do PGD, indicando o cronograma em que cumprirá sua jornada na modalidade presencial, quando for o caso;

III - data de início e de término da participação no PGD, na modalidade teletrabalho, quando for o caso; e

IV - o termo de ciência e responsabilidade contendo, no mínimo:

a) declaração de que atende às condições para participação no PGD;

b) prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade, na modalidade teletrabalho, quando for o caso;

c) atribuições e responsabilidades do participante;

d) declaração do participante de que manterá a infraestrutura necessária para o exercício de suas atribuições, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, quando executar o PGD na modalidade teletrabalho;

e) declaração de ciência de que sua participação no PGD, na modalidade teletrabalho, não constitui direito adquirido, podendo ser desligado ou migrado para modalidade presencial nas condições estabelecidas nesta Portaria;

f) declaração de ciência da vedação de pagamento das vantagens dispostas nos arts. 26, 29 e 30, quando da execução na modalidade teletrabalho, bem como da vedação disposta no art. 27, desta Portaria;

g) declaração de ciência da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e

h) declaração de que está ciente:

1. do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

2. do dever de observar as disposições do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal;

3. das orientações da Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal; e

4. de que, durante o período de execução da modalidade teletrabalho, não poderá estar em desacordo com o contido na Portaria Interministerial CGU/MPOG nº 333, de 19 de setembro de 2013, que trata sobre a existência de conflito de interesses.

§ 1º O plano de trabalho de que trata o caput será registrado em sistema informatizado do PGD.

§ 2º A chefia imediata poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

§ 3º As metas serão calculadas em horas para cada atividade em cada faixa de complexidade e apresentadas na tabela de atividades do sistema informatizado do PGD.

§ 4º As metas semanais não poderão superar o quantitativo de horas da jornada semanal de trabalho do participante.

Art. 15. O plano de trabalho deverá prever a aferição da qualidade das entregas realizadas, mediante análise fundamentada da chefia imediata, em até 40 (quarenta) dias, a contar da data das entregas realizadas, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§ 1º A aferição que trata o caput deve ser registrada com valor que varia de zero a dez, em que zero é a menor nota e dez, a maior nota.

§ 2º Somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 6.

CAPÍTULO VII

DA MODALIDADE TELETRABALHO

Art. 16. É facultado aos agentes públicos elencados no art. 12 desta Portaria a adesão ao PGD, na modalidade de teletrabalho, sendo que o limite máximo de participantes do PGD na referida modalidade é de 35% (trinta e cinco por cento) da força de trabalho, limitado em 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade de participantes na modalidade teletrabalho integral, arredondadas as frações para o primeiro número inteiro imediatamente superior.

§ 1º O percentual da força de trabalho na modalidade teletrabalho será calculado da seguinte forma:

a) percentual na modalidade teletrabalho (limitado a 35%): (número total da força de trabalho da unidade na modalidade teletrabalho / número total da força de trabalho da Unidade) x 100 < 35%; e

b) percentual na modalidade teletrabalho, regime integral (limitado a 25%): (número total da força de trabalho da unidade na modalidade teletrabalho na modalidade integral / número total da força de trabalho da Unidade) x 100 < 25%.

§ 2º Os limites percentuais estabelecidos no caput podem ser majorados, mediante solicitação fundamentada a ser apresentada pelo Dirigente da unidade à Secretaria-Executiva.

§ 3º Excepcionalmente, a unidade poderá solicitar à Secretaria-Executiva a participação de servidores além dos limites estabelecidos no caput, mediante autorização do dirigente máximo da unidade, os quais atendam aos requisitos para:

I - Remoção, nos termos do artigo 36, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - Exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, nos termos do artigo 84, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990;

III - Cessão por tempo determinado, nos termos do artigo 93, caput da Lei nº 8.112, de 1990, permitindo-se que tais servidores residentes em outros estados possam atuar em PGD, em regime de execução integral; e

IV - Servidores estáveis que, por motivos particulares, necessitem residir em outra unidade da federação, podendo, a critério da unidade, participar do PGD.

§ 4º Além dos requisitos gerais para a adesão à modalidade, o teletrabalho com o agente público residindo no exterior será regido pelos termos contidos nos artigos 12 e 18 do Decreto nº 11.072, de 2022, mediante autorização do dirigente máximo da unidade e anuência prévia da Secretaria-Executiva.

§ 5º Aos estagiários será permitido apenas a adesão ao regime de execução parcial, sendo necessário que 80% (oitenta por cento) dos dias do cronograma específico mensal sejam exercidos na modalidade presencial.

CAPÍTULO VIII

DAS VEDAÇÕES À MODALIDADE TELETRABALHO

Art. 17. Fica vedada a participação na modalidade de teletrabalho a quem:

I - possuir equipe de trabalho sob sua responsabilidade e coordenação, salvo em regime de execução compatível com o praticado pelos demais integrantes da equipe;

II - possuir estagiário sob sua supervisão formal, em que o supervisor deverá estar presencialmente no período de estágio do estagiário;

III - estiver em estágio probatório, salvo em regime de execução parcial quando compatível e a critério da unidade, garantido o exercício presencial em maior parte da jornada de trabalho semanal;

IV - exercer atividade de atendimento ao público interno e externo ou outra que exija a presença física ou seja desenvolvida por meio de trabalho externo, salvo em regime de execução parcial quando compatível e a critério da unidade, garantida a capacidade de atendimento ao público;

V - tenha migrado para a modalidade presencial, no âmbito do PGD, devido ao descumprimento das metas de desempenho, enquanto não decorridos no mínimo seis meses da data de migração;

VI - receber auxílio-moradia, salvo em regime de execução parcial;

VII - exercer atividades cujos resultados não possam ser efetivamente mensuráveis; e

VIII - for servidor civil ou militar dos órgãos de segurança pública mobilizados, no âmbito do Programa de Cooperação Federativa, ou Forças Tarefas.

CAPÍTULO IX

DA SELEÇÃO DE PARTICIPANTES NA MODALIDADE TELETRABALHO

Art. 18. O dirigente da unidade divulgará em edital específico os critérios técnicos necessários para adesão dos interessados ao PGD na modalidade de teletrabalho, podendo conter, entre outras especificidades:

I - total de vagas;

II - regimes de execução;

III - vedações à participação;

IV - prazo de permanência na modalidade teletrabalho, quando aplicável;

V - conhecimentos específicos requeridos, quando for o caso;

VI - infraestrutura mínima necessária ao interessado na participação;

VII - termo de ciência e responsabilidade como anexo; e

VIII - critérios de seleção.

Art. 19. Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas e entre eles houver igualdade de habilidades e características, o dirigente da unidade observará a seguinte ordem de critérios de priorização na seleção:

I - com deficiência ou mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

II - com dependentes econômicos, que constem do assentamento funcional, com deficiência comprovada mediante junta médica oficial;

III - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação;

IV - com dependentes econômicos, que constem do assentamento funcional, com idade até cinco anos ou acima de sessenta e cinco anos;

V - com horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

VI - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual;

VII - com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; e

VIII - com vínculo efetivo.

CAPÍTULO X

DA AMBIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Art. 20. Decorridos seis meses da publicação da portaria a que se refere o art. 11, o dirigente da unidade elaborará relatório de ambientação ao PGD, contendo:

I - a efetividade no alcance de metas e resultados;

II - os benefícios e prejuízos para a unidade;

III - as facilidades e dificuldades verificadas na implantação e execução do PGD;

IV - a conveniência e a oportunidade na manutenção do PGD na unidade, fundamentada em critérios técnicos e considerando o interesse da administração; e

V - revisão da tabela de atividades do PGD, caso necessário.

§ 1º O relatório a que se refere o caput será submetido à manifestação técnica da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais.

§ 2º As manifestações técnicas de que tratam o § 1º deste artigo poderão indicar a necessidade de reformulação da portaria editada pela unidade, para corrigir eventuais falhas ou disfunções identificadas no PGD.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a reformulação da portaria da unidade observará as considerações da área de gestão de pessoas e da área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais.

Art. 21. Para acompanhamento do PGD, as unidades deverão elaborar relatório gerencial, a ser enviado anualmente para a CGGP, que consolidará e enviará as informações ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

CAPÍTULO XI

DO RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL

Art. 22. O dirigente da unidade deverá realizar o desligamento do participante do PGD, nas seguintes hipóteses:

I - na hipótese de o servidor deixar de desenvolver atividades aptas ao PGD;

II - pela superveniência das hipóteses de vedação previstas na portaria da unidade, quando houver;

III - se o PGD for suspenso ou revogado; e

IV - no interesse da Administração, por razão de conveniência e oportunidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada, observada antecedência mínima de trinta dias.

Art. 23. O dirigente da unidade deverá excluir o participante da modalidade teletrabalho para fins de retorno do servidor à modalidade presencial, nas seguintes situações:

I - por solicitação do participante, com a comunicação do retorno ao trabalho com antecedência mínima de trinta dias;

II - no interesse da Administração, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho e do termo de ciência e responsabilidade;

IV - pela superveniência das hipóteses de vedação específica previstas na portaria da unidade, quando houver; ou

V - pelo descumprimento do dever previsto no art. 25 desta Portaria.

§ 1º O ato de determinação do retorno da modalidade teletrabalho para a modalidade presencial do PGD caberá à chefia imediata, que o fará mediante decisão fundamentada.

§ 2º Ocorrido o retorno de que trata o caput, ficam suspensas as metas de desempenho relativas exclusivamente à produtividade adicional pactuadas.

Art. 24. O participante continuará em regular exercício das atividades do PGD até que seja notificado pela chefia imediata da sua exclusão da modalidade teletrabalho ou do PGD ou da suspensão ou revogação do Programa na sua unidade.

Parágrafo único. O participante do PGD que for excluído da modalidade teletrabalho, na forma do caput do art. 23, deverá retornar, no prazo de trinta dias, à atividade presencial no órgão ou na entidade de exercício.

CAPÍTULO XII

DAS CONVOCAÇÕES

Art. 25. Constitui dever do participante do PGD, na modalidade de teletrabalho, atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da administração pública, mediante convocação com antecedência mínima a:

I - não inferior a vinte e quatro horas, prorrogáveis, mediante justificativa, por igual período, para o participante que resida, comprovadamente, no Distrito Federal e entorno;

II - em setenta e duas horas, prorrogáveis, mediante justificativa, por igual período, para o participante que esteja atuando, comprovadamente, em outra unidade da federação, consoante às hipóteses permitidas por esta Portaria; e

III - em cinco dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por igual período, para o participante que esteja atuando comprovadamente, no exterior, consoante às hipóteses permitidas por esta Portaria, as previstas na norma de procedimentos complementares, e desde que devidamente justificado pela chefia imediata.

CAPÍTULO XIII

DAS INDENIZAÇÕES E VANTAGENS

Art. 26. Fica vedada a autorização da prestação de serviços extraordinários pelos participantes que estiverem na modalidade de teletrabalho no PGD.

Parágrafo único. O cumprimento de metas superiores às metas previamente estabelecidas não configura a realização de serviços extraordinários.

Art. 27. Fica vedada aos participantes que estiverem na modalidade teletrabalho no PGD a adesão ao banco de horas de que trata a Instrução Normativa SGP/MP nº 2, de 12 de setembro de 2018.

Art. 28. Verificada a existência de banco de horas realizado em conformidade com a Instrução Normativa SGP/MP nº 2, de 2018, o servidor deverá usufruir as horas computadas como excedentes ou compensá-las como débito antes do início da participação no PGD.

Art. 29. Não será concedida ajuda de custo ao participante do PGD em eventual mudança de domicílio em caráter permanente, exceto no interesse da administração.

Parágrafo único. Será restituída a ajuda de custo paga nos termos do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, quando, antes de decorridos seis meses do deslocamento, o servidor regressar ao seu domicílio de origem em decorrência da modalidade teletrabalho, em regime de execução integral.

Art. 30. O participante do PGD, na modalidade teletrabalho, somente fará jus ao pagamento do auxílio-transporte nos casos em que houver deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa SGDP/SEDGG/ME nº 207, de 21 de outubro de 2019.

CAPÍTULO XIV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. A área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais disponibilizará manual de procedimentos técnicos e modelos de documentos a serem utilizados para estruturação dos planos de trabalho, das atividades complementares e dos demais instrumentos de gestão de metas e resultados a serem alcançados pelas unidades do Ministério.

Art. 32. A área de gestão de pessoas disponibilizará manual de procedimentos técnicos e modelos de documentos a serem utilizados para estruturação de instrumentos de gestão e aferição de resultados de qualidade de vida no trabalho e desempenho humano-organizacional a serem alcançados pelas unidades do Ministério.

Art. 33. O não cumprimento pelo participante em qualquer modalidade de execução do PGD com dispensa de controle de frequência, das metas pactuadas, ensejará desconto proporcional na remuneração no mês correspondente.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, o participante poderá apresentar justificativa, decorrente de caso fortuito ou de força maior, com o objetivo de realizar a compensação das metas não cumpridas, até o mês subsequente, e ficará a critério da

chefia imediata avaliar a viabilidade de autorizar, observado o interesse da Administração.

Art. 34. As dúvidas e os casos omissos sobre esta Portaria serão analisados e deliberados, fundamentadamente, pela Subsecretaria de Administração e pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, no âmbito de suas competências.

Art. 35. Esta Portaria entra em vigor em 2º de dezembro de 2022.

ANTONIO RAMIREZ LORENZO

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA AN Nº 97, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições, com fundamento na no Art. 22 do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria n° 2433, do Ministério da Justiça, de 24 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2011, e tendo em vista o disposto na Portaria do Ministro nº 58/2022, e as informações constantes do processo 08060.000267/2019-12, resolve:

Tornar sem efeito a PORTARIA AN Nº 71, DE 25 DE AGOSTO DE 2022 publicada no DOU de 31 de agosto de 2022, edição 166, seção 1, página 141.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHO

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128097/2021.
Interessado: MANUEL NOVAS CUEVAS

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que foi identificado que o requerente não apresentou a certidão de antecedentes criminais do país de origem, devidamente legalizada, com a respectiva tradução pública juramentada, e portanto não atende às exigências contidas no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ALEXANDRE RABELO PATURY
Diretor

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 558/2022 de 17/11/2022, 559/2022 de 17/11/2022, 561/2022 de 18/11/2022, 562/2022 de 18/11/2022, 563/2022 de 21/11/2022 e 564/2022 de 21/11/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.014383/2022-64 Requerente: BCW COMERCIO DE MODA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: PANFENG CHANG Data Nascimento: 08/01/1976 Passaporte: ED1195271 País: CHINA Mãe: Guiying Qi Pai: Gaowang Chang.

Processo: 08228.017696/2022-74 Requerente: ALAA AL AFANDI Prazo: 02 Anos Imigrante: DINA ACHBAS Data Nascimento: 01/12/1998 Passaporte: N 014531346 País: EMIRADOS ÁRABES UNIDOS Mãe: WESSAM NASSER Pai: HICHAM ACHBAS.

Processo: 08228.015205/2022-51 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: VIKAS SHETTY Data Nascimento: 01/01/1975 Passaporte: V4035256 País: ÍNDIA Mãe: SULOCHANA NARASIMHA SHETTY Pai: NARASIMHA SUBBAYA SHETTY.

Processo: 08228.015784/2022-31 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: AMAN ARORA Data Nascimento: 11/01/1979 Passaporte: V4035256 País: ÍNDIA Mãe: AMAN ARORA Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.016149/2022-71 Requerente: VITTA HOME RESORT - SPE LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: TELMO MAURÍCIO TEIXEIRA DE FREITAS Data Nascimento: 08/07/1976 Passaporte: CC798901 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE FÁTIMA MOREIRA TEIXEIRA DE FREITAS Pai: JOSÉ MARIA CARNEIRO DE FREITAS.

Processo: 08228.016284/2022-17 Requerente: INSPECAO DE ALIMENTOS HALAL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: BOCAR DIALLO Data Nascimento: 06/08/1998 Passaporte: A02993342 País: SENEGAL Mãe: MARIATA SALL Pai: ABDOULAYE DIALLO.

Processo: 08228.016358/2022-15 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Sean Paul Dynes Data Nascimento: 06/07/1979 Passaporte: 124773572 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Caroline Wakley Dynes Pai: Aidan Oliver Plunkett Dynes .

Processo: 08228.016402/2022-97 Requerente: MCKINSEY & COMPANY, INC. DO BRASIL CONSULTORIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Diogo Emanuel Graça Rodrigues Data Nascimento: 21/02/1997 Passaporte: CC395930 País: PORTUGAL Mãe: Maria Pires Graça Rodrigues Pai: António Manuel da Silva Nogueira Rodrigues.

Processo: 08228.017113/2022-13 Requerente: ENLU TURISMO E ASSESSORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jianming Zhang Data Nascimento: 29/01/1997 Passaporte: EB0575861 País: CHINA Mãe: Hongyan Li Pai: Jingang Zhang.

Processo: 08228.017201/2022-15 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: Tiago Miguel Monteiro Pama Vasques Data Nascimento: 03/02/1993 Passaporte: CB730694 País: PORTUGAL Mãe: Alexandra Maria Figueiredo Monteiro Pama Vasques Pai: Afonso Almeida Pama Vasques.

Processo: 08228.017367/2022-23 Requerente: INSTITUTO CAL-COMP DE PESQUISA E INOVACAO TECNOLOGICA DA AMAZONIA Prazo: 02 Anos Imigrante: WEI LI HUANG Data Nascimento: 23/06/1972 Passaporte: 360116059 País: TAIWAN Mãe: XIU LAN HUANG LIN Pai: SHANG LIN HUANG.

Processo: 08228.017316/2022-18 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Denis Paul Arthur Evrard Data Nascimento: 16/02/1965 Passaporte: 14DE33403 País: FRANÇA Mãe: JACQUELINE MARIE LOUISE SENECHAL Pai: LUCIEN ARTHUR EUGENE EVRARD.

Processo: 08228.017369/2022-12 Requerente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: António Manuel Monteiro Jacinto Data Nascimento: 31/01/1969 Passaporte: CB056342 País: PORTUGAL Mãe: Maria de Lourdes Ribeiro Monteiro Jacinto Pai: Manuel Antunes Jacinto.

Processo: 08228.017428/2022-52 Requerente: SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DENISE GALICIA VELAZQUEZ Data Nascimento: 18/08/1988 Passaporte: G31396959 País: MÉXICO Mãe: Maria Del Carmen Velazquez Rivas Pai: Jose Javier Galicia Beltran.

Processo: 08228.017413/2022-94 Requerente: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: FRANÇOIS GUY RENÉ OLIVER NAPOLEÓN DE CARVALHO Data Nascimento: 02/12/1973 Passaporte: 17AC73897 País: FRANÇA Mãe: MARIE RENÉE GUERANT Pai: OLIVIER DE CARVALHO.

Processo: 08228.017460/2022-38 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 02 Anos Imigrante: KENNETH JOHN OKANE Data Nascimento: 03/05/1974 Passaporte: LT0315090 País: IRLANDA Mãe: MARGUERITE MARY O'KANE Pai: JOSEPH JAMES CHRISTOPHER O'KANE.

Processo: 08228.017433/2022-65 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Laurent Sassolas Data Nascimento: 28/09/1980 Passaporte: 16DY25416 País: FRANÇA Mãe: Marylène Georgette CHAIX Pai: Jean-Pierre Victor SASSOLAS.

Processo: 08228.017557/2022-41 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Andela Sosic Data Nascimento: 17/11/1996 Passaporte: 016292145 País: SÉRVIA Mãe: Jelena Sosic Pai: Slavisa Sosic.

Processo: 08228.017647/2022-31 Requerente: DANIEL DE SOUZA DIAS Prazo: 02 Anos Imigrante: RASSELLE ALEGRE LABISTO Data Nascimento: 18/03/1984 Passaporte: P6638107B País: FILIPINAS Mãe: LEONORA ALEGRE LABISTO Pai: DANILO ANOYA LABISTO.

Processo: 08228.017570/2022-16 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: CHRISTOPHER JAMES ARTHUR MORRICE Data Nascimento: 08/08/1974 Passaporte: 135531918 País: REINO UNIDO Mãe: LORRAINE DUNCAN MORRICE Pai: GEORGE MITCHELL MORRICE.

Processo: 08228.017671/2022-71 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: MARTIN PHILIPPE MARIE FOUCHE Data Nascimento: 11/08/1985 Passaporte: 22HC17797 País: FRANÇA Mãe: CLAIRE MARIE ANNE LAVIRON Pai: BRUNO MICHEL PASCALE FOUCHE.

Processo: 08228.017806/2022-14 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: BASHAR F A E M ALALI Data Nascimento: 24/11/1998 Passaporte: P06683756 País: KUWAIT Mãe: ALTAF ALMAHDI Pai: FAYEZ ALALI.

Processo: 08228.017959/2022-45 Requerente: GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: ZHIQUAN WANG Data Nascimento: 25/01/1999 Passaporte: EJ5610754 País: CHINA Mãe: Zhenxia Sun Pai: Yujun Wang.

Processo: 08228.017987/2022-62 Requerente: INFOSYS CONSULTING LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Sruthi Kochukrishnan Data Nascimento: 14/10/1994 Passaporte: M9198859 País: ÍNDIA Mãe: Chitra Pai: Kochukrishnan.

Processo: 08228.018004/2022-13 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: MOTOKI SAKAI Data Nascimento: 14/02/1975 Passaporte: TS 4.594.259 País: JAPÃO Mãe: ATSUKO SAKAI Pai: KIYOHARU SAKAI.

Processo: 08228.018019/2022-73 Requerente: GREE ELECTRIC APPLIANCES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: CAIZAN WEN Data Nascimento: 10/10/1997 Passaporte: EH2882931 País: CHINA Mãe: XIAOMEI HUANG Pai: XIANFA WEN.

Processo: 08228.018022/2022-97 Requerente: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Edgar Garcia Alvarez Data Nascimento: 20/09/1993 Passaporte: G422895 País: COSTA RICA Mãe: Idys Alvarez Cisneros Pai: Edgar Garcia Quiros.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.017981/2022-95 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: JOHN CORNELIUS PRETORIUS Data Nascimento: 22/01/1971 Passaporte: M00119009 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.016445/2022-72 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HUILING ZHANG Data Nascimento: 10/11/1965 Passaporte: E54100443 País: CHINA.

Processo: 08228.016536/2022-16 Requerente: AMERON POLYPLASTER INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Ye Phyo Swe Data Nascimento: 08/05/1980 Passaporte: MF537687 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.016557/2022-23 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: SHINSUKE FUJITANI Data Nascimento: 08/03/1987 Passaporte: TS3119984 País: JAPÃO.

Processo: 08228.016872/2022-51 Requerente: AMERON POLYPLASTER INDUSTRIA E COMERCIO DE TUBOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Saleem Ahmad Khan Bin Niaz Ahmad Data Nascimento: 10/08/1988 Passaporte: A54796428 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017013/2022-89 Requerente: NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Olaf Joerstad Data Nascimento: 17/03/1970 Passaporte: CCC112745 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017235/2022-18 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Juan Pablo Ortiz Holmberg Data Nascimento: 17/02/1979 Passaporte: FP4966096 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.017356/2022-43 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ABRAHAM REYES MORALES Data Nascimento: 23/09/1986 Passaporte: G15895907 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017363/2022-45 Requerente: METTALICA CALDEIRARIA PESADA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID STUART CRUMBIE Data Nascimento: 29/07/1968 Passaporte: 135511987 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017365/2022-34 Requerente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Paulyn Kaye Lucero Roxas Data Nascimento: 21/11/1996 Passaporte: P3180725B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017371/2022-91 Requerente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Evelio Jose Sibayan Quesada Data Nascimento: 05/07/1990 Passaporte: P7102342A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017373/2022-81 Requerente: TUPI NORDESTE OPERACOES MARITIMAS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Anne Michelle Marie Debois Data Nascimento: 07/07/1968 Passaporte: 15CH97746 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017378/2022-11 Requerente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Nelson Suarez de Mesa Data Nascimento: 14/12/1979 Passaporte: P7193271A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017563/2022-14 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Josh Adam Cranham Data Nascimento: 04/01/2000 Passaporte: 546336394 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017611/2022-58 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ALBERTO TARASCONI Data Nascimento: 05/08/1963 Passaporte: YA7512231 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017617/2022-25 Requerente: KIM NETO INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICACAO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Radovan Harej Data Nascimento: 22/04/1972 Passaporte: PB1691337 País: ESLOVÊNIA.

Processo: 08228.017623/2022-82 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KYEONGSOO KIM Data Nascimento: 02/01/1980 Passaporte: M62806185 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017664/2022-79 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: KENNETH SCOTT ARNETT Data Nascimento: 12/11/1976 Passaporte: 674020218 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017680/2022-61 Requerente: RIG & SHIP SERVICES BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: DIDIER LOUIS M. MONBAILLIU Data Nascimento: 25/07/1962 Passaporte: ES032308 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.017710/2022-31 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ROBERTO FALCONE Data Nascimento: 25/08/1970 Passaporte: YA6894789 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017728/2022-31 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Anders Jesper Franklin Data Nascimento: 30/05/1995 Passaporte: 94553456 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.017729/2022-86 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JESUS ALFONSO GARCIA SOLIS Data Nascimento: 17/11/1982 Passaporte: G38355214 País: MÉXICO Imigrante: PABLO GALLEGOS SALINAS Data Nascimento: 10/01/1991 Passaporte: N01341069 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017735/2022-33 Requerente: THERMO FISHER SCIENTIFIC BRASIL INSTRUMENTOS DE PROCESSO LTDA Prazo: 9 Meses Imigrante: Jacob Cody Schulze Data Nascimento: 16/04/1975 Passaporte: 566082314 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017759/2022-92 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: Vinaykumar Paladi Data Nascimento: 01/05/1998 Passaporte: U8086007 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017853/2022-41 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Alessandro Tutino Data Nascimento: 11/12/1984 Passaporte: YB1790471 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017760/2022-17 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SEBASTIAN ALBERS Data Nascimento: 13/04/1996 Passaporte: C2JXJ65R9 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017772/2022-41 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: Goeran Rosnes Data Nascimento: 01/11/1976 Passaporte: 34375279 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017777/2022-74 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: Jeremy Paul Richard Data Nascimento: 28/07/1979 Passaporte: 546515224 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017783/2022-21 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Olivier Icyk Data Nascimento: 22/01/1972 Passaporte: 13FV03170 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017792/2022-12 Requerente: VOLLERT DO BRASIL REPRESENTACAO, COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jean-Daniel Reinke Data Nascimento: 27/06/1969 Passaporte: C26HYW7YF País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017797/2022-45 Requerente: DELLY KOSMETIC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SIMONE MARIA PRONO Data Nascimento: 17/12/1983 Passaporte: YB5526719 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017804/2022-17 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: WOJCIECH DAWID WITCZAK Data Nascimento: 24/10/1985 Passaporte: EL0748192 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017813/2022-16 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LUIS CARLOS JUSTINIANO HELBINGEN Data Nascimento: 18/02/1986 Passaporte: PE22977 País: BOLÍVIA.

Processo: 08228.017829/2022-11 Requerente: CIMC-TIANDA DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: BIAO YANG Data Nascimento: 30/06/1999 Passaporte: EH1353499 País: CHINA.

Processo: 08228.017833/2022-71 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KEFENG XU Data Nascimento: 13/09/1984 Passaporte: E48048001 País: CHINA.

Processo: 08228.017834/2022-15 Requerente: CREC8 BRASIL XINCHUAN LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CHUN LIANG Data Nascimento: 25/08/1995 Passaporte: E95563171 País: CHINA.

Processo: 08228.017888/2022-81 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: OOI MO YEW Data Nascimento: 25/11/1981 Passaporte: A55256739 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017841/2022-17 Requerente: CONSORCIO DE ALUMINIO DO MARANHAO CONSORCIO ALUMAR Prazo: 1 Ano Imigrante: Dêmetrio Balbino Trelles Basanta Data Nascimento: 16/08/1967 Passaporte: PAP072349 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017843/2022-14 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Timo Matti Mantsinen Data Nascimento: 23/02/1978 Passaporte: FP4648429 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.017842/2022-61 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: FABIO PATTACINI Data Nascimento: 25/04/1968 Passaporte: YA4877393 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017850/2022-16 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: GABRIEL-IULIAN DEGETAR Data Nascimento: 20/07/1982 Passaporte: 055644613 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.017852/2022-13 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ESTEBAN DE JESUS SALAS GOMEZ Data Nascimento: 25/12/1977 Passaporte: N03478323 País: MÉXICO Imigrante: CRISTO REY CERVANTES CERVANTES Data Nascimento: 30/10/1977 Passaporte: G38250420 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017856/2022-85 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: AURELIEN DOMAGE Data Nascimento: 01/10/1991 Passaporte: 22CC12286 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017857/2022-21 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JAVIER RUIZ VILLAR Data Nascimento: 05/12/1999 Passaporte: PAL972344 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017898/2022-16 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CORALIE VINOLO Data Nascimento: 28/07/1994 Passaporte: 17EC23944 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017858/2022-74 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JONATHAN DALFONSO Data Nascimento: 03/12/1984 Passaporte: YB0903377 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017860/2022-43 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN SANCHEZ MELGAREJO Data Nascimento: 26/10/1996 Passaporte: PAL662522 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017901/2022-18 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MATHIAS ELLIGER FLAA Data Nascimento: 07/10/1996 Passaporte: CCF261963 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017868/2022-18 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ALEXANDER ASMUS Data Nascimento: 26/03/1991 Passaporte: CZLY1KBNT País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017873/2022-12 Requerente: BOBST LATINOAMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Marc Pierre Louis Saintpierre Data Nascimento: 15/01/1965 Passaporte: 19CE34487 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017871/2022-23 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: PAUL RAWOLLE Data Nascimento: 15/02/1992 Passaporte: COPON5PH3 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017878/2022-45 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Markus Hugo Bickel Data Nascimento: 24/06/1967 Passaporte: U5408461 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.017875/2022-11 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: STANISLAW GRADOWSKI Data Nascimento: 16/03/1993 Passaporte: EN9929853 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017876/2022-56 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LUIS ANGEL TELLEZ ROMERO Data Nascimento: 21/06/1983 Passaporte: N03850720 País: MÉXICO Imigrante: JULIAN SALINAS GONZALEZ Data Nascimento: 02/03/1989 Passaporte: G38347376 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017877/2022-17 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: STEVEN PAUL KIDD Data Nascimento: 18/12/1974 Passaporte: 124207552 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017880/2022-14 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Matthew Padraig Bunyan Data Nascimento: 12/12/1985 Passaporte: LB0351939 País: IRLANDA.

Processo: 08228.017908/2022-13 Requerente: AAK DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE OLEOS VEGETAIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: SEVER MIRCEA TENPELEAN Data Nascimento: 26/03/1984 Passaporte: 057411471 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.017906/2022-24 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: FIDAIM KAJTAZI Data Nascimento: 20/01/1974 Passaporte: X6350140 País: SUÍÇA.

Processo: 08228.017923/2022-61 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Wei Shi Data Nascimento: 15/10/1965 Passaporte: K1121316Z País: CINGAPURA.

Processo: 08228.017933/2022-13 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Alexander Teller Data Nascimento: 19/08/1972 Passaporte: U6009370 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.017937/2022-85 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SU YONG SON Data Nascimento: 01/08/1970 Passaporte: M14908582 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017940/2022-15 Requerente: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KEYSHAWN MAYO Data Nascimento: 19/08/1996 Passaporte: 561535385 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: LOUIS ABRAHAM WALLACE Data Nascimento: 06/06/1967 Passaporte: 567418413 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017938/2022-21 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MINHYEOK JEONG Data Nascimento: 08/09/1983 Passaporte: M17870230 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017943/2022-32 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KIEUN KWON Data Nascimento: 17/02/1989 Passaporte: M49909379 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017944/2022-87 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DONGCHANG LEE Data Nascimento: 22/03/1995 Passaporte: M655B0316 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017945/2022-21 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JONGHOON LEE Data Nascimento: 01/10/1993 Passaporte: M96188050 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017946/2022-76 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HOSEUNG PARK Data Nascimento: 27/11/1995 Passaporte: M53097467 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017956/2022-11 Requerente: OTHUA AUTOMACAO EM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ZOUHAIR KOUTIL Data Nascimento: 27/01/1986 Passaporte: XI1096474 País: MARROCOS Imigrante: MICHAEL FINGIER Data Nascimento: 16/12/1985 Passaporte: 19DA29368 País: FRANÇA Imigrante: SOUFIANE ABBAR Data Nascimento: 18/04/1987 Passaporte: DR5786878 País: MARROCOS.

Processo: 08228.017967/2022-91 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ADOLFO MARTINEZ MADRIGAL Data Nascimento: 22/12/1967 Passaporte: G29868711 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017970/2022-13 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Vinod Siram Data Nascimento: 30/07/1987 Passaporte: N5142110 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017975/2022-38 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ARTHUR STOCKMAN Data Nascimento: 05/12/1986 Passaporte: EP992928 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.017978/2022-71 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Robert Thomas Shorting Data Nascimento: 05/02/1976 Passaporte: 524439575 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017988/2022-15 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MAROUEN BEN OUAGHREM Data Nascimento: 01/02/1991 Passaporte: H203220 País: TUNÍSIA.

Processo: 08228.017991/2022-21 Requerente: VESUVIUS REFRATARIOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MATTHIEU MARC J LHOIR Data Nascimento: 22/07/1988 Passaporte: EN810373 País: BÉLGICA.

Processo: 08228.017994/2022-64 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: Flavio Sivieri Data Nascimento: 04/07/1993 Passaporte: YA6985899 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.018003/2022-61 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FEIYANG LIANG Data Nascimento: 20/12/2000 Passaporte: EH1511776 País: CHINA Imigrante: LIN WU Data Nascimento: 14/08/1995 Passaporte: E68138162 País: CHINA Imigrante: MING GUO Data Nascimento: 20/09/1987 Passaporte: EJ4108997 País: CHINA Imigrante: JUNPENG YIN Data Nascimento: 25/09/1989 Passaporte: EJ4105256 País: CHINA Imigrante: ZHONGXIN ZHAO Data Nascimento: 29/10/1987 Passaporte: E84492265 País: CHINA.

Processo: 08228.018009/2022-38 Requerente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CRISTIAN-ALEXANDRU CURTUTI Data Nascimento: 09/10/1980 Passaporte: 057625833 País: ROMÊNIA Imigrante: PAUL JAKOB FALLSCHEER Data Nascimento: 14/05/1992 Passaporte: C19MWFT6J País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.019151/2022-19 Requerente: BASF SA Prazo: 180 Dias Imigrante: MANUEL LAUN Data Nascimento: 13/04/1984 Passaporte: C8MHP3RFM País: ALEMANHA.

Processo: 08228.019155/2022-81 Requerente: BASF SA Prazo: 180 Dias Imigrante: ROLAND KLAUS KRECH Data Nascimento: 05/10/1981 Passaporte: CG69X2CH5 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.018674/2022-21 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: RHIDA BEN ALI HAMANI Data Nascimento: 30/08/1970 Passaporte: AA0154093 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.018675/2022-76 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: HANS MARTIN STELLAN THUREHAG Data Nascimento: 29/03/1988 Passaporte: 94723363 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.018940/2022-16 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Dion Dacayanan Datuin Data Nascimento: 15/06/1980 Passaporte: P6319065A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.018945/2022-49 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Kenneth John Agnes Duerme Data Nascimento: 10/08/1992 Passaporte: P7410571A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.019094/2022-51 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MANUEL SCHMID Data Nascimento: 21/02/1985 Passaporte: CGVT000P4 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.019059/2022-32 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Florian Hans-Peter Kahr Data Nascimento: 15/07/1996 Passaporte: U5307930 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.019141/2022-67 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: RAMON VERONICA LUNA Data Nascimento: 20/08/1995 Passaporte: G32207297 País: MÉXICO.

Processo: 08228.019152/2022-47 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN GUILLERMO OLIVA CONTRERAS Data Nascimento: 20/09/1991 Passaporte: G32570857 País: MÉXICO.

Processo: 08228.019154/2022-36 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN ALEXIS MENDEZ NAJERA Data Nascimento: 23/05/1995 Passaporte: G43240589 País: MÉXICO.

Processo: 08228.019158/2022-14 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: ANDREA BUFFALORA Data Nascimento: 20/01/1996 Passaporte: YB9665968 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.019159/2022-69 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: DENNIS VALENTI Data Nascimento: 04/11/1987 Passaporte: YC0376729 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.019165/2022-16 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: FLAVIO FUSI Data Nascimento: 12/04/1980 Passaporte: YB8855804 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.019167/2022-13 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: GIOVANNI CARLI Data Nascimento: 27/06/1985 Passaporte: YB2517121 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.019168/2022-51 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: ABDEL KADER RAMADANE Data Nascimento: 23/11/1985 Passaporte: YB7448018 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.019171/2022-73 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: IVAN JURESIC Data Nascimento: 29/06/1993 Passaporte: 050886932 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.019172/2022-18 Requerente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: JORGE LUIS DORANTE OLIVOS Data Nascimento: 14/05/1993 Passaporte: N00919971 País: MÉXICO.

Processo: 08228.019108/2022-37 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Markus Karl Mikael Rolandsson Data Nascimento: 14/11/1982 Passaporte: 36094550 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.019109/2022-81 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jonathan William Bay Data Nascimento: 06/06/1988 Passaporte: 535541820 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.019174/2022-15 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: IVAN MARTINEZ BOVER Data Nascimento: 26/08/1981 Passaporte: AAI366223 País: ESPANHA.

Processo: 08228.019208/2022-63 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: PRZEMYSLAW WIESLAW OZIEMBLOWSKI Data Nascimento: 30/05/1978 Passaporte: ET9789558 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.019209/2022-16 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YASUO MATSUNAGA Data Nascimento: 21/12/1974 Passaporte: TS3351806 País: JAPÃO.

Processo: 08228.019225/2022-17 Requerente: AVL SOUTH AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PREMYSL FUCÍK Data Nascimento: 20/03/1983 Passaporte: 44501581 País: REPÚBLICA THECA.

Processo: 08228.019238/2022-71 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: NENAD PALISKA Data Nascimento: 30/05/1965 Passaporte: 233993491 País: CROÁCIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.016436/2022-81 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SHUBHAM RAJENDRA MAKHE Data Nascimento: 06/02/1998 Passaporte: U3333591 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016574/2022-61 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: NILESH SUDHAKAR BHURKE Data Nascimento: 08/12/1982 Passaporte: L8436525 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016578/2022-49 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Sunil Bhanudas Jadhav Data Nascimento: 15/01/1972 Passaporte: N7549202 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016720/2022-58 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: BO HAKAN WALLEN Data Nascimento: 04/06/1964 Passaporte: 97726890 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.017207/2022-84 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ADEL HENNICHE Data Nascimento: 14/12/1973 Passaporte: AG957297 País: CANADÁ.

Processo: 08228.017293/2022-25 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SURAMITA CHAKRABORTY Data Nascimento: 23/07/1986 Passaporte: P6090295 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017296/2022-69 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: SUNIL DAMODAR ADSUL Data Nascimento: 13/12/1964 Passaporte: Z4071640 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017299/2022-19 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: VINAY DICHOLKAR Data Nascimento: 20/03/1993 Passaporte: S0522653 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017562/2022-53 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Maximino Manuel dos Santos Bandeira Data Nascimento: 26/10/1968 Passaporte: CB466991 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.017595/2022-11 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: NILESH NAVINBHAI GANGAJALIYA Data Nascimento: 09/10/1994 Passaporte: N2850707 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 05/2017

Processo: 08228.017319/2022-35 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: EVGENIIA VASILEVA Data Nascimento: 20/04/1991 Passaporte: 732015853 País: RÚSSIA Imigrante: VICTOR CAYETANO BARILLAS MEJIA Data Nascimento: 24/02/1977 Passaporte: CO2780249 País: NICARÁGUA Imigrante: CARLA SOFIA FONSECA MONTEIRO Data Nascimento: 08/11/1992 Passaporte: CC736266 País: PORTUGAL Imigrante: SILVIU DUMITRU BORDEI Data Nascimento: 07/03/1974 Passaporte: 059205692 País: ROMÊNIA Imigrante: DEISY CAROLINA MARIN CARVAJAL Data Nascimento: 22/07/1989 Passaporte: AX308325 País: COLÔMBIA Imigrante: KAREN VANESSA CUELLO FANEITE Data Nascimento: 11/02/1986 Passaporte: AQ204239 País: COLÔMBIA Imigrante: SIDARTHA DANAMANTH WARI Data Nascimento: 08/01/1977 Passaporte: N3477968 País: ÍNDIA Imigrante: FAOUZI BEJAOUI Data Nascimento: 03/03/1968 Passaporte: YA6547701 País: ITÁLIA Imigrante: LUCA FORNI Data Nascimento: 25/06/1963 Passaporte: YB1276888 País: ITÁLIA Imigrante: FABIO BELLANTE Data Nascimento: 22/03/1995 Passaporte: YA8391652 País: ITÁLIA Imigrante: MARIA JOSE' ORTIZ SAENZ Data Nascimento: 28/07/1994 Passaporte: YA6131127 País: ITÁLIA Imigrante: SIMONE PUTRINO Data Nascimento: 06/12/1994 Passaporte: YA6367522 País: ITÁLIA Imigrante: SERGIO RENE CONTRERAS PIEDRASANTA Data Nascimento: 04/06/1974 Passaporte: 186206992 País: GUATEMALA Imigrante: SVITLANA BAHORKO Data Nascimento: 26/06/1988 Passaporte: FG279690 País: UCRÂNIA Imigrante: DARIO RIGALDO Data Nascimento: 30/03/1981 Passaporte: YA8131807 País: ITÁLIA Imigrante: LUIGI SALVATORE DOMENICO MILAZZO Data Nascimento: 18/11/1980 Passaporte: YA6397258 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.018658/2022-39 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: VITO CLEMENTE Data Nascimento: 16/06/1962 Passaporte: YB2391990 País: ITÁLIA Imigrante: MATTEO AVALLONE Data Nascimento: 06/07/1993 Passaporte: YA9836126 País: ITÁLIA Imigrante: MARCO GENTILUCCI Data Nascimento: 06/08/1993 Passaporte: YA7621097 País: ITÁLIA Imigrante: CRISTIAN BABACEA Data Nascimento: 02/12/1977 Passaporte: 058307507 País: ROMÊNIA Imigrante: DARIO RIGALDO Data Nascimento: 30/03/1981 Passaporte: YA8131807 País: ITÁLIA Imigrante: CAROLINA SALDANA PINEDO Data Nascimento: 28/01/1998 Passaporte: YB2565908 País: ITÁLIA Imigrante: LORENZO BENVENUTI Data Nascimento: 22/01/1991 Passaporte: YB3553038 País: ITÁLIA Imigrante: MARCO PECORARO Data Nascimento: 08/03/2001 Passaporte: YB8896107 País: ITÁLIA Imigrante: SARA FRANZIL Data Nascimento: 10/12/1997 Passaporte: YB8556681 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.018891/2022-11 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ALESSANDRA PASCIUTI Data Nascimento: 08/09/1997 Passaporte: YB2415299 País: ITÁLIA Imigrante: SABRINA ORIONE Data Nascimento: 24/09/2001 Passaporte: YB7369473 País: ITÁLIA Imigrante: ARMANDO GIUSEPPE MANDILE Data Nascimento: 06/01/1995 Passaporte: YA5067302 País: ITÁLIA Imigrante: ADRIAN UBALDO LOPEZ CASTILLO Data Nascimento: 20/11/1990 Passaporte: RD6843894 País: REPÚBLICA DOMINICANA Imigrante: VALERIA VOLANTI Data Nascimento: 14/02/1995 Passaporte: YB2186194 País: ITÁLIA Imigrante: GLORIA SOLEDAD RIVERA URQUIZA Data Nascimento: 21/11/1979 Passaporte: 118385086 País: PERU Imigrante: DORA BOSCHIGLIO Data Nascimento: 29/09/1989 Passaporte: YB7970643 País: ITÁLIA Imigrante: ROSSELLA LA VEGLIA PERRIS Data Nascimento: 12/01/1996 Passaporte: YB5294387 País: ITÁLIA Imigrante: FABRIZIO GANDINO Data Nascimento: 08/08/1961 Passaporte: YB4346663 País: ITÁLIA Imigrante: ELENA FABIOLA FERARU Data Nascimento: 09/06/2004 Passaporte: 057360901 País: ROMÊNIA Imigrante: NICOLA ARENA Data Nascimento: 01/04/2002 Passaporte: YB7418673 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.018892/2022-66 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HECTOR DANIEL HERNANDEZ RUIZ Data Nascimento: 12/07/1971 Passaporte: G29640329 País: MÉXICO Imigrante: FELIPE ACOSTA GONZALEZ Data Nascimento: 29/04/1999 Passaporte: N433585 País: PARAGUAI Imigrante: HECTOR RODRIGO BRITOS ECHAURI Data Nascimento: 30/04/1989 Passaporte: R638956 País: PARAGUAI Imigrante: NICCOLO FERRARI Data Nascimento: 04/03/2000 Passaporte: YB7467120 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.018905/2022-13 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: RAUL ENRIQUE MOLLINEDO ROMAN Data Nascimento: 06/11/1972 Passaporte: 235750387 País: GUATEMALA Imigrante: CHRISTOPHER ENRIQUE MOLLINEDO ALARCON Data Nascimento: 24/07/2001 Passaporte: 330843613 País: GUATEMALA.

Processo: 08228.018906/2022-41 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Hannah Melcher Data Nascimento: 25/05/1992 Passaporte: C1WVJR4CK País: ALEMANHA Imigrante: Denise Pia Levenig Data Nascimento: 30/07/1984 Passaporte: CG96P4HWK País: ALEMANHA Imigrante: Nadine Armbrust Data Nascimento: 21/06/1981 Passaporte: C8VPRT0HX País: ALEMANHA Imigrante: Martin Christian Simon Data Nascimento: 08/01/1977 Passaporte: C7JW6CXPG País: ALEMANHA Imigrante: Oxana Iancovoi Data Nascimento: 30/09/1994 Passaporte: AT5484281 País: GRÉCIA Imigrante: Niklas Faralisch Data Nascimento: 11/09/1995 Passaporte: C3FTNW0XP País: ALEMANHA Imigrante: Alexandra Schwarz Data Nascimento: 13/05/1971 Passaporte: C235VCL80 País: ALEMANHA Imigrante: Florian Kudoke Data Nascimento: 02/03/1981 Passaporte: CF9HZ3KNZ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.018970/2022-22 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: FABIO OMETTO Data Nascimento: 21/05/1970 Passaporte: YA6523479 País: ITÁLIA Imigrante: SALVATORE ANDREA PATANE Data Nascimento: 21/12/1990 Passaporte: YB7390762 País: ITÁLIA Imigrante: WILBERT LEONARDO ROJAS DOUGLAS Data Nascimento: 03/01/1975 Passaporte: F947686 País: COSTA RICA Imigrante: SABRINA ANNIBALDI Data Nascimento: 20/12/1973 Passaporte: YA4245155 País: ITÁLIA Imigrante: LAURA ALEJANDRA BALLADARES AMAYA Data Nascimento: 03/08/1995 Passaporte: YA9764471 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.014993/2022-68 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/10/2022 Imigrante: VIKTOR ABAKUMOV Data Nascimento: 10/11/1996 Passaporte: 750810744 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.015129/2022-83 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Sasa Durica Data Nascimento: 11/01/1973 Passaporte: 19KL78006 País: FRANÇA.

Processo: 08228.015336/2022-38 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: NIKOLAOS PARASKEVAS Data Nascimento: 24/01/1996 Passaporte: AP4307388 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.016124/2022-78 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Antonio Francis Earneston Edward Data Nascimento: 16/07/1985 Passaporte: Z65311665 País: ÍNDIA Imigrante: Pradhosh Kumar Sankaran Nair Rama Kumari Data Nascimento: 17/09/1977 Passaporte: Z4626863 País: ÍNDIA Imigrante: Syam Sankar Olipurathil Sivasankara Pillai Data Nascimento: 28/11/1976 Passaporte: Z4138017 País: ÍNDIA Imigrante: Thomas Wilson Lawrence Data Nascimento: 23/03/1978 Passaporte: Z4488887 País: ÍNDIA Imigrante: Arvind Saini Data Nascimento: 03/10/1986 Passaporte: R6625354 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016198/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 18/07/2023 Imigrante: KEIL FRANCIS DE LUNA ESPINOSA Data Nascimento: 19/04/1997 Passaporte: P2513345B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016555/2022-34 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 13/07/2023 Imigrante: Emmanuel Macalisang Dominguez Data Nascimento: 11/01/1976 Passaporte: P6846238A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016804/2022-91 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 28/04/2023 Imigrante: Jude Dospis Mouloungui Mouloungui Data Nascimento: 10/12/1988 Passaporte: 17GA34508 País: GABÃO.

Processo: 08228.017339/2022-14 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 28/10/2023 Imigrante: BENJAMIN LLOYD COLEMAN Data Nascimento: 20/11/1974 Passaporte: PB1482752 País: AUSTRÁLIA Imigrante: STEPHEN ALAN STEWART Data Nascimento: 16/05/1963 Passaporte: 538897519 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017334/2022-83 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: FABIO PERNA Data Nascimento: 17/06/1977 Passaporte: YB4948393 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017315/2022-57 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: GIULIO BLARZINO Data Nascimento: 13/08/1976 Passaporte: YB39442574 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017329/2022-71 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: JAMES GILBERT SMITH Data Nascimento: 15/04/1982 Passaporte: 526290732 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017366/2022-89 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: ALFRED SALAZAR ESPIRITU Data Nascimento: 13/05/1971 Passaporte: P5677095B País: FILIPINAS Imigrante: AMADO Jr. MANALON GALINSANAO Data Nascimento: 23/07/1974 Passaporte: P5914213B País: FILIPINAS Imigrante: CELEDONIO Jr. ARROYO ESCALADA Data Nascimento: 22/10/1969 Passaporte: P2684358B País: FILIPINAS Imigrante: EMMANUEL BUHAT SILANG Data Nascimento: 27/03/1980 Passaporte: P5633143A País: FILIPINAS Imigrante: FILEMON Jr. QUINTANA DRIO Data Nascimento: 30/09/1965 Passaporte: P4029813B País: FILIPINAS Imigrante: STEEVE CALISURA BARCENA Data Nascimento: 02/10/1978 Passaporte: P5875159B País: FILIPINAS Imigrante: JOHARI BUCAG BULOS Data Nascimento: 01/12/1981 Passaporte: P6808759B País: FILIPINAS Imigrante: DANILO MANCHO OLA-A Data Nascimento: 08/09/1973 Passaporte: P6357791B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017377/2022-69 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Ricky Anak Remba Data Nascimento: 04/11/1992 Passaporte: K52244832 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017383/2022-16 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Lee Anthony Connolly Data Nascimento: 24/03/1980 Passaporte: 539403548 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Dmytro Popovskyi Data Nascimento: 03/03/1996 Passaporte: FT164221 País: UCRÂNIA Imigrante: Valentin Gilbert Roger Guillerme Data Nascimento: 01/04/2000 Passaporte: 19A187241 País: FRANÇA Imigrante: Muralidharan Pattalathil Data Nascimento: 09/04/1968 Passaporte: W0413910 País: ÍNDIA Imigrante: Stribor Plancic Data Nascimento: 09/11/1986 Passaporte: 199316814 País: CROÁCIA Imigrante: Vagif Babayev Data Nascimento: 31/08/1981 Passaporte: C01405759 País: AZERBAIJÃO Imigrante: Elmar Haci Oglu Mammadov Data Nascimento: 30/08/1971 Passaporte: C02014736 País: AZERBAIJÃO Imigrante: Ionut-Adrian Petrache Data Nascimento: 25/07/1996 Passaporte: 059577260 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.017417/2022-72 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: DINESH KUMAR Data Nascimento: 15/07/1983 Passaporte: V0817642 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017418/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: LORETO DAGOHOY VALDE Data Nascimento: 11/12/1967 Passaporte: P5734296A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017470/2022-73 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 28/10/2023 Imigrante: MATTHEW JOHN MIRECKI Data Nascimento: 24/02/1973 Passaporte: PB3903436 País: AUSTRÁLIA Imigrante: TERRY HIRD Data Nascimento: 16/12/1961 Passaporte: 538682351 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: CRAIG IAN DARROCH ANGUS Data Nascimento: 19/06/1960 Passaporte: 133757440 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: PAUL MURPHY Data Nascimento: 15/03/1962 Passaporte: 548394488 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: DAVID ANGUS NICOLSON Data Nascimento: 08/12/1975 Passaporte: 511198751 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: JAMES HUGH SUTHERLAND Data Nascimento: 15/03/1957 Passaporte: 534910318 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017436/2022-15 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: Christopher Ian Henderson Data Nascimento: 16/03/1976 Passaporte: 560579197 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017499/2022-55 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 05/06/2023 Imigrante: JAMES BOOC TUÑACAO Data Nascimento: 23/12/1981 Passaporte: P6698015B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017505/2022-74 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 21/03/2023 Imigrante: JOSE ROY FEBRERO CASTILLO Data Nascimento: 03/07/1963 Passaporte: P0192754B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017516/2022-54 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: EDSEL GEGANZO GENONA Data Nascimento: 22/10/1970 Passaporte: P7233469B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017517/2022-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: ARVIN LIRIO PEREZ Data Nascimento: 15/10/1981 Passaporte: P0500262B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017519/2022-98 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JEROME GORDOLA GUERRA Data Nascimento: 10/04/1987 Passaporte: P9944529B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017520/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: RON MARCELINO DE GUZMAN Data Nascimento: 11/03/1973 Passaporte: P5690235A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017522/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: VLADIMER RIPALEV Data Nascimento: 20/01/1974 Passaporte: 12AA08178 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.017528/2022-89 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ESPER FLODGAARD Data Nascimento: 24/02/1965 Passaporte: 212427973 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017530/2022-58 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: RONJA JENNIFER LJUNGGREN ANDERSEN Data Nascimento: 06/03/2002 Passaporte: 213785592 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017581/2022-81 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: HALVOR KLEIVDAL ROER JENSEN Data Nascimento: 03/08/1966 Passaporte: 33082171 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017601/2022-12 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 24/01/2024 Imigrante: Henry Firme Navat Data Nascimento: 15/01/1965 Passaporte: P0147338C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017575/2022-22 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Simon Lewis Patience Data Nascimento: 14/01/1969 Passaporte: 124674245 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017579/2022-19 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: David Ian Houston Data Nascimento: 20/01/1990 Passaporte: 564374585 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017582/2022-24 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Roland Anak Balau Data Nascimento: 11/11/1978 Passaporte: K53447073 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017586/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: EMANUEL CLAUDIU CALENIC Data Nascimento: 08/09/1974 Passaporte: 058820080 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.017589/2022-46 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Liam Brian Murphy Data Nascimento: 17/02/1990 Passaporte: 560608813 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017593/2022-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: DMITRY PERCHITS Data Nascimento: 24/09/1977 Passaporte: 72 7989030 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.017618/2022-71 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: MANUEL SANLES OLIVEIRA Data Nascimento: 26/06/1965 Passaporte: PAG171279 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017630/2022-84 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 12/02/2023 Imigrante: RUSSELL PAUL HARRISON Data Nascimento: 01/05/1962 Passaporte: 556797688 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017632/2022-73 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Ian David Turton Data Nascimento: 06/05/1971 Passaporte: 124273667 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017638/2022-41 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: JUAN ANTONIO MARTINEZ GARCIA Data Nascimento: 22/10/1988 Passaporte: PAL831361 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017665/2022-13 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: SEBASTIAN SCOTT PETERSEN Data Nascimento: 28/10/2001 Passaporte: 213923317 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017640/2022-11 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: JOSE MARIA MENDEZ LANZA Data Nascimento: 24/09/1965 Passaporte: PAM171029 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017641/2022-64 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 12/02/2023 Imigrante: PAER BJARNE VALDEMAR TUFVESSON Data Nascimento: 29/04/1965 Passaporte: 96990547 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.017642/2022-17 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: JOSE LUIS MONTEIRO INARRA Data Nascimento: 04/04/1962 Passaporte: PAJ125820 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017666/2022-68 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ANTONIO PEDRO ABREU FERNANDES Data Nascimento: 13/06/1973 Passaporte: CB280486 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.017646/2022-97 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: JOSE ANTONIO TRASANCOS GARCIA Data Nascimento: 07/11/1972 Passaporte: PAA614804 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017672/2022-15 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: BENIGNO VILLAVERDE GARCIA Data Nascimento: 15/12/1992 Passaporte: ´PAO167624 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017677/2022-48 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: ANTON XOSE SAMPEDRO MARIÑO Data Nascimento: 13/03/1972 Passaporte: PAG227126 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017678/2022-92 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: PIOTR KACHNIARZ Data Nascimento: 15/09/1988 Passaporte: ET9243304 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017699/2022-16 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 07/07/2024 Imigrante: NICKOLAS ALEKSANDR VALLEJO Data Nascimento: 24/03/1987 Passaporte: 565801571 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017705/2022-27 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 28/10/2023 Imigrante: MELROY DOMNIC REGGIE FERNANDES Data Nascimento: 28/02/1986 Passaporte: L4766386 País: ÍNDIA Imigrante: AGUS HERMAWAN Data Nascimento: 11/08/1976 Passaporte: C8099045 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.017722/2022-64 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 12/04/2024 Imigrante: Marcin Benko Data Nascimento: 22/10/1975 Passaporte: EW8645267 País: POLÔNIA Imigrante: Roman Heorhitsa Data Nascimento: 14/10/1996 Passaporte: FN998549 País: UCRÂNIA Imigrante: DANIEL SZCZEPAN DUDKA Data Nascimento: 22/12/1972 Passaporte: EG9017577 País: POLÔNIA Imigrante: Joanna Marta Baranowska Data Nascimento: 16/09/1975 Passaporte: ET8514531 País: POLÔNIA Imigrante: BOGDAN ZBIGNIEW DENISIUK Data Nascimento: 26/02/1973 Passaporte: ES2713098 País: POLÔNIA Imigrante: RINO BAJO Data Nascimento: 17/08/1973 Passaporte: 057863219 País: CROÁCIA Imigrante: VIKTOR ZUBOVSKY Data Nascimento: 16/01/1981 Passaporte: GA296468 País: UCRÂNIA Imigrante: GARY GALLAGHER Data Nascimento: 21/08/1969 Passaporte: 127616849 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Trygve Andre Haga Data Nascimento: 09/05/1998 Passaporte: 31277240 País: NORUEGA Imigrante: DOROTA BOSKA Data Nascimento: 07/11/1967 Passaporte: EM1116878 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017712/2022-29 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: AJITH KITHSIRI INDIGAHAWELA HETTIARACHCHIGE Data Nascimento: 22/09/1970 Passaporte: N8191225 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.017718/2022-12 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Armageddon II Buebos Noceda Data Nascimento: 10/10/1991 Passaporte: P6543676B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017721/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Christian Francis Aguilar Cemacio Data Nascimento: 12/12/1991 Passaporte: P8083382A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017730/2022-19 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Jundong Yuan Data Nascimento: 15/07/1982 Passaporte: PE1729089 País: CHINA.

Processo: 08228.017831/2022-81 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jet Lee Cutar Jao Data Nascimento: 31/07/1995 Passaporte: P3810202B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017762/2022-14 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: NICHOLAS FINIAN NOLAN Data Nascimento: 17/11/1977 Passaporte: LT7738968 País: IRLANDA.

Processo: 08228.017826/2022-79 Requerente: OSM DO BRASIL GERENCIAMENTO DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Johan Gunnar Urbanson Svedung Data Nascimento: 29/02/1988 Passaporte: AA1045282 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.017803/2022-64 Requerente: OOG-TKP PRODUCAO DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: MATEUSZ ANDRZEJ NAJDZINSKI Data Nascimento: 08/12/1983 Passaporte: EK8193102 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017812/2022-55 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: JOSE JOANIE RENDON SANTILLAN Data Nascimento: 25/05/1974 Passaporte: P3153620B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017904/2022-35 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Jerome Joseph John Wells Data Nascimento: 01/03/1959 Passaporte: 521343765 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.018774/2022-58 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Ryan Andrew Jeffels Data Nascimento: 06/02/1981 Passaporte: 518385073 País: GRÃ-BRETANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.014462/2022-75 Requerente: XATE ENERGIA HOLDING EMPREENDIMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Rani Bou Hamdan Data Nascimento: 14/06/1985 Passaporte: LR2128010 País: LÍBANO.

Processo: 08228.017140/2022-88 Requerente: AGROPOR - SOCIEDADE AGRICOLA PORTUGUESA LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: RENATO ALEXANDRE GAIO OLIVEIRA Data Nascimento: 18/11/1981 Passaporte: CC675636 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.014524/2022-49 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: EVELYN CUBERO RUIZ Data Nascimento: 30/03/1987 Passaporte: F707064 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.016792/2022-11 Requerente: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA Prazo: 6 Meses Imigrante: SARAH ISABELLE ANTOINETTE SALOMÉ DURSEL Data Nascimento: 12/12/1996 Passaporte: EN829134 País: BÉLGICA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 2º, Alínea a)

Processo: 08228.017526/2022-91 Requerente: JAMES BYRON BLESSED Prazo: 2 Anos Imigrante: James Byron Blessed Data Nascimento: 28/12/1975 Passaporte: 516588183 País: INGLATERRA Mãe: Rosa Isabel Blessed Pai: Byron Blessed.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 2º, Alínea b)

Processo: 08228.016161/2022-86 Requerente: FRANK PETRUS ALPHONSUS GRAUMANS Prazo: 4 Anos Imigrante: Frank Petrus Alphonsus Graumans Data Nascimento: 22/04/1969 Passaporte: N5J727JHO País: HOLANDA Mãe: Johanna Maria Rentiens Pai: Johannes Cornelis Petrus Graumans.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 2º)

Processo: 08228.017720/2022-75 Requerente: ASSOCIACAO DESPORTIVA EDUKA FUT Prazo: 05 Anos Imigrante: FESTUS TAMEGNE AKO Data Nascimento: 03/07/1977 Passaporte: AA100538 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.017741/2022-91 Requerente: LIGA EMBUGUACUENSE DE FUTEBOL DE SALAO Prazo: 05 Anos Imigrante: JACKSON MENJI MENJI Data Nascimento: 03/05/1994 Passaporte: AA253844 País: CAMARÕES.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.017462/2022-27 Requerente: KLINGELE PAPER NOVA CAMPINA LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: CHRISTOPH ROBIN Data Nascimento: 01/11/1981 Passaporte: C2GK2K0PW País: ALEMANHA Mãe: EDELTRAUD ADELHEID ROBIN Pai: RUDOLF HERMANN ROBIN.

Processo: 08228.012546/2022-74 Requerente: ELDER CA Prazo: 2 Anos Imigrante: ELDER CÁ Data Nascimento: 10/08/1990 Passaporte: C00077651 País: GUINÉ-BISSAU Mãe: ANITA DA SILVA Pai: ANTONINHO CÁ.

Processo: 08228.011572/2022-85 Requerente: SKAIKY COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: HUSSEIN AZZAM Data Nascimento: 23/01/2001 Passaporte: LR 1897594 País: LÍBANO Mãe: HANAN SKAIKY Pai: HASSANAZZAM.

Processo: 08228.013533/2022-12 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Anoop Appukuttan Pillai Data Nascimento: 14/06/1985 Passaporte: M2734280 País: ÍNDIA Mãe: Mani Pillai Pai: Appukuttan Pillai.

Processo: 08228.013894/2022-69 Requerente: DAISY BIJU CABO FRIO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HUIHUA HUANG Data Nascimento: 03/01/1998 Passaporte: E09871288 País: CHINA Mãe: JIEYING LIN Pai: SONGDA HUANG.

Processo: 08228.014348/2022-45 Requerente: TOTALENERGIES EP BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Salima Dekiouk Erard Data Nascimento: 26/10/1986 Passaporte: 18CC55270 País: FRANÇA Mãe: Ziana Abed Pai: Belkacem Dekiouk .

Processo: 08228.014813/2022-48 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: JOHN KINUTHIA MWANGI Data Nascimento: 28/09/1987 Passaporte: A2013089 País: QUÊNIA Mãe: EVERYNE NJERI MWANGI Pai: PETER MWANGI KIGO.

Processo: 08228.015366/2022-44 Requerente: PHOSPHEA BRASIL COMERCIO DE FOSFATOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Theophile Aristide Jean Mercier Data Nascimento: 18/02/1996 Passaporte: 19AF19789 País: FRANÇA Mãe: Sophie Marie Christine Quèze Pai: Dominique Franc Edouard Mercier.

Processo: 08228.015765/2022-13 Requerente: FLORESTA REAL EXPORTACOES S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Vineeth Vikraman Menon Data Nascimento: 04/11/1988 Passaporte: Z3911205 País: ÍNDIA Mãe: Rohini Vikraman Menon Pai: Vikraman Anandan Menon.

Processo: 08228.016333/2022-11 Requerente: VILA GALE BRASIL - ATIVIDADES HOTELEIRAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JOÃO RICARDO GOMES MEIRELES Data Nascimento: 01/02/1980 Passaporte: CA076976 País: PORTUGAL Mãe: MARIA ANTÔNIA LOPES GOMES Pai: ANTÔNIO MARIA MEIRELES.

Processo: 08228.016841/2022-16 Requerente: BRENO FRANCISCO RAFAEL POMBO Prazo: 2 Anos Imigrante: Breno Francisco Rafael Pombo Data Nascimento: 21/02/1999 Passaporte: N2722809 País: ANGOLA Mãe: Teresa Pombo Pai: Lourenço Pombo.

Processo: 08228.017045/2022-84 Requerente: BCW COMERCIO DE MODA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: YITIAN LEI Data Nascimento: 04/11/1986 Passaporte: EB2371415 País: CHINA Mãe: Lei Shuchan Pai: Lei Yanxiang.

Processo: 08228.017054/2022-75 Requerente: MIDEA INDUSTRIA E COMERCIO DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ZHIGUANG LIU Data Nascimento: 21/12/1981 Passaporte: E50315674 País: CHINA Mãe: Fenling Li Pai: Changyou Liu.

Processo: 08228.017137/2022-64 Requerente: PONTO DO MILLY COMERCIO, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ZUQIN CHEN Data Nascimento: 24/08/1983 Passaporte: E79261860 País: CHINA Mãe: XIANGLIAN ZHANG Pai: MUCAI CHEN.

Processo: 08228.017154/2022-18 Requerente: JCDECAUX DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: PAULINE MARIE MADELEINE RAMOS ROMANOW Data Nascimento: 30/10/1996 Passaporte: 16AT51206 País: FRANÇA Mãe: FRANÇOISE ROMANOW Pai: RAFAEL RAMOS MUNOZ.

Processo: 08228.017185/2022-52 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: XIANG ZHAO Data Nascimento: 10/09/1997 Passaporte: EH3202518 País: CHINA Mãe: Anhui Cheng Pai: Daquan Zhao.

Processo: 08228.017214/2022-86 Requerente: FLOREND INDUSTRIA E COMERCIO DE CHOCOLATES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: GONÇALO BURNAY PRAZERES Data Nascimento: 17/02/1997 Passaporte: CA731738 País: PORTUGAL Mãe: SUSANA NEUGEBAUER BURNAY PRAZERES Pai: JOÃO FRANCISCO ELOY CRUZ REBOCHO PRAZERES.

Processo: 08228.017423/2022-21 Requerente: ABUL KHAER Prazo: 02 Anos Imigrante: ABUL KHAER Data Nascimento: 02/01/1983 Passaporte: EE0108130 País: BANGLADESH Mãe: JAMILA KHATUN Pai: ABDUL KHALEK.

Processo: 08228.017481/2022-53 Requerente: J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: FUYOU BI Data Nascimento: 01/02/1987 Passaporte: EJ4280847 País: CHINA Mãe: Lihong Wang Pai: Yongkuan Bi.

Processo: 08228.017524/2022-17 Requerente: CREC8 BRASIL XINCHUAN LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SHUANGJING SUN Data Nascimento: 15/03/1998 Passaporte: EJ2410520 País: CHINA Mãe: YUFEN TONG Pai: TAIWEI SUN.

Processo: 08228.017609/2022-89 Requerente: NESTLE BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: BERNARDO ISLAS CARMONA Data Nascimento: 27/05/1996 Passaporte: G36984288 País: MÉXICO Mãe: Maria Los Angeles Gloria Carmona Zepeda Pai: Bernardo Islas Ramos.

Processo: 08228.017615/2022-36 Requerente: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: YANG PENG Data Nascimento: 24/11/1985 Passaporte: PE1937219 País: CHINA Mãe: SHIDONG YANG Pai: JIANMING PENG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.017226/2022-19 Requerente: SAE TOWERS BRASIL TORRES DE TRANSMISSAO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Sakil Ahmad Khan Data Nascimento: 05/01/1986 Passaporte: W0212242 País: ÍNDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.017493/2022-88 Requerente: SANCHEZ CANO LTDA Prazo: 6 Meses Imigrante: Juan Carlos Pelayo Lopez Data Nascimento: 02/05/1964 Passaporte: PAH714590 País: ESPANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.013523/2022-87 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/06/2023 Imigrante: RICHARD COPINO BALIRIANO Data Nascimento: 24/07/1979 Passaporte: P5917411A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013531/2022-23 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/06/2023 Imigrante: BORIS FERNANDO MARASIGAN DELA CRUZ Data Nascimento: 07/02/1989 Passaporte: P3681474B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013538/2022-45 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/06/2023 Imigrante: RALPH CHESTER CAEZAR LONTOK LOJO Data Nascimento: 25/11/1985 Passaporte: P0331071B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013544/2022-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/06/2023 Imigrante: ANTIDIO JR. TANGI CALULO Data Nascimento: 14/10/1981 Passaporte: P8365694B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013545/2022-47 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 24/06/2023 Imigrante: JOLLY LOCSIN DEL ROSARIO Data Nascimento: 09/07/1984 Passaporte: P5652315A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014471/2022-66 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 22/03/2023 Imigrante: BRYAN QUITONG SOCIAS Data Nascimento: 17/07/1994 Passaporte: P8149444A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014678/2022-31 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: MARLON MINER VIDAD Data Nascimento: 21/02/1979 Passaporte: P8694809A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015997/2022-63 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: CONCORDIO RULONA GUJOL Data Nascimento: 01/01/1973 Passaporte: P7715390B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016004/2022-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: EFREN PASCULADO DALIDA Data Nascimento: 09/10/1973 Passaporte: P8116493A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016155/2022-29 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 18/04/2023 Imigrante: MICHAEL VASQUEZ JUEGOS Data Nascimento: 12/05/1977 Passaporte: P6109297A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016789/2022-81 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/02/2023 Imigrante: ALLAN JAYSON FLORES DARAL Data Nascimento: 21/11/1981 Passaporte: P1153293B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017228/2022-16 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Halil Yucel Data Nascimento: 07/02/1992 Passaporte: U11389574 País: TURQUIA.

Processo: 08228.017231/2022-13 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Samet Eyrice Data Nascimento: 19/02/1994 Passaporte: U22857118 País: TURQUIA.

Processo: 08228.017817/2022-88 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/07/2023 Imigrante: IRAKLI SHAVISHVILI Data Nascimento: 10/10/1981 Passaporte: 20AC11731 País: GEÓRGIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.017448/2022-23 Requerente: SEPCO1 CONSTRUCOES DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: XINCAO FEI Data Nascimento: 04/12/1980 Passaporte: PE1866005 País: CHINA.

Processo: 08228.013477/2022-16 Requerente: VEOLIA SERVICOS AMBIENTAIS BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: BRUNO FORISSIER Data Nascimento: 27/11/1980 Passaporte: 21CF36977 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014461/2022-21 Requerente: XATE ENERGIA HOLDING EMPREENDIMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato, quando for o caso, Imigrante: Thomas Stephen Zuzelo Data Nascimento: 18/10/1988 Passaporte: 561404864 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 12/2017

Processo: 08228.016021/2022-16 Requerente: CHINA THREE GORGES BRASIL ENERGIA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHENLIANG WANG Data Nascimento: 10/12/1963 Passaporte: PE1752121 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.015598/2022-19 Requerente: PURA VIDA INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES EM NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: HÉLÈNE SIMONE MARIE Data Nascimento: 27/09/1966 Passaporte: X8208967 País: SUÍÇA.

Processo: 08228.016305/2022-11 Requerente: DANIEL GESSNER LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à apresentação de nova designação em ata ou em contrato ao fim do atual mandato e / ou à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: DANIEL GESSNER Data Nascimento: 07/03/1972 Passaporte: C3PRPYPRW País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.016946/2022-59 Requerente: NATHANIEL ANDRE HUDSON Prazo: 2 Anos Imigrante: NATHANIEL ANDRE HUDSON Data Nascimento: 02/11/1990 Passaporte: 523967219 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016552/2022-17 Instituição: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: 02 Anos Imigrante: AMISH COELHO Data Nascimento: 13/06/1994 Passaporte: V9539372 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016602/2022-41 Instituição: CONGREGACAO DAS MISSIONARIAS IMACULADA NORTE DO BRASIL Prazo: 02 Anos Imigrante: SHULY ROZARIO Data Nascimento: 08/04/1976 Passaporte: A00298939 País: BANGLADESH.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 15/2017

Processo: 08228.016840/2022-55 Requerente: ASSOCIACAO PRESENCA E AMIZADE Prazo: 1 Ano Imigrante: Marie Marguerite Hubert Data Nascimento: 26/01/2003 Passaporte: X5797664 País: SUÍÇA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.015914/2022-36 Requerente: SIPKO MARTEN BULTHUIS Prazo: 2 Anos Imigrante: Sipko Marten Bulthuis Data Nascimento: 20/01/1985 Passaporte: NWCR518K0 País: HOLANDA.

Processo: 08228.018338/2022-89 Requerente: ENDI SAMBA LUAMBA Prazo: 20/02/2024 Imigrante: Endi Samba Luamba Data Nascimento: 11/04/1989 Passaporte: OP0569408 País: REPÚBLICA DO CONGO.

Processo: 08228.018884/2022-11 Requerente: MACIEL PINERO SANCHEZ Prazo: 30/06/2024 Imigrante: Maciel Piñero Sánchez Data Nascimento: 17/09/1989 Passaporte: K815518 País: CUBA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.017736/2022-88 Requerente: AMATH NDAO Prazo: Indeterminado Imigrante: AMATH NDAO Data Nascimento: 02/03/1994 Passaporte: A02309486 País: SENEGAL Mãe: BOKHO MBACKE Pai: NDENE NDAO.

Processo: 08228.015999/2022-52 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: QINGXIN MA Data Nascimento: 29/03/1975 Passaporte: E78057195 País: CHINA Mãe: GUOZHEN HAN Pai: ZHENJIANG MA.

Processo: 08228.016100/2022-19 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: Indeterminado Imigrante: CARMEN VILLAR CASAS Data Nascimento: 13/09/1969 Passaporte: PAB363341 País: ESPANHA Mãe: MARIA ISABEL CASAS ALCUSON Pai: AMADOR MANUEL VILLAR SANTOS.

Processo: 08228.017091/2022-83 Requerente: EVA FUENTES PONCE Prazo: Indeterminado Imigrante: EVA FUENTES PONCE Data Nascimento: 22/08/1970 Passaporte: P7180722A País: FILIPINAS Mãe: EMELIANA GARCIA BARIQUIT Pai: ARSENIO POTOT FUENTES.

Processo: 08228.017194/2022-43 Requerente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ESTEBAN SEGURA BOU Data Nascimento: 07/03/1973 Passaporte: PAN 537503 País: ESPANHA Mãe: MONTSERRAT BOU GELABERT Pai: ORIOL SEGURA POU.

Processo: 08228.017200/2022-62 Requerente: KPMG ASSESSORES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: TOMOHIRO MIKAMI Data Nascimento: 25/06/1984 Passaporte: TR4274975 País: JAPÃO Mãe: Yuko Mikami Pai: Yasunori Mikami.

Processo: 08228.017202/2022-51 Requerente: SMART MODULAR TECHNOLOGIES INDUSTRIA DE COMPONENTES ELETRONICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SEUNGYEON HAN Data Nascimento: 09/02/1974 Passaporte: M69558300 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Cheongja Seo Pai: Sangsu Han.

Processo: 08228.017301/2022-33 Requerente: GROUP LINK NETWORK LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Shufen Lee Data Nascimento: 22/11/1974 Passaporte: 308096190 País: CHINA Mãe: Fengxiujiao Lee Pai: Wuxiong Lee.

Processo: 08228.017362/2022-17 Requerente: JIN CHI COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Yugui She Data Nascimento: 13/07/1969 Passaporte: E92204774 País: CHINA Mãe: Yamei Guo Pai: Jinkun She.

Processo: 08228.017637/2022-12 Requerente: NEWREST BRASIL SERVICOS AUXILIARES AO TRANSPORTE AEREO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Lauro Fernandes Garcia Data Nascimento: 16/10/1986 Passaporte: CB048365 País: PORTUGAL Mãe: Virgínia de Fátima Henriques Fernandes Garcia Pai: Agostinho Mendes Garcia.

Processo: 08228.017648/2022-86 Requerente: ZHEN HE MERCEARIA Prazo: Indeterminado Imigrante: MINGMING CHEN Data Nascimento: 13/03/1991 Passaporte: ED4425264 País: CHINA Mãe: XIAOPING ZHANG Pai: MUCAI CHEN.

Processo: 08228.017708/2022-61 Requerente: SALESFORCE TECNOLOGIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: GUSTAVO JOAO BARROS MONSANTO Data Nascimento: 16/03/1990 Passaporte: CC976335 País: PORTUGAL Mãe: HELENA CARLOS FERNANDES DE BARROS Pai: JOAO CARLOS FERREIRA DE MOURA MONSANTO.

Processo: 08228.017827/2022-13 Requerente: MIURA BOILER DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: IPPEI NISHIZAKI Data Nascimento: 10/09/1985 Passaporte: TS1411315 País: JAPÃO Mãe: MIYUKI NISHIZAKI Pai: KAZUMASA TANIGUCHI.

Processo: 08228.017794/2022-11 Requerente: CHINA RAILWAY 20 BUREAU GROUP BRASIL INTERNACIONAL CONSTRUCAO EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: HONG LI Data Nascimento: 12/11/1984 Passaporte: PE2013721 País: CHINA Mãe: QIANRONG ZHANG Pai: ZHENGHUI LI.

Processo: 08228.017796/2022-17 Requerente: CHINA RAILWAY 20 BUREAU GROUP BRASIL INTERNACIONAL CONSTRUCAO EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: JIUYUAN ZHAO Data Nascimento: 14/02/1980 Passaporte: PE2032094 País: CHINA Mãe: YONGCUI WANG Pai: FUYI ZHAO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.016505/2022-57 Requerente: SVERDI PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: ARUL SATHISH KUMAR GNANASEKARAN Data Nascimento: 11/09/1988 Passaporte: S5146910 País: ÍNDIA Mãe: AROCKIA MARY Pai: GNANASEKARAN.

Processo: 08228.017907/2022-79 Requerente: JIHOON CHEON Prazo: Indeterminado Imigrante: JIHOON CHEON Data Nascimento: 22/11/1991 Passaporte: M42455957 País: CORÉIA DO SUL Mãe: GEONCHEOL SHIN Pai: YUNUK CHEON.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 40/2019)

Processo: 08228.014251/2022-32 Requerente: RAYMOND WITKOWSKI Prazo: Indeterminado Imigrante: RAYMOND WITKOWSKI Data Nascimento: 28/08/1956 Passaporte: 20CH54877 País: FRANÇA Mãe: Henryka Michalak Pai: Alfred Rajaud Witkowski.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.009362/2022-27 Requerente: ENGIE BRASIL SOLUCOES INTEGRADAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Yann Jerome Georges Romestant Data Nascimento: 26/10/1994 Passaporte: 17AZ08073 País: FRANÇA Mãe: Jaqueline Marie Pierre Evraud Pai: Eric Jerome Romestant.

Processo: 08228.016977/2022-18 Requerente: PPE FIOS ESMALTADOS S.A Prazo: 01 Ano Imigrante: PATRICK GREEN Data Nascimento: 31/03/1991 Passaporte: P7664599 País: ÁUSTRIA Mãe: GABRIELE GREEN Pai: MARCUS ROGER GREEN.

Processo: 08228.011857/2022-16 Requerente: ATACADAO CHINA COMERCIO DE UTILIDADES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: 'ZHENGMIN XIA Data Nascimento: 12/12/1968 Passaporte: EJ4699392 País: CHINA Mãe: Nainai Zhang Pai: Zonghai Xia.

Processo: 08228.015798/2022-55 Requerente: LINCOLN INTERNATIONAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LUCA SEVERIN ERNST Data Nascimento: 21/12/1993 Passaporte: X6496897 País: SUÍÇA Mãe: CAROLINE ERNST Pai: HANS-RUDOLF ERNST.

Processo: 08228.017095/2022-61 Requerente: TANZILLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS Prazo: 01 Ano Imigrante: CLAVDIA CHABREUIL Data Nascimento: 30/08/1994 Passaporte: 16AZ07373 País: FRANÇA Mãe: ALLA SARTAEVA Pai: MARC DIDIER CHABREUIL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.017148/2022-44 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: XAVIER MARCEL LAFRETTE Data Nascimento: 01/08/1972 Passaporte: 16FV07485 País: FRANÇA Mãe: FRANCOISE CABANNES Pai: MICHAEL LAFRETTE.

Processo: 08228.017554/2022-15 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JONATHAN DAVID JACKSON Data Nascimento: 22/09/1967 Passaporte: 562178424 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: ANN MARIE JACKSON Pai: JOHN DAVID JACKSON.

Processo: 08228.017684/2022-41 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Diego Andres Prieto Garcia Data Nascimento: 11/02/1983 Passaporte: PE125307 País: COLÔMBIA Mãe: Rosangela Garcia Baquero de Prieto Pai: Hernando Prieto Martinez.

Processo: 08228.017732/2022-16 Requerente: TECHFLOW MARINE SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID BAISTER Data Nascimento: 14/01/1958 Passaporte: 511131364 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Gertrude Baister Pai: Nicholas Urwin Baister.

Processo: 08228.017743/2022-81 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: FARHAD JAFARPOOR Data Nascimento: 05/07/1974 Passaporte: 663408892 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: MAHIN HASSANZADEH Pai: EBRAHIM JAFARPOUR.

Processo: 08228.017771/2022-13 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: WANCHAI TOTHONG Data Nascimento: 20/03/1990 Passaporte: AB3658084 País: TAILÂNDIA Mãe: WICHIAN CHOMPHU Pai: LAMAI TOTHONG.

Processo: 08228.017773/2022-96 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: YUSRI BIN BISA Data Nascimento: 22/09/1983 Passaporte: H54784212 País: MALÁSIA Mãe: BISA BIN SALO Pai: KUAB BTEI LABO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.015022/2022-35 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: RENE II GANDAMON REYES Data Nascimento: 26/09/1997 Passaporte: P9497801A País: FILIPINAS Mãe: WILMA GANDAMON REYES Pai: RENE GEMINO REYES.

Processo: 08228.015032/2022-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: CHRISTIAN BAYNE BACOLOD DAYOHA Data Nascimento: 31/12/1996 Passaporte: P4261056B País: FILIPINAS Mãe: MYLIN PORTILES BACOLOD Pai: BENITO CATENZA DAYOHA.

Processo: 08228.015034/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: JOSTON CLIVERT FERNANDES Data Nascimento: 27/05/1979 Passaporte: Z4350147 País: ÍNDIA Mãe: CARMINA FERNANDES Pai: MENINO JESUS DE MARIA FERNANDES.

Processo: 08228.015040/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: BENITO BAYRON BENTULAN Data Nascimento: 12/01/1965 Passaporte: P6432907A País: FILIPINAS Mãe: DAYLINDA BAYRON BENTULAN Pai: SOLOMON DAIGAN BENTULAN.

Processo: 08228.015038/2022-48 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 15/08/2023 Imigrante: JONES NILO BERSALES PRADO Data Nascimento: 21/12/1989 Passaporte: P0389011B País: FILIPINAS Mãe: MARIA JEVY BERSALES PRADO Pai: EDITO SESPEÑE PRADO.

Processo: 08228.016349/2022-24 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 21/10/2024 Imigrante: Nicolae Alexandru Paros Data Nascimento: 12/06/1972 Passaporte: 057837911 País: ROMÊNIA Mãe: Emma Szabo Pai: Gheorghe Paros.

Processo: 08228.017262/2022-74 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: William Henry Thomas Steel Data Nascimento: 06/09/1965 Passaporte: 537140473 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Hazel Patricia Steel Pai: William Robert Steel.

Processo: 08228.017273/2022-54 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Jamrud Jr. Malacad Insal Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: P6744875B País: FILIPINAS Mãe: Estrella Conde Malacad Pai: Jamrud Sr Maguiz Insal.

Processo: 08228.017430/2022-21 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Marcin Piotr Grzegorzek Data Nascimento: 06/03/1975 Passaporte: EJ5845162 País: POLÔNIA Mãe: Alicja Agnieszka Grzegorzek Pai: Andrzej Grzegorzek.

Processo: 08228.017432/2022-11 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Mohd Nurhafizal Bin Mohd Fauzi Data Nascimento: 28/04/1985 Passaporte: A53293920 País: MALÁSIA Mãe: Mahirah Binti Baharon Pai: Mohd Fauzi Bin Ismail.

Processo: 08228.017434/2022-18 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Ricardo Jorge Ferreira Gonçalves Coelho Dias Data Nascimento: 02/08/1978 Passaporte: CB568916 País: PORTUGAL Mãe: Ana Bela Ferreira Goncalves Coelho Dias Pai: Rogerio Antonio Rodrigues Coelho Dias.

Processo: 08228.017438/2022-98 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Muhammad Rafide Bin Othman Data Nascimento: 15/04/1994 Passaporte: A54825359 País: MALÁSIA Mãe: Rohani Binti Ismail Pai: Othman Bin Haji Abi.

Processo: 08228.017444/2022-45 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Sasa Ostojic Data Nascimento: 08/04/1983 Passaporte: 015570657 País: SÉRVIA Mãe: Ljiljana Ostojic Pai: Mladen Ostojic.

Processo: 08228.017443/2022-17 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Kostyantyn Akreyts Data Nascimento: 04/08/1980 Passaporte: FZ853645 País: UCRÂNIA Mãe: Tatyana Akreyts Pai: Aleksandr Akreyts.

Processo: 08228.017449/2022-78 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Drew Peter Brinkley Data Nascimento: 16/09/1996 Passaporte: 562500552 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Kathleen Jill Brinkley Pai: Peter Howard Brinkley.

Processo: 08228.017450/2022-19 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Darrell Norman Sheppard Data Nascimento: 29/05/1975 Passaporte: HM239634 País: CANADÁ Mãe: Alfreda Sheppard Pai: Norman Sheppard.

Processo: 08228.017457/2022-14 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Robert Erik Lynch Data Nascimento: 23/02/1971 Passaporte: 576667652 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Janine Allen Lynch Pai: Robert Gary Lynch.

Processo: 08228.017456/2022-71 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Darcy Steven Henry Data Nascimento: 09/02/1984 Passaporte: AL232742 País: CANADÁ Mãe: Sue Henry Pai: Barry Henry.

Processo: 08228.017459/2022-11 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Jon Knowles Data Nascimento: 08/05/1977 Passaporte: 516723916 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Jennifer Gertrude Knowles Pai: Ronald Fulham.

Processo: 08228.017467/2022-51 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Fredrik Sikku Sulle Data Nascimento: 06/04/1968 Passaporte: C2414350 País: INDONÉSIA Mãe: Damitha Sikku Pai: Andreas Kadong Sulle.

Processo: 08228.017566/2022-31 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 29/10/2024 Imigrante: Dalibor Subotic Data Nascimento: 26/12/1976 Passaporte: N27GU7853 País: MONTENEGRO Mãe: Dostina Subotic Pai: Branko Subotic.

Processo: 08228.017569/2022-75 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 06/11/2024 Imigrante: Hector Fabian Heredia Data Nascimento: 24/08/1962 Passaporte: AAG561700 País: ARGENTINA Mãe: Blanca Nicolasa Fernandez Pai: Ramon Herminio Heredia.

Processo: 08228.017636/2022-51 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 29/10/2024 Imigrante: Asir Reagan Michael Jeyarajan Data Nascimento: 09/11/1984 Passaporte: Z5919368 País: ÍNDIA Mãe: Thangam Pai: Michael Jeyarajan.

Processo: 08228.017645/2022-42 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Priju Sakthi Krishnan Data Nascimento: 14/04/1982 Passaporte: Z5626093 País: ÍNDIA Mãe: Sajitha Pai: Krishnan.

Processo: 08228.017686/2022-39 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Munaf Gulam Mohiddin Rakhange Data Nascimento: 01/06/1961 Passaporte: L3055257 País: ÍNDIA Mãe: Salima Bi Gulam Mohiddin Rakhange Pai: Gulam Mohiddin Abdul Rahim Rakhange.

Processo: 08228.017693/2022-31 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Ran Singh Data Nascimento: 15/08/1963 Passaporte: Z4821366 País: ÍNDIA Mãe: Lichhama Devi Pai: Ramji Lal.

Processo: 08228.017695/2022-21 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Reynante Ortiz Vigilla Data Nascimento: 09/02/1971 Passaporte: P5188359B País: FILIPINAS Mãe: Primitiva Guingon Ortiz Pai: Vicente Cocos Vigilla.

Processo: 08228.017700/2022-11 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Joseph Sebastian Kunnath Data Nascimento: 25/05/1958 Passaporte: R0349842 País: ÍNDIA Mãe: Mariamma Joseph Pai: Joseph Kunnath.

Processo: 08228.017704/2022-82 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Mohammed Tayeb Quettawala Data Nascimento: 07/06/1981 Passaporte: Z6784453 País: ÍNDIA Mãe: Tayeb Asgarali Quettawala Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.017751/2022-26 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: IGOR JURIC Data Nascimento: 10/06/1974 Passaporte: 082213252 País: CROÁCIA Mãe: SONJA JURIC Pai: PREDRAG JURIC.

Processo: 08228.017756/2022-59 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: HOMER PINEDA BACALA Data Nascimento: 29/03/1981 Passaporte: P5741913B País: FILIPINAS Mãe: NINFA NACINOPA PINEDA Pai: BONIFACIO RAMOS BACALA.

Processo: 08228.017757/2022-11 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Daniel Johannes Van Jaarsveld Data Nascimento: 30/05/1962 Passaporte: M00179313 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: Sophia Adriana Hanekom Pai: Jan Sarel Martinus van Jaarsveld.

Processo: 08228.017765/2022-41 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Diomedes Domingo Dimagiba Data Nascimento: 16/08/1959 Passaporte: P6215992B País: FILIPINAS Mãe: Rosalina Domingo Dimagiba Pai: Marcelino Tamayo Dimagiba Sr.

Processo: 08228.017787/2022-18 Requerente: SBM CAPIXABA OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 17/03/2023 Imigrante: Michael Srinivas Devdas Data Nascimento: 05/10/1970 Passaporte: Z4636905 País: ÍNDIA Mãe: Annapushpam Devdas Pai: Muthu Devdas.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 10/2017)

Processo: 08228.017338/2022-61 Requerente: REPORTERES SEM FRONTEIRAS BRASIL Prazo: 2 Anos Imigrante: EMMANUEL LOUIS MARIE COLOMBIE Data Nascimento: 15/05/1985 Passaporte: 21CE69480 País: FRANÇA Mãe: Isabelle Colombie Pai: Philippe Colombie.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.017453/2022-36 Instituição: Missionarios do Verbo Divino Prazo: 2 Anos Imigrante: Komla Jol Dakou Data Nascimento: 24/10/1995 Passaporte: EB457252 País: TOGO Mãe: Yawa Rebeca Davo Pai: Yawo Michel Dakou.

Processo: 08228.017504/2022-21 Instituição: Missionarios do Verbo Divino Prazo: 2 Anos Imigrante: Michael Kwabi Opoku Data Nascimento: 11/03/1992 Passaporte: G2659307 País: GANA Mãe: Christiana Dzigbodi Pai: Benjamin Kwabi Opoku.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 20/2017)

Processo: 08228.018772/2022-69 Requerente: LEONEL ZUAZNABAR MOLINER Prazo: 09 Meses Imigrante: leonel zuaznabar moliner Data Nascimento: 06/07/1987 Passaporte: J360808 País: CUBA Mãe: lazara mercedes moliner neninger Pai: luis zuaznabar garcia.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.016186/2022-81 Requerente: JASON COLE MIZEN Prazo: 1 Ano Imigrante: JASON COLE MIZEN Data Nascimento: 25/09/1987 Passaporte: PA7937489 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.016478/2022-12 Requerente: Ekaterina Romanova Prazo: 1 Ano Imigrante: Ekaterina Romanova Data Nascimento: 05/04/1991 Passaporte: 76 7244194 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.016370/2022-21 Requerente: STEFANIA GOZZI Prazo: 1 Ano Imigrante: Stefania Gozzi Data Nascimento: 17/05/1976 Passaporte: YB8462280 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016599/2022-64 Requerente: ALEKSANDRA SELIVERSTOVA Prazo: 1 Ano Imigrante: Aleksandra Seliverstova Data Nascimento: 08/07/1985 Passaporte: 764354380 País: BRASIL.

Processo: 08228.016950/2022-17 Requerente: DANIL STOLACHSHUK Prazo: 1 Ano Imigrante: Danil Stolachshuk Data Nascimento: 06/06/1991 Passaporte: HC028001 País: CANADÁ.

Processo: 08228.017391/2022-62 Requerente: VLADIMIR DORDEVIC Prazo: 1 Ano Imigrante: Vladimir Dordevic Data Nascimento: 06/05/1992 Passaporte: 014341373 País: SÉRVIA.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 4º c/c 2º)

Processo: 08228.018219/2022-26 Requerente: CLUBE ATLETICO TAQUARITINGA Prazo: 2 Anos Imigrante: YUHEI OTSUKA Data Nascimento: 23/05/2000 Passaporte: TT2041082 País: JAPÃO.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 4º c/c 3º)

Processo: 08228.017389/2022-93 Requerente: ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA CERRADO Prazo: 01 Ano Imigrante: Quentin Jerome Hillsman Data Nascimento: 16/10/1970 Passaporte: 505650787 País: ESTADOS UNIDOS.

INDEFERIDO

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de residência:

Processo: 08228.017621/2022-93 Requerente: Benjamin Nicholas Reinecke Prazo: 01 Ano Imigrante: Benjamin Nicholas Reinecke Data Nascimento: 09/02/1984 Passaporte: 565397474 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016376/2022-13 Requerente: Davor Ebling Prazo: 1 Ano Imigrante: Davor Ebling Data Nascimento: 13/04/1966 Passaporte: 505460017 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015693/2022-12 Requerente: OLGA POTANINA Prazo: 1 Ano Imigrante: Olga Potanina Data Nascimento: 02/07/1997 Passaporte: AL873184 País: CANADÁ.

Processo: 08228.015702/2022-59 Requerente: SALEEM TYRELL NATHANIEL PERRY Prazo: 1 Ano Imigrante: SALEEM TYRELL NATHANIEL Data Nascimento: 21/04/1985 Passaporte: 642508825 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015009/2022-86 Requerente: Quentin Prazo: 1 Ano Imigrante: Quentin Ober Data Nascimento: 16/08/1992 Passaporte: 14AZ71505 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014907/2022-17 Requerente: Josselin CAER Prazo: 1 Ano Imigrante: Josselin François Youen CAER Data Nascimento: 20/12/1990 Passaporte: 20EA28443 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014552/2022-66 Requerente: TIMO STURN Prazo: 1 Ano Imigrante: Timo Sturn Data Nascimento: 22/12/1979 Passaporte: CGJ8TCMWR País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014961/2022-62 Requerente: MIKHAIL LIU I TIAN Prazo: 12 Meses Imigrante: Mikhail Liu-I-Tian Data Nascimento: 27/11/1990 Passaporte: 65N7145965 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014629/2022-14 Requerente: DAVIDE PARISE Prazo: 1 Ano Imigrante: Davide Parise Data Nascimento: 30/10/1982 Passaporte: YB1734785 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.015906/2022-91 Requerente: Olivia Prazo: 1 Ano Imigrante: Olivia Omorojor Data Nascimento: 18/04/1999 Passaporte: 549939763 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.015907/2022-34 Requerente: Esther Mepham Prazo: 1 Ano Imigrante: Esther Mepham Data Nascimento: 08/07/1999 Passaporte: 561438284 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011961/2022-19 Requerente: Jorge Segares Gonzalez Prazo: 1 Ano Imigrante: Jorge Andres Segares Gonzalez Data Nascimento: 11/07/1984 Passaporte: 112100796 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.014259/2022-15 Requerente: ALESSANDRO VALLOTTO Prazo: 1 Ano Imigrante: ALESSANDRO VALLOTTO Data Nascimento: 23/06/1961 Passaporte: YA8163450 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.015288/2022-88 Requerente: LAMBERTUS STEL Prazo: Indeterminado Imigrante: LAMBERTUS STEL Data Nascimento: 02/05/1958 Passaporte: NND7B8692 País: HOLANDA Mãe: JANTIENA PIETERS Pai: EITE HENDRIK STEL.

Processo: 08228.014778/2022-67 Requerente: JOAQUIM RODRIGUES FERREIRA Prazo: 01 Ano Imigrante: JOAQUIM RODRIGUES FERREIRA Data Nascimento: 11/03/1954 Passaporte: CB067478 País: PORTUGAL Mãe: TERESA DE JESUS COSTA COELHO Pai: NARCISO ALVES FERREIRA.

Processo: 08228.014639/2022-33 Requerente: FERDINAND VAN COESANT Prazo: 02 Anos Imigrante: FERDINAND VAN COESANT Data Nascimento: 08/10/1955 Passaporte: NP92730H4 País: HOLANDA Mãe: JOHANNA VAN DER WEL Pai: FERDINAND VAN COESANT.

Processo: 08228.010497/2022-35 Requerente: FRANCISCUS PAULUS SOMERS Prazo: 1 Ano Imigrante: FRANCISCUS PAULUS SOMERS Data Nascimento: 06/07/1954 Passaporte: NP4HK25L9 País: HOLANDA Mãe: FRANCISCA SOMERS KRIJNER Pai: PAULUS SOMERS.

Processo: 08228.012817/2022-91 Requerente: LUKE JOSEPH RUSH Prazo: 2 Anos Imigrante: LUKE JOSEPH RUSH Data Nascimento: 15/05/1997 Passaporte: 128070789 País: REINO UNIDO Mãe: RUTH RUSH Pai: MICHAEL PETER RUSH.

Processo: 08228.014565/2022-35 Requerente: MARTIN FUCHS Prazo: Indeterminado Imigrante: Martin Fuchs Data Nascimento: 18/12/1975 Passaporte: C4YL9MJGT País: ALEMANHA Mãe: Edith Rupp Pai: Siegmund Fuchs.

Processo: 08228.013754/2022-91 Requerente: PETER JOHN BARNES Prazo: 1 Ano Imigrante: PETER JOHN BARNES Data Nascimento: 18/07/1958 Passaporte: A02713934 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Mãe: KATHLEEN NACY HIND Pai: ROGER NOEL BARNES.

Processo: 08228.013615/2022-67 Requerente: Hans Van de Werf Prazo: 4 Anos Imigrante: Hans Van de Werf Data Nascimento: 15/09/1986 Passaporte: EP294973 País: BÉLGICA Mãe: Gerlinda Noez Pai: Walter Van de Werf.

Processo: 08228.017568/2022-21 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC Prazo: 1 Ano Imigrante: GUILLERMO RAUL CASTRO Data Nascimento: 20/06/1956 Passaporte: AAC319166 País: ARGENTINA Mãe: ADELIA CELINA ACTIS CAPORALE Pai: ANGEL RAUL CASTRO.

Processo: 08228.016359/2022-61 Requerente: Haoquan Chen Prazo: 2 Anos Imigrante: Haoquan Chen Data Nascimento: 16/08/1994 Passaporte: SE0528206 País: CHINA Mãe: Yonghong Shen Pai: Yingmin Chen.

Processo: 08228.016653/2022-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/08/2023 Imigrante: JUBAIL PRADO BARROQUILLO Data Nascimento: 10/10/1984 Passaporte: P7239799A País: FILIPINAS Mãe: MARICAR FEOLA PRADO Pai: JOELIBERT MARTELINO BARROQUILLO.

Processo: 08228.015922/2022-82 Requerente: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 10/02/2024 Imigrante: DAG HONNEMYR Data Nascimento: 19/10/1962 Passaporte: 32633632 País: NORUEGA Mãe: THORA KARIN HONNEMYR Pai: KARLY MARDON HONNEMYR.

Processo: 08228.006989/2022-26 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 12/09/2022 Imigrante: Dmitrii Stepanov Data Nascimento: 08/06/1995 Passaporte: 761966971 País: RÚSSIA Mãe: Stepanova Valentina Ivanovna Pai: Stepanov Sergei Dmitrievich.

Processo: 08228.006975/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 12/09/2022 Imigrante: Mark James Data Nascimento: 14/01/1966 Passaporte: 127703746 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Sandra Bates Pai: John Maxwell James.

Processo: 08228.012364/2022-11 Requerente: ABOU BA Prazo: 1 Ano Imigrante: abou Data Nascimento: 12/09/1992 Passaporte: passaporte País: SENEGAL Mãe: AMINATA KA Pai: ABIBOU BA.

Processo: 08228.013941/2022-74 Requerente: MACNOR MARINE SERVICOS HIDRAULICOS, ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: OLE JACOB SVEEN Data Nascimento: 18/10/1978 Passaporte: 32448784 País: NORUEGA Mãe: Eva Sveen Pai: Ingar Sveen.

Processo: 08228.013938/2022-51 Requerente: MACNOR MARINE SERVICOS HIDRAULICOS, ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JAN KAARE NORDHEIM Data Nascimento: 27/12/1968 Passaporte: 32108299 País: NORUEGA Mãe: Vanja Alice Nordheim Pai: Ingvar Oddmund Nordheim.

Processo: 08228.016367/2022-14 Requerente: IG COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Mário José Teixeira Dionísio Serrano Data Nascimento: 04/07/1965 Passaporte: CC313652 País: PORTUGAL Mãe: Maria Natalina Nunes Teixeira Serrano Pai: Aurides Serras Serrano.

Processo: 08228.015905/2022-45 Requerente: LEONID RODRIGUEZ DE ARMAS Prazo: Indeterminado Imigrante: Leonid Rodriguez De Armas Data Nascimento: 08/11/1984 Passaporte: K867685 País: CUBA Mãe: Antonia De Armas Casas Pai: Ricardo Rodriguez Lambert.

Processo: 08228.016768/2022-66 Requerente: Giger Alois Johann Prazo: Indeterminado Imigrante: Alois Johann Giger Data Nascimento: 07/02/1950 Passaporte: X4239171 País: SUÍÇA Mãe: Frieda Giger Pai: Anton Giger.

Processo: 08228.016618/2022-52 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Anos Imigrante: Kennedy Oduor Owino Data Nascimento: 30/11/1993 Passaporte: BK144604 País: QUÊNIA Mãe: Ruth Mwende Kyalo Pai: Michael Owino Oyombra.

Processo: 08228.016617/2022-16 Requerente: INSTITUTO MISSOES CONSOLATA Prazo: 2 Anos Imigrante: Mathew Karisa Masha Data Nascimento: 10/10/1990 Passaporte: BK144776 País: QUÊNIA Mãe: Dama Angore Pai: Jacob Masha Kalama.

Processo: 08228.012160/2022-62 Requerente: JOSE FERRER FERRER Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSE FERRER FERRER Data Nascimento: 16/02/1962 Passaporte: AAI257212 País: ESPANHA Mãe: CATALINA Pai: JUAN.

Processo: 08228.016140/2022-61 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: Jérémie Gonzalez Data Nascimento: 08/10/1981 Passaporte: 17FV12138 País: FRANÇA Mãe: Chantal Noelle Bernadetter Camjolle Pai: Jean- Christophe Gonzalez.

Processo: 08228.014289/2022-13 Requerente: MARZIEH KADIVAR Prazo: 2 Anos Imigrante: MARZIEH KADIVAR Data Nascimento: 21/03/1986 Passaporte: R44566432 País: IRÃ Mãe: LEGHA MAGHAMI Pai: ROOHOLLAH KADIVAR.

Processo: 08228.009266/2022-89 Requerente: GLORIANA SOLIS ALPIZAR Prazo: 1 Ano Imigrante: Gloriana Solís Alpízar Data Nascimento: 11/09/1991 Passaporte: 114820379 País: COSTA RICA Mãe: Rosa Ania Alpízar Bolanos Pai: Oswaldo Solís Alfaro.

Processo: 08228.015258/2022-71 Requerente: AYALA FLORENTIN CYNTHIA MONSERRATH Prazo: 3 Anos Imigrante: CYNTHIA MONSERRATH AYALA FLORENTIN Data Nascimento: 20/03/2002 Passaporte: R620836 País: PARAGUAI Mãe: Cynthia Martina Ayala Florentin Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.017230/2022-79 Requerente: MAROUAN BOUALI Prazo: 30/06/2023 Imigrante: Marouan Bouali Data Nascimento: 15/10/1983 Passaporte: H343206 País: TUNÍSIA.

Processo: 08228.015622/2022-11 Requerente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: 12 Meses Imigrante: GAIA COMASCHI Data Nascimento: 11/09/1990 Passaporte: passaporte País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012752/2022-84 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS Prazo: 14/08/2023 Imigrante: Sergey Ryazantsev Data Nascimento: 26/04/1973 Passaporte: Passport País: RÚSSIA.

Processo: 08228.015838/2022-69 Requerente: TLM PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Prazo: 30 Dias Imigrante: JAMIE PHILIP ELTON Data Nascimento: 02/09/2022 Passaporte: 535006505 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: KRISTOFFER OVE SCHANDER Data Nascimento: 03/09/2022 Passaporte: 95077725 País: SUÉCIA Imigrante: GILLES BOUTTENS Data Nascimento: 01/09/2022 Passaporte: EP432567 País: BÉLGICA Imigrante: ANDRE EMANUEL KVARNSTROM Data Nascimento: 01/09/2022 Passaporte: 95495008 País: SUÉCIA Imigrante: ZACH LEVI ANDERSON Data Nascimento: 01/09/2022 Passaporte: 565680227 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: BRITT ELIN REBECKA LOWGREN Data Nascimento: 01/09/2022 Passaporte: 36181873 País: SUÉCIA Imigrante: PER-OLOV FREDRIK LYXZEN Data Nascimento: 02/09/2022 Passaporte: 97022491 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.013940/2022-21 Requerente: JOVENS COM UMA MISSAO - CAMARAGIBE Prazo: 1 Ano Imigrante: ROBERT GEORGE EMBERLEY Data Nascimento: 16/06/1961 Passaporte: HM456871 País: CANADÁ.

Processo: 08228.013920/2022-59 Requerente: JOVENS COM UMA MISSAO - CAMARAGIBE Prazo: 1 Ano Imigrante: MAGDA EMBERLEY Data Nascimento: 07/01/1962 Passaporte: 540932421 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.013401/2022-91 Requerente: COMUNIDADE CATOLICA SHALOM Prazo: 1 Ano Imigrante: Monika Rokowska Data Nascimento: 19/03/1995 Passaporte: ES2729130 País: BRASIL.

Processo: 08228.016834/2022-14 Requerente: IRMAS MISSIONARIAS SERVIDORAS DA PALAVRA - BRASIL (HMSP-BRASIL) Prazo: 02 Anos Imigrante: Alejandra Hernandez Cruz Data Nascimento: 24/04/1988 Passaporte: G38898445 País: MÉXICO.

Processo: 08228.015947/2022-86 Requerente: CONGREGACAO DAS IRMAS OPERARIAS DA SANTA CASA DE NAZARE Prazo: Indeterminado Imigrante: Raymonde Data Nascimento: 01/01/1985 Passaporte: 0p0309081 País: BURUNDI.

Processo: 08228.013872/2022-15 Requerente: SERGIO ANTONIO MARTINS Prazo: Indeterminado Imigrante: Elio Miguel Garcia Ricardo Data Nascimento: 02/08/1973 Passaporte: Passaporte País: CUBA.

Processo: 08228.014861/2022-36 Requerente: MARIA HELENA DOS REIS Prazo: 02 Anos Imigrante: Maria de Lurdes Victor Surage Data Nascimento: 15/04/1965 Passaporte: 15AN68077 País: MOÇAMBIQUE.

Processo: 08228.013318/2022-11 Requerente: LEANDRO ALCIDES PEREIRA Prazo: 5 Anos Imigrante: Johannes Josephus Hubertus Henricus Data Nascimento: 16/03/1940 Passaporte: NX7FB2997 País: HOLANDA.

Processo: 08228.013066/2022-21 Requerente: LEANDRO ALCIDES PEREIRA Prazo: 2 Anos Imigrante: Johannes Josephus Hubertus Henricus Bonten Data Nascimento: 16/03/1940 Passaporte: NX7FB2927 País: HOLANDA.

Processo: 08228.013844/2022-81 Requerente: IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO ULTIMA HORA Prazo: 2 Anos Imigrante: ARMIN JOSEPH MONSCHAU Data Nascimento: 07/10/1971 Passaporte: C95CHVL9P País: ALEMANHA.

Processo: 08228.011790/2022-11 Requerente: VERDIAMA PROPAGACAO E CULTURA Prazo: Indeterminado Imigrante: TEJ KUMAR KULLU Data Nascimento: 11/05/1987 Passaporte: P0573741 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016386/2022-32 Requerente: MARTA KASSUNGO JAMBA LOBITO Prazo: 2 Anos Imigrante: MARTA KASSUNGO JAMBA LOBITO Data Nascimento: 21/05/1988 Passaporte: pssaporte País: ANGOLA.

Processo: 08228.014399/2022-77 Requerente: GIORGIO SCHIOPPO Prazo: Indeterminado Imigrante: GIORGIO SCHIOPPO Data Nascimento: 28/08/1982 Passaporte: YB6905227 País: BRASIL.

Processo: 08228.009313/2022-94 Requerente: PRAIA GARDEN CULINARIA MEDITERRANEA LTDA Prazo: 5 Anos Imigrante: MOHAMED ABDIRAHMAN YOUSUF Data Nascimento: 05/10/1990 Passaporte: AN852931 País: CANADÁ.

Processo: 08228.017531/2022-19 Requerente: FABIANE DOS REIS SILVA Prazo: Indeterminado Imigrante: Miaomiao Fan Data Nascimento: 24/01/1984 Passaporte: g20536246 País: CHINA.

Processo: 08228.016509/2022-35 Requerente: CARLOS MANUEL MEDEIROS TERRA Prazo: Indeterminado Imigrante: CARLOS MANUEL MEDEIROS TERRA Data Nascimento: 10/09/1968 Passaporte: PC256806 País: BRASIL.

Processo: 08228.016846/2022-22 Requerente: ANJO DO MAR POUSADA EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULO ALEXANDRE GOMES GABRIEL Data Nascimento: 06/05/1970 Passaporte: CB823884 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.013908/2022-44 Requerente: MLX EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MARCO GOTTI Data Nascimento: 10/08/1969 Passaporte: PASSAPORTE País: ITÁLIA.

Processo: 08228.015817/2022-43 Requerente: FRANTZ CAMILE Prazo: Indeterminado Imigrante: Frantz Camile Data Nascimento: 24/07/1995 Passaporte: PP3384675 País: HAITI.

Processo: 08228.018071/2022-21 Requerente: CONGREGACAO DOS FRATERES DE NOSSA SENHORA MAE DE MISERICORDIA - REGIAO BRASIL Prazo: 2 Anos Imigrante: Rosario de Jesus Martins Data Nascimento: 09/10/1990 Passaporte: 0062959C País: TIMOR.

Processo: 08228.016690/2022-81 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 14/12/2022 Imigrante: FAIK CINAR Data Nascimento: 27/07/1991 Passaporte: U14531185 País: TURQUIA Imigrante: UMUTCAN ASLAN Data Nascimento: 03/08/1999 Passaporte: U26714905 País: TURQUIA.

Processo: 08228.016672/2022-14 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 14/12/2022 Imigrante: FATIH KAYA Data Nascimento: 15/07/1985 Passaporte: U24801131 País: TURQUIA Imigrante: AHMET GURBUZ Data Nascimento: 22/01/1991 Passaporte: U25295611 País: TURQUIA Imigrante: BEKIR KARAKULLUKÇU Data Nascimento: 25/01/1978 Passaporte: U20733339 País: TURQUIA Imigrante: ADEM BAYRAKTAR Data Nascimento: 10/08/1982 Passaporte: U08399357 País: TURQUIA.

Processo: 08228.015182/2022-84 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 10/12/2022 Imigrante: ALFRED AMORAN BANATANTO Data Nascimento: 19/11/1996 Passaporte: P5040817B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014537/2022-18 Requerente: OOGTK LIBRA PRODUCAO DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FATION METUKA Data Nascimento: 03/09/1983 Passaporte: 560518738 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014436/2022-47 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: Aldo Kruzic Data Nascimento: 20/06/1975 Passaporte: 073773024 País: CROÁCIA Imigrante: Sasa Tomic Data Nascimento: 21/01/1977 Passaporte: 082124894 País: CROÁCIA Imigrante: Vladimir Lagator Data Nascimento: 17/08/1995 Passaporte: C49EZ0180 País: MONTENEGRO Imigrante: Mircea Vasile Munteanu Data Nascimento: 19/02/1990 Passaporte: 058478089 País: ROMÊNIA Imigrante: Goran Matkovic Data Nascimento: 28/02/1980 Passaporte: 013522761 País: CROÁCIA Imigrante: MIROSLAV BATUTA Data Nascimento: 11/06/1989 Passaporte: B18NF5236 País: MONTENEGRO Imigrante: Ivan Klanac Data Nascimento: 25/12/1992 Passaporte: 010114546 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.014337/2022-65 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/07/2023 Imigrante: DMYTRO HOLIANENKO Data Nascimento: 18/02/1998 Passaporte: FE296772 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.013370/2022-78 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 18/04/2023 Imigrante: ALEJO JR ARZAGA ERISPE Data Nascimento: 21/01/1970 Passaporte: P8858542B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.013144/2022-97 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 18/04/2023 Imigrante: DONNE GUTIERREZ GUSTO Data Nascimento: 20/06/1989 Passaporte: P1044965B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.012744/2022-38 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02/07/2023 Imigrante: BEKA BERIDZE Data Nascimento: 21/10/1998 Passaporte: 18AB12420 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.016980/2022-23 Requerente: EUROFARMA LABORATORIOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: THOMAS PRIEWICH Data Nascimento: 25/01/1965 Passaporte: C7MN28RJP País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016979/2022-15 Requerente: EUROFARMA LABORATORIOS S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: MICHAEL JOHANNES ELLERMANN Data Nascimento: 06/04/1967 Passaporte: C2K5Y3YTJ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016184/2022-91 Requerente: L & M AGENCIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Aurélien Jean Jacques Bodinaux Data Nascimento: 28/06/1968 Passaporte: ER668805 País: AFAR FRANCÊS.

Processo: 08228.014252/2022-87 Requerente: OLIVIER CHRISTOPHE GASNIER Prazo: 12 Meses Imigrante: OLIVIER CHRISTOPHE GASNIER Data Nascimento: 04/01/1981 Passaporte: 21EA19908 País: FRANÇA Imigrante: OLIVIER CHRISTOPHE GASNIER Data Nascimento: 04/01/1981 Passaporte: 21EA19908 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014634/2022-19 Requerente: John Michael Schweisthal Jr Prazo: 1 Ano Imigrante: John Michael Schweisthal Jr Data Nascimento: 15/06/1977 Passaporte: 488227090 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014871/2022-71 Requerente: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO CIMI Prazo: 28/02/2023 Imigrante: Lucie Maupilier Data Nascimento: 01/10/1997 Passaporte: 16AZ64722 País: FRANÇA.

Processo: 08228.012426/2022-77 Requerente: SPBW PARQUES E ENTRETENIMENTO S/A Prazo: 15 Dias Imigrante: CAI DANHONG Data Nascimento: 01/01/1968 Passaporte: EF5683736 País: CHINA Imigrante: Zheng Jianlong Data Nascimento: 17/04/1964 Passaporte: EE477632 País: CHINA.

Processo: 08228.016061/2022-51 Requerente: CARLA MARIA CRESCINI Prazo: 1 Ano Imigrante: CARLA MARIA CRESCINI Data Nascimento: 10/08/1981 Passaporte: YA0006123 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016472/2022-45 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YUHUA ZHANG Data Nascimento: 23/09/1987 Passaporte: E12986720 País: CHINA.

Processo: 08228.016460/2022-11 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: QUANZHONG CHEN Data Nascimento: 12/02/1972 Passaporte: EA0442291 País: CHINA.

Processo: 08228.014940/2022-47 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 1 Ano Imigrante: Ranjan Thakur Data Nascimento: 12/12/1990 Passaporte: W0863547 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016479/2022-67 Requerente: OLEG TCARIK Prazo: 1 Ano Imigrante: OLEG TCARIK Data Nascimento: 05/08/1975 Passaporte: 765899825 País: RÚSSIA Mãe: LILIA TCARIK Pai: VLADIMIR TCARIK.

Processo: 08228.015435/2022-11 Requerente: WUHAN FIBERHOME INTERNACIONAL TECNOLOGIAS DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: YUXIN SHI Data Nascimento: 23/07/1998 Passaporte: PE1928090 País: CHINA Mãe: Xiuhong Wang Pai: Junhong Shi.

Processo: 08228.015825/2022-91 Requerente: KLEBER DA SILVA BARBOSA Prazo: 2 Anos Imigrante: EURICO MATEUS MANGALIMO MUFUME Data Nascimento: 29/07/1984 Passaporte: 12AB72995 País: MOÇAMBIQUE Mãe: ROSA JOSSIAS MUCHANGA Pai: MATEUS MANGALIMO MUFUME.

Processo: 08228.015374/2022-91 Requerente: BI ENERGIA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GASPARE FERRARA Data Nascimento: 02/03/1968 Passaporte: YA8801668 País: ITÁLIA Mãe: DE CARO MARIA TEREZA Pai: ANTONIO FERRARA.

Processo: 08228.014972/2022-42 Requerente: MARIANA NICO CORREIA Prazo: 06 Meses Imigrante: MARIANA NICO CORREIA Data Nascimento: 13/04/1995 Passaporte: CC199815 País: PORTUGAL Mãe: ELISA MARIA FERREIRA NICO CORREIA Pai: MARIO FERNANDO HENRIQUES CORREIA.

Processo: 08228.015383/2022-81 Requerente: NEW VITALITY COMERCIO DE UTILITARIA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DONG GAN Data Nascimento: 10/11/1996 Passaporte: 793354MO País: CHINA Mãe: HUANLING SONG Pai: MANPING GAN.

Processo: 08228.014888/2022-29 Requerente: DECK PINA RESTAURANTE E BAR LIMITADA Prazo: 02 Anos Imigrante: ARNOLDO ANTONIO Data Nascimento: 10/10/1993 Passaporte: C01574847 País: NICARÁGUA Mãe: JANNETT DEL CARMEN CASTILLO GUTIERREZ Pai: EDUARDO LEOPOLDO LOPEZ ALVAREZ.

Processo: 08228.014854/2022-34 Requerente: MUSTAFA CAMARA Prazo: 2 Anos Imigrante: MUSTAFA CAMARA Data Nascimento: 01/05/1979 Passaporte: C00074290 País: GUINÉ-BISSAU Mãe: MARIA IMBADJI Pai: MARTINHO CAMARA.

Processo: 08228.014797/2022-93 Requerente: SPAR WIN CONSULTORIA EM ESPORTES EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: JAIME ANTONIO SEGURADO CATAO Data Nascimento: 30/06/1974 Passaporte: CB540951 País: PORTUGAL Mãe: MARIA LUCIA SEGURADO Pai: ANTONIO ALBERTO REGO CATAO.

Processo: 08228.014601/2022-61 Requerente: JOSEF NDAUVAKO AIHUKI Prazo: 2 Anos Imigrante: JOSEF NDAUVAKO AIHUKI Data Nascimento: 07/01/1994 Passaporte: 1008585 País: NAMÍBIA Mãe: THERESIA NDAHAFA AIPINGE Pai: ANNAKRETUS AIHUKI.

Processo: 08228.014569/2022-13 Requerente: C & N VESTUARIOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: WENXIA DENG Data Nascimento: 17/05/1978 Passaporte: E94004876 País: CHINA Mãe: MINGXIU WANG Pai: SHOULIAN DENG.

Processo: 08228.014852/2022-45 Requerente: MIGUEL ANGELO NICO CORREIA Prazo: 05/04/2023 Imigrante: MIGUEL ANGELO NICO CORREIA Data Nascimento: 16/06/1989 Passaporte: CC213809 País: PORTUGAL Mãe: ELISA MARIA FERREIRA NICO CORREIA Pai: MARIO FERNANDO HENRIQUES CORREIA.

Processo: 08228.016723/2022-91 Requerente: SIDNEY TRINDADE DE OLIVEIRA 77440080904 Prazo: Indeterminado Imigrante: BILAL ABDALLAH HALAWI Data Nascimento: 18/06/1982 Passaporte: LR2551346 País: LÍBANO Mãe: ZAINAB HAMDOUN Pai: ABDALLAH HALAWI.

Processo: 08228.014312/2022-61 Requerente: DIDIER KALUME SERGE MOUSSONZO MOUSSONZO Prazo: 2 Anos Imigrante: DIDIER KALUME SERGE MOUSSONZO MOUSSONZO Data Nascimento: 07/02/1968 Passaporte: OP0362649 País: REPÚBLICA DO CONGO Mãe: BERNADETTE MUKUNDJI MPIANA MOUSSONZO Pai: ALEXENDRE NYANVI HKALUME MUSSONZO.

Processo: 08228.014999/2022-35 Requerente: FRANZ GALLER EMPREENDIMENTOS TURISTICOS EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: DANIEL WEBER Data Nascimento: 05/11/1986 Passaporte: U5212671 País: TERRAS AUSTRAIS Mãe: ANNELIESE HERL Pai: SEM DENOMINACAO.

Processo: 08228.013969/2022-11 Requerente: HOTEL DAIFA EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: YORDAN DAVID TABORDA CARACAS Data Nascimento: 05/04/1994 Passaporte: AW349504 País: COLÔMBIA Mãe: ANGELA JIMENA CARACAS Pai: DORIAN DAVID TABORDA QUINTERO.

Processo: 08228.013871/2022-54 Requerente: sara elisangela rendall gomes ramos Prazo: Indeterminado Imigrante: sara elisangela rendall gomes ramos Data Nascimento: 19/12/1987 Passaporte: c00297293 País: GUINÉ-BISSAU Mãe: luisa sigeia rendall gomes ramos Pai: leonel henrique dos reis gomes ramos.

Processo: 08228.013881/2022-91 Requerente: BRUNO JOSE BRANDAO CAMPOS Prazo: Indeterminado Imigrante: Bruno José Brandão Campos Data Nascimento: 01/08/1984 Passaporte: C677926 País: PORTUGAL Mãe: Maria Manuela Lopes Brandão Pai: José Luis Ribeiro Campos.

Processo: 08228.013475/2022-27 Requerente: CRISTOVAO CORREIA LANDIM DAYVES Prazo: 2 Anos Imigrante: CRISTOVAO CORREIA LANDIM DAYVES Data Nascimento: 03/02/1973 Passaporte: C001450855 País: GUINÉ-BISSAU Mãe: FELICIANA CORREIA LANDIM Pai: ADERITO JOÃO MARIA DAYVES .

Processo: 08228.013404/2022-24 Requerente: CRUCIRES DUARTE VIEIRA Prazo: 2 Anos Imigrante: CRUCIRES DUARTE VIEIRA Data Nascimento: 03/05/1991 Passaporte: C00229194 País: GUINÉ-BISSAU Mãe: TEREZA GOMES CO Pai: DUARTE VIERA .

Processo: 08228.012804/2022-12 Requerente: MEIRON CHEN ACESSORIOS EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Nan Wu Data Nascimento: 22/08/1992 Passaporte: E02819277 País: CHINA Mãe: Chunhua Zeng Pai: Gongsheng Wu.

Processo: 08228.012769/2022-31 Requerente: NELSON PACHECO EIRELI Prazo: 3 Meses Imigrante: Ateba Gilbert Fonkem Data Nascimento: 05/02/1980 Passaporte: 1222450 País: CAMARÕES Mãe: Emilia Ndohoquia Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.015773/2022-51 Requerente: RACO DELANO CRAWFORD Prazo: 2 Anos Imigrante: RACO DELANO CRAWFORD Data Nascimento: 14/01/1990 Passaporte: A3524117 País: JAMAICA Mãe: PRINCESS MAY PINNOCK CRAWFORD Pai: AUGUSTUS.

Processo: 08228.012520/2022-26 Requerente: NELSON PACHECO EIRELI Prazo: 3 Meses Imigrante: Awa Justice Muluh Data Nascimento: 21/04/1995 Passaporte: 1140171 País: CAMARÕES Mãe: Lum Mary Pai: Awa David.

Processo: 08228.012483/2022-56 Requerente: NELSON PACHECO EIRELI Prazo: 3 Meses Imigrante: Kagho Maurice Data Nascimento: 27/08/1987 Passaporte: AA2222464 País: CAMARÕES Mãe: Noumedem Marceline Pai: Dongmo Pierre.

Processo: 08228.012465/2022-74 Requerente: NELSON PACHECO EIRELI Prazo: 3 Meses Imigrante: Magaptche Ndiffo Christian Data Nascimento: 03/05/1987 Passaporte: 1134951 País: CAMARÕES Mãe: MINOU EVELINE Pai: NDIFFO.

Processo: 08228.012461/2022-96 Requerente: NELSON PACHECO EIRELI Prazo: 3 Meses Imigrante: MVEMBE NANGA STEVE Data Nascimento: 11/11/1998 Passaporte: AA179295 País: CAMARÕES Mãe: NANGA MARIE GERTRUDE Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.012454/2022-94 Requerente: NELSON PACHECO EIRELI Prazo: 3 Meses Imigrante: Nkenganyt Steadfast Berwike Data Nascimento: 30/04/2002 Passaporte: 1027318 País: CAMARÕES Mãe: Anyankeng Yvone Forji Pai: Nkenganyi Norbert Bekwike.

Processo: 08228.013070/2022-99 Requerente: HUGUETTE BADIAMBILA KONGOLO Prazo: 2 Anos Imigrante: HUGUETTE BADIAMBILA KONGOLO Data Nascimento: 20/09/1983 Passaporte: OP0164390 País: REPÚBLICA DO CONGO Mãe: IVONE KONGOLO LUBUYA Pai: ANDRÉ KONGOLO MWAMBA.

Processo: 08228.012260/2022-99 Requerente: BAIBI IBIWARI HORSFALL Prazo: 2 Anos Imigrante: BAIBI IBIWARI HOSFALL Data Nascimento: 20/03/1994 Passaporte: A09577245 País: NIGÉRIA Mãe: RACHEL HOSFALL Pai: IBIWARI RICHARD HORSFALL.

Processo: 08228.014033/2022-14 Requerente: GHASSAN JAMAL JAMEEL BARHAM Prazo: Indeterminado Imigrante: GHASSAN JAMAL JAMEEL BARHAM Data Nascimento: 14/01/1991 Passaporte: 5289067 País: PALESTINA Mãe: AMIRA ABDALLAH BARHAM Pai: JAMAL JAMEEL BARHAM.

Processo: 08228.011819/2022-63 Requerente: LORENA KAROL RAMOS DOS SANTOS Prazo: 2 Anos Imigrante: Lorena Karol Ramos dos Santos Data Nascimento: 26/01/1990 Passaporte: passaporte País: CABO VERDE Mãe: Maria Gabriela Oliveira Dias Ramos dos Santos Pai: Antônio Pedro dos Santos.

Processo: 08228.011038/2022-79 Requerente: ANTONIO SALVADOR GONCALVES PINHAL Prazo: 2 Anos Imigrante: ANTONIO SALVADOR GONÇALVES PINHAL Data Nascimento: 16/06/1970 Passaporte: CA768713 País: PORTUGAL Mãe: MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES DE CASTRO Pai: SALVADOR GOMES PINHAL.

Processo: 08228.010911/2022-14 Requerente: TINKT INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS MINERAIS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: YINGCHAO CHEN Data Nascimento: 06/05/1974 Passaporte: EE6256808 País: CHINA Mãe: Zhuang Hui Rong Pai: Chen Yong Nian.

Processo: 08228.013570/2022-21 Requerente: DAVID BEN SCHWANTES MIRANDA SILVA DE MORAIS Prazo: 2 Anos Imigrante: Paulo Fernando Gracio Gonçalves Data Nascimento: 01/10/1976 Passaporte: Passaporte País: PORTUGAL Mãe: Carlota de Jesus de Sousa Grácio Gonçalves Pai: Fernando Manuel Ferreira Gonçalves.

Processo: 08228.010111/2022-95 Requerente: KSARA MODAS - EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: MOHAMAD KASSEM Data Nascimento: 02/11/2000 Passaporte: LR2284230 País: LÍBANO Mãe: MONA HALAWE Pai: MAHMOUD KASSEM.

Processo: 08228.013760/2022-48 Requerente: ABDEL FADYL CHABI Prazo: 2 Anos Imigrante: Abdel Fadyl Chabi Data Nascimento: 23/02/1996 Passaporte: 21PP44717 País: BENIN Mãe: TILE ROSETTE BIAOU Pai: GANIYOU CHABI.

Processo: 08228.012190/2022-79 Requerente: LABORATORIOS EXPANSCIENCE COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Amélie da Quinta Ferreira Data Nascimento: 16/03/1993 Passaporte: 17EI96232 País: FRANÇA Mãe: Isabelle Christine Henriques Pai: Manuel da Quinta Ferreira.

Processo: 08228.014068/2022-37 Requerente: MENG XI ZHU Prazo: Indeterminado Imigrante: Meng Xi Zhu Data Nascimento: 15/07/1991 Passaporte: HK 003932 País: CANADÁ Mãe: Ping Deng Pai: Guangheng Zhu.

Processo: 08228.016118/2022-11 Requerente: PIERO BRESOLIN Prazo: Indeterminado Imigrante: PIERO BRESOLIN Data Nascimento: 12/10/1960 Passaporte: YA4616495 País: ITÁLIA.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o indeferimento do Processo MigranteWeb nº 08228.011548/2022-46, Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL, Imigrante ZEIN SIRAJ KHOT, Prazo: 22/03/2023, Passaporte: W0379759, publicado no DOU Nº 208, de 03/11/2022, Seção 1, Página 210.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o indeferimento do Processo MigranteWeb nº 08228.013609/2022-18, Requerente: NFE POWER LATAM SERVICOS MARITIMOS LTDA, Imigrante ABELARDO PITAGAN LUTERIA, Prazo: 08/06/2024, Passaporte: P6145835A, publicado no DOU Nº 208, de 03/11/2022, Seção 1, Página 210.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

RETIFICAÇÕES

Na PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 268, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022, do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, publicada no DOU Nº 206, de 31 de outubro de 2022, Seção 1, Pág. 71, onde se lê: RNM F1113310, leia-se: RNM F111331O.

Na PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 280, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022, do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, publicada no DOU Nº 206, de 31 de outubro de 2022, Seção 1, Pág. 71, onde se lê: Imigrante: JAN FLORENT VIRGINIE VAN DE VEM, leia-se: Imigrante: JAN FLORENT VIRGINIE VAN DE VEN.

Na PORTARIA CGIL-GAB/DEMIG/SENAJUS/MJSP Nº 360, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022, do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, publicada no DOU Nº 216, de 17 de novembro de 2022, Seção 1, Pág. 165, onde se lê: Processo MIGRANTEWEB/SEI nº 47039.013638/2018-74, leia-se: Processo MIGRANTEWEB/SEI nº 47039.008714/2020-44.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 196, de 14/10/2022, Seção 1, Pág. 110, Processo: 08228.014899/2022-17, onde se lê: País: CHINA, leia-se: País: ÍNDIA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 217, de 18/11/2022, Seção 1, Pág. 60, Processo: 08228.017022/2022-71, onde se lê: Mãe: HANNA POLIANA MARIA KLEIN, leia-se: Mãe: HANNA POLONIA MARIA KLEIN.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 184, de 27/09/2022, Seção 1, Pág. 59, Processo: 08228.014454/2022-29, onde se lê: Data de Nascimento: 17/03/1995, leia-se: Data de Nascimento: 17/03/1985.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 217, de 18/11/2022, Seção 1, Pág. 56, Processo: 08228.017023/2022-14, onde se lê: Imigrante: KAKOB BAREKSTEN MORK, leia-se: Imigrante: JAKOB BAREKSTEN MORK.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 214, de 11/11/2022, Seção 1, Pág. 53, Processo 08228.017094/2022-17, onde se lê: Imigrante: ANTONIO GONZALES NEPOMUCENO, leia-se: Imigrante: ANTONIO GONZALEZ NEPOMUCENO.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 181, de 22/09/2022, Seção 1, Pág. 80, Processo: 08228.011156/2022-87, onde se lê: Imigrante: PETER JOACHIM DR. NIEMANN; Mãe: URSULA LUZIA JURCZYK, geb. NIEMANN, leia-se: Imigrante: PETER JOACHIM NIEMANN; Mãe: URSULA LUZIA JURCZYK.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Manutenção do Indeferimento do Pedido
Processo: 235881.0060094/2021
Código: 060.235
Interessado: BASEL IBRAHIM AL JUGHAMI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, considerando que o estrangeiro não comprovou a residência no Brasil, nos 04 (quatro) anos, imediatamente anteriores à data do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.342, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AHMED NAJJARI - G264258-M, natural da Síria, nascido em 18 de fevereiro de 1996, filho de Mohamed Nabil e de Muzayen Afandi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0129128/2021);

AKRAM BARHOUM - F017694-2, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1993, filho de Adel Barhoum e filho de Heyam Alkyyem, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0131145/2021);

CRISPIN NTOTO VANGU - V526407-F, natural do Congo, nascido em 19 de julho de 1986, filho de Edmond Vangu Mbambi e de Souzane Nzuzi lendo, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0194254/2022);

DANIEL MABUNDU KIBWILA - V544390-4, natural do Congo, nascido em 15 de maio de 1985, filho de Dolivera Manzabi Mabundu e de Jolie Jolie Musema, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0131028/2021);

FOLASHADE DEBORAH ORIADE JOHNSON - F088497-V, natural da Nigéria, nascida em 15 de agosto de 1986, filha de Isiaka Adebayo Oriade e de Afusat Amoke Oriade, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0122765/2021);

GRETELL ALMAGUER GUERRERO - G312358-E, natural de Cuba, nascida em 07 de novembro de 1987, filha de Ismael Almaguer Ricardo e de Maribel Guerrero Hechavarria, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0108302/2021);

HOUSSAM HAMAD KOURANI - V655456-P, natural do Líbano, nascido em 05 de setembro de 1972, filho de Hamad Kourani e de Marian Kourani, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0086337/2021);

IBTISSAM NAZAR - G093887-T, natural de Líbano, nascida em 22 de julho de 1986, filha de Hassan Nazar e de Fatima Souleiman, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0128733/2021);

MOHAMED RASVI - G355672-6, natural do Sri Lanka, nascido em 15 de julho de 1989, filho de Mohamed Zarook Mohamed Nawaz e de Sithy Rizli Udayar, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0175104/2022);

OUSMANE KANE - G410373-L, natural do Senegal, nascido em 12 de dezembro de 1983, filho de Djibril Kane e de Aissatou Diouf, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0181477/2022);

Richard Asbel Bolivar Dussu - V994778-V, natural de Cuba, nascido em 28 de abril de 1983, filho de Miguel Bolivar Hernandez e de Angela Dussu del Rio, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0012366/2020) e

RONY GENIS - G270728-P, natural do Haiti, nascido em 10 de julho de 1984, filho de Lucnier e de Osiane Marc, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0260201/2022).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.343, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JEREMIAH ALPHONSUS O CALLAGHAN - W675005-W, natural da Irlanda, nascido em 02 de agosto de 1953, filho de Anne Driscoll O Callaghan e de Jeremiah O Callaghan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0061051/2021).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 1.345, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

NOOR NIZAR OMAR HAMED - F651973-0, natural da Líbia, nascida em 10 de abril de 2020, filha de Nizar Omar Khalifa Hamed e de Asma Hesham Mahmoud Subhi Benabdusalam, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0289254/2022).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088813/2021.
Código: 090.670
Interessado: RUI MIGUEL FONSECA PINHEIRO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, Tendo em vista que o requerente não apresentou o Atestado de Antecedentes Criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, legalizado, observada a Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016; pelo que foi notificado a apresentar tais documentos e não respondeu dentro do prazo previsto, havendo o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento, sem coletar os seus dados biométricos, deixando assim de atender a exigência contida no Inciso IV do Art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088776/2021.
Código: 090.622
Interessado: LOURATOU SOARE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0088547/2021
Código: 090.374
Interessado: WILBICA GEFFRARD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0088502/2021
Código: 090.329
Interessado: ALY DIAO LANDIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que já existe outro pedido em andamento em nome do requerente, números 235881.0023009/2021.

Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0088502/2021
Código: 090.329
Interessado: ALY DIAO LANDIM

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que já existe outro pedido em andamento em nome do requerente, números 235881.0023009/2021.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088462/2021.
Código: 090.289
Interessado: MOHAMMOD SHAMSUL ISLAM.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0087911/2021
Código: 089.707
Interessado: KAREN BEATRÍZ PADILLA PENA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0087226/2021.
Código: 089.011
Interessado: ABDULRAZAK ABDULAZIZ ABDULAZIZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0087177/2021.
Código: 088.959
Interessado: HAFSA AKBAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0087108/2021
Código: 088.881
Interessado: CHINONYE CLEMENT IFEAKANWA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0087099/2021.
Código: 088.872
Interessado: WILFRIDO CELORIO DELGADO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 anos, apresentou certificado de proficiência em língua portuguesa sem a informação de avaliação presencial, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, e portanto não atende às exigências contidas nos inciso II, III IV art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0086913/2021.
Código: 088.666
Interessado: KAFA MAAZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou uma declaração), descumprindo às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0086821/2021.
Código: 088.575
Interessado: SONA DJAU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086778/2021.
Código: 088.532
Interessado: DUARTE ADELINO FENA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente não se enquadra na redução de prazo, portanto não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086750/2021
Código: 088.504
Interessado: SAID AHMAD ALI GARAJEH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem sem a devida legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, foi notificado e não apresentou a documentação até a presente data. Portanto, não atende às exigências contidas nos incisos IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0086685/2021
Código: 088.433
Interessado: IBRAHIM AWALA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, e o requerente apresentou certificado de curso sem a informação de conclusão, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0086549/2021.
Código: 088.286
Interessado: ASHRAF MOHAMED ABDELSAMIE ABDALLA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu e a informação de avaliação presencial no certificado de curso à distância, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº?235881.0086529/2021.
Código: 088.266
Interessado: ALICIA LUANA FEMKE BOOTS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c Art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e § 2º, do Art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, razão pela qual houve o encaminhamento pela Polícia Federal, com sugestão de indeferimento e sem a coleta dos dados biométricos.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº?235881.0086529/2021.
Código: 088.266
Interessado: ALICIA LUANA FEMKE BOOTS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c Art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e § 2º, do Art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, razão pela qual houve o encaminhamento pela Polícia Federal, com sugestão de indeferimento e sem a coleta dos dados biométricos.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085823/2021.
Código: 087.522
Interessado: MUVEDDET CANSU KARAYAZI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085466/2021.
Código: 087.135
Interessado: HAIDAR TRAD.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou certificado de curso de língua portuguesa à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020. Documentos este necessário no momento da formalização do pedido, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085409/2021.
Código: 087.083
Interessado: MOHAMED TAMIM NASRA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso III do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº?235881.0085234/2021.
Código: 086.908
Interessado: MONIKA AKTER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº?235881.0085107/2021.
Código: 086.780
Interessado: SARA NOYER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado a apresentação do comprovante de residência em nome da responsável pela menor, o qual não apresentou, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0085080/2021
Código: 086.750
Interessado: CLARA IRIGOYEN SANCHEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou documentos que comprovem a capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de antecedentes criminais do país de origem e certidão da Justiça Estadual e dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, documentos estes necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0085073/2021.
Código: 086.743
Interessado: JEAN FELIX CHARLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0084845/2021
Código: 086.500
Interessado: ZUHER YOUKHANNA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084834/2021.
Código: 086.485
Interessado: AMADOU BAH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084702/2021.
Código: 086.353
Interessado: NESRIN RAJAB KHODR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou Certidão de antecedente criminal emitida pela Justiça Estadual do estado de Jataí/SC após solicitação de complementação documental, portanto, não atende às exigências contidas no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0084685/2021
Código: 086.336
Interessado: SAMUEL MATHEUS BAUER DE JESUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista que o requerente possui outro pedido de naturalização em aberto: 235881.0084654/2021.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0084518/2021
Código: 086.144
Interessado: HALIM AL FAHEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0084338/2021.
Código: 085.958
Interessado: MELCHISEDEK BELONY.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a representante e o requerente não possuem residência por prazo indeterminado em razão de não terem convalidado a residência, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0084246/2021.
Código: 085.854
Interessado: CHARLENE KISENGE MBO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº?235881.0084058/2021.
Código: 085.650
Interessado: KAREM NOELIA VARGAS BARAHONA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0084058/2021.
Código: 085.650
Interessado: KAREM NOELIA VARGAS BARAHONA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e, portanto, não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083978/2021.
Código: 085.556
Interessado: AHMAD ALSALEH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como apresentou declaração de avaliação presencial, evidenciando que tal avaliação foi efetuada em data posterior a confecção do certificado de conclusão do curso, portanto não atende à exigência contida no inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0083909/2021.
Código: 085.477
Interessado: NANCY ALREZK.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, ?indefere o pedido, tendo em vista que o interessado se ausentou por tempo superior a 90 dias do Brasil e encontra-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, não cumprindo o disposto no inciso II do Art. 65, bem como não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0083747/2021.
Interessado: LUMINGO MALUNDAMA ZOLA.
Código: 085.309

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou documento emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0083386/2021.
Código: 084.919
Interessado: ZINA NGUINAMAU DANIEL NDONGALA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 1 ano de residência por prazo indeterminado a partir da data do pedido de naturalização e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0206295/2022.
Código: 221.845
Interessado: DAOUNDA NIANG.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que foi solicitado ao requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa e o interessado não apresentou o documento previsto na Portaria nº 623, de 13 de Novembro de 2020, deixando assim de cumprir o disposto no Inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017, razão pela qual foi notificado a apresentar tal documento e não respondeu dentro do prazo previsto, havendo o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão de indeferimento do pedido e sem ter sido coletado os seus dados biométricos.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0181373/2022.
Código: 192.924
Interessado: MAHMOUD ALDALI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0064388/2021
Código: 064.709
Interessado: RICARDO EGALITE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DESPACHO Nº 11/2022/GAB1/CADE

Processo nº 08700.004248/2019-82
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ex officio.
Representados: Bueno Engenharia e Construção Ltda., Cotrans Locação de Veículos Ltda., Delta Construções Ltda., J. Malucelli Equipamentos Ltda., Ouro Verde Locação e Serviço S.A., Paviservice Engenharia e Serviços Ltda., Terra Brasil Terraplanagem Ltda. - ME, Avelino Jão Bueno, Alexandre Malucelli, Celso Antônio Frare e Joel Malucelli.
Advogados(as): Carlos Alberto Farracha de Castro, Carlos Eduardo Maranhão Santana, Fabiano Bettega Santos, Luiz Francisco Barcellos Bond, Túlio Marcelo Denig Bandeira, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Frederico Bastos Pinheiro Martins, Maria Izabella Vilas Boas, Marcos Paulo Veríssimo, Laura Rymsza Barbosa, Ana Batia Glenk Ferreira, Maria Eugênia Novis, Natasha Evilin Cerqueira de Paula, Renato Cardoso de Almeida Andrade, Romeu Felipe Bacellar Filho, Luiz Daniel Felippe, Sabrina Felipe Arcoverde e outros.
Relatora: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado
VERSÃO ÚNICA DE ACESSO PÚBLICO
I - CONTEXTUALIZAÇÃO

1.Trata-se de pedido de efeito suspensivo requerido nos Embargos de Declaração opostos pela COTRANS - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA. ("COTRANS" ou "Embargante") (SEI nº 1135413) em face da decisão do Tribunal do Cade que condenou e aplicou multa à COTRANS e à demais Representadas, conforme Certidão de Julgamento (SEI nº 1133165).

2.A Embargante alega, em síntese, as seguintes omissões no voto condutor proferido: (1) em relação ao prazo prescricional aplicável à COTRANS: impossibilidade de aplicação do prazo prescricional penal para pessoa jurídica e extinção da punibilidade do seu sócio-diretor na ação penal; (2) em relação ao acordo de leniência em relação aos atuais gestores da COTRANS e (3) em relação aos critérios de dosimetria previstos no art. 45 da Lei 12.529/11 - desproporcionalidade da pena aplicada.

3.A COTRANS requer a atribuição de efeito suspensivo aos Embargos Declaratórios enquanto os supostos vícios da decisão embargada não são apreciadas pelo Tribunal do Cade, tendo em vista a presença dos requisitos de (i) relevância da fundamentação e (ii) a existência de risco de dano grave ou de difícil reparação, conforme estipulado no art. 219 do Regimento Interno do Cade e nos artigos 1.022 e seguintes do Código de Processo Civil.

4.O pedido da Embargante justifica-se no sentido de prevenir a aplicação de multa e demais sanções que podem comprometer as atividades da empresa, seus sócios e de seus 900 colaboradores.

I -ANÁLISE DO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

5.Em relação à matéria, entendo que há possibilidade de concessão de efeito suspensivo a Embargos de Declaração nos processos que tramitam por esta Autarquia, ante a adoção por analogia do disposto no art. 1.026, § 1º, do Código de Processo Civil, na forma do art. 115 da Lei nº 12.529/11, uma vez demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

6.No presente caso, a Embargante indica que as sanções aplicadas, se não reavaliadas, podem comprometer as atividades e a continuidade da empresa, o que confere plausibilidade à alegação de risco de dano grave ou de difícil reparação decorrente da imediata execução da decisão embargada. Aduz a Embargante, também, que as razões do seu recurso conferem probabilidade de provimento aos embargos de declaração, o que seria capaz de resultar no redimensionamento da multa imposta.

7.Ressaltando que a atribuição do efeito suspensivo requerido não conduz necessariamente à reversão da conclusão da decisão embargada, uma vez que a análise de mérito acerca das supostas omissões e contradições apontadas pela Embargante ainda será detidamente procedida pelo Tribunal do CADE, considero presentes as preocupações levantadas pela COTRANS a favor da necessidade de concessão de efeito suspensivo aos seus embargos de declaração.

8.Diante do exposto, determino efeito suspensivo aos Embargos de Declaração opostos pela COTRANS, de modo a suspender a execução da decisão condenatória embargada até o trânsito em julgado da decisão proferida no Processo Administrativo.

9. Esta decisão produz efeitos imediatos, não obstante a previsão regimental de referendo pelo Plenário do Tribunal do Cade, na forma do art. 20, inc. IX, do Ricade.

LENISA RODRIGUES PRADO
Conselheira-Relatora

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA FUNAI Nº 586, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece as normas de acesso ao acervo museológico e os procedimentos para a cessão de uso de itens do acervo museológico sob guarda do Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio - Funai.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Funai, aprovado pelo Decreto nº 11.226, de 7 de outubro de 2022, e tendo em vista o disposto no art. 235 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 666, de 17 de junho de 2017, e no art. 31 da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer as normas de acesso ao acervo museológico e os procedimentos para a cessão de uso de itens do acervo museológico sob a guarda do Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio.

Parágrafo único. O acervo museológico de que trata o caput do artigo é constituído por objetos da cultura material de povos indígenas do território brasileiro, em permanente atualização, obtidos diretamente com as comunidades indígenas por meio de doações e compras desde 1947.

Art. 2º Para fins desta Portaria, considera-se:

I - acervo museológico: conjunto de bens culturais, de caráter material, constituído por objetos que correspondem ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação;

II - cessão de uso: empréstimo não oneroso, de caráter precário e por tempo determinado, de itens do acervo museológico sob a guarda do Museu do Índio, para pessoas jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, sem transferência de domínio ou propriedade, em atendimento ao interesse público ou da coletividade, para fins de exposição ou intercâmbio científico e cultural no Brasil ou no exterior;

III - termo de cessão de uso: instrumento que regula os direitos e as obrigações envolvidos na cessão de uso de itens do acervo museológico sob a guarda do Museu do Índio;

IV - cessionária: pessoas jurídicas de direito público ou privado, que recebem emprestado itens do acervo museológico sob a guarda do Museu do Índio;

V - courier: indivíduo designado para acompanhar a embalagem, o transporte e a desembalagem dos bens culturais sob cessão de uso;

VI - exposição: exibição pública de objetos de arte ou bens culturais por um período de tempo definido;

VII - facility report: relatório no qual constem as condições técnicas do local onde serão exibidos os bens culturais sob cessão de uso, demonstrando a existência de condições ambientais e de segurança dos espaços expositivos adequadas para a sua apresentação;

VIII - modalidade prego a prego: modalidade de seguro que envolve todas as etapas do transporte dos bens culturais até o retorno ao local de origem;

IX - modalidade multirriscos: modalidade de seguro que não tem franquia e prevê a cobertura a perdas e danos decorrentes de qualquer causa; e

X - reservas técnicas: ambientes controlados que contribuem para a conservação da integridade dos acervos, visando prevenir e retardar a degradação dos bens culturais.

CAPÍTULO II

NORMAS DE ACESSO AO ACERVO

Art. 3º Durante o acesso ao acervo museológico, o usuário deverá ser acompanhado por servidor público da Coordenação de Patrimônio Cultural do Museu do Índio ou por pessoa por esta indicada.

Art. 4º Todo usuário deve:

I - obedecer ao estabelecido nesta Portaria;

II - acatar com respeito às instruções dos servidores quanto às normas de uso e de segurança;

III - zelar pelo acervo museológico colocado à sua disposição; e

IV - usar máscara e luvas para manusear os itens do acervo.

Art. 5º É proibido ao usuário:

I - entrar com comidas e bebidas e/ou consumi-las;

II - portar mochilas, bolsas ou similares;

III - portar produtos e objetos que acarretem perigo ao acervo; e

IV - realizar qualquer marcação na superfície dos itens.

Art. 6º O registro fotográfico de objetos é autorizado, desde que feito com equipamento de posse do usuário e sem o uso de flash.

Seção I

Da consulta

Art. 7º A consulta ao acervo museológico poderá ser virtual, por meio do repositório digital do acervo museológico disponível no portal eletrônico gov.br do Museu do Índio, ou presencial, desde que imprescindível ao escopo da pesquisa e mediante prévia autorização.

Art. 8º A solicitação de acesso ao acervo deverá ser formalizada à Coordenação de Patrimônio Cultural, por meio de mensagem de correio eletrônico ou protocolo.

§ 1° O solicitante deverá identificar preliminarmente os itens que pretende acessar, por meio de consulta ao repositório digital do acervo museológico.

§ 2° A solicitação de que trata o caput deverá conter a identificação do solicitante, a justificativa e a relação dos itens.

§ 3° A resposta à solicitação de que trata o caput deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período.

Art. 9º A consulta autorizada deverá ocorrer nos horários e no local determinados pelo Museu do Índio no documento autorizativo.

Art. 10. O limite máximo diário de itens do acervo disponibilizados para consulta é de 10 (dez) objetos.

Art. 11. Não será concedido acesso aos itens do acervo cujo estado de conservação esteja comprometido.

Seção II

Da visita às reservas técnicas

Art. 12. É vedado o acesso às reservas técnicas do acervo museológico sob guarda do Museu do Índio, salvo em casos justificados.

Art. 13. A solicitação de acesso excepcional às reservas técnicas deverá ser encaminhada à Coordenação de Patrimônio Cultural do Museu do Índio para deliberação conjunta com a autoridade máxima do Museu do Índio.

Parágrafo único. A resposta à solicitação de que trata o caput deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período.

CAPÍTULO III

CESSÃO DE USO DE ITENS DO ACERVO

Art. 14. Caberá ao Museu do Índio, por meio da Coordenação de Patrimônio Cultural, instruir processo administrativo para cessão de uso de itens culturais do acervo museológico da Fundação Nacional do Índio para pessoas jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, em atendimento ao interesse público, para fins de exposição ou intercâmbio científico e cultural no Brasil ou no exterior, conforme os procedimentos estabelecidos por esta Portaria.

Art. 15. A cessão de uso de itens do acervo de que trata esta Portaria ocorrerá mediante celebração de termo de cessão de uso de acervo entre a Fundação Nacional do Índio e a empresa ou instituição cessionária, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 16. O período de cessão de uso de itens do acervo será de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura do termo.

Art. 17. Poderá haver prorrogação da vigência do termo, desde que a empresa ou instituição cessionária solicite formalmente a prorrogação de prazo, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da cessão de uso.

§ 1° A prorrogação ocorrerá mediante celebração de termo aditivo, na forma do Anexo II desta Portaria.

§ 2° A renovação ocorrerá uma única vez por até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 18. A empresa ou instituição cessionária deverá arcar com as despesas decorrentes da cessão de uso dos itens que lhes forem disponibilizados.

Parágrafo único. As despesas de que trata o caput compreendem embalagem, acondicionamento, transporte, seguro, custos de acompanhamento de courier, registro fotográfico e preparação dos itens em suportes expositivos.

Art. 19. A utilização de imagens de itens do acervo pela empresa ou instituição cessionária dependerá de autorização expressa do Museu do Índio, sem prejuízo à observância das legislações referentes aos direitos autorais e de reprodução do material para fins comerciais e/ou lucrativos.

Art. 20. Fica a empresa ou instituição cessionária obrigada a colocar o crédito "Acervo Museu do Índio/Funai - Brasil" em todos os textos e legendas da exposição, nos catálogos, nos materiais de divulgação, assim como nos demais produtos culturais e gráficos relacionados ao evento.

Art. 21. Os textos e as imagens produzidos a partir do objeto da cessão de uso e que integrarão catálogos e/ou outros materiais gráficos de divulgação da exposição serão de responsabilidade da empresa ou instituição cessionária e, antes da publicação, deverão ser previamente aprovados pelo Museu do Índio.

Art. 22. No caso de evento com produção de catálogo e/ou outros materiais gráficos de divulgação, fica a cessionária obrigada a disponibilizar ao Museu do Índio, no mínimo, um exemplar de cada produção.

Art. 23. Na hipótese de exposição ou intercâmbio científico e cultural no exterior, fica a cessionária obrigada a verificar as normas brasileiras, inclusive, autorizações necessárias para a saída dos itens da cessão de uso do país.

Parágrafo único. A celebração do termo de cessão de uso não constitui autorização para saída dos itens do acervo do país.

Art. 24. A solicitação de cessão de uso de itens do acervo museológico deverá ser encaminhada à Direção do Museu do Índio contendo:

I - carta de solicitação de cessão de uso redigida em língua portuguesa e assinada pelo representante legal da empresa ou instituição solicitante, encaminhada com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência à data fixada para a movimentação dos bens, contendo:

a) justificativa da cessão de uso;

b) nome, enquadramento curatorial e conceito da exposição;

c) nome do curador;

d) local da exposição;

e) datas de início e término da exposição;

f) datas de início e término da cessão de uso;

g) indicação expressa de que a exposição contará ou não com a publicação de catálogo e/ou outros materiais gráficos de divulgação; e

h) relação dos itens solicitados, conforme identificação disponível no repositório digital do acervo museológico;

II - relatório do solicitante sobre as condições técnicas do local onde serão exibidos os itens do acervo em cessão de uso, demonstrando a existência de condições ambientais e de segurança adequadas para o seu acondicionamento e sua apresentação (facility report); e

III - documentação comprobatória de identificação e vínculo do representante legal da empresa ou instituição solicitante.

Art. 25. A Coordenação de Patrimônio Cultural analisará a solicitação de que trata o art. 24 e verificará o estado de conservação dos itens solicitados.

Parágrafo único. Os itens do acervo cujo estado de conservação esteja comprometido poderão não ser liberados para a cessão de uso.

Art. 26. O termo de cessão de uso de itens do acervo, na forma do Anexo I desta Portaria, deverá ser previamente analisado pela Procuradoria Federal Especializada junto à Funai, assinado pelas partes e publicado no Diário Oficial da União.

Art. 27. A empresa ou instituição cessionária deverá apresentar cópia da apólice de seguro contratado, previamente à retirada dos itens do Museu do Índio.

Parágrafo único. O seguro de que trata o caput deverá compreender todas as etapas desde o transporte dos itens para o local da exposição até o retorno destes ao Museu do Índio (modalidade prego a prego e multirriscos) durante o prazo de cessão de uso.

Art. 28. Os itens do acervo em cessão de uso deverão ser conferidos na sua saída do Museu do Índio, por servidor público da Coordenação de Patrimônio Cultural do Museu do Índio ou por pessoa por esta indicada, mediante emissão de laudos do estado de conservação de cada item.

Parágrafo único. A conferência de que trata o caput deste artigo ocorrerá na presença de indicado da empresa ou instituição solicitante.

Art. 29. Para cada conjunto ou fração de 50 (cinquenta) itens do acervo emprestados deverá obrigatoriamente ser indicado 1 (um) courier servidor público da Coordenação de Patrimônio Cultural ou pessoa por esta indicada.

§ 1° Na hipótese de conter um ou mais itens que apresente fragilidade no conjunto de itens do acervo objeto da cessão de uso, a Administração Pública poderá, a critério, determinar o acompanhamento por 1 (um) courier, independentemente do quantitativo previsto no caput.

§ 2° Será de competência do courier a elaboração de laudo técnico sobre o transporte, a embalagem e a preparação dos itens em suportes expositivos.

Art. 30. Para evitar danos de quaisquer natureza aos itens do acervo, seu transporte e acondicionamento deverá observar as seguintes especificações:

I - os caixotes devem ser de madeira compensada, tipo naval, projetados de acordo com as dimensões dos itens e devem conter, no mínimo, as seguintes especificações:

a) ser, no mínimo, 6 (seis) centímetros maior, em cada uma de suas dimensões, do que os itens que irá abrigar em seu interior;

b) apresentar, no mínimo, paredes de 1 (um) centímetro de espessura;

c) ser provido de tampa na parte superior, construída e revestida dos mesmos materiais do caixote, respeitando a estrutura dos mesmos e fixadas ao caixote por meio de parafusos de aço, de rosca paralela para uso de porcas;

d) aqueles acima de 1 (um) metro de dimensões (altura x largura x profundidade) devem apresentar bordas externas reforçadas com batentes de madeira maciça, com bordas chanfradas e cantos arredondados e devem apresentar alça para suspender, de madeira aparelhada ou metal, instaladas em altura que permita fácil suspensão e manobra e que não sejam salientes;

e) a base deve apresentar forma de paletes ou tê-los incorporados ao corpo do caixote de madeira cujas barras devem ter, no mínimo, 5 (cinco) centímetros de espessura e altura que permite a movimentação do caixote de madeira por meio mecânico; e

f) o interior e sua tampa devem ser revestidos com espuma de polietileno expandido, de cor branca, anti-inflamável, antichoque, de espessura variável e isolante;

II - o item do acervo deve ser envolvido em papel glassine, lampraseal ou cell-plast, todos semitransparentes, sintéticos, resistentes, neutros e isentos de ácido;

III - a imobilização e o ajuste das peças no interior do caixote de madeira devem ser por meio de travamentos com a utilização de espuma de polietileno expandido, fazendo o preenchimento dos espaços com tiras para amortecimento; e

IV - os itens devem ser acondicionados no interior dos caixotes e protegidos de tal modo que qualquer contato com a superfície dos itens só seja feito com o material de revestimento dos caixotes.

Art. 31. O processo de embalagem e desembalagem dos itens do acervo deverá ser acompanhado por pessoal especializado, com formação em conservação ou museologia, designado pela empresa ou instituição cessionária.

Art. 32. O Museu do Índio poderá, a qualquer tempo, independentemente de aviso à empresa ou instituição cessionária ou de autorização prévia, visitar os locais e as condições de exposição dos itens em cessão de uso, a fim de aferir a adequação aos termos definidos contratualmente entre as partes.

Art. 33. Para apresentação dos itens do acervo, o ambiente expositivo deverá atender aos seguintes parâmetros ambientais de conservação:

I - umidade relativa do ar entre 50% e 60%;

II - temperatura do ar entre 19 e 21 graus Celsius;

III - iluminação abaixo de 150 lux para as categorias cerâmica, ossos, madeira e couro sem pintura;

IV - iluminação abaixo de 50 lux para as categorias tecidos, sementes, couro com pintura/tingimento, papel e pelos;

V - iluminação entre 05 e 50 lux para categorias plumárias; e

VI - espaços expositivos ventilados.

Art. 34. No momento da devolução dos itens da cessão de uso no Museu do Índio, servidor público da Coordenação de Patrimônio Cultural ou pessoa por esta indicada fará a conferência dos itens e emitirá laudo do estado de conservação para cada peça.

Parágrafo único. Serão recepcionados apenas os itens da cessão de uso que não estiverem danificados.

Art. 35. Nas hipóteses de extravio ou dano de item do acervo, a cedente notificará a cessionária.

Parágrafo único. A empresa ou instituição cessionária deverá acionar o seguro em 5 (cinco) dias úteis a partir da notificação da cedente, que deverá ser comunicada oficialmente quanto às providências tomadas.

Art. 36. O processo de cessão de uso apenas será concluído após inclusão dos laudos do estado de conservação de que trata o art. 34.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação desta Portaria deverão ser encaminhados à Coordenação de Patrimônio Cultural do Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio.

Art. 38. Fica revogada a Portaria n° 28/MI-RJ, de 14 de agosto de 2019.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor em 28 de novembro de 2022.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

ANEXO I

MINUTA DE TERMO DE CESSÃO DE USO
Processo nº [PROCESSO ELETRÔNICO]
Unidade Gestora: 194022

	TERMO DE CESSÃO DE USO DE ACERVO QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, ATRAVÉS DO MUSEU DO ÍNDIO - MI, E [NOME DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO SOLICITANTE].

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, instituída pela Lei nº 5.371/67, através do MUSEU DO ÍNDIO - MI, CNPJ nº 000559.311/0002-07, com endereço na Rua das Palmeiras nº 55 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, CEP 22270-070 por intermédio do(a) seu(sua) Diretor(a), o(a) Senhor(a) [NOME], [NACIONALIDADE], portador(a) do RG nº [IDENTIDADE] e inscrito(a) no CPF sob nº [CPF], nomeado(a) pela Portaria nº [PORTARIA DE NOMEAÇÃO], doravante denominada CEDENTE, e de outro lado [NOME DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO SOLICITANTE], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], estabelecido(a) à [ENDEREÇO], neste ato representado(a) pelo Senhor(a) [NOME], [NACIONALIDADE], [CARGO], portador(a) da carteira de identidade n° [IDENTIDADE] expedida pela [ÓRGÃO EXPEDIDOR] e do CPF nº [CPF], doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo de Cessão de Uso de Acervo, sujeitando-se às disposições Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no que couber e demais legislações pertinentes, bem como às seguintes condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento o MUSEU DO ÍNDIO empresta os objetos etnográficos de sua coleção a CESSIONÁRIA. São eles:

Nº de tombo	Nome	Povo	Descrição	Dimensão	Valor de Seguro
VALOR TOTAL DO SEGURO					

1.2. Os bens objeto do presente termo não importarão em transferência de valores ou retribuição financeira.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PERÍODO DA CESSÃO DE USO

2.1. Os objetos emprestados permanecerão em posse da CESSIONÁRIA pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de [DATA INÍCIO] a [DATA FINAL], mas poderão ser retirados da instituição CESSIONÁRIA, a qualquer tempo, caso seja comprovada uma exibição e/ou conservação inadequada do objeto por parte do solicitante, mediante justificativa por escrito da CEDENTE;

2.2. Os objetos emprestados serão devolvidos exclusivamente a CEDENTE no endereço constante neste Termo. Se houver mudança de endereço durante o período deste empréstimo, por qualquer motivo, o novo endereço deverá ser informado à CESSIONÁRIA, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do retorno dos objetos acompanhado pela notificação de endereço publicado no Diário Oficial da União - DOU;

2.3. A exposição organizada pela CESSIONÁRIA terá lugar em [ENDEREÇO DA EXPOSIÇÃO].

3. CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1. A CESSIONÁRIA deve manter os bens em boas condições de conservação, climatização, segurança e limpeza e restituí-los no estado em que os recebeu, não podendo usá-los senão de acordo com este Termo, sob pena de responder por perdas e danos;

3.2. A CESSIONÁRIA não deve proceder ao uso das imagens do(s) item(ns) objeto deste Termo, para fins não estabelecidos neste documento sem prévia autorização da CEDENTE;

3.3. A CESSIONÁRIA não deve outorgar acordos que impliquem a cedência temporária do(s) item(ns) objeto deste Termo para exposições organizadas por outras entidades sem prévia autorização da CEDENTE;

3.4. A CESSIONÁRIA deve garantir as condições de guarda e transporte das peças objeto deste Termo;

3.5. A CESSIONÁRIA deve elaborar laudo do estado de conservação das peças objeto deste Termo antes da retirada das peças na CEDENTE;

3.6. A CESSIONÁRIA deve se comprometer a devolver as peças no mesmo estado de conservação quando da retirada, após a conferência e aceite do laudo do estado de conservação do item nº 3.5 pela CEDENTE.

4. CLÁUSULA QUARTA - SEGURO

4.1. A CESSIONÁRIA deve contratar o seguro do(s) item(ns) objeto deste Termo, na modalidade "prego a prego" e "multirrisco", no valor total segurado descrito na tabela do item nº 1.1 deste Termo, contra qualquer perda e contra todos os danos fortuitos;

4.2. O seguro será contratado junto a Segurador que já tenha dado provas de competência no campo de objetos museológicos. Em todos os casos, a CEDENTE se reserva o direito de dar validade ou não a Seguradora escolhida;

4.3. A CESSIONÁRIA fica obrigado a contratar o seguro indicado nas cláusulas 4.1 e 4.2 deste Termo, com vigência a partir da data de retirada dos bens que constituem acervo etnográfico da CEDENTE, bem como a fornecer a esta uma cópia da Apólice de Seguro previamente à retirada dos itens do Museu do Índio;

4.4. Em caso de ocorrência de disputa legal com a companhia de seguros, a CESSIONÁRIA deverá garantir todas as perdas e responsabilizar-se pela indenização da mesma, de acordo com o estipulado no contrato de seguro e durante o período em que o processo corre em tribunal.

5. CLÁUSULA QUINTA - TRANSPORTE

5.1. O transporte das peças do seu local de origem até ao local da exposição, assim como o transporte de regresso, será realizado por uma empresa especializada no transporte de obras de arte cuja contratação e pagamento será da responsabilidade da CESSIONÁRIA;

5.2. O transporte será realizado por uma empresa de transporte que já tenha dado provas de competência no campo de transporte de objetos museológicos, cujas despesas de ida e volta serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA. Para qualquer caso, a CEDENTE se reserva o direito de dar ou não validade à escolha da empresa de transporte estipulada pela CESSIONÁRIA;

5.3. O(s) item(ns) objeto deste Termo será(ão) acondicionado(s) de forma adequada. É obrigatório que o transporte se faça segundo as indicações técnicas recomendadas na ida e no retorno das obras. O(s) item(ns) deve(m) sempre ser manipulado(s) por pessoal competente e com formação técnica em conservação oriundo da área de museologia;

5.4. Caso ocorram circunstâncias imprevistas, designadamente atrasos das empresas transportadoras ou das companhias aéreas, por motivo de greves, condições atmosféricas adversas, tráfego, problemas técnicos ou operacionais, as instituições envolvidas deverão cooperar no sentido de serem ultrapassados todos os obstáculos que impeçam a boa continuidade do processo previsto no presente Termo;

5.5. Caso ocorram danos às peças durante o transporte, estes serão de responsabilidade objetiva, fundada no risco integral da CESSIONÁRIA, e deverão ser reportados imediatamente a CEDENTE.

6. CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E DE EXPOSIÇÃO DAS PEÇAS EMPRESTADAS

6.1. A CESSIONÁRIA se compromete em tomar todas as preocupações necessárias à conservação das peças;

6.2. A CESSIONÁRIA se compromete a expor as peças emprestadas em vitrine(s) e nas condições de segurança que compreendem uma supervisão humana por 24 (vinte e quatro) horas, um sistema eletrônico de vigilância e um sistema de detecção de incêndio;

6.3. A CESSIONÁRIA também cuidará particularmente para que as salas de exposição satisfaçam às condições climáticas requisitadas (umidade relativa do ar entre 50% e 60%; temperatura do ar entre 19 e 21 graus Celsius);

6.4. A CESSIONÁRIA cuidará para que a obra não fique diretamente exposta à luz do dia, mas sempre sobre luminosidade filtrada dos ultravioletas e, dependendo do tipo de obra, em uma luminosidade precisa:

6.4.1. iluminação abaixo de 150 lux para as categorias cerâmica, ossos, madeira e couro sem pintura;

6.4.2. iluminação abaixo de 50 lux para as categorias tecidos, sementes, couro com pintura/tingimento, papel e pelos;

6.4.3. iluminação entre 05 e 50 lux para categorias plumárias;

6.5. As obras não deverão ficar expostas próximas a uma entrada de ar, a uma janela ou a qualquer umidificador ou desumidificador de ar;

6.6. É terminantemente proibido à CESSIONÁRIA proceder a qualquer tipo de tratamento, desmontar ou modificar uma obra. Se a CESSIONÁRIA constatar que a obra deve, em razão de seu estado, ser submetidas a um tratamento, ele deverá informar imediatamente por escrito a CEDENTE e esperar a resposta antes de qualquer intervenção;

6.7. O manuseio, o recolhimento, a embalagem e a desembalagem das peças em seu local de origem e no local onde ocorrerá a exposição serão de responsabilidade da CESSIONÁRIA e deverão ser acompanhados por pessoal especializado, com formação em conservação ou museologia, designado pela CESSIONÁRIA;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO

7.1. A produção do catálogo ou de qualquer material gráfico, tais como cartazes, convites, desdobráveis, roteiros ou outros, realizados para a exposição em questão é da responsabilidade da CESSIONÁRIA que deverá garantir o seu pagamento e coordenação da edição, bem como decidir acerca de tiragens, edições em mais de uma língua e design gráfico dos produtos em questão;

7.2. Os textos e as imagens produzidos a partir do objeto deste Termo e que integrarão catálogos e/ou outros materiais gráficos de divulgação da exposição ou do evento serão de responsabilidade da empresa ou instituição cessionária e, antes da publicação, deverão ser previamente aprovados pelo Museu do Índio.

7.3. A CESSIONÁRIA deve responsabilizar-se pela obtenção de todas as autorizações necessárias ao uso e cessão de imagem dos itens objeto deste Termo, de acordo com a legislação vigente;

7.4. A CESSIONÁRIA fica autorizado a filmar e/ou fotografar as peças. As fotografias obtidas podem ser utilizadas como material de divulgação, entre eles para site institucional, mas não podem ser comercializadas visando lucros para a instituição cessionária;

7.5. A CESSIONÁRIA se compromete igualmente a enviar a CEDENTE, no mínimo, 1 (um) exemplar do catálogo da exposição e de todo e qualquer material de divulgação para fins educativos;

7.6. A CESSIONÁRIA deve estar de acordo em mencionar nas reproduções e publicações de qualquer material gráfico (cartazes, convites, desdobráveis, roteiros ou outros) o crédito a CEDENTE por ocasião da sua utilização na forma: "Acervo Museu do Índio/Funai - Brasil".

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZOS E RESCISÃO DO TERMO

8.1. O prazo de vigência do presente Termo é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Termo pela CEDENTE e pela CESSIONÁRIA, podendo ser renovado por igual período, por expressa manifestação das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do prazo final, mediante Termo Aditivo.

9. CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Todas as contestações que não puderem ser resolvidas amigavelmente serão solucionadas no foro da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Brasil, de acordo com a legislação da República Federativa do Brasil.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Termo é assinado eletronicamente pelas partes.

[LOCAL E DATA]
[ASSINATURA CEDENTE]
[ASSINATURA CESSIONÁRIA]

ANEXO II

MINUTA DE TERMO ADITIVO
Processo nº [PROCESSO ELETRÔNICO]
Unidade Gestora: 194022

	TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE ACERVO QUE CELEBRAM ENTRE SI A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, ATRAVÉS DO MUSEU DO ÍNDIO - MI, E [NOME DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO SOLICITANTE].

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, instituída pela Lei nº 5.371/67, através do MUSEU DO ÍNDIO - MI, CNPJ nº 000559.311/0002-07, com endereço na Rua das Palmeiras nº 55 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, CEP 22270-070 por intermédio do(a)

seu(sua) Diretor(a), o(a) Senhor(a) [NOME], [NACIONALIDADE], portador(a) do RG nº [IDENTIDADE] e inscrito(a) no CPF sob nº [CPF], nomeado(a) pela Portaria nº [PORTARIA DE NOMEAÇÃO], doravante denominada CEDENTE, e de outro lado [NOME DA EMPRESA OU INSTITUIÇÃO SOLICITANTE], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], estabelecido(a) à [ENDEREÇO], neste ato representado(a) pelo Senhor(a) [NOME], [NACIONALIDADE], [CARGO], portador(a) da carteira de identidade n° [IDENTIDADE] expedida pela [ÓRGÃO EXPEDIDOR] e do CPF nº [CPF], doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de Acervo nº [Nº DO TERMO], doravante denominado TERMO ORIGINAL, sujeitando-se às disposições Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no que couber e demais legislações pertinentes, bem como às seguintes condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Termo de Cessão de Uso nº [Nº DO TERMO] por um período de [PERÍODO] dias, a partir de [DATA DE INÍCIO], nos termos previstos em sua Cláusula Oitava do TERMO ORIGINAL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente instrumento decorre de autorização do(a) Senhor(a) Diretor(a) da CEDENTE, exarada nos autos do Processo nº [Nº DO PROCESSO], sujeitando-se às disposições Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 no que couber e demais legislações pertinentes

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RENOVAÇÃO DO SEGURO

3.1. Em virtude do presente Termo Aditivo deverá a CESSIONÁRIA renovar o seguro, nos termos da Cláusula Quarta do Termo de Cessão de Uso nº [Nº DO TERMO], no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1. A CEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do TERMO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido o presente Termo Aditivo é assinado eletronicamente pelas partes.

[LOCAL E DATA]

[ASSINATURA CEDENTE]

[ASSINATURA CESSIONÁRIA]

Ministério do Meio Ambiente

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SECEX/MMA 223, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução de convênios e termos de fomento celebrados nos exercícios de 2021 e 2022 e analisar as respectivas prestações de contas, sob responsabilidade da Coordenação-Geral Nacional de Proteção e Defesa Animal, bem como define atribuições da Secretaria de Biodiversidade e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração na gestão dos mencionados instrumentos de transferências voluntárias.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Anexo I do Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 02000.004624/2022-45, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução de convênios e termos de fomento, bem como analisar as respectivas prestações de contas, sob responsabilidade da Coordenação-Geral Nacional de Proteção e Defesa Animal, da Secretaria de Biodiversidade, celebrados nos Exercícios de 2021 e 2022, com recursos provenientes de emendas parlamentares.

Art. 2º As orientações sobre procedimentos, rotinas e prazos a serem adotados pelo Grupo de Trabalho serão emanadas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, com base na legislação vigente, em especial:

I - no caso dos convênios, a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, atualizada; e

II - no caso dos termos de fomento, a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, atualizada.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por servidores indicados pelo Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva e pelas Secretaria de Biodiversidade, da Amazônia e Serviços Ambientais, de Áreas Protegidas e Ecoturismo e de Clima e Relações Internacionais, sendo que:

I - o Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva deverão indicar, cada um, pelo menos 1 (um) servidor; e

II - as Secretarias de Biodiversidade, da Amazônia e Serviços Ambientais, de Áreas Protegidas e Ecoturismo e de Clima e Relações Internacionais deverão indicar, cada uma, pelo menos 3 (três) servidores.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos será até 31 de maio de 2023, podendo ser prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, mediante ato do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º Ao fim da vigência do Grupo de Trabalho, os servidores designados e vinculados na Plataforma +Brasil para o acompanhamento e fiscalização dos instrumentos de transferência voluntária deverão permanecer com a respectiva designação até a conclusão da prestação de contas do instrumento, conforme interesse da Administração.

§ 2º Os servidores designados terão prioridade para optar pelo Programa de Gestão (PDG) integral até o final da vigência do instrumento de repasse, com a devida anuência do chefe imediato e enquadramento nos limites fixados para a unidade em que esteja lotado.

§ 3º Os processos passíveis de tomada de contas especial em decorrência das atividades do Grupo de Trabalho deverão ser por ele conduzidos.

Art. 5º Para a designação de servidores para o acompanhamento e fiscalização dos convênios e termos de fomento, deverão ser observados o seguinte:

I - para cada instrumento celebrado, vigente e/ou com a prestação de contas não concluída, será designado para a atribuição de representante do concedente (quando se tratar de convênio), ou para a atribuição de gestor da parceria (quando se tratar de termo de fomento), 1 (um) servidor responsável para realizar o acompanhamento técnico e fiscalização dos convênios e termos de fomento, podendo um mesmo servidor ser designado para diversos instrumentos;

II - os nomes e os endereços eletrônicos dos servidores designados deverão ser inseridos em documento próprio a ser disponibilizado em processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

III - os servidores indicados serão designados por ato formal do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, a ser publicado no Boletim de Serviço do Ministério do Meio Ambiente;

IV - após publicação do ato de designação, os servidores responsáveis serão vinculados ao respectivo instrumento de transferência voluntária na Plataforma +Brasil; e

V - em caso de impedimento de servidor designado, as Unidades relacionadas no caput do art. 3º deverão proceder à sua imediata substituição.

Parágrafo único. A tramitação e a formalização das propostas serão realizadas na Plataforma +Brasil e no SEI, bem como em outros sistemas corporativos aplicáveis.

Art. 6º Caberá à Secretaria da Biodiversidade:

I - a coordenação técnica do Grupo de Trabalho, por meio da Coordenação-Geral Nacional de Proteção e Defesa Animal, incluindo a distribuição dos instrumentos de transferências voluntárias sob responsabilidade do Grupo de Trabalho e servidores indicados;

II - enviar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração os autos dos processos, devidamente instruídos, contendo manifestação da autoridade máxima da Unidade quanto às análises técnicas de conveniência, oportunidade e interesse público, relativas ao acompanhamento e fiscalização dos instrumentos previstos, bem como prestação de contas, quando convier; e

III - elaborar, controlar e atualizar as informações constantes da relação de instrumentos (convênios e termos de fomento) e servidor designado.

§ 1º A fim de garantir o controle das informações, as Unidades relacionadas no caput do art. 3º deverão remeter à Coordenação do Grupo de Trabalho toda e qualquer alteração ou atualização dos dados informados relativos aos servidores designados.

§ 2º Por ocasião da conclusão dos trabalhos, a Coordenação do Grupo de Trabalho deverá apresentar à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, relatório conclusivo contendo o resultado das atividades de acompanhamento e fiscalização desenvolvidas.

Art. 7º Compete à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração:

I - o cadastramento de representantes na Plataforma +Brasil;

II - o suporte técnico ao usuário na Plataforma +Brasil;

III - a formalização de designação do servidor, indicado para atuar como representante do concedente/gestor de parceria, no Boletim de Serviço do Ministério do Meio Ambiente;

IV - o registro de vinculação dos representantes do concedente/gestores de parceria designados;

V - a conformidade financeira dos instrumentos, que deverá ser aferida durante toda a execução do objeto;

VI - a operacionalização dos termos aditivos e demais eventos retificadores e de prestação de contas na Plataforma +Brasil; e

VII - a emissão de orientações e definição de prazos internos para a realização das atividades, além da divulgação dos atos normativos editados pelo Governo Federal pertinentes ao tema.

Parágrafo único. No decorrer dos trabalhos, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração poderá solicitar manifestação da Coordenação do Grupo de Trabalho, com a finalidade de avaliar o andamento dos instrumentos de transferências voluntárias.

Art. 8º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º dezembro de de 2022.

FELIPE RIBEIRO DE MELLO

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 139, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o Art. 9º da Portaria nº 561, de 27 de fevereiro de 2020, que institui como expedientes administrativos as orientações técnicas e os procedimentos operacionais padrão emitidos pelas diretorias e Presidência do Ibama, e revoga a Portaria nº 139, de 18 de novembro de 2022.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, nomeado pelo Decreto de 9 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União do mesmo dia, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23, inc. V, do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017 e pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ibama nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial do dia subsequente;

Considerando a importância de dar ampla publicidade às orientações e aos procedimentos operacionais e orientações técnicas normativas emitidos pelas diretorias e Presidência do Ibama;, resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 9º da Portaria nº 561, de 27 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 11 de março de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º As OTNs e os POPs serão publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União, ressalvados os de caráter sigiloso, nos termos da Lei."

Art. 2º Revogar a Portaria nº 139, de 18 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 1.138, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Amigos da Serra dos Pirineus.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 15 do Decreto nº. 11.193, de 08 de setembro de 2022, designado pela Portaria Casa Civil nº 1.280, de 09 de novembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2021, Seção 2, pág. 01;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009 e considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA nº 02070.005444/2022-57, resolve:

Art. 1º Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Amigos da Serra dos Pirineus, de interesse público e em caráter de perpetuidade, no imóvel denominado Fazenda Amigos da Serra dos Pirineus, situado no Município de Pirenópolis/GO, matriculado no registro de imóveis da comarca de Pirenópolis, Estado de Goiás, sob a matrícula nº 14805.

Art. 2º A RPPN Amigos da Serra dos Pirineus tem uma área total de 52,9 hectares, definida no imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único: A Área 1 da RPPN do imóvel Fazenda Amigos da Serra dos Pirineus inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 8252125,47 e E 723893,80, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 8252101,72 e E 723934,08, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 8252041,52 e E 723980,81, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 8252005,80 e E 724019,13, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 8251966,58 e E 724032,29, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 8251954,48 e E 724050,38, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 8251945,81 e E 724060,29, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 8251945,82 e E 724094,18, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 8251883,09 e E 724129,99, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 8251879,96 e E 724142,20, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 8251850,78 e E 724168,26, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 8251833,83 e E 724177,31, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 8251820,04 e E 724194,10, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 8251803,67 e E 724195,77, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 8251801,96 e E 724210,60, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 8251797,12 e E 724269,86, segue até o Ponto 17 de coordenadas N

8251794,93 e E 724277,40, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 8251792,05 e E 724285,49, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 8251797,08 e E 724305,06, segue até o Ponto 20 de coordenadas N 8251797,18 e E 724338,87, segue até o Ponto 21 de coordenadas N 8251799,73 e E 724361,16, segue até o Ponto 22 de coordenadas N 8251809,22 e E 724382,62, segue até o Ponto 23 de coordenadas N 8251845,01 e E 724460,66, segue até o Ponto 24 de coordenadas N 8251837,73 e E 724498,84, segue até o Ponto 25 de coordenadas N 8251858,89 e E 724547,35, segue até o Ponto 26 de coordenadas N 8251851,39 e E 724580,52, segue até o Ponto 27 de coordenadas N 8251843,11 e E 724593,32, segue até o Ponto 28 de coordenadas N 8251836,61 e E 724615,48, segue até o Ponto 29 de coordenadas N 8251832,41 e E 724621,06, segue até o Ponto 30 de coordenadas N 8251823,24 e E 724633,24, segue até o Ponto 31 de coordenadas N 8251785,15 e E 724665,59, segue até o Ponto 32 de coordenadas N 8251777,20 e E 724661,86, segue até o Ponto 33 de coordenadas N 8251754,69 e E 724680,07, segue até o Ponto 34 de coordenadas N 8251736,24 e E 724684,57, segue até o Ponto 35 de coordenadas N 8251725,27 e E 724721,02, segue até o Ponto 36 de coordenadas N 8251693,73 e E 724748,45, segue até o Ponto 37 de coordenadas N 8251655,21 e E 724767,33, segue até o Ponto 38 de coordenadas N 8251636,73 e E 724770,50, segue até o Ponto 39 de coordenadas N 8251603,83 e E 724780,54, segue até o Ponto 40 de coordenadas N 8251589,77 e E 724774,77, segue até o Ponto 41 de coordenadas N 8251567,12 e E 724780,03, segue até o Ponto 42 de coordenadas N 8251548,78 e E 724780,75, segue até o Ponto 43 de coordenadas N 8251535,60 e E 724787,18, segue até o Ponto 44 de coordenadas N 8251507,40 e E 724826,27, segue até o Ponto 45 de coordenadas N 8251469,20 e E 724815,45, segue até o Ponto 46 de coordenadas N 8251461,22 e E 724819,86, segue até o Ponto 47 de coordenadas N 8251444,72 e E 724836,72, segue até o Ponto 48 de coordenadas N 8251442,68 e E 724838,76, segue até o Ponto 49 de coordenadas N 8251449,53 e E 724858,35, segue até o Ponto 50 de coordenadas N 8251416,68 e E 724876,28, segue até o Ponto 51 de coordenadas N 8251410,90 e E 724894,03, segue até o Ponto 52 de coordenadas N 8251428,06 e E 724937,27, segue até o Ponto 53 de coordenadas N 8251377,36 e E 724985,74, segue até o Ponto 54 de coordenadas N 8251365,85 e E 725001,10, segue até o Ponto 55 de coordenadas N 8251364,29 e E 725003,03, segue até o Ponto 56 de coordenadas N 8251366,64 e E 725010,62, segue até o Ponto 57 de coordenadas N 8251376,04 e E 725020,62, segue até o Ponto 58 de coordenadas N 8251377,81 e E 725057,80, segue até o Ponto 59 de coordenadas N 8251359,39 e E 725092,96, segue até o Ponto 60 de coordenadas N 8251360,66 e E 725120,03, segue até o Ponto 61 de coordenadas N 8251360,89 e E 725122,88, segue até o Ponto 62 de coordenadas N 8251366,14 e E 725119,92, segue até o Ponto 63 de coordenadas N 8251377,03 e E 725164,49, segue até o Ponto 64 de coordenadas N 8251386,08 e E 725188,03, segue até o Ponto 65 de coordenadas N 8251386,26 e E 725188,41, segue até o Ponto 66 de coordenadas N 8251658,21 e E 725379,69, segue até o Ponto 67 de coordenadas N 8251823,92 e E 725395,73, segue até o Ponto 68 de coordenadas N 8251861,84 e E 725582,08, segue até o Ponto 69 de coordenadas N 8251759,81 e E 725629,94, segue até o Ponto 70 de coordenadas N 8251747,40 e E 725603,82, segue até o Ponto 71 de coordenadas N 8251739,79 e E 725565,14, segue até o Ponto 72 de coordenadas N 8251702,62 e E 725491,24, segue até o Ponto 73 de coordenadas N 8251686,49 e E 725493,16, segue até o Ponto 74 de coordenadas N 8251495,22 e E 725628,63, segue até o Ponto 75 de coordenadas N 8251392,26 e E 725448,59, segue até o Ponto 76 de coordenadas N 8251391,96 e E 725450,83, segue até o Ponto 77 de coordenadas N 8251391,50 e E 725453,29, segue até o Ponto 78 de coordenadas N 8251390,92 e E 725455,71, segue até o Ponto 79 de coordenadas N 8251390,22 e E 725458,11, segue até o Ponto 80 de coordenadas N 8251389,40 e E 725460,47, segue até o Ponto 81 de coordenadas N 8251388,46 e E 725462,79, segue até o Ponto 82 de coordenadas N 8251387,41 e E 725465,05, segue até o Ponto 83 de coordenadas N 8251386,25 e E 725467,26, segue até o Ponto 84 de coordenadas N 8251384,97 e E 725469,41, segue até o Ponto 85 de coordenadas N 8251383,60 e E 725471,50, segue até o Ponto 86 de coordenadas N 8251382,12 e E 725473,51, segue até o Ponto 87 de coordenadas N 8251380,54 e E 725475,44, segue até o Ponto 88 de coordenadas N 8251378,86 e E 725477,30, segue até o Ponto 89 de coordenadas N 8251377,10 e E 725479,07, segue até o Ponto 90 de coordenadas N 8251375,25 e E 725480,74, segue até o Ponto 91 de coordenadas N 8251373,32 e E 725482,33, segue até o Ponto 92 de coordenadas N 8251371,31 e E 725483,81, segue até o Ponto 93 de coordenadas N 8251369,23 e E 725485,20, segue até o Ponto 94 de coordenadas N 8251367,08 e E 725486,47, segue até o Ponto 95 de coordenadas N 8251364,87 e E 725487,64, segue até o Ponto 96 de coordenadas N 8251362,61 e E 725488,70, segue até o Ponto 97 de coordenadas N 8251360,30 e E 725489,64, segue até o Ponto 98 de coordenadas N 8251357,94 e E 725490,47, segue até o Ponto 99 de coordenadas N 8251355,54 e E 725491,17, segue até o Ponto 100 de coordenadas N 8251353,12 e E 725491,76, segue até o Ponto 101 de coordenadas N 8251350,66 e E 725492,22, segue até o Ponto 102 de coordenadas N 8251348,19 e E 725492,56, segue até o Ponto 103 de coordenadas N 8251345,70 e E 725492,78, segue até o Ponto 104 de coordenadas N 8251343,20 e E 725492,87, segue até o Ponto 105 de coordenadas N 8251340,71 e E 725492,84, segue até o Ponto 106 de coordenadas N 8251338,21 e E 725492,69, segue até o Ponto 107 de coordenadas N 8251335,73 e E 725492,40, segue até o Ponto 108 de coordenadas N 8251333,27 e E 725492,00, segue até o Ponto 109 de coordenadas N 8251330,82 e E 725491,47, segue até o Ponto 110 de coordenadas N 8251328,41 e E 725490,82, segue até o Ponto 111 de coordenadas N 8251326,04 e E 725490,06, segue até o Ponto 112 de coordenadas N 8251323,70 e E 725489,17, segue até o Ponto 113 de coordenadas N 8251321,41 e E 725488,17, segue até o Ponto 114 de coordenadas N 8251319,18 e E 725487,05, segue até o Ponto 115 de coordenadas N 8251317,00 e E 725485,83, segue até o Ponto 116 de coordenadas N 8251314,89 e E 725484,50, segue até o Ponto 117 de coordenadas N 8251312,84 e E 725483,06, segue até o Ponto 118 de coordenadas N 8251310,87 e E 725481,53, segue até o Ponto 119 de coordenadas N 8251308,98 e E 725479,89, segue até o Ponto 120 de coordenadas N 8251307,18 e E 725478,17, segue até o Ponto 121 de coordenadas N 8251305,46 e E 725476,36, segue até o Ponto 122 de coordenadas N 8251303,83 e E 725474,46, segue até o Ponto 123 de coordenadas N 8251302,30 e E 725472,48, segue até o Ponto 124 de coordenadas N 8251300,87 e E 725470,43, segue até o Ponto 125 de coordenadas N 8251299,55 e E 725468,32, segue até o Ponto 126 de coordenadas N 8251298,33 e E 725466,13, segue até o Ponto 127 de coordenadas N 8251297,23 e E 725463,90, segue até o Ponto 128 de coordenadas N 8251296,23 e E 725461,60, segue até o Ponto 129 de coordenadas N 8251295,36 e E 725459,26, segue até o Ponto 130 de coordenadas N 8251294,60 e E 725456,89, segue até o Ponto 131 de coordenadas N 8251293,96 e E 725454,47, segue até o Ponto 132 de coordenadas N 8251293,44 e E 725452,03, segue até o Ponto 133 de coordenadas N 8251293,04 e E 725449,56, segue até o Ponto 134 de coordenadas N 8251292,77 e E 725447,08, segue até o Ponto 135 de coordenadas N 8251292,62 e E 725444,58, segue até o Ponto 136 de coordenadas N 8251292,60 e E 725442,09, segue até o Ponto 137 de coordenadas N 8251292,70 e E 725439,59, segue até o Ponto 138 de coordenadas N 8251292,93 e E 725437,10, segue até o Ponto 139 de coordenadas N 8251293,28 e E 725434,63, segue até o Ponto 140 de coordenadas N 8251293,75 e E 725432,18, segue até o Ponto 141 de coordenadas N 8251294,35 e E 725429,75, segue até o Ponto 142 de coordenadas N 8251295,07 e E 725427,36, segue até o Ponto 143 de coordenadas N 8251295,90 e E 725425,00, segue até o Ponto 144 de coordenadas N 8251296,85 e E 725422,69, segue até o Ponto 145 de coordenadas N 8251297,92 e E 725420,44, segue até o Ponto 146 de coordenadas N 8251299,09 e E 725418,23, segue até o Ponto 147 de coordenadas N 8251300,38 e E 725416,09, segue até o Ponto 148 de coordenadas N 8251301,77 e E 725414,01, segue até o Ponto 149 de coordenadas N 8251303,26 e E 725412,01, segue até o Ponto 150 de coordenadas N 8251304,85 e E 725410,09, segue até o Ponto 151 de coordenadas N 8251306,54 e E 725408,24, segue até o Ponto 152 de coordenadas N 8251308,31 e E 725406,48, segue até o Ponto 153 de coordenadas N 8251310,17 e E 725404,82, segue até o Ponto 154 de coordenadas N 8251312,11 e E 725403,25, segue até o Ponto 155 de coordenadas N 8251314,13 e E 725401,77, segue até o Ponto 156 de coordenadas N 8251316,22 e E 725400,40, segue até o Ponto 157 de coordenadas N 8251318,37 e E 725399,14, segue até o Ponto 158 de coordenadas N 8251320,56 e E 725383,37, segue até o Ponto 159 de coordenadas N 8251327,68 e E 725331,14, segue até o Ponto 160 de coordenadas N 8251354,66 e E 725294,89, segue até o Ponto 161 de coordenadas N 8251382,78 e E 725276,81, segue até o Ponto 162 de coordenadas N 8251375,69 e E 725267,53, segue até o Ponto 163 de coordenadas N 8251344,74 e E 725240,50, segue até o Ponto 164 de coordenadas N 8251330,95 e E 725211,84, segue até o Ponto 165 de coordenadas N 8251329,46 e E 725207,95, segue até o Ponto 166 de coordenadas N 8251320,89 e E 725212,58, segue até o Ponto 167 de coordenadas N 8251294,64 e E 725150,65, segue até o Ponto 168 de coordenadas N 8251300,42 e E 725116,40, segue até o Ponto 169 de coordenadas N 8251298,70 e E 725079,53, segue até o Ponto 170 de coordenadas N 8251316,72 e E 725045,11, segue até o Ponto 171 de coordenadas N 8251313,43 e E 725041,61, segue até o Ponto 172 de coordenadas N 8251297,55 e E 724990,34, segue até o Ponto 173 de coordenadas N 8251318,43 e E 724964,32, segue até o Ponto 174 de coordenadas N 8251332,32 e E 724945,79, segue até o Ponto 175 de coordenadas N 8251357,38 e E 724921,83, segue até o Ponto 176 de coordenadas N 8251355,81 e E 724917,89, segue até o Ponto 177 de coordenadas N 8251322,29 e E 724867,14, segue até o Ponto 178 de coordenadas N 8251361,27 e E 724852,69, segue até o Ponto 179 de coordenadas N 8251367,02 e E 724835,03, segue até o Ponto 180 de coordenadas N 8251376,09 e E 724830,08, segue até o Ponto 181 de coordenadas N 8251373,61 e E 724823,00, segue até o Ponto 182 de coordenadas N 8251402,05 e E 724794,54, segue até o Ponto 183 de coordenadas N 8251424,50 e E 724771,59, segue até o Ponto 184 de coordenadas N 8251461,81 e E 724751,00, segue até o Ponto 185 de coordenadas N 8251483,32 e E 724757,09, segue até o Ponto 186 de coordenadas N 8251495,75 e E 724739,86, segue até o Ponto 187 de coordenadas N 8251533,81 e E 724721,29, segue até o Ponto 188 de coordenadas N 8251559,08 e E 724720,30, segue até o Ponto 189 de coordenadas N 8251594,86 e E 724711,99, segue até o Ponto 190 de coordenadas N 8251606,81 e E 724716,90, segue até o Ponto 191 de coordenadas N 8251622,85 e E 724712,00, segue até o Ponto 192 de coordenadas N 8251636,55 e E 724709,65, segue até o Ponto 193 de coordenadas N 8251660,27 e E 724698,02, segue até o Ponto 194 de coordenadas N 8251672,81 e E 724687,12, segue até o Ponto 195 de coordenadas N 8251688,68 e E 724634,41, segue até o Ponto 196 de coordenadas N 8251727,40 e E 724624,97, segue até o Ponto 197 de coordenadas N 8251735,42 e E 724618,48, segue até o Ponto 198 de coordenadas N 8251746,68 e E 724581,24, segue até o Ponto 199 de coordenadas N 8251775,72 e E 724594,88, segue até o Ponto 200 de coordenadas N 8251779,32 e E 724591,82, segue até o Ponto 201 de coordenadas N 8251782,11 e E 724588,12, segue até o Ponto 202 de coordenadas N 8251787,98 e E 724568,07, segue até o Ponto 203 de coordenadas N 8251795,22 e E 724556,88, segue até o Ponto 204 de coordenadas N 8251796,03 e E 724553,30, segue até o Ponto 205 de coordenadas N 8251775,31 e E 724505,83, segue até o Ponto 206 de coordenadas N 8251782,48 e E 724468,25, segue até o Ponto 207 de coordenadas N 8251754,51 e E 724407,27, segue até o Ponto 208 de coordenadas N 8251741,16 e E 724377,07, segue até o Ponto 209 de coordenadas N 8251737,19 e E 724342,38, segue até o Ponto 210 de coordenadas N 8251737,10 e E 724312,74, segue até o Ponto 211 de coordenadas N 8251729,37 e E 724282,66, segue até o Ponto 212 de coordenadas N 8251737,80 e E 724258,97, segue até o Ponto 213 de coordenadas N 8251737,81 e E 724258,95, segue até o Ponto 214 de coordenadas N 8251742,24 e E 724204,72, segue até o Ponto 215 de coordenadas N 8251746,81 e E 724164,98, segue até o Ponto 216 de coordenadas N 8251761,44 e E 724139,77, segue até o Ponto 217 de coordenadas N 8251789,35 e E 724136,92, segue até o Ponto 218 de coordenadas N 8251795,03 e E 724130,00, segue até o Ponto 219 de coordenadas N 8251816,18 e E 724118,71, segue até o Ponto 220 de coordenadas N 8251826,37 e E 724109,61, segue até o Ponto 221 de coordenadas N 8251831,28 e E 724090,48, segue até o Ponto 222 de coordenadas N 8251885,81 e E 724059,35, segue até o Ponto 223 de coordenadas N 8251885,80 e E 724037,77, segue até o Ponto 224 de coordenadas N 8251906,77 e E 724013,80, segue até o Ponto 225 de coordenadas N 8251928,10 e E 723981,91, segue até o Ponto 226 de coordenadas N 8251972,29 e E 723967,09, segue até o Ponto 227 de coordenadas N 8252000,91 e E 723936,37, segue até o Ponto 228 de coordenadas N 8252055,86 e E 723893,72, segue até o Ponto 229 de coordenadas N 8252072,32 e E 723865,81, segue até o Ponto 230 de coordenadas N 8252085,69 e E 723837,17, segue até o Ponto 231 de coordenadas N 8252114,61 e E 723805,28, segue até o Ponto 232 de coordenadas N 8252115,11 e E 723791,56, segue até o Ponto 233 de coordenadas N 8252088,33 e E 723782,35, segue até o Ponto 234 de coordenadas N 8252113,24 e E 723762,05, segue até o Ponto 235 de coordenadas N 8252158,25 e E 723771,40, segue até o Ponto 236 de coordenadas N 8252272,87 e E 723821,12, segue até o Ponto 237 de coordenadas N 8252314,97 e E 723845,14, segue até o Ponto 238 de coordenadas N 8252300,30 e E 723871,79, segue até o Ponto 239 de coordenadas N 8252266,38 e E 723933,39, segue até o Ponto 240 de coordenadas N 8252138,00 e E 723868,80, segue até o Ponto 241 de coordenadas N 8252136,22 e E 723870,76, segue até o Ponto 242 de coordenadas N 8252125,47 e E 723893,80, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

A Área 2 da RPPN do imóvel Fazenda Amigos da Serra dos Pirineus inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 8250848,61 e E 725065,78, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 8250830,81 e E 725105,43, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 8250855,90 e E 725200,90, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 8250838,96 e E 725229,53, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 8250833,65 e E 725251,47, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 8250812,33 e E 725275,71, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 8250803,26 e E 725286,01, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 8250763,20 e E 725298,28, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 8250719,55 e E 725286,33, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 8250695,71 e E 725279,80, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 8250646,67 e E 725338,51, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 8250638,27 e E 725348,57, segue até o Ponto 13 de coordenadas N 8250640,70 e E 725420,58, segue até o Ponto 14 de coordenadas N 8250602,34 e E 725435,66, segue até o Ponto 15 de coordenadas N 8250563,97 e E 725450,75, segue até o Ponto 16 de coordenadas N 8250512,10 e E 725397,82, segue até o Ponto 17 de coordenadas N 8250500,72 e E 725386,21, segue até o Ponto 18 de coordenadas N 8250443,68 e E 725357,89, segue até o Ponto 19 de coordenadas N 8250386,64 e E 725370,03, segue até o Ponto 20 de coordenadas N 8250336,09 e E 725417,12, segue até o Ponto 21 de coordenadas N 8250325,76 e E 725416,87, segue até o Ponto 22 de coordenadas N 8250302,56 e E 725428,10, segue até o Ponto 23 de coordenadas N 8250292,78 e E 725437,80, segue até o Ponto 24 de coordenadas N 8250261,99 e E 725521,85, segue até o Ponto 25 de coordenadas N 8250205,63 e E 725537,51, segue até o Ponto 26 de coordenadas N 8250188,96 e E 725525,67, segue até o Ponto 27 de coordenadas N 8250116,78 e E 725388,85, segue até o Ponto 28 de coordenadas N 8250441,96 e E 725123,88, segue até o Ponto 29 de coordenadas N 8250497,70 e E 725078,46, segue até o Ponto 30 de coordenadas N 8250503,97 e E 725073,35, segue até o Ponto 31 de coordenadas N 8250555,65 e E 725031,24, segue até o Ponto 32 de coordenadas N 8250801,78 e E 724830,69, segue até o Ponto 33 de coordenadas N 8250872,48 e E 725045,55, segue até o Ponto 34 de coordenadas N 8250848,61 e E 725065,78, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

A Área 3 da RPPN do imóvel Fazenda Amigos da Serra dos Pirineus inicia-se no Ponto 1 de coordenadas N 8251461,44 e E 724528,44, segue até o Ponto 2 de coordenadas N 8251443,97 e E 724554,65, segue até o Ponto 3 de coordenadas N 8251442,90 e E 724597,21, segue até o Ponto 4 de coordenadas N 8251391,85 e E 724612,83, segue até o Ponto 5 de coordenadas N 8251351,13 e E 724464,39, segue até o Ponto 6 de coordenadas N 8251285,13 e E 724508,18, segue até o Ponto 7 de coordenadas N 8251266,98 e E 724451,62, segue até o Ponto 8 de coordenadas N 8251541,84 e E 724227,65, segue até o Ponto 9 de coordenadas N 8251607,89 e E 724309,22, segue até o Ponto 10 de coordenadas N 8251505,95 e E 724460,88, segue até o Ponto 11 de coordenadas N 8251466,31 e E 724521,06, segue até o Ponto 12 de coordenadas N 8251461,44 e E 724528,44, seguindo até o Ponto 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º A RPPN Amigos da Serra dos Pirineus será administrada por sua proprietária Associação Amigos da Serra dos Pirineus.

Parágrafo único: O administrador referido no caput será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n°6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 32/SE/MME, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.675, de 02 de janeiro de 2019, e tendo em vista o disposto na Portaria GM/MME nº 11, de 08 de janeiro de 2020, e o que consta do Processo nº 48330.000182/2022-27, resolve:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Portarias editadas no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia:

I - Portaria SE/MME nº 453, de 29 de setembro de 2005;
II - Portaria SE/MME nº 493, de 22 de dezembro de 2009;
III - Portaria SE/MME nº 2, de 4 de março de 2011;
IV - Portaria SE/MME nº 4, de 1º de abril de 2011;
V - Portaria SE/MME nº 3, de 15 de março de 2012; e
VI - Portaria SE/MME nº 4, de 15 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HAILTON MADUREIRA DE ALMEIDA

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

ATO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Outorga de Concessão de Lavra. (Cód. 4.00)
Os processos serão remetidos à Agência Nacional de Mineração.

27203.832397/1987 - Portaria Nº 386/SGM/MME - Mineração Curimbaba Ltda - Bauxita - Simonésia - Minas Gerais, numa área de 1.000,00 hectares.

48403.833476/2012 - Portaria Nº 387/SGM/MME - Mosaic Fertilizantes P&K Ltda - Fosfato - Tapira - Minas Gerais - 10,48 hectares.

27209.890126/2000 - Portaria Nº 388/SGM/MME - Naturalda Mineração Ltda - Água Mineral - Nova Friburgo - Rio de Janeiro - 20,08 hectares.

48403.831766/2013 - Portaria Nº 389/SGM/MME - Lmp Mineração Eireli - Minério de Ouro e Areia - Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado - Minas Gerais - 160,06 hectares.

27203.831307/2000 - Portaria Nº 390/SGM/MME - Sancho Agropecuária Ltda - Água Mineral - Brasília de Minas - Minas Gerais - 50,00 hectares.

48402.820518/2011 - Portaria Nº 391/SGM/MME - Caravaggio Distribuidora de Água Ltda ME - Água Mineral - São Luiz do Paraitinga - São Paulo - 49,91 hectares.

LILIA MASCARENHAS SANT'AGOSTINO
Secretária

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.825/SPE/MME, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, incisos I e II, da Portaria nº 692/GM/MME, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 4º da Portaria nº 318/GM/MME, de 1º de agosto de 2018, no 4º da Portaria nº 364/GM/MME, de 13 de setembro de 2017, e no Edital do Leilão nº 01/2022-ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.007470/2022-11. Interessada: Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 36.257.187/0001-50. Objetos: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI e aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de transmissão de energia elétrica, correspondente ao Lote 11 do Leilão nº 01/2022-ANEEL (Contrato de Concessão nº 16/2022-ANEEL, de 30 de setembro de 2022), de titularidade da interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível nos endereços eletrônicos https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1 e https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.826/SPE/MME, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria nº 692/GM/MME, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 5º da Portaria nº 245/GM/MME, de 27 de junho de 2017, resolve:

Processo nº 48340.003895/2022-23. Interessada: CELG Distribuição S.A. - CELG D, inscrita no CNPJ sob o nº 01.543.032/0001-04. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento em infraestrutura de distribuição de energia elétrica (2021 a 2023) que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com participação financeira de terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2022, de titularidade da interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/secretaria-executiva/projetos-prioritarios-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1754/SPE/MME, de 01 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 208, de 03 de novembro de 2022, Seção 1, página 114, onde se lê: "II - recolher, com início no dia vinte do mês subsequente ao da publicação desta Portaria,", leia-se: "II - recolher, com início no dia vinte do mês de início do prazo de prorrogação de que trata o art. 1º desta Portaria,".

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

PORTARIA Nº 6.790, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 16 do Anexo à Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, de acordo com deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, e o que consta dos autos do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Fixar a distribuição dos quantitativos de cargos comissionados da ANEEL, conforme quadro abaixo:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO COMISSIONADO DE	CÓDIGO	QUANTITATIVO
DIREÇÃO	CD I	01
	CD II	04
GERÊNCIA EXECUTIVA	CGE I	19
	CGE II	03
	CGE III	19
	CGE IV	13
ASSESSORIA	CA I	04
	CA II	07
	CA III	14
ASSISTÊNCIA	CAS II	02
TÉCNICO	CCT V	18
	CCT IV	92
	CCT III	01
	CCT II	46
	CCT I	52

Art. 2º O custo total dos cargos comissionados, com as alterações, passa a ser de R$ 1.371.774,70 (um milhão, trezentos e setenta e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e setenta centavos), inferior ao valor de R$ 1.377.578,83 (um milhão, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos) definido pela Lei nº 9.986/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

PORTARIA Nº 6.791, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições, de acordo com deliberação da Diretoria, considerando o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e o que consta dos autos do Processo nº 48500.005986/2005-23, resolve:

Art. 1º Efetivar as seguintes alterações na estrutura de cargos em comissão da Assessoria da Diretoria (ASD):

I - - extinguir 1 Cargo Comissionado de Assessoria CA I
II - extinguir 3 Cargos Comissionados Técnicos CCT V;
III - criar 2 Cargo Comissionado de Assessoria CA II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.218, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.002388/2022-92. Interessado: Pan Partners Administração Patrimonial S.A. Decisão: registrar a compatibilidade do Sumário Executivo com os Estudos de Inventário Hidrelétrico e com o uso do potencial hidráulico por meio da emissão de DRS-PCH do Projeto Básico da PCH Cerrado, com 16.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.060275-2.01, localizada no rio Sacre, integrante da sub-bacia 17, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, cuja casa de força localiza-se no município de Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.270, de 16 de novembro de 2022, constante no Processo nº 48500.003616/2003-71, publicado no DOU nº 218, de 21 de novembro de 2022, Seção 1, página 47, onde se lê "PCH.PH.SP.029207-4-02", leia-se "PCH.PH.SP.029204-4-02". A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.341, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.029, de 25 de julho de 2022, e considerando o que consta do Processo nº 48500.003431/2020-75, decide liberar a unidade geradora UG1, de 6.200,00 kW, da EOL Tucano X, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG EOL.CV.BA.032584-8.01, localizada no município de Tucano no estado da Bahia, de titularidade da Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A., para início da operação em teste a partir de 23 de novembro de 2022.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 3.311, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.008152/2022-60, resolve por: (i) dar provimento à reclamação interposta pela empresa Edgar Moutinho de Souza - ME, CNPJ nº 66.311.945/0001-32; (ii) determinar que a Neoenergia Coelba Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, CNPJ nº 15.139.629/0001-94 efetue a devolução, em dobro, dos valores faturados a maior, nos termos do inciso II do artigo 113 da Resolução Normativa nº 414/2010, alterado pelo Despacho ANEEL nº 18, de 4 de janeiro de 2019, no período de 24/09/2010 a 25/08/2016, decorrente do erro de classificação da unidade consumidora nº 35620192, descontados os valores já devolvidos; (iii) determinar à Neoenergia Coelba enviar aos representantes do consumidor o detalhamento dos cálculos dos valores devolvidos, conforme art. 133 da REN nº 414/2010, discriminando os valores faturados incorretamente, atualização e juros incidentes; e (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 3.200, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

Processos nº: 48500.001167/2003-17; 48500.001676/2004-11; 48500.002894/2005-09; e 48500.003706/2006-13. Interessado: Empresa Sociedade Fluminense de Energia (Petrobras) CNPJ: 33.000.167/0001-01. Decisão: (i) reconhecer os investimentos referentes à realização dos projetos do Programa de P&D dos ciclos 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006 da empresa Sociedade Fluminense de Energia (Petrobras), no valor total de R$ 5.705.842,91 (cinco milhões, setecentos e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos); e (ii) declarar o encerramento desses ciclos. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br/.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 3.342, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 1.009, de 2022, no Submódulo 11.1 do PRORET, no Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP - CCVEE n° 001/2020 e o que consta no Processo nº 48500.002377/2020-41, resolve aprovar o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP - CCVEE n° 001/2020 celebrado entre a Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacuí - CERTAJA Energia, cadastrada no CPNJ sob o nº 97.839.922-0001-29, e a vendedora ELECTRA Comercializadora de Energia Ltda., cadastrada no CNPJ sob o nº 04.518.259/0001-80, exceto os novos montantes de energia fixados para os meses de janeiro a abril de 2022, período para o qual permanece em vigor a distribuição estabelecida nos instrumentos contratuais antecedentes.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 103/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.643/2016-LB TRANSPORTE E MINERACAO LTDA-OF. N°52948/2022/DIOUT-SC/ANM
815.119/2020-GILMAR GOULART MARIA-OF. N°53628/2022/DIFIS-SC/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.098/2016-ALEXANDRO OLIVEIRA SOARES- Alvará n°1154/2018 - Cessionario:815.293/2022-Abecker Infraestrutura Ltda- CPF ou CNPJ 07.847.003/0001-04
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
815.374/2017-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-AI N°6581/2022/DIFIS-SC/ANM
815.501/2017-JANDER DE OLIEIRA SCHEFFER-AI N°6582/2022/DIFIS-SC/ANM
815.360/2017-PEDRITA PLANEJAMENTO E CONSTRUCAO LTDA-AI N°6583/2022/DIFIS-SC/ANM
815.477/2017-CERAMICA SANTA TEREZINHA STEILEIN LTDA-AI N°6700/2022/DIFIS-SC/ANM
815.263/2017-GUILHERME FISCHER-AI N°6698/2022/DIFIS-SC/ANM
815.540/2017-JORGE LUIZ GRUNSCHY-AI N°6696/2022/DIFIS-SC/ANM
815.469/2017-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP-AI N°6695/2022/DIFIS-SC/ANM
815.357/2017-ALEXIS SUREN TCHOLAKIAN MORALES-AI N°6694/2022/DIFIS-SC/ANM
815.460/2017-ALENCAR LOCH LOCATELLI-AI N°6448/2022/DIFIS-SC/ANM
815.315/2017-BRITAGEM VOGELSANGER LTDA-AI N°6445/2022/DIFIS-SC/ANM
815.419/2017-RODRIGO CUSTODIO LINO ME-AI N°6446/2022/DIFIS-SC/ANM
815.375/2017-LIBIDUS HOTELARIA LTDA EPP-AI N°6584/2022/DIFIS-SC/ANM
815.375/2017-LIBIDUS HOTELARIA LTDA EPP-AI N°6584/2022/DIFIS-SC/ANM
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
815.667/2012-SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.145/1981-ALTO VALE DE MINERAÇAO LTDA ME-OF. N°53062/2022/DIOUT-SC/ANM
815.054/1994-CONSTRUTORA FETZ LTDA-OF. N°53223/2022/DIFIS-SC/ANM
815.058/1994-CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA-OF. N°52185/2022/DIOUT-SC/ANM
815.151/2000-CEMAN COMÉRCIO DE AREIA EIRELI-OF. N°53939/2022/DIOUT-SC/ANM
815.012/2013-RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°5852/2022/DIFAM-SC/ANM
815.606/2018-TRANSMAC COMERCIO E TRANSPORTES LTDA-OF. N°54000/2022/DIOUT-SC/ANM
815.620/2004-BOM JESUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°53616/2022/DIOUT-SC/ANM
815.597/2005-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°54228/2022/DIOUT-SC/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.054/1994-CONSTRUTORA FETZ LTDA- Fonte Tílias, marca Treze Tílias: embalagens descartáveis 500 mL com e sem gás, 1,5 L, 5 L e 10 L; embalagem retornável 20 L- TREZE TÍLIAS/SC
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
815.620/2004-BOM JESUS MINERAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°19113/2022/GER-SC/ANM (prazo: 60 dias)
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total da concessão de lavra(422)
801.070/1975-MINERAÇÃO BLUMENAUENSE LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.442/2004-VIATEC ANALISES TECNICAS EIRELI-OF. N°53310/2022/DIOUT-SC/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.170/2013-AGRO INDUSTRIAL SIMETTE LTDA- Registro de Licença N° 1681, de 2015 - Vencimento em 30/03/2032
815.018/1983-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 076, de 22/06/1983 - Vencimento em 21/02/2026
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
815.202/2020-WESTROCK, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA
815.667/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA
815.668/2017-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
815.130/2012-MINERAÇÃO RIO TESTO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA EIRELI- Cessionário:VIATEC ANALISES TECNICAS EIRELI- CNPJ 19.116.124/0001-65- Registro de Licença N° 1540/2022- Vencimento da Licença: 19/07/2024
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.189/2005-LB TRANSPORTE E MINERACAO LTDA-OF. N°53122/2022/DIOUT-SC/ANM
815.591/2012-LB TRANSPORTE E MINERACAO LTDA-OF. N°52960/2022/DIOUT-SC/ANM
815.121/1989-CUBATAO DRAGAGENS LTDA-OF. N°53117/2022/DIOUT-SC/ANM
815.782/2002-MPM MADRE PAULINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°52135/2022/DIFIS-SC/ANM
815.101/1986-CUBATAO DRAGAGENS LTDA-OF. N°53289/2022/DIOUT-SC/ANM
815.244/1998-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA SANTA ANA LTDA-OF. N°53469/2022/DIOUT-SC/ANM
816.093/1995-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA SANTA ANA LTDA-OF. N°53718/2022/DIOUT-SC/ANM
815.797/2010-INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJOLOS SAO PAULO LTDA EPP-OF. N°53955/2022/DIOUT-SC/ANM
815.506/2010-COMERCIO E EXTRACAO DE AREIA SANTA ANA LTDA-OF. N°53879/2022/DIOUT-SC/ANM
815.329/2001-PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA FALCHETTI LTDA-OF. N°54089/2022/DIOUT-SC/ANM
815.203/2017-KREBS GEOLOGIA, ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA-OF. N°54267/2022/DIOUT-SC/ANM
815.122/2014-NAJA TERRAPLENAGEM LTDA ME-OF. N°54155/2022/DIOUT-SC/ANM e 54158/2022/DIOUT-SC/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
816.005/2013-GRANDHIS ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA ME- Alvará de Pesquisa n° 238/2014 - Cessionário: G.r. Mineradora de Areia Ltda- CNPJ 85.190.668/0001-00
815.026/2014-RENALDO ROSA- parte do Alvará de Pesquisa n° nº 1103/2011 - Cessionário: Santa Rosa Extração de Areia LTDA- CNPJ 82.791.864/0001-33
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.559/2021-MEYER COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA-OF. N°53266/2022/DIOUT-SC/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.107/2022-MUNICIPIO DE TIJUCAS-OF. N°53781/2022/DIOUT-SC/ANM

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 107/2022

Fase de Concessão de Lavra
Retificação de despacho(1389)
815.695/2005-MINERAÇÃO RIO MORTO LTDA - Publicado DOU de 17/11/2022, Relação n° 100/2022, Seção I, pág. - Onde se lê: " Termino do arrendamento: 60 (sessenta) meses desde a assinatura do contrato", Leia-se: "Término do arrendamento: 22/02/2026"

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 108/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)
9200/2022-815.481/2022-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS VALE DO ITAJAÍ LTDA-
9199/2022-815.607/2021-FABSUL PAVIMENTACOES EIRELI-

JESSE OTTO FREITAS

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 83/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820054/2022-19-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820055/2022-63-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820056/2022-16-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820057/2022-52-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820058/2022-05-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820059/2022-41-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820060/2022-76-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820063/2022-18-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820064/2022-54-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820065/2022-07-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820066/2022-43-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820067/2022-98-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820068/2022-32-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.033/2010-SANTA PILAR TRANSPORTES LTDA- Alvará n°1836/2019 - Cessionario:48053.820069/2022-87-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA- CPF ou CNPJ 96.654.934/0001-16
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820101/2022-24-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820102/2022-79-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820103/2022-13-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820104/2022-68-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820105/2022-11-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820106/2022-57-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820107/2022-00-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820108/2022-46-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820109/2022-91-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820110/2022-15-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820111/2022-60-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820112/2022-12-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820113/2022-59-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820114/2022-01-Luiz Roberto Azzini- CPF ou CNPJ 129.535.208-72
820.098/2014-UNIVERSAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- Alvará n°8805/2018 - Cessionario:48053.820115/2022-48-Jose Onival Saia- CPF ou CNPJ 101.342.809-97
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.646/2016-ARATINGA DESASSOREAMENTO E MINERAÇÃO LDTA-AREIA (CONSTRUÇÃO CIVIL)-PARAIBUNA/SP
821.123/2013-IRMÃOS ROCHA PORTO FELIZ LTDA ME-AREIA (construção civil) e ARGILA (cerâmica vermelha)-PORTO FELIZ/SP
820.144/2013-JAIR BRIENE SOBRINHO-AREIA (construção civil)-ITABERÁ/SP
820.689/2014-INDÚSTRIA DE CERÂMICA COLINA LTDA. EPP-ARGILA (cerâmica vermelha)-TATUÍ/SP
821.074/2012-PORTO DE AREIA MARILIA LTDA-AREIA (contrução civil)-MARÍLIA/SP
820.526/1992-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-ARGILA-CAPÃO BONITO/SP
820.465/1994-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-ARGILA-CAPÃO BONITO/SP
820.332/2017-PORTO DE AREIA PEDRA BRANCA LTDA-AREIA (construção civil)-MARÍLIA/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.548/2020-GUILHERME ESCOBAR FERRAZ NORI-OF. N°54050/2022/DIFIS-SP/ANM
820.024/2019-ANX CONSTRUTORA E COMERCIO LTDA-OF. N°54053/2022/DIFIS-SP/ANM
820.633/2007-ANA DALVA SELBER BARIONI-OF. N°54136/2022/DIFIS-SP/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1301)
820.320/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Arrendatário:MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA-Termino do arrendamento:05/02/2025
820.319/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Arrendatário:MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA.-Termino do arrendamento:05/02/2025
820.318/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Arrendatário:MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA.-Termino do arrendamento:21/06/2026
820.287/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Arrendatário:MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA.-Termino do arrendamento:21/03/2026
820.288/1995-SALIONI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.- Arrendatário:MINERAÇÃO DE AREIA VALE DO RIO GRANDE LTDA.-Termino do arrendamento:05/02/2025
Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)
820.894/2000-MINERADORA TERRA DE SANTA CRUZ LTDA- Portaria N°152/2009- DOU de 05/06/2009
820.261/1993-MAION & MAION LTDA. ME- Portaria N°71/2008- DOU de 06/05/2008
820.305/1998-MINERACAO QUATRO SIMOES LTDA- Portaria N°136/1999- DOU de 29/04/1999
820.306/1998-MINERACAO QUATRO SIMOES LTDA- Portaria N°134/1999- DOU de 29/04/1999
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
820.030/1998-MINERAÇÃO MANANCIAIS LINDOIANOS LTDA-OF. N°54024/2022/DIFIS-SP/ANM
Nega provimento a defesa apresentada(476)
820.305/1998-MINERACAO QUATRO SIMOES LTDA
820.306/1998-MINERACAO QUATRO SIMOES LTDA
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
820.306/1998-MINERACAO QUATRO SIMOES LTDA- AI Nº 882/2019/GER - SP/DIFAM - SP
820.305/1998-MINERACAO QUATRO SIMOES LTDA- AI Nº 883/2019/GER - SP/DIFAM - SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
821.285/1995-MINERADORA DELFIM MOREIRA LTDA EPP-OF. N°54131/2022/DIFIS-SP/ANM
008.703/1962-INOCÊNCIO PINTO RIBEIRO-OF. N°54320/2022/DIFIS-SP/ANM
Indefere pedido de área de servidão(434)
824.255/1972-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
821.104/1995-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
821.342/1999-INDUSTRIA E COMERCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA- AI N° 6724/2022/DIFIS-SP/ANM
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
820.028/2014-ENGEPAC BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- Cessionário:EXTRAMIX - CONCRETO LTDA- CNPJ 11.517.262/0001-44- Registro de Licença N° 3431 de 2015- Vencimento da Licença: 25/05/2027

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 39/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
878.056/2016-RICARDO OLIVEIRA GALLART DE MENEZES- Cessionário:Nexon Mineração SA- CPF ou CNPJ 33.761.060/0001-86- Alvará n°9139/2016
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.053/2002-CONCESSIONARIA ENTRE RIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°53260/2022/SEOUFI-SE/ANM
878.013/2002-MINERADORA SÃO CRISTÓVÃO LTDA-OF. N°54006/2022/SEOUFI-SE/ANM

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO AMAZONAS

DESPACHO
Relação nº 21/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
880.080/2020-PAULO CELSO DE ALMEIDA- Cessionário:Cooperativa de Trabalho dos Mineradores do Pará e do Amazonas - COMPAM.- CPF ou CNPJ 36.806.116/0001-60- Alvará n°2682/2021
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
880.786/2008-VERDE FERTILIZANTES LTDA
880.025/2003-EDVAN MATIAS BARBOZA
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
880.050/2015-PABLO ROBERTO DE SOUZA PAES- Registro de Licença N° 19/2017 - Vencimento em 22/07/2023
880.011/2016-LUIZ JOSÉ HOLANDA DOS REIS- Registro de Licença N° 24/2017 - Vencimento em 09/11/2025
880.413/2007-NAVEGACAO ANA CAROLINA LTDA- Registro de Licença N° 388/2009 - Vencimento em 08/11/2024
880.123/2016-DARK RODRIGUES FREIRE- Registro de Licença N° 16/2017 - Vencimento em 15/07/2023
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Despacho publicado(2069)
880.088/2019-COOPERATIVA EXTRATIVISTA MINERAL DOS GARIMPEIROS DE APUI - CEMGA-Suspensão por decisão Judicial - ACP n° 1003646-43.2017.4.01.3200
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
880.172/2022-VALTEIDE MORENO BARBOSA LTDA-OF. N°53403/2022
880.124/2014-AGUINALDO PIMENTA SIQUEIRA-OF. N°53610/2022

GERT RODOLFO WOELTJE
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE ORDENAMENTO MINERAL E DISPONIBILIDADE DE ÁREAS

ALVARÁ Nº 2.629, DE 2 DE ABRIL DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48062.870258/2022-91-O REI DO CIMENTO - TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI (Documento SEI:)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

ALVARÁ Nº 3.279, DE 28 DE ABRIL DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O Superintendente de Pesquisa e Recursos Minerais DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 31/2020 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48065.800243/2022-36-MINERACAO BRACHI LTDA (Documento SEI: 3963393)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48052.810178/2022-04-MARIOT PARTICIPACOES LTDA (Documento SEI: 3882770)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48053.820301/2020-15-Geovane Alves Simões (Documento SEI:)

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 9.144, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.831428/2022-11-MINERADORA S E LTDA (Documento SEI: 5544650)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE BARRAGENS DE MINERAÇÃO- EIXO CENTRAL/MG

DESPACHO
Relação nº 19/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina o embargo da barragem de mineração.(2515)
BARRAGEM CALCINADOS - AUTO DE EMBARGO Nº 72/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-C/SEFBM-C - BARRAGEM COCURUTO - AUTO DE EMBARGO Nº 73/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-C/SEFBM-C - BARRAGEM RAPAUNHA - AUTO DE EMBARGO Nº 74/2022/DIRC/SBM-ANM/COPGBM-C/SEFBM-C-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-000.322/1973
Determina cumprimento de exigência técnica de barragem - Prazos estabelecidos em ofício:(2890)
BARRAGEM TURMALINA-MINERACAO SERRAS DO OESTE EIRELI-812.003/1975-OF. N°54328/2022/SEFBM-C/ANM

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ
Coordenador

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 894, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece os coeficientes de correção da densidade (massa específica) e do volume dos derivados de petróleo.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e no art. 45. da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, com base no Processo nº 48610.205397/2021-13 e nas deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece, para uso na comercialização dos derivados do petróleo, o coeficiente de correção para temperatura de 20°C, da densidade (massa específica) e do volume daqueles produtos.

Parágrafo único. Os coeficientes de que se trata o caput estão disponíveis no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp) nas seguintes tabelas:

I - Tabela I - Conversão da densidade observada para densidade a 20 °C; e

II - Tabela II - Correção de volume para 20 °C.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CNP nº 6, de 25 de junho de 1970.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO ANP Nº 895, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações do querosene de aviação de alto ponto de fulgor, especial para a Marinha do Brasil e do óleo combustível marítimo para turbinas, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto à Marinha do Brasil.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece a especificação do querosene de aviação de alto ponto de fulgor, especial para a Marinha do Brasil e a especificação do óleo combustível marítimo para turbinas (OCMT) , consoante as disposições contidas no Anexo, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam os produtos com a Marinha do Brasil.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A comercialização e o transporte de óleo combustível marítimo para turbinas de especificações diversas daquela indicada pela Tabela I do Anexo é permitida, desde que haja acordo entre as partes envolvidas, sem prejuízo de atendimento a outros regulamentos da ANP.

Art. 3º A Tabela II do Anexo deverá ser observada pelas refinarias e pelos distribuidores de combustíveis de aviação.

Art. 4º As análises de OCMT deverão ser realizadas em amostra representativa obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis - Amostragem manual; ou

II - ASTM D4057: Standard Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 5º Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos na Tabela II do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para a aceitação das determinações em duplicata do ensaio, não devendo ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

Parágrafo único. No caso de serem realizadas determinações múltiplas, deverá ser usada a média dos resultados.

Art. 6º As características presentes nas especificações contidas na Tabela I e II do Anexo deverão ser determinadas conforme a publicação mais recente de cada método de ensaio adotado.

Art. 7º Um dos inibidores de oxidação relacionados na Tabela III do Anexo deverá ser adicionado ao querosene de aviação de alto ponto de fulgor, especial para a Marinha do Brasil, imediatamente após seu processamento, em uma proporção de 17,2 a 24,0mg/L.

Art. 8º O desativador de metal N, N` disalicilideno-1,2 propanodiamina deverá ser adicionado ao querosene de aviação de alto ponto de fulgor, especial para a Marinha do Brasil, em um teor menor que 5,8mg/L.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Ficam revogadas:

I - a Resolução CNP nº 9, de 31 de março de 1987; e

II - a Resolução ANP nº 20, de 19 de junho de 2012.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem os arts. 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º da Resolução nº 895, de 18 de novembro de 2022)

Tabela I - Especificações do óleo combustível marítimo para turbinas.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE	MÉTODO (1)	
			ABNT NBR	ASTM
Aparência (2)		Passa	14954	D4176
Número de cetano, mín.		47	-	D613
Destilação: ponto final, máx.	°C	385	7125	D86
Ponto de fulgor, mín.	°C	66	14598	D93
Ponto de fluidez, máx.	°C	6	11349	D97
Ponto de névoa, máx.	°C	1	11346	D2500
Viscosidade cinemática a 40°C,	mm²/s	1,7 a 4,5	10441	D445
Resíduo de carbono dos 10% finais, máx.	% massa	0,20	15586	D524
Enxofre total, máx.	% massa	1,00	14533	D2622 D4294 D5453
Corrosividade ao cobre (2h a 100°C), máx.		1	14359	D130
Cor ASTM, máx.		3,0	14483	D1500 D6045
Cinzas, máx.	% massa	0,010	9842	D482
Contaminação por partículas, máx.	mg/litro	anotar	-	D6217 D5452
Densidade a 20°C, máx.	kg/m³	anotar	7148	D1298 D4052
Demulsividade a 25°C, máx.	min	10	14172	D1401
Acidez total, máx.	mg KOH/g	0,10	14448	D664 D974
Água, máx.	mg/kg	500	11348	D6304
Sedimentos, máx.	% massa	0,01	14938	D473
Estabilidade à oxidação: insolúveis totais, máx.	g/m³	25,0	-	D2274
Vanádio	mg/kg	0,5	-	D3605
Sódio + Potássio, máx.	mg/kg	0,5	-	D3605

Tabela II - Especificações do querosene de aviação de alto ponto de fulgor, especial para a Marinha do Brasil.

CARACTERÍSTICAS	LIMITES	MÉTODO (1)		
		ABNT NBR	ASTM	IP
Aparência (método visual)	(3)	-	-	-
Cor, Saybolt	anotar	-	-	-
Corrosividade à lâmina de cobre, 2h a 100°C, máx.	1b	-	D130	-
Corrosividade à lâmina de prata, 4h a 50°C, máx.	2	-	-	227
Destilação, °C				
Ponto ebulição inicial	anotar	-	D86	-
10% recuperados, máx.	205			
20% recuperados, máx.	anotar			

50% recuperados, máx.	anotar			
90% recuperados, máx.	anotar			
ponto Final, máx.	290			
resíduo, % em volume, máx.	1,5			
Perdas, % em volume, máx.	1,5			
Enxofre mercaptídico, % em massa, máx.	0,003	6298	D3227	-
Enxofre total % em massa, máx.	0,40	-	D1266 D2622	-
Estabilidade térmica				
Diferencial de pressão no filtro, mmHg, máx.	25	-	D3241	-
código de depósito no pré-aquecedor, menor do que	3			
Goma atual, mg/100ml, máx.	7	-	D381	-
Índice modificado de separação de água, mín.	85	-	D2550	-
Densidade kg/L, a 15°C	0,788 a 0,845	7148	D1298	-
Acidez total, mg KOH/g, máx.	0,015	-	D3242	-
Aromáticos, % em volume máx.	25,0	-	D1319	-
Olefinas, % em volume, máx.	5,0	-	D1319	-
Ponto de congelamento, °C, máx.	34	7975	D2386	-
Ponto de Fuligem, mm, mín.	19	-	D1322	-
Ponto de Fulgor, °C, mín.	60	7974	D56	-
Produto ponto de anilina x densidade API, min.	4500	7148	D611 D1298	-
Sólidos totais, mg/L, máx.	1,0	-	-	-
Tolerância à água				
na interface, máx.	1b	6577	D1094	-
separação, máx.	2			
Viscosidade a 20°C, cSt, máx.	8,5	-	D445	-
Cobre, µg/kg, máx. (4)	150	-	-	225

Observação:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ASTM International (ASTM) e do Institute of Petroleum (IP).

(2) Indicar se o ensaio foi realizado em campo ou no laboratório e a temperatura da amostra.

(3) Claro e límpido, isento de material sólido e de água não dissolvida, em temperatura ambiente normal.

(4) Aplica-se somente na refinaria, quando o combustível tiver sido submetido ao adoçamento por cobre.

Tabela III - Inibidores de oxidação para adição ao querosene de aviação de alto ponto de fulgor, especial para a Marinha do Brasil

2.6 - ditert-butilfenol
2,4 - dimetil-6-tert-butilfenol
75% min. 2,6 - ditert-butilfenol 25% máx. terciário e tritert-butilfenóis
55% min. 2,4 - dimetil-6-tert-butilfenol 45% máx. mistura de butilfenóis terciários e ditert-butilfenóis
60% min. 80% máx. 2,6 - dialquilfenóis 20% min. 40% máx. mistura de 2,3,6-trialquilfenóis e 2,4,6-trialquilfenóis
35% min. 4-metil-2,6-ditert-butilfenol 65% máx. mistura de metil, etil e dimetil tert-butilfenóis
60% min. 2,4-ditert-butilfenol 40% máx. mistura de butilfenóis terciários
30% min. mistura de 2,3,6-trimetilfenol e 2,4,6-trimetilfenol 70% máx, mistura de dimetilfenóis
65% min. mistura de 2,4,5-tri-isopropilfenol e 2,4,6-tri-isopropilfenol 35% máx. mistura de outros isopropilfenóis e difenóis
55% min. etilfenóis butilados 45% máx. metil e dimetil fenóis butilados

RESOLUÇÃO ANP Nº 896, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Classifica como derivados básicos os hidrocarbonetos obtidos através do refino do petróleo de poço ou de xisto e as frações recuperáveis do gás natural.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e no art. 45. da Lei nº 9.784, de 20 de janeiro de 1999, com base no Processo nº 48610.205397/2021-13 e nas deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Esta resolução classifica como derivados básicos os hidrocarbonetos obtidos através do refino do petróleo de poço ou de xisto e as frações recuperáveis do gás natural, relacionados a seguir:

I - gás liquefeito de petróleo;

II - gasolinas;

III - naftas;

IV - querosenes;

V - óleo diesel;

VI - gasóleos; e

VII - óleos combustíveis.

Art. 2º Fica revogada a Portaria ANP nº 152, de 15 de outubro de 1998.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO ANP Nº 898, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece as obrigações do revendedor varejista de combustíveis automotivos quanto ao controle de qualidade dos combustíveis automotivos líquidos e dá outras providências.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece os procedimentos do controle da qualidade dos combustíveis automotivos líquidos adquiridos pelo revendedor varejista de combustíveis automotivos, doravante denominado de revendedor varejista, para comercialização.

Art. 2º O revendedor varejista poderá receber no posto revendedor somente combustível automotivo líquido de caminhão-tanque cujos compartimentos de entrada e saída, bocais de entrada ou escotilha superior e válvulas dos bocais de descarga estejam lacrados.

§ 1º A obrigatoriedade de lacrar os dispositivos do caminhão-tanque mencionados no caput será do agente responsável pela venda do produto diretamente ao revendedor varejista.

§ 2º Quando o combustível for adquirido pelo distribuidor de combustíveis líquidos ou transportador-revendedor-retalhista e não for armazenado em suas instalações antes da entrega ao revendedor varejista, a obrigatoriedade de lacrar os dispositivos do caminhão-tanque será de quem comercializa o produto a esses agentes.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA QUALIDADE

Art. 3º O revendedor varejista fica obrigado a coletar amostra-testemunha para efetuar as análises da qualidade descritas no Anexo I, de cada compartimento do caminhão-tanque que contenha o combustível a ser recebido, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 1º Os resultados das análises da qualidade deverão ser reportados em formulário denominado "Registro de Análise da Qualidade" cujo modelo consta no Anexo I.

§ 2º O revendedor varejista poderá optar por não efetuar a análise dos combustíveis recebidos, devendo, nesse caso, preencher o Registro de Análise da Qualidade com os dados enviados pelo distribuidor de combustíveis líquidos, caso em que ficará responsável pelos dados da qualidade do produto informados pelo distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 3º No caso de recebimento de gasolina em que o revendedor varejista tenha optado pela não realização da análise, conforme disposto no § 2º, ele deverá solicitar que o distribuidor de combustíveis líquidos informe o teor de etanol anidro combustível (EAC) contido na gasolina de modo que possa ser transcrito no Registro de Análise da Qualidade.

§ 4º No caso de aquisição de etanol hidratado combustível diretamente do fornecedor de etanol ou de transportador-revendedor-retalhista em que o revendedor varejista tenha optado pela não realização da análise, conforme disposto no § 2º, o registro de análise da qualidade deverá, obrigatoriamente, ser preenchido com os dados enviados pelo fornecedor de etanol ou do transportador-revendedor-retalhista, assumindo o revendedor varejista a responsabilidade dos dados da qualidade do produto informados por aqueles.

§ 5º Os Registros de Análise da Qualidade correspondentes ao recebimento de combustível dos últimos seis meses deverão ser mantidos nas dependências do posto revendedor.

§ 6º O revendedor varejista fica obrigado a recusar o recebimento do produto caso apure qualquer não-conformidade nas análises da qualidade referidas no caput, devendo comunicar o fato ao Centro de Relações com o Consumidor, cujo telefone encontra-se disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet (http://www.gov.br/anp), no prazo máximo de vinte e quatro horas, considerando-se somente os dias úteis, e informando:

I - o tipo de combustível;

II - a data da ocorrência;

III - o número e a data de emissão da nota fiscal; e

IV - o CNPJ do emitente da nota fiscal.

Art. 4º O revendedor varejista fica obrigado a manter, nas dependências do posto revendedor, o boletim de conformidade expedido pelo distribuidor de combustíveis líquidos ou pelo transportador-revendedor-retalhista do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos seis meses.

Parágrafo único. No caso de aquisição de etanol hidratado combustível diretamente do fornecedor de etanol, o revendedor varejista fica obrigado a manter, nas dependências do posto revendedor, o certificado da qualidade, expedido pelo fornecedor do qual adquiriu o combustível, referente ao recebimento dos últimos seis meses.

Art. 5º O revendedor varejista fica obrigado a realizar as análises da qualidade mencionadas no Anexo I sempre que solicitado pelo consumidor.

CAPÍTULO III

DA COLETA DA AMOSTRA-TESTEMUNHA

Art. 6º Os procedimentos de coleta, acondicionamento, identificação e armazenamento da amostra- testemunha serão realizados de acordo com o disposto no Anexo II, obedecendo-se adicionalmente às regras de segurança estabelecidas pelos órgãos competentes.

§ 1º O transporte da amostra-testemunha desde a base de distribuição, da instalação do fornecedor de etanol hidratado combustível ou do transportador-revendedor-retalhista até o estabelecimento do posto revendedor deverá ser feito na caixa de ferramentas do caminhão-tanque.

§ 2º No transporte a que se refere o § 1º, deverão ser atendidas as exigências estabelecidas pela legislação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 7º O frasco contendo a amostra-testemunha deverá ser acondicionado em envelope de segurança confeccionado nos moldes do Anexo II.

§ 1º O envelope de segurança e o frasco para coleta deverão ser fornecidos pelo distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 2º No caso de aquisição direta de etanol hidratado combustível do fornecedor de etanol ou do transportador-revendedor-retalhista, o envelope de segurança e o frasco para coleta serão obrigatoriamente fornecidos pelo agente responsável pela venda do produto.

§ 3º O número do envelope de segurança da amostra-testemunha deverá ser indicado, em campo apropriado, na documentação fiscal referente ao produto.

§ 4º A destinação dos frascos utilizados no acondicionamento das amostras-testemunha deverá observar o disposto na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 8º A amostra-testemunha poderá ser utilizada posteriormente à ação de fiscalização de que trata o Capítulo IV, como instrumento de prova em defesa administrativa ou judicial desde que a amostra tenha sido coletada segundo os procedimentos contidos no Anexo II.

§ 1º A solicitação da análise da amostra-testemunha deverá ser apresentada no momento do encaminhamento da defesa administrativa à ANP.

§ 2º A ANP comunicará ao distribuidor de combustíveis líquidos, ao fornecedor de etanol ou ao transportador-revendedor-retalhista acerca da realização da análise da amostra-testemunha do combustível pelo qual seria supostamente responsável.

§ 3º Será facultado ao distribuidor de combustíveis líquidos, ao fornecedor de etanol ou ao transportador-revendedor-retalhista presenciar a realização da análise de que trata o § 2º, desde que informe antecipadamente à ANP.

CAPÍTULO IV

DA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 9º O revendedor varejista que for interditado em razão de produto em desacordo com a especificação terá seus equipamentos medidores lacrados e identificados pela ANP por meio de faixa contendo os dizeres "INTERDITADO PELA ANP", que assim deverão permanecer até a sua desinterdição.

Art. 10. A desinterdição dos equipamentos medidores por meio da retirada de lacres e faixas, referidos no art. 9º, poderá ser realizada somente por agente de fiscalização da ANP, de órgãos públicos conveniados ou de representante indicado pela ANP, após o atendimento dos seguintes requisitos pelo revendedor varejista:

I - submeter e obter aprovação da ANP quanto ao distribuidor de combustíveis líquidos, ao fornecedor de etanol ou ao transportador-revendedor-retalhista que efetuará a readequação do produto que esteja em desacordo com as especificações da ANP;

II - submeter e obter aprovação da ANP quanto aos procedimentos que serão adotados pelo distribuidor de combustíveis líquidos, fornecedor de etanol ou transportador-revendedor-retalhista para readequação do produto que esteja em desacordo com as especificações da ANP;

III - enviar à ANP cópia de nota fiscal de devolução ou de simples remessa de que o produto em desacordo com as especificações da ANP foi encaminhado ao distribuidor de combustíveis líquidos, fornecedor de etanol ou transportador-revendedor-retalhista para readequação; e

IV - enviar à ANP a nota fiscal e o boletim de conformidade ou o certificado da qualidade comprovando estar de posse de novo produto especificado ou declaração de que o tanque interditado estará fora de operação.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso IV, o tanque só poderá voltar a operar após a autorização da ANP.

Art. 11. O revendedor varejista deverá guardar uma amostra contraprova coletada no momento da ação de fiscalização por agente de fiscalização da ANP ou órgão público conveniado.

Parágrafo único. A retirada do lacre e a análise laboratorial que porventura o revendedor varejista deseje efetuar na amostra contraprova deverão ser presenciados por representante da ANP.

CAPÍTULO V

DOS LABORATÓRIOS PARA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

Art. 12. No âmbito dos processos administrativos instaurados pela ANP, fica autorizada a análise da amostra contraprova e da amostra-testemunha nos seguintes laboratórios:

I - no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP (CPT);

II - nos laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para os ensaios objetos das análises, com exceção dos laboratórios de propriedade de agentes regulados pela ANP ou por eles administrados;

III - nos laboratórios com contrato em vigor junto à ANP para execução dos Programas de Monitoramento da Qualidade; ou

IV - nos laboratórios que atingiram a pontuação técnica mínima exigida no contexto das Concorrências ANP nº 048/2015, nº 049/2015 e nº 050/2015, conforme lista disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet.

Art. 13. A análise de que trata o art. 12 correrá às expensas do revendedor varejista, o qual deverá apresentar, quando ainda estiver de posse, as amostras-testemunha referentes aos três últimos recebimentos de produto.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 9, de 7 de março de 2007;

II - a Resolução ANP nº 15, de 7 de junho de 2010;

III - os artigos 9º, 10, 11 e 12 da Resolução ANP nº 44, de 19 de novembro de 2013;

IV - o art. 2º da Resolução ANP nº 11, de 20 de fevereiro de 2014;

V - a Resolução ANP nº 50, de 3 de setembro de 2014;

VI - a Resolução ANP nº 16, de 7 de abril de 2016; e

VII - os artigos 1º e 2º da Resolução ANP nº 17, de 8 de abril de 2016.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO I

(a que se referem o caput e o § 1º do art. 3º e o art. 5º da Resolução ANP nº 898, de 18 de novembro de 2022)

ANÁLISE DAS AMOSTRAS

1. O controle da qualidade do combustível a ser realizado pelo revendedor compreende a análise das características listadas na Tabela abaixo:

Tabela - Características a serem analisadas por tipo de combustível

COMBUSTÍVEL	CARACTERÍSTICA
Gasolina	- aspecto e cor - massa específica e temperatura da amostra ou massa específica a 20°C - teor de etanol
Etanol Hidratado Combustível (EHC)	- aspecto e cor - massa específica e temperatura da amostra ou massa específica a 20°C - teor alcoólico
Óleo Diesel	- aspecto e cor - massa específica e temperatura da amostra ou massa específica a 20°C

2. A análise deve ser realizada em local plano, sem vibração, livre de corrente de ar, observando-se os seguintes procedimentos de análise:

2.1. ASPECTO E COR - GASOLINA, EHC E ÓLEO DIESEL

2.1.1. Material:

Proveta de 1L (um litro), limpa e seca.

2.1.2. Procedimento:

a) lavar a proveta com parte da amostra, descartar e encher novamente com a amostra;

b) fazer a verificação visual do aspecto quanto à coloração e à presença de impurezas.

2.1.3. Resultados:

a) expressar os resultados de aspecto observados da seguinte forma:

I - Límpido e isento de impurezas;

II - Límpido e com impureza;

III - Turvo e isento de impurezas; ou

IV - Turvo e com impurezas.

b) expressar a cor visual.

2.2. MASSA ESPECÍFICA E TEOR ALCOÓLICO - ETANOL (EHC)

2.2.1. Material:

a) proveta de 1L (um litro) limpa e seca;

b) densímetro de vidro para álcool, escala 0,750-0,800g/mL e 0,800-0,850g/mL, ou 0,770-0,820g/mL, menor divisão de 0,0005g/mL, conforme Portaria Inmetro nº 89, de 19 de fevereiro de 2021;

c) termômetro de imersão total, aprovado pelo Inmetro segundo Portaria nº 86, de 11 de fevereiro de 2021 ou outra que venha substitui-la, com escala de - 10°C a 50°C e subdivisões de 0,2°C ou 0,5°C; e

d) tabelas de massa específica reduzida e de teor alcoólico.

2.2.2. Procedimento:

a) lavar a proveta com parte da amostra, descartar e encher novamente com a amostra,

b) introduzir o termômetro na amostra;

c) imergir o densímetro limpo e seco de tal forma que flutue livremente sem tocar o fundo e as paredes da proveta;

d) aguardar alguns minutos para que se atinja a estabilidade térmica do conjunto e a posição de equilíbrio do densímetro; e

e) proceder às leituras do densímetro e da temperatura da amostra e anotar.

2.2.3. Cálculo e Resultado:

Com auxílio da tabela de conversão de massa específica e volume de misturas de etanol e água, e de acordo com a temperatura da amostra, determinar a massa específica a 20°C e o correspondente teor alcoólico em °INPM.

2.3. MASSA ESPECÍFICA - GASOLINA E ÓLEO DIESEL

2.3.1. Material:

a) proveta de 1L (um litro), limpa e seca;

b) densímetros de vidro escala 0,700-0,750g/mL e 0,750-0,800g/mL para gasolina e

0,800g/mL-0,850g/mL e 0,850g/mL-0,900g/mL para óleo diesel, com menor divisão de 0,0005g/mL;

c) termômetro de imersão total, tipo "I" aprovado pelo Inmetro segundo a Portaria nº 86, de 11 de fevereiro de 2021, ou outra que venha substitui-la, com escala de -10°C a 50°C e subdivisões de 0,2°C ou 0,5°C; e

d) tabela de correção das densidades e dos volumes para os derivados de petróleo.

2.3.2. Procedimento:

a) lavar a proveta com parte da amostra, descartar e encher novamente com a amostra;

b) introduzir o termômetro na amostra;

c) imergir o densímetro limpo e seco de forma que flutue livremente sem tocar o fundo e as paredes da proveta;

d) aguardar alguns minutos para que se estabeleça a estabilidade térmica do conjunto e a posição de equilíbrio do densímetro; e

e) proceder às leituras do densímetro e da temperatura da amostra e anotar.

2.3.3. Cálculo e Resultado:

Com auxílio da tabela de conversão das densidades e dos volumes, e de acordo com a temperatura da amostra converter o valor encontrado para a massa especifica a 20°C.

2.4. TEOR DE ETANOL - GASOLINA

2.4.1. Material:

a) proveta de vidro de 100mL, conforme Portaria Inmetro nº 91, de 19 de fevereiro de 2021; e

b) solução aquosa de cloreto de sódio a 10% peso/volume (100g de sal para cada litro de solução).

2.4.2. Procedimento:

a) colocar 50ml da amostra na proveta previamente limpa, desengordurada e seca, observando a parte inferior do menisco;

b) adicionar a solução de cloreto de sódio até completar o volume de 100mL, observando a parte inferior do menisco;

c) misturar as camadas de água e amostra através de 10 (dez) inversões sucessivas da proveta, evitando agitação enérgica;

d) deixar a proveta em repouso por 10 (dez) minutos de modo a permitir a separação completa das duas camadas; e

e) anotar o aumento da camada aquosa em mililitros.

2.4.3. Cálculo e Resultado:

V = (A x 2) + 1, onde:

V: teor de etanol anidro combustível (EAC) na gasolina, e

A: aumento em volume da camada aquosa (etanol e água)

2.5. MODELO DE FORMULÁRIO PARA REGISTRO DE ANÁLISE DA QUALIDADE:

RAZÃO SOCIAL DO POSTO REVENDEDOR:					
CNPJ DO POSTO REVENDEDOR:					
ENDEREÇO DO POSTO REVENDEDOR:					
BAIRRO:	CIDADE/ESTADO:				
DADOS DE RECEBIMENTO					
Produto					
Volume recebido (litros)					
Data da coleta					
Distribuidor					
CNPJ do Distribuidor					
Transportador					
CNPJ do Transportador					
Nota Fiscal do Produto					
Placa do Caminhão/Reboque					
Nome do Motorista					
RG do Motorista					
Nome do Analista					
RESULTADOS DAS ANÁLISES					
Aspecto					
Cor					
Massa Específica a 20°C					
Teor de álcool na Gasolina					
Teor Alcoólico no EHC					

Responsável pelo preenchimento:

Assinatura:

2.6. CALIBRAÇÃO DE INSTRUMENTOS

O revendedor deve possuir e manter calibrados em perfeito estado de funcionamento:

a) Os equipamentos necessários à realização das análises relacionadas nos itens 2.1 a 2.4 devem possuir certificados de verificação, conforme regulamentação do Inmetro, ou certificados de calibração emitidos por laboratório integrante da Rede Brasileira de Calibração ou por laboratório que utilize padrões rastreáveis ao Inmetro, com exceção da proveta de 1L, que dispensa calibração ou verificação;

b) Termodensímetro de leitura direta, aprovado pelo Inmetro, instalado nas bombas medidoras de EHC, indicando no seu corpo as instruções de funcionamento;

c) Medida-padrão de 20 (vinte) litros aferida e lacrada pelo Inmetro para verificação dos equipamentos medidores quando solicitado pelo consumidor no ato do abastecimento; e

d) Régua medidora ou outro equipamento metrológico que permita a verificação dos estoques de combustíveis automotivos armazenados em seus tanques.

ANEXO II

(a que se referem os arts. 6º, 7º e 8º da Resolução ANP nº 898, de 18 de novembro de 2022)

PROCEDIMENTO DE COLETA DAS AMOSTRAS

Os seguintes procedimentos de controle da qualidade dos combustíveis líquidos deverão ser cumpridos pelo revendedor varejista:

a) o descarte do combustível utilizado nas análises da qualidade deverá obedecer às normas e regulamentos do órgão ambiental competente; e

b) o combustível, dentro das especificações, coletado para servir como amostra-testemunha deverá ser devolvido ao tanque quando sua guarda não for mais necessária.

1. AMOSTRA PARA ANÁLISE DO PRODUTO

a) Abrir o bocal do compartimento do caminhão-tanque referente ao produto a ser recebido;

b) Retirar, aproximadamente, 10 litros do produto em balde apropriado e limpo; e

c) Coletar, aproximadamente, 1 litro do combustível para proceder a análise conforme Anexo I.

2. AMOSTRA-TESTEMUNHA

a) A amostra-testemunha deve ser coletada de cada compartimento que contenha o combustível a ser recebido, em frasco de vidro escuro ou de polietileno de alta densidade, com 1 (um) litro de capacidade, fechada com batoque, tampa plástica, acondicionada em envelope de segurança e armazenada em lugar arejado, sem incidência direta de luz e suficientemente distante de fontes de calor;

b) Lavar o frasco da amostra-testemunha por duas vezes, agitando-o com um pequeno volume, aproximadamente duzentos mililitros do combustível a ser coletado;

c) Descartar o volume usado para lavagem no tanque do caminhão se for detectada não-conformidade; e

d) Coletar, aproximadamente, um litro do combustível a ser usado como amostra-testemunha e acondicioná-la em envelope de segurança, conforme descrito no item 2.1.

2.1. ENVELOPE DE SEGURANÇA

a) O envelope de segurança deve ser confeccionado com três películas de polietileno, duas de baixa densidade e uma de alta densidade, dispostas alternadamente, coextrusado, com as seguintes dimensões: 260mm de largura, 360mm de comprimento e 0,075mm de espessura das paredes;

b) Deve possibilitar a verificação de evidência de qualquer violação;

c) Deve apresentar apenas um invólucro ou, opcionalmente, dois invólucros distintos ("envelope canguru"), sendo um para guarda da amostra e outro, em plástico transparente com lacre de fita inviolável, para guarda do formulário de identificação da amostra;

d) Deve ter sistema de fechamento resistente a resfriamento, exposição a calor e solventes, inclusive, se for o caso, para o segundo invólucro para guarda do formulário;

e) Devem constar, impressos, na parte exterior do envelope:

I - As instruções de uso;

II - A numeração/código do envelope;

III - A expressão "amostra-testemunha" nas bordas soldadas do envelope; e

f) Deve conter formulário de identificação da amostra-testemunha, conforme modelo constante no item 2.2, impresso ou adesivado na parte exterior do envelope de segurança da amostra-testemunha ou, ainda, dentro do invólucro para guarda de formulário do "envelope canguru".

2.2. MODELO DE FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA AMOSTRA-TESTEMUNHA

O modelo de formulário de identificação da amostra-testemunha deve conter, no mínimo, as informações a seguir:

AMOSTRA-TESTEMUNHA	
PRODUTO:	DATA DA COLETA:
NÚMERO DO LACRE:	
Nº DA NOTA FISCAL DE RECEBIMENTO:	
NOME DO MOTORISTA:	
Nº DO RG DO MOTORISTA:	
ASSINATURA DO MOTORISTA:	
RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:	
RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO FORNECIMENTO:	

RESOLUÇÃO ANP Nº 899, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações dos óleos combustíveis e do óleo combustível em turbinas geradoras de energia elétrica, de origem nacional ou importada, e suas regras de comercialização em todo o território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as especificações dos óleos combustíveis (OC) e do óleo combustível em turbinas geradoras de energia elétrica (OCTE), de origem nacional ou importada, consoante as disposições contidas no Anexo, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em território nacional.

§ 1º Os óleos combustíveis produzidos por processos diversos dos utilizados pelos refinarias ou centrais de matérias-primas petroquímicas, ou a partir de matérias-primas distintas do petróleo e seus derivados, deverão atender as especificações das Tabelas 1 e 2 do Anexo.

§ 2º Nos casos previstos no § 1º, a ANP poderá acrescentar características nas especificações referidas no Anexo de modo a garantir a qualidade necessária do produto.

§ 3º A utilização do OCTE em turbinas geradoras de energia em substituição ao gás natural somente poderá ocorrer mediante autorização expressa do órgão ambiental competente.

Art. 2º Fica vedada a comercialização dos óleos combustíveis OC e OCTE que não se enquadrem nas especificações estabelecidas no Anexo.

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes nomenclaturas para o óleo combustível (OC), conforme os limites de viscosidade e teor de enxofre definidos na Tabela 1 do Anexo:

I - óleo combustível OCA1, para óleos de teor de enxofre de 2,0% em massa e limite de viscosidade cinemática de 620mm²/s;

II - óleo combustível OCA2, para óleos de teor de enxofre de 2,0% em massa e limite de viscosidade cinemática de 960mm²/s;

III - óleo combustível OCB1, para óleos de teor de enxofre de 1,0% em massa e limite viscosidade cinemática de 620mm²/s;

IV - óleo combustível OCB2, para óleos de teor de enxofre de 1,0% em massa e limite viscosidade cinemática de 960mm²/s; e

V - óleo combustível OC3, para óleos com viscosidade cinemática ou teor de enxofre superior aos limites especificados, conforme disposto no art. 9º.

Art. 4º Para fins desta Resolução ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - boletim de conformidade: documento da qualidade, emitido pelo distribuidor de combustíveis líquidos, que deve conter, pelo menos, os resultados das análises das características físico-químicas estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020;

II - certificado da qualidade: documento da qualidade emitido por produtor e empresa de inspeção da qualidade contratada pelo importador que comprove o atendimento do produto comercializado à especificação da ANP;

III - distribuidor de combustíveis líquidos: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, biocombustíveis e outros combustíveis automotivos especificados ou autorizados pela ANP;

IV - importador: pessoa jurídica autorizada pela ANP para realizar atividade de comércio exterior na modalidade de importação de produto cuja nomenclatura comum do Mercosul (NCM) está sujeita à anuência prévia da ANP;

V - óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC): óleo lubrificante que, em decorrência do seu uso normal ou por motivo de contaminação, tenha se tornado inadequado à sua finalidade original; e

VI - produtor: refinaria e central de matéria-prima petroquímica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de produção de combustíveis derivados de petróleo.

CAPÍTULO II

DAS ESPECIFICAÇÕES E DO CONTROLE DA QUALIDADE

Seção I

Dos Óleos Combustíveis

Art. 5º O produtor de óleo combustível deve analisar uma amostra representativa, obtida nos termos do art. 13, do volume a ser comercializado e emitir o certificado da qualidade do produto, cujos resultados das análises das características físico-químicas devem atender integralmente aos limites especificados nas Tabelas 1 e 2 do Anexo.

§ 1º No caso da importação, deverão ser seguidas as regras estabelecidas pela Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017, o que não exclui a responsabilidade do importador sobre a qualidade do produto.

§ 2º O produtor deve manter, sob sua guarda e à disposição da ANP, pelo prazo mínimo de três meses, a contar da data da comercialização do produto, uma amostra-testemunha de um litro, com o respectivo certificado da qualidade.

§ 3º A amostra-testemunha deverá ser armazenada em embalagem de cor âmbar, fechada com batoque e tampa plástica com lacre, que deixe evidências em caso de violação, mantida em local protegido de luminosidade.

§ 4º O certificado da qualidade deverá ser rastreável à sua respectiva amostra-testemunha.

Art. 6º O distribuidor de combustíveis líquidos deverá analisar uma amostra representativa do volume a ser comercializado de óleo combustível e emitir o boletim de conformidade.

Art. 7º O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização do óleo combustível, realizadas pelo produtor, importador e distribuidor de combustíveis líquidos, deverá indicar:

I - a descrição do produto estabelecida pela ANP, conforme tabela de códigos do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP, disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp); e

II - o número do certificado da qualidade ou do boletim de conformidade, conforme o caso, correspondente ao produto.

Parágrafo único. O produto, ao ser transportado, deverá ser acompanhado de cópia legível de seu certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o caso.

Art. 8º É obrigatória a comercialização dos OC com teor de enxofre de, no máximo, 1% em massa nos municípios e regiões metropolitanas estabelecidos pela ANP e publicados no sítio eletrônico da ANP na internet, exceto no caso previsto no art. 9º.

Art. 9º É permitida a comercialização de OC com especificação diversa da estabelecida na Tabela 1 do Anexo para as características enxofre total ou viscosidade cinemática, desde que:

I - mediante acordo entre comprador e vendedor; e

II - mantidas as demais características estabelecidas na Tabela 1 do Anexo.

§ 1º No caso do enxofre total, devem ser respeitados o teor máximo de 3,0%, em massa, e os limites de emissões de poluentes estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

§ 2º O OC de que trata o caput deverá ser classificado com a nomenclatura OC3.

§ 3º No caso de o óleo combustível ser classificado como OC3 em razão da viscosidade cinemática, deverá ter a sua comercialização informada à ANP por ofício.

Seção II

Dos Óleos Combustíveis em Turbinas Geradoras de Energia Elétrica

Art. 10 O produtor e o importador de OCTE devem analisar uma amostra representativa, obtida nos termos do art. 13, do volume a ser comercializado e emitir o certificado da qualidade do produto, cujos resultados das análises das características físico-químicas devem atender integralmente aos limites especificados na Tabelas 3 do Anexo.

§ 1º O produtor deve manter, sob sua guarda e à disposição da ANP, pelo prazo mínimo de dois meses, a contar da data da comercialização do produto, uma amostra-testemunha de um litro, com o respectivo certificado da qualidade.

§ 2º A amostra-testemunha deverá ser armazenada em embalagem de cor âmbar, fechada com batoque e tampa plástica com lacre, que deixe evidências em caso de violação, mantida em local protegido de luminosidade.

§ 3º O certificado da qualidade deverá ser rastreável à sua respectiva amostra-testemunha.

Art. 11. O certificado da qualidade referente à batelada do produto comercializado deverá ter numeração sequencial anual e ser firmado pelo químico responsável pelas análises laboratoriais efetivadas, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe e deverá ser mantido sob a guarda do produtor ou importador pelo prazo de um ano.

Art. 12. A documentação fiscal referente às operações de comercialização de OCTE realizadas pelos produtores e importadores deverá indicar o número do certificado da qualidade correspondente ao produto e ser acompanhada de sua cópia legível, atestando que o produto comercializado atende à especificação estabelecida no Anexo.

Parágrafo único. No caso da cópia do certificado da qualidade ser emitida eletronicamente, deverão estar indicados, o nome e o número de inscrição no órgão de classe do profissional de química responsável pelas análises laboratoriais efetuadas.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. As análises de OC e OCTE deverão ser realizadas em amostras representativas obtidas segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis - Amostragem manual; ou

II - ASTM D4057: Standard Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Parágrafo único. No caso do OC, poderá seguir também a publicação mais recente da ASTM D4177 - Practice for Automatic Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 14. As análises das características indicadas nas Tabelas 1, 2 e 3 do Anexo deverão ser realizadas de acordo com a publicação mais recente do método de ensaio adotado.

Art. 15. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos nas Tabelas 1, 2 e 3 do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para a aceitação das determinações em duplicata do ensaio, não devendo ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

Art. 16. Em atendimento à Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, fica proibida a adição de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) em óleos combustíveis.

Parágrafo único. Será caracterizada a adição de OLUC, se o óleo combustível apresentar:

I - teor de cálcio e teor de zinco acima dos limites estabelecidos para estas características na Tabela 2 do Anexo; ou

II - teor de cálcio e teor de fósforo acima dos limites estabelecidos para estas características na Tabela 2 do Anexo.

Art. 17. Fica proibida a adição de óleos vegetais, gorduras animais, e glicerina, em qualquer teor, nos óleos combustíveis, excetuando-se os casos previstos em legislação específica.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 48, de 28 de dezembro de 2007;

II - a Resolução ANP nº 3, de 27 de janeiro de 2016;

III - os arts. 41 a 44 da Resolução ANP nº 681, de 5 de junho de 2017;

IV - o art. 50 da Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020; e
V - o art. 33 da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021.
Art. 19. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o caput e os §§ 1º e 2º do art. 1º, os arts. 2º, 3º, 5º, 9º, 10, 12, 14, 15 e incisos I e II do parágrafo único do art. 16 da Resolução ANP nº 899, de 18 de novembro de 2022)

Tabela 1 - Especificação de Óleos Combustíveis (OC).

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	TIPO				MÉTODO (1)	
		OCB1	OCA1	OCB2	OCA2	ABNT NBR	ASTM
Viscosidade Cinemática a 60°C, máx. (2)	mm²/s	620		960		10441	D445
Teor de Enxofre, máx.	% massa	1,0	2,0	1,0	2,0	15546	D1552 D2622 D4294 D5453
Água e Sedimentos, máx. (3)	% volume	2,0				14236 14938	D95 D473 D1796
Teor de Cinzas, máx.	% massa	Anotar				9842	D482
Resíduo de Carbono	% massa	Anotar				14318 15586	D524 D4530
Ponto de Fulgor, mín.	°C	66				14598	D93
Massa específica a 20°C	kg/m3	Anotar				7148 14065	D1298 D4052
Ponto de Fluidez Superior, máx.	°C	(4)		Anotar		11349	D97
Teor de Vanádio, máx.	mg/kg	150				-	D5863 D5708

Tabela 2 - Contaminantes (5)

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	TIPO				MÉTODO
		OCB1	OCA1	OCB2	OCA2	
Zinco, máx.	mg/kg	15				IP501 IP470
Cálcio, máx.	mg/kg	30				
Fósforo, máx.	mg/kg	15				IP500 IP501

Tabela 3 - Especificação de óleos combustíveis em turbinas geradoras de energia elétrica (OCTE).

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE	MÉTODO	
			ABNT NBR	ASTM
Aspecto (método visual)	-	Límpido e isento de impurezas	-	-
Cor ASTM	-	anotar	14483	D1500
Enxofre total, máx.	% massa	1,0	14533	D4294
Ponto de fulgor, mín.	°C	38,0	14598	D93
Massa específica a 20°C, máx.	kg/m³	896	7148 14065	D1298 D4052
Viscosidade cinemática a 40°C	mm²/s	1,6 a 6,0	10441	D445
Destilação				
85% vol., recuperados	°C	282,0 A 370,0	9619	D86
90% vol., recuperados	°C	anotar		
Ponto de entupimento de filtro a frio, máx.	°C	(6)	14747	D6371
Resíduo de carbono Ramsbottom no resíduo dos 10% finais da destilação, máx.	% massa	0,25	14318	D524 D4530
Cinzas, máx.	% massa	0,010	9842	D482
Água e sedimentos, máx.	% volume	0,05	14647	D2709
Vanádio, máx.	mg/kg	0,5	-	D3605 D6728
Cálcio, máx.	mg/kg	2,0	-	D3605 D6728
Sódio + Potássio, máx.	mg/kg	0,5	-	D6728
Chumbo, máx.	mg/kg	1,0	-	D3605 D6728

Tabela 4 - Ponto de Fluidez Superior, em °C.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO (UF)	DEZ, JAN, FEV, MAR	ABR, OUT, NOV	MAI, JUN, JUL, AGO, SET
DF, GO, MG, ES, RJ	27	24	21
SP, MS	24	21	18
PR, SC, RS	21	18	15
demais UFs	27	27	24

Tabela 5 - Ponto de Entupimento à frio, em °C.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIMITE MÁXIMO											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SP, MG, MS	12	12	12	7	3	3	3	3	7	9	9	12
DF, GO, MT, ES, RJ	12	12	12	10	5	5	5	8	8	10	12	12
PR, SC , RS	10	10	7	7	0	0	0	0	0	7	7	10

Observações:
(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR), da ASTM International (ASTM) e do Institute of Petroleum (IP).
(2) Pode-se, alternativamente, determinar:
I - A viscosidade Saybolt-Furol a 60°C de acordo com as normas ABNT NBR 14950 ou ASTM D88, seguida da conversão para a viscosidade cinemática conforme a norma ASTM D2161; e
II - A viscosidade absoluta a 60°C de acordo com as normas ABNT NBR 5847 ou ASTM D2171 e, dispondo da massa específica a 60°C, calcular a viscosidade cinemática.
(3) É reportado como a soma dos resultados dos ensaios de água por destilação e sedimentos por extração. Uma dedução no volume fornecido deverá ser feita para toda a água e sedimentos que exceder a 1,0% vol.
(4) Limites conforme a Tabela 4.
(5) Proibida a adição e devem ser medidos quando houver dúvida quanto à ocorrência de contaminação.
(6) Limites conforme a Tabela 5.

RESOLUÇÃO ANP Nº 900, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações dos óleos minerais isolantes tipo A e tipo B, de origem nacional ou importada, comercializados no território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8, de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece as especificações dos óleos minerais isolantes tipo A e tipo B, de origem nacional ou importada, a serem comercializados em território nacional.

Art. 2º Para fins desta Resolução os óleos minerais isolantes utilizados em transformadores e equipamentos de manobra em qualquer classe de tensão classificam-se em:

I - tipo A: óleos de base naftênica; e
II - tipo B: óleos de base parafínica.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Os recipientes destinados ao fornecimento do óleo mineral isolante devem ser limpos revestidos internamente de epóxi ou material equivalente em desempenho.

Art. 4º O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização e transferência de óleo mineral isolante, realizadas pelo produtor, importador e distribuidor, deverá indicar o número do certificado da qualidade correspondente ao produto e ser acompanhada de cópia legível do mesmo, atestando que o produto comercializado atende à especificação estabelecida no Anexo.

Parágrafo único. No caso de cópia emitida eletronicamente, ela deverá indicar o nome e o número de inscrição no órgão de classe competente do profissional de química responsável pelas análises laboratoriais efetuadas.

Art. 5º As características presentes nas especificações contidas na Tabela do Anexo deverão ser determinadas conforme a publicação mais recente de cada método de ensaio adotado.

Art. 6º Os dados de precisão, repetitividade e reprodutibilidade, que constam nas normas da ASTM, IEC, IP e ABNT, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Fica revogada a Resolução ANP nº 36, de 5 de dezembro de 2008.
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o art. 4º e o art. 5º da Resolução ANP nº 900, de 18 de novembro de 2022)

Tabela - Especificações dos óleos minerais isolantes, tipo A e tipo B.

CARACTERÍSTICA		UNIDADE	LIMITES		MÉTODO (1)	
			TIPO A	TIPO B	ABNT NBR	ASTM/IP/ IEC
Aspecto		-	Claro, límpido e isento impurezas		Visual	-
Cor ASTM, máx.		-	1,0		14483	D1500
Massa específica a 20°C		kg/m³	861,0 - 900,0	860,0 máx.	7148	D1298
Ponto de fluidez, máx.(2)		°C	39	12	11349	D97 D5950
Viscosidade cinemática, máx. (3)	a 20°C	mm²/s (cSt)	25,0		10441	D 445
	a 40°C		12,0			
	a 100°C		3,0			
Ponto de fulgor, mín.		°C	140		11341	D92
Índice de neutralização (IAT), máx.		mg KOH/g	0,03		14248	D974
Água, máx. (4)		mg/kg	35		10710 B	D1533
Cloretos		-	Ausente		5779	-
Bifenila Policlorada (PCB)		mg/kg	Não Detectável		13882-B	-
Carbono aromático		% massa	Anotar			D2140
Enxofre corrosivo		-	Não corrosivo		10505	D1275 (Método B)
Enxofre total, máx.		% massa	Anotar		-	D2622 D4294
Hidrocarbonetos Aromáticos Policíclicos, máx.		% massa	3,0			IP 346
Fator de perdas dielétricas, máx. (5)		%			12133	D 924
a 25°C e			0,05			
a 90°C, ou			0,40			
a 100°C			0,50			
Rigidez dielétrica						
Eletrodo de disco, mín., ou		kV	30		6869	D 877
Eletrodo de calota, min.			42		601560	
Rigidez dielétrica a impulso - Eletrodos (agulha/esfera), mín.		Kv	145		-	D 3300
Tendência à evolução de gases		µL/min	Anotar			D 2300
Tensão interfacial a 25°C, min.		mN/m	40		6234	D 971
Aditivo inibidor de oxidação DBPC (6)		% massa			-	-
Óleo não inibido			Não detectável		12134 A	D 2668
Óleo inibido, máx.			0,33			
Aditivos (7) (8)						
ENSAIOS COMPLEMENTARES						
Óleo Não Inibido						
Estabilidade a oxidação					10504	IEC 61125 A
Índice de neutralização (IAT), máx.		mg KOH/g	0,40			
Borra, máx.		% massa	0,10			
Fator de perdas dielétricas, a 90°C, máx.		%	20			
Óleo Inibido						
Estabilidade a oxidação 164 horas					-	D2440

Índice de neutralização (IAT), máx.	mg KOH/g	0,4		
Borra, máx.	% massa	0,2		
Bomba rotativa (RBOT), mín.	minutos	220	15362	2112

Observações:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ASTM International (ASTM), do International Electrotechnical Commission (IEC) e do Institute of Petroleoum (IP).

(2) Outros limites de ponto de fluidez poderão ser aceitos mediante acordo entre comprador e vendedor.

(3) O óleo mineral isolante estará especificado se atendidos os limites estabelecidos para duas dentre as três temperaturas citadas.

(4) Este limite não se aplica a produtos transportados em navios ou caminhões tanques, ou estocados em tanques, em que possa ocorrer absorção de umidade. Neste caso, deverá ser processado tratamento físico adequado para atendimento do limite especificado.

(5) O fator de perdas dielétricas do óleo mineral isolante deverá atender ao limite estabelecido para 25°C e, adicionalmente, a uma das duas temperaturas adicionais citadas: 90°C ou 100°C.

(6) Este ensaio deverá ser executado em espectrofotômetro de infravermelho por transformada de Fourier (FTIR).

(7) Somente é permitida a adição do aditivo antioxidante Di-Butil-Paracresol - DBPC.

(8) Qualquer outra substância química, além do DBPC, deliberadamente adicionada ao óleo mineral isolante para melhorar desempenho das características da tabela, como antiespumantes, anticarregamento eletrostático, outros antioxidantes, passivadores de metais, anticorrosivos ou depressores de ponto de fluidez, deverá ser previamente acordada com o comprador e deverá constar do respectivo certificado da qualidade.

RESOLUÇÃO ANP Nº 901, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece a especificação da gasolina de aviação, comercializada pelos agentes econômicos autorizados pela ANP a exercer as atividades de produção, distribuição e revenda de combustíveis de aviação em território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecida a especificação da gasolina de aviação (GAV 100 LL) a ser comercializada pelos agentes econômicos autorizados pela ANP a exercer as atividades de produção, distribuição e revenda de combustíveis de aviação em território nacional.

Art. 2º Para fins desta Resolução, gasolina de aviação é aquela destinada ao uso em aeronaves dotadas de motores do ciclo Otto.

Art. 3º Os agentes econômicos deverão atender ao disposto na norma ABNT NBR 15216 - Controle da qualidade no armazenamento, transporte e abastecimento de combustíveis de aviação.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA QUALIDADE

Art. 4º Os produtores de gasolina de aviação deverão realizar análise completa, de acordo com o Anexo, em amostra representativa de cada batelada do produto a ser comercializado e emitir o respectivo certificado da qualidade.

Art. 5º No caso de importação de gasolina de aviação, deverão ser seguidas as regras específicas estabelecidas na Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017, o que não exclui a responsabilidade do importador sobre a qualidade do produto.

Art. 6º As análises de gasolina de aviação deverão ser realizadas em amostra representativa obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis - Amostragem manual; ou

II - ASTM D4057: Standard Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 7º As análises das características indicadas na Tabela do Anexo deverão ser realizadas de acordo com a publicação mais recente do método de ensaio adotado.

Art. 8º. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos na Tabela do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para a aceitação das determinações em duplicata do ensaio, não devendo ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

Art. 9º. Fica proibida a adição à gasolina de aviação de qualquer aditivo ou corante que não esteja previsto no Anexo.

Art. 10. O distribuidor de combustíveis de aviação deve garantir a qualidade da gasolina de aviação adquirida e emitir, conforme o caso, o boletim de conformidade ou o registro da análise da qualidade, de amostra representativa, cujos resultados devem atender aos limites estabelecidos na Tabela do Anexo.

§ 1º Uma cópia do boletim de conformidade deverá acompanhar a documentação fiscal de comercialização do produto em todas as etapas de comercialização posteriores à distribuição.

§ 2º O número do boletim de conformidade deverá constar na documentação fiscal.

§ 3º O boletim de conformidade ou registro da análise da qualidade devem ser emitidos, conforme o caso, sendo:

I - o boletim de conformidade, no caso de operação em sistemas não dedicados, conforme estabelecido na Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020; ou

II - o registro da análise da qualidade, no caso de operação em sistemas dedicados, conforme estabelecido na Norma ABNT NBR 15216.

Art. 11. O revendedor de combustíveis de aviação deverá certificar a qualidade do produto a ser comercializado em amostra representativa do produto e emitir o registro da análise da qualidade.

Art. 12. O revendedor de combustíveis de aviação deverá manter a disposição da ANP, as amostras referentes às bateladas comercializadas nos dois últimos meses ou as amostras correspondentes às quatro últimas bateladas comercializadas, além do respectivo registro da análise da qualidade, pelo prazo mínimo de doze meses.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A documentação fiscal, referente às operações de comercialização do produto realizadas pelo produtor ou pelo importador, deverá indicar o número do certificado da qualidade correspondente ao produto e ser acompanhada de sua cópia legível, atestando que o produto comercializado atende à especificação estabelecida no Anexo.

Art. 14. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 5, de 3 de fevereiro de 2009; e

II - o art. 44 da Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA

Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem os arts. 4º, 7º, 8º, 9º, 10 e 13 da Resolução ANP nº 901, de 18 de novembro de 2022)

Tabela - Especificação da Gasolina de Aviação - GAV 100 LL.

CARACTERÍSTICAS	UNIDADE	LIMITES	MÉTODOS (1)	
			ABNT	ASTM/EI
Aparência				
Aspecto	-	Claro, límpido, isento de água e material sólido	Visual	
Cor(2), ou	-	Azul	-	D2392
Cor(2), Lovibond		1,7 - 3,5	-	IP 17
Poder antidetonante				
Mistura pobre, Número de Octano, mín.(3)	-	99,6	-	D2700
Índice de desempenho, mín. (3)		130	-	D909
Chumbo Tetraetila, máx.	g Pb/L	0,56	-	D3341 D5059
	mL/L	0,53		
Poder Calorífico Inferior, mín.	MJ/kg	43,5	-	D1405 D3338 D4529 D4809
Massa Específica a 20°C	kg/m³	Anotar	7148	D4052
Destilação				
Ponto Inicial de Ebulição, PIE.	°C	Anotar	9619	D86
10% evaporado, máx.	°C	75		
40% evaporado, mín.	°C	75		
50% evaporado, máx.	°C	105		
90% evaporado, máx.	°C	135		
Ponto Final de Ebulição, PFE, máx.	°C	170		
Soma 10% + 50% evaporados, mín.	°C	135		
Recuperados, mín.	% volume	97		
Resíduo, máx.	% volume	1,5		
Perda, máx.	% volume	1,5		
Pressão Vapor Reid, kPa a 37,8°C	kPa	38,0 - 49,0	14149	D323 D5191 D5190
Ponto de Congelamento, máx.	°C	58	7975	D2386
Teor de Enxofre, máx.	% massa	0,05	6563	D1266 D2622 D5453
Corrosividade ao Cobre (2h a 100°C), máx.		1	14359	D130
Goma atual,	mg/100 mL	3	14525	D381
Estabilidade à oxidação (16h)				
Goma potencial, máx.	mg/100 mL	6	14976	D873
Chumbo precipitado, máx.	mg/100 mL	2		
Tolerância à água				
Mudança de volume, máx.	mL	2	6577	D1094
Aditivos (4)				
Aditivo dissipador de cargas estáticas (4) (5) (6)				
Condutividade elétrica (7)	pS/m	50 - 450 (5)	-	D2624

Observações:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ASTM International (ASTM) e do Energy Institute (EI).

(2) O único corante azul autorizado para este fim é o 1,4 dialquilamino antraquinona o qual deverá ser adicionado no limite máximo de 2,7mg/L.

(3) Os valores de poder antidetonante devem ser reportados com aproximação de 0,1 para número de octano e para índice de desempenho os valores devem ser reportados com números inteiros.

(4) De acordo com as normas ASTM 910 - Standard Specification for Leaded Aviation Gasolines e Defence Standard 91-90, Issue 2 - Gasoline, Aviation, Grades UL91, 100/130 and 100/130 Low Lead. JSD: AVGAS UL91, AVGAS 100 and AVGAS 100LL, conforme publicação mais recente

(5) Deverá ser adicionado quando houver acordo entre as partes envolvidas.

(6) O aditivo dissipador de cargas estáticas poderá ser utilizado para aumentar a condutividade elétrica da gasolina de aviação e, neste caso, deverá ser mensurada a condutividade e informada a concentração de aditivo, a qual não deverá ser superior a 5mg/L.

(7) Quando o aditivo dissipador de cargas estáticas for adicionado à gasolina de aviação, a característica condutividade elétrica deverá ser determinada e aplicada o limite de especificação.

RESOLUÇÃO ANP Nº 902, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Programa de Marcação Compulsória de Produtos e estabelece os requisitos necessários para o cadastramento de empresas interessadas em fornecer produto marcador, exercendo suas atividades no âmbito da marcação dos produtos de marcação compulsória (PMC).

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica regulamentado o Programa de Marcação Compulsória de Produtos em todo o território nacional, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, e estabelecidos os requisitos necessários para o cadastramento de empresas interessadas em fornecer produto marcador, para exercer

atividades no âmbito da marcação dos produtos de marcação compulsória (PMC) indicados pela ANP.

§ 1º O cadastramento de que trata esta Resolução não autoriza a empresa a comercializar o produto marcador para fins de adição ao PMC.

§ 2º A comercialização de que trata o § 1º poderá ocorrer somente após a escolha do fornecedor de marcador por meio de processo licitatório a ser conduzido pela ANP.

Art. 2º Para os fins desta Resolução ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - atividade de marcação: atividade realizada pelo fornecedor de marcador e pela empresa de inspeção da qualidade, que abrange o fornecimento de marcador, a adição de marcador aos produtos de marcação compulsória e o envio de informações à ANP;

II - consumidor industrial de solventes: pessoa jurídica cadastrada na ANP que adquire solventes de fornecedor como matéria-prima para uso em seu processo produtivo, cujo produto final seja industrializado;

III - distribuidor: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de solventes;

IV - empresa cadastrada: pessoa jurídica brasileira ou estrangeira que requer e tem aprovado o seu cadastramento junto à ANP, visando participar do processo licitatório de escolha do fornecedor de marcador;

V - empresa de inspeção da qualidade: pessoa jurídica credenciada pela ANP para a realização das atividades de controle da qualidade dos produtos importados, adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, de adição de corante ao etanol anidro combustível e ao óleo diesel A S500;"

VI - fornecedor de marcador: pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, ou sociedade estrangeira com autorização para funcionar no país, cadastrada na ANP, e vencedora do processo licitatório destinado a escolher a empresa que atuará como fornecedora de marcador;

VII - importador: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de comércio exterior na modalidade de importação de produtos, nos termos da Resolução ANP nº 777, de 5 de abril de 2019;

VIII - marcador: substância única ou conjunto de substâncias de um mesmo fornecedor de marcador , identificável qualitativa e quantitativamente que, após adicionada aos PMC, resulte em concentração máxima de 1ppm, para cada método analítico aprovado pela ANP, e não interfira nas características físico-químicas e no grau de segurança para manuseio e uso dos PMC.

IX - padrão de marcador: material contendo concentração conhecida de marcador utilizado para quantificar amostras de concentrações desconhecidas ou para calibrar o instrumento de detecção e quantificação do marcador;

X - ponto de marcação: local determinado pela ANP, onde é realizada a adição de marcador ao PMC, que abrange as unidades dos produtores nacionais, distribuidores, portos, terminais, estações aduaneiras e pontos de fronteiras com o País;

XI - produto de marcação compulsória (PMC): hidrocarbonetos derivados de frações resultantes do processamento de petróleo, de gás natural, de frações de indústrias petroquímicas, passíveis de serem utilizados como dissolventes de substâncias sólidas ou líquidas, puros ou em mistura, cuja faixa de destilação tenha seu ponto inicial de ebulição superior a 25°C e ponto final de ebulição inferior a 280°C, com exceção de qualquer tipo de gasolina, querosene de aviação ou óleo diesel especificados pela ANP;

XII - produtor: pessoa jurídica legalmente constituída que exerce atividade de produção de solventes e de derivados de petróleo indicados pela ANP, nos termos da legislação vigente;

XIII - tecnologia de análise de detecção de marcador: conjunto de métodos analíticos aplicados à detecção e quantificação do marcador e desenvolvidos em caráter confidencial e exclusivo;

XIV - termo de compromisso: documento que estabelece requisitos técnicos a serem atendidos pela empresa requerente, exigido para o cadastramento como fornecedor de marcador, a ser firmado entre a empresa requerente e a ANP;

XV - termo de confidencialidade: termo assinado que garante que as partes envolvidas mantenham o sigilo sobre informações de qualquer tipo trocadas entre elas; e

XVI - termo de transferência de tecnologia e confidencialidade (TTTC): contrato celebrado entre a ANP e o fornecedor de marcador, por meio do qual estão estabelecidas as regras, condições e obrigações relacionadas ao fornecimento, distribuição e detecção do marcador.

CAPÍTULO II

PROGRAMA DE MARCAÇÃO COMPULSÓRIA DE PRODUTOS

Seção I

Da Marcação Do Produto De Marcação Compulsória

Art. 3º Fica estabelecida a obrigatoriedade de marcação do PMC pelos produtores e importadores de PMC.

§ 1º A marcação do PMC deverá ocorrer:

I - no ponto de marcação, na saída da unidade do produtor, quando se tratar de PMC produzido no Brasil; ou

II - no momento da internação do PMC no País, quando se tratar de PMC importado.

§ 2º Nos casos em que o PMC adquirido for transportado por meio de modal dutoviário, a marcação do PMC deverá ocorrer no momento da comercialização do PMC pelo agente econômico adquirente.

§ 3º Para atendimento ao disposto no § 2º, o produtor deverá enviar ao agente econômico adquirente o volume de marcador correspondente ao volume de PMC entregue.

Art. 4º Fica vedada a marcação da gasolina, do óleo diesel e do querosene de aviação.

Parágrafo único. A identificação da presença do marcador na gasolina, no óleo diesel ou no querosene de aviação, pelo método estabelecido pela ANP, caracteriza infração à legislação vigente, sujeitando o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Art. 5º Ficam vedadas ao distribuidor de solventes, ao importador e ao consumidor industrial de solventes as atividades de transporte, comercialização e armazenagem de PMC sem marcador.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica quando o transporte ocorrer por duto, devendo ser observado o que estabelece o § 2º do art. 3º.

Art. 6º Os produtores e os importadores de PMC são responsáveis pelas obrigações relativas à marcação de PMC, inclusive pelas despesas com a aquisição do marcador, e por assegurar a viabilidade da adição de marcador ao PMC nos pontos de marcação.

§ 1º A viabilidade da adição de marcador ao PMC nos pontos de marcação abrange:

I - a existência de instalações apropriadas para o armazenamento de recipientes que guardam marcador, inclusive quando estiverem vazios;

II - a existência de instalações apropriadas para realização de procedimentos com o marcador para sua correta adição ao PMC; e

III - a permissão de acesso dos técnicos responsáveis pela adição de marcador ao PMC aos pontos de marcação e às informações sobre movimentação do PMC.

§ 2º Os produtores e os importadores ficam obrigados a adquirir o marcador do fornecedor de marcador vencedor do processo licitatório realizado pela ANP, nos termos do art. 8º.

§ 3º O fornecedor de marcador orientará os produtores e importadores com relação ao correto armazenamento do marcador e a todas as condições de utilização do marcador.

§ 4º Os recipientes vazios de marcador serão recolhidos pelo fornecedor de marcador.

§ 5º O acesso às instalações destinadas ao armazenamento de marcador deve ser restrito e controlado.

Art. 7º A ANP realizará periodicamente vistorias nos pontos de marcação.

Seção II

Do Fornecimento De Marcador

Art. 8º O fornecimento de marcador será realizado por fornecedor de marcador selecionado pela ANP por meio de processo licitatório, devendo a ANP divulgar em seu sítio eletrônico na Internet (www.gov.br/anp) informações sobre o fornecedor de marcador.

Art. 9º A ANP celebrará termo de transferência de tecnologia e confidencialidade (TTTC) com o fornecedor de marcador, devendo o termo conter cláusula que:

I - garanta a exclusividade de utilização, na marcação do PMC, do marcador objeto do cadastramento efetuado pelo fornecedor de marcador; e

II - assegure a confidencialidade das informações técnicas e o uso do marcador, incluindo suas propriedades e métodos para a adição e detecção do marcador em PMC.

Art. 10. O prazo para entrega do marcador aos produtores e importadores é de um mês contado da data do recebimento do pedido pelo fornecedor de marcador.

Parágrafo único. A ANP poderá aplicar as sanções previstas na legislação aplicável em caso de descumprimento do prazo estipulado no caput.

Art. 11. O fornecedor de marcador informará mensalmente à ANP, até o dia 15 de cada mês, as vendas do marcador realizadas no mês anterior, incluindo as seguintes informações:

I - data da venda;

II - local da entrega;

III - quantidade de marcador comercializado;

IV - código de barras das embalagens do marcador comercializado; e

V - dados dos produtores e importadores que adquiriram o marcador.

Parágrafo único. As informações mencionadas no caput serão prestadas pelo fornecedor de marcador por meio do preenchimento de formulários eletrônicos disponíveis no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp).

Seção III

Da Adição DE Marcador Ao PMC

Art. 12. A atividade de marcação deve ser realizada pelas empresas de inspeção da qualidade credenciadas pela ANP.

§ 1º O fornecedor de marcador contratará empresa de inspeção da qualidade para a realização da atividade de marcação dos PMC.

§ 2º Os técnicos das empresas de inspeção da qualidade envolvidos com as atividades de marcação e responsáveis pelo envio das informações descritas no art. 14 deverão assinar termo de confidencialidade sobre as informações relacionadas com o PMC movimentado.

§ 3º A ANP poderá, em casos excepcionais e mediante solicitação prévia e por escrito, autorizar a adição do marcador pelo produtor, importador ou distribuidor.

Art. 13. O fornecedor de marcador orientará as empresas de inspeção da qualidade sobre os procedimentos adequados para adição de marcador ao PMC.

Parágrafo único. O fornecedor de marcador realizará vistorias mensais em pontos de marcação e encaminhará à ANP relatórios, por meio do sistema eletrônico de informações da ANP - SEI, sobre a atuação da empresa da inspeção da qualidade e as medidas tomadas para correção de quaisquer irregularidades verificadas.

Art. 14. A empresa de inspeção da qualidade informará diariamente à ANP, para cada PMC movimentado, marcado ou não marcado:

I - a data e hora da movimentação;

II - a identificação e o volume do PMC;

III - o volume do marcador utilizado;

IV - o número da nota fiscal da movimentação;

V - o meio e a identificação do transporte;

VI - os dados do produtor ou do importador do PMC;

VII - o número da licença de importação para os casos de PMC importado; e

VIII - os dados do destino do PMC.

Parágrafo único. As informações mencionadas no caput serão prestadas pela empresa de inspeção da qualidade por meio do preenchimento de formulários eletrônicos disponíveis no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp).

Seção IV

Da Dispensa Da Adição De Marcador

Art. 15. Poderão ser dispensados da adição de marcador os PMC isentos do pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), conforme previsto na Lei n º 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que comprovadamente tiverem suas propriedades afetadas de modo a comprometer sua aplicação normal.

Art. 16. A solicitação de dispensa de adição de marcador a PMC deverá ser encaminhada à Diretoria Colegiada da ANP por meio da protocolização de:

I - solicitação de dispensa de marcação a PMC, nos termos do Anexo I;

II - procuração para nomeação do representante junto à ANP, nos termos do Anexo II;

III - identificação da empresa, nos termos do Anexo III; e

IV - documentos comprobatórios da hipótese prevista no art. 15.

Parágrafo único. A protocolização de solicitação de dispensa de adição de marcador aos PMC na ANP não suspende a obrigatoriedade de adição de marcador aos PMC.

Art. 17. A solicitação de dispensa de que trata o art. 16 será avaliada por grupo técnico constituído por integrantes indicados pela Diretoria Colegiada da ANP especialmente para esta finalidade.

§ 1º O grupo técnico avaliará a documentação protocolizada e encaminhará recomendação acerca da solicitação de dispensa de adição de marcador à Diretoria Colegiada para apreciação e decisão.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, a ANP poderá solicitar informações, documentos e procedimentos adicionais que julgar necessários.

Art. 18. A ANP publicará no Diário Oficial da União e em seu sítio eletrônico na Internet (www.gov.br/anp) todas as decisões da Diretoria Colegiada que dispensarem a adição de marcador aos PMC.

§ 1º A dispensa de adição de marcador aos PMC somente produzirá efeitos após a publicação da decisão da Diretoria Colegiada no Diário Oficial da União.

§ 2º A decisão de dispensa de adição de marcador aos PMC pela ANP não implica em qualquer modificação dos direitos e obrigações previstos na legislação tributária.

Art. 19. A ANP poderá revogar a dispensa de adição de marcador, a qualquer momento, garantidos o contraditório e a ampla defesa, quando julgar que os motivos que justificaram a decisão pela dispensada adição de marcador aos PMC cessaram.

Seção V

Das Análises De Detecção De Marcador

Art. 20. Os procedimentos relacionados à análise de detecção de marcador serão realizados nas amostras coletadas no âmbito:

I - das ações de fiscalização realizadas pela ANP e seus conveniados; e

II - do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) da ANP.

Art. 21. A tecnologia de análise de detecção de marcador é confidencial e de conhecimento exclusivo do fornecedor de marcador, da ANP e das instituições contratadas pela ANP para execução do PMQC.

§ 1º A divulgação de informações que permitam a identificação da tecnologia de detecção de marcador sujeita o responsável pela divulgação às punições previstas na legislação brasileira aplicável.

§ 2º Todos os envolvidos com as análises de detecção de marcador assinarão termo de confidencialidade nos termos estabelecidos pela ANP.

CAPÍTULO III
DO FORNECEDOR DE MARCADOR
Seção I
Do Cadastramento De Fornecedor de Marcador

Art. 22. A ANP disponibilizará, em seu sítio eletrônico na Internet (www.gov.br/anp), a relação das empresas cadastradas em conformidade com esta Resolução e a identificação do fornecedor de marcador selecionado por meio do processo licitatório previsto no § 2º do art. 1º.

Art. 23. A atividade de fornecedor de marcador somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras ou por sociedade estrangeira com autorização para funcionar no país, nos termos dos arts. 1.134 a 1.141 do Código Civil Brasileiro, que atenda aos requisitos estabelecidos por esta Resolução.

§ 1º Caso a empresa estrangeira sem autorização para funcionar no Brasil seja escolhida para atuar como fornecedora de marcador, será obrigatória a constituição de empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil para exercício da atividade.

§ 2º A assinatura do termo de transferência de tecnologia e confidencialidade para fornecimento de marcador ficará condicionada ao cumprimento do disposto no § 1º.

Art. 24. A empresa brasileira constituída para atuar como fornecedor de marcador, conforme previsto no § 1º do art. 23, ou a sociedade estrangeira autorizada a funcionar no país, deverá, antes da assinatura do termo de transferência de tecnologia e confidencialidade, apresentar a documentação comprobatória da sua habilitação jurídica, financeira e técnica, estabelecida no edital do processo licitatório.

Art. 25. A solicitação de cadastramento feita por empresa brasileira ou estrangeira deverá ser instruída com a seguinte documentação:

I - requerimento da interessada, conforme modelo estabelecido pela ANP, nos termos do Anexo IV;

II - ato representativo da empresa requerente nomeando seu representante legal junto à ANP, por meio de procuração, nos termos do Anexo V, exceto quanto ao disposto no parágrafo único;

III - documentos indicados no art. 26, quando se tratar de empresa brasileira;

IV - documentos indicados no art. 27, quando se tratar de empresa estrangeira;

V - declarações assegurando:

a) garantia de treinamento para todos os técnicos envolvidos com a realização de análises de detecção de presença de marcador no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP e nos laboratórios contratados pela ANP para o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), nos termos do Anexo VI;

b) garantia de entrega dos lotes de marcador nos produtores ou importadores de PMC no prazo máximo de um mês contado da data do pedido, nos termos do Anexo VII; e

c) caso a metodologia de detecção necessite da utilização de padrão de marcador, garantia de entrega dos padrões de marcador para realização das análises no prazo máximo de uma semana contado da data do pedido do laboratório, nos termos do Anexo VIII.

Parágrafo único. No caso de empresa estrangeira com autorização para funcionar no país, deverá ser apresentada a procuração prevista no art. 1.138 do Código Civil Brasileiro.

Art. 26. A solicitação de cadastramento feita por empresa brasileira deverá ser instruída com a seguinte documentação:

I - cópia dos atos constitutivos, estatuto ou contrato social, incluindo todas as alterações ou a mais recente, se consolidada, com a razão social da empresa requerente e com objeto social que inclua atividades compatíveis com o produto ofertado;

II - prova de regularidade fiscal com as fazendas Estadual e Municipal e certidões dos cartórios de distribuição civil das Justiças Federal e Estadual e dos cartórios de registro de protestos das comarcas da matriz e de suas filiais indicadas; e

III - declaração do dirigente máximo da empresa requerente acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito.

§ 1º O deferimento do cadastro fica condicionado à análise da:

I - regularidade de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz e das filiais, se houver, que exerçam atividade compatível com o produto ou serviço ofertado; e

II - regularidade com a Fazenda Federal.

§ 2º Os documentos previstos no inciso II do caput e nos incisos I e II do § 1º podem ser substituídos pela habilitação parcial atualizada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para a matriz e filiais que exerçam atividade compatível com o produto ou serviço ofertado.

Art. 27. A solicitação de cadastramento feita por empresa estrangeira deverá ser instruída com a seguinte documentação:

I - atos constitutivos, com a razão social da empresa requerente e com objeto social que inclua atividades compatíveis com o produto ofertado; e

II - caso não haja autorização de funcionamento no Brasil, declaração de compromisso de constituir empresa brasileira, nos termos do Anexo IX; ou

III - caso haja autorização de funcionamento no Brasil, a documentação exigida no art. 26.

§ 1º Quando a empresa estrangeira não for autorizada para funcionar no Brasil, deverá apresentar adicionalmente uma declaração do dirigente máximo de que a empresa requerente encontra-se organizada e em regular funcionamento, de acordo com as leis do seu país.

§ 2º Quando a empresa estrangeira for autorizada para funcionar no Brasil, nos termos do Código Civil Brasileiro, deverá apresentar adicionalmente:

I - prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal e certidões dos cartórios de distribuição civil das Justiças Federal e Estadual; e

II - declaração do dirigente máximo da empresa requerente acerca da inexistência de dívida com o Poder Público e de inscrição nos bancos de dados públicos ou privados de proteção ao crédito.

§ 4º A ANP poderá solicitar documentos e informações adicionais a empresas:

I - sediadas em países classificados como paraísos fiscais pela Receita Federal; ou

II- sediadas em países classificados como não-cooperantes pelo Conselho de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda.

§ 5º Toda a documentação em língua estrangeira deverá ser traduzida para o português.

Art. 28. A não apresentação, pela empresa requerente, de qualquer dos documentos exigidos nos arts. 25 a 27 acarretará, a critério da ANP, na não admissão da documentação apresentada e na sua consequente devolução pela ANP, que informará à empresa requerente quais são os documentos faltantes.

Art. 29. A ANP poderá solicitar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, documentos, informações ou providências adicionais que considere pertinentes ao cadastramento da empresa requerente.

Seção II
Da Exigência Técnica Para o Cadastramento De Fornecedor De Marcador

Art. 30. Para ser cadastrada, a empresa requerente deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

I - assegurar, mediante a assinatura de termo de compromisso, o envio, sempre que solicitado pela ANP, das informações sobre as propriedades físico-químicas do marcador na forma comercializada, para dar subsídios à manutenção da confiabilidade analítica;

II - garantir, mediante assinatura de termo de compromisso, assistência analítica aos laboratórios que executarem as análises de detecção de marcador;

III - apresentar documento comprobatório do prazo de validade do marcador, em embalagem de acondicionamento comercial quanto à sua estabilidade, considerando-se a máxima temperatura ambiente de exposição da embalagem a 45ºC;

IV - apresentar procedimento operacional de adição do marcador ao PMC que garanta a concentração estabelecida na origem, assim identificada como concentração final do marcador no PMC;

V - dispor de tecnologia analítica, de comprovada eficiência junto à ANP, para realização de análises em campo, por meio de equipamento portátil, que poderá ou não ser a mesma tecnologia aplicada em laboratório;

VI - seu equipamento analítico, tanto de laboratório quanto portátil, deve operar no modo automático, com leitura direta, sem necessidade de pré-tratamento;

VII - seu equipamento analítico, tanto de laboratório quanto portátil, deve realizar a análise com tempo máximo de trinta minutos por amostra, considerando equipamento em situação estável para a análise;

VIII - seu equipamento analítico de laboratório deve possibilitar programação sequencial de, pelo menos, vinte amostras independentes;

IX - realizar teste de desempenho do marcador coordenado pelo CPT, segundo protocolo de testes disponibilizado quando da solicitação do cadastramento;

X - comprovar, por meio do teste mencionado no inciso IX, que o nível de quantificação mínimo da metodologia analítica proposta é capaz de detectar o marcador em quantidade menor ou igual à estabelecida pela ANP, em correspondente percentual volumétrico de adulteração de PMC em gasolina;

XI - responsabilizar-se pela implementação de ações de melhoria contínua da metodologia analítica, quando disponível;

XII - comprovar, por meio de pelo menos um relatório técnico de testes realizados em produtor nacional ou usuário de PMC, que manifestar interesse em fazê-lo, a eficiência do produto ofertado, demonstrando que o marcador não afeta as propriedades do PMC e não compromete suas aplicações normais;

XIII - comprovar capacitação técnica, logística e operacional, desde a produção até a distribuição do marcador, para disponibilizar o marcador de forma a proporcionar os serviços de marcação em todos os pontos de marcação, bem como nos terminais de importação;

XIV - comprovar, por meio de declarações emitidas pelo representante legal da empresa requerente, capacitação técnica na produção e comercialização de marcadores;

XV - apresentar Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) do marcador na forma comercializada; e

XVI - a metodologia analítica, para realização de análise em campo ou em laboratório, deve permitir a identificação de marcador que possa ser utilizado em eventuais investigações da ANP.

Parágrafo único. Caso não apresente pelo menos um relatório de testes realizados, conforme disposto no inciso XII, deverá apresentar declaração, conforme o Anexo X.

Art. 31. Todos os dados e informações disponibilizados, tanto pela empresa requerente quanto pela ANP, durante a realização dos testes de desempenho da marcação de PMC e de eficiência do produto, incluindo cópia dos referidos dados e informações, bem como estudos, relatórios, análises ou outros materiais baseados em tais dados e informações, deverão ser mantidos em sigilo por todas as partes envolvidas.

Seção III
Da Vigência, Renovação e Cancelamento Do Cadastramento

Art. 32. O prazo de validade do cadastramento das empresas de que trata esta Resolução obedece ao estabelecido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo a empresa cadastrada solicitar à ANP, anualmente, até o dia 30 de abril, a renovação de seu cadastro, apresentando, para este fim, documentação comprobatória qualquer alteração ocorrida nas informações anteriormente transmitidas.

Parágrafo único. Na ausência de alteração, a renovação do cadastramento ocorrerá mediante a apresentação à ANP, pela empresa cadastrada, de declaração confirmando que não houve alteração no cadastramento anteriormente realizado e assegurando seu interesse na renovação do cadastro.

Art. 33. O cadastramento poderá ser cancelado pela ANP, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

I - extinção da obrigação legal ou regulamentar de marcação dos PMC;

II - extinção da empresa cadastrada, através de ato judicial ou extrajudicial;

III - por requerimento da empresa cadastrada;

IV - quando ocorrerem fundadas razões de interesse público, justificadas pela autoridade competente;

V - quando a atividade de fornecimento do marcador estiver sendo executada em desacordo com a legislação vigente; ou

VI - quando for constatado que a declaração de que trata o parágrafo único do art. 32 é falsa ou irregular.

Parágrafo único. O cancelamento previsto nos incisos IV, V e VI será precedido de processo administrativo, com garantia de ampla defesa e contraditório.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 3, de 19 de janeiro de 2011;

II - a Resolução ANP nº 13, de 9 de junho de 2009;

III - a Resolução ANP nº 707, de 18 de outubro de 2017; e

IV - o art. 28 da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO I

(a que se refere o inciso I do art. 16 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE MARCAÇÃO A PMC

Pelo presente instrumento, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do (a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], por meio de seus Representantes Legais, [inserir o(s) nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil (is), ocupação (ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s) Representante(s) Legal (is) da empresa], neste ato SOLICITA DISPENSA DE ADIÇÃO DE MARCADOR a [inserir nome dos PMC], nos termos do art. 15, da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante, reconhecendo a firma]

Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]

Em: [inserir local e data]

ANEXO II

(a que se refere o inciso II do art. 16 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

PROCURAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE JUNTO À ANP

Pelo presente instrumento de mandato, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do (a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], por meio de seus Representantes Legais, [inserir o(s) nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil (is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato nomeia o(a) Sr(a). [inserir o nome e qualificação completa do Representante Credenciado, outorgado da procuração], seu bastante procurador (a) com poderes para representá-la perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em especial para a solicitação de dispensa de adição de Marcador a PMC nos termos da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022, com poderes especiais para a prática dos atos e assunção de responsabilidade relativamente à solicitação, podendo, para tanto, receber, entregar e firmar documentos, pagar taxas, propor, recorrer, acordar, podendo ainda praticar os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante, reconhecendo a firma]

Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]

Em: [inserir local e data de outorga da procuração]

Informações complementares sobre o representante credenciado

_____
[inserir o nome e a assinatura, notarizada, do Representante]
[inserir o cargo do Representante Credenciado]
[inserir endereço de correspondência do Representante Credenciado]
[inserir telefone, fax e e-mail do Representante Credenciado]

ANEXO III

(a que se refere o inciso III do art. 16 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Identificação da Empresa			
[inserir o nome da empresa]			
[nome fantasia]			
Endereço da Empresa			
[rua, avenida etc.]		[número]	[Complemento]
[bairro, distrito]		[município]	
[estado]	[CEP]	[país]	
[DDD, DDI] [telefone]	[fax]	[endereço eletrônico]	
[CNPJ]	[inscrição estadual]		
Endereço para Correspondência			
[rua, avenida etc.]	[número]	[Complemento]	
[bairro, distrito]	[município]		
[estado]	[CEP]	[país]	
[DDD, DDI]	[telefone]	[fax]	[endereço eletrônico]
Identificação do representante junto a ANP			
[nome]			
[identidade, passaporte]		[CPF]	

ANEXO IV

(a que se refere o inciso I do art. 25. da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

Requerimento de cadastramento como fornecedor de marcador

Identificação da Empresa		
[inserir o nome da empresa]		
[nome fantasia]		
Endereço da Empresa		
[rua, avenida etc.]	[número]	[Complemento]
[bairro, distrito]	[município]	
[estado]	[CEP]	[país]
[DDD, DDI]	[telefone]	[fax]	[endereço eletrônico]
[CNPJ]	[inscrição estadual]	
Endereço da Fábrica		
[firma, razão social ou denominação]		
[rua, avenida etc.]	[número]	[Complemento]
[bairro, distrito]	[município]	
[estado]	[CEP]	[país]
[DDD, DDI]	[telefone]	[fax]	[endereço eletrônico]
Endereço para Correspondência		
[rua, avenida etc.]	[número]	[Complemento]
[bairro, distrito]	[município]	
[estado]	[CEP]	[país]
[DDD, DDI]	[telefone]	[fax]	[endereço eletrônico]
Identificação do representante junto a ANP		
[nome]		
[identidade, passaporte]	[CPF]	
[local e data]		
Assinatura		

ANEXO V

(a que se refere o inciso II do art. 25 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

PROCURAÇÃO PARA NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE JUNTO À ANP

Pelo presente instrumento de mandato, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do (a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], através de seus Representantes Legais, [inserir o(s) nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil(is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato nomeia o(a) Sr(a). [inserir o nome e qualificação completa do Representante Credenciado, outorgado da procuração],seu bastante procurador(a) com poderes para representá-la perante a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em especial para o processo de cadastramento da empresa [inserir o nome da empresa] como fornecedor de marcadores nos termos da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022, com poderes especiais para a prática dos atos e assunção de responsabilidade relativamente ao cadastramento, podendo, para tanto, receber, entregar e firmar documentos, pagar taxas, propor, recorrer, acordar, podendo ainda praticar os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante]
Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]
Em: [inserir local e data de outorga da procuração] Informações complementares sobre o representante credenciado.

_____
[inserir o nome e a assinatura, notarizada, do Representante]
[inserir o cargo do Representante Credenciado]
[inserir endereço de correspondência do Representante Credenciado]
[inserir telefone, fax e e-mail do Representante Credenciado]

ANEXO VI

(a que se refere a alínea "a" do inciso V do art. 25 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE TREINAMENTO PARA OS TÉCNICOS ENVOLVIDOS COM A REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DE DETECÇÃO DE PRESENÇA DE MARCADOR

Pelo presente instrumento, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do(a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], através de seus Representantes Legais, [inserir o(s)nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil(is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s)Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato declara que garantirá treinamento para todos os técnicos envolvidos com a realização de análises de detecção de presença de marcador no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) da ANP e nos laboratórios contratados pela ANP para o Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis Automotivos.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante]
Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]
Em: [inserir local e data]

ANEXO VII

(a que se refere a alínea "b" do inciso V do art. 25 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE ENTREGA DOS LOTES DE MARCADOR

Pelo presente instrumento, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do (a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], através de seus Representantes Legais, [inserir o(s) nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil(is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s)Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato declara que garantirá a entrega dos lotes de marcador nos produtores ou importadores de Produtos de Marcação Compulsória(PMC) em prazo não superior a um mês do pedido.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante]
Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]
Em: [inserir local e data]

ANEXO VIII

(a que se refere a alínea "c" do inciso V do art. 25 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

DECLARAÇÃO DE GARANTIA DE ENTREGA DOS PADRÕES DE MARCADORES

Pelo presente instrumento, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do (a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], através de seus Representantes Legais, [inserir o(s)nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil(is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato declara que garantirá a entregados padrões do marcador para realização das análises em prazo não superior a uma semana da data do pedido do laboratório.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante]
Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]
Em: [inserir local e data]

ANEXO IX

(a que se refere o inciso II do art. 27 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA BRASILEIRA E APRESENTAÇÃO, EM NOME DA REFERIDA EMPRESA, DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PELOS ARTIGOS 26 E 27 DESTA RESOLUÇÃO

Pelo presente instrumento, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do(a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], através de seu(s) Representante(s) Legal(is), [inserir o(s) nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil(is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s) Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato se compromete, caso venha a ser escolhida para atuar como fornecedor de marcador, nos termos da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022, a constituir empresa segundo as leis brasileiras, com sede e administração no Brasil, bem como a apresentar a documentação exigida no art. 27 e atender às exigências técnicas previstas no art. 30 da Resolução ANP nº XXX, de D de MMM de 2022, em consonância ao disposto nos arts. 23 e 24 da Resolução ANP nº XXX, de D de MMM de 2022.

Assinado por:
[inserir o nome do Representante Legal da outorgante]
Cargo:
[inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]
Em:
[inserir local e data]

ANEXO X

(a que se refere parágrafo único do art. 30 da Resolução ANP nº 902, de 18 de novembro de 2022)

DECLARAÇÃO DE QUE O(S) MARCADOR (ES) NÃO AFETA(M) AS PROPRIEDADES DOS PMC E NÃO COMPROMETE(M) SUAS APLICAÇÕES NORMAIS

Pelo presente instrumento, [inserir o nome da empresa], constituída e existente de acordo com as leis do (a) [inserir o nome do país de origem da empresa], com sede em [inserir o endereço da sede da empresa], através de seu(s) Representante(s) Legal(is), [inserir o(s)nome(s), nacionalidade(s), estado(s) civil(is), ocupação(ões), identidade(s) ou CPF(s) do(s)Representante(s) Legal(is) da empresa], neste ato declara que o(s) produto(s)marcador(es), identificado(s) pelo(s) nome(s) comercial(is), (inserir o(s) nome(s) do(s)marcador(es), não afeta(m) as propriedades dos PMC e não compromete(m) suas aplicações normais.

Assinado por: [inserir o nome do Representante Legal da outorgante]
Cargo: [inserir o cargo do Representante Legal da empresa outorgante]
Em: [inserir local e data]

RESOLUÇÃO ANP Nº 903, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações dos combustíveis de uso aquaviário e suas regras de comercialização em todo o território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece as especificações dos combustíveis de uso aquaviário, contidas no Anexo e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem esses combustíveis em território nacional.

Parágrafo único. Fica vedada a comercialização de combustível aquaviário que não se enquadre nas especificações estabelecidas nesta Resolução.

Art. 2º Fica proibida a adição de óleo vegetal, de sebo animal e de resíduos aos combustíveis aquaviários.

Parágrafo único. Os resíduos de que trata o caput são aqueles recuperados a partir de borras retiradas na limpeza de tanques, os óleos lubrificantes usados ou contaminados, os rejeitos de origem petroquímica, as borras ou os resíduos provenientes do processamento de madeira ou carvão, os rejeitos químicos, os solventes usados ou qualquer outro resíduo que não provenha do processamento de petróleo.

Art. 3º A ANP determinará a adição obrigatória de biodiesel aos combustíveis aquaviários quando as condições técnico-operacionais para o uso seguro da mistura estiverem estabelecidas.

Art. 4º Para efeitos desta Resolução define-se:

I - boletim de conformidade: documento da qualidade constituído com os resultados das análises das características físico-químicas estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020;

II - certificado da qualidade: documento da qualidade, constituído de todas as informações e resultados da análise das características dos óleos diesel marítimos ou dos óleos combustíveis marítimos, constantes no Anexo;

III - combustíveis aquaviários: combustíveis destinados ao uso em motores de embarcações, tanto na propulsão, como em motores auxiliares, classificados em destilados médios ou óleos diesel marítimos e residuais ou óleos combustíveis marítimos;

IV - óleo combustível marítimo ou OCM: composto de óleo combustível e diluente na quantidade suficiente para ajuste da viscosidade, para uso aquaviário;

V - óleo diesel marítimo A ou DMA: combustível destilado médio, para uso aquaviário;

VI - óleo diesel marítimo B ou DMB: combustível predominantemente composto de destilados médios, podendo conter pequenas quantidades de óleos de processo do refino, para uso aquaviário; e

VII - óleos residuais: óleos oriundos de corrente intermediária do refino ou aqueles agregados ao DMB, ao longo da logística de produtos escuros.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA QUALIDADE

Art. 5º Os produtores e os importadores de combustíveis aquaviários deverão analisar uma amostra representativa do volume a ser comercializado e emitir o certificado da qualidade.

§ 1º Quando não for possível atender ao limite estabelecido na Tabela 2 do Anexo, para a característica teor de H_2S do óleo combustível marítimo no tanque da refinaria, fica permitido que o atendimento à especificação desta característica ocorra no tanque do terminal marítimo ou aquaviário.

§ 2º No caso de importação de óleo diesel marítimo, deverão ser seguidas as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017, o que não exclui a responsabilidade do importador sobre a qualidade do produto.

Art. 6º O distribuidor de combustíveis líquidos deverá analisar uma amostra representativa do volume a ser comercializado de óleo diesel marítimo ou de óleo combustível marítimo e emitir o boletim de conformidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização de combustíveis aquaviários deverá indicar:

I - a descrição do produto estabelecida pela ANP, conforme tabela de códigos do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP, disponível no sítio eletrônico da ANP na internet (www.gov.br/anp); e

II - o número do certificado da qualidade ou do boletim de conformidade correspondente ao produto, conforme o caso.

Parágrafo único. Ao ser transportado, o produto deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o caso.

Art. 8º Nas operações de abastecimento de óleo combustível marítimo em que ocorrer a mistura entre um óleo combustível de viscosidade superior e um diluente, uma amostra representativa do volume a ser comercializado dessa mistura deverá ser analisada para emissão do certificado da qualidade.

§ 1º Na impossibilidade de se coletar a amostra de acordo com o disposto no caput, deverá ser formulada amostra composta de óleo combustível e diluente, nas mesmas proporções aplicadas para obtenção do produto final.

§ 2º O produtor, o importador e o distribuidor de combustíveis líquidos poderão fornecer, no ato da operação de abastecimento, o boletim de conformidade em substituição ao certificado da qualidade e, no prazo máximo de setenta e duas horas, enviar cópia do certificado da qualidade em que deverá estar declarado o número do boletim correspondente.

§ 3º O boletim de conformidade de que trata o §2º deverá conter os resultados das análises das características físico-químicas estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 2020.

§ 4º Fica dispensada a emissão do certificado da qualidade do óleo combustível marítimo quando obtido a partir de mistura de um resíduo de viscosidade superior e um diluente se:

I - o diluente for um óleo diesel marítimo DMA ou DMB;

II - no boletim de conformidade da mistura final forem atendidos os limites das características físico-químicas estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 2020; e

III - o óleo combustível de viscosidade superior, usado na obtenção da mistura, atender às características previstas na especificação do produto final, à exceção daquelas constantes no boletim de conformidade de que trata o art. 3º.

Art. 9º Para o DMA comercializado para consumo na Região Norte, fica estabelecido o valor máximo de 6°C para a característica ponto de fluidez, durante todo o ano.

Art. 10. O óleo combustível marítimo será considerado contaminado por óleo lubrificante usado, se o teor de cálcio e o teor de zinco ou fósforo superarem os limites indicados na Tabela 2 do Anexo.

Art. 11. As análises do óleo diesel marítimo e do óleo combustível marítimo deverão ser realizadas em amostra representativa obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis - Amostragem manual;

II - ASTM D4057: Standard Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products; ou

III - ASTM D4177- Practice for Automatic Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 12. As análises das características indicadas nas Tabelas 1 e 2 do Anexo deverão ser realizadas de acordo com a publicação mais recente do método de ensaio adotado.

Art. 13. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos nas Tabelas 1 e 2 do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para a aceitação das determinações em duplicata do ensaio, não devendo ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

Art. 14. Fica permitida a comercialização de óleos combustíveis marítimos com viscosidades distintas das especificadas na Tabela 2 do Anexo mediante acordo entre o fornecedor e o consumidor final.

Art. 15. Áreas costeiras e portuárias de alguns países poderão requerer limites mais restritivos, conforme Anexo VI do Protocolo de 1997 da Organização Marítima Internacional (IMO, sigla em inglês), sendo que no caso em que a embarcação for trafegar em áreas ambientais controladas, o teor de enxofre total no óleo combustível marítimo deverá ser, no máximo, 1,0% em massa.

Art. 16. As embarcações dotadas de sistema de limpeza de gases de escape poderão ser abastecidas com combustíveis marítimos cujo teor de enxofre total seja de, no máximo, 3,50% em massa.

CAPÍTULO IV

DAS REGRAS DO ANEXO VI DA CONVENÇÃO MARPOL

Art. 17. O atendimento às disposições contidas nesta Resolução não dispensa o cumprimento ao disposto no Anexo VI da Convenção MARPOL pelos produtores, importadores, distribuidores de combustíveis líquidos, transportadores-revendedores-retalhistas, transportadores-revendedores-retalhistas na navegação interior e comerciais exportadoras, com destaque para:

I - a disponibilização de combustíveis para as embarcações, de acordo com os requisitos do Anexo VI da Convenção MARPOL;

II - o fornecimento ao comandante ou ao encarregado da embarcação da nota de entrega do combustível (bunker delivery note), redigida em português e em inglês, e de uma amostra representativa do combustível fornecido, em atenção ao Apêndice V da Regra 18 do Anexo VI da Convenção MARPOL; e

III - a guarda da nota de entrega do combustível, que deverá ficar à disposição da IMO e da Autoridade Marítima pelo prazo de três anos contados a partir da data de emissão da nota.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica a cada operação de abastecimento de embarcação contratada mediante cláusula de fornecimento de combustível.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 52, de 29 de dezembro de 2010;

II - a Resolução ANP nº 38, de 19 de novembro de 2012;

III - a Resolução ANP nº 26, de 10 de julho de 2013;

IV - a Resolução ANP nº 19, de 27 de março de 2014;

V - a Resolução ANP nº 687, de 29 de junho de 2017;

VI - a Resolução ANP nº 789, de 22 de maio de 2019;

VII - o art. 45 da Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020; e

VIII - o art. 27 da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o art. 1º, o inciso II do art. 4º, § 1º do art. 5º e os arts. 10, 12, 13 e 14 da Resolução ANP nº 903, de 18 de novembro de 2022)

Tabela 1 - Especificações dos óleos diesel marítimos (1)

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE		MÉTODO (2)	
		TIPO		ABNT NBR	ASTM/IP/ISO
		DMA	DMB		
Aspecto	-	Límpido e isento de impurezas	anotar	Visual	-
Cor ASTM, máx.	-	3	-	14483	D1500
Enxofre Total, máx.	% massa	0,5		14533	D2622 D4294 D5453 ISO 8754 ISO 14596
Sulfeto de hidrogênio, máx.	mg/kg	2,0		-	IP 570
Número de acidez, máx. (3)	mg KOH/g	0,5		14448	D664
Massa Específica a 20°C, máx.	kg/m³	876,8	896,8	7148 14065	D1298 D4052 ISO 3675 ISO 12185
Ponto de Fulgor, mín.	°C	60,0		14598	D93 ISO 2719
Viscosidade a 40°C	mm²/s	2,0 - 6,0	2,0 - 11,0	10441	D445 ISO 3104
Ponto de Fluidez, máx. Tipo inverno	°C	- 6	0	11349	D97 ISO 3016
Ponto de Fluidez, máx. Tipo verão	°C	0	6	11349	D97 ISO 3016
Índice de Cetano, mín.	-	40	35	14759	D4737 ISO 4264
Resíduo de Carbono no resíduo dos 10 % finais de destilação, máx.	% massa	0,30	-	15586	D4530 ISO 10370 D524 (4)
Resíduo de Carbono, máx.	% massa	-	0,30		
Cinzas, máx.	% massa	0,010		9842	D482 ISO 6245
Água, máx.	% vol.	-	0,30	14236	D95 ISO 3733
Estabilidade à oxidação, máx.	mg/100 ml	2,5	2,5 (5)	-	D2274 D5304 ISO 12205
Sedimentos, máx.	% massa	-	0,10 (6)	D4870	ISO 10307-1
Lubricidade, máx. (7)	µm	520		-	D6079 ISO 12156-1

Tabela 2 - Especificações dos óleos combustíveis marítimos

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	TIPO			MÉTODO (2)	
		OCM 120	OCM 180	OCM 380	ABNT NBR	ASTM/IP/ISO
Viscosidade a 50°C, máx.	mm²/s	120,0	180,0	380,0	10441	D445 ISO 3104
Resíduo de Carbono, máx.	% massa	14	15	18	15586	D4530 ISO 10370 D524 (4)
Enxofre Total, máx.	% massa	0,50			14533	D2622 D4294 ISO 8754 ISO 14596
Sulfeto de hidrogênio, máx.	mg/kg	2,0			-	IP 570
Número de acidez, máx. (3)	mg KOH/g	2,5			14448	D664
Massa Específica a 20°C, máx. (8)	kg/m³	981,8	987,8		7148 14065	D1298 D4052 ISO 3675 ISO 12185
ICAC, máx. (9), (10)	-	860		870	-	-
Cinzas, máx.	% massa	0,070		0,100	9842	D482 ISO 6245
Ponto de Fulgor, mín.	°C	60,0			14598	D93 ISO 2719
Ponto de Fluidez, máx.	°C	30			11349	D97 ISO 3016
Água, máx.	% vol.	0,50			14236	D95 ISO 3733
Sedimentos (com envelhecimento), máx.	% massa	0,10			-	ISO 10307-2
Alumínio mais Silício, máx.	mg/kg	40	50	60	-	D5184 ISO 10478
Vanádio, máx.	mg/kg	150		350	-	D5708 D5863 ISO 14597

Sódio, máx.	mg/kg	100	50	100	-	D5863 IP501 IP470
Cálcio, máx.	mg/kg	30			-	IP501 IP470
Fósforo, máx.	mg/kg	15			-	IP500 IP501
Zinco, máx.	mg/kg				-	IP501 IP470

Observações:

(1) Admite-se um teor máximo de 0,1% em volume de biodiesel para os óleos diesel marítimos pelo método ABNT NBR 15568 ou EN 14078.

(2) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR), da ASTM International (ASTM), The Institute of Petroleum (IP), da International Organization for Standardization (ISO) e da European Standards (EN).

(3) Para produto obtido de petróleo de natureza naftênica, aplica-se o disposto na norma ISO 8217 relativo à característica número de acidez.

(4) O resultado obtido por este método deve ser convertido para resíduo de carbono Conradson.

(5) A determinação desta característica é requerida quando o produto se apresentar límpido e isento de impurezas.

(6) A determinação desta característica é requerida quando o produto não se apresentar límpido e isento de impurezas.

(7) A determinação desta característica é requerida quando a amostra for límpida e o enxofre total for inferior a 0,05% massa.

(8) O método de referência em caso de disputa será o ABNT NBR 7148.

(9) O valor do índice calculado de aromaticidade carbônica se obtém da seguinte fórmula:

ICAC = ~~1~~5 - 81 - 141 x log[log (v + 0,85)]

onde:

v - é a viscosidade cinemática a 50°C, expressa em milímetros ao quadrado por segundo;

~~1~~5 - é a massa específica a 15°C, expressa em quilogramas por metro cúbico;

log - é o logaritmo na base 10.

(10) Deve ser reportado, entre parênteses, ao lado do valor da característica ICAC o valor da massa específica a 15°C.

RESOLUÇÃO ANP Nº 905, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações do óleo diesel de uso não rodoviário e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as especificações do óleo diesel de uso não rodoviário, doravante denominado óleo diesel não rodoviário, constantes do Anexo, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em território nacional.

§ 1º Os usos não rodoviários abrangidos por esta Resolução referem-se aos veículos e equipamentos empregados no transporte ferroviário, na extração mineral e na geração de energia elétrica, nos termos do art. 4º.

§ 2º A comercialização do óleo diesel não rodoviário produzido por processos distintos dos utilizados no refino de petróleo e nas centrais de matérias-primas petroquímicas, bem como a partir de matérias-primas distintas do petróleo e seus derivados, depende de autorização prévia da ANP.

§ 3º Nos casos previstos no § 2º, a ANP poderá exigir outras características nas especificações referidas no caput, de modo a garantir a qualidade do produto.

Art. 2º Para efeitos desta Resolução o óleo diesel não rodoviário classifica-se em:

I - óleo diesel A S1800 não rodoviário: combustível produzido a partir de processos utilizados no refino de petróleo e nas centrais de matérias-primas petroquímicas ou autorizado nos termos do § 2º do art. 1º, sem adição de biodiesel e com teor de enxofre máximo de 1800mg/kg, comercializado ao distribuidor para compor o óleo diesel B não rodoviário; e

II - óleo diesel B S1800 não rodoviário: óleo diesel A S 1800 adicionado de biodiesel no teor estabelecido pela legislação vigente e destinado aos usos não rodoviários.

Art. 3º Para efeitos desta Resolução definem-se:

I - boletim de conformidade: documento da qualidade, emitido pelo distribuidor de combustíveis líquidos, que deve conter os resultados das análises das características do produto definidas no § 4º do art. 9º e constantes do Anexo;

II - certificado da qualidade: documento da qualidade, emitido pela refinaria, pela central de matérias-primas petroquímicas, pelo formulador e pela empresa de inspeção da qualidade contratada pelo importador, que deve conter todas as informações e os resultados das análises das características do produto, constantes do Anexo;

III - distribuidor de combustíveis líquidos: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, biocombustíveis e outros combustíveis automotivos especificados ou autorizados pela ANP;

IV - empresa de inspeção da qualidade: unidade laboratorial credenciada pela ANP, constituída como pessoa jurídica nos termos da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021, para realização de atividades de controle da qualidade dos produtos importados, adição de corante ao óleo diesel A S500 e ao etanol anidro combustível, bem como adição de marcador aos produtos de marcação compulsória;

V - grande consumidor: consumidor, pessoa física ou jurídica, que possua em seu estabelecimento tancagem com instalações aéreas ou subterrâneas, com capacidade total de armazenagem de óleo diesel B igual ou superior a $15m^3$, para funcionamento de:

a) ponto de abastecimento exclusivo, autorizado pela ANP nos termos da Resolução ANP nº 12, de 21 de março de 2007;

b) equipamento fixo exclusivo, como grupo gerador de energia elétrica; ou

c) ponto de abastecimento e equipamento fixo;

VI - importador: pessoa jurídica autorizada pela ANP para realizar atividade de comércio exterior na modalidade de importação de produto cuja nomenclatura comum do Mercosul (NCM) está sujeita à anuência prévia da ANP;

VII - produtor: empresa autorizada pela ANP para o exercício da atividade de produção de combustíveis líquidos derivados de petróleo ou de gás natural;

VIII - revendedor varejista de combustíveis automotivos: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 5 de novembro de 2013; e

IX - transportador-revendedor-retalhista: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de revenda a retalho de combustíveis, nos termos da Resolução ANP nº 8, de 6 de março de 2007.

CAPÍTULO II

DA COMERCIALIZAÇÃO

Art. 4º Fica autorizada a comercialização de óleo diesel B S1800, em todo o território nacional, ao usuário final grande consumidor que exerça as seguintes atividades econômicas:

I - geração de energia elétrica, somente se o adquirente for outorgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como produtor independente de energia ou serviço público, conforme legislação vigente, e desde que o combustível seja o óleo diesel;

II - transporte ferroviário; e

III - extração mineral considerada a céu aberto pela Agência Nacional de Mineração - ANM.

§ 1º Na atividade de extração mineral considerada subterrânea pela ANM, deverá ser comercializado o óleo diesel B S500 de uso rodoviário.

§ 2º Na atividade de geração de energia elétrica que não se enquadre no caso previsto no inciso I do caput, deverá ser comercializado o óleo diesel B S500 de uso rodoviário.

Art. 5º Fica vedada a comercialização de óleo diesel B S1800 não rodoviário ao revendedor varejista de combustíveis automotivos.

Art. 6º O óleo diesel B não rodoviário comercializado em território nacional deverá atender ao percentual de biodiesel determinado pela legislação vigente.

Parágrafo único. O biodiesel a ser adicionado ao óleo diesel A não rodoviário deverá atender a Resolução ANP nº 45, 25 de agosto de 2014.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE DA QUALIDADE

Art. 7º Os produtores de óleo diesel não rodoviário deverão analisar uma amostra representativa do volume a ser comercializado e emitir o certificado da qualidade, com identificação própria por meio de numeração sequencial anual.

§ 1º O certificado da qualidade deverá ser assinado pelo profissional de química responsável pela qualidade do produto, com a indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, inclusive no caso de cópia emitida eletronicamente.

§ 2º O certificado da qualidade poderá ser assinado digitalmente, conforme legislação vigente.

§ 3º O certificado da qualidade deverá ser mantido à disposição da ANP pelos produtores, pelo prazo mínimo de doze meses, a contar da data de comercialização do produto.

§ 4º O produtor deverá manter sob sua guarda e à disposição da ANP, pelo prazo mínimo de dois meses, a contar da data da comercialização do produto, uma amostra-testemunha de um litro.

§ 5º O certificado da qualidade deverá permitir rastreamento de sua respectiva amostra-testemunha.

§ 6º A amostra-testemunha deverá ser armazenada em embalagem de cor âmbar, fechada com batoque e tampa plástica com lacre que deixe evidências em caso de violação, e mantida em local protegido de luminosidade.

Art. 8º No caso de importação de óleo diesel não rodoviário, deverão ser seguidas as regras da Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017 ficando o importador responsável pela qualidade do produto.

Art. 9º No caso de importação de óleo diesel A S1800 para grande consumidor, destinadas às atividades econômicas dispostas nos incisos I, II e III do art. 4º, deverá estar indicado na Licença de Importação o distribuidor que efetuará a adição de biodiesel no óleo diesel A, observado o percentual obrigatório vigente.

Art. 10. O distribuidor de combustíveis líquidos deverá analisar uma amostra representativa do volume de óleo diesel B não rodoviário a ser comercializado e emitir o boletim de conformidade, com identificação própria por meio de numeração sequencial anual.

§ 1º O boletim de conformidade deverá ser assinado pelo profissional de química responsável pela qualidade do produto, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, inclusive no caso de cópia emitida eletronicamente.

§ 2º O boletim de conformidade poderá ser assinado digitalmente, conforme legislação vigente.

§ 3º O boletim de conformidade deverá ficar sob a guarda do distribuidor de combustíveis líquidos e à disposição da ANP, por um período de doze meses, contados a partir da data da comercialização.

§ 4º O boletim de conformidade deverá conter, no mínimo, os resultados das análises de aspecto, cor visual, ponto de fulgor, massa específica, condutividade elétrica e teor de água do óleo diesel B não rodoviário, constantes da Tabela 1 do Anexo.

§ 5º A cópia do certificado da qualidade recebida pelo distribuidor de combustíveis líquidos, no ato do recebimento do produto, deverá ficar à disposição da ANP pelo prazo mínimo de doze meses, a contar da data de recebimento.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Quando houver alteração no teor de biodiesel estabelecido pela legislação vigente, as autuações aplicáveis ao transportador-revendedor-retalhista por não conformidade do teor de biodiesel no óleo diesel B S1800 não rodoviário só poderão ocorrer após o prazo de trinta dias, contados a partir da data de entrada em vigor do novo teor.

Art. 12. A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) referentes às operações de comercialização do óleo diesel não rodoviário deverão indicar:

I - o código e a descrição do produto estabelecidos pela ANP, conforme tabela de códigos do Sistema de Informação de Movimentação de Produtos - SIMP disponível no sítio eletrônico da ANP na internet (www.gov.br/anp); e

II - o número do certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o caso, correspondente ao produto.

Parágrafo único. Ao ser transportado, o produto deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o caso.

Art. 13. Fica proibida a adição de óleo vegetal ao óleo diesel não rodoviário.

Art. 14. As análises de óleo diesel não rodoviário deverão serão realizadas em amostra representativa obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis - Amostragem manual; ou

II - ASTM D4057: Standard Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 15. As características presentes nas especificações contidas na Tabela 1 do Anexo deverão ser determinadas conforme a publicação mais recente de cada método de ensaio adotado.

Art. 16. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos na Tabela 1 do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 45, de 20 de dezembro de 2012;

II - a Resolução ANP nº 69, de 23 de dezembro de 2014;

III - a Resolução ANP nº 681, de 5 de junho de 2017; e

IV - art. 29 da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o caput do art. 1º, os incisos I e II do art. 3º, o § 4º do art. 10 e os arts. 15 e 16 da Resolução ANP nº 905, de 18 de novembro de 2022)

Tabela 1- Especificações dos óleos diesel A S1800 e B S1800 não rodoviários.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE	MÉTODO (1)	
			ABNT NBR	ASTM/EN
Aspecto (2) (3) (4)	-	Límpido e isento de impurezas	14954	D4176
Cor Visual	-	(5)	-	-
Cor ASTM, máx.	-	3,0	14483	D1500 D6045
Teor de biodiesel (6)	% volume	(7)	15568	EN 14078
Enxofre total, máx. (8)	mg/kg	1800	14533	D2622 D4294 D5453
Massa específica a 20°C	kg/m³	820 a 880	7148 14065	D1298 D4052
Ponto de fulgor, mín.	°C	38,0	7974 14598	D56 D93 D3828 D7094
Viscosidade a 40°C	mm²/s	2,0 a 5,0	10441	D445
Destilação				
10% vol, recuperados	°C	Anotar	9619	D86
50% vol, recuperados		245,0 a 310,0		
85% vol, recuperados, máx.		370,0		
90% vol, recuperados		Anotar		
Ponto de entupimento de filtro a frio, máx.	°C	(9)	14747	D6371
Número de cetano, mín. ou Número de cetano derivado (NCD), mín.		42 (10) (11)	-	D613 D6890 D7170
Resíduo de carbono Ramsbottom no resíduo dos 10% finais da destilação, máx.	% massa	0,25	14318	D524
Cinzas, máx.	% massa	0,010	9842	D482
Corrosividade ao cobre, 3h a 50°C, máx		1	14359	D130
Teor de água, máx. (6)	mg/kg	500	-	D6304 EN ISO12937
Condutividade elétrica, mín. (12)	pS/m	anotar	-	D2624 D4308

Observações:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR), da ASTM International (ASTM) e da European Standards (EN).

(2) Em caso de disputa, o produto só poderá ser considerado como não especificado quanto ao aspecto caso o parâmetro teor de água esteja não conforme.

(3) Nas autuações por não conformidade quanto ao aspecto, deverá ser realizada a análise de teor de água. O produto será reprovado caso este parâmetro esteja fora de especificação.

(4) Deverá ser aplicado o procedimento 1.

(5) Coloração de amarelo a alaranjado, podendo o tipo B apresentar-se ligeiramente alterado para a tonalidade marrom.

(6) Aplicável apenas para o óleo diesel B.

(7) No percentual estabelecido pela legislação vigente, sendo admitida variação de ± 0,5% em volume, e aplicável a norma EN 14078 como referência em caso de disputa para a determinação do teor de biodiesel no óleo diesel B.

(8) Em caso de disputa, a norma ASTM D5453 deverá ser utilizada. Os métodos NBR 14533 e ASTM D4294 são aplicados apenas para o óleo diesel A.

(9) Limites conforme Tabela 2.

(10) Para o óleo diesel A, fica permitida a determinação do índice de cetano calculado pelo método ASTM D4737, alternativamente ao número de cetano, desde que o produto não contenha aditivo melhorador de cetano e o resultado seja mínimo de 45.

(11) Quando for utilizado aditivo melhorador de cetano, esta informação deverá constar no certificado da qualidade.

(12) Caso a condutividade elétrica medida seja inferior a 25pS/m deverá ser dado destaque do resultado no certificado de qualidade para que o distribuidor seja alertado quanto à adoção de medidas de segurança.

Tabela 2 - Limites de Ponto de Entupimento de Filtro a Frio.

Unidades da Federação	Limite Máximo, °C											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SP - MG - MS	12	12	12	7	3	3	3	3	7	9	9	12
GO/DF - MT - ES - RJ	12	12	12	10	5	5	5	8	8	10	12	12
PR - SC - RS	10	10	7	7	0	0	0	0	0	7	7	10

RESOLUÇÃO ANP Nº 907, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações do etanol combustível e suas regras de comercialização em todo o território nacional.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as especificações do etanol anidro combustível e do etanol hidratado combustível, contidas no Anexo, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.

Parágrafo único. A ANP poderá acrescentar características adicionais, métodos complementares ou impor novos limites às especificações dispostas nas Tabelas 1 e 2 do Anexo, para o caso de etanol combustível produzido a partir de matéria-prima distinta do caldo ou melaço de cana-de-açúcar ou a partir de processos distintos do da rota fermentativa.

Art. 2º É vedada a comercialização de etanol anidro combustível e etanol hidratado combustível que não se enquadre nas especificações estabelecidas no Anexo.

Parágrafo único. As denominações etanol anidro combustível e etanol hidratado combustível são equivalentes, respectivamente, a álcool etílico anidro combustível e álcool etílico hidratado combustível.

Art. 3º Para efeito desta Resolução definem-se:

I - amostra-testemunha: amostra representativa de produto caracterizado por um certificado da qualidade, boletim de conformidade ou boletim de análise;

II - amostragem em fluxo contínuo: amostragem em linhas que contém produto em movimento ou em tanques de armazenagem com carga contínua;

III - boletim de análise: documento da qualidade utilizado para composição do certificado da qualidade e do boletim de conformidade, que contempla análise completa ou parcial da qualidade do produto a ser comercializado, emitido por laboratório pertencente ao agente econômico ou contratado por este;

IV - boletim de conformidade: documento da qualidade que deve conter, pelo menos, os resultados das análises das características do etanol combustível definidas na Tabela 2 do Anexo;

V - certificado da qualidade: documento da qualidade que contém os resultados das análises das características físico-químicas do etanol combustível definidas na Tabela 1 do Anexo;

VI - corante: produto que confere coloração ao etanol combustível;

VII - distribuidor de combustíveis líquidos: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, biocombustíveis e outros combustíveis automotivos especificados ou autorizados pela ANP;

VIII - empresa de inspeção da qualidade: unidade laboratorial credenciada pela ANP, constituída como pessoa jurídica, nos termos da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021, para realização de atividades de controle da qualidade dos combustíveis importados, adição de corante ao óleo diesel A S500 e ao etanol anidro combustível e adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, conforme regulamentos da ANP;

IX - etanol anidro combustível (EAC): etanol combustível destinado para mistura com gasolina A na formulação da gasolina C;

X - etanol combustível: biocombustível proveniente do processo fermentativo de biomassa renovável, destinado ao uso em motores a combustão interna, e possui como principal componente o etanol, o qual é especificado sob as formas de etanol anidro combustível e etanol hidratado combustível;

XI - etanol hidratado combustível (EHC): etanol combustível destinado à utilização direta em motores a combustão interna;

XII - etanol hidratado combustível premium (EHCP): etanol hidratado combustível, com massa específica a 20°C variando de 799,7 a 802,8kg/m^3;

XIII - fornecedor de corante: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, cadastrada na ANP e responsável pelo registro do corante para o etanol anidro combustível;

XIV - fornecedor de etanol combustível: produtor de etanol com unidade fabril instalada no território nacional, cooperativa de produtores de etanol, empresa comercializadora de etanol, agente operador de etanol ou importador de etanol, sendo vedado em todos os casos exercer as atividades de distribuição ou revenda varejista de combustíveis líquidos, conforme a Resolução ANP nº 43, de 22 de dezembro de 2009;

XV - importador: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, cadastrada na ANP, que adquire etanol combustível exclusivamente do mercado externo para comercialização no mercado interno;

XVI - navegação de cabotagem: navegação realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, que utiliza a via marítima ou as vias navegáveis interiores;

XVII - operador: empresa ou consórcio de empresas, constituídas sob as leis brasileiras, autorizadas a operar um terminal conforme a Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015;

XVIII - produtor: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, autorizada pela ANP, com unidade fabril instalada no território nacional, para as atividades de produção e comercialização de etanol combustível, conforme regulamentação da ANP;

XIX - revendedor: pessoa jurídica autorizada pela ANP para o exercício da atividade de revenda varejista que consiste na comercialização de combustível automotivo em estabelecimento denominado posto revendedor;

XX - terminal de etanol: instalação autorizada conforme a Resolução ANP nº 52, de 2015, utilizada para o recebimento, expedição e armazenagem de etanol;

XXI - transportador aquaviário: pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, que tenha por objeto o transporte aquaviário, que detenha Autorização de Operação para Empresa Brasileira de Navegação emitida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), bem como da ANP, conforme a Resolução ANP nº 52, de 2015, para operar na navegação de cabotagem e que atenda as normas e regulamentos estabelecidos pela Autoridade Marítima Brasileira;

XXII - transportador dutoviário: empresa ou consórcio de empresas, constituídos sob as leis brasileiras, que operam instalações dutoviárias de transporte ou transferência, conforme definido no item 4.63 do Regulamento Técnico ANP, parte integrante da Resolução ANP nº 6, de 3 de fevereiro de 2011;

XXIII - volume certificado: quantidade segregada de produto em um único tanque, caracterizada por certificado da qualidade;

XXIV - empresa de inspeção da qualidade: unidade laboratorial credenciada pela ANP, constituída como pessoa jurídica, nos termos da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021, para realização de atividades de controle da qualidade dos combustíveis importados, adição de corante ao óleo diesel A S500 e ao etanol anidro combustível e adição de marcador aos produtos de marcação compulsória, conforme regulamentos da ANP; e

XXV - transportador-revendedor-retalhista (TRR): pessoa jurídica autorizada pela ANP nos termos da Resolução ANP nº 8, de 6 de março de 2007.

CAPÍTULO II

DO CERTIFICADO DA QUALIDADE

Art. 4º O fornecedor de etanol combustível fica obrigado a garantir a qualidade do etanol combustível a ser comercializado em todo o território nacional e a emitir o certificado da qualidade a cada batelada a ser comercializada, cujos resultados dos ensaios realizados em amostra representativa deverão atender aos limites estabelecidos nas especificações constantes da Tabela 1 do Anexo.

§ 1º No caso da importação de etanol combustível, a emissão do certificado da qualidade deverá ser realizada por empresa de inspeção da qualidade contratada pelo importador no ato da sua internação, conforme Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017, considerando as especificações contidas na Tabela 1 do Anexo, ficando o importador responsável pela qualidade do produto.

§ 2º Nos casos em que o fornecedor de etanol combustível comercializar produto que esteja fora de suas instalações, a garantia da qualidade e a emissão do certificado da qualidade, com os resultados dos ensaios realizados em amostra representativa, caberão ao agente responsável pelo armazenamento ou entrega do etanol combustível, respondendo solidariamente o fornecedor de etanol combustível pela qualidade do produto.

§ 3º A emissão do certificado da qualidade tratada no § 2º deve considerar as especificações contidas na Tabela 1 do Anexo.

§ 4º Para o produtor, quando a certificação do etanol combustível for realizada a partir de amostragem em fluxo contínuo, a emissão do certificado da qualidade deverá ser realizada em intervalos máximos de doze horas, considerando como volume certificado a quantidade de produto transferida entre dois instantes de amostragem.

§ 5º No caso de produção nacional, os resultados obtidos das análises das características teor de sulfato, teor de ferro, teor de sódio, teor de cobre e teor de enxofre, conforme Anexo, devem ser enviados à ANP de acordo a Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020, não sendo obrigatório serem reportados no certificado da qualidade.

Art. 5º O fornecedor de etanol combustível e o operador deverão manter, em local protegido de luminosidade e de aquecimento, duas amostras-testemunhas de um litro cada, representativas do volume certificado, devidamente identificadas com o número do certificado da qualidade e de seu respectivo lacre.

§ 1º No caso de importação, as amostras-testemunhas de que trata o caput deverão ser mantidas conforme as regras estabelecidas pela Resolução ANP nº 680, de 2017.

§ 2º Cada amostra-testemunha deverá ser armazenada em recipiente de vidro ou de polietileno de alta densidade (PEAD), opaco ou translúcido de cor âmbar, de um litro de capacidade, com batoque e tampa plástica.

§ 3º O recipiente indicado no § 2º deverá ser lacrado, com lacre de numeração controlada, que deixe evidências no caso de violação.

§ 4º As amostras-testemunhas deverão ficar à disposição da ANP pelo prazo mínimo de três meses, a contar da data de saída do produto das instalações do fornecedor de etanol combustível e do operador, e de quatro meses a contar da comercialização do produto, no caso de importação.

§ 5º O certificado da qualidade, acompanhado dos originais dos boletins de análise utilizados na sua composição, quando for o caso, deverá ficar à disposição da ANP pelo prazo mínimo de doze meses, a contar da data de saída do etanol combustível das instalações do fornecedor de etanol combustível e do operador, conforme o caso, ou a contar da comercialização do produto, no caso de importação.

§ 6º O certificado da qualidade deverá ser rastreável às suas respectivas amostras-testemunhas.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E DO TRANSPORTADOR-REVENDEDOR-RETALHISTA

Art. 6º O distribuidor de combustíveis líquidos e o transportador-revendedor-retalhista deverão garantir a qualidade do etanol hidratado combustível a ser comercializado em todo o território nacional e emitir o boletim de conformidade com os resultados dos ensaios realizados em amostra representativa.

§ 1º O etanol hidratado combustível somente poderá ser liberado para a entrega após a emissão do respectivo boletim de conformidade.

§ 2º Fica dispensada a emissão do boletim de conformidade de que trata o caput quando o etanol hidratado combustível não for armazenado nas instalações do distribuidor de combustíveis líquidos ou do transportador-revendedor-retalhista.

Art. 7º A emissão do boletim de conformidade não é obrigatória para o etanol anidro combustível, porém, devem ser atendidos os limites previstos na especificação contidos na Tabela 1 do Anexo.

Art. 8º O distribuidor de combustíveis líquidos e o transportador-revendedor-retalhista ficam obrigados a recusar o recebimento do etanol combustível caso constate qualquer não-conformidade presente no certificado da qualidade ou no boletim de conformidade ou após realização de análise de amostra representativa.

Parágrafo único. A não-conformidade mencionada no caput deverá ser comunicada à ANP por meio do endereço eletrônico: contato.sbq@anp.gov.br, no prazo máximo de quarenta e oito horas, considerando-se somente os dias úteis, e informando:

I - a data da ocorrência;

II - a chave da nota fiscal eletrônica e a data de emissão da nota fiscal; e

III - o CNPJ e a Razão Social do emitente da nota fiscal eletrônica.

CAPÍTULO IV

DA OBRIGAÇÃO DE ADIÇÃO DE CORANTE

Art. 9º O produtor, o operador, a empresa de inspeção da qualidade, o transportador dutoviário e o transportador aquaviário, conforme o caso, deverão adicionar corante ao etanol anidro combustível antes do produto ser entregue ao distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 1º A aquisição do corante e sua adição ao etanol anidro combustível ficam restritas aos agentes mencionados no caput.

§ 2º O corante para adição ao etanol anidro combustível deverá atender à especificação estabelecida na Tabela 3, contida no Anexo.

§ 3º No caso de movimentação de etanol anidro combustível em terminal de etanol, caberá ao operador adicionar o corante, antes da entrega do etanol anidro combustível ao distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 4º No caso de transporte dutoviário ou transporte aquaviário por navegação de cabotagem de etanol anidro combustível, a adição de corante ao etanol anidro combustível caberá ao transportador dutoviário ou aquaviário antes da entrega do EAC ao distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 5º O fornecedor de etanol combustível, exceto o produtor de etanol, deverá contratar empresa de inspeção da qualidade credenciada na ANP para efetuar a adição de corante, antes da entrega do etanol anidro combustível ao distribuidor de combustíveis líquidos.

§ 6º Nos casos em que o etanol combustível comercializado entre o produtor e o fornecedor de etanol permanecer nas instalações do produtor a adição de corante deverá ser realizada pelo produtor antes da entrega do produto ao distribuidor de combustíveis líquidos.

Art. 10. Fica vedada a adição de corante que confira coloração azul ou laranja ao etanol hidratado combustível.

Art. 11. O corante deverá ser adicionado ao etanol anidro combustível obrigatoriamente em uma concentração de 15mg/L.

CAPÍTULO V

DA DISPENSA DE ADIÇÃO DE CORANTE

Art. 12. Fica dispensada a adição de corante ao etanol anidro combustível nos seguintes casos:

I - EAC destinado à exportação;

II - quando o EAC for movimentado do fornecedor de etanol para o terminal de etanol;

III - quando o EAC for movimentado exclusivamente por transporte dutoviário ou transporte aquaviário por navegação de cabotagem; e

IV - nas amostras-testemunhas.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o operador fica obrigado a cumprir o disposto no art. 9º.

Art. 13. A adição de corante ao etanol anidro combustível poderá ser dispensada, condicionada à avaliação prévia da ANP, nas seguintes hipóteses:

I - quando o produto for movimentado entre terminais por meio de transporte rodoviário ou ferroviário; e

II - quando o produto for movimentado por transporte rodoviário ou ferroviário, desde que se destine ao transporte dutoviário ou transporte aquaviário por navegação de cabotagem.

§ 1º A solicitação de dispensa de adição de corante ao etanol anidro combustível deverá observar os seguintes procedimentos:

I - envio da solicitação de dispensa pelo operador, transportador dutoviário ou aquaviário, em nome do fornecedor de etanol combustível, com antecedência mínima de três dias úteis da data da movimentação, conforme formulário e orientações indicadas no sítio eletrônico da ANP na Internet;

II - informação, no ato da solicitação da dispensa, dos volumes comercializados, discriminados por:

a) fornecedor de etanol combustível;

b) empresa de inspeção da qualidade contratada, quando for o caso;

c) distribuidor de combustíveis líquidos;

d) centro coletor de produto, quando for o caso;

e) duto, por ponto de recepção e por ponto de entrega, no caso de transporte dutoviário; e

f) navio, balsa ou barco, por ponto de embarque e por ponto de recepção, no caso de transporte aquaviário.

§ 2º Fica vedada a movimentação de etanol anidro combustível sem a adição de corante, nas hipóteses dos incisos I e II do caput, sem a emissão do termo de dispensa pela ANP.

Art. 14. O fornecedor de etanol combustível, o operador, o distribuidor de combustíveis líquidos, o transportador dutoviário e o transportador aquaviário deverão enviar mensalmente à ANP, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao carregamento do produto, informações sobre o volume transportado de etanol anidro combustível sem corante, por meio do endereço eletrônico transpduto@anp.gov.br.

Parágrafo único. As informações citadas no caput deverão ser enviadas em formato eletrônico com os dados relativos aos volumes corrigidos para a temperatura de 20°C e discriminados segundo orientações de preenchimento disponibilizadas no sítio eletrônico da ANP na Internet.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) referentes às suas operações de comercialização do etanol combustível deverão indicar:

I - o número do certificado da qualidade ou do boletim de conformidade, conforme o caso; e

II - o número do lacre da amostra-testemunha correspondentes ao produto.

Parágrafo único. Ao ser transportado, o produto deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o caso.

Art. 16. As análises do etanol combustível deverão ser realizadas em amostra representativa obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 5764 - Produtos Químicos Industriais Líquidos de uma só Fase - Amostragem;

II - ASTM D4057 - Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products; ou

III - ASTM E300 - Practice for Sampling Industrial Chemicals.

Art. 17. As características presentes nas especificações contidas nas Tabelas 1, 2 e 3 do Anexo deverão ser determinadas conforme a publicação mais recente de cada método de ensaio adotado.

Art. 18. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos nas Tabelas 1, 2 e 3 do Anexo, deverão ser utilizados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 19, de 15 de abril de 2015;

II - a Resolução ANP nº 7, de 22 de fevereiro de 2016;

III - a Resolução ANP nº 696, de 31 de agosto de 2017;

IV - a Resolução ANP nº 740, de 15 de agosto de 2018;

V - o art. 49 da Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020;

VI - o art. 32 da Resolução ANP nº 859, de 6 de dezembro de 2021; e

VII - o art. 10 da Resolução ANP nº 864, de 23 de dezembro de 2021.

Art. 20. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(A que se referem os arts. 1º e 2º, os incisos V e VI do art. 3º, o caput e os §§ 1º, 3º e 5º do art. 4º, o art. 7º, o § 2º do art. 9º, o art. 17 e o art. 18 da Resolução ANP nº 907, de 18 de novembro de 2022)

Tabela 1 - Especificações do EAC, do EHC e do EHCP.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE			MÉTODO (1)	
		EAC	EHC	EHCP (2)	NBR	ASTM/EN/ISO
Aspecto (3)	-	Límpido e Isento de Impurezas (LII)			Visual	
Cor	-	(4)	(5)		Visual	
Acidez total, máx. (em miligramas de ácido acético)	mg/L	30			9866 16047	ISO 17315
Condutividade elétrica, máx.	µS/m	300			10547	ISO 17308
Massa específica a 20°C (6)	kg/m3	791,5 máx.	805,2 a 811,2	799,7 a 802,8	5992 15639	D 4052
Teor alcoólico (6,7,8)	% massa	99,3 mín.	92,5 a 94,6	95,5 a 96,5	5992 15639	-
Potencial hidrogeniônico (pH)	-	-	6,0 a 8,0		10891	-
Teor de etanol, mín. (9)	% volume	98,0	94,5	96,3	16041	D5501
Teor de água, máx. (9, 10)	% massa	0,7	7,5	4,5	15531 15888	E203 E1064
Resíduo por evaporação, máx. (11,12)	mg/100mL	5			8644	-
Teor de hidrocarbonetos, máx. (11)	% volume	3			13993	-
Teor de cloreto, máx. (13)	mg/kg	1			10894	D7328 D7319
Teor de sulfato, máx. (14)	mg/kg	4			10894	D7328 D7319
Teor de ferro, máx. (14)	mg/kg	5			11331	-
Teor de sódio, máx. (14)	mg/kg	2			10422	-
Teor de cobre, máx. (15)	mg/kg	0,07	-		11331	-
Teor de enxofre, máx. (16)	mg/kg	Anotar			-	D5453 EN15485 EN15486 EN15837
Teor de metanol, máx. (17, 18, 19, 20)	% volume	0,5			16041 16943 (21)	1388-8

Tabela 2 - Características do EHC que deverão estar presentes no boletim de conformidade emitido pelo distribuidor de combustíveis líquidos e pelo transportador-revendedor-retalhista (22).

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE		MÉTODO (1)	
		EHC	EHCP (2)	NBR	ASTM/EN/ISO
Aspecto (3)	-	Límpido e Isento de Impurezas (LII)		Visual	
Cor	-	(5)		Visual	
Condutividade elétrica, máx.	µS/m	300		10547	ISO 17308
Massa específica a 20°C	kg/m3	802,9 a 811,2	796,2 a 802,8	5992 15639	D4052
Teor alcoólico (7,8)	% massa	92,5 a 95,4	95,5 a 97,7	5992 15639	
Potencial hidrogeniônico (pH)	-	6,0 a 8,0		10891	-
Resíduo por evaporação, máx. (11)	mg/100 mL	5		8644	-
Teor de hidrocarbonetos, máx. (11)	% volume	3		13993	-
Teor de cloreto, máx.(13)	mg/kg	1		10894	D7328 D7319
Teor de etanol, mín. (9)	% volume	94,5	96,3	16041	D5501
Teor de água, máx. (9)	% massa	7,5	4,5	15531 15888	E203
Teor de metanol, máx. (17, 18, 19)	% volume	0,5		16041 16943 (21)	-

Tabela 3 - Especificação do corante a ser adicionado ao EAC.

CARACTERÍSTICA	ESPECIFICAÇÃO	MÉTODO
Estado físico	Líquido	Visual
Família química - Color índex	Solvent Red 19 ou Solvent Red 164	-
	Solvent Yellow 174 ou Solvent Yellow 175	-
Cor	Laranja	Visual
Absorvância a 420nm	0,150 a 0,190	
Absorvância a 530nm	0,100 a 0,135	
Solubilidade	Totalmente solúvel em etanol anidro combustível e insolúvel em água na concentração de 15mg/L.	(23)

Observações:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da American Society for Testing and Materials (ASTM), da European Standards (EN) e da International Organization for Standardization (ISO).

(2) No certificado da qualidade deverá ser indicada a nomenclatura etanol hidratado combustível premium, quando os resultados das análises atenderem aos limites de especificação do EHCP.

(3) O produto só poderá ser considerado reprovado no Aspecto, caso o parâmetro resíduo por evaporação estiver não conforme. Alternativamente, o parâmetro resíduo por evaporação pode ser substituído pelo teor de material não volátil, segundo a norma ABNT NBR 15559, sendo aceito o limite de 5mg/100mL.

(4) Laranja após adição do corante especificado segundo a Tabela 3 deste Anexo.

(5) Não pode apresentar as colorações laranja e azul, restritas ao EAC e à gasolina de aviação, respectivamente.

(6) Para o caso de EHC e de EHCP certificado após transporte dutoviário ou aquaviário e no caso de produto importado, o limite para massa específica e teor alcoólico deve atender os valores constantes na Tabela 2.

(7) A unidade °INPM é equivalente à unidade % massa para o teor alcoólico.

(8) Para o cálculo do teor alcoólico, deve ser considerado o valor da massa específica com apenas uma casa decimal. Aplicar a regra de arredondamento determinada na norma NBR 5891.

(9) Análise obrigatória para produto importado e quando houver suspeita de contaminação ou por solicitação da ANP.

(10) A Norma ASTM E1064 somente poderá ser utilizada para o etanol anidro combustível.

(11) Análise obrigatória para produto importado e em caso de etanol combustível proveniente de transporte dutoviário ou aquaviário, o que não isenta de responsabilidade os agentes econômicos em atender o limite previsto na especificação nos casos em que o etanol não for transportado por estes modais.

(12) No caso de etanol combustível aditivado, a determinação da característica resíduo por evaporação deverá ser conduzida conforme procedimento 2 da norma ABNT NBR 8644.

(13) Análise obrigatória em caso de etanol combustível proveniente de transporte aquaviário por navegação marítima, o que não isenta de responsabilidade cada agente econômico que comercializa o combustível em atender o limite previsto na especificação ao longo de toda cadeia.

(14) Análise obrigatória para produto importado. No caso de produção nacional, análise de periodicidade mensal e obrigatória apenas para o EHC e EHCP, o que não isenta a responsabilidade por parte do fornecedor de etanol combustível e demais agentes da cadeia em atender o limite previsto na especificação para o etanol anidro combustível.

(15) Análise obrigatória para produto importado. No caso de produção nacional, análise de periodicidade mensal e obrigatória somente quando o etanol for produzido, armazenado ou transportado em equipamentos ou linhas que contenham ligas metálicas compostas por cobre.

(16) Análise obrigatória para produto importado. No caso de produção nacional, análise de periodicidade trimestral.

(17) Proibida a adição.

(18) Podem ser utilizados métodos que identifiquem a presença de metanol com base na norma ISO 1388-8.

(19) Caso seja utilizada a norma ISO 1388-8, qualquer mudança de coloração no tubo de ensaio da amostra é indicativa da presença de metanol, sendo necessária a confirmação do resultado pelo método cromatográfico ABNT NBR 16041.

(20) Caso o fornecedor de etanol combustível opte por não realizar a análise de metanol pelo(s) método(s) indicado(s), deverá deixar em branco o campo "Resultado" do certificado de qualidade e declarar expressamente que o etanol combustível contém teor de metanol abaixo do limite da especificação, de 0,5% de volume, e que assume toda e qualquer responsabilidade pelo não atendimento à especificação.

(21) Este método se aplica somente às amostras de etanol anidro ou etanol hidratado com teor de metanol de, no máximo, 1,50% em volume.

(22) A cadeia de distribuição e revenda também deverá atender aos limites estabelecidos na Tabela 1, nos parâmetros não exigidos no boletim de conformidade.

(23) A absorvância, que deve ser determinada em amostra contendo 15mg/L do corante em EAC, e a solubilidade devem ser avaliadas considerando procedimento descrito no formulário disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet.

RESOLUÇÃO ANP Nº 908, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica sujeita à autorização prévia da ANP a utilização de combustíveis experimentais em todo o território nacional.

§ 1º Fica dispensada a autorização de que trata o caput caso o consumo mensal por usuário seja inferior a 10m³ para combustíveis líquidos e 10.000m³ (a 20°C e 1atm) para combustíveis gasosos.

§ 2º A autorização de que trata o caput não se aplica ao segmento de transporte aeroviário, bem como ao uso de biodiesel e suas misturas com óleo diesel B em teores diversos do estabelecido na legislação vigente.

Art. 2º Para fins desta Resolução define-se:

I - agente autorizado: pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que obteve autorização para fins desta Resolução;

II - combustível experimental: combustível ou biocombustível, puros ou em mistura, que ainda não possuem especificação da ANP;

III - distribuidor de combustíveis líquidos: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos;

IV - equipamento de uso industrial: equipamento que realiza queima por meio de processo de combustão interna ou externa em fontes fixas, incluindo geradores de energia elétrica; e

V - usuário: pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, proprietária de frota cativa ou equipamentos de uso industrial que serão utilizados para fins desta Resolução.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA USO DO COMBUSTÍVEL EXPERIMENTAL

Da consulta inicial

Art. 3º O agente interessado em utilizar combustível experimental deve submeter à ANP consulta inicial conforme o Anexo.

§ 1º A ANP poderá solicitar documentos e informações complementares que considerar necessários para análise da consulta inicial.

§ 2º A ANP emitirá parecer técnico contendo a análise técnica e a definição dos critérios que devem ser abordados na elaboração do plano de trabalho pelo agente interessado, no prazo máximo de trinta dias da data de apresentação da consulta inicial.

§ 3º Caso o parecer técnico contenha solicitações adicionais, a ANP comunicará ao agente interessado e fixará o prazo para que sejam enviadas as informações requeridas.

§ 4º Caso o parecer técnico seja desfavorável, o agente interessado poderá submeter à ANP uma nova consulta inicial depois de decorridos trinta dias da data da comunicação do indeferimento.

§ 5º Deve ser encaminhada uma consulta inicial específica para cada tipo de combustível experimental que o agente tiver interesse em utilizar.

Do plano de trabalho

Art. 4º O agente interessado que obtiver parecer técnico favorável à consulta inicial deve solicitar autorização para utilização de combustível experimental, acompanhada do plano de trabalho de que trata o § 2º do art. 3º.

§ 1º A solicitação da autorização deve ser encaminhada pelo agente interessado à ANP no prazo máximo de cento e vinte dias a partir da data de recebimento do parecer técnico favorável à consulta inicial.

§ 2º O parecer técnico favorável emitido pela ANP torna-se sem efeito após transcorrido o prazo determinado no § 1º, devendo o agente interessado fazer uma nova consulta inicial.

Art. 5º Após análise do plano de trabalho, a ANP emitirá novo parecer técnico no prazo máximo de trinta dias, contados da data de apresentação da solicitação de autorização para utilização de combustível experimental.

Parágrafo único. A ANP pode requerer informações adicionais às apresentadas na solicitação de autorização para utilização de combustível experimental, ocasião na qual o prazo do caput fica suspenso.

Do prazo da autorização

Art. 6º O prazo da autorização de utilização de combustível experimental constará na autorização publicada no Diário Oficial da União e será estabelecido de acordo com o prazo indicado no parecer técnico da ANP e com o cronograma estabelecido no plano de trabalho.

§ 1º O requerente poderá solicitar prorrogação da autorização de que trata o caput mediante justificativa fundamentada, com antecedência mínima de trinta dias anteriores ao término da autorização.

§ 2º Caso a licença ou parecer ambiental estipule prazo determinado, a autorização para utilização de combustível experimental terá sua vigência limitada ao prazo fixado.

§ 3º Não se aplica o disposto no § 2º caso seja apresentada pelo requerente documento de prorrogação do órgão ambiental.

Seção I

Da Autorização para Uso do Combustível Experimental por Tempo Indeterminado

Art. 7º A autorização para uso de combustível experimental por tempo indeterminado pode ser solicitada nas seguintes hipóteses:

I - pelo agente autorizado que tenha interesse na continuidade do uso do combustível experimental, desde que o relatório final tenha recebido parecer favorável da ANP; e

II - por qualquer agente interessado na utilização de produto que já tenha sido objeto de autorização de uso de combustível experimental por outro agente e que tenha recebido parecer favorável ao relatório final.

§ 1º A hipótese prevista no inciso II do caput não se aplica:

I - ao uso veicular por tempo indeterminado baseado no uso de combustível experimental em equipamento de uso industrial; e

II - caso o motor ou equipamento de uso industrial seja diferente daquele aplicado no uso do combustível experimental, devendo neste caso ser apresentado parecer favorável do fabricante do motor ou equipamento a ser utilizado.

Art. 8º A solicitação de autorização para uso por tempo indeterminado deve ser encaminhada à ANP acompanhada da referência à autorização de uso de combustível experimental e da relação de veículos e equipamentos, conforme item 2.1, VIII e IX do Anexo.

§ 1º No caso previsto no inciso I do art. 7º, o agente pode apresentar a solicitação de autorização para uso por tempo indeterminado no momento da apresentação do relatório final do uso do combustível experimental, hipótese em que a ANP analisará a referida solicitação juntamente com o relatório final.

§ 2º A autorização de uso de combustível experimental por tempo indeterminado será publicada no Diário Oficial da União.

Seção II

Da Autorização para Uso do Combustível Experimental em Evento Específico

Art. 9º Para o caso de utilização do combustível experimental em evento específico, o agente interessado deve solicitar autorização, com pelo menos sessenta dias de antecedência do início do evento, ficando dispensado da consulta inicial, sendo necessária a apresentação da documentação requerida nos incisos I ao XI do item 1.1 e incisos VI e VII do item 2.1 do Anexo.

§ 1º O prazo de vigência da autorização mencionada no caput será correspondente ao período de realização do evento.

§ 2º A ANP poderá dispensar, motivadamente, a apresentação de determinados documentos ou informações dispostas no caput mediante solicitação justificada do requerente.

§ 3º A ANP emitirá seu parecer quanto à solicitação prevista no caput em no máximo dez dias úteis, a contar da data de recebimento da solicitação.

§ 4º Fica autorizada a utilização do combustível experimental em evento específico para os casos em que o combustível já tenha sido objeto de autorização deferida pela ANP, devendo ser comunicado à ANP a intenção do uso, com pelo menos sessenta dias de antecedência do início do evento, contendo as informações previstas no item 1.1, incisos II, III, VI, IX, X e XI e item 2.1, incisos VI e VII e com dez dias de antecedência as informações previstas no item 1.1, inciso VIII, do Anexo.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE AUTORIZADO

Art. 10. O agente autorizado a utilizar o combustível experimental deve enviar os relatórios previstos no Anexo, nos prazos definidos no cronograma do plano de trabalho aprovado pela ANP.

Parágrafo único. No caso da autorização de uso por tempo indeterminado, os relatórios devem ser enviados semestralmente contendo:

I - os dados de caracterização do produto;

II - o consumo mensal; e

III - o histórico de manutenções relacionadas com o uso do combustível.

Art. 11. O agente autorizado deve utilizar, nos veículos automotores que utilizem o combustível experimental, adesivo conforme modelo de adesivo de combustível experimental, disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp).

Art. 12. O agente autorizado deve apresentar documentação comprobatória da atividade autorizada por meio desta Resolução, caso seja solicitado.

Art. 13. O agente autorizado deve guardar as notas fiscais correspondentes à comercialização e os respectivos relatórios de caracterização do combustível experimental, pelo prazo mínimo de um ano, a contar da data da comercialização do combustível experimental.

Art. 14. O combustível experimental pode ser comercializado somente aos usuários constantes no plano de trabalho do agente autorizado, de que trata o § 2º do art. 3º, ou na hipótese de dispensa, nos termos do § 1º do art. 1º.

Art. 15. O combustível experimental líquido pode ser adquirido somente dos seguintes agentes:

I - produtor ou distribuidor de combustíveis líquidos, quando se tratar de combustível experimental puro; e

II - distribuidor de combustíveis líquidos, quando se tratar de mistura de combustível experimental com combustível ou biocombustível especificado pela ANP.

Art. 16. Os agentes envolvidos na produção, comercialização e uso de combustíveis experimentais ficam responsáveis pelos eventuais danos causados aos veículos, aos equipamentos empregados, ao meio ambiente e outros.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. As autorizações de que trata esta resolução serão outorgadas em caráter precário e poderão ser revogadas, a qualquer tempo, mediante decisão motivada da ANP, quando ocorrer um ou mais dos casos previstos a seguir:

I - comprovação em processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa:

a) de que as condições praticadas na utilização do combustível experimental estão em desacordo com aquelas autorizadas, inclusive com relação ao plano de trabalho acordado entre a ANP e o agente autorizado;

b) de que a atividade está sendo executada em desacordo com a legislação vigente; ou

c) de que os relatórios obrigatórios não estão sendo enviados no prazo determinado;

II - requerimento do agente autorizado;

III - extinção do agente autorizado, judicial ou extrajudicialmente; ou

IV - decretação de falência da requerente.

Art. 18. Quaisquer alterações no plano de trabalho devem ser comunicadas para avaliação da ANP com antecedência mínima de trinta dias anteriores à efetivação da alteração, acompanhadas da documentação comprobatória atualizada.

Parágrafo único. Alterações de dados cadastrais ou quaisquer outras alterações devem ser comunicadas em até cinco dias após a efetivação da alteração, acompanhadas da documentação comprobatória atualizada.

Art. 19. Os dados que o agente autorizado julgar confidenciais devem ser assim identificados para conhecimento e avaliação da ANP quanto ao caráter sigiloso alegado e garantia da confidencialidade.

Art. 20. O resultado da utilização do combustível experimental autorizado, resguardadas as informações de caráter confidencial, será disponibilizado no sítio eletrônico da ANP em até noventa dias contados do envio do parecer da ANP referente ao relatório final.

Art. 21. A ANP avaliará, com base nos relatórios apresentados e em informações pertinentes disponíveis, a conveniência e oportunidade de elaborar protocolo detalhado com a finalidade de julgar a viabilidade de especificar o combustível experimental em teste.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Fica revogada a Resolução ANP nº 21, de 11 de maio de 2016.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem os arts. 3º, 8º e 10, e o caput e § 4º do art. 9º da Resolução ANP nº 908, de 18 de novembro de 2022)

Este Anexo aplica-se ao uso de combustíveis experimentais e tem por objetivo descrever os procedimentos a serem observados na etapa de consulta inicial, elencar os documentos e informações mínimas que devem ser consideradas na elaboração do plano de trabalho, bem como listar as instruções para a elaboração dos relatórios.

1. Consulta Inicial

A consulta inicial deve ser encaminhada à ANP com vistas a subsidiar a delimitação do plano de trabalho, contendo o máximo de informações disponíveis sobre o combustível experimental, e possui como objetivo consolidar e apresentar para ANP as informações existentes sobre o produto. Desta forma, devem ser apresentados o estado atual de conhecimento, bem como as lacunas de conhecimento e propor testes com as respectivas metodologias. A proposta deve ainda explicar o objetivo do agente com a realização dos testes.

1.1. A consulta inicial deve ser encaminhada à ANP acompanhada das seguintes informações e documentos:

I - detalhes do combustível experimental, com varredura completa full scan dos compostos orgânicos por cromatografia acoplada a espectrômetro de massas e de metais por ICP;

II - relatório de ensaio de caracterização do produto de acordo com o disposto no item 3.1 deste Anexo;

III - finalidade do uso (transporte de carga ou de passageiros, colheita de grãos, geração de energia, geração de vapor, secagem de agrícolas, entre outros);

IV - informações sobre toxicidade do produto ou ficha de informações e segurança de produto químico (FISPQ) e manuseio do produto;

V - regulamentação ou legislação aplicável em outros países, ensaios normalizados por órgãos normatizadores, como ABNT, ASTM, ISO e outros, caso disponível;

VI - licença ou parecer favorável emitido pelo órgão ambiental competente, relativo aos possíveis impactos ambientais decorrentes do uso do produto, caso já possua;

VII - fluxograma das etapas da produção do combustível experimental incluindo as matérias-primas e os subprodutos obtidos;

VIII - consumo mensal previsto, o local onde será realizado o uso, a relação dos equipamentos de uso industrial ou a frota cativa, conforme o caso;

IX - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pelo fornecimento do produto, conforme Capítulo VII;

X - ficha cadastral da requerente, Usuário(s) e produtor, conforme FORMULÁRIO DE FICHA CADASTRAL, disponibilizado no sítio eletrônico da ANP; e

XI - comprovação dos poderes do(s) subscritor(es) dos documentos requeridos na solicitação de autorização.

2. Plano de Trabalho

O plano de trabalho deve contemplar os testes que serão realizados com as respectivas metodologias normatizadas de forma que o agente autorizado possa produzir resultados que irão suprir as lacunas de conhecimento. Desta forma, os testes precisam ser justificados com base no levantamento realizado na consulta inicial e no parecer emitido pela ANP nesta etapa. Os laboratórios responsáveis pelos testes devem ter capacidade técnica e analítica para realização dos ensaios.

2.1. O plano de trabalho deve conter as seguintes informações e documentos:

I - cronograma de uso e o planejamento experimental, com os objetivos, metodologia e resultados esperados de cada etapa;

II - proposta justificada de ensaios de caracterização do produto baseada nos itens da especificação do combustível a ser substituído, acompanhado da análise preliminar de risco dos parâmetros que não atendam à especificação estabelecida pela ANP, bem como a periodicidade da realização dos ensaios;

III - planejamento de testes para avaliar emissões, desempenho e durabilidade dos motores com o produto, contendo a lista das substâncias emitidas e seus riscos, com as respectivas normas para cada teste;

IV - cópia do contrato com empresa ou instituição responsável pelo monitoramento e execução do plano de trabalho, quando for o caso;

V - ficha cadastral da empresa ou instituição responsável pelo monitoramento do uso do produto e emissão de relatórios com os resultados obtidos, bem como a identificação de seu responsável técnico, conforme FORMULÁRIO DE FICHA CADASTRAL, disponibilizado no sítio eletrônico da ANP (www.gov.br/anp), no caso do inciso IV;

VI - declaração de responsabilidade pelo uso do produto, conforme consta no FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, disponibilizado no sítio eletrônico da ANP (www.gov.br/anp), firmada pela Requerente e pelo Usuário(s);

VII - comprovação dos poderes do subscritor da declaração requerida no inciso VI;

VIII - relação dos veículos automotores que utilizarão o combustível experimental, com as seguintes informações:

a) o tipo de veículo automotor;

b) o fabricante ou a montadora do veículo automotor;

c) o fabricante do motor;

d) a data de fabricação do veículo automotor e motor;

e) quilometragem;

f) placas e caracteres gravados no chassi;

g) o sistema de pós-tratamento, se for o caso;

h) a fase de atendimento de limites de emissões do CONAMA;

IX - relação dos equipamentos de uso industrial, com as seguintes informações:

a) o tipo de equipamento de uso industrial;

b) o fabricante do equipamento de uso industrial;

c) a data de fabricação;

d) o sistema de pós-tratamento, se for o caso;

e) o fabricante do motor, se for o caso; e

X - Os interessados que utilizem produtos obtidos com uso de micro-organismos geneticamente modificados deverão apresentar os pareceres da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, em conformidade com o artigo 1º da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e com os atos normativos que a regulamentaram.

3. Instruções para a elaboração dos relatórios

Os relatórios apresentados deverão ser capazes de suprir as dúvidas técnicas existentes sobre o novo produto, contendo os métodos empregados, resultados obtidos com uma avaliação técnica sobre os dados adquiridos, identificação das lacunas de conhecimento referente ao novo produto, vantagens e desvantagens do uso do produto, análise do produto e de emissões e sugestões para estudos futuros.

Os relatórios deverão ser enviados com a periodicidade estabelecida no cronograma contido no plano de trabalho, sendo o teste considerado encerrado após a aprovação do relatório final pela ANP.

Deverão ser apresentados relatórios a cada etapa realizada, podendo ser apresentados relatórios intermediários, a critério do agente autorizado.

A ANP emitirá parecer técnico avaliando o relatório apresentado em cada etapa.

3.1. Relatório de caracterização do combustível experimental

Análise crítica dos resultados da caracterização do combustível experimental.

3.2. Relatório de testes de bancada

Os testes de bancada deverão ser realizados de acordo com as normas vigentes, e os relatórios devem vir acompanhados de laudo analisando os resultados obtidos.

O relatório deve conter, no mínimo:

a) resultados de desempenho do produto;

b) resultados de durabilidade; e

c) testes de compatibilidade do combustível experimental com os materiais do sistema de combustível e motor.

3.3. Relatório de testes de campo

No caso de uso veicular, os testes em campo deverão ser realizados em frota cativa, devendo realizar análise comparativa com veículos sombra.

O relatório deve conter, no mínimo:

a) resultados de consumo do produto por quilometragem, no caso de veículos automotores;

b) resultados de consumo do produto por tempo de uso;

c) histórico de manutenções e informar as peças trocadas que sejam afetadas pelo uso do produto, quando for o caso;

d) discriminação da metodologia utilizada para o controle da qualidade do produto, da produção ao abastecimento do veículo ou equipamento de uso industrial;

e) discriminação da metodologia utilizada para a formulação do produto, se for o caso, com combustível ou biocombustível especificado pela ANP;

f) condições de armazenamento do produto;

g) pareceres das entidades e agentes envolvidos na execução dos testes do produto;

h) caracterização mensal do produto; e

i) quilometragem percorrida pelos veículos automotores ou tempo de operação dos equipamentos com o produto, conforme o caso.

3.4. Relatório de emissões

Inventário das substâncias emitidas do combustível experimental e sua comparação com combustível especificado pela ANP e os limites de emissões aplicáveis a tal combustível no caso de equipamento de uso industrial, podendo ser realizado em bancada ou em campo, conforme estabelecido no plano de trabalho.

3.5. Relatório Final

O relatório final deve abordar de forma conclusiva os testes realizados, sendo capaz de suprir as dúvidas técnicas existentes sobre o combustível experimental, descrever os objetivos atingidos e propor estudos futuros, entre outros.

3.6. A ANP poderá solicitar dados e informações complementares aos prestados no relatório.

RESOLUÇÃO ANP Nº 909, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece a especificação de óleo diesel BX a B30, em caráter autorizativo, nos termos dos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecida a especificação de óleo diesel BX a B30, em caráter autorizativo, nos termos dos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015.

Art. 2º Fica vedada a comercialização de óleo diesel BX a B30 que não se enquadre na especificação contida no Anexo.

Parágrafo único. Para a composição da mistura, o biodiesel, os óleos diesel rodoviários A S10 e A S500, e o óleo diesel não rodoviário A S1800 deverão atender as especificações dos combustíveis, conforme estabelecidas na Resolução ANP nº 45, de 15 de agosto de 2014, Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013, e Resolução ANP nº 905, de 18 de novembro de 2022, respectivamente.

Art. 3º Para efeitos desta Resolução definem-se:

I - biodiesel: combustível composto de alquil ésteres de ácidos carboxílicos de cadeia longa, produzido a partir da transesterificação ou esterificação de materiais graxos, de origem vegetal ou animal, e que atenda a especificação contida na Resolução ANP nº 45, de 25 de agosto de 2014;

II - boletim de conformidade: documento da qualidade, emitido pelo distribuidor, que deve conter os resultados das análises das características físico-químicas estabelecidas na Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020;

III - certificado da qualidade: documento da qualidade que comprova o atendimento do produto comercializado à especificação da ANP, emitido pelo produtor e importador, na comercialização do biodiesel; e pela refinaria, central de matérias-primas petroquímicas, formulador e importador, na comercialização do óleo diesel A; e

IV - óleo diesel BX a B30: mistura composta por óleo diesel A e biodiesel em teor superior ao compulsório estabelecido pela legislação vigente e inferior ou igual a trinta por cento, em volume, que atenda a especificação estabelecida no Anexo.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS

Art. 4º O distribuidor de combustíveis líquidos é responsável pela formulação e comercialização de óleo diesel BX a B30, observado o disposto na Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015 e na Portaria MME nº 516, de 11 de novembro de 2015.

Art. 5º O distribuidor de combustíveis líquidos deve analisar uma amostra representativa da mistura a ser comercializada e emitir o boletim de conformidade.

§ 1º Adicionalmente ao boletim de conformidade, o distribuidor de combustíveis líquidos deve analisar, pelo menos uma vez por mês, as características estabilidade à oxidação e destilação, de uma amostra representativa de um carregamento de óleo diesel BX a B30 comercializado.

§ 2º No caso do distribuidor de combustíveis líquidos comercializar misturas com mais de um teor de biodiesel, a análise da amostra que se refere o § 1º, deverá ser realizada para cada diferente teor de biodiesel.

Art. 6º Todos os limites estabelecidos para as características da Tabela I do Anexo devem ser atendidos pelos agentes que comercializam o óleo diesel BX a B30, inclusive os limites dos parâmetros para as características cujas análises não são obrigatórias no boletim de conformidade.

Art. 7º Para a comercialização do óleo diesel BX a B30, em caráter autorizativo, nos termos dos incisos I, II e III do art. 1º da Resolução CNPE nº 3, de 2015, o distribuidor de combustíveis líquidos deve manter à disposição da ANP, pelo período mínimo de noventa dias após o encerramento da comercialização com cada usuário, os seguintes documentos:

I - licença ou parecer favorável relativo ao uso da mistura ou documento que ateste, expressamente, a dispensa deste tipo de pronunciamento, emitido pelo órgão ambiental competente;

II - declaração de garantia do fabricante do motor para o uso que se propõe; e

III - documento que comprove a legitimidade do subscritor do documento requerido no inciso II.

Parágrafo único. A declaração de garantia do fabricante do motor, de que trata o inciso II, pode ser substituída pela declaração de responsabilidade pelo uso do produto, disponível no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp), firmada pelo usuário que operará com o óleo diesel BX a B30.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização do óleo diesel BX a B30 deve indicar o número do boletim de conformidade correspondente ao produto.

Art. 9º As análises do óleo diesel BX a B30 deverão ser realizadas em amostra representativa obtida segundo um dos métodos a seguir, de acordo com a publicação mais recente:

I - ABNT NBR 14883: Petróleo, derivados de petróleo e biocombustíveis - Amostragem manual; ou

II - ASTM D4057 - Practice for Manual Sampling of Petroleum and Petroleum Products.

Art. 10. As características incluídas na Tabela I do Anexo devem ser determinadas de acordo com a publicação mais recente dos métodos de ensaio adotado.

Parágrafo único. Para a característica contaminação total, deve ser utilizada a norma EN 12662 - Liquid petroleum products - Determination of total contamination in middle distillates, diesel fuels and fatty acid methyl esters na versão de 1998 ou 2008 (EN 12662:1998 ou EN 12662:2008).

Art. 11. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos nos métodos estabelecidos na Tabela I do Anexo, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados

Art. 12. Em caso de disputa ou nas autuações por não conformidade quanto ao aspecto, deverão ser realizadas as análises de:

I - teor de água e contaminação total, para o óleo diesel BX a B30 (S10);

II - teor de água e água e sedimentos, para o óleo diesel BX a B30 (S500): e

III - teor de água, para o óleo diesel BX a B30 (S1800).

Parágrafo único. O aspecto será considerado não conforme caso ao menos um dos parâmetros do caput e seus incisos esteja fora de especificação.

Art. 13. No caso da característica teor de biodiesel, constante da Tabela I do Anexo, para efeito de autuação por não conformidade, será admitida variação de:

I - mais ou menos 0,5% em volume, para misturas de óleo diesel com teor de biodiesel inferior a 20%; e

II - mais ou menos 1,0% em volume, para óleo diesel B20 a B30.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Ficam revogados:

I - a Resolução ANP nº 30, de 23 de junho de 2016;

II - a Resolução ANP nº 739, de 2 de agosto de 2018; e

III - o art. 51 da Resolução ANP nº 828, de 1º de setembro de 2020.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o caput do art. 2º, o inciso IV do art. 3º e os artigos 6º, 10, 11 e 13 da Resolução ANP nº 909, de 18 de novembro de 2022)

Tabela I - Especificação do óleo diesel BX a B30

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	LIMITE			MÉTODO (1)	
		S10	S500	S1800 não rodoviário	ABNT NBR	ASTM/EN/ISO
Aspecto		Límpido e isento de impurezas, com anotação da temperatura de ensaio			Visual	
Cor		(2)	Vermelho (3)	(4)	Visual	
Cor ASTM, máx.		3			14483	D6045 D1500
Massa Específica (20°C) (5)	kg/m3	817,8 a 865,0	817,8 a 875,5	822,4 a 886,0	7148 14065 15983	D1298 D4052 D 7042
Viscosidade a 40°C (6)	mm²/s	1,9 a 4,1	2,0 a 5,0		10441 15983	D445 D7279 D7042
Teor de Biodiesel, % vol.	% volume	(7)			15568	EN14078 D7861 D7371 (8)
Enxofre, máx.	mg/kg	10	-			D5453 D2622 D7039 D7220 (8)
		-	500	1800		D2622 D5453 D7039
Destilação / 10% vol., mín. (9)	°C	180	Anotar		9619 (8)	D86 (8) D1160
Destilação / 50% vol. (9)		245,0 a 295,0	245,0 a 310,0			
Destilação / 85% vol. (9)		Anotar				
Destilação / 90% vol. (9)		Anotar				
Destilação / 95% vol. (9)		Anotar				
Ponto de fulgor, °C, mín.	°C	38			7974 14598	D56 D93 D3828
Ponto de entupimento de filtro a frio, máx.	°C	(10)			14747	D6371
Resíduo de Carbono - 10% amostra, máx.	%massa	0,25			14318	D524
Cinzas, máx.	%massa	0,01			9842	D482
Corrosividade ao cobre		1			14359	D130
Teor de água, máx.	mg/kg	200	500			D6304 EN ISO 12937
Água e sedimentos, máx.	% vol	-	0,05			D2709
Estabilidade à Oxidação	h	Anotar				EN 15751
Contaminação total, máx.	mg/kg	24	Anotar			EN12662
Número de Acidez, máx.	mg KOH/g	0,3			14248	D664
Condutividade elétrica, mín. (11)	pS/m	25	Anotar (12)			D2624 D4308
Número de cetano ou número de cetano derivado (NCD), mín.	-	48	46	42		D613 D6890 D7170 D7668

Tabela II - Ponto de Entupimento de Filtro a Frio.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	LIMITE MÁXIMO, °C											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SP - MG - MS	12	12	12	7	3	3	3	3	7	9	9	12
GO/DF - MT - ES - RJ	12	12	12	10	5	5	5	8	8	10	12	12
PR - SC - RS	10	10	7	7	0	0	0	0	0	7	7	10

Observações:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), da ASTM International (ASTM), do Comité Européen de Normalisation (CEN), e da International Organization for Standardization (ISO).

(2) Incolor a amarelada, podendo apresentar-se ligeiramente alterada para as tonalidades marrom e alaranjada devido à coloração do biodiesel.

(3) O corante vermelho deverá ser especificado conforme a Resolução ANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013.

(4) Coloração de amarelo a alaranjado, podendo apresentar-se ligeiramente alterado para a tonalidade marrom devido à coloração do biodiesel.

(5) As normas NBR 14065 e ASTM D4052 devem ser utilizadas como referência.

(6) As normas ASTM D445 e NBR 10441 devem ser utilizadas como referência.

(7) A norma EN 14078 deve ser utilizada como referência.

(8) Aplicável somente para mistura de óleo diesel A com até 20% de biodiesel.

(9) Para óleo diesel BX a B20, somente os métodos NBR 9619 e ASTM D86 devem ser utilizados. O método ASTM D1160 deve ser utilizado para óleo diesel B21 a B30, sendo neste caso os limites "anotar" para as temperaturas de 10% e 50% recuperados.

(10) Limites conforme Tabela II.

(11) Limite requerido no momento e na temperatura do carregamento/bombeio do combustível pelo distribuidor de combustíveis líquidos.

(12) Caso a condutividade elétrica medida seja inferior a 25pS/m deverá ser dado destaque do resultado no certificado da qualidade do óleo diesel A para que o distribuidor de combustíveis líquidos seja alertado quanto à adoção de medidas de segurança.

RESOLUÇÃO ANP Nº 910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a prévia anuência da ANP para o uso experimental ou específico de biodiesel ou de sua mistura com óleo diesel A (óleo diesel BX), em quantidade superior ao percentual de adição de biodiesel obrigatória.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no

Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica sujeito à prévia anuência da ANP o uso experimental ou específico de biodiesel ou de sua mistura com óleo diesel A (óleo diesel BX), em quantidade superior ao percentual de adição de biodiesel obrigatória, conforme autorizado pelo art. 1º, inciso IV, da Resolução CNPE nº 3, de 21 de setembro de 2015.

§1º A prévia anuência de que trata o caput será concedida por meio de despacho administrativo publicado no Diário Oficial da União, cujos efeitos passarão a vigorar na data de sua publicação.

§2º Fica dispensado de prévia anuência da ANP o uso experimental ou específico que trata o caput, caso consumo mensal do combustível a ser testado seja inferior a dez mil litros.

§3º A dispensa de prévia anuência não exime o usuário e o proprietário do equipamento de responderem pelo uso e seus eventuais danos.

CAPÍTULO II

DA PRÉVIA ANUÊNCIA E DA DISPENSA

Seção I

Do Uso Experimental

Art. 2º A solicitação de prévia anuência da ANP de uso experimental poderá ser realizada por qualquer pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país.

Art. 3º A solicitação de prévia anuência da ANP de uso experimental deverá ser encaminhada à ANP contendo as seguintes informações e documentos individualizados por usuário:

I - requerimento de anuência do uso de biodiesel ou de óleo diesel BX, destinados ao uso experimental;

II - documento comprobatório dos poderes dos subscritores do requerimento;

III - declaração de responsabilidade pelo uso do produto, firmada pelo solicitante e pelo usuário dos equipamentos ou das frotas cativas que utilizarão o produto, quando for o caso;

IV - ficha cadastral do solicitante, do usuário e das empresas ou instituições responsáveis pela análise do produto;

V - plano de trabalho contendo o cronograma de realização dos testes de emissões, desempenho e durabilidade dos motores em testes de bancada e em frota cativa ou equipamento de uso industrial, conforme o caso, com as respectivas normas utilizadas para as medições; e

VI - licença ou parecer favorável do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Os modelos de documentos a que se referem os incisos I, III e IV estão no Anexo e disponíveis no sítio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp).

Art. 4º O prazo da anuência concedida para uso experimental será definido de acordo com o plano de trabalho apresentado, com possibilidade de prorrogação.

§1º A anuência poderá ser prorrogada, desde que a solicitação seja apresentada com antecedência mínima de trinta dias, anteriores ao término do prazo original, mediante justificativa fundamentada, apresentação dos relatórios referentes ao uso experimental, bem como novo cronograma de execução de acordo com a prorrogação requerida.

§2º Na hipótese de a licença ou parecer ambiental estipular prazo determinado, a anuência para uso experimental de que trata o caput terá sua vigência limitada ao prazo fixado na licença, salvo se apresentado o deferimento da prorrogação pelo órgão ambiental.

Seção II

Do Uso Específico

Art. 5º A solicitação de prévia anuência da ANP de uso específico só poderá ser realizada nos seguintes casos:

I - após a conclusão de um uso experimental que obteve parecer favorável da ANP, desde que o uso específico requerido seja referente ao mesmo produto e à mesma aplicação; e

II - apresentação de declaração de garantia do fabricante do motor, nos termos do requerimento do solicitante.

Art. 6º O solicitante deverá encaminhar à ANP as seguintes informações e documentos individualizados por usuário:

I - requerimento de anuência do uso de biodiesel ou de óleo diesel BX, destinados ao uso específico;

II - documento comprobatório dos poderes dos subscritores do requerimento;

III - declaração de responsabilidade pelo uso do produto, firmada pelo solicitante e pelo usuário dos equipamentos ou das frotas cativas que utilizarão o produto, quando for o caso;

IV - ficha cadastral do solicitante, do usuário e das empresas ou instituições responsáveis pela análise do produto; e

V - licença ou parecer emitido pelo órgão ambiental competente.

§ 1º Para a solicitação de prévia anuência da ANP de uso específico, prevista no art. 5º, inciso II, fica dispensada a apresentação da declaração de responsabilidade prevista no art. 6º, inciso III.

§ 2º Os modelos de documentos a que se referem os incisos I, III e IV estão no Anexo e disponíveis no sítio eletrônico da ANP.

Seção III

Do Uso em Eventos

Art. 7º Fica dispensada a prévia anuência da ANP para uso de biodiesel e de suas misturas com óleo diesel BX em eventos, sendo exigida a prévia comunicação à ANP, no prazo de noventa dias antes do início do evento, das seguintes informações:

I - nome do evento;

II - período e local do evento; e

III - combustível e volume a ser utilizado.

§1º A ANP poderá solicitar os documentos e informações complementares que considerar necessários para o uso em eventos.

§2º O uso do combustível não poderá exceder o período de realização do evento.

§3º Fica vedado o uso de biodiesel ou de óleo diesel BX em eventos, nos termos desta Resolução, caso não sejam atendidas as exigências previstas neste artigo.

Seção IV

Do Uso em Testes Governamentais

Art. 8º Fica dispensada a prévia anuência da ANP para uso de biodiesel e suas misturas com óleo diesel BX em testes experimentais oficiais conduzidos por órgãos do Governo Federal.

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 9º A aquisição de biodiesel para uso voluntário experimental, específico ou em demais aplicações, conforme especificado no inciso IV do art. 1º da Resolução CNPE nº 3, de 2015 e no inciso IV do art. 1º da Portaria MME nº 516, de 11 de novembro de 2015, deve ser feita por compra direta a ser efetuada obrigatoriamente com:

I - produtor ou distribuidor de combustíveis líquidos, quando se tratar de B100; ou

II - distribuidor de combustíveis líquidos, quando se tratar de mistura de biodiesel com óleo diesel.

Art. 10. O distribuidor de combustíveis líquidos fica obrigado a guardar, pelo prazo mínimo de um ano, a contar da data de comercialização do produto, as notas fiscais e os certificados de qualidade do óleo diesel A e do biodiesel utilizados para formulação do produto.

Parágrafo único. O óleo diesel A e o biodiesel utilizados para formulação do produto devem atender as especificações estabelecidas pela ANP.

Art. 11. O distribuidor de combustíveis líquidos deverá analisar, pelo menos uma vez por mês, uma amostra representativa de óleo diesel BX a ser comercializado, considerando as características exigidas no Anexo da Resolução ANP nº 909, de 18 de novembro de 2022, e enviar os resultados dessas análises mensalmente à ANP.

§ 1º No caso de o distribuidor de combustíveis líquidos comercializar óleo diesel BX com mais de um teor de biodiesel, a análise da amostra, a que se refere o caput, deverá ser realizada para cada diferente teor de biodiesel.

§ 2º No caso de uso experimental, específico ou de eventos, o óleo diesel BX com teor inferior ou igual a B30 para ser utilizado em frotas cativas ou de consumidores rodoviários atendidos por ponto de abastecimento, deverá atender a especificação contida no Anexo da Resolução ANP nº 909, de 2022.

§ 3º Os resultados de que trata o caput devem ser enviados de acordo com as instruções constantes no sítio eletrônico da ANP na Internet, até o dia quinze do mês subsequente àquele a que se referirem os dados enviados.

Art. 12. O agente detentor da prévia anuência da ANP deverá enviar relatório final contendo, no mínimo, os resultados dos testes constantes no plano de trabalho, em até sessenta dias após a finalização do uso experimental.

Parágrafo único. A ANP emitirá avaliação sobre o relatório final de uso experimental.

Art. 13. É vedada qualquer alteração nas condições de uso experimental ou específico sem a prévia anuência da ANP.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A ANP poderá solicitar os documentos e informações complementares que considerar necessários para a análise da solicitação de prévia anuência.

Art. 15. Fica revogada a Resolução ANP nº 34, de 28 de julho de 2016.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o parágrafo único do art. 3º e § 2º do art. 6º da Resolução ANP nº 910, de 18 de novembro de 2022)

1 - REQUERIMENTO DE ANUÊNCIA DO USO DE BIODIESEL OU DE ÓLEO DIESEL BX, DESTINADOS AO USO EXPERIMENTAL OU ESPECÍFICO.

SENHOR(A) SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS O(A) _____ (razão social), CNPJ _____, neste ato representada por _____, CPF _____, solicita uso _____(experimental/específico) de _____(produto).

Seguem abaixo as informações relativas ao uso:

Consumo mensal: _____(litros)

Usuário: _____(razão social)/_____(CNPJ)

Distribuidor de Combustíveis Líquidos: _____(razão social)/_____(CNPJ)

Finalidade do uso:_____

Local:_____

Relação dos equipamentos ou Frota cativa, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Relação dos Veículos ou dos Equipamentos.

Veículos ou equipamentos	Placa	Chassi	Tipo de veículo ou equipamento	Fabricante do veículo ou equipamento	Fabricante do motor	Data de fabricação	Quilometragem (km)	Sistema de pós tratamento

Local, Data _____

Identificação do representante legal perante a ANP

(CPF)

2 - DECLARAÇÃO DO USUÁRIO RELATIVA AO USO DE BIODIESEL OU DE ÓLEO DIESEL BX

A pessoa jurídica (ou cooperativa) _____, CNPJ _____, neste ato representada por _____, CPF _____, declara para os devidos fins de comprovação perante a AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, que assume a responsabilidade pelo uso de _____ (especificar: biodiesel ou o óleo diesel BX a ser utilizado), respeitando as condições estabelecidas pela prévia anuência, ora pleiteada. Assume, ainda, o compromisso de:

a) garantir o fiel cumprimento do estabelecido no procedimento inerente aos dados enviados, quando da solicitação da anuência prévia;

b) responder pelo controle do uso experimental/específico e possíveis danos causados aos veículos automotivos, equipamentos empregados, ao meio ambiente e outros;

c) permitir a realização de vistoria, in loco, em qualquer tempo, para verificação das informações prestadas à ANP.

O produto será usado em veículo(s) automotivo(s) e/ou equipamento(s) de propriedade da pessoa jurídica _____, CNPJ _____, neste ato representada por _____, CPF _____, que declara estar ciente e de acordo com este uso.

O desrespeito aos requisitos para concessão da prévia anuência, ora pleiteada, e demais dispositivos previstos na regulamentação da ANP, sujeitará a presente pessoa jurídica às sanções administrativas previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal.

A presente DECLARAÇÃO é parte integrante da documentação requerida para prévia anuência de uso experimental/específico de biodiesel e de óleo diesel BX.

Local, Data _____

Identificação do representante legal perante a ANP

(CPF)

_____

Identificação do proprietário do(s) veículo(s) automotivo(s) e/ou equipamento(s)

(CPF)

3 - FICHA CADASTRAL DO SOLICITANTE, USUÁRIO E DA(S) EMPRESA(S) OU INSTITUIÇÃO(ÕES) RESPONSÁVEL(IS) PELA ANÁLISE DO PRODUTO

Identificação do solicitante, do usuário e da(s) empresa(s) ou instituição(ões) responsável(is) pela análise do produto		
[inserir o nome da empresa] (razão social)		
[nome fantasia]		
Endereço da Empresa		
[rua, avenida etc.]	[número]	[Complemento]
[bairro, distrito]	[município]	
[estado]	[CEP]	
[DDD] [telefone]	[DDD] [fax]	[endereço eletrônico]
[CNPJ]	[inscrição estadual]	
Endereço para Correspondência		
[rua, avenida etc.]	[número]	[Complemento]
[bairro, distrito]	[município]	

[estado]	[CEP]	
[DDD] [telefone]	[DDD] [fax]	[endereço eletrônico]
Identificação do responsável técnico		
[nome]		
[identidade]	[CPF]	
[número de inscrição no órgão competente]		
Identificação do preposto da empresa		
[nome]		
[identidade]	[CPF]	
[local] [data]	[assinatura do preposto] (Declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, sob as penas da lei.)	

RESOLUÇÃO ANP Nº 911, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre as especificações dos óleos básicos e suas regras de comercialização.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as especificações de óleos básicos de origem nacional e importados, de primeiro refino ou rerrefinados, contidas no Anexo, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.

§ 1º Estão abrangidos por esta Resolução os óleos básicos classificados nos grupos I, II, III e naftênicos, conforme o art. 2º.

§ 2º Estão dispensados de atender esta Resolução os agentes econômicos que:

I - produzem ou importam óleos básicos para formulação própria de lubrificante acabado; ou

II - comercializam óleos básicos para indústria que não seja a de lubrificantes acabados.

Art. 2º Para fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - batelada: uma unidade ou intervalo de produção que pode ser identificado, separado e classificado, e cujos componentes apresentem predominantemente as mesmas características entre si, podendo um deles representar os demais ou o conjunto deles;

II - grupo I: óleo básico com teor de saturados menor que 90% (m/m), teor de enxofre maior que 0,03% (m/m) e índice de viscosidade maior ou igual a 80 e menor que 120;

III - grupo II: óleo básico com teor de saturados maior ou igual a 90% (m/m), teor de enxofre menor ou igual a 0,03% e índice de viscosidade maior ou igual a 80 e menor que 120;

IV - grupo III: óleo básico com teor de saturados maior ou igual a 90% (m/m), teor de enxofre menor ou igual a 0,03% (m/m) e índice de viscosidade maior ou igual a 120; e

V - naftênico: óleo básico em que o petróleo ou a mistura de petróleos que lhe deu origem seja classificado(a) como naftênico ou intermediário segundo o método UOP 375, ou seja, que apresente K_{UOP} maior que 10 e menor que 12,5.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DA QUALIDADE

Art. 3º Todo documento fiscal que acompanhe carga de óleo básico comercializado deve vir acompanhado de certificado de qualidade legível do produto.

Art. 4º O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização de óleo básico deverá indicar:

I - a descrição do produto estabelecida pela ANP, conforme tabela de códigos do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP, disponível no sítio eletrônico da ANP na internet (www.gov.br/anp); e

II - o número do certificado da qualidade correspondente ao produto.

Parágrafo único. Ao ser transportado, o produto deverá ser acompanhado de cópia legível do respectivo certificado da qualidade. A documentação fiscal, inclusive o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), referente às operações de comercialização de óleo básico, deverá indicar:

I - o código e a descrição do produto estabelecidos pela ANP, conforme legislação vigente, tabela de códigos do Sistema de Informações de Movimentação de Produtos - SIMP, disponível no sítio eletrônico da ANP na internet (www.gov.br/anp); e

II - o número do certificado de qualidade correspondente ao produto, no campo de observação.

Art. 5º O certificado de qualidade deverá ser mantido à disposição da ANP pelo agente que comercializou o óleo básico e pelo adquirente do produto, para qualquer verificação julgada necessária, por um período mínimo de doze meses, contados a partir da data de sua comercialização.

Art. 6º O certificado de qualidade deve informar a refinaria e o país de origem de todo corte de óleo básico comercializado, para fins de atendimento às regras internacionais de intercambiabilidade de óleo básico da indústria.

Art. 7º É vedada a adição de polímeros, ou quaisquer outros aditivos, ao óleo básico a ser comercializado.

Art. 8º É vedada a comercialização dos óleos básicos que não se enquadrem nas especificações estabelecidas no Anexo.

Art. 9º A comercialização de óleos básicos, com faixas de viscosidade diferentes das estabelecidas nas tabelas 1 e 2 do Anexo, poderá ser realizada mediante acordo por escrito entre as partes. A comercialização é vedada nos casos em que se atinja a faixa de viscosidade de outro corte e não sejam atendidas as demais especificações.

Art. 10. Os dados de precisão, repetibilidade e reprodutibilidade, fornecidos pelos métodos estabelecidos nas Tabelas I e II do Anexo, devem ser usados somente como guia para aceitação das determinações em duplicata do ensaio e não devem ser considerados como tolerância aplicada aos limites especificados.

Art. 11. As características constantes nas Tabelas 1 e 2 do Anexo deverão ser determinadas de acordo com a publicação mais recente dos métodos de ensaio indicados.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. A ANP poderá solicitar aos agentes que comercializam óleo básico, a qualquer tempo, amostras, documentos, laudos de análise e demais informações a respeito dos óleos básicos e seus insumos, os quais deverão ser enviados no prazo definido no ato de comunicação.

Art. 13. Os funcionários da ANP e de órgãos conveniados devidamente identificados, no exercício da atividade de fiscalização, terão livre acesso às instalações do produtor ou importador de óleo básico.

Art. 14. Para as características nas Tabelas 1 e 2 do Anexo onde constam os termos "especificar", "anotar" e "valor típico", caberá ao produtor ou importador definir, mensurar e informar o valor ou faixa no certificado de qualidade, conforme as seguintes definições:

I - anotar: deverá ser realizada análise da característica a cada batelada, embora não estejam definidos valores limites;

II - especificar: deverão ser especificados valores máximos, mínimos ou faixas, a depender da característica. Ter um valor especificado não necessariamente implica em mensurar de forma direta aquela propriedade a cada batelada, desde que o produtor tenha realizado estudo estatístico para avaliar a flutuação daquele parâmetro em seu processo. Independente da medição ou não da característica, o produtor/importador, ao especificar, garante que seu produto cumpre aquele requisito; e

III - valor típico: deverão ser informados valores típicos ou faixas, a depender da característica e de critérios definidos pelo produtor ou importador. Ter um valor típico não necessariamente implica em mensurar de forma direta aquela propriedade a cada batelada, sendo desejável que o produtor/importador tenha realizado estudo estatístico para avaliar a flutuação daquele parâmetro em seu processo. Esse termo apenas indica ao comprador sobre determinada característica do produto, não havendo garantias por parte do produtor/importador que toda amostra atenda o valor típico reportado. Ao lado do valor, ou faixa, informado no certificado de qualidade, deverá constar o termo "típico".

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Fica revogada a Resolução ANP nº 669, de 17 de fevereiro de 2017.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem os artigos 1º, 8º, 9º, 10, 11 e 14 da Resolução ANP nº 911, de 18 de novembro de 2022)

Tabela I - Especificações para os óleos básicos do Grupo I e naftênicos, de primeiro refino, e para os óleos básicos dos Grupos II e III, de primeiro refino ou rerrefinados.

CARACTERÍSTICA	UNIDADE	Óleo lubrificante básico				Método (1)	
		Grupo I	Grupo II	Grupo III	Naftênico	ABNT NBR	ASTM/DIN/IP
Aparência	-	límpido e isento de impurezas	límpido e isento de impurezas	límpido e isento de impurezas	límpido e isento de impurezas	Visual	
Cor ASTM, máx.	-	especificar	especificar	especificar	especificar		D1500 D6045
Massa específica a 20°C	kg/m3 ou kg/L	anotar	anotar	anotar	anotar	7148	D1298 D4052
Viscosidade sistemática a 40°C	cSt	anotar/ especificar (2)	anotar/ especificar (2)	anotar/ especificar (2)	anotar/ especificar (2)	10441	D445 D7042
Viscosidade sistemática a 100°C	cSt	anotar/ especificar (2)	anotar/ especificar (2)	anotar/ especificar (2)	anotar/ especificar (2)		
Índice de Viscosidade, min.	-	especificar	especificar	especificar	anotar	14358	D2270
Viscosidade CCS	cP, °C	valor típico (3,4)	valor típico (3,4)	valor típico (3,4)	-		D5293
Ponto de fulgor, min.	°C	especificar	especificar	especificar	especificar	11341	D92
Volatilidade - NOACK	% massa	valor típico (5,6)	valor típico (5,6)	valor típico (5,6)	valor típico (5,6)	14157	DIN 51581 D5800 B D5800 C
Ponto de Fluidez, máx.	°C	especificar	especificar	especificar	especificar	11349	D97 D5950 D6749 D7346
Índice de Acidez, máx.	mg KOH/g	especificar	especificar	especificar	especificar	14248	D974 D664
Corrosividade ao cobre, 3h a 100°C, máx.	-	especificar	especificar	especificar	especificar	14359	D130
Cinzas, máx.	% massa	especificar	especificar	especificar	especificar	14318	D524
Teor de enxofre, máx.	% massa	valor típico	especificar	especificar	-	14786 14533	D4951 D2622 D4294 D6481 D2622 D5185 D1552 D3120 D4927
Teor de saturados, mín.	% massa	valor típico	especificar	especificar	-	16470	D7419 D2007
Extrato em DMSO	% massa	valor típico	valor típico	valor típico	-		IP 346
Demulsibilidade	mL (min)	valor típico	valor típico	-	-	14172	D1401

Tabela II - Especificação para os óleos básicos rerrefinados do grupo I.

CARACTERÍSTICA	Unidade	RR - 10	RR - 30	RR - 40	RR - 55	RR - 70	Método (1)	
							ABNT NBR	ASTM/NAS/ IP/ CEC
Aparência	-	Límpido e isento de impurezas	Límpido e isento de impurezas	Límpido e isento de impurezas	Límpido e isento de impurezas	Límpido e isento de impurezas	visual	
Cor ASTM, máx.	-	2	2,5	3,5	3,5	4		D1500 D6045

Massa específica	kg/m3	anotar	anotar	anotar	anotar	anotar	7148	D1298 D4052
Viscosidade Cinemática a 40°C	cSt	8 a 14	26 a 32	36 a 46	50 a 60	anotar	10441	D445 D7042
Viscosidade Cinemática a 100°C	cSt	anotar	anotar	anotar	anotar	9,0 a 12,0		
Índice de Viscosidade, min.	-	90	95	95	95	95	14358	D2270 D5293
Viscosidade CCS	cP, °C	-	valor típico (7)	valor típico (7)	valor típico (7)	valor típico (7)	11341	D92
Ponto de Fulgor, mín.	°C	155	200	215	215	226		
Volatilidade Noack, máx.	% massa	-	16	valor típico	valor típico	valor típico	14157	D5800B D5800C
Ponto de Fluidez, máx.	°C	-3	-3	-3	-3	-3	11349	D97 D5950 D6749 D7346
Índice de Acidez, máx.	mg KOH/g	0,05	0,05	0,05	0,05	0,05	14248	D974 D664
Corrosividade ao cobre, 3h a 100°C, máx.	-	1b	1b	1b	1b	1b	14359	D130
Cinzas, máx.	% massa	-	0,02	0,02	0,02	0,02	9842	D482
Resíduo de Carbono Ramsbottom, máx.	% massa	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	14318	D524
Água por crepitação	-	ausente	ausente	ausente	ausente	ausente	16358	
Teor de elementos total (somatório do teor dos elementos Ca, Mg e Zn), máx.	mg/kg	15	15	15	15	15	14786 14066	D5185 D4951 D4628 D6481
Teor de enxofre	% massa	valor típico	valor típico	valor típico	valor típico	valor típico	14786 14533	D4951 D2622 D4294 D6481 D2622 D5185 D1552 D3120 D4927
Teor de saturados	% massa	valor típico	valor típico	valor típico	valor típico	valor típico		D7419 D2007
Grau NAS, máx.	-	12	12	12	12	12		NAS 1638
Extrato em DMSO	% massa	valor típico	valor típico	valor típico	valor típico	valor típico		IP 346
Estabilidade ao cisalhamento, máx.	% (queda da viscosidade cinemática a 100°C, 90 ciclos)	1	1	1	1	1	NBR 14325	D6278 CEC L-014-3

Observações:

(1) Os métodos listados referem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da American Society for Testing and Materials (ASTM), do Coordinating European Council (CEC), do International Petroleum Test Methods (IP), do Deutsches Institut für Normung (DIN) e do National Aerospace Standards (NAS).

(2) O fornecedor do óleo básico deve especificar a viscosidade cinemática a 40°C ou a 100°C e anotar a viscosidade obtida na outra temperatura.

(3) Aplicável aos óleos básicos com viscosidade cinemática a 40°C de 25cSt a 105 cSt.

(4) Analisar ao menos em uma das temperaturas expressas na tabela SAE J300.

(5) Aplicável aos óleos básicos com viscosidade cinemática a 40°C de 25 cSt a 105 cSt.

(6) Óleos básicos Turbina Leve e Pesado estão dispensados de informar essa característica.

(7) Analisar ao menos em uma das temperaturas expressas na tabela SAE J300.

RESOLUÇÃO ANP Nº 912, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre os critérios e os preços públicos para a realização de análises físico-químicas pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo nº 48610.205397/2021-13 e as deliberações tomadas na 1.105ª Reunião de Diretoria, realizada em 8 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios para a realização de análises físico-químicas de correntes de petróleo e de amostra contraprova e amostra-testemunha pelo Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP (CPT), e os preços públicos para a realização desses serviços aos agentes externos.

Art. 2º O CPT poderá ser contratado por agentes externos (contratantes) para a realização de análises físico-químicas de correntes de petróleo e de amostras contraprova e testemunha.

§ 1º As análises físico-químicas de correntes de petróleo serão realizadas conforme as especificações técnicas previstas na Resolução ANP nº 874, de 18 de abril de 2022.

§ 2º Análises adicionais para caracterização de correntes de petróleo poderão ser realizadas mediante solicitação do contratante.

§ 3º As análises físico-químicas em amostra contraprova e amostra-testemunha serão realizadas conforme as especificações técnicas previstas na Resolução ANP nº 898, de 18 de novembro de 2022, na Resolução ANP nº 44, de 19 de novembro de 2013, e na Resolução ANP nº 804, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º A coleta e o transporte das amostras para o CPT, bem como os seus custos, são de responsabilidade do contratante.

Parágrafo único. Os procedimentos de amostragem e de mistura das amostras de petróleo são de responsabilidade do contratante e devem ser realizados conforme normas nacionais ou internacionais.

Art. 4º Ficam fixados, na forma do Anexo, os preços públicos a serem pagos para a obtenção das análises físico-químicas.

§ 1º Os valores dos serviços de análises físico-químicas deverão ser pagos pelos contratantes diretamente à ANP, mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

§ 2º Os preços fixados nas Tabelas 1, 2 e 3 do Anexo poderão ser reajustados anualmente por meio do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

§ 3º Os preços fixados nas Tabelas 1 e 2 do Anexo poderão ter desconto de até trinta por cento em caso de solicitação única para um número de análises igual ou superior a oito.

Art. 5º Os procedimentos para a contratação da realização das análises físico-químicas serão publicados no sitio eletrônico da ANP na Internet (www.gov.br/anp).

Art. 6º Ficam revogadas:

I - a Resolução ANP nº 769, de 31 de janeiro de 2019; e

II - a Resolução ANP nº 773, de 26 de fevereiro de 2019.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

RODOLFO HENRIQUE DE SABOIA
Diretor-Geral

ANEXO

(a que se referem o caput e os §§ 2º e 3º do art. 4º da Resolução ANP nº 912, de 18 de novembro de 2022)

Tabela 1 - Preço dos ensaios de classificação de correntes petróleo

Ensaio	Preço por amostra
Teor de água e sedimentos (ASTM D2709)	R$ 197,78
Teor de enxofre (ASTM D4294 / ASTM D6481 / ASTM D2622)	R$ 22,82
Massa específica (ASTM D4052 / ASTM D5002)	R$ 33,49
Teor de nitrogênio (ASTM D3228 / ASTM D5291 / ASTM D5762 / ASTM D4629 / UOP 269)	R$ 57,00
Índice de acidez (ASTM D664 / ASTM 8045)	R$ 57,00
Curva PEV (ASTM D2892)	R$ 4916,93
TOTAL	**R$ 5285,02**

Tabela 2 - Preço dos ensaios adicionais para a caracterização de correntes de petróleo

Ensaio	Preço por amostra
Curva PEV Potstill (ASTM D5236)	R$ 4916,93
Composição em hidrocarbonetos (ASTM D6729 / ASTM D6730 / ASTM D 6733)	R$ 211,20
Ponto de fulgor (ASTM D56/ASTM D93)	R$ 38,18
Ponto de fluidez (ASTM D97)	R$ 94,00
Viscosidade a diferentes temperaturas (ASTM D445 / ASTM D7042)	R$ 57,00
(Teor de metais) (ASTM ASTM D4951 / ASTM D6481 / ASTM D5708)	R$ 376,00
Enxofre mercaptídico (ASTM D3227)	R$ 57,00
Sulfeto de hidrogênio (ASTM D7621)	R$ 57,00
Pressão de vapor Reid (ASTM D5191)	R$ 50,00
MON (ASTM D2700 / cromatografia gasosa / infravermelho)	R$ 211,20
RON (ASTM D2699 / cromatografia gasosa / infravermelho))	R$ 211,20
TOTAL	**R$ 6279,71**

Tabela 3 - Preço das análises físico-químicas em amostras contraprova e/ou testemunha

Ensaio	Método de ensaio	Preço por amostra
Gasolina automotiva		
Aromáticos	Cromatografia gasosa/ASTM D1319	R$ 211,20
Aspecto	Visual/NBR 14954	R$ 4,43
Benzeno	ASTM D6277	R$ 100,00
Chumbo	ASTM D3237	R$ 150,00
Cor	Visual	R$ 4,43
Corrosividade ao cobre a 50°C, 3h	ASTM D130/NBR 14359	R$ 100,00
Destilação atmosférica	ASTM D86/NBR 9619	R$ 59,10
Enxofre Total	ASTM D5453	R$ 44,57
Fósforo	ASTM D3231	R$ 100,00
Goma Atual Lavada	ASTM D381/NBR 14525	R$ 100,00
Índice Antidetonante	ASTM D2699/ASTM D2700	R$ 1.000,00
Marcador de solvente	Método Interno	R$ 147,75
Massa específica a 20°C	ASTM D4052/NBR 14065	R$ 33,49
MON	ASTM D2700	R$ 500,00
Olefínicos	Cromatografia gasosa/ASTM D1319	R$ 211,20
Pressão de Vapor a 37,8°C	ASTM D5191	R$ 50,00
RON	ASTM D2699	R$ 500,00
Saturados	Cromatografia gasosa/ASTM D1319	R$ 211,20
Teor de Etanol Anidro (Cromatografia)	ASTM D5501	R$ 147,75
Teor de Etanol Anidro (proveta)	NBR 13992	R$ 17,73
Teor de Metanol	NBR 16041	R$ 147,75

Teor de Silício	ICP - AES	R$188,00
Óleo Diesel		
Água e sedimentos	ASTM D2709	R$ 51,59
Cinzas	ASTM D482/NBR 9842	R$ 75,00
Condutividade elétrica	ASTM D2624	R$ 50,00
Contaminação total	EN 12662	R$ 121,56
Cor	Visual	R$ 4,43
Cor ASTM	ASTM D1500/NBR 14483	R$ 7,39
Corrosividade ao cobre a 50°C, 3h	ASTM D130	R$ 100,00
Destilação	ASTM D86/NBR 9619	R$ 59,10
Enxofre Total	ASTM D5453	R$ 44,57
Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos	ASTM D6591	R$ 250,00
Índice de acidez	ASTM D664	R$ 100,00
Lubricidade	ASTM D6079	R$ 250,00
Massa específica a 20°C	ASTM D4052/NBR 14065	R$ 33,49
Número de Cetano	ASTM D6890	R$ 100,00
Ponto de entupimento de filtro a frio	ASTM D6371/NBR 14747	R$ 68,95
Ponto de fulgor	ASTM D56/ASTM D93	R$ 49,25
Resíduo de Carbono Ramsbottom	ASTM D524/ NBR 14318	R$ 75,00
Teor de Água	ASTM D6304	R$ 54,98
Teor de biodiesel	EN 14078	R$ 39,40
Viscosidade Cinemática a 40°C	ASTM D445	R$ 100,00
Etanol Combustível		
Aspecto	Visual/NBR 14954	R$ 4,40
Condutividade Elétrica	NBR 10547/ISO 17308	R$ 12,80
Cor	Visual	R$ 4,40
Massa específica a 20ºC/ Teor Alcoólico	ASTM D 4052/NBR 15639	R$ 33,49
Potencial Hidrogeniônico (pH)	NBR 10891	R$ 12,80
Resíduo por evaporação	NBR 8644	R$ 64,17
Teor de Cobre e Ferro	NBR 11331	R$ 150,00
Teor de Enxofre	ASTM D5453	R$ 44,57
Teor de Etanol (Cromatografia)	ASTM D5501	R$ 147,75
Teor de Hidrocarbonetos	NBR 13993	R$ 12,80
Teor de Material não volátil	NBR 15559	R$ 64,17
Teor de Metanol (Cromatografia)	NBR 16041	R$ 147,75
Teor de Cloreto e Sulfato	NBR 9866	R$ 150,00
Biodiesel (B100)		
Cálcio + Magnésio	NBR 15553	R$188,00
Cinzas sulfatadas	EN ISO 3987/NBR 6294	R$ 75,00
Contaminação total	EN 12662:2008/NBR 15995	R$ 121,56
Corrosividade ao cobre a 50°C, 3h	ASTM D130/NBR 14359	R$ 100,00
Mono, di e trialcilglicerol	ASTM D6584	R$ 394,00
Enxofre Total	ASTM D5453	R$ 44,57
Estabilidade à oxidação a 110°C	EN 14112	R$ 98,50
Fósforo	NBR 15553	R$188,00
Glicerol Livre/Glicerol Total	ASTM D6584	R$ 147,75
Índice de acidez	EN 14104	R$ 39,40
Índice de Iodo	EN 14111	R$ 39,40
Massa específica a 20°C	ASTM D4052/NBR 14065	R$ 33,49
Metanol e/ou etanol	NBR 15343/EN 14110	R$ 147,75
Número de cetano	ASTM D6890	R$100,00
Ponto de entupimento de filtro a frio	ASTM D6371	R$ 68,95
Ponto de fulgor	ASTM D93	R$ 59,10
Sódio + Potássio	NBR 15553	R$188,00
Teor de Água	ASTM D6304	R$ 68,95
Teor de Éster	EN 14103	R$ 167,45
Viscosidade cinemática a 40°C	ASTM D445	R$ 100,00
Querosene de aviação		
Acidez total	ASTM D3242	R$ 100,00
Aromáticos totais	ASTM D6379	R$ 211,20
Aspecto	ASTM D4176/NBR 14954	R$ 4,40
Condutividade elétrica	ASTM D2624	R$ 50,00
Cor	ASTM D156/ ASTM D6045	R$ 7,39
Corrosividade ao cobre (2h a 100°C)	ASTM D130/NBR 14359	R$ 100,00
Destilação	ASTM D86/NBR 9619	R$ 59,10
Enxofre total	ASTM D5453	R$ 44,57
Estabilidade térmica a 260°C	ASTM D3241	R$ 1.000,00
Goma atual	ASTM D381	R$ 100,00
Índice de separação de água - MSEP	ASTM D3948	R$ 50,00
Lubricidade Bocle	ASTM D5001	R$ 250,00
Massa Específica a 20°C	ASTM D4052/NBR 14065	R$ 33,49
Naftalenos	ASTM D1840	R$ 100,00
Partículas Contaminantes	ASTM D5452	R$ 121,56
Poder calorífico inferior	ASTM D4529/D3338/D4809	R$ 150,00
Ponto de congelamento	NBR 7975/ ASTM D2386	R$ 100,00
Ponto de fulgor	ASTM D56/ASTM D93	R$ 49,25
Ponto de fuligem	ASTM D1322/NBR 11909	R$ 49,25
Viscosidade a -20°C	ASTM D445/NBR 10441/ ASTM D7042	R$ 100,00
Gasolina de aviação		
Chumbo tetraetila	ASTM D3341/D5059	R$ 150,00
Condutividade elétrica	ASTM D2624	R$ 50,00
Cor, Lovibond	IP17	R$ 7,39
Corrosividade ao Cobre 2h a 100°C	NBR 14359/ASTM D130	R$ 100,00
Destilação	ASTM D86/NBR 9619	R$ 59,10
Goma atual	ASTM D381/NBR 14525	R$ 100,00
Goma Potencial /Chumbo precipitado	NBR 14976/ASTM D873	R$ 100,00
Massa específica a 20°C	NBR 7148/ASTM D4052	R$ 33,49
Poder calorífico Inferior	ASTM D1405/D3338/D4529/D4809	R$ 150,00
Ponto de Congelamento	ASTM D2386/NBR 7975	R$ 100,00
Pressão Vapor Reid a 37,8°C	ASTM D5191	R$ 50,00
Teor de Enxofre	ASTM D5453	R$ 44,57
Tolerância à água - Mudança de volume	ASTM D1094	R$ 17,73
Óleos Lubrificantes		
Corrosividade ao Cobre 3h a 100°C	ASTM D130	R$ 33,49
Demulsibilidade	ASTM D1401	R$ 199,50
Elementos Químicos Cálcio, Magnésio, Zinco e Fósforo por EDX	ASTM D7751	R$ 200,00
Elementos Químicos Cálcio, Magnésio, Zinco, Fósforo, Bário, Sódio, Molibdênio, Boro - Plasma ICP OES	ASTM D4951 / ASTM D6481	R$ 200,00
Enxofre	ASTM D4951 / ASTM D6481 / ASTM D2622/ ASTM D7751	R$ 200,00
Espuma	ASTM D892	R$129,00
Estabilidade ao cisalhamento (30 e 90 ciclos)	ASTM D7109 / ASTM D6278	R$ 253,00
Four Ball, Carga de Soldagem	ASTM D2783	R$ 180,00
Four Ball, Proteção a Desgaste	ASTM D4172	R$ 238,00
IAT (Acidez)	ASTM D664 / ASTM D974	R$227,50
IBT (Basicidade)	ASTM D2896	R$227,50
Índice de Viscosidade	ASTM D2270	R$ 23,00
Perda por Evaporação - Noack	ASTM D5800 (Procedimento B)	R$ 95,00
Ponto de Fluidez	ASTM D97	R$180,50
Ponto de Fulgor Cleveland	ASTM D92	R$177,00
Viscosidade a Alta Temperatura e Alto Cisalhamento - HTHS (150°C)	ASTM D5481	R$257,00
Viscosidade Cinemática a 100°C	ASTM D445 / ASTM D7042/NBR 10441	R$156,00
Viscosidade Cinemática a 40°C	ASTM D445 / ASTM D7042/NBR 10441	R$156,00
Viscosidade de bombeamento à baixa temperatura	ASTM D4684	R$ 232,00
Viscosidade Dinâmica à Baixa Temperatura (CCS)	ASTM D5293	R$257,00
Graxa automotiva		
Four Ball, Carga de Soldagem	ASTM D2783	R$ 180,00
Four Ball, Proteção a Desgaste	ASTM D4172	R$ 240,00
Grau NLGI	-	R$ 70,00
Lavagem por Água 80ºC	ASTM D1264	R$ 120,00
Penetração a 25ºC (trabalhada 10.000 vezes)	ASTM D217	R$ 280,00
Penetração a 25ºC (trabalhada 60 vezes)	ASTM D217	R$ 100,00
Ponto de Gota	ASTM D2265	R$ 60,00

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.403, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 2, de 14 de janeiro de 2010, com base no Parecer nº 440/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2611918) e considerando o que consta no processo nº 48610.225640/2022-92, resolve:

Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à concessão de Galo de Campina/ Operador do Contrato: Nion Energia S.A. / Operador das instalações: Nion Energia S.A. / Contrato ANP nº: 48610.009227/2002.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.404, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base nos Pareceres nº 294/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2369672) e nº 443/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615507), e considerando o que consta nos processos nº 48610.203744/2022-46 e nº 48610.220528/2020-01, resolve:

1.Remover o sobrestamento do processo nº 48610.203744/2022-46, que trata da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa às instalações marítimas Pescada 1A/1B (PPE-1A/1B), devido à constatação pela ANP do atendimento integral às condicionantes para o início da operação dessas instalações, conforme Ofício nº 551/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615923).

2.Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à Plataformas de Pescada 1A/1B (PPE-1A/1B) / Operador do Contrato: 3R Pescada S.A. / Operador das instalações: 3R Pescada S.A. / Contrato nº 48000.003912/97-84.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.405, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base nos Pareceres nº 151/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2093210) e nº 443/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615507), e considerando o que consta nos processos nº 48610.203748/2022-24 e nº 48610.220528/2020-01, resolve:

1.Remover o sobrestamento do processo nº 48610.203748/2022-24, que trata da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação marítima Pescada 3 (PPE-3), devido à constatação pela ANP do atendimento integral às condicionantes para o início da operação dessas instalações, conforme Ofício nº 551/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615923).

2.Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à Plataforma de Pescada 3 (PPE-3) / Operador do Contrato: 3R Pescada S.A. / Operador das instalações: 3R Pescada S.A. / Contrato nº 48000.003912/97-84.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.406, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base no Parecer nº 293/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2369670) e nº 443/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615507) e considerando o que consta nos processos nº 48610.203747/2022-80 e nº 48610.220528/2020-01, resolve:

1.Remover o sobrestamento do processo nº 48610.203747/2022-80, que trata da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação marítima Pescada 2 (PPE-2), devido à constatação pela ANP do atendimento integral às condicionantes para o início da operação dessas instalações, conforme Ofício nº 551/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615923).

2.Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à Plataforma de Pescada 2 (PPE-2) / Operador do Contrato: 3R Pescada S.A. / Operador das instalações: 3R Pescada S.A. / Contrato nº 48000.003912/97-84.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.407, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base nos Pareceres nº 153/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2095374) e nº 443/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615507), e considerando o que consta nos processos nº 48610.203750/2022-01 e 48610.220528/2020-01, resolve:

1.Remover o sobrestamento do processo nº 48610.203750/2022-01, que trata da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação marítima Arabaiana 1 (PARB-1), devido à constatação pela ANP do atendimento integral às condicionantes para o início da operação dessas instalações, conforme Ofício nº 551/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615923).

2.Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à Plataforma de Arabaiana 01 (PARB-01) / Operador do Contrato: 3R Pescada S.A. / Operador da Instalação: 3R Pescada S.A. / Contrato nº 48000.003913/97-47.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.408, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 43, de 6 de dezembro de 2007, com base nos Pareceres nº 296/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2369884) e nº 443/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615507), e considerando o que consta nos processos nº 48610.203752/2022-92 e nº 48610.220528/2020-01, resolve:

1.Remover o sobrestamento do processo nº 48610.203752/2022-92, que trata da análise da Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à instalação marítima Arabaiana 3 (PARB-3), devido à constatação pela ANP do atendimento integral às condicionantes para o início da operação dessas instalações, conforme Ofício nº 551/2022/SSM-CSO/SSM/ANP-RJ (SEI 2615923).

2.Aprovar a Documentação de Segurança Operacional (DSO) relativa à Plataforma de Arabaiana 03 (PARB-03) / Operador do Contrato: 3R Pescada S.A. / Operador das instalações: 3R Pescada S.A. / Contrato nº 48000.003913/97-47.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

DESPACHO SSM-ANP Nº 1.409, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE SEGURANÇA OPERACIONAL E MEIO AMBIENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Resolução ANP nº 02, de 14/01/2010, e considerando: (i) que a SEACREST SPE CRICARE SA. submeteu sua Documentação de Segurança Operacional (DSO) à aprovação da ANP para operação do Campo de Cancã; e (ii) a emissão do PARECER Nº 53/2022/SSM/ANP-RJ (SEI 2556058), constante no processo de cessão de direitos nº 48610.205620/2022-03, que indica a condição degradada do poço 7-CNC-3-ES e recomenda dar tratamento particularizado ao referido poço no processo de cessão, visando atribuir à Petrobras responsabilidade pela realização do seu abandono permanente, como condição para assinatura do termo aditivo ao Contrato da Concessão de Cancã, resolve:

1.SOBRESTAR o processo nº 48610.226925/2022-41, que trata da análise da DSO da SEACREST SPE CRICARE SA. para operação do Campo de Cancã / Operador do Contrato: SEACREST SPE CRICARE SA. / Operador das Instalações: Seacrest Petróleo/ Contrato nº 48610.009491/2003, até o cumprimento das condições relativas ao poço 7-CNC-3-ES contidas nos Pareceres nº 53/2022/SSM/ANP-RJ (SEI 2556058) e nº 54/2022/SSM/ANP-RJ (SEI 2557010), visto que a situação operacional deste poço torna o abandono permanente desafiador e eivado de incertezas, sendo, portanto, esta a solução que melhor se adequa às finalidades de interesse público, seja pelo conhecimento operacional da cedente sobre o poço 7-CNC-3-ES, seja por sua maior qualificação, como Operador A, para lidar com situação de alto risco operacional.

2.DETERMINAR que a aprovação da DSO e consequente permissão ao início das operações deste campo, conforme o § 4º do Art. 3º da Resolução ANP nº 2/2010, só seja proferida após o posicionamento favorável da ANP quanto a: (i) conformidade da DSO enviada com os requisitos exigidos na Resolução já mencionada e no Regulamento Técnico de SGI por ela estabelecido; e (ii) atendimento às condicionantes citadas no item anterior.

MARIANA RODRIGUES FRANCA

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.410, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RJ0232578	AUTO POSTO GUARACIABA LTDA	39.236.765/0001-60	48610.227182/2022-26
PR/PR0232536	BIANCHINI AUTO POSTO LTDA	45.278.746/0001-08	48610.227243/2022-55
PR/RN0232521	BR 406 COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS DOMINGOS LTDA	45.747.999/0001-75	48610.226899/2022-51
PR/SC0232576	CENTRO AUTOMOTIVO APIU LTDA	25.104.292/0001-33	48610.227192/2022-61
PR/RS0232556	EHR ESTRELA DALVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	45.680.520/0001-20	48610.227194/2022-51
PR/AM0232496	J U SALUSTIANO JUNIOR	04.352.943/0001-34	48610.204168/2022-54
PR/PB0232577	POSTO ALTERNATIVA DE COMBUSTIVEL E SERVICO LTDA	11.372.084/0024-05	48610.225111/2022-99
PR/MG0232522	RICARDAO AUTO POSTO RIO TEJUCO LTDA	46.419.384/0001-82	48610.225444/2022-18

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.411, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/MT0246782	ALO GAS E AGUA LTDA	18.167.069/0001-70	48610.225454/2022-53
GLP/PA0246783	BASTOS & CIA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	45.880.237/0001-42	48610.225998/2022-15
GLP/SP0246784	BOLONHEZI DEPOSITO DE GAS LTDA	47.069.025/0001-05	48610.225777/2022-47
GLP/MS0246785	EDIVANIA SOUSA NOGUEIRA	46.220.154/0001-90	48610.226004/2022-88
GLP/AC0246786	G CLAUDECI MENEZES OLIVEIRA - ME	23.036.831/0001-19	48610.224879/2022-45
GLP/SE0246787	IDEAL GAS LTDA	47.280.123/0001-97	48610.225999/2022-60
GLPDF0407229	JA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	05.962.364/0001-76	48610.225325/2021-84
GLP/AL0246788	NILTON SILVA DE PAULA JUNIOR	46.371.012/0001-23	48610.225722/2022-37
GLP/ES0246789	REDE TOP GAS DISTRIBUIDORA LTDA	47.368.141/0001-25	48610.226521/2022-57
GLP/MG0246790	RGC COMERCIO DE GAS LTDA	47.238.062/0001-08	48610.226190/2022-55
GLP/PE0246791	W.T. SIQUEIRA	21.534.526/0001-21	48610.226484/2022-87

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.412, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/PA0232617	A C CARRETEIRO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	47.009.325/0001-07	48610.225957/2022-29
PR/RS0232636	ABASTECA LEGAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	47.223.113/0001-10	48610.225665/2022-96
PR/SP0232656	AUTO POSTO ATLETA DE ARAÇOIABA LTDA	47.145.285/0001-12	48610.229145/2022-52
PR/SP0232623	AUTO POSTO BONFANTE LTDA	45.718.561/0001-69	48610.227554/2022-14
PR/MG0232618	AUTO POSTO 2K LTDA	42.176.436/0001-86	48610.225533/2022-64
PR/SP0232622	BURITI SERTAOZINHO AUTO POSTO 2 LTDA	46.552.737/0001-18	48610.226107/2022-48
PR/RO0232717	COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LN LTDA	33.013.554/0001-82	48610.224884/2022-58
PR/RS0232676	D.C. HERMES COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	07.155.160/0007-44	48610.224105/2022-14
PR/GO0232619	LOTUS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	46.639.749/0001-84	48610.225476/2022-13
PR/BA0232596	MARACA POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.083.402/0001-06	48610.229173/2022-70
PR/CE0232620	POSTO DE COMBUSTIVEIS ALLANA LTDA	39.919.281/0001-16	48610.227338/2022-79
PR/SP0232697	POSTO DO LAGO BEBEDOURO LTDA.	05.371.150/0004-78	48610.226535/2022-71
PR/SC0232696	POSTO MAR DAS PEDRAS LTDA	22.915.775/0006-34	48610.227152/2022-10
PR/PR0232621	POSTO MAR DAS PEDRAS LTDA	22.915.775/0011-00	48610.227325/2022-08
PR/DF0232616	POSTO SANTO EXPEDITO LTDA	35.804.521/0001-86	48610.226701/2022-39
PR/SP0232716	POSTO VILA SOUTO LTDA	41.549.512/0001-99	48610.223279/2022-60
PR/RO0232698	POSTO 05 ESTRELAS LTDA	07.302.434/0003-57	48610.225719/2022-13
PR/RN0232637	TANGARA COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS DOMINGOS LTDA	44.154.246/0001-93	48610.227158/2022-97
PR/MG0232624	VINICIOS ANTUNES DE JESUS LTDA	26.185.153/0001-44	48610.226669/2022-91

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

DECISÃO

PAR-PB.001.03705/2022
Ata da 259ª Reunião do Comitê de Integridade, Item 1, Pauta CI 161-2022, de 28 de outubro de 2022.

O MEMBRO DO COMITÊ DE INTEGRIDADE (CI) DA PETROBRAS, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 8º, §1º da Lei nº 12.846/13, o DOU nº 199, Seção 1, pág. 234, de 19/10/2022, e o p.único do art. 215 do Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP), decide, diante da ausência de elementos novos aptos a se alterar as conclusões, APLICAR à pessoa jurídica APSEG APOIO A SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA., CNPJ 10.268.543/0001-48, a sanção de: i) multa, no valor de R$ 466.625,17 (quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dezessete centavos), conforme previsto no art. 6º, inc. I da Lei nº 12.846/13 e nos termos do, à época Decr. Fed. 8.420/15, ora republicado no art. 25 do Decr. Fed. 11.129/22; ii) publicação extraordinária da decisão condenatória pelo prazo de 30 dias, conforme art. 6º, inc. II da Lei nº 12.846/2013 e iii) suspensão de participação em licitação, impedimento de contratar com a Petrobras e suspensão e impedimento de inscrição cadastral, pelo prazo de 07 (sete) meses, conforme previsto no item II do art. 210 do RLCP.

JOSÉ AFONSO STEFANELLI
Coordenador e Membro

KARLIS MIRRA NOVICKIS
Membro

RENATA PEREIRA ELIAS CITRINITI
p/ Comitê

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 418, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo Decreto nº 10.241, de 13 de fevereiro de 2020, tendo em conta o disposto no art. 123 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e no §2º do art. 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como a necessidade de atualizar as normas de gestão e de execução financeira, orçamentária e patrimonial das Repartições do Ministério das Relações Exteriores no exterior, resolve:

Art. 1º O Capítulo 7 do Guia de Administração dos Postos, publicado pela Portaria MRE nº 402, de 22 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO 7 - DOTAÇÃO TRANSPORTE DE BAGAGEM - TB

7.1 A dotação Transporte de Bagagem - TB destina-se a custear a contratação de serviço de transporte de bagagem, porta a porta, de servidores removidos entre postos no exterior

7.1.1 O servidor removido para posto situado na mesma cidade da lotação de origem não tem direito ao transporte de bagagem, exceto em caso de movimentação de chefia de postos que se localizem na mesma sede.

7.1.2 No caso de remoção, para o mesmo posto ou sede no exterior, de servidores casados entre si, em união estável ou em união de fato, somente um dos cônjuges/companheiros, à escolha dos servidores, faz jus ao transporte de bagagem;

7.1.3 O cônjuge/companheiro que também seja servidor é considerado dependente para fins de cálculo do limite de peso e cubagem se incluído nos assentamentos funcionais do servidor em cujo nome se realiza o transporte de bagagem.

7.1.4 Para efeito de transporte de bagagem, são considerados dependentes aqueles incluídos nos assentamentos funcionais do servidor removido que o acompanham ao novo posto.

7.2 O posto de origem é responsável pela condução do proceso licitatório relativo ao transporte de bagagem dos servidores ali lotados que tenham sido removidos para outros postos no exterior, bem como pela proclamação da transportadora vencedora do certame.

7.3 Procedimentos Preliminares

7.3.1 Após publicação da portaria de remoção do servidor, o posto de origem deve enviar telegrama à DPAG/DP com as seguintes informações:

7.3.1.1 nomes dos dependentes que acompanharão o servidor, se aplicável;

7.3.1.2 se o servidor fará uso do transporte de bagagem;

7.3.1.3 se o servidor fará uso do transporte de automóvel.

7.3.2 A DPAG enviará ao posto, após o recebimento das informações de que trata o item 7.3.1, despacho telegráfico com os limites de peso, cubagem e cobertura de seguro aplicáveis ao transporte da bagagem do servidor.

7.3.2.1 A fim de promover o rigor e a exatidão das estimativas da bagagem do servidor, o posto de origem não deve antecipar os limites de peso e de cubagem às transportadoras.

7.3.3 Tão logo recebido o expediente telegráfico indicado no item 7.3.2, o posto de origem dará início a processo licitatório para escolha da empresa transportadora a ser contratada.

7.4 Comissão de Administração

7.4.1 O processo licitatório de transporte de bagagem deve ser conduzido pela comissão de administração do posto de origem ou por comissão ad hoc (item 1.6).

7.4.2 É vedado ao servidor removido ou seu eventual cônjuge/companheiro integrar a comissão de administração constituída para seu próprio transporte de bagagem, salvo em caso de lotação insuficiente no Posto.

7.4.2.1 Como principal interessado, o servidor removido deve acompanhar os trâmites devidos e providenciar tempestivamente a documentação que lhe couber.

7.4.3 A comissão de administração é responsável por:

7.4.3.1 Elaborar e divulgar o edital de convocação das empresas transportadoras na modalidade de carta-convite;

7.4.3.2 Enviar as cartas-convites;

7.4.3.3 Acompanhar, sempre que possível, a vistoria das empresas na moradia do servidor removido;

7.4.3.4 Receber e analisar as propostas das licitantes;

7.4.3.5 Transmitir à SERE a proposta menos onerosa e solicitar os recursos necessários;

7.4.3.6 Proclamar a empresa vencedora;

7.4.3.7 Negociar e celebrar o contrato;

7.4.3.8 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

7.4.3.9 Designar membro da comissão, preferencialmente servidor do quadro permanente, para as funções de fiscal;

7.5 Processo Licitatório

7.5.1 O posto deve consultar seu cadastro de empresas transportadoras, com os respectivos históricos de prestação de serviços, disponível na Diplopédia em Formulários>DPAG>Transporte de Bagagem (entre postos).

7.5.1.1 É obrigação dos postos manter a SERE atualizada a respeito do histórico das empresas de transporte de bagagem locais.

7.5.1.2 Empresas impedidas de contratar com o MRE não podem ser convidadas a participar do certame.

7.5.2 O posto de origem deve, ademais, consultar a relação das transportadoras credenciadas junto ao posto de destino e informar às empresas participantes do certame a relação das transportadoras com histórico negativo ou registro de impedimento.

7.5.2.1 As empresas impedidas não podem ser subcontratadas como consignatárias no destino.

7.5.3 Permite-se a participação de empresas que não tenham sido convidadas, desde que cumpram os requisitos do edital, sejam idôneas e pertençam ao ramo de transporte internacional de bens, preferencialmente com comprovados bons serviços prestados à comunidade diplomática local.

7.6 Carta-Convite

7.6.1 A carta-convite para o processo licitatório deve ser enviada ao maior número possível de empresas transportadoras locais.

7.6.1.1 A carta-convite deve ser afixada em local de acesso fácil ao público, no posto de origem e nos demais postos na mesma localidade;

7.6.1.2 Recomenda-se a sua divulgação, quando possível, na página eletrônica do posto;

7.6.1.3 Modelos de carta-convite, específicos para o transporte de bagagem, encontram-se disponíveis, em versões nos idiomas inglês e espanhol, na Diplopédia, em Formulários>DPAG>Transporte de Bagagem (entre postos).

7.6.2 O certame deve observar, no que couber, as disposições sobre licitações e contratos (capítulo 13), com a devida formalização em processo administrativo individualizado.

7.6.3 O posto deve, ademais, informar data-limite para receber confirmação, por escrito, das empresas interessadas em participar do certame.

7.6.4 Para o transporte da bagagem, o posto de origem deve contar com o interesse mínimo da participação de três empresas transportadoras internacionais.

7.6.5 Postos com menor número de empresas licitantes devem juntar ao processo justificativa da excepcionalidade.

7.6.6 Deve ser mantido registro, nos autos do processo correspondente, da relação de fornecedores que receberam a carta-convite e não enviaram resposta à solicitação do posto.

7.7 Vistoria

7.7.1 No ato da vistoria para realização dos orçamentos por parte das empresas participantes do certame licitatório, o servidor removido deve indicar todos os bens a serem transportados, com vistas a evitar estimativa inferior de peso e/ou de volume total da mudança, cujos limites, já de conhecimento do posto, não devem ser antecipados às transportadoras.

7.7.1.1 Deve ser informado às transportadoras que não serão aceitas eventuais diferenças de peso e/ou volume após os valores estimados quando da vistoria; e

7.7.1.2 Serviços relativos à acessibilidade e transporte dos bens deverão ser observados e devidamente cotados, não sendo aceitas eventuais majorações de preços nos serviços de origem.

7.7.2 Ainda por ocasião da vistoria, as empresas licitantes devem ser instruídas do correto preenchimento do formulário "Price Quotation Form" (ou sua versão em espanhol - "Formulario de Cotización de Precios), disponível na Diplopédia em Formulários>DPAG>Transporte de Bagagem (entre postos).

7.7.2.1 As empresas devem preencher todos os itens do formulário sem rasuras, além de apresentá-lo carimbado, assinado e datado, o qual não se confunde com as propostas;

7.7.2.2 Em caso de resistência das empresas locais quanto ao preenchimento do formulário, o posto se encarregará de seu preenchimento com base nas propostas recebidas, tendo em conta a relevância do questionário como "checklist" dos itens essenciais das propostas.

7.7.3 O posto deve instruir as empresas licitantes a somente considerar companhias seguradoras com abrangência internacional.

7.7.4 Buscando unificar o padrão de embalagem, recomenda-se que as transportadoras apresentem o material a ser utilizado (tipos de caixas, papéis de embrulho etc.) e que informem o número de engradados para o necessário acondicionamento da mudança.

7.8 Transporte de Automóvel

7.8.1 O erário custeia o transporte de apenas um automóvel de propriedade do servidor titular da mudança, desde que licenciado e usado no país em que este servia há mais de 180 (cento e oitenta) dias da dispensa da função.

7.8.2 É necessário identificar marca, modelo e ano do automóvel a ser transportado.

7.8.3 Cabe aos postos de origem e de destino informarem-se, por escrito, junto às autoridades locais, sobre as exigências legais aplicáveis à entrada e saída ou posterior venda, quando for o caso, do automóvel de propriedade do servidor removido.

7.8.4 Despesas decorrentes do desconhecimento das normas vigentes sobre a matéria não são custeadas pelo erário.

7.8.5 O transporte do automóvel deve sempre ser realizado à parte do restante da mudança, e a documentação deve ser providenciada separadamente daquela do restante da carga, de modo a evitar que a totalidade dos bens fique retida no porto aguardando a liberação do automóvel.

7.8.6 As empresas participantes do certame devem apresentar orçamentos com preços em separado para o transporte da bagagem e do automóvel.

7.8.7 Somente são aceitos orçamentos que contemplem transporte de automóvel sem compartilhamento de qualquer outra carga.

7.8.8 A inclusão do automóvel na bagagem do servidor removido não é computada no limite de peso/volume da mudança a que faz jus.

7.8.9 Para efeito de seguro, o somatório dos valores de cobertura atribuídos aos bens pessoais e ao automóvel, livremente alocados conforme a conveniência do servidor, deve respeitar o valor-teto a que tem direito o servidor.

7.8.10 As propostas devem ser apresentadas com o formulário "Price Quotation Form for Auto Transport Services" (ou sua versão em espanhol, "Formulario de Cotización de Precios para Transporte de Auto"), devidamente preenchido e sem rasuras, carimbado, assinado e datado, disponível na Diplopédia em Formulários>DPAG>Transporte de Bagagem (entre Postos), conforme item 7.7.3

7.9 Seguro

7.9.1 O seguro contratado deve ser "porta a porta", assegurando a bagagem desde a embalagem, na origem, até a entrega, no destino, incluindo eventual período de armazenagem.

7.9.2 Os limites legais de seguro para o transporte da bagagem serão informados pela SERE conforme item 7.3.2 e levarão em consideração o cargo e o posto de destino do servidor.

7.9.3 O servidor removido pode contratar apólice de seguro complementar, às suas próprias expensas, junto à companhia seguradora indicada pela empresa transportadora.

7.9.4 O posto deve instruir a empresa transportadora a somente considerar seguradoras com abrangência internacional.

7.9.5 Preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes do início dos serviços de embalagem, a transportadora deverá fornecer, ao servidor, uma via original da apólice de seguro contendo a relação dos bens declarada pelo servidor e assinada pela empresa transportadora contratada.

7.9.6 Caso o pagamento da apólice não seja em moeda norte-americana, o posto deve informar às empresas licitantes o valor-teto, equivalente em moeda local, a ser assegurado, utilizando, como referência cambial, a taxa SICAM do posto.

7.9.7 O automóvel, uma vez incluído na bagagem, deve ser considerado, para efeito de seguro, dentro do valor-teto a que tem direito o servidor .

7.9.8 Para o cálculo do item seguro, o posto deve instruir as transportadoras a informar a alíquota de cobertura, respeitado o teto a que faz jus o servidor.

7.9.9 Em caso de avarias, o servidor deve acionar a companhia seguradora diretamente.

7.10 Armazenagem dos Bens

7.10.1 É facultado ao servidor removido solicitar a armazenagem de seus bens e de seu automóvel em depósito da transportadora, na origem, por até 30 (trinta) dias consecutivos.

7.10.1.1 A opção pelo benefício deve ser expressa por escrito à comissão de administração.

7.10.2 Recomenda-se a armazenagem da bagagem em depósito da transportadora na origem.

7.10.2.1 Essa opção propicia ao servidor removido, às transportadoras envolvidas e aos postos de origem e de destino tempo hábil para a preparação dos documentos necessários à saída da bagagem da origem, entrada dos bens no destino, credenciamento do servidor e tramitação da franquia de bagagem, com vistas a evitar ou minimizar custos adicionais portuários.

7.10.3 Os custos do depósito na origem - aluguel do espaço por 30 (trinta) dias, manuseio e transporte da mudança do/para o armazém da transportadora, entre outros - devem estar detalhados nos orçamentos apresentados pelas empresas licitantes.

7.10.3.1 Não são liberados recursos para essa finalidade sem a devida previsão nos orçamentos apresentados na fase de licitação, tendo em vista que a inclusão posterior destes custos pode vir a alterar o resultado do certame.

7.10.4 Mesmo que concedida a gratuidade dos serviços de armazenagem em depósito na origem, por até 30 (trinta) dias, as empresas devem fazer constar em seu orçamento seus respectivos custos, caso venha a ser necessária eventual prolongação desses serviços.

7.10.5 A comissão de administração poderá autorizar eventual armazenagem dos bens do servidor no destino, em circunstâncias excepcionais, tais como a impossibilidade de prestação do serviço pelas empresas licitantes e por condições de acondicionamento, além de motivos de segurança adversas.

7.10.5.1 A autorização deve ser devidamente justificada e juntada ao processo.

7.10.6 O servidor removido que optar por não usufruir do benefício de armazenagem de seus bens deve expressar sua renúncia, por escrito, à comissão de administração.

7.10.6.1 O pedido, devidamente justificado, deve ser formalizado por escrito e juntado ao processo.

7.10.6.2 Ao renunciar tal benefício o servidor estará ciente de que eventuais despesas portuárias extraordinárias decorrentes do embarque imediato da carga podem ser a ele imputadas;

7.10.6.3 Não é concedida complementação de recursos para esse fim, ainda que não altere o resultado original do certame.

7.11 Limite de Peso/Volume

7.11.1 Os limites de cubagem e de peso são calculados de acordo com o cargo, tempo de serviço no exterior e número de dependentes.

7.11.1.1 Os orçamentos a serem apresentados devem ter como base o volume (em m3) e o peso (em kg) estimados pelas transportadoras no ato da vistoria na residência do servidor removido.

7.11.1.2 Em caso de comissionamento, são aplicados os limites de peso e volume do cargo a ser ocupado pelo servidor removido no posto de destino, nos termos da portaria de remoção ou do decreto de nomeação do servidor.

7.11.2 A mudança deve respeitar ao menos um dos referidos limites: volume ou peso.

7.11.3 Quando o volume aferido na vistoria for superior ao limite legal do servidor removido, utilizar-se-á como referência o peso líquido, expresso em quilogramas.

7.11.4 Quando o peso e o volume estimados pela transportadora na vistoria excederem, simultaneamente, os limites legais do servidor comunicados pela SERE, o posto de origem solicitará novas propostas às empresas licitantes, com a necessária adequação proporcional de preços, e confirmará o entendimento de que o servidor removido arcará com os custos excedentes.

7.11.4.1 O eventual pagamento efetuado pelo servidor removido, decorrente de excesso de peso/volume, deve integrar a documentação a ser apensada ao processo de licitação.

7.11.5 Ao adequar os orçamentos aos limites de peso e/ou volume a que tem direito o servidor, as novas ofertas devem respeitar a proporcionalidade de preço entre peso/volume estimado e o contingenciado, apresentando redução de custos nos serviços de origem (menos material e horas de serviço de embalagem, além de menor custo de desmontagem), no frete (acondicionamento em contêiner de menor capacidade) e nos serviços de destino (menos itens para descarregar e montar), entre outros.

7.11.6 Excepcionalmente, caso o posto verifique que a prática local não se coaduna à lógica da redução proporcional de preço (por exemplo, valor fixo por contêiner), a nova proposta poderá deixar de observar a análise de proporcionalidade de que trata o item anterior, o que deverá ser justificado pela comissão de administração no processo.

7.12 Modalidades do Transporte de Bagagem

7.12.1 O transporte de bagagem pode contemplar a utilização das modalidades rodoviária e marítima, combinadas ou não, porta a porta, e deve considerar apenas um endereço para coleta na origem e para entrega no destino da mudança a ser transportada.

7.12.2 Em casos de comprovada excepcionalidade, quando se tratar de mudança de pouco volume, e obedecidos os princípios da economicidade e da razoabilidade, o transporte via aérea poderá ser autorizado pela comissão de administração do posto mediante justificativa.

7.13 Fracionamento da Bagagem

7.13.1 Fica assegurado ao servidor removido, nos termos do parágrafo 10 do art. 32 do decreto nº 71.733/1973, o transporte de parte de sua bagagem para local, único, em Brasília, e o restante para a sede de destino no exterior, desde que:

7.13.1.1 Requerido pelo servidor, por escrito, à comissão de administração do posto;

7.13.1.2 O custo do transporte no trecho posto-Brasília somada ao trecho posto-posto parcial deve ser menor ou igual àquele obtido em caso de transporte da bagagem integral para a localidade de destino do servidor no exterior (posto-posto); e

7.13.1.3 Tanto o volume quanto o peso total das duas mudanças (posto-posto parcial e posto-Brasília) não ultrapassem o limite da bagagem a que o servidor tem direito.

7.13.2 As empresas licitantes devem, portanto, apresentar dois orçamentos para a mudança:

7.13.2.1 Integral (transporte de todos os bens destinados ao posto de destino); e

7.13.2.2 Parcial (bens destinados ao posto de destino excluídos os destinados a Brasília).

7.13.3 As transportadoras não devem fazer cotação para os bens a serem destinados a Brasilia.

7.13.4 Com vistas a verificar o cumprimento dos requisitos legais, a DPAG simulará o custo do transporte da carga parcial para Brasília.

7.13.4.1 O posto deve encaminhar à SERE (DPAG), via GIS, cópia dos orçamentos (integral e parcial) apresentados pela transportadora proclamada vencedora.

7.13.5 Para a simulação do seguro em eventual fracionamento de bagagem, o servidor deve declarar os valores, em dólares norte-americanos, relativos à mudança parcial entre postos no exterior e à parcela dos bens que deseja destinar a Brasília, respeitado o limite legal a que faz jus.

7.13.6 Caso seja autorizado pela SERE (DPAG) o envio de parcela da mudança para Brasília, o transporte é realizado pela empresa responsável pelo bloco geográfico ao qual pertence a cidade sede do posto de origem.

7.13.7 Em futuras remoções, o volume e o peso da bagagem repatriada são deduzidos dos limites a que o servidor tem direito quando de seu regresso definitivo ao país.

7.14 Entrega e Abertura das Propostas

7.14.1 A comissão de administração, acompanhada do servidor removido, deve abrir os orçamentos recebidos, preferencialmente, diante de representantes das transportadoras, em reunião presencial ou virtual, com base nos princípios da isonomia e da transparência.

7.14.2 A documentação entregue pelas empresas licitantes deve estar redigida em idioma inglês, francês ou espanhol.

7.14.2.1 Documentação apresentada em outro idioma deve estar acompanhada de tradução feita pelo posto.

7.14.3 Os orçamentos devem ter validade mínima recomendada de 90 dias, período em que os valores apresentados para os serviços devem ser honrados pelas empresas.

7.14.4 Recomenda-se a atenta leitura dos orçamentos, de modo a verificar que todas as empresas apresentam cotação para os mesmos serviços essenciais.

7.14.4.1 Em caso de qualquer discrepância, as dúvidas devem ser dirimidas diante de todos os representantes.

7.14.5 Devem estar obrigatoriamente discriminados nos orçamentos os seguintes serviços e respectivos valores:

7.14.5.1 Desmontagem e embalagem dos bens do servidor na origem;

7.14.5.2 Fornecimento do material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens do servidor;

7.14.5.3 Alíquota do seguro que cobrirá os bens do servidor, porta a porta;

7.14.5.4 Carregamento da bagagem da residência do servidor até o interior do equipamento de transporte ou depósito da empresa;

7.14.5.5 Acondicionamento da mudança em contêiner, caminhão-baú ou liftvan exclusivo para cada servidor removido;

7.14.5.6 Manuseio da mudança na cidade de origem;

7.14.5.7 Transporte e taxas de terminais e desembaraço alfandegários, desde a origem até o destino final;

7.14.5.8 Descarregamento e manuseio da mudança na cidade de destino;

7.14.5.9 Entrega dos bens na residência do servidor;

7.14.5.10 Desembalagem e montagem de móveis no destino;

7.14.5.11 Retirada do material de embalagem utilizado;

7.14.5.12 Limpeza e retorno do(s) contêinr(es) vazio(s);

7.14.5.13 Despesas com o transporte do automóvel, quando for o caso.

7.14.6 Após a abertura e análise preliminar dos documentos apresentados, a comissão de administração do posto deve elaborar ata de registro da reunião, a ser assinada pelos participantes, que também deverão rubricar todas as propostas apresentadas.

7.14.6.1 Aos representantes das empresas licitantes que estiverem participando da reunião no modo virtual, solicita-se que ateste sua concordância ao teor da ata, mediante gravação em áudio e vídeo, e que confirme a concordância, posteriormente, por meio de assinatura à ata.

7.14.7 A comissão de administração deve reiterar às empresas participantes do certame que a transportadora a ser proclamada vencedora deve ater-se aos serviços e montantes expressamentes alocados pela SERE.

7.14.8 Todos os orçamentos (propostas e formulários) apresentados pelas empresas licitantes devem constar do processo licitatório.

7.14.9 A comissão de administração deverá avaliar criteriosamente todos os serviços descritos nos orçamentos apresentados pelas empresas licitantes, observando-se , sobretudo, as informações específicas de peso/volume, seguro e armazenagem .

7.14.10 A adjudicação se dá pelo critério tradicional do menor preço entre aqueles oferecidos para exatamente os mesmos serviços essenciais a serem prestados, incluindo o transporte de automóvel.

7.14.11 As transportadoras participantes do certame serão informadas de que sua contratação depende de recursos a serem enviados pela SERE e que a proclamação da empresa vencedora bem como a assinatura do contrato dependerão do efetivo recebimento dos recursos.

7.15 Solicitação de Recursos

7.15.1 O posto de origem deve transmitir, por meio de telegrama com distribuição DPAG/COF/CISET, e retransmissão para o posto de destino, informações sobre a realização da licitação indicando o nome das empresas participantes e o valor global das propostas apresentadas.

7.15.2 O telegrama de que trata o item anterior deverá conter, ainda, a solicitação dos recursos necessários para custeio da proposta julgada vencedora pela comissão de administração, com as seguintes informações:

7.15.2.1 Cargo e nome do funcionário removido;

7.15.2.2 Cidade de destino da bagagem;

7.15.2.3 Peso da bagagem, medido em quilogramas (kg);

7.15.2.4 Volume da bagagem, medido em metros cúbicos (m3);

7.15.2.5 Nome e contato da empresa vencedora;

7.15.2.6 Valor e descrição detalhada dos serviços de origem;

7.15.2.7 Nome e contato da consignatária dos serviços de destino;

7.15.2.8 Valor e descrição detalhada dos serviços de destino;

7.15.2.9 Valor e modalidade do frete;

7.15.2.10 Indicar o tipo de contêiner(es) a ser(em) utilizado(s): 20 pés (33,2m³), 40 pés (67,7 m³), 40 pés HC (76,4m³),ou 45 pés HC (86,1 m³);

7.15.2.11 Valor de armazenagem por 30 (trinta) dias, incluindo o manuseio e a translação da mudança do/para o armazém da transportadora, na origem, ou a eventual excepcionalidade da armazenagem no destino, ou a expressa renúncia do benefício ;

7.15.2.12 Tributos alfandegários e portuários (THC, armazenagem portuária, transporte do contêiner entre terminais, capatazia e serviços correlatos nos portos de origem e de destino, entre outros aplicáveis);

7.15.2.13 Incidência de cobrança de VAT ou qualquer outro imposto ou taxa, com discriminação dos serviços e alíquota aplicável. O posto de origem deve informar se há previsão legal de ressarcimento "a posteriori", dado o caráter diplomático do transporte da bagagem;

7.15.2.14 Valor, descrição e natureza (eventual ou obrigatória) de possíveis despesas extras, na origem ou no destino;

7.15.2.15 Alíquota e valor total da apólice de seguro, bem como nome e contato da seguradora;

7.15.2.16 Custo total expresso na moeda de pagamento; e

7.15.2.17 Solicitação dos recursos necessários, sua equivalência em dólares norte-americanos e o câmbio SICAM aplicado.

7.15.3 Recomenda-se que o posto registre, quando aplicável, indicações sobre adequação de peso/volume ao limite do servidor incorridas durante o processo, informando as partes a serem pagas pelo erário e pelo servidor.

7.15.4 O posto deve encaminhar, por meio da plataforma GIS/DPAG, a proposta e o(s) formulário(s) de cotação/readequação de preços referentes apenas à empresa julgada vencedora pela comissão de administração.

7.15.5 Quanto possível, o posto de origem deve informar, ainda, os seguintes dados:

7.15.5.1 Indicação dos portos de origem, de trânsito e de destino;

7.15.5.2 Valor do aluguel diário nas dependências portuárias;

7.15.5.3 Duração prevista para o traslado da mudança, com discriminação da rota a ser utilizada.

7.16 Proclamação da Empresa Transportadora Vencedora

7.16.1 Após o recebimento dos recursos da SERE, o posto proclamará a empresa vencedora e informará a todas as transportadoras participantes o resultado do certame, tornando-o público.

7.16.2 Proclamada a empresa vencedora, o posto dará início à negociação e celebração do contrato, com base nos termos do edital de licitação e no item 7.19 (Direitos e Deveres das Empresas Transportadoras), bem como nos moldes da proposta de prestação de serviços apresentada pela empresa proclamada vencedora.

7.16.2.1 A empresa contratada deve informar, no ato da assinatura do contrato, os dados completos da consignatária no destino, a qual deve ser mantida durante toda a vigência do contrato de transporte de bagagem firmado entre a transportadora responsável e o posto de origem.

7.16.3 O ínicio da execução dos serviços está condicionado à assinatura do contrato entre o posto de origem e a empresa licitante vencedora.

7.17 Alocação e Utilização dos Recursos Recebidos

7.17.1 Recebidos os recursos para contratação da empresa vencedora do processo licitatório e evidenciada a necessidade de o posto de origem efetuar pagamento em moeda diferente daquela alocada, recomenda-se que a operação de câmbio seja realizada na totalidade dos recursos recebidos, de modo a minimizar solicitações complementares em decorrência de perdas cambiais.

7.17.2 A taxa de câmbio (SICAM) utilizada pelo posto de origem deve ser indicada previamente, de modo a prevenir complementação de recursos por diferença cambial.

7.17.3 O posto deve ater-se aos recursos expressamente alocados, firmando contrato no montante liberado pela SERE.

7.17.4 O custeio de eventuais despesas extraordinárias não incluídas na proposta original da transportadora vencedora pode ser objeto de análise pela SERE.

7.17.5 Despesas decorrentes da contratação de empresa transportadora distinta daquela informada como contratada pelo posto à SERE não podem ser arcadas pelo erário.

7.17.6 O posto de origem deve, mediante juízo de conveniência de sua chefia, efetuar, preferencialmente, o pagamento à transportadora em, pelo menos, duas parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) após o embarque da mudança e 50% (cinquenta por cento) após a entrega dos bens na residência do servidor removido.

7.17.6.1 Com base no histórico de processos de mudanças de servidores removidos, verifica-se que o pagamento parcelado e "a posteriori" constitui elemento essencial para exigir o fiel cumprimento do contrato; e

7.17.6.2 No ato da negociação, o posto de origem deve envidar esforços para garantir que a empresa concorde com o parcelamento.

7.17.7 Após a entrega dos bens na residência do servidor removido, o posto de destino deve comunicar o fato à SERE, por meio de telegrama à DPAG, com retransmissão ao posto de origem, para que este proceda ao pagamento da parcela restante da fatura.

7.18 Pedidos de Complementação de Recursos

7.18.1 Em circunstâncias excepcionais, pode ser pedido complemento aos recursos solicitados originalmente para execução do serviço de transporte de bagagem contratado no posto.

7.18.2 A concessão de complemento de recursos é considerada apenas nos seguintes casos:

7.18.2.1 Atrasos motivados por greves, movimentos ou conflitos na origem ou destino da bagagem;

7.18.2.2 Custos resultantes de determinação ou ditame de autoridades aduaneiras ou governamentais na origem ou destino da bagagem incidentes após a contratação do serviço;

7.18.2.3 Fenômenos naturais imprevisíveis ou acidentes que impeçam o andamento normal do processo de transporte da bagagem; ou

7.18.2.4 Gastos adicionais resultantes de restrições físicas ou legais supervenientes no endereço de coleta ou entrega da mudança.

7.18.3 Toda solicitação de recursos adicionais referentes às despesas previstas no orçamento original ou relativa a uma das circunstâncias mencionadas no item 7.18.2 deve ser acompanhada de pertinente documentação.

7.18.3.1 A solicitação deve ser formulada por telegrama com distribuição DPAG/COF/CISET;

7.18.3.2 A documentação comprobatória deve ser enviada à DPAG, por meio da plataforma GIS, subtipo "Transporte de Bagagem Posto-Posto/Complementação;

7.18.3.3 Não se concede complemento de recursos para taxas portuárias, taxas de manuseio, "demurrage", "detention" ou armazenagem que extrapolem uma das circunstâncias listadas no item 7.18.2;

7.18.3.4 Solicitações decorrentes de "demurrage" e/ou "detention" devem se fazer acompanhar de envio, por meio da plataforma GIS, da cópia da fatura original, emitida por agência portuária e/ou companhia marítima, com a descrição e o período da detenção;

7.18.3.5 Pedidos de complementação de recursos relativos a despesas não previstas ou não incluídas no custo final da proposta vencedora não devem exceder os mesmos serviços cotados pela segunda colocada do processo de licitação;

7.18.3.6 Não se concede complementação de recursos em razão de aumento do peso e/ou do volume inicialmente estimados pela transportadora, ainda que a proposta da empresa vencedora preveja eventual majoração de custos; e

7.18.3.7 Não cabe solicitação de recursos adicionais para o ressarcimento de qualquer despesa custeada diretamente pelo servidor removido.

7.19 Direitos e Deveres das Empresas Transportadoras

7.19.1 Ademais de apresentar suas propostas, as empresas devem preencher o formulário "Price Quotation Form" (ou sua versão em espanhol, "Formulario de Cotización de Precios"), disponível na Diplopédia em Formulários>DPAG>Transporte de bagagem (entre Postos)

7.19.2 Não é responsabilidade das empressa transportadoras:

7.19.2.1 Acomodar itens em armários, estantes e/ou guarda-roupas;

7.19.2.2 Retirar/colocar lustres e/ou luminárias;

7.19.2.3 Pendurar quadros, molduras e/ou prateleiras em paredes;

7.19.2.4 Desconectar/instalar eletrodomésticos;

7.19.2.5 Desmontar/montar mobiliário que necessite de serviço especializado (painés, aparelhos de ginástica, móveis tipo IKEA, Tok & Stok ou de qualquer outra marca ou procedência comumente vendida desmontada do tipo "flat furniture");

7.19.2.6 Realizar qualquer tipo de serviço congênere.

7.19.3 O material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens do servidor deverá ser novo, com vistas a garantir o acondicionamento apropriado dos bens.

7.19.4 A equipe encarregada da entrega deve retirar os itens das caixas no cômodo indicado, ficando a cargo do servidor removido - ou de seu preposto - a organização desses bens no local.

7.19.5 Somente são montados os móveis que foram desmontados pela transportadora na origem.

7.19.6 O servidor removido deve notificar previamente a transportadora contratada acerca das condições de acesso a seu edifício/condomínio de origem e, tão logo possível, daquele de destino.

7.19.7 Evidenciada a dificuldade de transporte e de acesso ao endereço do servidor removido no posto de origem, os custos decorrentes devem ser discriminados nas propostas a serem apresentadas por todas as transportadoras participantes do processo de licitação.

7.19.7.1 A omissão de tais serviços não pode ser objeto de solicitação posterior de recursos

7.19.8 Cabe à transportadora contratada informar-se e providenciar licenças e autorizações para circulação e estacionamento de caminhões em perímetros urbanos, tanto na origem quanto no destino.

7.19.9 Quando necessário, a empresa é responsável pelo içamento de objetos que não podem ser carregados em escadas ou elevadores, tanto no endereço de origem quanto no de destino do servidor removido.

7.19.10 Cabe, no entanto, ao servidor removido, custear eventual retirada de paredes, portas e/ou janelas de sua residência que impeçam a entrada e/ou a saída de seus bens.

7.20 Servidor Removido

7.20.1 Cabe ao servidor removido informar à comissão de administração, tão logo possível, de seu interesse no serviço de transporte de bagagem, com vistas à tramitação tempestiva da licitação.

7.20.2 O servidor removido deverá prestar as informações solicitadas pela comissão de administração, preferencialmente por escrito, e atuar de maneira cooperativa para o andamento apropriado da licitação.

7.20.3 A comissão de administração deverá manter o servidor removido atualizado sobre o andamento do processo.

7.20.4 É responsabilidade do servidor removido consultar previamente junto às transportadoras a legislação do posto de origem e/ou de destino sobre o transporte de itens proibidos e/ou especiais, tais como bebidas alcóolicas, publicações, perfumes, medicamentos, alimentos, motocicletas, bicicletas motorizadas e obras de arte, entre outros.

7.20.4.1 Sobretaxas, licenças ou custos para o trâmite da documentação de caráter pessoal necessária para tais transportes correm a cargo do servidor removido; e

7.20.4.2 No caso de eventual retenção da carga em virtude da inclusão desses itens na mudança, o servidor removido é responsável por pagar integralmente com os custos decorrentes da permanência adicional do contêiner no porto de origem ou de destino, como armazenagem da carga, "detention", "demurrage", multas, dentre outros.

7.21 Fiscalização do Contrato

7.21.1 O posto de origem é encarregado de acompanhar as etapas do processo e o cumprimento das cláusulas do contrato.

7.21.1.1. A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por membro da comissão de administração do posto de origem, preferencialmente servidor do quadro permanente, designado para tal fim; e

7.21.1.2 Por recomendação dos órgãos de controle, este encargo não pode recair sobre o servidor removido ou sobre eventual cônjuge lotado no mesmo posto.

7.21.2 O posto de destino deve atuar subsidiariamente na fiscalização do contrato.

7.21.3 O fiscal, em coordenação com o servidor removido, tem as seguintes atribuições, entre outras:

7.21.3.1 Agendar as datas para a realização do serviço de embalagem e embarque do contêiner de modo que a mudança somente chegue no destino após o devido credenciamento do servidor no novo posto;

7.21.3.2 Verificar a conformidade do material utilizado para embalagem, conforme pactuado em contrato, e seu processo de empacotamento, sempre que possível;

7.21.3.3 Verificar as condições do contêiner (deve estar em bom estado de conservação, com boa vedação, sem furos ou rachaduras), bem como verificar o acondicionamento e contenção adequados dos bens no contêiner, sempre que possível;

7.21.3.4 Acompanhar o momento de lacre do contêiner, sempre que possível;

7.21.3.5 Registrar ou obter da transportadora os devidos registros fotográficos do(s) número(s) do(s) contêiner(ers) e lacre(s) utilizados no transporte;

7.21.3.6 Solicitar a emissão da apólice de seguro antes do início do procedimento de embalagem; e

7.21.3.7 Entregar à contratada os documentos necessários à realização do serviço.

7.21.4 Com vistas a subsidiar o cumprimento da execução do contrato, o posto de origem deve enviar, ao endereço eletrônico do posto de destino, cópia integral do contrato firmado.

7.22 Embarque e Entrega da Mudança

7.22.1 Após o embarque da carga, o posto de origem informa, por telegrama com distribuição DPAG e retransmissão para o posto de destino, os seguintes dados:

7.22.1.1 Data da embalagem;

7.22.1.2 Data do carregamento do contêiner;

7.22.1.3 Data de partida da carga para o porto;

7.22.1.4 Nome da companhia responsável pelo frete (marítimo, rodoviário ou aéreo);

7.22.1.5 Porto de destino e data prevista de chegada da carga; e

7.22.1.6 Números de identificação do conhecimento internacional de transporte (marítimo, rodoviário ou aéreo) e da carga (contêiner, caminhão-baú ou liftvan).

7.22.2 A empresa transportadora responsável pela mudança deve facilitar, tão logo possível, cópia do documento original de embarque, não devendo ser aceito o envio de "draft":

7.22.2.1 Sea Waybill para a modalidade marítima;

7.22.2.2 BL ("Bill of Lading") para a modalidade marítima ou bimodal;

7.22.2.3 AWB ("Air Waybill") para a modalidade aérea; ou

7.22.2.4 CTRC ("Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas") ou Trucking Waybill para a modalidade rodoviária.

7.22.3 Os postos de origem e de destino, bem como o servidor removido, devem tomar todas as medidas necessárias à tempestiva obtenção de credenciais (diplomáticas) e liberações alfandegárias, (tanto no país de origem quanto no de destino), com vistas a evitar atrasos na liberação da carga pelas autoridades locais.

7.22.4 Os postos de origem e de destino e o servidor removido, em coordenação com a transportadora contratada e consignatária, devem atuar com diligência, certificando-se de que não há óbice ao embarque da carga, com o fim de evitar que a bagagem permaneça retida no porto de destino por ausência de documentação - credenciamento do servidor, em especial - necessária à liberação alfandegária.

7.23 Documentação do Processo de Licitação

7.23.1 O posto de origem deve manter em seus arquivos, para fins de prestação de contas e auditoria dos órgãos de controle interno e externo, os originais dos seguintes documentos:

7.23.1.1 Portaria de remoção ou decreto de nomeação do servidor;

7.23.1.2 Nomeação da comissão de administração para tratar do processo licitatório para o transporte de bagagem do servidor removido;

7.23.1.3 Edital de licitação/cartas-convite;

7.23.1.4 Orçamentos (propostas e formulários) recebidos das transportadoras licitantes;

7.23.1.5 Ata de registro da abertura dos orçamentos;

7.23.1.6 Comunicação às empresas do resultado da licitação;

7.23.1.7 Contrato, devidamente assinado e datado;

7.23.1.8 Faturas do transporte da bagagem, inclusive as eventualmente pagas pelo próprio servidor removido.

7.23.1.9 Toda a troca de informações entre o posto e a SERE, preferencialmente, por via telegráfica e GIS;

7.23.1.10 Documento de Atestação do Embarque da Mudança: Sea Waybill, para a modalidade marítima, BL ("Bill of Lading") para a modalidade marítima ou bimodal; AWB ("Air Waybill") para a modalidade aérea; ou CTRC ("Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas") para a modalidade rodoviária; e

7.23.1.11 Documentação adicional necessária à instrução do processo.

7.24 Remoção Posto-SERE ou SERE-Posto

7.24.1 Nos casos de remoções Posto-SERE ou SERE-Posto, a designação da empresa responsável pelo serviço de transporte de bagagem é de competência da DPAG.

7.24.2 Para as remoções Posto-SERE, o posto deve transmitir à DPAG as informações de que trata o item 7.3.1.

7.24.3 Recebidas as informações mencionadas no dispositivo anterior, a DPAG emitirá ordem de serviço à empresa contratada, que entrará em contato diretamente com o servidor para início das providências cabíveis.

7.24.4 Nas remoções SERE-Posto, o posto de destino, em coordenação com o servidor removido, deverá providenciar tempestivamente a emissão da franquia diplomática e demais habilitações necessárias ao desembaraço alfandegário e recebimento da mudança pela empresa consignatária local.

7.25 Transporte de Restos Mortais

7.25.1 O transporte de restos mortais de servidores falecidos em serviço no exterior e de seus dependentes também corre à conta da dotação Transporte de Bagagem - TB.

7.25.2 O posto em cuja jurisdição ocorre o óbito é responsável pela condução do processo licitatório para o transporte dos restos mortais do servidor falecido e/ou de seu(s) dependente(s).

7.25.3 Quando o servidor falecido em serviço no exterior não está acompanhado de dependente adulto, é assegurado a um membro de sua família o transporte de ida e volta até o local onde se encontra o corpo.

7.25.4 Tão logo tenha conhecimento do óbito, o posto deve informar, em caráter de urgência, por telegrama com distribuição DPAG/DP/COF/CISET, se haverá cremação "in loco" e/ou transporte dos restos mortais para o Brasil.

7.25.5 Em casos especiais, a União pode custear, diretamente, o sepultamento "in loco" do servidor falecido em serviço no exterior.

7.25.6 No caso de opção pela cremação "in loco", somente as despesas relativas ao traslado das cinzas para o Brasil são pagas pelo erário.

7.25.7 O posto deve obter orçamentos, preferencialmente em número mínimo de 3 (três), com discriminação detalhada dos seguintes serviços, sobretudo para o caso de traslado de restos mortais:

7.25.7.1 Procedimentos para preparo da conservação do corpo (formolização ou embalsamamento);

7.25.7.2 Aquisição de urna funerária especial (zincada) para traslado, modelo básico;

7.25.7.3 Transporte do esquife, compreendendo os deslocamentos do local do óbito ao ponto de embarque; e

7.25.7.4 Transporte do esquife da localidade de embarque até a localidade de destino e, nesta, até o local do sepultamento.

7.25.8 Não há amparo legal para o custeio pela dotação Transporte Bagagem de serviços fúnebres não relacionados ao traslado, tais como cremação dos restos mortais, ornamentação e aluguel de capela, maquiagem e vestuário do "de cujus", coroa de flores ou rituais religiosos.

7.25.9 O posto deve aguardar comunicação da SERE com alocação dos recursos para iniciar o processo de traslado dos restos mortais.

7.25.10 Tão logo esteja de posse dos orçamentos, o posto deve enviar à SERE, por meio da plataforma GIS/DPAG, subtipo "Transporte de Bagagem/Traslado de Restos Mortais", apenas a documentação referente à proposta mais econômica, e solicitar a alocação de recursos por telegrama à DPAG.

7.25.11 O expediente deve conter as seguintes informações:

7.25.11.1 Cargo e nome do servidor falecido, ou nome e grau de dependência da pessoa falecida com relação ao servidor;

7.25.11.2 Local e data do falecimento;

7.25.11.3 Nome e contato (endereço, correio eletrônico, telefone e nome do representante) da funerária responsável pelos serviços na cidade onde ocorreu o óbito;

7.25.11.4 Empresa(s) aérea(s) responsável(is) pelo transporte dos restos mortais, com indicação de voo(s), datas e locais de embarque e desembarque dos restos mortais; e

7.25.11.5 Nome e contato (endereço, correio eletrônico, telefone e nome do representante) da funerária responsável pelos serviços decorrentes do recebimento do corpo no aeroporto de destino até o local de sepultamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

PORTARIA Nº 420, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores, transformando, realocando e alterando denominações e categorias de funções de confiança.

O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II e IV, da Constituição da República e o art. 7º, do Decreto nº 11.024, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Esta portaria altera a estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores, transformando, realocando e alterando denominações e categorias de funções de confiança.

Art. 2º A subchefia do Cerimonial passa a ser denominada Coordenação-Geral de Eventos e Visitas Internacionais (CGEV), subordinada ao Cerimonial.

Parágrafo único. Ficam realocadas as seguintes Funções Comissionadas Executivas (FCE):

I - uma FCE 1.13 de subchefe, do Cerimonial para a Coordenação-Geral de Eventos e Visitas Internacionais, com a denominação de Coordenador-Geral;

II - três FCE 2.07 de assistente, do Cerimonial para a Coordenação-Geral de Eventos e Visitas Internacionais;

III - uma FCE 2.02 de assistente técnico, do Cerimonial para a Coordenação-Geral de Eventos e Visitas Internacionais; e

IV - uma FCE 2.01 de assistente técnico, do Cerimonial para a Coordenação-Geral de Eventos e Visitas Internacionais.

Art. 3º Fica alterada a categoria de uma FCE 2.07 de assistente, no Gabinete da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos, para FCE 1.07 de chefe, no Setor de Inteligência Econômica do Gabinete da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos.

Art. 4º Fica alterada a categoria da FCE 2.07 de assistente, na Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação, para FCE 1.07 de chefe, no Setor de Segurança da Informação da Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação.

Art. 5º O Setor de Infraestrutura, com uma FCE 1.07, de chefe, atualmente subordinado à Divisão de Tecnologia da Informação do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, passa a ser subordinado à Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação do mesmo departamento.

Art. 6º Fica alterada a categoria da FCE 4.05 de assessor técnico especializado, na Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, para FCE 2.05 de assistente técnico na mesma divisão.

Art. 7º Fica alterada a categoria das duas FCE 1.07 de chefe de setor, na Divisão de Saúde e Segurança do Servidor Treinamento e Aperfeiçoamento, para FCE 2.07 de assistente na mesma divisão.

Art. 8º Ficam realocadas as seguintes FCE:

I - quatro FCE 2.10 de assessor técnico, do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação para Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação;

II - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria-Geral para o Escritório de Representação no Estado de São Paulo;

III - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria das Américas para o Departamento de Caribe, América Central e do Norte;

IV - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria das Américas para a Divisão de Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela;

V - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria das Américas para a Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do MERCOSUL;

VI - duas FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria das Américas para a Divisão de Negociações Comerciais Extrarregionais;

VII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Oriente Médio, Europa e África para o Departamento de Oriente Médio;

VIII - duas FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Oriente Médio, Europa e África para o Departamento de África;

IX - duas FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Oriente Médio, Europa e África para o Departamento de Europa;

X - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia para a Coordenação-Geral de Mecanismos Inter-regionais;

XI - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia para a Divisão de China e Mongólia;

XII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia para a Divisão de Mecanismos Políticos Regionais;

XIII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia para a Divisão de Rússia;

XIV - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Ásia, Pacífico e Rússia para a Divisão de Japão e Península Coreana;

XV - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos para o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos;

XVI - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos para a Coordenação-Geral da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico;

XVII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos para a Coordenação-Geral do G20;

XVIII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos para o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais;

XIX - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos para o Departamento de Desenvolvimento Sustentável;

XX - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos para o Departamento de Organismos Internacionais;

XXI - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos para o Departamento de Assuntos Estratégicos, de Defesa e de Desarmamento;

XXII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos para a Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais;

XXIII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura para o Instituto Guimarães Rosa;

XXIV - duas FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura para a Agência Brasileira de Cooperação;

XXV - duas FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura para o Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica;

XXVI - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Gestão Administrativa para a Divisão de Acompanhamento dos Postos no Exterior;

XXVII - uma FCE 2.07 de assistente, do Gabinete da Secretaria de Gestão Administrativa para a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento;

XXVIII - três FCE 2.07 de assistente, do Departamento de Administração para a Divisão de Infraestrutura;

XXIX - três FCE 2.07 de assistente, do Departamento de Administração para a Divisão de Recursos Logísticos;

XXX - uma FCE 4.05 de assessor técnico especializado, do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação para a Divisão de Tecnologia da Informação;

XXXI - uma FCE 4.05 de assessor técnico especializado, do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação para a Coordenação de Planejamento Administrativo;

XXXII - uma FCE 2.02 de assistente técnico, da Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso para a Assessoria Especial de Imprensa;

XXXIII - uma FCE 2.02 de assistente técnico, da Secretaria de Oriente Médio, Europa e África para a Assessoria Especial de Imprensa;

XXXIV - uma FCE 2.02 de assistente técnico, da Secretaria de Assuntos Multilaterais Políticos para a Assessoria Especial de Imprensa;

XXXV - uma FCE 2.02 de assistente técnico, da Divisão de Comunicação e Arquivo para a Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação;

XXXVI - uma FCE 2.02 de assistente técnico, da Divisão de Comunicação e Arquivo para a Central de Atendimento;

XXXVII - uma FCE 2.02 de assistente técnico, da Coordenação de Planejamento Administrativo para Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação;

XXXVIII - uma FCE 2.01 de assistente técnico, da Secretaria das Américas para a Assessoria Especial de Imprensa;

XXXIX - uma FCE 2.01 de assistente técnico, da Divisão de Tecnologia da Informação para o Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação; e

XXXX - três FCE 2.01 de assistente técnico, da Divisão de Comunicação e Arquivo para a Central de Atendimento.

Art. 9º As cinco gerências da Secretaria de Controle Interno passam a ter as seguintes denominações:

I - Gerência de Auditoria e Fiscalização (GEAUD);

II - Gerência de Auditoria de Acompanhamento da Gestão (GEAC);

III - Gerência de Avaliação de Despesas com Pessoal e de Gestão de Riscos (GEPR);

IV - Gerência de Planejamento e Monitoramento (GPM); e

V - Gerência de Apoio Técnico e Administrativo (GTAD).

Art. 10 Fica revogado o Quadro Demonstrativo Detalhado dos Cargos Comissionados Executivos e das Funções Comissionadas Executivas do Ministério das Relações Exteriores, constante no Anexo da Portaria nº 387, de 14 de abril de 2022, passando a vigorar o quadro anexo a esta portaria.

Art. 11 Fica revogada a Portaria de 08 de abril de 2019, que criou o Setor Auxiliar de Finanças e Contratos.

Art. 12 Esta portaria entra em vigor em 7 de dezembro de 2022.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

ANEXO

QUADRO DEMONSTRATIVO DETALHADO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS (CCE) E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS (FCE) DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIDADE	CARGO / FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	CCE/FCE
	2	Assessor Especial	CCE 2.15
GABINETE DO MINISTRO (G)	1	Chefe do Gabinete	FCE 1.15
	1	Subchefe do Gabinete	FCE 1.14
	1	Assessor	FCE 2.14
	6	Assessor	FCE 2.13
	3	Assessor Técnico	FCE 2.10
	15	Assistente Técnico	FCE 2.02
ASSESSORIA ESPECIAL DE PLANEJAMENTO DIPLOMÁTICO (SPD)	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.15
	1	Subchefe	FCE 1.13
	1	Assessor	FCE 2.13
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
ASSESSORIA ESPECIAL DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E COM O CONGRESSO NACIONAL (AFEPA)	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.15
	1	Subchefe	FCE 1.13
	2	Assessor técnico	FCE 2.10
	3	Assistente	FCE 2.07
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (CISET)	1	Secretário	FCE 1.15
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Auditoria (CGAUD)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação de Auditoria (COAUD)	1	Coordenador	FCE 1.10
Gerência de Auditoria e Fiscalização (GEAUD)	1	Gerente	FCE 1.07
Gerência de Auditoria de Acompanhamento da Gestão (GEAC)	1	Gerente	FCE 1.07
Gerência de Avaliação de Despesas com Pessoal e de Gestão de Riscos (GEPR)	1	Gerente	FCE 1.07
Gerência de Planejamento e Monitoramento (GPM)	1	Gerente	FCE 1.07
Gerência de Apoio Técnico e Administrativo (GTAD)	1	Gerente	FCE 1.07
CONSULTORIA JURÍDICA (CONJUR)	1	Consultor Jurídico	CCE 1.15

	1	Assessor	FCE 2.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação-Geral de Direito Internacional (CGDI)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação-Geral de Direito Administrativo (CGDA)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Coordenação	2	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação-Geral de Acompanhamento Judicial (CGAJ)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)	1	Diretor-Geral	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Diretoria do Instituto Rio Branco	1	Diretor-Geral Adjunto	FCE 1.13
Coordenação-Geral de Ensino (CGENSINO)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
ASSESSORIA ESPECIAL DE IMPRENSA (AIG)	1	Chefe de Assessoria Especial	FCE 1.15
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	4	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Assessoria de Imprensa (DIMP)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Comunicação Institucional (DCIN)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG)	1	Secretário-Geral	CCE 1.18
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.15
	3	Diretor de Projeto	FCE 3.15
	7	Assessor	FCE 2.13
	10	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	10	Assistente Técnico	FCE 2.02
	3	Assistente Técnico	FCE 2.01
SECRETARIA DAS AMÉRICAS (SAME)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Demarcação de Limites (CGDL)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCDL)	1	Chefe	CCE 1.13
	1	Assistente	CCE 2.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (SCDL)	1	Chefe	CCE 1.13
	1	Assistente	CCE 2.07
Coordenação-Geral da Organização dos Estados Americanos (CGOEA)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Coordenação-Geral de Integração de Infraestrutura da América do Sul (CGI)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS (DNC)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão de Negociações Comerciais Extrarregionais (DNCE)	1	Chefe	FCE 1.13
	3	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Negociações Comerciais Regionais (DNCR)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO DE CARIBE, AMÉRICA CENTRAL E DO NORTE (DANC)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de México e América Central (DMAC)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Canadá e Caribe (DCCAR)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Estados Unidos (DEUA)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO DE AMÉRICA DO SUL (DAS)	1	Diretor	FCE 1.15
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Argentina, Uruguai e Chile (DAUC)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Bolívia, Equador, Paraguai e Peru (DIBEP)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela (DCGSV)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DO MERCOSUL (DMSUL)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do MERCOSUL (DMC)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Assuntos Políticos, Institucionais, Jurídicos e Sociais do MERCOSUL (DMS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA (SOMEA)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação-Geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e Organismos Regionais Africanos (CGCPLP)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE EUROPA (DEU)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Europa Setentrional (DESET)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Europa Central e Oriental (DECEO)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Europa Meridional e União Europeia (DEMUE)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO (DOMA)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Oriente Próximo (DOP)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Países do Golfo (DPGO)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE ÁFRICA (DEAF)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10

	2	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de África Central e Ocidental (DIACO)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de África Austral e Lusófona (DIAAL)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de África Oriental e Setentrional (DIAOS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
SECRETARIA DE ÁSIA, PACÍFICO E RÚSSIA (SARP)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Mecanismos Inter-regionais (CGBRICS)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO DE CHINA, MONGÓLIA E MECANISMOS BILATERAIS E REGIONAIS (DCHM)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de China e Mongólia (DCM)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Mecanismos Políticos Regionais (DMR)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE ÍNDIA, SUL E SUDESTE DA ÁSIA (DISA)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Coordenação para a ASEAN (CASEAN)	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Índia e Ásia Meridional (DIAM)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Sudeste Asiático (DSA)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE RÚSSIA E ÁSIA CENTRAL (DRC)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Rússia (DRUS)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Ásia Central (DASC)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE JAPÃO, PENÍNSULA COREANA E PACÍFICO (DEJP)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão de Japão e Península Coreana (DJC)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS ECONÔMICOS (SCAEC)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Assistente	FCE 2.07
	4	Assistente Técnico	FCE 2.02
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Setor de Inteligência Econômica	1	Chefe	FCE 1.07
Coordenação-Geral da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (CGOCDE)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
Coordenação-Geral do G20 (CGG20)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA COMERCIAL (DPC)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão de Comércio Internacional (DCI)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Acesso a Mercados (DACESS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (DDF)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Contenciosos Comerciais (DCCOM)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS (DPR)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Promoção de Indústria, Serviços e Agricultura (DPISA)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Promoção de Investimentos (DINV)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Programas de Promoção Comercial e Investimentos (DPG)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA ECONÔMICA, FINANCEIRA E DE SERVIÇOS (DFIN)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão de Cooperação Financeira e Tributária (DCFT)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Política Econômica e Financeira (DPF)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Negociação de Serviços (DNS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO DE ENERGIA E AGRONEGÓCIO (DAE)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Política Agrícola (DPAgro)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Desenvolvimento do Agronegócio (DDA)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Energia e Mineração (DEM)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Energia Renovável (DER)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E PROPRIEDADE INTELECTUAL (DCT)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
Divisão de Ciência, Tecnologia e Inovação (DCTEC)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Temas Digitais (DTD)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Propriedade Intelectual (DIPI)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
SECRETARIA DE ASSUNTOS MULTILATERAIS POLÍTICOS (SAMP)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Diplomacia da Saúde (CGSaude)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07

Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (COCIT)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS, DE DEFESA E DE DESARMAMENTO (DDEF)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Assuntos de Defesa (DADF)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço (DMAE)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Defesa e Segurança Cibernética (DCiber)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
DEPARTAMENTO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS (DOI)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Nações Unidas (DNU)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Paz e Segurança Internacionais (DPAZ)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Assuntos Humanitários (DHU)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DDES)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Biodiversidade (DBIO)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão do Clima (DCLIMA)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Política Ambiental e Sustentabilidade (DIPAS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIAIS (DHS)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Direitos Humanos (DDH)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Temas Sociais (DTS)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
SECRETARIA DE ASSUNTOS CONSULARES, COOPERAÇÃO E CULTURA (SECC)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Administração Consular (CGAC)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO CONSULAR (DCON)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Documentos e Atos Consulares (DDAC)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Assistência Consular (DAC)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	4	Assistente Técnico	FCE 2.02
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação de Legislação Consular (CLC)	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA (DIJ)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Cooperação Jurídica Internacional (DCJI)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Atos Internacionais (DAI)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Imigração (DIM)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
	3	Assistente Técnico	FCE 2.01
INSTITUTO GUIMARÃES ROSA (IGR)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa (DCLP)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Divisão de Cooperação Educacional (DCE)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (DCULT)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC)	1	Diretor	FCE 1.15
	2	Assistente	FCE 2.07
Coordenação-Geral de Cooperação Técnica - África, Ásia e Oceania (CGAA)	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Coordenação-Geral de Cooperação Técnica - América Latina, Caribe e Europa (CGAE)	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGMULT)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com Países Desenvolvidos (CGTP)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Coordenação-Geral de Administração e Orçamento (CGAO)	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Gerência	1	Gerente	FCE 1.07
Coordenação-Geral de Planejamento e Comunicação (CGPCOM)	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
Gerência	1	Gerente	CCE 1.07
Coordenação-Geral de Cooperação Esportiva (CGCE)	1	Coordenador-Geral	CCE 1.13
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (SGAD)	1	Secretário	FCE 1.17
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	4	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação-Geral de Gestão e Governança (CGG)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07

	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação-Geral de Licitações e Contratos (CGLC)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	6	Assistente	FCE 2.07
Coordenação de Planejamento de Contratações (CPC)	1	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Seleção de Fornecedores (CSF)	1	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Gestão de Contratos (CGCON)	1	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COF)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	4	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação Contábil	1	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação-Geral de Patrimônio Histórico (CGPH)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (DA)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	4	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação de Administração de Escritórios Regionais e Adidâncias Civis (CESC)	1	Coordenador	FCE 1.10
Coordenação de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia (CPAT)	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Acompanhamento dos Postos no Exterior (DAEX)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	6	Assistente Técnico	FCE 2.02
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Administração de Auxiliares Locais (DAUX)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
	4	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Infraestrutura (DInfra)	1	Chefe	FCE 1.13
	4	Assistente	FCE 2.07
	9	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Recursos Logísticos (DLOG)	1	Chefe	FCE 1.13
	4	Assistente	FCE 2.07
	10	Assistente Técnico	FCE 2.02
	5	Assistente Técnico	FCE 2.01
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (DTIC)	1	Diretor	FCE 1.15
	2	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação de Planejamento Administrativo (CPLAN)	1	Coordenador	FCE 1.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão de Infraestrutura e Segurança da Informação (DISI)	1	Chefe	FCE 1.13
	4	Assessor Técnico	FCE 2.10
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
Setor de Infraestrutura	1	Chefe	FCE 1.07
Setor de Segurança da Informação	1	Chefe	FCE 1.07
Divisão de Tecnologia da Informação (DINFOR)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
Setor de Desenvolvimento	1	Chefe	FCE 1.07
Setor de Análise de Dados	1	Chefe	FCE 1.07
Central de Atendimento (CAT)	1	Chefe	FCE 1.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
	3	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Comunicação e Arquivo (DCA)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	12	Assistente Técnico	FCE 2.02
	13	Assistente Técnico	FCE 2.01
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR (DSE)	1	Diretor	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	2	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
Coordenação de Legislação do Pessoal (CLP)	1	Coordenador	FCE 1.10
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
Divisão do Pessoal (DP)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	11	Assistente Técnico	FCE 2.02
	6	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Pagamentos (DPAG)	1	Chefe	FCE 1.13
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
	9	Assistente Técnico	FCE 2.02
	8	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento (DTA)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.05
	2	Assistente Técnico	FCE 2.02
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Divisão de Saúde e Segurança do Servidor (DSS)	1	Chefe	FCE 1.13
	2	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
INSPETORIA-GERAL E OUVIDORIA DO SERVIÇO EXTERIOR (ISEX)	1	Inspetor-Geral	FCE 1.15
	1	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
Ouvidoria do Serviço Exterior (OUVSE)	1	Ouvidor	FCE 1.10
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
CORREGEDORIA DO SERVIÇO EXTERIOR (COR)	1	Corregedor	FCE 1.15
	1	Gerente	FCE 1.07
	1	Assistente	FCE 2.07
	3	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
CERIMONIAL (C)	1	Chefe	FCE 1.15
	1	Assessor Técnico	FCE 2.10
	1	Assistente	FCE 2.07
Coordenação-Geral de Eventos e Visitas Internacionais (CGEV)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	3	Assistente	FCE 2.07
	1	Assistente Técnico	FCE 2.02
	1	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (CGPI)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Protocolo (CGPL)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ERERIO)	1	Chefe	FCE 1.14
	1	Assessor técnico	FCE 2.10
	3	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.05
	2	Assistente Técnico	FCE 2.01
Coordenação-Geral de Administração e Projetos (CGPRO)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
Coordenação-Geral de Patrimônio e Acervos (CGPATRI)	1	Coordenador-Geral	FCE 1.13
	1	Assistente	FCE 2.07
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (ERESUL)	1	Chefe	FCE 1.13
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE (ERENE)	1	Chefe	FCE 1.13
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO (ERESP)	1	Chefe	FCE 1.14
	2	Assistente	FCE 2.07
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ (EREPAR)	1	Chefe	FCE 1.13
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS (EREMINAS)	1	Chefe	FCE 1.13
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NA REGIÃO NORTE (ERENOR)	1	Chefe	FCE 1.13
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA (EREBAHIA)	1	Chefe	FCE 1.13
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (EREMS)	1	Chefe	FCE 1.13

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 3.736, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022 (*)

Habilita leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, de Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022, que habilita, com pendência, leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC a Estados e Municípios;

Considerando a regularização das pendências por parte dos estabelecimentos de saúde elencados no Anexo a esta Portaria, em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022; e

Considerando a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Tipo II, dos estabelecimentos de saúde descritos no Anexo a esta Portaria.

§ 1º Os leitos de que trata o caput referem-se aos leitos habilitados, com pendência, e que foram regularizados, via propostas SAIPS, constantes da Portaria GM/MS nº 220, de 27 de janeiro de 2022.

§ 2º As referidas unidades de saúde poderão ser submetidas à avaliação da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, poderão ter os leitos desabilitados, com a dedução no teto de Média e Alta Complexidade (MAC), dos recursos financeiros repassados para esse custeio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	LEITOS NOVOS - UTI TIPO II ADULTO Cód. (26.01)	TOTAL LEITOS UTI TIPO II ADULTO HABILITADOS Cód. (26.01)	LEITOS NOVOS UTI TIPO II PEDIATRICO Cód. (26.03)	TOTAL LEITOS UTI TIPO II PEDIÁTRICO HABILITADOS Cód. (26.03)	VALOR (R$) CUSTEIO ANO A SER MANTIDO NO TETO MAC DO ESTADO OU MUNICÍPIO
AL	270730	PORTO CALVO	HOSPITAL REGIONAL DO NORTE	7042671	ESTADUAL	157900	10	10			1.971.000,00
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	HOSPITAL REGIONAL DA MATA	7753470	ESTADUAL	157898	20	20			3.942.000,00
AL Total							30	30	0	0	5.913.000,00
BA	290270	BARRA	HOSPITAL SANTA RITA	3048209	ESTADUAL	160372	10	10			1.971.000,00
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	6602533	ESTADUAL	160618	10	10			1.971.000,00
BA	291840	JUAZEIRO	HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO	4028155	ESTADUAL	160455	20	40			3.942.000,00
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	HOSPITAL DOM ANTONIO MONTEIRO	2770512	ESTADUAL	160692	10	10			1.971.000,00
BA Total							50	70	0	0	9.855.000,00
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	HOSPITAL MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA -HMAP	9680977	MUNICIPAL	160508	7	27			1.379.700,00
GO Total							7	27	0	0	1.379.700,00
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	HOSPITAL MUNICIPAL	2222043	MUNICIPAL	157712			10	10	1.971.000,00
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	HOSPITAL MUNICIPAL	2222043	MUNICIPAL	157716	18	26			3.547.800,00
MG	313380	ITAÚNA	HOSPITAL MANOEL GONCALVES	2105780	MUNICIPAL	160530	9	19			1.773.900,00
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL UNIVERSITARIO CLEMENTE DE FARIA	2219654	MUNICIPAL	158088	3	10			591.300,00
MG	314330	MONTES CLAROS	HOSPITAL DAS CLINICAS DOUTOR MARIO RIBEIRO DA SILVEIRA	7366108	MUNICIPAL	158177			10	10	1.971.000,00
MG	316870	TIMÓTEO	HOSPITAL E MATERNIDADE VITAL BRAZIL	2140217	MUNICIPAL	154790			10	10	1.971.000,00
MG Total							30	55	30	30	11.826.000,00
MS	500325	COSTA RICA	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE COSTA RICA	2375826	MUNICIPAL	160497	10	10			1.971.000,00
MS	500330	COXIM	HOSPITAL REGIONAL DR ALVARO FONTOURA SILVA	6426190	MUNICIPAL	160551	10	10			1.971.000,00
MS Total							20	20	0	0	3.942.000,00
PE	260120	ARCOVERDE	HOSPITAL REGIONAL RUI DE BARROS CORREIA	2551764	ESTADUAL	160226	4	10			788.400,00
PE Total							4	10	0	0	788.400,00
PR	410480	CASCAVEL	HOSPITAL MUNICIPAL DE RETAGUARDA ALLAN BRAME PINHO	9543767	ESTADUAL	160600	10	10			1.971.000,00
PR Total							10	10	0	0	1.971.000,00
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	SMS HOSPITAL MUNICIPAL RONALDO GAZOLLA AP 33	5717256	MUNICIPAL	157229	205	205			40.405.500,00
RJ Total							205	205	0	0	40.405.500,00
RN	240810	NATAL	HOSPITAL MARIA ALICE FERNANDES	2654261	ESTADUAL	159314			10	15	1.971.000,00
RN Total							0	0	10	15	1.971.000,00
RO	110004	CACOAL	HOSPITAL REGIONAL DE CACOAL	6599877	ESTADUAL	158472	10	28			1.971.000,00
RO	110020	PORTO VELHO	CEMETRON	2493853	ESTADUAL	158469	15	22			2.956.500,00
RO Total							25	50	0	0	4.927.500,00
RR	140010	BOA VISTA	HOSPITAL GERAL DE RORAIMA - HGR	2319659	ESTADUAL	160959	30	47			5.913.000,00
RR Total							30	47	0	0	5.913.000,00
RS	430610	CRUZ ALTA	HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO	2263858	ESTADUAL	160846	10	18			1.971.000,00
RS	430770	ESTEIO	FUNDAÇÃO DE SAUDE PUBLICA SÃO CAMILO DE ESTEIO	2232030	MUNICIPAL	159293	2	10			394.200,00
RS	431830	SÃO GABRIEL	SANTA CASA DE SÃO GABRIEL	2248204	ESTADUAL	160498	9	18			1.773.900,00
RS	432160	TRAMANDAÍ	HOSPITAL TRAMANDAÍ	2793008	ESTADUAL	160869	6	16			1.182.600,00
RS Total							27	62	0	0	5.321.700,00
SP	355030	SAO PAULO	HOSP MUN JOSANIAS CASTANHA BRAGA	9465464	MUNICIPAL	156119			10	10	1.971.000,00
SP	355210	SOCORRO	HOSPITAL DR RENATO SILVA DE SOCORRO	2079704	MUNICIPAL	155273	7	7			1.379.700,00

SP	355220	SOROCABA	SANTA CASA DE SOROCABA	2708779	MUNICIPAL	157940	10	50			1.971.000,00
SP Total							17	57	10	10	5.321.700,00
TO	172100	PALMAS	HOSPITAL GERAL DE PALMAS DR FRANCISCO AYRES	2786117	ESTADUAL	158808	20	46			3.942.000,00
TO Total							20	46	0	0	3.942.000,00
TOTAL GERAL							475	689	50	55	103.477.500,00

(*)Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União nº195, de 13 de outubro de 2022, Seção 1 páginas 70 e 71, com incorreções no original.

PORTARIA GM/MS Nº 3.905, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022(*)

Estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Seção III da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo estado de São Paulo e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Especializada - Departamento de Atenção Especializada e Temática - CGAE/DAET/SAES/MS, constante do NUP 25000.130805/2022-21, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 2.401.230,00 (dois milhões, quatrocentos e um mil e duzentos e trinta reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do estado de São Paulo, conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. O recurso descrito no caput refere-se à ampliação do equipamento de radioterapia do Hospital Santa Marcelina, CNES 2077477, localizado no município de São Paulo/SP, habilitado como CACON com Serviço de Oncologia Pediátrica, fornecido pelo Plano de Expansão da Radioterapia no SUS.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	VALOR ANUAL
SP	355030	SÃO PAULO	HOSPITAL SANTA MARCELINA SÃO PAULO	2077477	ESTADUAL	17.13 - CACON COM SERVIÇO DE ONCOLOGIA PEDIÁTRICA	R$ 2.401.230,00

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 209 de 4 de novembro de 2022, Seção 1, página 82, com incorreções no original.

PORTARIA GM/MS Nº 4.056, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do estado do Rio de Janeiro e municípios, correspondente a recomposição de teto financeiro relacionados aos procedimentos de radioterapia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Seção V da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que discorre sobre a Sistemática de Autorização, Informação e Faturamento dos Procedimentos de Radioterapia e de Quimioterapia do subsistema de Autorização de Procedimentos de Alto Custo do Sistema de Informações Ambulatoriais (APAC-SIA);

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação Assistencial e Controle (DRAC/SAES/MS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 8.370.556,73 (oito milhões, trezentos e setenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do estado do Rio de Janeiro e municípios, para recomposição do teto financeiro relacionados aos novos procedimentos de radioterapia, alterados para tratamento por localização tumoral, no ano de 2019, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL R$
RJ	330040	BARRA MANSA	MUNICIPAL	472.911,63
RJ	330070	CABO FRIO	MUNICIPAL	215.383,26
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	MUNICIPAL	1.044.620,30
RJ	330220	ITAPERUNA	MUNICIPAL	435.188,90
RJ	330330	NITEROI	MUNICIPAL	730.513,43
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	MUNICIPAL	371.715,98
RJ	330390	PETROPOLIS	MUNICIPAL	673.618,15
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	MUNICIPAL	3.874.248,12
RJ	330630	VOLTA REDONDA	MUNICIPAL	552.356,96
TOTAL R$				8.370.556,73

PORTARIA GM/MS Nº 4.058, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui incentivo financeiro federal de custeio para apoiar a implementação de ações estratégicas para a garantia do acesso ao pré-natal odontológico.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e considerando a Portaria GM/MS Nº 715, de 4 de abril de 2022, que institui a Rede de Atenção Materna e Infantil (Rami) que em seu Art. 7º, Parágrafo Único, inciso II define como uma das ações na atenção ao pré-natal e ao puerpério a realização de consulta odontológica, em todos os níveis de atenção, resolve:

Art. 1º Esta Portaria institui incentivo financeiro federal de custeio para apoiar a implementação de ações estratégicas para a garantia do acesso ao pré-natal odontológico no SUS.

Art. 2º São objetivos das ações estratégicas de apoio ao pré-natal odontológico:

I - fortalecer e garantir acesso livre das gestantes ao atendimento odontológico de pré-natal na Atenção Primária a Saúde (APS), oferecendo ações de promoção, prevenção e tratamento, quando necessário;

II - assegurar acesso oportuno da gestante à atenção em saúde bucal na APS;

III - disseminar a importância do pré-natal odontológico para profissionais de saúde, gestores e usuários como etapa de rotina das consultas de pré-natal;

IV - capacitar profissionais de saúde bucal na APS para o atendimento odontológico da gestante;

V - orientar gestantes sobre a importância dos cuidados em saúde bucal e do pré-natal odontológico para sua saúde e a do bebê;

VI - divulgar e implementar a "Diretriz para a prática clínica odontológica na APS: tratamento em gestantes"; e

VII - Alcançar a meta relativa ao indicador do Previne Brasil "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado" de 60%.

Art. 3º Fica instituído o incentivo financeiro federal de custeio, aos municípios que alcançaram valor do indicador do Previne Brasil "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado" superior a 42%, no terceiro quadrimestre de 2021, dispensando-se a publicação de portaria de adesão para a implementação das ações estratégicas de apoio à garantia do acesso ao pré-natal odontológico no SUS.

Art. 4º O valor a ser repassado corresponde a R$ 20,52 (vinte reais e cinquenta e dois centavos) por gestante identificada, informada no Sistema Nacional de Informação da Atenção Básica (SISAB), considerando-se o denominador informado no segundo e terceiro quadrimestres do ano de 2021 do Indicador "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado", nos termos do Anexo.

Art. 5º O incentivo financeiro de que trata o art. 4° deverá ser utilizado na capacitação e/ou aquisição de insumos para as ações do pré-natal odontológico na APS.

Art. 6º O incentivo financeiro de que trata esta Portaria será transferido do Fundo Nacional de Saúde (FNS) aos Fundos Municipais de Saúde em parcela única, a ser transferido de modo automático.

Art. 7° O monitoramento pelo Ministério da Saúde ocorrerá por avaliação dos resultados do indicador "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado" no SISAB, e o resultado deverá ser o alcance ou manutenção da meta de 60% no segundo ou terceiro quadrimestre de 2022.

Art. 8º Caso o município não alcance a meta de 60% para o indicador "Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado", haverá prejuízo para o cálculo do conjunto de indicadores do Pagamento por Desempenho a ser observado na atuação das equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP), e consequentemente ao pagamento mensal por desempenho de cada quadrimestre.

Art. 9º A comprovação da aplicação do recurso financeiro será monitorada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG), correspondente ao ano de repasse do recurso.

Art. 10 Os recursos orçamentários objeto desta Portaria deverão onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A.- Piso de Atenção Primária à Saúde - PO 000A Incentivo para as Ações Estratégicas, com impacto orçamentário no valor de R$10.532.218,32 (dez milhões, quinhentos e trinta e dois mil, duzentos e dezoito reais e trinta e dois centavos).

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

IBGE	UF	MUNICÍPIO	Q3 denominador informado	Q2 denominador informado	soma Q2+Q3	VALOR A SER REPASSADO
120005	AC	ASSIS BRASIL	64	58	122	R$ 2.503,44
120010	AC	BRASILÉIA	173	171	344	R$ 7.058,88
120033	AC	MÂNCIO LIMA	116	114	230	R$ 4.719,60
120034	AC	MANOEL URBANO	83	86	169	R$ 3.467,88
120035	AC	MARECHAL THAUMATURGO	108	119	227	R$ 4.658,04
270010	AL	ÁGUA BRANCA	111	101	212	R$ 4.350,24
270020	AL	ANADIA	71	89	160	R$ 3.283,20
270030	AL	ARAPIRACA	1039	1136	2175	R$ 44.631,00
270040	AL	ATALAIA	188	182	370	R$ 7.592,40
270050	AL	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	83	92	175	R$ 3.591,00
270060	AL	BARRA DE SÃO MIGUEL	69	48	117	R$ 2.400,84
270070	AL	BATALHA	101	98	199	R$ 4.083,48
270080	AL	BELÉM	32	23	55	R$ 1.128,60
270090	AL	BELO MONTE	49	42	91	R$ 1.867,32
270100	AL	BOCA DA MATA	105	116	221	R$ 4.534,92
270110	AL	BRANQUINHA	59	58	117	R$ 2.400,84
270120	AL	CACIMBINHAS	61	60	121	R$ 2.482,92
270130	AL	CAJUEIRO	85	73	158	R$ 3.242,16
270135	AL	CAMPESTRE	33	33	66	R$ 1.354,32
270140	AL	CAMPO ALEGRE	203	190	393	R$ 8.064,36
270150	AL	CAMPO GRANDE	41	56	97	R$ 1.990,44
270160	AL	CANAPI	100	119	219	R$ 4.493,88
270170	AL	CAPELA	72	55	127	R$ 2.606,04
270180	AL	CARNEIROS	59	57	116	R$ 2.380,32
270200	AL	COITÉ DO NÓIA	52	54	106	R$ 2.175,12
270210	AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	113	114	227	R$ 4.658,04
270220	AL	COQUEIRO SECO	33	31	64	R$ 1.313,28
270230	AL	CORURIPE	281	333	614	R$ 12.599,28
270235	AL	CRAÍBAS	138	144	282	R$ 5.786,64
270250	AL	DOIS RIACHOS	61	52	113	R$ 2.318,76
270255	AL	ESTRELA DE ALAGOAS	77	84	161	R$ 3.303,72
270260	AL	FEIRA GRANDE	108	76	184	R$ 3.775,68
270270	AL	FELIZ DESERTO	28	15	43	R$ 882,36
270280	AL	FLEXEIRAS	50	70	120	R$ 2.462,40
270290	AL	GIRAU DO PONCIANO	180	231	411	R$ 8.433,72
270300	AL	IBATEGUARA	102	89	191	R$ 3.919,32
270310	AL	IGACI	106	131	237	R$ 4.863,24
270320	AL	IGREJA NOVA	118	120	238	R$ 4.883,76
270330	AL	INHAPI	81	98	179	R$ 3.673,08
270340	AL	JACARÉ DOS HOMENS	35	30	65	R$ 1.333,80
270360	AL	JAPARATINGA	60	54	114	R$ 2.339,28
270370	AL	JARAMATAIA	30	36	66	R$ 1.354,32
270375	AL	JEQUIÁ DA PRAIA	57	68	125	R$ 2.565,00
270380	AL	JOAQUIM GOMES	98	127	225	R$ 4.617,00
270390	AL	JUNDIÁ	25	30	55	R$ 1.128,60
270400	AL	JUNQUEIRO	119	144	263	R$ 5.396,76
270410	AL	LAGOA DA CANOA	105	123	228	R$ 4.678,56
270420	AL	LIMOEIRO DE ANADIA	141	129	270	R$ 5.540,40
270430	AL	MACEIÓ	1607	1601	3208	R$ 65.828,16
270440	AL	MAJOR ISIDORO	80	85	165	R$ 3.385,80
270490	AL	MAR VERMELHO	13	14	27	R$ 554,04
270450	AL	MARAGOGI	233	219	452	R$ 9.275,04
270460	AL	MARAVILHA	47	57	104	R$ 2.134,08
270470	AL	MARECHAL DEODORO	301	330	631	R$ 12.948,12
270480	AL	MARIBONDO	56	71	127	R$ 2.606,04
270500	AL	MATA GRANDE	105	96	201	R$ 4.124,52
270510	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	125	125	250	R$ 5.130,00
270520	AL	MESSIAS	94	97	191	R$ 3.919,32
270530	AL	MINADOR DO NEGRÃO	13	32	45	R$ 923,40
270540	AL	MONTEIRÓPOLIS	56	52	108	R$ 2.216,16
270550	AL	MURICI	135	146	281	R$ 5.766,12
270560	AL	NOVO LINO	56	44	100	R$ 2.052,00
270570	AL	OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	125	142	267	R$ 5.478,84
270580	AL	OLHO D'ÁGUA DO CASADO	56	49	105	R$ 2.154,60
270590	AL	OLHO D'ÁGUA GRANDE	26	25	51	R$ 1.046,52
270600	AL	OLIVENÇA	48	59	107	R$ 2.195,64

270610	AL	OURO BRANCO	81	75	156	R$ 3.201,12
270620	AL	PALESTINA	32	32	64	R$ 1.313,28
270630	AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	302	307	609	R$ 12.496,68
270640	AL	PÃO DE AÇÚCAR	128	147	275	R$ 5.643,00
270642	AL	PARICONHA	29	38	67	R$ 1.374,84
270644	AL	PARIPUEIRA	72	88	160	R$ 3.283,20
270650	AL	PASSO DE CAMARAGIBE	39	58	97	R$ 1.990,44
270660	AL	PAULO JACINTO	36	50	86	R$ 1.764,72
270670	AL	PENEDO	281	317	598	R$ 12.270,96
270680	AL	PIAÇABUÇU	97	100	197	R$ 4.042,44
270690	AL	PILAR	195	219	414	R$ 8.495,28
270710	AL	PIRANHAS	141	154	295	R$ 6.053,40
270720	AL	POÇO DAS TRINCHEIRAS	65	72	137	R$ 2.811,24
270730	AL	PORTO CALVO	143	160	303	R$ 6.217,56
270740	AL	PORTO DE PEDRAS	60	56	116	R$ 2.380,32
270750	AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	85	86	171	R$ 3.508,92
270760	AL	QUEBRANGULO	67	72	139	R$ 2.852,28
270780	AL	ROTEIRO	48	40	88	R$ 1.805,76
270790	AL	SANTA LUZIA DO NORTE	50	37	87	R$ 1.785,24
270800	AL	SANTANA DO IPANEMA	231	256	487	R$ 9.993,24
270810	AL	SANTANA DO MUNDAÚ	66	56	122	R$ 2.503,44
270820	AL	SÃO BRÁS	34	37	71	R$ 1.456,92
270830	AL	SÃO JOSÉ DA LAJE	124	151	275	R$ 5.643,00
270840	AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	193	216	409	R$ 8.392,68
270850	AL	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	123	169	292	R$ 5.991,84
270860	AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	258	247	505	R$ 10.362,60
270870	AL	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	42	50	92	R$ 1.887,84
270880	AL	SÃO SEBASTIÃO	162	176	338	R$ 6.935,76
270890	AL	SATUBA	60	38	98	R$ 2.010,96
270895	AL	SENADOR RUI PALMEIRA	59	67	126	R$ 2.585,52
270900	AL	TANQUE D'ARCA	40	35	75	R$ 1.539,00
270910	AL	TAQUARANA	107	101	208	R$ 4.268,16
270915	AL	TEOTÔNIO VILELA	204	255	459	R$ 9.418,68
270920	AL	TRAIPU	128	103	231	R$ 4.740,12
270930	AL	UNIÃO DOS PALMARES	314	353	667	R$ 13.686,84
270940	AL	VIÇOSA	134	132	266	R$ 5.458,32
130002	AM	ALVARÃES	136	122	258	R$ 5.294,16
130006	AM	AMATURÁ	46	52	98	R$ 2.010,96
130008	AM	ANAMÃ	76	69	145	R$ 2.975,40
130010	AM	ANORI	107	83	190	R$ 3.898,80
130014	AM	APUÍ	90	85	175	R$ 3.591,00
130030	AM	AUTAZES	267	222	489	R$ 10.034,28
130040	AM	BARCELOS	100	88	188	R$ 3.857,76
130050	AM	BARREIRINHA	205	200	405	R$ 8.310,60
130068	AM	BOA VISTA DO RAMOS	123	108	231	R$ 4.740,12
130070	AM	BOCA DO ACRE	189	183	372	R$ 7.633,44
130080	AM	BORBA	212	210	422	R$ 8.659,44
130083	AM	CAAPIRANGA	78	78	156	R$ 3.201,12
130110	AM	CAREIRO	207	202	409	R$ 8.392,68
130115	AM	CAREIRO DA VÁRZEA	93	77	170	R$ 3.488,40
130120	AM	COARI	486	417	903	R$ 18.529,56
130130	AM	CODAJÁS	176	179	355	R$ 7.284,60
130140	AM	EIRUNEPÉ	209	212	421	R$ 8.638,92
130160	AM	FONTE BOA	198	178	376	R$ 7.715,52
130170	AM	HUMAITÁ	366	338	704	R$ 14.446,08
130185	AM	IRANDUBA	392	394	786	R$ 16.128,72
130190	AM	ITACOATIARA	716	623	1339	R$ 27.476,28
130200	AM	ITAPIRANGA	83	80	163	R$ 3.344,76
130230	AM	JUTAÍ	176	153	329	R$ 6.751,08
130240	AM	LÁBREA	270	238	508	R$ 10.424,16
130250	AM	MANACAPURU	707	601	1308	R$ 26.840,16
130260	AM	MANAUS	9733	9316	19049	R$ 390.885,48
130270	AM	MANICORÉ	296	271	567	R$ 11.634,84
130280	AM	MARAÃ	105	105	210	R$ 4.309,20
130290	AM	MAUÉS	402	338	740	R$ 15.184,80
130310	AM	NOVA OLINDA DO NORTE	230	222	452	R$ 9.275,04
130330	AM	NOVO ARIPUANÃ	99	141	240	R$ 4.924,80
130340	AM	PARINTINS	726	593	1319	R$ 27.065,88
130353	AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	193	200	393	R$ 8.064,36
130356	AM	RIO PRETO DA EVA	175	153	328	R$ 6.730,56
130360	AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	58	63	121	R$ 2.482,92
130370	AM	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	151	112	263	R$ 5.396,76
130380	AM	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	222	239	461	R$ 9.459,72
130395	AM	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	67	75	142	R$ 2.913,84
130400	AM	SILVES	85	82	167	R$ 3.426,84
130410	AM	TAPAUÁ	132	118	250	R$ 5.130,00
130420	AM	TEFÉ	591	580	1171	R$ 24.028,92
130423	AM	TONANTINS	85	63	148	R$ 3.036,96
130426	AM	UARINI	131	134	265	R$ 5.437,80
130430	AM	URUCARÁ	86	95	181	R$ 3.714,12
130440	AM	URUCURITUBA	161	112	273	R$ 5.601,96
160010	AP	AMAPÁ	77	53	130	R$ 2.667,60
160020	AP	CALÇOENE	65	71	136	R$ 2.790,72
160021	AP	CUTIAS	34	47	81	R$ 1.662,12
160023	AP	FERREIRA GOMES	40	14	54	R$ 1.108,08
160027	AP	LARANJAL DO JARI	237	218	455	R$ 9.336,60
160050	AP	OIAPOQUE	163	144	307	R$ 6.299,64
160015	AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	97	115	212	R$ 4.350,24
160055	AP	PRACUÚBA	42	24	66	R$ 1.354,32
160070	AP	TARTARUGALZINHO	117	112	229	R$ 4.699,08
160080	AP	VITÓRIA DO JARI	82	107	189	R$ 3.878,28
290010	BA	ABAÍRA	15	17	32	R$ 656,64
290020	BA	ABARÉ	93	85	178	R$ 3.652,56
290030	BA	ACAJUTIBA	56	69	125	R$ 2.565,00
290035	BA	ADUSTINA	61	67	128	R$ 2.626,56
290080	BA	ALCOBAÇA	119	121	240	R$ 4.924,80
290090	BA	ALMADINA	14	18	32	R$ 656,64
290100	BA	AMARGOSA	145	144	289	R$ 5.930,28
290115	BA	AMÉRICA DOURADA	70	85	155	R$ 3.180,60
290120	BA	ANAGÉ	68	73	141	R$ 2.893,32
290130	BA	ANDARAÍ	49	62	111	R$ 2.277,72
290135	BA	ANDORINHA	24	48	72	R$ 1.477,44
290140	BA	ANGICAL	69	68	137	R$ 2.811,24
290150	BA	ANGUERA	31	38	69	R$ 1.415,88
290160	BA	ANTAS	51	55	106	R$ 2.175,12
290180	BA	ANTÔNIO GONÇALVES	39	50	89	R$ 1.826,28

290190	BA	APORÁ	64	74	138	R$ 2.831,76
290195	BA	APUAREMA	44	36	80	R$ 1.641,60
290225	BA	ARATACA	40	34	74	R$ 1.518,48
290230	BA	ARATUÍPE	37	42	79	R$ 1.621,08
290240	BA	AURELINO LEAL	64	68	132	R$ 2.708,64
290250	BA	BAIANÓPOLIS	70	65	135	R$ 2.770,20
290260	BA	BAIXA GRANDE	53	79	132	R$ 2.708,64
290265	BA	BANZAÊ	45	43	88	R$ 1.805,76
290290	BA	BARRA DO CHOÇA	147	170	317	R$ 6.504,84
290300	BA	BARRA DO MENDES	61	57	118	R$ 2.421,36
290310	BA	BARRA DO ROCHA	27	15	42	R$ 861,84
290323	BA	BARRO ALTO	52	56	108	R$ 2.216,16
290330	BA	BARRO PRETO	25	29	54	R$ 1.108,08
290327	BA	BARROCAS	65	74	139	R$ 2.852,28
290340	BA	BELMONTE	98	96	194	R$ 3.980,88
290350	BA	BELO CAMPO	75	82	157	R$ 3.221,64
290360	BA	BIRITINGA	68	73	141	R$ 2.893,32
290370	BA	BOA NOVA	54	52	106	R$ 2.175,12
290380	BA	BOA VISTA DO TUPIM	71	93	164	R$ 3.365,28
290390	BA	BOM JESUS DA LAPA	351	400	751	R$ 15.410,52
290395	BA	BOM JESUS DA SERRA	44	46	90	R$ 1.846,80
290400	BA	BONINAL	59	73	132	R$ 2.708,64
290405	BA	BONITO	64	51	115	R$ 2.359,80
290420	BA	BOTUPORÃ	36	31	67	R$ 1.374,84
290440	BA	BREJOLÂNDIA	33	31	64	R$ 1.313,28
290450	BA	BROTAS DE MACAÚBAS	39	43	82	R$ 1.682,64
290470	BA	BUERAREMA	60	76	136	R$ 2.790,72
290480	BA	CAATIBA	19	26	45	R$ 923,40
290485	BA	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	74	79	153	R$ 3.139,56
290500	BA	CACULÉ	79	110	189	R$ 3.878,28
290510	BA	CAÉM	46	64	110	R$ 2.257,20
290515	BA	CAETANOS	39	39	78	R$ 1.600,56
290520	BA	CAETITÉ	169	166	335	R$ 6.874,20
290530	BA	CAFARNAUM	87	87	174	R$ 3.570,48
290540	BA	CAIRU	95	99	194	R$ 3.980,88
290550	BA	CALDEIRÃO GRANDE	64	74	138	R$ 2.831,76
290560	BA	CAMACAN	123	126	249	R$ 5.109,48
290570	BA	CAMAÇARI	1008	955	1963	R$ 40.280,76
290580	BA	CAMAMU	130	164	294	R$ 6.032,88
290620	BA	CANARANA	112	93	205	R$ 4.206,60
290640	BA	CANDEAL	34	30	64	R$ 1.313,28
290660	BA	CANDIBA	52	53	105	R$ 2.154,60
290670	BA	CÂNDIDO SALES	86	91	177	R$ 3.632,04
290680	BA	CANSANÇÃO	171	162	333	R$ 6.833,16
290685	BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	48	39	87	R$ 1.785,24
290687	BA	CAPIM GROSSO	115	147	262	R$ 5.376,24
290689	BA	CARAÍBAS	39	46	85	R$ 1.744,20
290690	BA	CARAVELAS	107	112	219	R$ 4.493,88
290730	BA	CASTRO ALVES	101	96	197	R$ 4.042,44
290740	BA	CATOLÂNDIA	13	32	45	R$ 923,40
290760	BA	CENTRAL	63	52	115	R$ 2.359,80
290780	BA	CÍCERO DANTAS	111	118	229	R$ 4.699,08
290790	BA	CIPÓ	88	89	177	R$ 3.632,04
290820	BA	CONCEIÇÃO DA FEIRA	74	76	150	R$ 3.078,00
290830	BA	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	61	61	122	R$ 2.503,44
290840	BA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	277	320	597	R$ 12.250,44
290860	BA	CONDE	86	87	173	R$ 3.549,96
290870	BA	CONDEÚBA	53	62	115	R$ 2.359,80
290890	BA	CORAÇÃO DE MARIA	86	75	161	R$ 3.303,72
290900	BA	CORDEIROS	27	27	54	R$ 1.108,08
290910	BA	CORIBE	35	41	76	R$ 1.559,52
290920	BA	CORONEL JOÃO SÁ	90	71	161	R$ 3.303,72
290950	BA	CRAVOLÂNDIA	19	27	46	R$ 943,92
290960	BA	CRISÓPOLIS	81	93	174	R$ 3.570,48
290970	BA	CRISTÓPOLIS	43	57	100	R$ 2.052,00
290990	BA	CURAÇÁ	163	165	328	R$ 6.730,56
291010	BA	DOM BASÍLIO	38	54	92	R$ 1.887,84
291030	BA	ELÍSIO MEDRADO	25	30	55	R$ 1.128,60
290050	BA	ÉRICO CARDOSO	55	41	96	R$ 1.969,92
291060	BA	ESPLANADA	140	142	282	R$ 5.786,64
291070	BA	EUCLIDES DA CUNHA	246	259	505	R$ 10.362,60
291075	BA	FÁTIMA	66	80	146	R$ 2.995,92
291085	BA	FILADÉLFIA	75	105	180	R$ 3.693,60
291090	BA	FIRMINO ALVES	24	32	56	R$ 1.149,12
291130	BA	GENTIO DO OURO	43	42	85	R$ 1.744,20
291140	BA	GLÓRIA	56	86	142	R$ 2.913,84
291150	BA	GONGOGI	28	24	52	R$ 1.067,04
291160	BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	81	93	174	R$ 3.570,48
291165	BA	GUAJERU	21	20	41	R$ 841,32
291170	BA	GUANAMBI	261	298	559	R$ 11.470,68
291185	BA	HELIÓPOLIS	41	46	87	R$ 1.785,24
291190	BA	IAÇU	102	107	209	R$ 4.288,68
291200	BA	IBIASSUCÊ	45	28	73	R$ 1.497,96
291210	BA	IBICARAÍ	89	72	161	R$ 3.303,72
291220	BA	IBICOARA	121	98	219	R$ 4.493,88
291240	BA	IBIPEBA	70	84	154	R$ 3.160,08
291250	BA	IBIPITANGA	61	50	111	R$ 2.277,72
291270	BA	IBIRAPITANGA	98	106	204	R$ 4.186,08
291280	BA	IBIRAPUÃ	27	50	77	R$ 1.580,04
291290	BA	IBIRATAIA	98	113	211	R$ 4.329,72
291320	BA	IBOTIRAMA	127	126	253	R$ 5.191,56
291330	BA	ICHU	41	33	74	R$ 1.518,48
291340	BA	IGAPORÃ	54	38	92	R$ 1.887,84
291345	BA	IGRAPIÚNA	50	66	116	R$ 2.380,32
291370	BA	INHAMBUPE	121	99	220	R$ 4.514,40
291380	BA	IPECAETÁ	57	61	118	R$ 2.421,36
291390	BA	IPIAÚ	161	167	328	R$ 6.730,56
291420	BA	IRAJUBA	22	25	47	R$ 964,44
291440	BA	IRAQUARA	120	125	245	R$ 5.027,40
291450	BA	IRARÁ	96	117	213	R$ 4.370,76
291460	BA	IRECÊ	345	330	675	R$ 13.851,00
291510	BA	ITAGI	47	70	117	R$ 2.400,84
291535	BA	ITAGUAÇU DA BAHIA	57	70	127	R$ 2.606,04

291550	BA	ITAJUÍPE	63	76	139	R$ 2.852,28
291570	BA	ITAMARI	32	25	57	R$ 1.169,64
291580	BA	ITAMBÉ	67	110	177	R$ 3.632,04
291600	BA	ITANHÉM	75	51	126	R$ 2.585,52
291610	BA	ITAPARICA	71	70	141	R$ 2.893,32
291620	BA	ITAPÉ	29	42	71	R$ 1.456,92
291640	BA	ITAPETINGA	279	281	560	R$ 11.491,20
291660	BA	ITAPITANGA	26	32	58	R$ 1.190,16
291680	BA	ITARANTIM	75	76	151	R$ 3.098,52
291685	BA	ITATIM	66	87	153	R$ 3.139,56
291690	BA	ITIRUÇU	44	47	91	R$ 1.867,32
291700	BA	ITIÚBA	156	129	285	R$ 5.848,20
291720	BA	ITUAÇU	84	77	161	R$ 3.303,72
291733	BA	IUIÚ	50	49	99	R$ 2.031,48
291735	BA	JABORANDI	45	52	97	R$ 1.990,44
291740	BA	JACARACI	44	38	82	R$ 1.682,64
291770	BA	JAGUARARI	125	130	255	R$ 5.232,60
291780	BA	JAGUARIPE	63	65	128	R$ 2.626,56
291810	BA	JEREMOABO	181	168	349	R$ 7.161,48
291820	BA	JIQUIRIÇÁ	49	40	89	R$ 1.826,28
291830	BA	JITAÚNA	62	74	136	R$ 2.790,72
291835	BA	JOÃO DOURADO	114	126	240	R$ 4.924,80
291850	BA	JUSSARA	85	72	157	R$ 3.221,64
291855	BA	JUSSARI	28	17	45	R$ 923,40
291860	BA	JUSSIAPE	20	23	43	R$ 882,36
291870	BA	LAFAIETE COUTINHO	21	11	32	R$ 656,64
291880	BA	LAJE	77	105	182	R$ 3.734,64
291900	BA	LAJEDINHO	15	19	34	R$ 697,68
291915	BA	LAPÃO	147	144	291	R$ 5.971,32
291950	BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	144	164	308	R$ 6.320,16
291970	BA	MACARANI	62	64	126	R$ 2.585,52
291990	BA	MACURURÉ	31	38	69	R$ 1.415,88
291995	BA	MAETINGA	28	28	56	R$ 1.149,12
292010	BA	MAIRI	64	81	145	R$ 2.975,40
292020	BA	MALHADA	74	84	158	R$ 3.242,16
292045	BA	MANSIDÃO	47	42	89	R$ 1.826,28
292050	BA	MARACÁS	106	98	204	R$ 4.186,08
292060	BA	MARAGOGIPE	154	146	300	R$ 6.156,00
292070	BA	MARAÚ	114	114	228	R$ 4.678,56
292080	BA	MARCIONÍLIO SOUZA	34	38	72	R$ 1.477,44
292100	BA	MATA DE SÃO JOÃO	253	230	483	R$ 9.911,16
292105	BA	MATINA	39	58	97	R$ 1.990,44
292110	BA	MEDEIROS NETO	108	110	218	R$ 4.473,36
292120	BA	MIGUEL CALMON	103	109	212	R$ 4.350,24
292130	BA	MILAGRES	40	56	96	R$ 1.969,92
292140	BA	MIRANGABA	66	72	138	R$ 2.831,76
292145	BA	MIRANTE	37	35	72	R$ 1.477,44
292180	BA	MORTUGABA	36	40	76	R$ 1.559,52
292200	BA	MUCURI	164	199	363	R$ 7.448,76
292205	BA	MULUNGU DO MORRO	62	71	133	R$ 2.729,16
292210	BA	MUNDO NOVO	45	62	107	R$ 2.195,64
292220	BA	MUNIZ FERREIRA	16	24	40	R$ 820,80
292225	BA	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	66	78	144	R$ 2.954,88
292240	BA	MUTUÍPE	81	81	162	R$ 3.324,24
292250	BA	NAZARÉ	100	91	191	R$ 3.919,32
292260	BA	NILO PEÇANHA	61	73	134	R$ 2.749,68
292265	BA	NORDESTINA	58	66	124	R$ 2.544,48
292270	BA	NOVA CANAÃ	61	63	124	R$ 2.544,48
292273	BA	NOVA FÁTIMA	31	28	59	R$ 1.210,68
292275	BA	NOVA IBIÁ	21	33	54	R$ 1.108,08
292280	BA	NOVA ITARANA	35	45	80	R$ 1.641,60
292290	BA	NOVA SOURE	115	134	249	R$ 5.109,48
292300	BA	NOVA VIÇOSA	166	157	323	R$ 6.627,96
292305	BA	NOVO TRIUNFO	25	40	65	R$ 1.333,80
292330	BA	OURIÇANGAS	37	44	81	R$ 1.662,12
292335	BA	OUROLÂNDIA	99	116	215	R$ 4.411,80
292390	BA	PAU BRASIL	37	30	67	R$ 1.374,84
292400	BA	PAULO AFONSO	518	522	1040	R$ 21.340,80
292405	BA	PÉ DE SERRA	54	42	96	R$ 1.969,92
292410	BA	PEDRÃO	17	20	37	R$ 759,24
292440	BA	PILÃO ARCADO	114	126	240	R$ 4.924,80
292460	BA	PINDOBAÇU	85	91	176	R$ 3.611,52
292465	BA	PINTADAS	41	26	67	R$ 1.374,84
292467	BA	PIRAÍ DO NORTE	37	18	55	R$ 1.128,60
292470	BA	PIRIPÁ	32	31	63	R$ 1.292,76
292510	BA	POÇÕES	183	204	387	R$ 7.941,24
292525	BA	PONTO NOVO	93	100	193	R$ 3.960,36
292540	BA	POTIRAGUÁ	32	43	75	R$ 1.539,00
292560	BA	PRESIDENTE DUTRA	52	60	112	R$ 2.298,24
292570	BA	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	41	40	81	R$ 1.662,12
292575	BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	134	146	280	R$ 5.745,60
292590	BA	QUIJINGUE	113	128	241	R$ 4.945,32
292593	BA	QUIXABEIRA	32	42	74	R$ 1.518,48
292595	BA	RAFAEL JAMBEIRO	90	86	176	R$ 3.611,52
292620	BA	RIACHÃO DAS NEVES	74	73	147	R$ 3.016,44
292640	BA	RIACHO DE SANTANA	107	119	226	R$ 4.637,52
292650	BA	RIBEIRA DO AMPARO	64	68	132	R$ 2.708,64
292660	BA	RIBEIRA DO POMBAL	198	259	457	R$ 9.377,64
292665	BA	RIBEIRÃO DO LARGO	27	31	58	R$ 1.190,16
292670	BA	RIO DE CONTAS	41	47	88	R$ 1.805,76
292690	BA	RIO DO PIRES	32	30	62	R$ 1.272,24
292720	BA	RUY BARBOSA	131	156	287	R$ 5.889,24
292730	BA	SALINAS DA MARGARIDA	50	62	112	R$ 2.298,24
292760	BA	SANTA BRÍGIDA	66	71	137	R$ 2.811,24
292780	BA	SANTA CRUZ DA VITÓRIA	15	18	33	R$ 677,16
292790	BA	SANTA INÊS	48	44	92	R$ 1.887,84
292840	BA	SANTA RITA DE CÁSSIA	123	168	291	R$ 5.971,32
292850	BA	SANTA TERESINHA	37	43	80	R$ 1.641,60
292830	BA	SANTANÓPOLIS	31	36	67	R$ 1.374,84
292870	BA	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	402	410	812	R$ 16.662,24
292880	BA	SANTO ESTÊVÃO	251	240	491	R$ 10.075,32
292890	BA	SÃO DESIDÉRIO	188	225	413	R$ 8.474,76
292895	BA	SÃO DOMINGOS	25	35	60	R$ 1.231,20
292910	BA	SÃO FELIPE	70	80	150	R$ 3.078,00
292900	BA	SÃO FÉLIX	45	49	94	R$ 1.928,88

292925	BA	SÃO GABRIEL	85	94	179	R$ 3.673,08
292935	BA	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	26	39	65	R$ 1.333,80
292937	BA	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	50	51	101	R$ 2.072,52
292940	BA	SÃO MIGUEL DAS MATAS	35	47	82	R$ 1.682,64
292960	BA	SAPEAÇU	64	76	140	R$ 2.872,80
292990	BA	SEABRA	196	217	413	R$ 8.474,76
293000	BA	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	35	25	60	R$ 1.231,20
293010	BA	SENHOR DO BONFIM	281	262	543	R$ 11.142,36
293015	BA	SERRA DO RAMALHO	158	193	351	R$ 7.202,52
293030	BA	SERRA DOURADA	65	70	135	R$ 2.770,20
293060	BA	SERROLÂNDIA	46	55	101	R$ 2.072,52
293076	BA	SÍTIO DO QUINTO	33	53	86	R$ 1.764,72
293077	BA	SOBRADINHO	120	140	260	R$ 5.335,20
293090	BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	33	51	84	R$ 1.723,68
293105	BA	TANQUE NOVO	79	84	163	R$ 3.344,76
293110	BA	TANQUINHO	33	27	60	R$ 1.231,20
293120	BA	TAPEROÁ	77	68	145	R$ 2.975,40
293130	BA	TAPIRAMUTÁ	65	80	145	R$ 2.975,40
293140	BA	TEODORO SAMPAIO	31	23	54	R$ 1.108,08
293160	BA	TEOLÂNDIA	73	63	136	R$ 2.790,72
293170	BA	TERRA NOVA	35	47	82	R$ 1.682,64
293180	BA	TREMEDAL	62	52	114	R$ 2.339,28
293190	BA	TUCANO	183	197	380	R$ 7.797,60
293220	BA	UBAITABA	82	69	151	R$ 3.098,52
293230	BA	UBATÃ	51	52	103	R$ 2.113,56
293240	BA	UIBAÍ	48	39	87	R$ 1.785,24
293250	BA	UNA	73	82	155	R$ 3.180,60
293260	BA	URANDI	56	56	112	R$ 2.298,24
293270	BA	URUÇUCA	101	100	201	R$ 4.124,52
293290	BA	VALENÇA	387	320	707	R$ 14.507,64
293305	BA	VÁRZEA DA ROÇA	39	51	90	R$ 1.846,80
293310	BA	VÁRZEA DO POÇO	36	33	69	R$ 1.415,88
293315	BA	VÁRZEA NOVA	62	64	126	R$ 2.585,52
293325	BA	VEREDA	27	30	57	R$ 1.169,64
293330	BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	1102	1160	2262	R$ 46.416,24
293340	BA	WAGNER	35	41	76	R$ 1.559,52
293345	BA	WANDERLEY	57	69	126	R$ 2.585,52
293360	BA	XIQUE-XIQUE	256	284	540	R$ 11.080,80
230010	CE	ABAIARA	52	54	106	R$ 2.175,12
230015	CE	ACARAPE	70	80	150	R$ 3.078,00
230020	CE	ACARAÚ	296	347	643	R$ 13.194,36
230040	CE	AIUABA	58	51	109	R$ 2.236,68
230050	CE	ALCÂNTARAS	51	49	100	R$ 2.052,00
230060	CE	ALTANEIRA	38	40	78	R$ 1.600,56
230070	CE	ALTO SANTO	75	70	145	R$ 2.975,40
230080	CE	ANTONINA DO NORTE	24	30	54	R$ 1.108,08
230090	CE	APUIARÉS	63	68	131	R$ 2.688,12
230100	CE	AQUIRAZ	341	295	636	R$ 13.050,72
230110	CE	ARACATI	347	351	698	R$ 14.322,96
230120	CE	ARACOIABA	122	128	250	R$ 5.130,00
230125	CE	ARARENDÁ	47	49	96	R$ 1.969,92
230130	CE	ARARIPE	120	113	233	R$ 4.781,16
230140	CE	ARATUBA	70	48	118	R$ 2.421,36
230150	CE	ARNEIROZ	23	46	69	R$ 1.415,88
230160	CE	ASSARÉ	79	111	190	R$ 3.898,80
230185	CE	BANABUIÚ	89	76	165	R$ 3.385,80
230190	CE	BARBALHA	353	363	716	R$ 14.692,32
230200	CE	BARRO	67	98	165	R$ 3.385,80
230210	CE	BATURITÉ	164	158	322	R$ 6.607,44
230230	CE	BELA CRUZ	123	137	260	R$ 5.335,20
230250	CE	BREJO SANTO	206	240	446	R$ 9.151,92
230260	CE	CAMOCIM	320	215	535	R$ 10.978,20
230270	CE	CAMPOS SALES	114	115	229	R$ 4.699,08
230290	CE	CAPISTRANO	68	92	160	R$ 3.283,20
230300	CE	CARIDADE	67	87	154	R$ 3.160,08
230310	CE	CARIRÉ	77	87	164	R$ 3.365,28
230320	CE	CARIRIAÇU	123	151	274	R$ 5.622,48
230330	CE	CARIÚS	55	73	128	R$ 2.626,56
230340	CE	CARNAUBAL	98	100	198	R$ 4.062,96
230350	CE	CASCAVEL	324	326	650	R$ 13.338,00
230360	CE	CATARINA	37	49	86	R$ 1.764,72
230365	CE	CATUNDA	32	32	64	R$ 1.313,28
230380	CE	CEDRO	83	92	175	R$ 3.591,00
230393	CE	CHORÓ	62	56	118	R$ 2.421,36
230395	CE	CHOROZINHO	89	109	198	R$ 4.062,96
230420	CE	CRATO	572	639	1211	R$ 24.849,72
230423	CE	CROATÁ	79	81	160	R$ 3.283,20
230425	CE	CRUZ	155	174	329	R$ 6.751,08
230426	CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	31	32	63	R$ 1.292,76
230428	CE	EUSÉBIO	285	333	618	R$ 12.681,36
230430	CE	FARIAS BRITO	81	83	164	R$ 3.365,28
230435	CE	FORQUILHA	87	65	152	R$ 3.119,04
230445	CE	FORTIM	74	71	145	R$ 2.975,40
230450	CE	FRECHEIRINHA	79	80	159	R$ 3.262,68
230460	CE	GENERAL SAMPAIO	30	33	63	R$ 1.292,76
230470	CE	GRANJA	239	259	498	R$ 10.218,96
230490	CE	GROAÍRAS	30	36	66	R$ 1.354,32
230495	CE	GUAIÚBA	92	97	189	R$ 3.878,28
230500	CE	GUARACIABA DO NORTE	269	239	508	R$ 10.424,16
230510	CE	GUARAMIRANGA	42	29	71	R$ 1.456,92
230520	CE	HIDROLÂNDIA	90	73	163	R$ 3.344,76
230523	CE	HORIZONTE	356	396	752	R$ 15.431,04
230526	CE	IBARETAMA	57	35	92	R$ 1.887,84
230530	CE	IBIAPINA	119	136	255	R$ 5.232,60
230533	CE	IBICUITINGA	47	47	94	R$ 1.928,88
230535	CE	ICAPUÍ	88	76	164	R$ 3.365,28
230540	CE	ICÓ	252	276	528	R$ 10.834,56
230550	CE	IGUATU	420	394	814	R$ 16.703,28
230560	CE	INDEPENDÊNCIA	110	107	217	R$ 4.452,84
230565	CE	IPAPORANGA	41	64	105	R$ 2.154,60
230570	CE	IPAUMIRIM	43	44	87	R$ 1.785,24
230580	CE	IPU	200	195	395	R$ 8.105,40
230590	CE	IPUEIRAS	168	159	327	R$ 6.710,04
230600	CE	IRACEMA	47	64	111	R$ 2.277,72
230610	CE	IRAUÇUBA	91	167	258	R$ 5.294,16
230620	CE	ITAIÇABA	30	23	53	R$ 1.087,56

230630	CE	ITAPAGÉ	221	193	414	R$ 8.495,28
230650	CE	ITAPIÚNA	75	68	143	R$ 2.934,36
230655	CE	ITAREMA	227	261	488	R$ 10.013,76
230660	CE	ITATIRA	110	103	213	R$ 4.370,76
230670	CE	JAGUARETAMA	81	82	163	R$ 3.344,76
230680	CE	JAGUARIBARA	41	40	81	R$ 1.662,12
230690	CE	JAGUARIBE	127	151	278	R$ 5.704,56
230700	CE	JAGUARUANA	108	142	250	R$ 5.130,00
230720	CE	JATI	35	31	66	R$ 1.354,32
230725	CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	154	159	313	R$ 6.422,76
230740	CE	JUCÁS	96	118	214	R$ 4.391,28
230750	CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	114	85	199	R$ 4.083,48
230760	CE	LIMOEIRO DO NORTE	205	263	468	R$ 9.603,36
230763	CE	MADALENA	89	78	167	R$ 3.426,84
230780	CE	MARCO	166	163	329	R$ 6.751,08
230790	CE	MARTINÓPOLE	55	68	123	R$ 2.523,96
230810	CE	MAURITI	247	228	475	R$ 9.747,00
230820	CE	MERUOCA	73	81	154	R$ 3.160,08
230830	CE	MILAGRES	108	113	221	R$ 4.534,92
230835	CE	MILHÃ	35	55	90	R$ 1.846,80
230837	CE	MIRAÍMA	73	63	136	R$ 2.790,72
230840	CE	MISSÃO VELHA	173	191	364	R$ 7.469,28
230850	CE	MOMBAÇA	145	190	335	R$ 6.874,20
230870	CE	MORADA NOVA	247	245	492	R$ 10.095,84
230880	CE	MORAÚJO	33	37	70	R$ 1.436,40
230890	CE	MORRINHOS	114	113	227	R$ 4.658,04
230900	CE	MUCAMBO	58	56	114	R$ 2.339,28
230910	CE	MULUNGU	48	46	94	R$ 1.928,88
230930	CE	NOVA RUSSAS	139	138	277	R$ 5.684,04
230940	CE	NOVO ORIENTE	99	128	227	R$ 4.658,04
230945	CE	OCARA	104	112	216	R$ 4.432,32
230950	CE	ORÓS	73	83	156	R$ 3.201,12
230960	CE	PACAJUS	258	260	518	R$ 10.629,36
230970	CE	PACATUBA	312	335	647	R$ 13.276,44
230980	CE	PACOTI	55	59	114	R$ 2.339,28
230990	CE	PACUJÁ	23	19	42	R$ 861,84
231000	CE	PALHANO	47	36	83	R$ 1.703,16
231010	CE	PALMÁCIA	35	39	74	R$ 1.518,48
231020	CE	PARACURU	208	206	414	R$ 8.495,28
231025	CE	PARAIPABA	150	124	274	R$ 5.622,48
231030	CE	PARAMBU	156	126	282	R$ 5.786,64
231040	CE	PARAMOTI	38	51	89	R$ 1.826,28
231050	CE	PEDRA BRANCA	101	111	212	R$ 4.350,24
231060	CE	PENAFORTE	53	41	94	R$ 1.928,88
231070	CE	PENTECOSTE	155	191	346	R$ 7.099,92
231080	CE	PEREIRO	76	68	144	R$ 2.954,88
231085	CE	PINDORETAMA	92	125	217	R$ 4.452,84
231090	CE	PIQUET CARNEIRO	61	56	117	R$ 2.400,84
231095	CE	PIRES FERREIRA	40	38	78	R$ 1.600,56
231100	CE	PORANGA	55	44	99	R$ 2.031,48
231110	CE	PORTEIRAS	86	81	167	R$ 3.426,84
231120	CE	POTENGI	46	40	86	R$ 1.764,72
231126	CE	QUITERIANÓPOLIS	79	91	170	R$ 3.488,40
231130	CE	QUIXADÁ	362	327	689	R$ 14.138,28
231135	CE	QUIXELÔ	60	71	131	R$ 2.688,12
231140	CE	QUIXERAMOBIM	344	317	661	R$ 13.563,72
231150	CE	QUIXERÉ	79	80	159	R$ 3.262,68
231160	CE	REDENÇÃO	153	154	307	R$ 6.299,64
231170	CE	RERIUTABA	93	95	188	R$ 3.857,76
231180	CE	RUSSAS	299	290	589	R$ 12.086,28
231190	CE	SABOEIRO	58	66	124	R$ 2.544,48
231195	CE	SALITRE	116	120	236	R$ 4.842,72
231220	CE	SANTA QUITÉRIA	169	169	338	R$ 6.935,76
231200	CE	SANTANA DO ACARAÚ	120	143	263	R$ 5.396,76
231210	CE	SANTANA DO CARIRI	79	88	167	R$ 3.426,84
231230	CE	SÃO BENEDITO	264	260	524	R$ 10.752,48
231240	CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	267	288	555	R$ 11.388,60
231260	CE	SÃO LUÍS DO CURU	60	34	94	R$ 1.928,88
231270	CE	SENADOR POMPEU	94	106	200	R$ 4.104,00
231280	CE	SENADOR SÁ	29	42	71	R$ 1.456,92
231290	CE	SOBRAL	890	931	1821	R$ 37.366,92
231300	CE	SOLONÓPOLE	79	64	143	R$ 2.934,36
231310	CE	TABULEIRO DO NORTE	126	115	241	R$ 4.945,32
231320	CE	TAMBORIL	113	126	239	R$ 4.904,28
231330	CE	TAUÁ	257	227	484	R$ 9.931,68
231335	CE	TEJUÇUOCA	70	69	139	R$ 2.852,28
231340	CE	TIANGUÁ	479	395	874	R$ 17.934,48
231360	CE	UBAJARA	183	173	356	R$ 7.305,12
231370	CE	UMARI	34	23	57	R$ 1.169,64
231375	CE	UMIRIM	81	91	172	R$ 3.529,44
231380	CE	URUBURETAMA	129	108	237	R$ 4.863,24
231390	CE	URUOCA	43	63	106	R$ 2.175,12
231395	CE	VARJOTA	93	80	173	R$ 3.549,96
231400	CE	VÁRZEA ALEGRE	156	160	316	R$ 6.484,32
231410	CE	VIÇOSA DO CEARÁ	335	385	720	R$ 14.774,40
320010	ES	AFONSO CLÁUDIO	121	119	240	R$ 4.924,80
320013	ES	ÁGUIA BRANCA	34	26	60	R$ 1.231,20
320030	ES	ALFREDO CHAVES	49	35	84	R$ 1.723,68
320040	ES	ANCHIETA	94	117	211	R$ 4.329,72
320050	ES	APIACÁ	17	24	41	R$ 841,32
320070	ES	ATILIO VIVACQUA	24	34	58	R$ 1.190,16
320080	ES	BAIXO GUANDU	104	81	185	R$ 3.796,20
320090	ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	156	149	305	R$ 6.258,60
320100	ES	BOA ESPERANÇA	49	54	103	R$ 2.113,56
320140	ES	CASTELO	89	92	181	R$ 3.714,12
320160	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	125	131	256	R$ 5.253,12
320190	ES	DOMINGOS MARTINS	106	98	204	R$ 4.186,08
320200	ES	DORES DO RIO PRETO	20	7	27	R$ 554,04
320225	ES	GOVERNADOR LINDENBERG	49	23	72	R$ 1.477,44
320260	ES	ICONHA	25	31	56	R$ 1.149,12
320280	ES	ITAPEMIRIM	143	119	262	R$ 5.376,24

320290	ES	ITARANA	38	23	61	R$ 1.251,72
320300	ES	IÚNA	93	109	202	R$ 4.145,04
320305	ES	JAGUARÉ	102	127	229	R$ 4.699,08
320316	ES	LARANJA DA TERRA	31	35	66	R$ 1.354,32
320332	ES	MARATAÍZES	112	107	219	R$ 4.493,88
320334	ES	MARECHAL FLORIANO	48	70	118	R$ 2.421,36
320335	ES	MARILÂNDIA	51	45	96	R$ 1.969,92
320340	ES	MIMOSO DO SUL	80	80	160	R$ 3.283,20
320350	ES	MONTANHA	78	77	155	R$ 3.180,60
320360	ES	MUCURICI	24	38	62	R$ 1.272,24
320370	ES	MUNIZ FREIRE	58	64	122	R$ 2.503,44
320380	ES	MUQUI	39	41	80	R$ 1.641,60
320390	ES	NOVA VENÉCIA	203	163	366	R$ 7.510,32
320400	ES	PANCAS	64	81	145	R$ 2.975,40
320405	ES	PEDRO CANÁRIO	101	111	212	R$ 4.350,24
320410	ES	PINHEIROS	84	118	202	R$ 4.145,04
320425	ES	PONTO BELO	27	32	59	R$ 1.210,68
320430	ES	PRESIDENTE KENNEDY	52	60	112	R$ 2.298,24
320435	ES	RIO BANANAL	82	93	175	R$ 3.591,00
320440	ES	RIO NOVO DO SUL	41	27	68	R$ 1.395,36
320465	ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	22	15	37	R$ 759,24
320470	ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	102	87	189	R$ 3.878,28
320495	ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	28	14	42	R$ 861,84
320501	ES	SOORETAMA	116	84	200	R$ 4.104,00
320503	ES	VARGEM ALTA	59	80	139	R$ 2.852,28
320506	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	107	106	213	R$ 4.370,76
320510	ES	VIANA	214	110	324	R$ 6.648,48
320515	ES	VILA PAVÃO	21	23	44	R$ 902,88
520013	GO	ACREÚNA	58	56	114	R$ 2.339,28
520030	GO	ALEXÂNIA	155	120	275	R$ 5.643,00
520055	GO	ALTO HORIZONTE	32	31	63	R$ 1.292,76
520080	GO	ALVORADA DO NORTE	43	36	79	R$ 1.621,08
520130	GO	ANICUNS	66	35	101	R$ 2.072,52
520180	GO	ARAGOIÂNIA	45	56	101	R$ 2.072,52
520357	GO	BONÓPOLIS	15	18	33	R$ 677,16
520360	GO	BRAZABRANTES	9	21	30	R$ 615,60
520396	GO	BURITINÓPOLIS	18	21	39	R$ 800,28
520425	GO	CACHOEIRA DOURADA	19	16	35	R$ 718,20
520450	GO	CALDAS NOVAS	264	257	521	R$ 10.690,92
520500	GO	CARMO DO RIO VERDE	27	38	65	R$ 1.333,80
520530	GO	CAVALCANTE	44	47	91	R$ 1.867,32
520540	GO	CERES	53	67	120	R$ 2.462,40
520547	GO	CHAPADÃO DO CÉU	72	70	142	R$ 2.913,84
520549	GO	CIDADE OCIDENTAL	399	380	779	R$ 15.985,08
520552	GO	COLINAS DO SUL	17	22	39	R$ 800,28
520620	GO	CRISTALINA	305	335	640	R$ 13.132,80
520830	GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	18	17	35	R$ 718,20
520780	GO	FIRMINÓPOLIS	31	31	62	R$ 1.272,24
520790	GO	FLORES DE GOIÁS	43	51	94	R$ 1.928,88
520840	GO	GOIANÁPOLIS	53	56	109	R$ 2.236,68
520880	GO	GOIANIRA	283	329	612	R$ 12.558,24
520910	GO	GOIATUBA	94	89	183	R$ 3.755,16
520990	GO	IACIARA	61	51	112	R$ 2.298,24
521000	GO	INHUMAS	157	167	324	R$ 6.648,48
521020	GO	IPORÁ	83	95	178	R$ 3.652,56
521040	GO	ITABERAÍ	139	100	239	R$ 4.904,28
521080	GO	ITAJÁ	22	23	45	R$ 923,40
521120	GO	ITAPURANGA	89	77	166	R$ 3.406,32
521130	GO	ITARUMÃ	24	17	41	R$ 841,32
521140	GO	ITAUÇU	30	30	60	R$ 1.231,20
521190	GO	JATAÍ	319	316	635	R$ 13.030,20
521220	GO	JUSSARA	56	68	124	R$ 2.544,48
521230	GO	LEOPOLDO DE BULHÕES	28	33	61	R$ 1.251,72
521270	GO	MAMBAÍ	49	46	95	R$ 1.949,40
521350	GO	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	31	36	67	R$ 1.374,84
521370	GO	MONTES CLAROS DE GOIÁS	31	35	66	R$ 1.354,32
521375	GO	MONTIVIDIU	48	35	83	R$ 1.703,16
521390	GO	MOSSÂMEDES	11	15	26	R$ 533,52
521400	GO	MOZARLÂNDIA	75	77	152	R$ 3.119,04
521405	GO	MUNDO NOVO	29	25	54	R$ 1.108,08
521490	GO	NOVA ROMA	13	15	28	R$ 574,56
521530	GO	ORIZONA	58	65	123	R$ 2.523,96
521630	GO	PARANAIGUARA	20	26	46	R$ 943,92
521640	GO	PARAÚNA	27	35	62	R$ 1.272,24
521710	GO	PIRACANJUBA	59	58	117	R$ 2.400,84
521720	GO	PIRANHAS	41	44	85	R$ 1.744,20
521805	GO	PORTEIRÃO	16	14	30	R$ 615,60
521830	GO	POSSE	172	156	328	R$ 6.730,56
521850	GO	QUIRINÓPOLIS	119	91	210	R$ 4.309,20
521860	GO	RIALMA	33	40	73	R$ 1.497,96
521900	GO	SANCLERLÂNDIA	26	28	54	R$ 1.108,08
521971	GO	SANTO ANTÔNIO DA BARRA	17	15	32	R$ 656,64
521973	GO	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	33	15	48	R$ 984,96
522010	GO	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	103	82	185	R$ 3.796,20
522050	GO	SERRANÓPOLIS	21	27	48	R$ 984,96
522068	GO	SIMOLÂNDIA	19	29	48	R$ 984,96
522108	GO	TERESINA DE GOIÁS	14	21	35	R$ 718,20
522150	GO	TURVÂNIA	19	21	40	R$ 820,80
522200	GO	VIANÓPOLIS	57	59	116	R$ 2.380,32
522220	GO	VILA BOA	25	20	45	R$ 923,40
210010	MA	AFONSO CUNHA	57	32	89	R$ 1.826,28
210015	MA	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	84	78	162	R$ 3.324,24
210030	MA	ALDEIAS ALTAS	122	153	275	R$ 5.643,00
210040	MA	ALTAMIRA DO MARANHÃO	28	22	50	R$ 1.026,00
210043	MA	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	113	98	211	R$ 4.329,72
210047	MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	190	181	371	R$ 7.612,92
210055	MA	AMAPÁ DO MARANHÃO	52	34	86	R$ 1.764,72
210060	MA	AMARANTE DO MARANHÃO	179	187	366	R$ 7.510,32
210070	MA	ANAJATUBA	126	105	231	R$ 4.740,12
210083	MA	APICUM-AÇU	100	110	210	R$ 4.309,20
210095	MA	ARAME	148	144	292	R$ 5.991,84
210100	MA	ARARI	133	169	302	R$ 6.197,04
210110	MA	AXIXÁ	63	48	111	R$ 2.277,72
210120	MA	BACABAL	510	532	1042	R$ 21.381,84
210130	MA	BACURI	63	68	131	R$ 2.688,12

210150	MA	BARÃO DE GRAJAÚ	99	90	189	R$ 3.878,28
210160	MA	BARRA DO CORDA	417	354	771	R$ 15.820,92
210177	MA	BELA VISTA DO MARANHÃO	87	70	157	R$ 3.221,64
210190	MA	BEQUIMÃO	74	62	136	R$ 2.790,72
210193	MA	BERNARDO DO MEARIM	20	18	38	R$ 779,76
210207	MA	BOM LUGAR	45	19	64	R$ 1.313,28
210210	MA	BREJO	210	198	408	R$ 8.372,16
210220	MA	BURITI	176	151	327	R$ 6.710,04
210240	MA	CAJAPIÓ	48	46	94	R$ 1.928,88
210250	MA	CAJARI	84	62	146	R$ 2.995,92
210255	MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	49	66	115	R$ 2.359,80
210260	MA	CÂNDIDO MENDES	126	108	234	R$ 4.801,68
210270	MA	CANTANHEDE	94	103	197	R$ 4.042,44
210290	MA	CARUTAPERA	169	150	319	R$ 6.545,88
210300	MA	CAXIAS	794	861	1655	R$ 33.960,60
210315	MA	CENTRO DO GUILHERME	77	97	174	R$ 3.570,48
210317	MA	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	129	107	236	R$ 4.842,72
210325	MA	CIDELÂNDIA	71	75	146	R$ 2.995,92
210340	MA	COELHO NETO	223	247	470	R$ 9.644,40
210350	MA	COLINAS	218	212	430	R$ 8.823,60
210355	MA	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	101	80	181	R$ 3.714,12
210370	MA	CURURUPU	160	187	347	R$ 7.120,44
210390	MA	DUQUE BACELAR	81	77	158	R$ 3.242,16
210450	MA	GOVERNADOR ARCHER	43	39	82	R$ 1.682,64
210460	MA	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	67	84	151	R$ 3.098,52
210467	MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	161	172	333	R$ 6.833,16
210490	MA	GUIMARÃES	46	40	86	R$ 1.764,72
210515	MA	IGARAPÉ DO MEIO	89	95	184	R$ 3.775,68
210520	MA	IGARAPÉ GRANDE	53	45	98	R$ 2.010,96
210535	MA	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	71	54	125	R$ 2.565,00
210540	MA	ITAPECURU MIRIM	362	393	755	R$ 15.492,60
210565	MA	JUNCO DO MARANHÃO	31	42	73	R$ 1.497,96
210570	MA	LAGO DA PEDRA	251	205	456	R$ 9.357,12
210590	MA	LAGO VERDE	94	65	159	R$ 3.262,68
210598	MA	LAJEADO NOVO	52	36	88	R$ 1.805,76
210620	MA	LUÍS DOMINGUES	50	36	86	R$ 1.764,72
210630	MA	MAGALHÃES DE ALMEIDA	55	75	130	R$ 2.667,60
210632	MA	MARACAÇUMÉ	137	158	295	R$ 6.053,40
210637	MA	MARANHÃOZINHO	51	74	125	R$ 2.565,00
210640	MA	MATA ROMA	98	83	181	R$ 3.714,12
210650	MA	MATINHA	137	125	262	R$ 5.376,24
210660	MA	MATÕES	190	201	391	R$ 8.023,32
210663	MA	MATÕES DO NORTE	59	41	100	R$ 2.052,00
210667	MA	MILAGRES DO MARANHÃO	41	42	83	R$ 1.703,16
210675	MA	MIRANDA DO NORTE	90	76	166	R$ 3.406,32
210700	MA	MONTES ALTOS	44	46	90	R$ 1.846,80
210720	MA	NINA RODRIGUES	69	93	162	R$ 3.324,24
210725	MA	NOVA COLINAS	22	37	59	R$ 1.210,68
210730	MA	NOVA IORQUE	21	16	37	R$ 759,24
210735	MA	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	81	97	178	R$ 3.652,56
210740	MA	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	78	72	150	R$ 3.078,00
210745	MA	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	53	70	123	R$ 2.523,96
210760	MA	PALMEIRÂNDIA	98	76	174	R$ 3.570,48
210770	MA	PARAIBANO	98	100	198	R$ 4.062,96
210780	MA	PARNARAMA	177	169	346	R$ 7.099,92
210800	MA	PASTOS BONS	85	85	170	R$ 3.488,40
210805	MA	PAULINO NEVES	109	121	230	R$ 4.719,60
210820	MA	PEDREIRAS	171	161	332	R$ 6.812,64
210840	MA	PERI MIRIM	43	47	90	R$ 1.846,80
210860	MA	PINHEIRO	468	422	890	R$ 18.262,80
210880	MA	PIRAPEMAS	88	104	192	R$ 3.939,84
210900	MA	PORTO FRANCO	148	127	275	R$ 5.643,00
210905	MA	PORTO RICO DO MARANHÃO	22	18	40	R$ 820,80
210920	MA	PRESIDENTE JUSCELINO	80	55	135	R$ 2.770,20
210923	MA	PRESIDENTE MÉDICI	46	36	82	R$ 1.682,64
210927	MA	PRESIDENTE SARNEY	114	109	223	R$ 4.575,96
210945	MA	RAPOSA	173	137	310	R$ 6.361,20
210955	MA	RIBAMAR FIQUENE	26	39	65	R$ 1.333,80
210960	MA	ROSÁRIO	186	160	346	R$ 7.099,92
210970	MA	SAMBAÍBA	34	22	56	R$ 1.149,12
210980	MA	SANTA HELENA	156	180	336	R$ 6.894,72
210990	MA	SANTA INÊS	402	396	798	R$ 16.374,96
211000	MA	SANTA LUZIA	315	348	663	R$ 13.604,76
211003	MA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	160	119	279	R$ 5.725,08
211010	MA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	167	149	316	R$ 6.484,32
211023	MA	SANTANA DO MARANHÃO	51	55	106	R$ 2.175,12
211027	MA	SANTO AMARO DO MARANHÃO	94	61	155	R$ 3.180,60
211040	MA	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	137	103	240	R$ 4.924,80
211060	MA	SÃO BERNARDO	172	158	330	R$ 6.771,60
211090	MA	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	53	64	117	R$ 2.400,84
211102	MA	SÃO JOÃO DO CARÚ	93	54	147	R$ 3.016,44
211107	MA	SÃO JOÃO DO SOTER	92	109	201	R$ 4.124,52
211110	MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	145	126	271	R$ 5.560,92
211125	MA	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	46	46	92	R$ 1.887,84
211150	MA	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	241	209	450	R$ 9.234,00
211160	MA	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	99	70	169	R$ 3.467,88
211167	MA	SÃO ROBERTO	31	30	61	R$ 1.251,72
211172	MA	SATUBINHA	39	39	78	R$ 1.600,56
211176	MA	SENADOR LA ROCQUE	86	72	158	R$ 3.242,16
211178	MA	SERRANO DO MARANHÃO	50	40	90	R$ 1.846,80
211180	MA	SÍTIO NOVO	107	90	197	R$ 4.042,44
211195	MA	SUCUPIRA DO RIACHÃO	30	22	52	R$ 1.067,04
211200	MA	TASSO FRAGOSO	46	49	95	R$ 1.949,40
211220	MA	TIMON	805	713	1518	R$ 31.149,36
211227	MA	TUFILÂNDIA	30	40	70	R$ 1.436,40
211230	MA	TUNTUM	164	173	337	R$ 6.915,24
211245	MA	TURILÂNDIA	101	99	200	R$ 4.104,00
211300	MA	VITORINO FREIRE	140	149	289	R$ 5.930,28
211400	MA	ZÉ DOCA	259	263	522	R$ 10.711,44
310100	MG	ÁGUAS VERMELHAS	57	59	116	R$ 2.380,32
310120	MG	AIURUOCA	15	15	30	R$ 615,60
310163	MG	ALFREDO VASCONCELOS	25	16	41	R$ 841,32
310190	MG	ALPINÓPOLIS	61	71	132	R$ 2.708,64
310200	MG	ALTEROSA	53	39	92	R$ 1.887,84
310205	MG	ALTO CAPARAÓ	25	27	52	R$ 1.067,04
315350	MG	ALTO JEQUITIBÁ	28	27	55	R$ 1.128,60

310210	MG	ALTO RIO DOCE	37	30	67	R$ 1.374,84
310220	MG	ALVARENGA	17	22	39	R$ 800,28
310240	MG	ALVORADA DE MINAS	16	17	33	R$ 677,16
310290	MG	ANTÔNIO CARLOS	29	18	47	R$ 964,44
310300	MG	ANTÔNIO DIAS	29	25	54	R$ 1.108,08
310340	MG	ARAÇUAÍ	95	101	196	R$ 4.021,92
310370	MG	ARAPONGA	40	45	85	R$ 1.744,20
310375	MG	ARAPORÃ	32	35	67	R$ 1.374,84
310410	MG	ARCEBURGO	18	13	31	R$ 636,12
310445	MG	ARICANDUVA	29	14	43	R$ 882,36
310450	MG	ARINOS	52	58	110	R$ 2.257,20
310470	MG	ATALÉIA	33	57	90	R$ 1.846,80
310480	MG	AUGUSTO DE LIMA	18	12	30	R$ 615,60
310500	MG	BALDIM	25	21	46	R$ 943,92
310540	MG	BARÃO DE COCAIS	104	129	233	R$ 4.781,16
310590	MG	BARROSO	54	37	91	R$ 1.867,32
310630	MG	BELO ORIENTE	89	116	205	R$ 4.206,60
310650	MG	BERILO	31	26	57	R$ 1.169,64
310665	MG	BERIZAL	17	17	34	R$ 697,68
310660	MG	BERTÓPOLIS	18	22	40	R$ 820,80
310730	MG	BOCAIÚVA	200	164	364	R$ 7.469,28
310790	MG	BOM REPOUSO	46	45	91	R$ 1.867,32
310820	MG	BONFINÓPOLIS DE MINAS	20	18	38	R$ 779,76
310825	MG	BONITO DE MINAS	43	52	95	R$ 1.949,40
310830	MG	BORDA DA MATA	22	14	36	R$ 738,72
310850	MG	BOTUMIRIM	17	25	42	R$ 861,84
310855	MG	BRASILÂNDIA DE MINAS	66	52	118	R$ 2.421,36
310860	MG	BRASÍLIA DE MINAS	110	125	235	R$ 4.822,20
310920	MG	BUENÓPOLIS	17	28	45	R$ 923,40
310940	MG	BURITIZEIRO	96	99	195	R$ 4.001,40
310270	MG	CACHOEIRA DE PAJEÚ	20	36	56	R$ 1.149,12
311100	MG	CAMPESTRE	32	41	73	R$ 1.497,96
311120	MG	CAMPO BELO	152	159	311	R$ 6.381,72
311130	MG	CAMPO DO MEIO	52	39	91	R$ 1.867,32
311140	MG	CAMPO FLORIDO	20	34	54	R$ 1.108,08
311150	MG	CAMPOS ALTOS	39	44	83	R$ 1.703,16
311160	MG	CAMPOS GERAIS	44	44	88	R$ 1.805,76
311180	MG	CANÁPOLIS	34	35	69	R$ 1.415,88
311200	MG	CANDEIAS	34	40	74	R$ 1.518,48
311210	MG	CAPARAÓ	27	33	60	R$ 1.231,20
311230	MG	CAPELINHA	151	190	341	R$ 6.997,32
311240	MG	CAPETINGA	21	25	46	R$ 943,92
311260	MG	CAPINÓPOLIS	40	48	88	R$ 1.805,76
311280	MG	CAPITÓLIO	28	42	70	R$ 1.436,40
311290	MG	CAPUTIRA	37	37	74	R$ 1.518,48
311320	MG	CARANDAÍ	67	73	140	R$ 2.872,80
311350	MG	CARBONITA	33	26	59	R$ 1.210,68
311360	MG	CAREAÇU	15	17	32	R$ 656,64
311370	MG	CARLOS CHAGAS	60	67	127	R$ 2.606,04
311400	MG	CARMO DA MATA	28	30	58	R$ 1.190,16
311410	MG	CARMO DE MINAS	38	42	80	R$ 1.641,60
311420	MG	CARMO DO CAJURU	64	76	140	R$ 2.872,80
311430	MG	CARMO DO PARANAÍBA	71	82	153	R$ 3.139,56
311440	MG	CARMO DO RIO CLARO	59	46	105	R$ 2.154,60
311535	MG	CATAS ALTAS	11	21	32	R$ 656,64
311545	MG	CATUJI	29	44	73	R$ 1.497,96
311547	MG	CATUTI	21	20	41	R$ 841,32
311550	MG	CAXAMBU	41	47	88	R$ 1.805,76
311570	MG	CENTRAL DE MINAS	20	20	40	R$ 820,80
311580	MG	CENTRALINA	40	30	70	R$ 1.436,40
311610	MG	CHAPADA DO NORTE	36	33	69	R$ 1.415,88
311640	MG	CLARAVAL	23	7	30	R$ 615,60
311650	MG	CLARO DOS POÇÕES	23	19	42	R$ 861,84
311660	MG	CLÁUDIO	85	71	156	R$ 3.201,12
311680	MG	COLUNA	31	43	74	R$ 1.518,48
311730	MG	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	113	92	205	R$ 4.206,60
311783	MG	CÔNEGO MARINHO	35	28	63	R$ 1.292,76
311800	MG	CONGONHAS	228	205	433	R$ 8.885,16
311810	MG	CONGONHAS DO NORTE	22	22	44	R$ 902,88
311820	MG	CONQUISTA	14	18	32	R$ 656,64
311840	MG	CONSELHEIRO PENA	61	47	108	R$ 2.216,16
311870	MG	COQUEIRAL	21	29	50	R$ 1.026,00
311880	MG	CORAÇÃO DE JESUS	65	83	148	R$ 3.036,96
311920	MG	COROACI	26	33	59	R$ 1.210,68
311930	MG	COROMANDEL	56	55	111	R$ 2.277,72
311940	MG	CORONEL FABRICIANO	301	281	582	R$ 11.942,64
311995	MG	CÓRREGO FUNDO	17	19	36	R$ 738,72
312020	MG	CRISTAIS	29	44	73	R$ 1.497,96
312030	MG	CRISTÁLIA	24	31	55	R$ 1.128,60
312070	MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	10	19	29	R$ 595,08
312080	MG	CRUZÍLIA	59	50	109	R$ 2.236,68
312083	MG	CUPARAQUE	24	17	41	R$ 841,32
312090	MG	CURVELO	193	217	410	R$ 8.413,20
312120	MG	DELFINÓPOLIS	35	33	68	R$ 1.395,36
312125	MG	DELTA	49	38	87	R$ 1.785,24
312140	MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	19	20	39	R$ 800,28
312190	MG	DIVINÉSIA	16	13	29	R$ 595,08
312235	MG	DIVISA ALEGRE	34	18	52	R$ 1.067,04
312247	MG	DOM BOSCO	13	25	38	R$ 779,76
312250	MG	DOM CAVATI	14	21	35	R$ 718,20
312260	MG	DOM JOAQUIM	22	14	36	R$ 738,72
312290	MG	DONA EUSÉBIA	12	24	36	R$ 738,72
312352	MG	DURANDÉ	28	39	67	R$ 1.374,84
312380	MG	ENGENHEIRO NAVARRO	22	22	44	R$ 902,88
312390	MG	ENTRE RIOS DE MINAS	45	48	93	R$ 1.908,36
312420	MG	ESPERA FELIZ	68	77	145	R$ 2.975,40
312480	MG	ESTRELA DO SUL	18	20	38	R$ 779,76
312540	MG	FELÍCIO DOS SANTOS	21	22	43	R$ 882,36
312570	MG	FELIXLÂNDIA	38	50	88	R$ 1.805,76
312595	MG	FERVEDOURO	33	40	73	R$ 1.497,96
312600	MG	FLORESTAL	12	15	27	R$ 554,04

312640	MG	FORTUNA DE MINAS	12	15	27	R$ 554,04
312650	MG	FRANCISCO BADARÓ	18	18	36	R$ 738,72
312675	MG	FRANCISCÓPOLIS	14	21	35	R$ 718,20
312680	MG	FREI GASPAR	25	21	46	R$ 943,92
312690	MG	FREI INOCÊNCIO	31	36	67	R$ 1.374,84
312730	MG	GALILÉIA	26	30	56	R$ 1.149,12
312733	MG	GAMELEIRAS	22	18	40	R$ 820,80
312750	MG	GONZAGA	20	28	48	R$ 984,96
312760	MG	GOUVEIA	49	52	101	R$ 2.072,52
312770	MG	GOVERNADOR VALADARES	746	772	1518	R$ 31.149,36
312780	MG	GRÃO MOGOL	52	57	109	R$ 2.236,68
312825	MG	GUARACIAMA	14	13	27	R$ 554,04
312830	MG	GUARANÉSIA	66	58	124	R$ 2.544,48
312880	MG	GUIDOVAL	19	24	43	R$ 882,36
312890	MG	GUIMARÂNIA	28	13	41	R$ 841,32
312940	MG	IBERTIOGA	16	15	31	R$ 636,12
312965	MG	IBIRACATU	26	19	45	R$ 923,40
312970	MG	IBIRACI	33	36	69	R$ 1.415,88
313020	MG	IGARATINGA	34	52	86	R$ 1.764,72
313040	MG	IJACI	22	14	36	R$ 738,72
313050	MG	ILICÍNEA	30	43	73	R$ 1.497,96
313065	MG	INDAIABIRA	24	14	38	R$ 779,76
313070	MG	INDIANÓPOLIS	17	20	37	R$ 759,24
313090	MG	INHAPIM	94	47	141	R$ 2.893,32
313110	MG	INIMUTABA	19	29	48	R$ 984,96
313120	MG	IPANEMA	40	50	90	R$ 1.846,80
313180	MG	ITABIRINHA	45	46	91	R$ 1.867,32
313220	MG	ITAGUARA	38	53	91	R$ 1.867,32
313230	MG	ITAIPÉ	63	55	118	R$ 2.421,36
313250	MG	ITAMARANDIBA	146	139	285	R$ 5.848,20
313290	MG	ITAMOGI	36	32	68	R$ 1.395,36
313310	MG	ITANHANDU	55	44	99	R$ 2.031,48
313340	MG	ITAPAGIPE	30	30	60	R$ 1.231,20
313375	MG	ITAÚ DE MINAS	38	44	82	R$ 1.682,64
313390	MG	ITAVERAVA	23	17	40	R$ 820,80
313400	MG	ITINGA	45	49	94	R$ 1.928,88
313430	MG	ITUMIRIM	16	11	27	R$ 554,04
313470	MG	JACINTO	42	36	78	R$ 1.600,56
313480	MG	JACUÍ	20	23	43	R$ 882,36
313505	MG	JAÍBA	196	135	331	R$ 6.792,12
313510	MG	JANAÚBA	257	334	591	R$ 12.127,32
313530	MG	JAPARAÍBA	14	20	34	R$ 697,68
313535	MG	JAPONVAR	28	24	52	R$ 1.067,04
313550	MG	JEQUERI	38	37	75	R$ 1.539,00
313560	MG	JEQUITAÍ	25	20	45	R$ 923,40
313570	MG	JEQUITIBÁ	15	25	40	R$ 820,80
313580	MG	JEQUITINHONHA	82	77	159	R$ 3.262,68
313600	MG	JOAÍMA	54	72	126	R$ 2.585,52
313650	MG	JORDÂNIA	22	21	43	R$ 882,36
313657	MG	JOSENÓPOLIS	15	12	27	R$ 554,04
313700	MG	LADAINHA	41	65	106	R$ 2.175,12
313710	MG	LAGAMAR	19	17	36	R$ 738,72
313730	MG	LAGOA DOS PATOS	14	18	32	R$ 656,64
313750	MG	LAGOA FORMOSA	46	60	106	R$ 2.175,12
313753	MG	LAGOA GRANDE	29	37	66	R$ 1.354,32
313760	MG	LAGOA SANTA	150	154	304	R$ 6.238,08
313810	MG	LASSANCE	39	22	61	R$ 1.251,72
313835	MG	LEME DO PRADO	16	23	39	R$ 800,28
313862	MG	LIMEIRA DO OESTE	18	18	36	R$ 738,72
313865	MG	LONTRA	41	25	66	R$ 1.354,32
313868	MG	LUISLÂNDIA	23	29	52	R$ 1.067,04
313890	MG	MACHACALIS	22	21	43	R$ 882,36
313900	MG	MACHADO	73	67	140	R$ 2.872,80
313920	MG	MALACACHETA	57	54	111	R$ 2.277,72
313925	MG	MAMONAS	12	27	39	R$ 800,28
313930	MG	MANGA	110	90	200	R$ 4.104,00
313960	MG	MANTENA	83	67	150	R$ 3.078,00
313990	MG	MARIA DA FÉ	46	42	88	R$ 1.805,76
314050	MG	MARTINHO CAMPOS	38	48	86	R$ 1.764,72
314060	MG	MATERLÂNDIA	20	20	40	R$ 820,80
314085	MG	MATIAS CARDOSO	39	20	59	R$ 1.210,68
314100	MG	MATO VERDE	41	56	97	R$ 1.990,44
314140	MG	MEDINA	80	84	164	R$ 3.365,28
314180	MG	MINAS NOVAS	83	108	191	R$ 3.919,32
314200	MG	MIRABELA	52	45	97	R$ 1.990,44
314210	MG	MIRADOURO	15	17	32	R$ 656,64
314225	MG	MIRAVÂNIA	15	21	36	R$ 738,72
314260	MG	MONSENHOR PAULO	28	19	47	R$ 964,44
314270	MG	MONTALVÂNIA	68	70	138	R$ 2.831,76
314280	MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	52	58	110	R$ 2.257,20
314290	MG	MONTE AZUL	53	69	122	R$ 2.503,44
314320	MG	MONTE SANTO DE MINAS	68	82	150	R$ 3.078,00
314330	MG	MONTES CLAROS	1345	1513	2858	R$ 58.646,16
314345	MG	MONTEZUMA	25	36	61	R$ 1.251,72
314390	MG	MURIAÉ	281	267	548	R$ 11.244,96
314400	MG	MUTUM	114	88	202	R$ 4.145,04
314437	MG	NATALÂNDIA	19	17	36	R$ 738,72
314490	MG	NOVA MÓDICA	19	18	37	R$ 759,24
314500	MG	NOVA PONTE	59	64	123	R$ 2.523,96
314505	MG	NOVA PORTEIRINHA	27	15	42	R$ 861,84
314520	MG	NOVA SERRANA	446	432	878	R$ 18.016,56
314537	MG	NOVORIZONTE	33	13	46	R$ 943,92
314545	MG	OLHOS-D'ÁGUA	22	22	44	R$ 902,88
314560	MG	OLIVEIRA	78	109	187	R$ 3.837,24
314630	MG	PADRE PARAÍSO	63	78	141	R$ 2.893,32
314655	MG	PAI PEDRO	18	27	45	R$ 923,40
314790	MG	PASSOS	350	363	713	R$ 14.630,76
314830	MG	PAULA CÂNDIDO	21	29	50	R$ 1.026,00
314850	MG	PAVÃO	13	17	30	R$ 615,60
314860	MG	PEÇANHA	60	61	121	R$ 2.482,92
314870	MG	PEDRA AZUL	80	85	165	R$ 3.385,80
314910	MG	PEDRALVA	21	26	47	R$ 964,44
314915	MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	51	41	92	R$ 1.887,84
314970	MG	PERDIGÃO	44	51	95	R$ 1.949,40
315000	MG	PESCADOR	15	16	31	R$ 636,12

315053	MG	PINGO-D'ÁGUA	22	18	40	R$ 820,80
315057	MG	PINTÓPOLIS	23	31	54	R$ 1.108,08
315080	MG	PIRANGA	53	46	99	R$ 2.031,48
315110	MG	PIRAPETINGA	30	38	68	R$ 1.395,36
315130	MG	PIRAÚBA	29	36	65	R$ 1.333,80
315150	MG	PIUMHI	123	108	231	R$ 4.740,12
315170	MG	POÇO FUNDO	40	38	78	R$ 1.600,56
315217	MG	PONTO DOS VOLANTES	54	49	103	R$ 2.113,56
315220	MG	PORTEIRINHA	145	160	305	R$ 6.258,60
315230	MG	PORTO FIRME	24	30	54	R$ 1.108,08
315300	MG	PRATINHA	16	15	31	R$ 636,12
315360	MG	PRUDENTE DE MORAIS	43	45	88	R$ 1.805,76
315400	MG	RAUL SOARES	63	45	108	R$ 2.216,16
315410	MG	RECREIO	23	22	45	R$ 923,40
315430	MG	RESPLENDOR	56	58	114	R$ 2.339,28
315445	MG	RIACHINHO	25	37	62	R$ 1.272,24
315450	MG	RIACHO DOS MACHADOS	31	12	43	R$ 882,36
315490	MG	RIO CASCA	33	26	59	R$ 1.210,68
315510	MG	RIO DO PRADO	13	17	30	R$ 615,60
315550	MG	RIO PARANAÍBA	49	53	102	R$ 2.093,04
315560	MG	RIO PARDO DE MINAS	132	130	262	R$ 5.376,24
315630	MG	RODEIRO	37	33	70	R$ 1.436,40
315650	MG	RUBELITA	24	13	37	R$ 759,24
315660	MG	RUBIM	28	36	64	R$ 1.313,28
315680	MG	SABINÓPOLIS	57	50	107	R$ 2.195,64
315690	MG	SACRAMENTO	102	74	176	R$ 3.611,52
315710	MG	SALTO DA DIVISA	22	27	49	R$ 1.005,48
315750	MG	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	16	24	40	R$ 820,80
315765	MG	SANTA HELENA DE MINAS	22	25	47	R$ 964,44
315770	MG	SANTA JULIANA	77	75	152	R$ 3.119,04
315800	MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	34	36	70	R$ 1.436,40
315810	MG	SANTA MARIA DO SALTO	24	15	39	R$ 800,28
315820	MG	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	38	51	89	R$ 1.826,28
315935	MG	SANTA RITA DE MINAS	32	23	55	R$ 1.128,60
315950	MG	SANTA RITA DO ITUETO	32	31	63	R$ 1.292,76
315890	MG	SANTANA DO MANHUAÇU	50	27	77	R$ 1.580,04
315990	MG	SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	54	53	107	R$ 2.195,64
316030	MG	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	31	47	78	R$ 1.600,56
316040	MG	SANTO ANTÔNIO DO MONTE	96	104	200	R$ 4.104,00
316045	MG	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	23	30	53	R$ 1.087,56
316095	MG	SÃO DOMINGOS DAS DORES	23	28	51	R$ 1.046,52
316100	MG	SÃO DOMINGOS DO PRATA	50	38	88	R$ 1.805,76
316120	MG	SÃO FRANCISCO DE PAULA	12	16	28	R$ 574,56
316150	MG	SÃO GERALDO	24	30	54	R$ 1.108,08
316165	MG	SÃO GERALDO DO BAIXIO	22	9	31	R$ 636,12
316170	MG	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	15	17	32	R$ 656,64
316180	MG	SÃO GONÇALO DO PARÁ	37	32	69	R$ 1.415,88
316210	MG	SÃO GOTARDO	209	209	418	R$ 8.577,36
316220	MG	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA	21	20	41	R$ 841,32
316225	MG	SÃO JOÃO DA LAGOA	19	20	39	R$ 800,28
316240	MG	SÃO JOÃO DA PONTE	84	95	179	R$ 3.673,08
316260	MG	SÃO JOÃO DO ORIENTE	23	22	45	R$ 923,40
316265	MG	SÃO JOÃO DO PACUÍ	13	15	28	R$ 574,56
316270	MG	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	73	80	153	R$ 3.139,56
316292	MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	119	106	225	R$ 4.617,00
316294	MG	SÃO JOSÉ DA BARRA	17	14	31	R$ 636,12
316300	MG	SÃO JOSÉ DA SAFIRA	19	13	32	R$ 656,64
316370	MG	SÃO LOURENÇO	128	131	259	R$ 5.314,68
316390	MG	SÃO PEDRO DA UNIÃO	19	15	34	R$ 697,68
316400	MG	SÃO PEDRO DOS FERROS	16	19	35	R$ 718,20
316447	MG	SÃO SEBASTIÃO DO ANTA	23	14	37	R$ 759,24
316470	MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	222	170	392	R$ 8.043,84
316520	MG	SÃO THOMÉ DAS LETRAS	20	23	43	R$ 882,36
316510	MG	SÃO TOMÁS DE AQUINO	30	33	63	R$ 1.292,76
316553	MG	SARZEDO	111	116	227	R$ 4.658,04
316557	MG	SENADOR AMARAL	30	16	46	R$ 943,92
316570	MG	SENADOR FIRMINO	21	20	41	R$ 841,32
316620	MG	SENHORA DOS REMÉDIOS	26	16	42	R$ 861,84
316650	MG	SERRA AZUL DE MINAS	22	17	39	R$ 800,28
316680	MG	SERRA DO SALITRE	69	70	139	R$ 2.852,28
316670	MG	SERRA DOS AIMORÉS	23	33	56	R$ 1.149,12
316690	MG	SERRANIA	23	26	49	R$ 1.005,48
316695	MG	SERRANÓPOLIS DE MINAS	19	12	31	R$ 636,12
316710	MG	SERRO	66	84	150	R$ 3.078,00
316770	MG	SOBRÁLIA	15	21	36	R$ 738,72
316780	MG	SOLEDADE DE MINAS	16	12	28	R$ 574,56
316800	MG	TAIOBEIRAS	139	154	293	R$ 6.012,36
316805	MG	TAPARUBA	19	13	32	R$ 656,64
316840	MG	TARUMIRIM	46	33	79	R$ 1.621,08
316850	MG	TEIXEIRAS	36	23	59	R$ 1.210,68
316910	MG	TOLEDO	32	21	53	R$ 1.087,56
316920	MG	TOMBOS	24	25	49	R$ 1.005,48
316970	MG	TURMALINA	66	83	149	R$ 3.057,48
317000	MG	UBAÍ	59	60	119	R$ 2.441,88
317020	MG	UBERLÂNDIA	2083	2208	4291	R$ 88.051,32
317052	MG	URUCUIA	42	27	69	R$ 1.415,88
317065	MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	23	19	42	R$ 861,84
317070	MG	VARGINHA	342	395	737	R$ 15.123,24
317075	MG	VARJÃO DE MINAS	22	29	51	R$ 1.046,52
317090	MG	VARZELÂNDIA	89	91	180	R$ 3.693,60
317100	MG	VAZANTE	69	56	125	R$ 2.565,00
317103	MG	VERDELÂNDIA	37	33	70	R$ 1.436,40
317107	MG	VEREDINHA	15	30	45	R$ 923,40
317160	MG	VIRGEM DA LAPA	37	37	74	R$ 1.518,48
317170	MG	VIRGÍNIA	38	26	64	R$ 1.313,28
317180	MG	VIRGINÓPOLIS	45	34	79	R$ 1.621,08
317190	MG	VIRGOLÂNDIA	22	14	36	R$ 738,72
317200	MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	97	75	172	R$ 3.529,44
500060	MS	AMAMBAI	97	113	210	R$ 4.309,20
500070	MS	ANASTÁCIO	109	121	230	R$ 4.719,60
500085	MS	ANGÉLICA	40	45	85	R$ 1.744,20
500090	MS	ANTÔNIO JOÃO	42	41	83	R$ 1.703,16
500110	MS	AQUIDAUANA	191	235	426	R$ 8.741,52
500124	MS	ARAL MOREIRA	56	58	114	R$ 2.339,28
500200	MS	BATAYPORÃ	38	20	58	R$ 1.190,16
500210	MS	BELA VISTA	105	112	217	R$ 4.452,84

500220	MS	BONITO	102	123	225	R$ 4.617,00
500230	MS	BRASILÂNDIA	45	50	95	R$ 1.949,40
500260	MS	CAMAPUÃ	40	58	98	R$ 2.010,96
500280	MS	CARACOL	29	31	60	R$ 1.231,20
500290	MS	CASSILÂNDIA	88	94	182	R$ 3.734,64
500295	MS	CHAPADÃO DO SUL	162	149	311	R$ 6.381,72
500315	MS	CORONEL SAPUCAIA	78	44	122	R$ 2.503,44
500325	MS	COSTA RICA	123	112	235	R$ 4.822,20
500330	MS	COXIM	123	120	243	R$ 4.986,36
500345	MS	DEODÁPOLIS	51	46	97	R$ 1.990,44
500380	MS	FÁTIMA DO SUL	83	87	170	R$ 3.488,40
500410	MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	45	49	94	R$ 1.928,88
500430	MS	IGUATEMI	70	74	144	R$ 2.954,88
500450	MS	ITAPORÃ	68	81	149	R$ 3.057,48
500470	MS	IVINHEMA	103	116	219	R$ 4.493,88
500500	MS	JARDIM	124	126	250	R$ 5.130,00
500525	MS	LAGUNA CARAPÃ	28	29	57	R$ 1.169,64
500540	MS	MARACAJU	187	176	363	R$ 7.448,76
500570	MS	NAVIRAÍ	136	159	295	R$ 6.053,40
500635	MS	PARANHOS	56	62	118	R$ 2.421,36
500660	MS	PONTA PORÃ	418	476	894	R$ 18.344,88
500690	MS	PORTO MURTINHO	44	76	120	R$ 2.462,40
500750	MS	ROCHEDO	30	24	54	R$ 1.108,08
500755	MS	SANTA RITA DO PARDO	21	28	49	R$ 1.005,48
500770	MS	SETE QUEDAS	36	43	79	R$ 1.621,08
500790	MS	SIDROLÂNDIA	195	202	397	R$ 8.146,44
500793	MS	SONORA	66	69	135	R$ 2.770,20
500795	MS	TACURU	31	28	59	R$ 1.210,68
500800	MS	TERENOS	64	51	115	R$ 2.359,80
500830	MS	TRÊS LAGOAS	530	491	1021	R$ 20.950,92
510020	MT	ÁGUA BOA	108	111	219	R$ 4.493,88
510035	MT	ALTO BOA VISTA	32	29	61	R$ 1.251,72
510040	MT	ALTO GARÇAS	67	47	114	R$ 2.339,28
510050	MT	ALTO PARAGUAI	21	32	53	R$ 1.087,56
510060	MT	ALTO TAQUARI	40	55	95	R$ 1.949,40
510080	MT	APIACÁS	50	44	94	R$ 1.928,88
510125	MT	ARAPUTANGA	65	62	127	R$ 2.606,04
510130	MT	ARENÁPOLIS	58	54	112	R$ 2.298,24
510190	MT	BRASNORTE	79	86	165	R$ 3.385,80
510263	MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	214	232	446	R$ 9.151,92
510268	MT	CAMPOS DE JÚLIO	41	31	72	R$ 1.477,44
510270	MT	CANARANA	95	97	192	R$ 3.939,84
510279	MT	CARLINDA	47	53	100	R$ 2.052,00
510305	MT	CLÁUDIA	62	41	103	R$ 2.113,56
510310	MT	COCALINHO	29	23	52	R$ 1.067,04
510345	MT	DENISE	22	23	45	R$ 923,40
510350	MT	DIAMANTINO	114	111	225	R$ 4.617,00
510360	MT	DOM AQUINO	20	27	47	R$ 964,44
510370	MT	FELIZ NATAL	59	69	128	R$ 2.626,56
510385	MT	GAÚCHA DO NORTE	43	56	99	R$ 2.031,48
510410	MT	GUARANTÃ DO NORTE	168	177	345	R$ 7.079,40
510452	MT	IPIRANGA DO NORTE	36	42	78	R$ 1.600,56
510455	MT	ITAÚBA	34	27	61	R$ 1.251,72
510460	MT	ITIQUIRA	51	38	89	R$ 1.826,28
510480	MT	JACIARA	95	80	175	R$ 3.591,00
510510	MT	JUARA	144	172	316	R$ 6.484,32
510517	MT	JURUENA	61	52	113	R$ 2.318,76
510523	MT	LAMBARI D'OESTE	31	25	56	R$ 1.149,12
510525	MT	LUCAS DO RIO VERDE	387	361	748	R$ 15.348,96
510560	MT	MATUPÁ	113	108	221	R$ 4.534,92
510590	MT	NOBRES	62	72	134	R$ 2.749,68
510600	MT	NORTELÂNDIA	26	14	40	R$ 820,80
510620	MT	NOVA BRASILÂNDIA	18	23	41	R$ 841,32
510880	MT	NOVA GUARITA	15	25	40	R$ 820,80
510618	MT	NOVA LACERDA	39	48	87	R$ 1.785,24
510885	MT	NOVA MARILÂNDIA	10	19	29	R$ 595,08
510895	MT	NOVA MONTE VERDE	46	34	80	R$ 1.641,60
510622	MT	NOVA MUTUM	325	348	673	R$ 13.809,96
510619	MT	NOVA SANTA HELENA	31	25	56	R$ 1.149,12
510624	MT	NOVA UBIRATÃ	52	43	95	R$ 1.949,40
510625	MT	NOVA XAVANTINA	98	87	185	R$ 3.796,20
510627	MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	11	16	27	R$ 554,04
510626	MT	NOVO MUNDO	45	33	78	R$ 1.600,56
510631	MT	NOVO SANTO ANTÔNIO	11	17	28	R$ 574,56
510628	MT	NOVO SÃO JOAQUIM	38	32	70	R$ 1.436,40
510629	MT	PARANAÍTA	62	63	125	R$ 2.565,00
510630	MT	PARANATINGA	112	96	208	R$ 4.268,16
510637	MT	PEDRA PRETA	71	55	126	R$ 2.585,52
510642	MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	183	172	355	R$ 7.284,60
510645	MT	PLANALTO DA SERRA	21	27	48	R$ 984,96
510650	MT	POCONÉ	127	153	280	R$ 5.745,60
510675	MT	PONTES E LACERDA	185	201	386	R$ 7.920,72
510680	MT	PORTO DOS GAÚCHOS	35	31	66	R$ 1.354,32
510682	MT	PORTO ESPERIDIÃO	56	56	112	R$ 2.298,24
510704	MT	PRIMAVERA DO LESTE	334	375	709	R$ 14.548,68
510706	MT	QUERÊNCIA	178	148	326	R$ 6.689,52
510720	MT	RIO BRANCO	12	18	30	R$ 615,60
510775	MT	SALTO DO CÉU	14	22	36	R$ 738,72
510724	MT	SANTA CARMEM	37	22	59	R$ 1.210,68
510779	MT	SANTO ANTÔNIO DO LESTE	15	18	33	R$ 677,16
510780	MT	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	69	65	134	R$ 2.749,68
510785	MT	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	47	43	90	R$ 1.846,80
510730	MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	87	79	166	R$ 3.406,32
510710	MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	54	65	119	R$ 2.441,88
510787	MT	SAPEZAL	140	146	286	R$ 5.868,72
510792	MT	SORRISO	623	525	1148	R$ 23.556,96
510794	MT	TABAPORÃ	55	62	117	R$ 2.400,84
510800	MT	TAPURAH	82	103	185	R$ 3.796,20

510830	MT	UNIÃO DO SUL	15	19	34	R$ 697,68
510850	MT	VERA	46	50	96	R$ 1.969,92
510860	MT	VILA RICA	91	122	213	R$ 4.370,76
150010	PA	ABAETETUBA	712	589	1301	R$ 26.696,52
150020	PA	ACARÁ	318	327	645	R$ 13.235,40
150030	PA	AFUÁ	157	157	314	R$ 6.443,28
150034	PA	ÁGUA AZUL DO NORTE	76	90	166	R$ 3.406,32
150090	PA	AUGUSTO CORRÊA	297	314	611	R$ 12.537,72
150095	PA	AURORA DO PARÁ	126	132	258	R$ 5.294,16
150125	PA	BANNACH	25	17	42	R$ 861,84
150130	PA	BARCARENA	831	721	1552	R$ 31.847,04
150157	PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	85	74	159	R$ 3.262,68
150170	PA	BRAGANÇA	675	669	1344	R$ 27.578,88
150190	PA	BUJARU	144	135	279	R$ 5.725,08
150215	PA	CANAÃ DOS CARAJÁS	441	467	908	R$ 18.632,16
150230	PA	CAPITÃO POÇO	248	270	518	R$ 10.629,36
150240	PA	CASTANHAL	1067	949	2016	R$ 41.368,32
150260	PA	COLARES	55	52	107	R$ 2.195,64
150276	PA	CUMARU DO NORTE	61	58	119	R$ 2.441,88
150290	PA	CURUÇÁ	134	142	276	R$ 5.663,52
150293	PA	DOM ELISEU	205	209	414	R$ 8.495,28
150300	PA	FARO	56	42	98	R$ 2.010,96
150304	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	126	96	222	R$ 4.555,44
150307	PA	GARRAFÃO DO NORTE	148	149	297	R$ 6.094,44
150320	PA	IGARAPÉ-AÇU	187	194	381	R$ 7.818,12
150340	PA	INHANGAPI	63	68	131	R$ 2.688,12
150405	PA	MÃE DO RIO	193	194	387	R$ 7.941,24
150497	PA	NOVA IPIXUNA	78	83	161	R$ 3.303,72
150500	PA	NOVA TIMBOTEUA	59	61	120	R$ 2.462,40
150503	PA	NOVO PROGRESSO	239	250	489	R$ 10.034,28
150540	PA	OURÉM	111	94	205	R$ 4.206,60
150543	PA	OURILÂNDIA DO NORTE	168	175	343	R$ 7.038,36
150548	PA	PACAJÁ	239	198	437	R$ 8.967,24
150553	PA	PARAUAPEBAS	1333	1300	2633	R$ 54.029,16
150555	PA	PAU D'ARCO	40	41	81	R$ 1.662,12
150560	PA	PEIXE-BOI	27	36	63	R$ 1.292,76
150610	PA	PRIMAVERA	67	50	117	R$ 2.400,84
150611	PA	QUATIPURU	37	54	91	R$ 1.867,32
150616	PA	RIO MARIA	102	102	204	R$ 4.186,08
150618	PA	RONDON DO PARÁ	171	195	366	R$ 7.510,32
150620	PA	SALINÓPOLIS	268	220	488	R$ 10.013,76
150650	PA	SANTA IZABEL DO PARÁ	318	324	642	R$ 13.173,84
150655	PA	SANTA LUZIA DO PARÁ	77	94	171	R$ 3.508,92
150670	PA	SANTANA DO ARAGUAIA	242	241	483	R$ 9.911,16
150700	PA	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	103	47	150	R$ 3.078,00
150710	PA	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	80	81	161	R$ 3.303,72
150720	PA	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	210	179	389	R$ 7.982,28
150730	PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	357	365	722	R$ 14.815,44
150740	PA	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	68	94	162	R$ 3.324,24
150760	PA	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	296	243	539	R$ 11.060,28
150796	PA	TERRA ALTA	61	41	102	R$ 2.093,04
150797	PA	TERRA SANTA	110	96	206	R$ 4.227,12
150812	PA	ULIANÓPOLIS	137	141	278	R$ 5.704,56
150835	PA	VITÓRIA DO XINGU	102	111	213	R$ 4.370,76
150840	PA	XINGUARA	286	313	599	R$ 12.291,48

250010	PB	ÁGUA BRANCA	59	39	98	R$ 2.010,96
250020	PB	AGUIAR	18	22	40	R$ 820,80
250030	PB	ALAGOA GRANDE	144	154	298	R$ 6.114,96
250040	PB	ALAGOA NOVA	94	100	194	R$ 3.980,88
250050	PB	ALAGOINHA	78	89	167	R$ 3.426,84
250053	PB	ALCANTIL	30	32	62	R$ 1.272,24
250057	PB	ALGODÃO DE JANDAÍRA	18	24	42	R$ 861,84
250060	PB	ALHANDRA	126	145	271	R$ 5.560,92
250077	PB	APARECIDA	40	35	75	R$ 1.539,00
250080	PB	ARAÇAGI	70	83	153	R$ 3.139,56
250090	PB	ARARA	44	49	93	R$ 1.908,36
250100	PB	ARARUNA	78	100	178	R$ 3.652,56
250110	PB	AREIA	79	117	196	R$ 4.021,92
250120	PB	AREIAL	33	49	82	R$ 1.682,64
250130	PB	AROEIRAS	72	79	151	R$ 3.098,52
250135	PB	ASSUNÇÃO	18	22	40	R$ 820,80
250140	PB	BAÍA DA TRAIÇÃO	46	50	96	R$ 1.969,92
250150	PB	BANANEIRAS	93	112	205	R$ 4.206,60
250160	PB	BARRA DE SANTA ROSA	53	74	127	R$ 2.606,04
250157	PB	BARRA DE SANTANA	31	34	65	R$ 1.333,80
250170	PB	BARRA DE SÃO MIGUEL	23	36	59	R$ 1.210,68
250190	PB	BELÉM	63	95	158	R$ 3.242,16
250200	PB	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	25	18	43	R$ 882,36
250205	PB	BERNARDINO BATISTA	19	25	44	R$ 902,88
250210	PB	BOA VENTURA	24	28	52	R$ 1.067,04
250215	PB	BOA VISTA	29	44	73	R$ 1.497,96
250240	PB	BONITO DE SANTA FÉ	46	46	92	R$ 1.887,84
250250	PB	BOQUEIRÃO	85	91	176	R$ 3.611,52
250270	PB	BORBOREMA	16	16	32	R$ 656,64
250280	PB	BREJO DO CRUZ	58	51	109	R$ 2.236,68
250290	PB	BREJO DOS SANTOS	24	12	36	R$ 738,72

250300	PB	CAAPORÃ	135	139	274	R$ 5.622,48
250310	PB	CABACEIRAS	22	18	40	R$ 820,80
250320	PB	CABEDELO	254	307	561	R$ 11.511,72
250330	PB	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	52	50	102	R$ 2.093,04
250340	PB	CACIMBA DE AREIA	10	25	35	R$ 718,20
250350	PB	CACIMBA DE DENTRO	66	70	136	R$ 2.790,72
250355	PB	CACIMBAS	32	52	84	R$ 1.723,68
250360	PB	CAIÇARA	21	32	53	R$ 1.087,56
250370	PB	CAJAZEIRAS	240	329	569	R$ 11.675,88
250380	PB	CALDAS BRANDÃO	27	27	54	R$ 1.108,08
250390	PB	CAMALAÚ	24	29	53	R$ 1.087,56
250407	PB	CARAÚBAS	16	20	36	R$ 738,72
250415	PB	CASSERENGUE	32	32	64	R$ 1.313,28
250420	PB	CATINGUEIRA	25	19	44	R$ 902,88
250435	PB	CATURITÉ	23	32	55	R$ 1.128,60
250440	PB	CONCEIÇÃO	76	99	175	R$ 3.591,00
250450	PB	CONDADO	26	26	52	R$ 1.067,04
250460	PB	CONDE	162	167	329	R$ 6.751,08
250470	PB	CONGO	26	23	49	R$ 1.005,48
250480	PB	COREMAS	66	69	135	R$ 2.770,20
250490	PB	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	101	112	213	R$ 4.370,76
250500	PB	CUBATI	40	44	84	R$ 1.723,68
250510	PB	CUITÉ	60	87	147	R$ 3.016,44
250523	PB	CUITÉ DE MAMANGUAPE	35	57	92	R$ 1.887,84
250520	PB	CUITEGI	24	35	59	R$ 1.210,68
250527	PB	CURRAL DE CIMA	30	21	51	R$ 1.046,52
250535	PB	DAMIÃO	21	31	52	R$ 1.067,04
250540	PB	DESTERRO	58	31	89	R$ 1.826,28
250560	PB	DIAMANTE	27	31	58	R$ 1.190,16
250570	PB	DONA INÊS	69	47	116	R$ 2.380,32
250580	PB	DUAS ESTRADAS	17	28	45	R$ 923,40
250600	PB	ESPERANÇA	141	162	303	R$ 6.217,56
250610	PB	FAGUNDES	57	52	109	R$ 2.236,68
250625	PB	GADO BRAVO	45	45	90	R$ 1.846,80
250630	PB	GUARABIRA	198	211	409	R$ 8.392,68
250640	PB	GURINHÉM	46	80	126	R$ 2.585,52
250660	PB	IBIARA	25	25	50	R$ 1.026,00
250260	PB	IGARACY	30	16	46	R$ 943,92
250670	PB	IMACULADA	49	52	101	R$ 2.072,52
250680	PB	INGÁ	79	89	168	R$ 3.447,36
250690	PB	ITABAIANA	94	108	202	R$ 4.145,04
250700	PB	ITAPORANGA	92	94	186	R$ 3.816,72
250710	PB	ITAPOROROCA	74	93	167	R$ 3.426,84
250720	PB	ITATUBA	48	67	115	R$ 2.359,80
250730	PB	JACARAÚ	78	89	167	R$ 3.426,84
250740	PB	JERICÓ	33	21	54	R$ 1.108,08
250760	PB	JUAREZ TÁVORA	37	32	69	R$ 1.415,88
250770	PB	JUAZEIRINHO	87	111	198	R$ 4.062,96
250780	PB	JUNCO DO SERIDÓ	42	36	78	R$ 1.600,56
250790	PB	JURIPIRANGA	46	43	89	R$ 1.826,28
250800	PB	JURU	32	32	64	R$ 1.313,28
250810	PB	LAGOA	18	16	34	R$ 697,68
250820	PB	LAGOA DE DENTRO	41	48	89	R$ 1.826,28
250830	PB	LAGOA SECA	130	135	265	R$ 5.437,80
250850	PB	LIVRAMENTO	32	44	76	R$ 1.559,52
250855	PB	LOGRADOURO	10	19	29	R$ 595,08
250880	PB	MALTA	35	33	68	R$ 1.395,36
250890	PB	MAMANGUAPE	262	277	539	R$ 11.060,28
250900	PB	MANAÍRA	56	52	108	R$ 2.216,16
250905	PB	MARCAÇÃO	49	58	107	R$ 2.195,64
250910	PB	MARI	92	107	199	R$ 4.083,48
250915	PB	MARIZÓPOLIS	21	27	48	R$ 984,96
250920	PB	MASSARANDUBA	49	57	106	R$ 2.175,12
250930	PB	MATARACA	59	59	118	R$ 2.421,36
250939	PB	MATURÉIA	40	45	85	R$ 1.744,20
250940	PB	MOGEIRO	67	67	134	R$ 2.749,68
250950	PB	MONTADAS	30	32	62	R$ 1.272,24
250960	PB	MONTE HOREBE	20	17	37	R$ 759,24
250970	PB	MONTEIRO	157	162	319	R$ 6.545,88
250980	PB	MULUNGU	28	48	76	R$ 1.559,52
250990	PB	NATUBA	40	33	73	R$ 1.497,96
251000	PB	NAZAREZINHO	30	40	70	R$ 1.436,40
251020	PB	NOVA OLINDA	34	24	58	R$ 1.190,16
251030	PB	NOVA PALMEIRA	13	17	30	R$ 615,60
251040	PB	OLHO D'ÁGUA	28	29	57	R$ 1.169,64
251050	PB	OLIVEDOS	15	18	33	R$ 677,16
251060	PB	OURO VELHO	14	13	27	R$ 554,04
251080	PB	PATOS	415	486	901	R$ 18.488,52
251090	PB	PAULISTA	53	43	96	R$ 1.969,92
251100	PB	PEDRA BRANCA	23	16	39	R$ 800,28
251110	PB	PEDRA LAVRADA	21	24	45	R$ 923,40
251120	PB	PEDRAS DE FOGO	136	158	294	R$ 6.032,88
251272	PB	PEDRO RÉGIS	25	27	52	R$ 1.067,04
251130	PB	PIANCÓ	43	61	104	R$ 2.134,08
251140	PB	PICUÍ	83	75	158	R$ 3.242,16
251150	PB	PILAR	62	77	139	R$ 2.852,28
251160	PB	PILÕES	38	42	80	R$ 1.641,60
251170	PB	PILÕEZINHOS	31	29	60	R$ 1.231,20
251190	PB	PITIMBU	84	58	142	R$ 2.913,84
251200	PB	POCINHOS	74	91	165	R$ 3.385,80
251207	PB	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	18	13	31	R$ 636,12
251210	PB	POMBAL	116	122	238	R$ 4.883,76
251220	PB	PRATA	18	20	38	R$ 779,76
251230	PB	PRINCESA ISABEL	80	108	188	R$ 3.857,76
251250	PB	QUEIMADAS	180	210	390	R$ 8.002,80
251270	PB	REMÍGIO	94	78	172	R$ 3.529,44
251274	PB	RIACHÃO	15	14	29	R$ 595,08
251275	PB	RIACHÃO DO BACAMARTE	28	28	56	R$ 1.149,12
251276	PB	RIACHÃO DO POÇO	24	21	45	R$ 923,40
251278	PB	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	21	9	30	R$ 615,60
251280	PB	RIACHO DOS CAVALOS	27	28	55	R$ 1.128,60
251290	PB	RIO TINTO	120	124	244	R$ 5.006,88
251300	PB	SALGADINHO	18	23	41	R$ 841,32
251310	PB	SALGADO DE SÃO FÉLIX	50	64	114	R$ 2.339,28
251315	PB	SANTA CECÍLIA	28	34	62	R$ 1.272,24
251320	PB	SANTA CRUZ	21	19	40	R$ 820,80

251330	PB	SANTA HELENA	24	23	47	R$ 964,44
251335	PB	SANTA INÊS	13	14	27	R$ 554,04
251340	PB	SANTA LUZIA	81	64	145	R$ 2.975,40
251380	PB	SANTA TERESINHA	11	17	28	R$ 574,56
251350	PB	SANTANA DE MANGUEIRA	22	17	39	R$ 800,28
251360	PB	SANTANA DOS GARROTES	18	25	43	R$ 882,36
251392	PB	SÃO BENTINHO	22	21	43	R$ 882,36
251390	PB	SÃO BENTO	135	163	298	R$ 6.114,96
251396	PB	SÃO DOMINGOS	12	15	27	R$ 554,04
250070	PB	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	53	55	108	R$ 2.216,16
251410	PB	SÃO JOÃO DO TIGRE	17	21	38	R$ 779,76
251420	PB	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	37	24	61	R$ 1.251,72
251430	PB	SÃO JOSÉ DE CAIANA	39	36	75	R$ 1.539,00
251440	PB	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	12	18	30	R$ 615,60
251450	PB	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	77	91	168	R$ 3.447,36
251455	PB	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	18	23	41	R$ 841,32
251460	PB	SÃO JOSÉ DO BONFIM	11	18	29	R$ 595,08
251470	PB	SÃO JOSÉ DO SABUGI	11	19	30	R$ 615,60
251480	PB	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	14	16	30	R$ 615,60
251445	PB	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	25	30	55	R$ 1.128,60
251490	PB	SÃO MAMEDE	26	35	61	R$ 1.251,72
251500	PB	SÃO MIGUEL DE TAIPU	34	42	76	R$ 1.559,52
251510	PB	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	41	45	86	R$ 1.764,72
251520	PB	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	11	16	27	R$ 554,04
251540	PB	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	56	63	119	R$ 2.441,88
251530	PB	SAPÉ	229	253	482	R$ 9.890,64
251550	PB	SERRA BRANCA	47	44	91	R$ 1.867,32
251560	PB	SERRA DA RAIZ	13	17	30	R$ 615,60
251570	PB	SERRA GRANDE	11	19	30	R$ 615,60
251580	PB	SERRA REDONDA	21	36	57	R$ 1.169,64
251590	PB	SERRARIA	30	26	56	R$ 1.149,12
251593	PB	SERTÃOZINHO	24	21	45	R$ 923,40
251597	PB	SOBRADO	40	36	76	R$ 1.559,52
251600	PB	SOLÂNEA	101	124	225	R$ 4.617,00
251610	PB	SOLEDADE	56	69	125	R$ 2.565,00
251615	PB	SOSSÊGO	22	26	48	R$ 984,96
251620	PB	SOUSA	270	302	572	R$ 11.737,44
251630	PB	SUMÉ	72	65	137	R$ 2.811,24
251640	PB	TACIMA	46	46	92	R$ 1.887,84
251650	PB	TAPEROÁ	61	61	122	R$ 2.503,44
251660	PB	TAVARES	61	74	135	R$ 2.770,20
251670	PB	TEIXEIRA	82	81	163	R$ 3.344,76
251675	PB	TENÓRIO	16	16	32	R$ 656,64
251680	PB	TRIUNFO	33	51	84	R$ 1.723,68
251690	PB	UIRAÚNA	60	57	117	R$ 2.400,84
251700	PB	UMBUZEIRO	28	41	69	R$ 1.415,88
250550	PB	VISTA SERRANA	14	18	32	R$ 656,64
260010	PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	158	203	361	R$ 7.407,72
260020	PE	AFRÂNIO	74	91	165	R$ 3.385,80
260030	PE	AGRESTINA	102	121	223	R$ 4.575,96
260060	PE	ALAGOINHA	50	72	122	R$ 2.503,44
260070	PE	ALIANÇA	159	179	338	R$ 6.935,76
260080	PE	ALTINHO	89	92	181	R$ 3.714,12
260090	PE	AMARAJI	80	87	167	R$ 3.426,84
260100	PE	ANGELIM	57	44	101	R$ 2.072,52
260110	PE	ARARIPINA	439	473	912	R$ 18.714,24
260120	PE	ARCOVERDE	306	358	664	R$ 13.625,28
260130	PE	BARRA DE GUABIRABA	53	46	99	R$ 2.031,48
260140	PE	BARREIROS	176	182	358	R$ 7.346,16
260150	PE	BELÉM DE MARIA	49	59	108	R$ 2.216,16
260160	PE	BELÉM DO SÃO FRANCISCO	88	71	159	R$ 3.262,68
260170	PE	BELO JARDIM	289	275	564	R$ 11.573,28
260180	PE	BETÂNIA	62	54	116	R$ 2.380,32
260200	PE	BODOCÓ	150	167	317	R$ 6.504,84
260220	PE	BOM JARDIM	134	141	275	R$ 5.643,00
260230	PE	BONITO	197	220	417	R$ 8.556,84
260240	PE	BREJÃO	56	61	117	R$ 2.400,84
260250	PE	BREJINHO	35	32	67	R$ 1.374,84
260260	PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	235	217	452	R$ 9.275,04
260280	PE	BUÍQUE	263	289	552	R$ 11.327,04
260300	PE	CABROBÓ	136	168	304	R$ 6.238,08
260310	PE	CACHOEIRINHA	135	147	282	R$ 5.786,64
260320	PE	CAETÉS	121	124	245	R$ 5.027,40
260330	PE	CALÇADO	41	47	88	R$ 1.805,76
260350	PE	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	63	82	145	R$ 2.975,40
260360	PE	CAMUTANGA	33	38	71	R$ 1.456,92
260370	PE	CANHOTINHO	113	104	217	R$ 4.452,84
260380	PE	CAPOEIRAS	54	98	152	R$ 3.119,04
260390	PE	CARNAÍBA	70	75	145	R$ 2.975,40
260392	PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	28	25	53	R$ 1.087,56
260400	PE	CARPINA	289	375	664	R$ 13.625,28
260410	PE	CARUARU	1533	1580	3113	R$ 63.878,76
260415	PE	CASINHAS	53	58	111	R$ 2.277,72
260420	PE	CATENDE	144	156	300	R$ 6.156,00
260430	PE	CEDRO	50	47	97	R$ 1.990,44
260440	PE	CHÃ DE ALEGRIA	59	42	101	R$ 2.072,52
260460	PE	CONDADO	112	124	236	R$ 4.842,72
260500	PE	CUPIRA	124	134	258	R$ 5.294,16
260510	PE	CUSTÓDIA	144	174	318	R$ 6.525,36
260515	PE	DORMENTES	77	80	157	R$ 3.221,64
260530	PE	EXU	159	177	336	R$ 6.894,72
260540	PE	FEIRA NOVA	102	110	212	R$ 4.350,24
260550	PE	FERREIROS	45	49	94	R$ 1.928,88
260560	PE	FLORES	114	97	211	R$ 4.329,72
260570	PE	FLORESTA	116	146	262	R$ 5.376,24
260580	PE	FREI MIGUELINHO	49	54	103	R$ 2.113,56
260590	PE	GAMELEIRA	88	116	204	R$ 4.186,08
260600	PE	GARANHUNS	593	574	1167	R$ 23.946,84
260610	PE	GLÓRIA DO GOITÁ	110	126	236	R$ 4.842,72
260620	PE	GOIANA	314	366	680	R$ 13.953,60
260630	PE	GRANITO	48	41	89	R$ 1.826,28
260640	PE	GRAVATÁ	283	319	602	R$ 12.353,04
260650	PE	IATI	89	111	200	R$ 4.104,00
260660	PE	IBIMIRIM	111	132	243	R$ 4.986,36
260670	PE	IBIRAJUBA	47	36	83	R$ 1.703,16
260680	PE	IGARASSU	416	410	826	R$ 16.949,52

260690	PE	IGUARACY	38	57	95	R$ 1.949,40
260700	PE	INAJÁ	121	122	243	R$ 4.986,36
260710	PE	INGAZEIRA	23	21	44	R$ 902,88
260720	PE	IPOJUCA	344	385	729	R$ 14.959,08
260730	PE	IPUBI	194	210	404	R$ 8.290,08
260740	PE	ITACURUBA	19	26	45	R$ 923,40
260750	PE	ITAÍBA	131	161	292	R$ 5.991,84
260765	PE	ITAMBÉ	167	222	389	R$ 7.982,28
260770	PE	ITAPETIM	55	62	117	R$ 2.400,84
260775	PE	ITAPISSUMA	116	107	223	R$ 4.575,96
260780	PE	ITAQUITINGA	64	72	136	R$ 2.790,72
260795	PE	JAQUEIRA	45	56	101	R$ 2.072,52
260800	PE	JATAÚBA	76	74	150	R$ 3.078,00
260810	PE	JOÃO ALFREDO	108	106	214	R$ 4.391,28
260825	PE	JUCATI	69	74	143	R$ 2.934,36
260830	PE	JUPI	91	111	202	R$ 4.145,04
260840	PE	JUREMA	80	60	140	R$ 2.872,80
260845	PE	LAGOA DO CARRO	68	85	153	R$ 3.139,56
260860	PE	LAGOA DO OURO	61	54	115	R$ 2.359,80
260870	PE	LAGOA DOS GATOS	54	62	116	R$ 2.380,32
260875	PE	LAGOA GRANDE	141	146	287	R$ 5.889,24
260880	PE	LAJEDO	200	203	403	R$ 8.269,56
260890	PE	LIMOEIRO	215	255	470	R$ 9.644,40
260900	PE	MACAPARANA	101	134	235	R$ 4.822,20
260910	PE	MACHADOS	66	62	128	R$ 2.626,56
260915	PE	MANARI	79	83	162	R$ 3.324,24
260930	PE	MIRANDIBA	83	102	185	R$ 3.796,20
261430	PE	MOREILÂNDIA	49	54	103	R$ 2.113,56
260970	PE	OROBÓ	105	94	199	R$ 4.083,48
261000	PE	PALMARES	231	278	509	R$ 10.444,68
261010	PE	PALMEIRINA	44	23	67	R$ 1.374,84
261020	PE	PANELAS	127	133	260	R$ 5.335,20
261030	PE	PARANATAMA	65	56	121	R$ 2.482,92
261060	PE	PAUDALHO	244	295	539	R$ 11.060,28
261080	PE	PEDRA	114	74	188	R$ 3.857,76
261090	PE	PESQUEIRA	199	249	448	R$ 9.192,96
261100	PE	PETROLÂNDIA	177	163	340	R$ 6.976,80
261120	PE	POÇÃO	68	48	116	R$ 2.380,32
261150	PE	QUIPAPÁ	77	91	168	R$ 3.447,36
261153	PE	QUIXABA	24	38	62	R$ 1.272,24
261180	PE	RIBEIRÃO	151	131	282	R$ 5.786,64
261190	PE	RIO FORMOSO	118	127	245	R$ 5.027,40
261200	PE	SAIRÉ	44	50	94	R$ 1.928,88
261210	PE	SALGADINHO	25	33	58	R$ 1.190,16
261220	PE	SALGUEIRO	253	310	563	R$ 11.552,76
261230	PE	SALOÁ	68	59	127	R$ 2.606,04
261240	PE	SANHARÓ	102	107	209	R$ 4.288,68
261245	PE	SANTA CRUZ	67	77	144	R$ 2.954,88
261247	PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	53	59	112	R$ 2.298,24
261255	PE	SANTA FILOMENA	61	65	126	R$ 2.585,52
261270	PE	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	70	67	137	R$ 2.811,24
261280	PE	SANTA TEREZINHA	46	37	83	R$ 1.703,16
261320	PE	SÃO JOÃO	118	115	233	R$ 4.781,16
261330	PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	101	87	188	R$ 3.857,76
261340	PE	SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	95	97	192	R$ 3.939,84
261350	PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	157	152	309	R$ 6.340,68
261360	PE	SÃO JOSÉ DO EGITO	143	127	270	R$ 5.540,40
261380	PE	SÃO VICENTE FERRER	91	102	193	R$ 3.960,36
261390	PE	SERRA TALHADA	407	385	792	R$ 16.251,84
261400	PE	SERRITA	84	100	184	R$ 3.775,68
261410	PE	SERTÂNIA	152	147	299	R$ 6.135,48
261420	PE	SIRINHAÉM	164	171	335	R$ 6.874,20
261440	PE	SOLIDÃO	25	31	56	R$ 1.149,12
261450	PE	SURUBIM	272	290	562	R$ 11.532,24
261460	PE	TABIRA	125	117	242	R$ 4.965,84
261470	PE	TACAIMBÓ	60	69	129	R$ 2.647,08
261480	PE	TACARATU	98	77	175	R$ 3.591,00
261485	PE	TAMANDARÉ	135	154	289	R$ 5.930,28
261500	PE	TAQUARITINGA DO NORTE	128	90	218	R$ 4.473,36
261510	PE	TEREZINHA	34	40	74	R$ 1.518,48
261530	PE	TIMBAÚBA	198	208	406	R$ 8.331,12
261560	PE	TRINDADE	186	191	377	R$ 7.736,04
261570	PE	TRIUNFO	55	55	110	R$ 2.257,20
261580	PE	TUPANATINGA	134	123	257	R$ 5.273,64
261590	PE	TUPARETAMA	27	47	74	R$ 1.518,48
261610	PE	VERDEJANTE	31	43	74	R$ 1.518,48
261618	PE	VERTENTE DO LÉRIO	34	33	67	R$ 1.374,84
261630	PE	VICÊNCIA	106	122	228	R$ 4.678,56
261650	PE	XEXÉU	102	70	172	R$ 3.529,44
220005	PI	ACAUÃ	29	35	64	R$ 1.313,28
220010	PI	AGRICOLÂNDIA	36	30	66	R$ 1.354,32
220020	PI	ÁGUA BRANCA	90	95	185	R$ 3.796,20
220025	PI	ALAGOINHA DO PIAUÍ	18	27	45	R$ 923,40
220027	PI	ALEGRETE DO PIAUÍ	28	17	45	R$ 923,40
220030	PI	ALTO LONGÁ	60	55	115	R$ 2.359,80
220045	PI	ALVORADA DO GURGUÉIA	28	18	46	R$ 943,92
220050	PI	AMARANTE	95	94	189	R$ 3.878,28
220080	PI	ANTÔNIO ALMEIDA	25	16	41	R$ 841,32
220090	PI	AROAZES	20	16	36	R$ 738,72
220100	PI	ARRAIAL	16	16	32	R$ 656,64
220115	PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	109	112	221	R$ 4.534,92
220117	PI	BARRA D'ALCÂNTARA	22	16	38	R$ 779,76
220120	PI	BARRAS	243	226	469	R$ 9.623,88
220140	PI	BARRO DURO	23	28	51	R$ 1.046,52

220150	PI	BATALHA	122	107	229	R$ 4.699,08
220155	PI	BELA VISTA DO PIAUÍ	24	24	48	R$ 984,96
220160	PI	BENEDITINOS	37	50	87	R$ 1.785,24
220170	PI	BERTOLÍNIA	31	21	52	R$ 1.067,04
220173	PI	BETÂNIA DO PIAUÍ	30	41	71	R$ 1.456,92
220177	PI	BOA HORA	34	29	63	R$ 1.292,76
220190	PI	BOM JESUS	185	169	354	R$ 7.264,08
220192	PI	BONFIM DO PIAUÍ	23	30	53	R$ 1.087,56
220194	PI	BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	32	35	67	R$ 1.374,84
220196	PI	BRASILEIRA	18	36	54	R$ 1.108,08
220198	PI	BREJO DO PIAUÍ	20	16	36	R$ 738,72
220202	PI	BURITI DOS MONTES	22	22	44	R$ 902,88
220205	PI	CABECEIRAS DO PIAUÍ	44	40	84	R$ 1.723,68
220207	PI	CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	16	11	27	R$ 554,04
220208	PI	CAJUEIRO DA PRAIA	34	47	81	R$ 1.662,12
220209	PI	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	26	20	46	R$ 943,92
220210	PI	CAMPINAS DO PIAUÍ	15	16	31	R$ 636,12
220211	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	24	18	42	R$ 861,84
220213	PI	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ	29	22	51	R$ 1.046,52
220217	PI	CAMPO LARGO DO PIAUÍ	40	29	69	R$ 1.415,88
220220	PI	CAMPO MAIOR	200	155	355	R$ 7.284,60
220225	PI	CANAVIEIRA	10	17	27	R$ 554,04
220230	PI	CANTO DO BURITI	106	90	196	R$ 4.021,92
220240	PI	CAPITÃO DE CAMPOS	54	56	110	R$ 2.257,20
220245	PI	CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA	19	12	31	R$ 636,12
220253	PI	CARAÚBAS DO PIAUÍ	28	30	58	R$ 1.190,16
220255	PI	CARIDADE DO PIAUÍ	18	35	53	R$ 1.087,56
220260	PI	CASTELO DO PIAUÍ	88	86	174	R$ 3.570,48
220265	PI	CAXINGÓ	32	24	56	R$ 1.149,12
220271	PI	COCAL DE TELHA	20	21	41	R$ 841,32
220273	PI	COIVARAS	16	14	30	R$ 615,60
220275	PI	COLÔNIA DO GURGUÉIA	30	29	59	R$ 1.210,68
220277	PI	COLÔNIA DO PIAUÍ	34	26	60	R$ 1.231,20
220280	PI	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	23	32	55	R$ 1.128,60
220285	PI	CORONEL JOSÉ DIAS	13	20	33	R$ 677,16
220320	PI	CURIMATÁ	66	72	138	R$ 2.831,76
220323	PI	CURRAIS	31	21	52	R$ 1.067,04
220327	PI	CURRAL NOVO DO PIAUÍ	37	45	82	R$ 1.682,64
220325	PI	CURRALINHOS	34	17	51	R$ 1.046,52
220330	PI	DEMERVAL LOBÃO	77	88	165	R$ 3.385,80
220335	PI	DIRCEU ARCOVERDE	34	28	62	R$ 1.272,24
220340	PI	DOM EXPEDITO LOPES	23	20	43	R$ 882,36
220345	PI	DOM INOCÊNCIO	30	32	62	R$ 1.272,24
220350	PI	ELESBÃO VELOSO	47	46	93	R$ 1.908,36
220370	PI	ESPERANTINA	205	198	403	R$ 8.269,56
220375	PI	FARTURA DO PIAUÍ	20	30	50	R$ 1.026,00
220380	PI	FLORES DO PIAUÍ	20	16	36	R$ 738,72
220400	PI	FRANCINÓPOLIS	33	18	51	R$ 1.046,52
220410	PI	FRANCISCO AYRES	19	14	33	R$ 677,16
220420	PI	FRANCISCO SANTOS	21	30	51	R$ 1.046,52
220430	PI	FRONTEIRAS	36	34	70	R$ 1.436,40
220435	PI	GEMINIANO	28	24	52	R$ 1.067,04
220450	PI	GUADALUPE	39	60	99	R$ 2.031,48
220470	PI	INHUMA	46	57	103	R$ 2.113,56
220480	PI	IPIRANGA DO PIAUÍ	37	36	73	R$ 1.497,96
220490	PI	ISAÍAS COELHO	40	44	84	R$ 1.723,68
220500	PI	ITAINÓPOLIS	38	32	70	R$ 1.436,40
220510	PI	ITAUEIRA	37	43	80	R$ 1.641,60
220515	PI	JACOBINA DO PIAUÍ	32	26	58	R$ 1.190,16
220520	PI	JAICÓS	77	77	154	R$ 3.160,08
220525	PI	JARDIM DO MULATO	23	19	42	R$ 861,84
220527	PI	JATOBÁ DO PIAUÍ	15	12	27	R$ 554,04
220535	PI	JOÃO COSTA	16	11	27	R$ 554,04
220540	PI	JOAQUIM PIRES	69	61	130	R$ 2.667,60
220545	PI	JOCA MARQUES	22	14	36	R$ 738,72
220550	PI	JOSÉ DE FREITAS	199	183	382	R$ 7.838,64
220551	PI	JUAZEIRO DO PIAUÍ	19	32	51	R$ 1.046,52
220553	PI	JUREMA	17	31	48	R$ 984,96
220557	PI	LAGOA DE SÃO FRANCISCO	29	31	60	R$ 1.231,20
220556	PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	31	37	68	R$ 1.395,36
220558	PI	LAGOA DO PIAUÍ	20	26	46	R$ 943,92
220559	PI	LAGOA DO SÍTIO	27	21	48	R$ 984,96
220554	PI	LAGOINHA DO PIAUÍ	17	10	27	R$ 554,04
220560	PI	LANDRI SALES	19	18	37	R$ 759,24
220585	PI	MADEIRO	45	40	85	R$ 1.744,20
220595	PI	MARCOLÂNDIA	50	45	95	R$ 1.949,40
220600	PI	MARCOS PARENTE	22	17	39	R$ 800,28
220605	PI	MASSAPÊ DO PIAUÍ	16	22	38	R$ 779,76
220610	PI	MATIAS OLÍMPIO	54	59	113	R$ 2.318,76
220620	PI	MIGUEL ALVES	162	185	347	R$ 7.120,44
220635	PI	MILTON BRANDÃO	25	29	54	R$ 1.108,08
220650	PI	MONSENHOR HIPÓLITO	32	21	53	R$ 1.087,56
220667	PI	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	35	38	73	R$ 1.497,96
220670	PI	NAZARÉ DO PIAUÍ	34	39	73	R$ 1.497,96
220680	PI	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	50	48	98	R$ 2.010,96
220795	PI	NOVA SANTA RITA	23	20	43	R$ 882,36
220690	PI	NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	15	24	39	R$ 800,28
220695	PI	NOVO SANTO ANTÔNIO	10	18	28	R$ 574,56
220700	PI	OEIRAS	168	171	339	R$ 6.956,28
220720	PI	PADRE MARCOS	33	31	64	R$ 1.313,28
220750	PI	PALMEIRAIS	58	68	126	R$ 2.585,52
220760	PI	PARNAGUÁ	39	25	64	R$ 1.313,28
220775	PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	21	12	33	R$ 677,16
220777	PI	PATOS DO PIAUÍ	21	18	39	R$ 800,28
220780	PI	PAULISTANA	122	117	239	R$ 4.904,28
220785	PI	PAVUSSU	16	18	34	R$ 697,68
220790	PI	PEDRO II	177	163	340	R$ 6.976,80
220800	PI	PICOS	327	304	631	R$ 12.948,12
220810	PI	PIMENTEIRAS	39	46	85	R$ 1.744,20
220820	PI	PIO IX	87	83	170	R$ 3.488,40
220830	PI	PIRACURUCA	122	123	245	R$ 5.027,40
220840	PI	PIRIPIRI	266	253	519	R$ 10.649,88
220865	PI	QUEIMADA NOVA	27	36	63	R$ 1.292,76
220880	PI	REGENERAÇÃO	92	77	169	R$ 3.467,88
220900	PI	RIO GRANDE DO PIAUÍ	19	17	36	R$ 738,72
220910	PI	SANTA CRUZ DO PIAUÍ	22	21	43	R$ 882,36

220915	PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	17	13	30	R$ 615,60
220930	PI	SANTA LUZ	24	24	48	R$ 984,96
220937	PI	SANTA ROSA DO PIAUÍ	13	19	32	R$ 656,64
220935	PI	SANTANA DO PIAUÍ	17	12	29	R$ 595,08
220940	PI	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	26	20	46	R$ 943,92
220950	PI	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	12	15	27	R$ 554,04
220955	PI	SÃO BRAZ DO PIAUÍ	25	22	47	R$ 964,44
220965	PI	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	29	29	58	R$ 1.190,16
220985	PI	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	15	18	33	R$ 677,16
220987	PI	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	36	25	61	R$ 1.251,72
220990	PI	SÃO JOÃO DA SERRA	19	26	45	R$ 923,40
220995	PI	SÃO JOÃO DA VARJOTA	27	19	46	R$ 943,92
220997	PI	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	49	59	108	R$ 2.216,16
221000	PI	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	112	120	232	R$ 4.760,64
221005	PI	SÃO JOSÉ DO DIVINO	25	29	54	R$ 1.108,08
221020	PI	SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	34	23	57	R$ 1.169,64
221035	PI	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	16	19	35	R$ 718,20
221039	PI	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	18	11	29	R$ 595,08
221040	PI	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	65	70	135	R$ 2.770,20
221050	PI	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	70	68	138	R$ 2.831,76
221060	PI	SÃO RAIMUNDO NONATO	195	207	402	R$ 8.249,04
221063	PI	SEBASTIÃO LEAL	25	20	45	R$ 923,40
221070	PI	SIMÕES	59	68	127	R$ 2.606,04
221093	PI	SUSSUAPARA	26	32	58	R$ 1.190,16
221097	PI	TANQUE DO PIAUÍ	9	20	29	R$ 595,08
221110	PI	UNIÃO	236	183	419	R$ 8.597,88
221130	PI	VALENÇA DO PIAUÍ	82	82	164	R$ 3.365,28
221135	PI	VÁRZEA BRANCA	37	29	66	R$ 1.354,32
221140	PI	VÁRZEA GRANDE	13	17	30	R$ 615,60
221150	PI	VERA MENDES	18	13	31	R$ 636,12
410020	PR	ADRIANÓPOLIS	19	42	61	R$ 1.251,72
410050	PR	ALTÔNIA	53	73	126	R$ 2.585,52
410100	PR	AMPÉRE	94	75	169	R$ 3.467,88
410105	PR	ANAHY	16	14	30	R$ 615,60
410160	PR	ARAPOTI	102	92	194	R$ 3.980,88
410180	PR	ARAUCÁRIA	508	487	995	R$ 20.417,40
410200	PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	99	114	213	R$ 4.370,76
410260	PR	BARRACÃO	36	46	82	R$ 1.682,64
410275	PR	BELA VISTA DA CAROBA	11	18	29	R$ 595,08
410290	PR	BITURUNA	73	83	156	R$ 3.201,12
410305	PR	BOA VISTA DA APARECIDA	43	34	77	R$ 1.580,04
410315	PR	BOM JESUS DO SUL	15	16	31	R$ 636,12
410320	PR	BOM SUCESSO	15	16	31	R$ 636,12
410330	PR	BORRAZÓPOLIS	27	22	49	R$ 1.005,48
410337	PR	BRASILÂNDIA DO SUL	19	18	37	R$ 759,24
410345	PR	CAFELÂNDIA	90	111	201	R$ 4.124,52
410347	PR	CAFEZAL DO SUL	22	23	45	R$ 923,40
410350	PR	CALIFÓRNIA	28	36	64	R$ 1.313,28
410370	PR	CAMBÉ	208	275	483	R$ 9.911,16
410390	PR	CAMPINA DA LAGOA	60	53	113	R$ 2.318,76
410395	PR	CAMPINA DO SIMÃO	20	23	43	R$ 882,36
410440	PR	CÂNDIDO DE ABREU	49	65	114	R$ 2.339,28
410442	PR	CANDÓI	64	74	138	R$ 2.831,76
410450	PR	CAPANEMA	91	73	164	R$ 3.365,28
410465	PR	CARAMBEÍ	82	97	179	R$ 3.673,08
410490	PR	CASTRO	309	330	639	R$ 13.112,28
410510	PR	CENTENÁRIO DO SUL	29	25	54	R$ 1.108,08
410530	PR	CÉU AZUL	50	32	82	R$ 1.682,64
410540	PR	CHOPINZINHO	83	67	150	R$ 3.078,00
410550	PR	CIANORTE	244	269	513	R$ 10.526,76
410560	PR	CIDADE GAÚCHA	41	54	95	R$ 1.949,40
410570	PR	CLEVELÂNDIA	64	54	118	R$ 2.421,36
410600	PR	CONGONHINHAS	34	37	71	R$ 1.456,92
410630	PR	CORBÉLIA	83	64	147	R$ 3.016,44
410645	PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	52	43	95	R$ 1.949,40
410650	PR	CORONEL VIVIDA	107	107	214	R$ 4.391,28
410660	PR	CRUZEIRO DO OESTE	79	76	155	R$ 3.180,60
410690	PR	CURITIBA	4124	4518	8642	R$ 177.333,84
410700	PR	CURIÚVA	57	57	114	R$ 2.339,28
410712	PR	DIAMANTE DO SUL	16	15	31	R$ 636,12
410715	PR	DIAMANTE D'OESTE	19	12	31	R$ 636,12
410740	PR	ENÉAS MARQUES	23	27	50	R$ 1.026,00
410754	PR	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	30	16	46	R$ 943,92
410773	PR	FERNANDES PINHEIRO	20	14	34	R$ 697,68
410775	PR	FIGUEIRA	36	34	70	R$ 1.436,40
410845	PR	FOZ DO JORDÃO	26	21	47	R$ 964,44
410840	PR	FRANCISCO BELTRÃO	369	381	750	R$ 15.390,00
410870	PR	GRANDES RIOS	19	13	32	R$ 656,64
410880	PR	GUAÍRA	118	107	225	R$ 4.617,00
410890	PR	GUAIRAÇÁ	24	24	48	R$ 984,96
410895	PR	GUAMIRANGA	35	21	56	R$ 1.149,12
410940	PR	GUARAPUAVA	799	822	1621	R$ 33.262,92
410965	PR	HONÓRIO SERPA	27	16	43	R$ 882,36
410990	PR	ICARAÍMA	21	39	60	R$ 1.231,20
411010	PR	IMBITUVA	175	147	322	R$ 6.607,44
411020	PR	INÁCIO MARTINS	60	66	126	R$ 2.585,52
411040	PR	INDIANÓPOLIS	21	23	44	R$ 902,88
411080	PR	IRETAMA	33	45	78	R$ 1.600,56
411090	PR	ITAGUAJÉ	13	20	33	R$ 677,16
411095	PR	ITAIPULÂNDIA	37	55	92	R$ 1.887,84
411120	PR	ITAPEJARA D'OESTE	42	51	93	R$ 1.908,36
411130	PR	ITAÚNA DO SUL	18	11	29	R$ 595,08
411140	PR	IVAÍ	39	43	82	R$ 1.682,64
411170	PR	JABOTI	16	18	34	R$ 697,68
411180	PR	JACAREZINHO	174	169	343	R$ 7.038,36
411200	PR	JAGUARIAÍVA	159	139	298	R$ 6.114,96
411210	PR	JANDAIA DO SUL	56	61	117	R$ 2.400,84
411220	PR	JANIÓPOLIS	30	19	49	R$ 1.005,48
411230	PR	JAPIRA	22	20	42	R$ 861,84
411270	PR	JATAIZINHO	37	40	77	R$ 1.580,04
411280	PR	JOAQUIM TÁVORA	50	54	104	R$ 2.134,08
411295	PR	JURANDA	40	35	75	R$ 1.539,00
411330	PR	LARANJEIRAS DO SUL	150	132	282	R$ 5.786,64
411360	PR	LOBATO	14	15	29	R$ 595,08
411373	PR	LUIZIANA	28	27	55	R$ 1.128,60
411375	PR	LUNARDELLI	15	15	30	R$ 615,60

411390	PR	MALLET	51	48	99	R$ 2.031,48
411400	PR	MAMBORÊ	37	34	71	R$ 1.456,92
411410	PR	MANDAGUAÇU	76	107	183	R$ 3.755,16
411420	PR	MANDAGUARI	94	119	213	R$ 4.370,76
411440	PR	MANGUEIRINHA	77	67	144	R$ 2.954,88
411450	PR	MANOEL RIBAS	41	41	82	R$ 1.682,64
411460	PR	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	148	155	303	R$ 6.217,56
411500	PR	MARILENA	31	28	59	R$ 1.210,68
411510	PR	MARILUZ	42	38	80	R$ 1.641,60
411530	PR	MARIÓPOLIS	22	29	51	R$ 1.046,52
411535	PR	MARIPÁ	19	18	37	R$ 759,24
411540	PR	MARMELEIRO	68	53	121	R$ 2.482,92
411560	PR	MATELÂNDIA	58	69	127	R$ 2.606,04
411573	PR	MATO RICO	18	16	34	R$ 697,68
411605	PR	MISSAL	26	44	70	R$ 1.436,40
411630	PR	MUNHOZ DE MELO	18	16	34	R$ 697,68
411660	PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	11	19	30	R$ 615,60
411670	PR	NOVA AURORA	32	34	66	R$ 1.354,32
411695	PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	17	24	41	R$ 841,32
411705	PR	NOVA LARANJEIRAS	35	29	64	R$ 1.313,28
411721	PR	NOVA SANTA BÁRBARA	23	15	38	R$ 779,76
411727	PR	NOVA TEBAS	22	37	59	R$ 1.210,68
411730	PR	ORTIGUEIRA	77	77	154	R$ 3.160,08
411745	PR	OURO VERDE DO OESTE	20	20	40	R$ 820,80
411790	PR	PALOTINA	148	135	283	R$ 5.807,16
411840	PR	PARANAVAÍ	279	274	553	R$ 11.347,56
411850	PR	PATO BRANCO	306	286	592	R$ 12.147,84
411860	PR	PAULA FREITAS	23	28	51	R$ 1.046,52
411885	PR	PEROBAL	27	30	57	R$ 1.169,64
411890	PR	PÉROLA	34	14	48	R$ 984,96
411900	PR	PÉROLA D'OESTE	24	28	52	R$ 1.067,04
411915	PR	PINHAIS	353	423	776	R$ 15.923,52
411920	PR	PINHALÃO	27	32	59	R$ 1.210,68
411940	PR	PIRAÍ DO SUL	97	95	192	R$ 3.939,84
411950	PR	PIRAQUARA	276	301	577	R$ 11.840,04
412015	PR	PORTO BARREIRO	13	16	29	R$ 595,08
412035	PR	PRANCHITA	23	28	51	R$ 1.046,52
412065	PR	QUARTO CENTENÁRIO	10	17	27	R$ 554,04
412090	PR	QUEDAS DO IGUAÇU	147	156	303	R$ 6.217,56
412100	PR	QUERÊNCIA DO NORTE	46	44	90	R$ 1.846,80
412110	PR	QUINTA DO SOL	11	18	29	R$ 595,08
412120	PR	QUITANDINHA	73	62	135	R$ 2.770,20
412140	PR	REALEZA	78	86	164	R$ 3.365,28
412150	PR	REBOUÇAS	51	68	119	R$ 2.441,88
412160	PR	RENASCENÇA	15	26	41	R$ 841,32
412180	PR	RIBEIRÃO CLARO	36	19	55	R$ 1.128,60
412200	PR	RIO AZUL	65	72	137	R$ 2.811,24
412217	PR	RIO BRANCO DO IVAÍ	12	21	33	R$ 677,16
412240	PR	ROLÂNDIA	247	234	481	R$ 9.870,12
412250	PR	RONCADOR	42	44	86	R$ 1.764,72
412260	PR	RONDON	37	31	68	R$ 1.395,36
412265	PR	ROSÁRIO DO IVAÍ	19	11	30	R$ 615,60
412280	PR	SALGADO FILHO	15	20	35	R$ 718,20
412300	PR	SALTO DO LONTRA	44	60	104	R$ 2.134,08
412350	PR	SANTA HELENA	86	91	177	R$ 3.632,04
412380	PR	SANTA IZABEL DO OESTE	51	42	93	R$ 1.908,36
412382	PR	SANTA LÚCIA	13	21	34	R$ 697,68
412405	PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	78	95	173	R$ 3.549,96
412450	PR	SANTO INÁCIO	32	28	60	R$ 1.231,20
412480	PR	SÃO JOÃO	46	30	76	R$ 1.559,52
412500	PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	39	38	77	R$ 1.580,04
412535	PR	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	40	32	72	R$ 1.477,44
412520	PR	SÃO JORGE D'OESTE	40	35	75	R$ 1.539,00
412540	PR	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	30	21	51	R$ 1.046,52
412550	PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	907	979	1886	R$ 38.700,72
412570	PR	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	105	82	187	R$ 3.837,24
412610	PR	SÃO TOMÉ	13	20	33	R$ 677,16
412620	PR	SAPOPEMA	28	34	62	R$ 1.272,24
412627	PR	SAUDADE DO IGUAÇU	29	15	44	R$ 902,88
412630	PR	SENGÉS	61	79	140	R$ 2.872,80
412650	PR	SERTANÓPOLIS	38	30	68	R$ 1.395,36
412667	PR	TAMARANA	36	34	70	R$ 1.436,40
412680	PR	TAPEJARA	44	65	109	R$ 2.236,68
412690	PR	TAPIRA	21	16	37	R$ 759,24
412700	PR	TEIXEIRA SOARES	32	37	69	R$ 1.415,88
412720	PR	TERRA BOA	63	77	140	R$ 2.872,80
412730	PR	TERRA RICA	57	51	108	R$ 2.216,16
412740	PR	TERRA ROXA	70	44	114	R$ 2.339,28
412750	PR	TIBAGI	95	83	178	R$ 3.652,56
412780	PR	TOMAZINA	25	34	59	R$ 1.210,68
412800	PR	UBIRATÃ	74	77	151	R$ 3.098,52
412810	PR	UMUARAMA	341	134	475	R$ 9.747,00
412820	PR	UNIÃO DA VITÓRIA	193	221	414	R$ 8.495,28
412840	PR	URAÍ	23	24	47	R$ 964,44
412855	PR	VERA CRUZ DO OESTE	27	28	55	R$ 1.128,60
412860	PR	VERÊ	27	34	61	R$ 1.251,72
412870	PR	VITORINO	22	28	50	R$ 1.026,00
412880	PR	XAMBRÊ	24	29	53	R$ 1.087,56
330025	RJ	ARRAIAL DO CABO	88	49	137	R$ 2.811,24
330110	RJ	CANTAGALO	59	58	117	R$ 2.400,84
330180	RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	34	39	73	R$ 1.497,96
330280	RJ	MENDES	47	60	107	R$ 2.195,64
330400	RJ	PIRAÍ	110	103	213	R$ 4.370,76
330455	RJ	RIO DE JANEIRO	15008	16474	31482	R$ 646.010,64
330460	RJ	SANTA MARIA MADALENA	32	13	45	R$ 923,40
330550	RJ	SAQUAREMA	153	160	313	R$ 6.422,76
240010	RN	ACARI	39	39	78	R$ 1.600,56
240070	RN	ALTO DO RODRIGUES	53	42	95	R$ 1.949,40
240080	RN	ANGICOS	40	48	88	R$ 1.805,76
240090	RN	ANTÔNIO MARTINS	30	20	50	R$ 1.026,00
240100	RN	APODI	114	115	229	R$ 4.699,08
240120	RN	ARÊS	63	69	132	R$ 2.708,64
240140	RN	BAÍA FORMOSA	39	31	70	R$ 1.436,40

240145	RN	BARAÚNA	126	110	236	R$ 4.842,72
240150	RN	BARCELONA	18	22	40	R$ 820,80
240160	RN	BENTO FERNANDES	15	18	33	R$ 677,16
240170	RN	BOM JESUS	41	45	86	R$ 1.764,72
240180	RN	BREJINHO	66	71	137	R$ 2.811,24
240185	RN	CAIÇARA DO NORTE	27	24	51	R$ 1.046,52
240190	RN	CAIÇARA DO RIO DO VENTO	18	23	41	R$ 841,32
240200	RN	CAICÓ	162	161	323	R$ 6.627,96
240210	RN	CAMPO REDONDO	40	39	79	R$ 1.621,08
240220	RN	CANGUARETAMA	159	178	337	R$ 6.915,24
240240	RN	CARNAÚBA DOS DANTAS	26	32	58	R$ 1.190,16
240270	RN	CERRO CORÁ	51	49	100	R$ 2.052,00
240300	RN	CRUZETA	27	34	61	R$ 1.251,72
240320	RN	DOUTOR SEVERIANO	28	31	59	R$ 1.210,68
240340	RN	EQUADOR	26	22	48	R$ 984,96
240380	RN	FLORÂNIA	30	22	52	R$ 1.067,04
240400	RN	FRUTUOSO GOMES	19	18	37	R$ 759,24
240410	RN	GALINHOS	20	15	35	R$ 718,20
240420	RN	GOIANINHA	155	183	338	R$ 6.935,76
240460	RN	IELMO MARINHO	51	50	101	R$ 2.072,52
240485	RN	ITAJÁ	32	36	68	R$ 1.395,36
240490	RN	ITAÚ	21	27	48	R$ 984,96
240500	RN	JAÇANÃ	24	31	55	R$ 1.128,60
240510	RN	JANDAÍRA	27	33	60	R$ 1.231,20
240520	RN	JANDUÍS	14	22	36	R$ 738,72
240530	RN	JANUÁRIO CICCO	38	47	85	R$ 1.744,20
240560	RN	JARDIM DE PIRANHAS	46	63	109	R$ 2.236,68
240570	RN	JARDIM DO SERIDÓ	37	30	67	R$ 1.374,84
240580	RN	JOÃO CÂMARA	175	181	356	R$ 7.305,12
240615	RN	JUNDIÁ	14	13	27	R$ 554,04
240620	RN	LAGOA D'ANTA	26	25	51	R$ 1.046,52
240650	RN	LAGOA NOVA	68	69	137	R$ 2.811,24
240660	RN	LAGOA SALGADA	51	45	96	R$ 1.969,92
240670	RN	LAJES	40	40	80	R$ 1.641,60
240700	RN	LUÍS GOMES	27	31	58	R$ 1.190,16
240710	RN	MACAÍBA	248	284	532	R$ 10.916,64
240720	RN	MACAU	118	95	213	R$ 4.370,76
240725	RN	MAJOR SALES	13	23	36	R$ 738,72
240730	RN	MARCELINO VIEIRA	34	37	71	R$ 1.456,92
240740	RN	MARTINS	19	28	47	R$ 964,44
240760	RN	MESSIAS TARGINO	17	17	34	R$ 697,68
240770	RN	MONTANHAS	69	81	150	R$ 3.078,00
240780	RN	MONTE ALEGRE	90	82	172	R$ 3.529,44
240820	RN	NÍSIA FLORESTA	159	153	312	R$ 6.402,24
240830	RN	NOVA CRUZ	132	166	298	R$ 6.114,96
240840	RN	OLHO-D'ÁGUA DO BORGES	20	13	33	R$ 677,16
240850	RN	OURO BRANCO	26	17	43	R$ 882,36
240880	RN	PARAZINHO	34	52	86	R$ 1.764,72
240890	RN	PARELHAS	72	92	164	R$ 3.365,28
240920	RN	PASSAGEM	12	16	28	R$ 574,56
240930	RN	PATU	45	17	62	R$ 1.272,24
240950	RN	PEDRA GRANDE	19	16	35	R$ 718,20
240970	RN	PEDRO AVELINO	18	31	49	R$ 1.005,48
240980	RN	PEDRO VELHO	67	64	131	R$ 2.688,12
240990	RN	PENDÊNCIAS	38	47	85	R$ 1.744,20
241010	RN	POÇO BRANCO	40	55	95	R$ 1.949,40
241040	RN	PUREZA	52	58	110	R$ 2.257,20
241050	RN	RAFAEL FERNANDES	20	19	39	R$ 800,28
241080	RN	RIACHO DE SANTANA	16	14	30	R$ 615,60
241090	RN	RIACHUELO	33	28	61	R$ 1.251,72
240895	RN	RIO DO FOGO	64	48	112	R$ 2.298,24
241110	RN	RUY BARBOSA	18	16	34	R$ 697,68
240933	RN	SANTA MARIA	23	27	50	R$ 1.026,00
241140	RN	SANTANA DO MATOS	42	29	71	R$ 1.456,92
241150	RN	SANTO ANTÔNIO	91	109	200	R$ 4.104,00
241170	RN	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	19	27	46	R$ 943,92
241190	RN	SÃO FRANCISCO DO OESTE	24	15	39	R$ 800,28
241210	RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	20	22	42	R$ 861,84
241220	RN	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	195	197	392	R$ 8.043,84
241230	RN	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	59	35	94	R$ 1.928,88
241240	RN	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	22	22	44	R$ 902,88
241255	RN	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	37	45	82	R$ 1.682,64
241260	RN	SÃO PAULO DO POTENGI	83	51	134	R$ 2.749,68
241270	RN	SÃO PEDRO	21	10	31	R$ 636,12
241290	RN	SÃO TOMÉ	34	35	69	R$ 1.415,88
241300	RN	SÃO VICENTE	22	27	49	R$ 1.005,48
241310	RN	SENADOR ELÓI DE SOUZA	34	27	61	R$ 1.251,72
241320	RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	31	25	56	R$ 1.149,12
241030	RN	SERRA CAIADA	40	52	92	R$ 1.887,84
241330	RN	SERRA DE SÃO BENTO	23	29	52	R$ 1.067,04
241340	RN	SERRA NEGRA DO NORTE	19	30	49	R$ 1.005,48
241355	RN	SERRINHA DOS PINTOS	16	15	31	R$ 636,12
241360	RN	SEVERIANO MELO	22	20	42	R$ 861,84
241370	RN	SÍTIO NOVO	31	22	53	R$ 1.087,56
241390	RN	TAIPU	48	44	92	R$ 1.887,84
241410	RN	TENENTE ANANIAS	36	53	89	R$ 1.826,28
241420	RN	TIBAU DO SUL	89	81	170	R$ 3.488,40
241440	RN	TOUROS	164	177	341	R$ 6.997,32
241450	RN	UMARIZAL	36	28	64	R$ 1.313,28
241470	RN	VÁRZEA	30	20	50	R$ 1.026,00
241480	RN	VERA CRUZ	69	75	144	R$ 2.954,88
241500	RN	VILA FLOR	17	10	27	R$ 554,04
110110	RO	ITAPUÃ DO OESTE	32	48	80	R$ 1.641,60
110025	RO	PRESIDENTE MÉDICI	53	49	102	R$ 2.093,04
110180	RO	VALE DO PARAÍSO	27	28	55	R$ 1.128,60
140015	RR	BONFIM	108	83	191	R$ 3.919,32
140023	RR	CAROEBE	33	31	64	R$ 1.313,28
140030	RR	MUCAJAÍ	121	104	225	R$ 4.617,00
140047	RR	RORAINÓPOLIS	170	183	353	R$ 7.243,56
140050	RR	SÃO JOÃO DA BALIZA	64	57	121	R$ 2.482,92
430003	RS	ACEGUÁ	27	10	37	R$ 759,24
430010	RS	AGUDO	35	28	63	R$ 1.292,76
430105	RS	ARROIO DO SAL	26	19	45	R$ 923,40
430120	RS	ARROIO DO TIGRE	25	29	54	R$ 1.108,08
430110	RS	ARROIO DOS RATOS	32	47	79	R$ 1.621,08
430200	RS	BARROS CASSAL	35	38	73	R$ 1.497,96

430210	RS	BENTO GONÇALVES	329	241	570	R$ 11.696,40
430220	RS	BOA VISTA DO BURICÁ	25	23	48	R$ 984,96
430235	RS	BOM PRINCÍPIO	34	21	55	R$ 1.128,60
430245	RS	BOQUEIRÃO DO LEÃO	16	23	39	R$ 800,28
430265	RS	BROCHIER	13	14	27	R$ 554,04
430280	RS	CAÇAPAVA DO SUL	104	84	188	R$ 3.857,76
430290	RS	CACEQUI	29	40	69	R$ 1.415,88
430400	RS	CAMPO NOVO	25	11	36	R$ 738,72
430469	RS	CAPITÃO	10	17	27	R$ 554,04
430471	RS	CARAÁ	16	13	29	R$ 595,08
430500	RS	CATUÍPE	15	21	36	R$ 738,72
430510	RS	CAXIAS DO SUL	818	843	1661	R$ 34.083,72
430517	RS	CERRO GRANDE DO SUL	32	29	61	R$ 1.251,72
430535	RS	CHARQUEADAS	93	61	154	R$ 3.160,08
430570	RS	CONDOR	23	24	47	R$ 964,44
430605	RS	CRISTAL	27	37	64	R$ 1.313,28
430610	RS	CRUZ ALTA	240	247	487	R$ 9.993,24
430693	RS	ENTRE-IJUÍS	23	26	49	R$ 1.005,48
430730	RS	ERVAL SECO	22	26	48	R$ 984,96
430780	RS	ESTRELA	84	95	179	R$ 3.673,08
430800	RS	FAXINAL DO SOTURNO	14	13	27	R$ 554,04
430807	RS	FAZENDA VILANOVA	17	13	30	R$ 615,60
430820	RS	FLORES DA CUNHA	67	63	130	R$ 2.667,60
430845	RS	FORTALEZA DOS VALOS	22	7	29	R$ 595,08
430850	RS	FREDERICO WESTPHALEN	84	80	164	R$ 3.365,28
430920	RS	GRAVATAÍ	635	697	1332	R$ 27.332,64
430955	RS	HARMONIA	14	17	31	R$ 636,12
431000	RS	IBIRUBÁ	57	53	110	R$ 2.257,20
431010	RS	IGREJINHA	136	150	286	R$ 5.868,72
431020	RS	IJUÍ	255	191	446	R$ 9.151,92
431040	RS	INDEPENDÊNCIA	22	21	43	R$ 882,36
431100	RS	JAGUARÃO	80	95	175	R$ 3.591,00
431112	RS	JAQUIRANA	20	18	38	R$ 779,76
431120	RS	JÚLIO DE CASTILHOS	66	73	139	R$ 2.852,28
431140	RS	LAJEADO	230	262	492	R$ 10.095,84
431170	RS	MACHADINHO	21	16	37	R$ 759,24
431175	RS	MANOEL VIANA	13	20	33	R$ 677,16
431230	RS	MIRAGUAÍ	20	15	35	R$ 718,20
431240	RS	MONTENEGRO	156	183	339	R$ 6.956,28
431270	RS	NONOAI	28	37	65	R$ 1.333,80
431275	RS	NOVA ALVORADA	11	19	30	R$ 615,60
431280	RS	NOVA ARAÇÁ	8	20	28	R$ 574,56
431406	RS	PASSA SETE	19	10	29	R$ 595,08
431415	RS	PAVERAMA	25	19	44	R$ 902,88
431445	RS	PINHAL	12	16	28	R$ 574,56
431449	RS	PINHEIRINHO DO VALE	18	18	36	R$ 738,72
431450	RS	PINHEIRO MACHADO	25	24	49	R$ 1.005,48
431510	RS	PORTO XAVIER	21	24	45	R$ 923,40
431550	RS	RESTINGA SECA	35	32	67	R$ 1.374,84
431570	RS	RIO PARDO	62	75	137	R$ 2.811,24
431580	RS	ROCA SALES	15	29	44	R$ 902,88
431590	RS	RODEIO BONITO	23	30	53	R$ 1.087,56
431610	RS	RONDA ALTA	25	22	47	R$ 964,44
431630	RS	ROQUE GONZALES	21	17	38	R$ 779,76
431650	RS	SALVADOR DO SUL	18	19	37	R$ 759,24
431670	RS	SANTA BÁRBARA DO SUL	10	20	30	R$ 615,60
431675	RS	SANTA CLARA DO SUL	14	15	29	R$ 595,08
431690	RS	SANTA MARIA	578	560	1138	R$ 23.351,76
431720	RS	SANTA ROSA	267	245	512	R$ 10.506,24
431760	RS	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	101	136	237	R$ 4.863,24
431900	RS	SÃO MARCOS	45	36	81	R$ 1.662,12
431920	RS	SÃO NICOLAU	13	16	29	R$ 595,08
431960	RS	SÃO SEPÉ	74	59	133	R$ 2.729,16
431980	RS	SÃO VICENTE DO SUL	21	27	48	R$ 984,96
432010	RS	SARANDI	55	43	98	R$ 2.010,96
432055	RS	SERTÃO SANTANA	14	17	31	R$ 636,12
432070	RS	SOBRADINHO	52	46	98	R$ 2.010,96
432145	RS	TEUTÔNIA	111	110	221	R$ 4.534,92
432150	RS	TORRES	81	75	156	R$ 3.201,12
432166	RS	TRÊS CACHOEIRAS	39	41	80	R$ 1.641,60
432195	RS	TRINDADE DO SUL	16	28	44	R$ 902,88
432250	RS	VACARIA	225	205	430	R$ 8.823,60
432253	RS	VALE DO SOL	27	24	51	R$ 1.046,52
432270	RS	VERA CRUZ	46	48	94	R$ 1.928,88
432280	RS	VERANÓPOLIS	38	37	75	R$ 1.539,00
432310	RS	VICENTE DUTRA	23	16	39	R$ 800,28
420010	SC	ABELARDO LUZ	95	97	192	R$ 3.939,84
420020	SC	AGROLÂNDIA	39	34	73	R$ 1.497,96
420050	SC	ÁGUAS DE CHAPECÓ	36	25	61	R$ 1.251,72
420060	SC	ÁGUAS MORNAS	27	25	52	R$ 1.067,04
420080	SC	ANCHIETA	14	13	27	R$ 554,04
420100	SC	ANITA GARIBALDI	33	30	63	R$ 1.292,76
420120	SC	ANTÔNIO CARLOS	40	42	82	R$ 1.682,64
420125	SC	APIÚNA	42	35	77	R$ 1.580,04
420140	SC	ARARANGUÁ	210	234	444	R$ 9.110,88
420150	SC	ARMAZÉM	40	41	81	R$ 1.662,12
420207	SC	BALNEÁRIO GAIVOTA	39	61	100	R$ 2.052,00
421280	SC	BALNEÁRIO PIÇARRAS	101	120	221	R$ 4.534,92
422000	SC	BALNEÁRIO RINCÃO	86	58	144	R$ 2.954,88
420210	SC	BARRA VELHA	160	164	324	R$ 6.648,48
420220	SC	BENEDITO NOVO	34	42	76	R$ 1.559,52
420260	SC	BOM RETIRO	37	39	76	R$ 1.559,52
420245	SC	BOMBINHAS	123	99	222	R$ 4.555,44
420280	SC	BRAÇO DO NORTE	134	148	282	R$ 5.786,64
420290	SC	BRUSQUE	443	371	814	R$ 16.703,28
420300	SC	CAÇADOR	266	319	585	R$ 12.004,20
420310	SC	CAIBI	15	14	29	R$ 595,08
420340	SC	CAMPO BELO DO SUL	22	21	43	R$ 882,36
420350	SC	CAMPO ERÊ	37	61	98	R$ 2.010,96
420370	SC	CANELINHA	36	47	83	R$ 1.703,16
420410	SC	CAXAMBU DO SUL	19	19	38	R$ 779,76
420417	SC	CERRO NEGRO	18	11	29	R$ 595,08
420420	SC	CHAPECÓ	909	787	1696	R$ 34.801,92
420425	SC	COCAL DO SUL	55	55	110	R$ 2.257,20
420435	SC	CORDILHEIRA ALTA	18	18	36	R$ 738,72
420440	SC	CORONEL FREITAS	29	44	73	R$ 1.497,96

420455	SC	CORREIA PINTO	64	57	121	R$ 2.482,92
420450	SC	CORUPÁ	32	49	81	R$ 1.662,12
420460	SC	CRICIÚMA	612	565	1177	R$ 24.152,04
420490	SC	DESCANSO	19	23	42	R$ 861,84
420500	SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	36	57	93	R$ 1.908,36
420530	SC	FAXINAL DOS GUEDES	45	41	86	R$ 1.764,72
420545	SC	FORQUILHINHA	105	92	197	R$ 4.042,44
420580	SC	GARUVA	86	78	164	R$ 3.365,28
420590	SC	GASPAR	238	239	477	R$ 9.788,04
420620	SC	GRAVATAL	22	22	44	R$ 902,88
420650	SC	GUARAMIRIM	155	185	340	R$ 6.976,80
420665	SC	GUATAMBÚ	32	22	54	R$ 1.108,08
420690	SC	IBIRAMA	63	56	119	R$ 2.441,88
420700	SC	IÇARA	174	182	356	R$ 7.305,12
420710	SC	ILHOTA	72	65	137	R$ 2.811,24
420720	SC	IMARUÍ	26	22	48	R$ 984,96
420740	SC	IMBUIA	27	22	49	R$ 1.005,48
420750	SC	INDAIAL	245	294	539	R$ 11.060,28
420765	SC	IPORÃ DO OESTE	37	41	78	R$ 1.600,56
420768	SC	IPUAÇU	36	46	82	R$ 1.682,64
420780	SC	IRANI	42	43	85	R$ 1.744,20
420790	SC	IRINEÓPOLIS	46	49	95	R$ 1.949,40
420800	SC	ITÁ	24	28	52	R$ 1.067,04
420810	SC	ITAIÓPOLIS	72	72	144	R$ 2.954,88
420840	SC	ITAPIRANGA	70	83	153	R$ 3.139,56
420860	SC	JABORÁ	16	16	32	R$ 656,64
420880	SC	JAGUARUNA	70	61	131	R$ 2.688,12
420917	SC	JUPIÁ	15	18	33	R$ 677,16
420950	SC	LAURENTINO	24	25	49	R$ 1.005,48
420960	SC	LAURO MULLER	57	40	97	R$ 1.990,44
420985	SC	LINDÓIA DO SUL	21	18	39	R$ 800,28
420990	SC	LONTRAS	43	44	87	R$ 1.785,24
421000	SC	LUIZ ALVES	51	45	96	R$ 1.969,92
421003	SC	LUZERNA	22	22	44	R$ 902,88
421060	SC	MASSARANDUBA	47	68	115	R$ 2.359,80
421080	SC	MELEIRO	21	8	29	R$ 595,08
421090	SC	MODELO	12	17	29	R$ 595,08
421100	SC	MONDAÍ	42	43	85	R$ 1.744,20
421105	SC	MONTE CARLO	41	37	78	R$ 1.600,56
421110	SC	MONTE CASTELO	32	38	70	R$ 1.436,40
421120	SC	MORRO DA FUMAÇA	71	72	143	R$ 2.934,36
421140	SC	NOVA ERECHIM	17	15	32	R$ 656,64
421145	SC	NOVA ITABERABA	19	15	34	R$ 697,68
421150	SC	NOVA TRENTO	35	36	71	R$ 1.456,92
421160	SC	NOVA VENEZA	42	25	67	R$ 1.374,84
421170	SC	ORLEANS	58	71	129	R$ 2.647,08
421200	SC	PALMA SOLA	27	46	73	R$ 1.497,96
421223	SC	PARAÍSO	20	17	37	R$ 759,24
421225	SC	PASSO DE TORRES	21	23	44	R$ 902,88
421227	SC	PASSOS MAIA	21	16	37	R$ 759,24
421230	SC	PAULO LOPES	22	20	42	R$ 861,84
421250	SC	PENHA	120	117	237	R$ 4.863,24
421265	SC	PESCARIA BRAVA	22	15	37	R$ 759,24
421270	SC	PETROLÂNDIA	19	34	53	R$ 1.087,56
421290	SC	PINHALZINHO	70	81	151	R$ 3.098,52
421315	SC	PLANALTO ALEGRE	14	16	30	R$ 615,60
421320	SC	POMERODE	81	95	176	R$ 3.611,52
421330	SC	PONTE ALTA	20	9	29	R$ 595,08
421350	SC	PORTO BELO	119	101	220	R$ 4.514,40
421360	SC	PORTO UNIÃO	92	97	189	R$ 3.878,28
421370	SC	POUSO REDONDO	71	82	153	R$ 3.139,56
421440	SC	RIO DAS ANTAS	21	7	28	R$ 574,56
421450	SC	RIO DO CAMPO	25	13	38	R$ 779,76
421470	SC	RIO DOS CEDROS	34	33	67	R$ 1.374,84
421490	SC	RIO FORTUNA	19	24	43	R$ 882,36
421500	SC	RIO NEGRINHO	134	117	251	R$ 5.150,52
421510	SC	RODEIO	33	45	78	R$ 1.600,56
421530	SC	SALETE	25	42	67	R$ 1.374,84
421535	SC	SALTINHO	19	14	33	R$ 677,16
421540	SC	SALTO VELOSO	18	17	35	R$ 718,20
421545	SC	SANGÃO	64	50	114	R$ 2.339,28
421565	SC	SANTA ROSA DO SUL	24	25	49	R$ 1.005,48
421567	SC	SANTA TEREZINHA	25	35	60	R$ 1.231,20
421575	SC	SÃO BERNARDINO	14	18	32	R$ 656,64
421610	SC	SÃO DOMINGOS	30	17	47	R$ 964,44
421630	SC	SÃO JOÃO BATISTA	133	118	251	R$ 5.150,52
421635	SC	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	23	19	42	R$ 861,84
421640	SC	SÃO JOÃO DO SUL	27	16	43	R$ 882,36
421660	SC	SÃO JOSÉ	805	730	1535	R$ 31.498,20
421700	SC	SÃO LUDGERO	62	58	120	R$ 2.462,40
421740	SC	SCHROEDER	65	57	122	R$ 2.503,44
421760	SC	SIDERÓPOLIS	31	31	62	R$ 1.272,24
421770	SC	SOMBRIO	90	108	198	R$ 4.062,96
421780	SC	TAIÓ	76	65	141	R$ 2.893,32
421790	SC	TANGARÁ	18	27	45	R$ 923,40
421820	SC	TIMBÓ	146	135	281	R$ 5.766,12
421825	SC	TIMBÓ GRANDE	33	33	66	R$ 1.354,32
421840	SC	TREZE DE MAIO	24	28	52	R$ 1.067,04
421900	SC	URUSSANGA	77	55	132	R$ 2.708,64
421910	SC	VARGEÃO	17	14	31	R$ 636,12
421920	SC	VIDAL RAMOS	18	13	31	R$ 636,12
421950	SC	XANXERÊ	163	156	319	R$ 6.545,88
421970	SC	XAXIM	120	130	250	R$ 5.130,00
280020	SE	AQUIDABÃ	63	70	133	R$ 2.729,16
280050	SE	AREIA BRANCA	73	50	123	R$ 2.523,96
280070	SE	BREJO GRANDE	38	59	97	R$ 1.990,44
280100	SE	CAMPO DO BRITO	68	76	144	R$ 2.954,88
280110	SE	CANHOBA	15	15	30	R$ 615,60
280120	SE	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	172	194	366	R$ 7.510,32
280130	SE	CAPELA	133	177	310	R$ 6.361,20

280170	SE	CRISTINÁPOLIS	77	83	160	R$ 3.283,20
280190	SE	CUMBE	14	14	28	R$ 574,56
280200	SE	DIVINA PASTORA	16	24	40	R$ 820,80
280230	SE	FREI PAULO	55	85	140	R$ 2.872,80
280240	SE	GARARU	41	35	76	R$ 1.559,52
280250	SE	GENERAL MAYNARD	9	19	28	R$ 574,56
280260	SE	GRACHO CARDOSO	32	22	54	R$ 1.108,08
280270	SE	ILHA DAS FLORES	33	60	93	R$ 1.908,36
280280	SE	INDIAROBA	84	104	188	R$ 3.857,76
280300	SE	ITABAIANINHA	205	212	417	R$ 8.556,84
280310	SE	ITABI	21	21	42	R$ 861,84
280320	SE	ITAPORANGA D'AJUDA	193	187	380	R$ 7.797,60
280330	SE	JAPARATUBA	75	72	147	R$ 3.016,44
280340	SE	JAPOATÃ	59	44	103	R$ 2.113,56
280370	SE	MACAMBIRA	30	25	55	R$ 1.128,60
280390	SE	MALHADOR	44	68	112	R$ 2.298,24
280420	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	82	94	176	R$ 3.611,52
280430	SE	MURIBECA	31	35	66	R$ 1.354,32
280445	SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	34	39	73	R$ 1.497,96
280450	SE	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	217	216	433	R$ 8.885,16
280460	SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	128	108	236	R$ 4.842,72
280470	SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	27	34	61	R$ 1.251,72
280490	SE	PACATUBA	74	92	166	R$ 3.406,32
280510	SE	PEDRINHAS	40	42	82	R$ 1.682,64
280520	SE	PINHÃO	19	23	42	R$ 861,84
280530	SE	PIRAMBU	43	61	104	R$ 2.134,08
280540	SE	POÇO REDONDO	158	156	314	R$ 6.443,28
280550	SE	POÇO VERDE	87	91	178	R$ 3.652,56
280570	SE	PROPRIÁ	130	114	244	R$ 5.006,88
280580	SE	RIACHÃO DO DANTAS	34	63	97	R$ 1.990,44
280600	SE	RIBEIRÓPOLIS	72	59	131	R$ 2.688,12
280610	SE	ROSÁRIO DO CATETE	47	47	94	R$ 1.928,88
280630	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	77	91	168	R$ 3.447,36
280650	SE	SANTA ROSA DE LIMA	17	16	33	R$ 677,16
280640	SE	SANTANA DO SÃO FRANCISCO	33	30	63	R$ 1.292,76
280670	SE	SÃO CRISTÓVÃO	353	391	744	R$ 15.266,88
280680	SE	SÃO DOMINGOS	31	41	72	R$ 1.477,44
280690	SE	SÃO FRANCISCO	16	23	39	R$ 800,28
280710	SE	SIMÃO DIAS	179	181	360	R$ 7.387,20
280720	SE	SIRIRI	34	32	66	R$ 1.354,32
280740	SE	TOBIAS BARRETO	189	210	399	R$ 8.187,48
280750	SE	TOMAR DO GERU	56	59	115	R$ 2.359,80
280760	SE	UMBAÚBA	107	141	248	R$ 5.088,96
350160	SP	AMERICANA	174	186	360	R$ 7.387,20
350180	SP	AMÉRICO DE CAMPOS	15	13	28	R$ 574,56
350220	SP	ANGATUBA	107	99	206	R$ 4.227,12
350250	SP	APARECIDA	106	104	210	R$ 4.309,20
350280	SP	ARAÇATUBA	388	342	730	R$ 14.979,60
350310	SP	ARANDU	25	21	46	R$ 943,92
350340	SP	AREALVA	21	33	54	R$ 1.108,08
350410	SP	ATIBAIA	414	460	874	R$ 17.934,48
350430	SP	AVAÍ	24	17	41	R$ 841,32
350510	SP	BARBOSA	24	29	53	R$ 1.087,56
350535	SP	BARRA DO CHAPÉU	29	25	54	R$ 1.108,08
350540	SP	BARRA DO TURVO	43	28	71	R$ 1.456,92
350550	SP	BARRETOS	198	203	401	R$ 8.228,52
350580	SP	BASTOS	84	91	175	R$ 3.591,00
350600	SP	BAURU	866	882	1748	R$ 35.868,96
350610	SP	BEBEDOURO	170	192	362	R$ 7.428,24
350630	SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	33	68	R$ 1.395,36
350680	SP	BOCAINA	40	38	78	R$ 1.600,56
350700	SP	BOITUVA	219	217	436	R$ 8.946,72
350715	SP	BOM SUCESSO DE ITARARÉ	18	26	44	R$ 902,88
350740	SP	BORBOREMA	34	45	79	R$ 1.621,08
350750	SP	BOTUCATU	344	365	709	R$ 14.548,68
350760	SP	BRAGANÇA PAULISTA	429	480	909	R$ 18.652,68
350800	SP	BURI	66	51	117	R$ 2.400,84
350810	SP	BURITAMA	34	31	65	R$ 1.333,80
350880	SP	CAFELÂNDIA	43	39	82	R$ 1.682,64
350890	SP	CAIABU	15	14	29	R$ 595,08
350910	SP	CAIUÁ	9	18	27	R$ 554,04
350930	SP	CAJOBI	28	27	55	R$ 1.128,60
350980	SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	17	18	35	R$ 718,20
351015	SP	CANITAR	18	29	47	R$ 964,44
351100	SP	CASTILHO	51	47	98	R$ 2.010,96
351110	SP	CATANDUVA	236	221	457	R$ 9.377,64
351200	SP	COLINA	67	61	128	R$ 2.626,56
351260	SP	CORONEL MACEDO	15	13	28	R$ 574,56
351290	SP	COSMORAMA	25	33	58	R$ 1.190,16
351370	SP	DESCALVADO	67	78	145	R$ 2.975,40
351380	SP	DIADEMA	998	1114	2112	R$ 43.338,24
351450	SP	DUARTINA	34	42	76	R$ 1.559,52
351520	SP	ESTRELA D'OESTE	28	36	64	R$ 1.313,28
351535	SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	26	25	51	R$ 1.046,52
351540	SP	FARTURA	43	62	105	R$ 2.154,60
351560	SP	FERNANDO PRESTES	20	22	42	R$ 861,84
351550	SP	FERNANDÓPOLIS	144	168	312	R$ 6.402,24
351640	SP	FRANCO DA ROCHA	522	581	1103	R$ 22.633,56
351660	SP	GÁLIA	21	22	43	R$ 882,36
351670	SP	GARÇA	160	140	300	R$ 6.156,00
351690	SP	GENERAL SALGADO	28	29	57	R$ 1.169,64
351700	SP	GETULINA	27	21	48	R$ 984,96
351720	SP	GUAIÇARA	26	23	49	R$ 1.005,48
351730	SP	GUAIMBÊ	17	16	33	R$ 677,16
351740	SP	GUAÍRA	102	83	185	R$ 3.796,20
351750	SP	GUAPIAÇU	88	66	154	R$ 3.160,08
351790	SP	GUARACI	22	14	36	R$ 738,72
351810	SP	GUARANTÃ	27	26	53	R$ 1.087,56
351885	SP	GUATAPARÁ	21	24	45	R$ 923,40
351890	SP	GUZOLÂNDIA	15	15	30	R$ 615,60
351900	SP	HERCULÂNDIA	36	24	60	R$ 1.231,20
351910	SP	IACANGA	36	35	71	R$ 1.456,92
351920	SP	IACRI	16	19	35	R$ 718,20
351930	SP	IBATÉ	106	103	209	R$ 4.288,68
351940	SP	IBIRÁ	35	32	67	R$ 1.374,84
351960	SP	IBITINGA	150	175	325	R$ 6.669,00

351980	SP	ICÉM	26	15	41	R$ 841,32
351990	SP	IEPÊ	23	23	46	R$ 943,92
352042	SP	ILHA COMPRIDA	37	48	85	R$ 1.744,20
352044	SP	ILHA SOLTEIRA	67	75	142	R$ 2.913,84
352040	SP	ILHABELA	136	122	258	R$ 5.294,16
352060	SP	INDIANA	16	17	33	R$ 677,16
352090	SP	IPAUSSU	33	30	63	R$ 1.292,76
352120	SP	IPORANGA	16	16	32	R$ 656,64
352140	SP	IRACEMÁPOLIS	50	34	84	R$ 1.723,68
352150	SP	IRAPUÃ	19	17	36	R$ 738,72
352190	SP	ITAJOBI	42	51	93	R$ 1.908,36
352215	SP	ITAÓCA	21	13	34	R$ 697,68
352240	SP	ITAPEVA	340	356	696	R$ 14.281,92
352265	SP	ITAPIRAPUÃ PAULISTA	16	25	41	R$ 841,32
352290	SP	ITAPUÍ	71	51	122	R$ 2.503,44
352340	SP	ITATIBA	235	224	459	R$ 9.418,68
352410	SP	ITUVERAVA	85	85	170	R$ 3.488,40
352420	SP	JABORANDI	25	10	35	R$ 718,20
352440	SP	JACAREÍ	554	550	1104	R$ 22.654,08
352450	SP	JACI	25	31	56	R$ 1.149,12
352460	SP	JACUPIRANGA	61	69	130	R$ 2.667,60
352600	SP	JUNQUEIRÓPOLIS	51	56	107	R$ 2.195,64
352610	SP	JUQUIÁ	83	71	154	R$ 3.160,08
352710	SP	LINS	154	190	344	R$ 7.058,88
352720	SP	LORENA	246	260	506	R$ 10.383,12
352730	SP	LOUVEIRA	187	169	356	R$ 7.305,12
352770	SP	LUIZIÂNIA	17	22	39	R$ 800,28
352810	SP	MACAUBAL	20	15	35	R$ 718,20
352860	SP	MANDURI	30	38	68	R$ 1.395,36
352950	SP	MENDONÇA	13	20	33	R$ 677,16
353020	SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	59	59	118	R$ 2.421,36
353050	SP	MOCOCA	138	126	264	R$ 5.417,28
353060	SP	MOGI DAS CRUZES	942	688	1630	R$ 33.447,60
353220	SP	NARANDIBA	36	30	66	R$ 1.354,32
353280	SP	NOVA ALIANÇA	29	25	54	R$ 1.108,08
353290	SP	NOVA EUROPA	23	25	48	R$ 984,96
353340	SP	NOVA ODESSA	112	158	270	R$ 5.540,40
353390	SP	OLÍMPIA	114	121	235	R$ 4.822,20
353400	SP	ONDA VERDE	17	24	41	R$ 841,32
353420	SP	ORINDIÚVA	29	17	46	R$ 943,92
353480	SP	OURO VERDE	18	21	39	R$ 800,28
353475	SP	OUROESTE	24	24	48	R$ 984,96
353500	SP	PALESTINA	27	36	63	R$ 1.292,76
353530	SP	PALMITAL	42	66	108	R$ 2.216,16
353540	SP	PANORAMA	47	62	109	R$ 2.236,68
353550	SP	PARAGUAÇU PAULISTA	134	103	237	R$ 4.863,24
353570	SP	PARAÍSO	14	13	27	R$ 554,04
353600	SP	PARAPUÃ	33	31	64	R$ 1.313,28
353610	SP	PARDINHO	18	19	37	R$ 759,24
353640	SP	PAULICÉIA	34	34	68	R$ 1.395,36
353660	SP	PAULO DE FARIA	14	21	35	R$ 718,20
353810	SP	PINDORAMA	36	31	67	R$ 1.374,84
353820	SP	PINHALZINHO	25	13	38	R$ 779,76
353860	SP	PIRACAIA	71	56	127	R$ 2.606,04
353880	SP	PIRAJU	87	89	176	R$ 3.611,52
353890	SP	PIRAJUÍ	39	31	70	R$ 1.436,40
353900	SP	PIRANGI	19	38	57	R$ 1.169,64
353920	SP	PIRAPOZINHO	53	65	118	R$ 2.421,36
353940	SP	PIRATININGA	34	24	58	R$ 1.190,16
353950	SP	PITANGUEIRAS	126	108	234	R$ 4.801,68
353960	SP	PLANALTO	17	24	41	R$ 841,32
353980	SP	POÁ	279	273	552	R$ 11.327,04
353990	SP	POLONI	18	23	41	R$ 841,32
354000	SP	POMPÉIA	47	43	90	R$ 1.846,80
354025	SP	PONTALINDA	22	18	40	R$ 820,80
354070	SP	PORTO FERREIRA	125	134	259	R$ 5.314,68
354140	SP	PRESIDENTE PRUDENTE	475	465	940	R$ 19.288,80
354150	SP	PRESIDENTE VENCESLAU	57	88	145	R$ 2.975,40
354170	SP	QUATÁ	35	37	72	R$ 1.477,44
354200	SP	QUINTANA	19	30	49	R$ 1.005,48
354220	SP	RANCHARIA	73	71	144	R$ 2.954,88
354240	SP	REGENTE FEIJÓ	42	52	94	R$ 1.928,88
354250	SP	REGINÓPOLIS	20	17	37	R$ 759,24
354260	SP	REGISTRO	206	221	427	R$ 8.762,04
354270	SP	RESTINGA	39	25	64	R$ 1.313,28
354300	SP	RIBEIRÃO BRANCO	83	90	173	R$ 3.549,96
354370	SP	RINCÃO	23	23	46	R$ 943,92
354390	SP	RIO CLARO	362	393	755	R$ 15.492,60
354425	SP	ROSANA	62	60	122	R$ 2.503,44
354430	SP	ROSEIRA	32	20	52	R$ 1.067,04
354490	SP	SALES OLIVEIRA	26	25	51	R$ 1.046,52
354660	SP	SANTA FÉ DO SUL	102	119	221	R$ 4.534,92
354680	SP	SANTA ISABEL	146	177	323	R$ 6.627,96
354710	SP	SANTA MERCEDES	14	13	27	R$ 554,04
354770	SP	SANTO ANASTÁCIO	51	64	115	R$ 2.359,80
354790	SP	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	32	36	68	R$ 1.395,36
354830	SP	SANTO EXPEDITO	17	11	28	R$ 574,56
354840	SP	SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	11	18	29	R$ 595,08
355010	SP	SÃO MANUEL	87	89	176	R$ 3.611,52
355050	SP	SÃO PEDRO DO TURVO	28	31	59	R$ 1.210,68
355060	SP	SÃO ROQUE	100	112	212	R$ 4.350,24
355070	SP	SÃO SEBASTIÃO	323	393	716	R$ 14.692,32
355080	SP	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	30	30	60	R$ 1.231,20
355090	SP	SÃO SIMÃO	28	28	56	R$ 1.149,12
355180	SP	SETE BARRAS	54	64	118	R$ 2.421,36
355190	SP	SEVERÍNIA	43	23	66	R$ 1.354,32
355220	SP	SOROCABA	887	722	1609	R$ 33.016,68
355230	SP	SUD MENNUCCI	25	23	48	R$ 984,96
355290	SP	TACIBA	25	26	51	R$ 1.046,52
355300	SP	TAGUAÍ	61	74	135	R$ 2.770,20
355380	SP	TAQUARITUBA	85	85	170	R$ 3.488,40
355395	SP	TARUMÃ	51	69	120	R$ 2.462,40
355430	SP	TEODORO SAMPAIO	79	95	174	R$ 3.570,48
355510	SP	TUPI PAULISTA	26	36	62	R$ 1.272,24
355535	SP	UBARANA	20	22	42	R$ 861,84
355550	SP	UBIRAJARA	27	16	43	R$ 882,36

355560	SP	UCHOA	31	26	57	R$ 1.169,64
355600	SP	URUPÊS	26	33	59	R$ 1.210,68
355635	SP	VARGEM	26	24	50	R$ 1.026,00
355680	SP	VIRADOURO	63	52	115	R$ 2.359,80
355690	SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	29	31	60	R$ 1.231,20
355710	SP	VOTUPORANGA	229	279	508	R$ 10.424,16
170025	TO	ABREULÂNDIA	11	17	28	R$ 574,56
170035	TO	ALIANÇA DO TOCANTINS	13	21	34	R$ 697,68
170070	TO	ALVORADA	51	44	95	R$ 1.949,40
170110	TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	17	24	41	R$ 841,32
170130	TO	ARAGOMINAS	27	40	67	R$ 1.374,84
170190	TO	ARAGUACEMA	31	31	62	R$ 1.272,24
170200	TO	ARAGUAÇU	38	36	74	R$ 1.518,48
170220	TO	ARAGUATINS	147	157	304	R$ 6.238,08
170240	TO	ARRAIAS	43	36	79	R$ 1.621,08
170255	TO	AUGUSTINÓPOLIS	91	91	182	R$ 3.734,64
170290	TO	AXIXÁ DO TOCANTINS	58	52	110	R$ 2.257,20
170300	TO	BABAÇULÂNDIA	28	32	60	R$ 1.231,20
170305	TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	17	32	49	R$ 1.005,48
170310	TO	BARROLÂNDIA	23	28	51	R$ 1.046,52
170320	TO	BERNARDO SAYÃO	23	25	48	R$ 984,96
170330	TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	24	30	54	R$ 1.108,08
170380	TO	BURITI DO TOCANTINS	41	68	109	R$ 2.236,68
170384	TO	CAMPOS LINDOS	73	55	128	R$ 2.626,56
170386	TO	CARIRI DO TOCANTINS	19	20	39	R$ 800,28
170389	TO	CARRASCO BONITO	21	18	39	R$ 800,28
170390	TO	CASEARA	33	25	58	R$ 1.190,16
170510	TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	19	26	45	R$ 923,40
171670	TO	COLMÉIA	42	50	92	R$ 1.887,84
170555	TO	COMBINADO	19	26	45	R$ 923,40
170560	TO	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	20	16	36	R$ 738,72
170600	TO	COUTO MAGALHÃES	40	23	63	R$ 1.292,76
170610	TO	CRISTALÂNDIA	19	24	43	R$ 882,36
170650	TO	DARCINÓPOLIS	31	36	67	R$ 1.374,84
170700	TO	DIANÓPOLIS	102	89	191	R$ 3.919,32
170710	TO	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	35	41	76	R$ 1.559,52
170720	TO	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	14	25	39	R$ 800,28
170730	TO	DUERÉ	17	24	41	R$ 841,32
170740	TO	ESPERANTINA	42	47	89	R$ 1.826,28
170825	TO	FORTALEZA DO TABOCÃO	16	26	42	R$ 861,84
170900	TO	GOIATINS	49	59	108	R$ 2.216,16
170930	TO	GUARAÍ	102	92	194	R$ 3.980,88
171050	TO	ITACAJÁ	31	21	52	R$ 1.067,04
171070	TO	ITAGUATINS	26	34	60	R$ 1.231,20
171090	TO	ITAPIRATINS	23	21	44	R$ 902,88
171110	TO	ITAPORÃ DO TOCANTINS	12	16	28	R$ 574,56
171190	TO	LAGOA DA CONFUSÃO	76	77	153	R$ 3.139,56
171195	TO	LAGOA DO TOCANTINS	24	22	46	R$ 943,92
171200	TO	LAJEADO	20	18	38	R$ 779,76
171250	TO	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	31	20	51	R$ 1.046,52
171270	TO	MATEIROS	16	16	32	R$ 656,64
171280	TO	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	23	16	39	R$ 800,28
171320	TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	63	61	124	R$ 2.544,48
171330	TO	MIRANORTE	63	53	116	R$ 2.380,32
171360	TO	MONTE DO CARMO	26	25	51	R$ 1.046,52
171395	TO	MURICILÂNDIA	25	18	43	R$ 882,36
171420	TO	NATIVIDADE	33	41	74	R$ 1.518,48
171430	TO	NAZARÉ	22	27	49	R$ 1.005,48
171488	TO	NOVA OLINDA	51	47	98	R$ 2.010,96
171500	TO	NOVA ROSALÂNDIA	13	18	31	R$ 636,12
171510	TO	NOVO ACORDO	13	25	38	R$ 779,76
171525	TO	NOVO JARDIM	15	19	34	R$ 697,68
172100	TO	PALMAS	1248	1309	2557	R$ 52.469,64
171570	TO	PALMEIRANTE	18	21	39	R$ 800,28
171620	TO	PARANÃ	45	53	98	R$ 2.010,96
171630	TO	PAU D'ARCO	31	23	54	R$ 1.108,08
171650	TO	PEDRO AFONSO	72	62	134	R$ 2.749,68
171660	TO	PEIXE	51	42	93	R$ 1.908,36
171665	TO	PEQUIZEIRO	15	23	38	R$ 779,76
171750	TO	PIUM	29	27	56	R$ 1.149,12
171780	TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	16	14	30	R$ 615,60
171850	TO	RECURSOLÂNDIA	23	22	45	R$ 923,40
171875	TO	RIO SONO	27	18	45	R$ 923,40
171880	TO	SAMPAIO	23	45	68	R$ 1.395,36
171884	TO	SANDOLÂNDIA	18	11	29	R$ 595,08
171886	TO	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	28	47	75	R$ 1.539,00
171900	TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	19	21	40	R$ 820,80
172020	TO	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	74	70	144	R$ 2.954,88
172030	TO	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	23	28	51	R$ 1.046,52
172065	TO	SILVANÓPOLIS	30	33	63	R$ 1.292,76
172080	TO	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	58	49	107	R$ 2.195,64
172090	TO	TAGUATINGA	58	61	119	R$ 2.441,88
172120	TO	TOCANTINÓPOLIS	105	107	212	R$ 4.350,24
172208	TO	WANDERLÂNDIA	42	49	91	R$ 1.867,32
172210	TO	XAMBIOÁ	61	55	116	R$ 2.380,32
TOTAL		2524 municípios	254051	259215	513266	R$ 10.532.218,32

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.468, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD)

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

Razão Social: Instituto Santa Mônica - APAE de Itaúna.

CNPJ: 16.813.263.0001/50

Município/UF: Itaúna/MG.

Título do projeto: "Saúde para todos: Ampliação do acesso à saúde colocando em prática o princípio da Universalidade"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.180733/2019-68.

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer de Mérito nº 469/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0029438548).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.469, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Indefere projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Indeferir o projeto abaixo relacionado, com captação de recursos inferior ao previsto nos artigos 68 e 69, do anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD):

NUP: 25000.168339/2020-95

Título do projeto: "Reabilitação de Pacientes com Deficiência Intelectual e ou Múltipla e ou Autismo"

Razão Social: Centro de Reabilitação de Pelotas

CNPJ: 92.226.547/0001-28

Valor aprovado para a captação de doações: R$ 402.284,01 (quatrocentos e dois mil duzentos e oitenta e quatro reais e um centavo)

Município/UF: Pelotas/RS

Prazo de execução: 24 (vinte e quatro) meses

Extrato do projeto (resumo): Garantir acesso aos atendimentos médico-assistenciais através de ações voltadas à promoção da saúde contribuindo assim para a reabilitação/habilitação da pessoa com deficiência proporcionando-lhe melhor qualidade de vida.

Art. 2º Revogar o inciso VIII, do art. 1º da Portaria SE/MS nº 577, de 2 de dezembro de 2021, publicada no DOU nº 229, de 7 de dezembro de 2021, Seção 1, página 147.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.470, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Reprova projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD), e a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013; e considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que define as regras e critérios para credenciamento de instituições e para a apresentação de projetos no âmbito do PRONON e do PRONAS/PCD; e considerando o pedido de desistência de execução do projeto abaixo identificado, nos termos do Ofício nº 044/2022, de 15 de agosto de 2022, da Fundação de Assistência Social de Janaúba, resolve:

Art. 1º Reprovar o projeto abaixo relacionado, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

NUP: 25000.028080/2021-21

Razão Social: Fundação de Assistência Social de Janaúba

CNPJ: 18.099.325/0001-39

Município/UF: Janaúba/MG.

Título do projeto: "Triagem Auditiva Neonatal em Recém-Nascidos de alto risco".

Art. 2º Fica revogado o inciso XLII do art. 1º da Portaria nº 577/SE/MS, de 2 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 229, na data de 7 de dezembro de 2021, Seção 1, página 149.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.472, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 08 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

Razão Social: Fundação Pio XII

CNPJ: 49.150.352/0001-12

Município/UF: Barretos/SP.

Título do projeto: "Identificação de biomarcadores para Screening e detecção precoce de tumores no contexto do Sistema Único de Saúde"

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.023997/2018-34

Período analisado: Exercício 2021.

Embasamento: Parecer Técnico nº 82/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0028881931).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MARCOS C. RODOPIANO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA Nº 518, DE 30 DE AGOSTO DE 2022

Inclui membro em equipe de transplante.

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei n° 9.434, de 4 fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando a Portaria GM/MS n° 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS n° 4, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Nota Técnica n° 104/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.121984/2022-14; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central Estadual de Transplantes - CET, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 6º, da Portaria SAES/MS nº 1.036, de 02 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 175, de 10 de setembro de 2019, seção 1, página 53, os membros a seguir:

FÍGADO: 24.09

SÃO PAULO

Nº do SNT: 1 02 15 SP 36
IX - membro: Sarah Wong Hui, cirurgiã do aparelho digestivo, CRM 164108 - SP;
X - membro: João Paulo Costa Santos, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 171337 - SP.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 9º, da Portaria SAES/MS nº 1.192, de 03 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 231, de 09 de dezembro de 2021, seção 1, página 392, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

Nº do SNT: 1 11 00 RJ 13
VI - membro: Raphael Monteiro Boechat, oftalmologista, CRM 821667 - RJ.

Art. 3º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 7º, da Portaria SAES/MS nº 1.073, de 28 de outubro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 206, de 03 de novembro de 2021, seção 1, página 73 e 74, os membros a seguir:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

Nº do SNT: 1 01 09 SC 02
XIII - membro: Daniel Fonseca Zandona, nefrologista, CRM 24407 - SC;

XIV - membro: Ana Carolina Dias Campos, nefrologista, CRM 17395 - SC;
XV - membro: Stephanie Emanuela Araujo Santana, clínica médica, CRM 19899 - SC.

Art. 4º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 2º, da Portaria SAES/MS nº 313, de 07 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 70, de 13 de abril de 2020, seção 1, página 112, os membros a seguir:

FÍGADO: 24.09

ALAGOAS

Nº do SNT: 1 02 20 AL 01
VII - membro: Bruna Rhuana Correia da Silva, hepatologista, CRM 7323 - AL;
VIII - membro: Sarah de Souza Lira Gameleira, hepatologista, CRM 6847 - AL.

Art. 5º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 10º, da Portaria SAS/MS nº 835, de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 136, de 17 de julho de 2019, seção 1, página 43, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PERNAMBUCO

Nº do SNT: 1 11 17 PE 01
III - membro: Sandro José Lopes Cavalcanti, oftalmologista, CRM 10002 - PE;
IV - membro: Marcela Valença de Oliveira Cavalcanti, oftalmologista, CRM 23990 - PE.

Art. 6º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pelo art. 10, da Portaria SAES/MS nº 220, de 07 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 133, de 15 de julho de 2022, seção 1, página 113, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MATO GROSSO

Nº do SNT: 1 11 10 MT 01
III - membro: Maria Carolina Marquezan da Silva, oftalmologista, CRM 6017 - MT.

Art. 7º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 5º, da Portaria SAES/MS nº 147, de 03 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 84, de 05 de maio de 2022, seção 1, página 99, os membros a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

DISTRITO FEDERAL

Nº do SNT: 1 11 15 DF 01
VI - membro: Laísa Pires de Carvalho, oftalmologista, CRM 18106 - DF;
VII - membro: Laila Christina Silveira, oftalmologista, CRM 28598 - DF.

Art. 8º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 11, da Portaria SAES/MS nº 74, de 08 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 49, de 14 de março de 2022, seção 1, página 92, os membros a seguir:

RIM: 24.08

SANTA CATARINA

Nº do SNT: 1 01 00 SC 05
XXX - membro: Maria Eduarda Heinzen de Almeida Coelho, nefrologista, CRM 23661 - SC;
XXXI - membro: Guilherme Korting Schramm, nefrologista, CRM 20538 - SC;
XXXII - membro: Fernanda Geremias dos Santos, nefrologista, CRM 23816 - SC.

Art. 9º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pelo art. 13, da Portaria SAES/MS nº 196, de 23 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 122, de 30 de junho de 2022, seção 1, página 137, os membros a seguir:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

SANTA CATARINA

Nº do SNT: 1 31 04 SC 05
XLI - membro: Maria Eduarda Heinzen de Almeida Coelho, nefrologista, CRM 23661 - SC;
XLII - membro: Guilherme Korting Schramm, nefrologista, CRM 20538 - SC;
XLIII - membro: Fernanda Geremias dos Santos, nefrologista, CRM 23816 - SC.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 792, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS da Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer, com sede em Aracaju (SE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 284/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.017389/2020-13, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer, CNPJ nº 13.076.443/0001-08, com sede em Aracaju (SE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 839, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS do Hospital Maternidade Frei Galvão, com sede em Guaratinguetá (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 421/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.156531/2021-10, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), do Hospital Maternidade Frei Galvão, CNPJ nº 51.612.828/0001-31, com sede em Guaratinguetá (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 842, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Hospital Nossa Senhora da Piedade, com sede em Nova Palma (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições.

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico: nº 428/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.130014/2021-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospital Nossa Senhora da Piedade, CNPJ nº 91.026.138/0001-15, com sede em Nova Palma (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 843, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Beneficente Hospital São José, com sede em Barão (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições.

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 425/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.061953/2021-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), da Associação Beneficente Hospital São José, CNPJ nº 87.860.375/0001-00, com sede em Barão (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 14 de maio de 2021 a 13 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 844, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Defere a Concessão do CEBAS da Santa Casa de Misericórdia de Pedro Osório, com sede em Pedro Osório (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 430/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.165725/2021-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%(sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Pedro Osório, CNPJ nº 92.183.615/0001-19, com sede em Pedro Osório (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (Três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 845, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Indefere a Concessão do CEBAS da Associação Eliana dos Santos, com sede em Montes Claros (MG).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 429/2022 CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 71000.065440/2022-74, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da Associação Eliana dos Santos, CNPJ nº 29.234.368/0001-04, com sede em Montes Claros (MG).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 846, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Franciscana São José de Urubici, com sede em Urubici (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do 'Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 432/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.107165/2021-75, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Franciscana São José de Urubici, CNPJ nº 86.517.638/0001-10, com sede em Urubici (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 19 de dezembro de 2021 a 18 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

RETIFICAÇÃO

No art. 2º da Portaria SAES/MS nº 802, de 7 de novembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 216, de 17 de novembro de 2022, Seção 1, página 190,

Onde se lê:

Art. 2° A renovação de autorização e a habilitação concedidas por meio desta Portaria terão validade de quatro anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

Leia-se:

Art. 2° A renovação de autorização e a habilitação concedidas por meio desta Portaria terão validade de dois anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos.

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 63, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Portaria GM/MS nº 40, de 11 de janeiro de 2022, e considerando o disposto no § 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e no art. 10º da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria institui e estabelece os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (SAPS/MS).

Art. 2º Além do disposto nesta Portaria, deverão ser observados:

I - a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020;

II - o Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022;

III - as Normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;

IV - a Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022; e

V - demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO II

DAS REGRAS GERAIS

Art. 3º O PGD poderá ser adotado nas modalidades descritas no art. 2º, incisos I e II da Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022.

§ 1º Poderão participar do PGD, 100% (cem por cento) dos agentes públicos em exercício na SAPS.

§2º A execução de atividades em teletrabalho não poderá prejudicar o atendimento ao público interno e externo.

§ 3º A seleção dos participantes do PGD será realizada pela chefia imediata, após manifestação quanto à compatibilidade das atividades desenvolvidas pelo agente público com aquelas constantes da Tabela de Atividades.

Art. 4º Poderão participar do PGD no âmbito da SAPS/MS, os agentes públicos elencados no art. 5º da Portaria GM/MS nº 3.699 de 30 de setembro de 2022, sendo vedada aos ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE e de Funções Comissionadas Executivos - FCE de níveis 17 e 18.

Parágrafo único. Os ocupantes de CCE e FCE de níveis 13 a 16 poderão participar do PGD, por meio de autorização expressamente fundamentada pelo Secretário da SAPS.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DO PGD

Art. 5º A execução do PGD contemplará as seguintes etapas:

I - seleção dos servidores da SAPS;

II - definição do PGD em cada coordenação, coordenação-geral, departamento, gabinete, serviço ou divisão;

III - disponibilidade de prazo para habilitação dos servidores;

IV - adesão dos candidatos selecionados;

V - aceite do PGD pelo participante;

VI - elaboração de plano de trabalho para cada participante; e

VII - avaliação pela chefia imediata das entregas realizadas.

Art. 6º A implementação do PGD, no âmbito da SAPS/MS, deverá considerar a compatibilidade entre as atividades a serem desempenhadas e o conhecimento técnico dos interessados.

Art. 7º Após a definição do PGD no âmbito da SAPS, serão divulgados o prazo e as regras para participação dos servidores da unidade.

§ 1º Para participar do PGD, o candidato deverá se inscrever por meio do Sistema Informatizado do Programa de Gestão - SISGP.

§ 2º A adesão ao PGD é facultativa, não gera direito adquirido à permanência e não implica em alteração de lotação e exercício.

§ 3º O PGD será definido para cada coordenação, coordenação-geral, departamento, gabinete, serviço ou divisão, devendo ser observadas as regras constantes no art. 3º desta portaria.

§ 4º As atividades inerentes à execução do PGD deverão ser registradas no SISGP, em conformidade com a tabela constante no Anexo I.

§ 5º Qualquer alteração na Tabela de Atividades deve ter anuência da SAPS, dos departamentos ou coordenações-gerais, com instrução do devido processo e ampla divulgação.

Art. 8º Após a pactuação do plano de trabalho, o participante do PGD e a sua chefia imediata deverão assinar termo de ciência e responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo II, devendo o participante observar as seguintes recomendações:

I - observar, estritamente, as normas desta Portaria e as demais normas aplicáveis;

II - custear as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados, assumindo todos os custos referentes a conexão a internet, energia elétrica e telefonia, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições;

III - desenvolver suas atribuições em conformidade com o plano de trabalho a ser acordado com a chefia imediata;

IV - atender às convocações a serem realizadas por e-mail institucional para comparecimento presencial, sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da administração pública, mediante convocação com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo para os participantes que executarem o teletrabalho na modalidade de execução integral no exterior, pela impossibilidade de deslocamento.

V - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos;

VI - permanecer em disponibilidade para contato, por telefonia fixa ou móvel ou por outros meios, pelo período a ser acordado com a chefia imediata, não ultrapassando a carga horária diária do servidor;

VII - priorizar o atendimento ao serviço durante o horário de funcionamento da unidade administrativa;

VIII - comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho; e

IX - zelar pelas informações acessadas remotamente, observando as normas internas e externas de segurança da informação e a salvaguarda de informações de natureza sigilosa.

§ 1º As comunicações entre a chefia imediata e o servidor de que trata o inciso VI observarão o horário previamente acordado no plano de trabalho, respeitada a jornada diária de trabalho.

§ 2º Os participantes do PGD ficarão dispensados do controle de frequência.

Art 9º Após a assinatura do termo de ciência e responsabilidade, a chefia imediata elaborará um plano de trabalho para cada participante, que conterá, entre outros:

I - as atividades a serem desenvolvidas, com as respectivas metas a serem alcançadas, expressas em horas equivalentes;

II - a duração do plano de trabalho; e

III - o regime de execução, indicando o cronograma em que a jornada será cumprida em regime presencial, na hipótese de regime de execução parcial.

§ 1º A chefia imediata poderá redefinir as metas do participante por necessidade do serviço, na hipótese de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente acordadas.

§ 2º A duração máxima do plano de trabalho será compatível com o quantitativo de horas da jornada semanal do servidor, totalizando 40h, 30h ou 20h, conforme o caso, com suas datas de início e fim fixadas em dias úteis.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, devem ser deduzidos das horas do plano de trabalho as férias, as licenças e os afastamentos previstos em lei, além de feriados, pontos facultativos, entre outros.

§ 4º Ao plano de trabalho será anexado o termo de ciência e responsabilidade de que trata o Anexo II.

Art. 10. A chefia imediata realizará a aferição das entregas realizadas, trimestralmente mediante análise fundamentada, quanto ao atingimento ou não das metas estipulada, conforme anexo IV.

§ 1º A aferição que trata o caput deve ser registrada em valor que varie de 0 (zero) a 10 (dez), em que 0 (zero) é a menor nota e 10 (dez) a maior nota, somente sendo consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º A avaliação deve ser realizada periodicamente e ser baseada nos pontos de controle periódicos e nas entregas parciais.

§ 3º A avaliação total é obrigatória ao final do cronograma do plano de trabalho do participante.

§ 4º Na hipótese de não entrega ou de avaliação de qualidade "insatisfatória", isto é, abaixo de 5 (cinco), o servidor poderá ser desligado do programa.

Art. 11. O desligamento do participante do PGD será de responsabilidade dos subsecretários ou diretores, que farão mediante solicitação fundamentada da chefia imediata.

Parágrafo único. O desligamento deve ser precedido de notificação ao participante, e observará as hipóteses e os requisitos estabelecidos pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES NO ÂMBITO DO PGD

Art. 12. Além do previsto nesta Portaria e pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, constituem atribuições e responsabilidades:

I - da chefia imediata:

a) acompanhar a qualidade e a adaptação dos participantes;

b) manter contato permanente com os participantes para repassar instruções e manifestar considerações sobre sua atuação;

c) dar ciência ao dirigente máximo da unidade administrativa sobre a evolução do PGD, as dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas;

d) divulgar as regras para participação dos servidores da unidade no PGD; e

e) analisar, acompanhar e aferir as entregas realizadas pelos participantes do PGD, considerando as metas fixadas no plano de trabalho.

II - coordenações, serviços, divisões e demais áreas técnicas:

a) divulgar as regras para participação dos servidores no PGD da unidade;

b) divulgar nominalmente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) os participantes do PGD, mantendo a relação atualizada;

c) analisar, acompanhar e controlar os resultados do PGD em sua unidade, considerando as metas fixadas;

d) colaborar com a área de gestão de pessoas e a área responsável pelo acompanhamento de resultados institucionais para melhor execução do PGD; e

e) elaborar anualmente os relatórios gerenciais e de acompanhamento, a serem submetidos ao Comitê Gestor do Programa de Gestão e Desempenho do Ministério da Saúde (CG-PGD/MS).

III - dos departamentos, coordenações-gerais e equivalentes:

a) preencher o relatório gerencial na forma do Anexo III desta Portaria, para divulgação dos resultados alcançados pelo Programa de Gestão e Desempenho (PGD/SAPS/MS) em sítio eletrônico do órgão do Ministério da Saúde; e

b) supervisionar a aplicação e a disseminação das regras desta Portaria.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Decorridos 6 (seis) meses da publicação desta Portaria, as unidades organizacionais elaborarão relatório sobre a execução do PGD, com vistas a avaliar eventual necessidade de readequação das normas e procedimentos gerais do Programa, no âmbito da SAPS/MS.

Art. 14. O plano de trabalho e o termo de ciência e responsabilidade serão registrados em processo específico no SEI e divulgados no âmbito das coordenações, serviços, divisões e demais áreas técnicas, para fins de controle e transparência.

Art. 15. Fica revogada a Portaria GAB/SAPS nº 47, de 10 de agosto de 2022.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação..

DANIELA DE CARVALHO RIBEIRO

ANEXO I

TABELA DE ATIVIDADES.

(§ 2º DO ART. 26 DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/ME Nº 65, DE 30 DE JULHO DE 2020)

Atividade	Faixa de complexidade da atividade	Tempo de execução da atividade em regime presencial (horas)	Tempo de execução da atividade em regime de teletrabalho (horas)	Entregas esperadas
Descrição	Altíssima Alta Média Baixa	Em horas, com base na tabela de complexidade	Em horas, com base na tabela de complexidade	É vedada a inclusão de atividades cujos resultados não possam ser mensurados

PARÂMETROS DE HORAS	
Faixa de complexidade	Horas (até)
Altíssima	40
Alta	20
Média	8
Baixa	4

Nota: os parâmetros adotados para definição das faixas de complexidade foram efetivados dimensionando-se o tempo médio de cada atividade, de modo que uma atividade possa ser executada em vários níveis de complexidade, considerando o tempo de execução da atividade, e não o esforço cognitivo.

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

1 - Identificação do colaborador
Nome:
Matrícula SIAPE:
E-mail:
Unidade de exercício:
Telefone para contato:
1.1 - Identificação da chefia imediata
Nome:
Telefone para contato:
E-mail:
2 - Regime de execução
( ) Regime de execução integral

( ) Regime de execução parcial
a) quantas horas serão cumpridas na modalidade de teletrabalho: _____ horas por semana
b) cronograma em que cumprirá a jornada presencial
O participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) acima qualificado declara que está ciente das seguintes responsabilidades, entre outras: I - observar, estritamente, as normas constantes da Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020, do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020, da Portaria GM/MS nº 3.699, de 30 de setembro de 2022, e de demais normas aplicáveis; II - custear as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados, assumindo todos os custos referentes a conexão à internet, energia elétrica e telefonia, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições; III - desenvolver suas atribuições em conformidade com o plano de trabalho a ser acordado com a chefia imediata; IV - atender às convocações para comparecimento presencial, sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da administração pública, mediante convocação com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas; V - manter os dados cadastrais e de contato permanentemente atualizados e ativos; VI - permanecer em disponibilidade constante para contato, por telefonia fixa ou móvel ou por outros meios, pelo período a ser acordado com a chefia imediata; VII - priorizar o atendimento ao serviço durante o horário de funcionamento da unidade administrativa; VIII - comunicar à chefia imediata a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e dos prazos ou possível redistribuição do trabalho; e IX - zelar pelas informações acessadas remotamente, observando as normas internas e externas de segurança da informação e a salvaguarda de informações de natureza sigilosa.
O participante do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) qualificado declara, ainda, que está ciente: I - de que sua participação no PGD não constitui direito adquirido, podendo ser desligado na forma prevista na legislação aplicável; II - da vedação de pagamento das vantagens, nos termos previstos no Decreto nº 11.072, de 2022, e na Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020; III - da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas; e IV - do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD", no que couber, e as orientações da Portaria SEDGG/ME nº 15.543, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.
Assinatura do participante
Assinatura da chefia imediata

ANEXO III

RELATÓRIO GERENCIAL DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO - PGD

I - ASPECTOS QUANTITATIVOS	
a) Total de participantes e percentual em relação ao quadro de pessoal	Informação
Quadro de pessoal	
Total de participantes do PGD	
Percentual em relação ao PGD	
b) Variação de gastos, quando houver, em valores absolutos e percentuais	Informação
Gastos em período equivalente anterior (R$)	
Gastos no período do PGD (R$)	
Variação absoluta	
Variação percentual	
c) Variação de produtividade, quando houver, em valores absolutos e percentuais	Informação
Produtividade em período equivalente anterior	
Produtividade no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
d) Variação de agentes públicos, por unidade, após adesão ao PGD:	Informação
Agentes públicos em período equivalente anterior	
Agentes públicos no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
e) Variação no absenteísmo, em valores absolutos e percentuais:	Informação
Absenteísmo em período equivalente anterior	
Absenteísmo no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
f) Variação na rotatividade da força de trabalho, em valores absolutos e percentuais	Informação
Rotatividade da força de trabalho em período equivalente anterior	
Rotatividade da força de trabalho no período do PGD	
Variação absoluta	
Variação percentual	
II - ASPECTOS QUALITATIVOS 1. Melhoria na qualidade dos produtos entregues 2. Dificuldades enfrentadas 3. Boas práticas implementadas 4. Sugestões de aperfeiçoamento desta Portaria, quando houver	

Assim, encaminho o presente relatório gerencial ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), em atendimento ao parágrafo único do art. 17 da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

Local e data: (o relatório deverá ser encaminhado anualmente, após o encerramento do PGD)

Nome e assinatura do responsável:

ANEXO IV

RELATÓRIO ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL DAS ENTREGAS INDIVIDUAIS DO PGD

Nome do participante:	
Matrícula:	
E-mail:	
Celular:	
Unidade de exercício:	
Regime de execução:	

O relatório de atividades deverá conter:

Informações registradas no Sistema eletrônico do Programa de Gestão;

Registro mensal detalhado das atividades desenvolvidas pelo servidor;

Cópia de documentos elaborados pelo servidor: notas técnicas, pareceres, minutas de atos normativos, atas de reuniões, despachos, ofícios, exposição de motivos, correio eletrônico, etc;

Formatação padronizada;

Mensagens de plataformas oficiais de trabalho instituídos pelo MS" (por exemplo, Teams);

A assinatura do participante com aprovação da chefia imediata; e

Outras atividades desenvolvidas pelo servidor.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.857, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): SUPLEMENTO ALIMENTAR LÍQUIDO DA MARCA VITAGER (TODOS); SUPLEMENTO ALIMENTAR LÍQUIDO DA MARCA HENGER (TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4964569/22-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização dos Suplementos Alimentares líquidos das marcas HENGER e VITAGER fabricados por empresa clandestina, pois, o rótulo do produto apresenta informações falsas sobre a identificação da origem: Ana Paula Cirino Quirino ME - 13.479.523/0001-04, Rua Maria Rodrigues Ferreira, 40 -Hortolândia - SP, empresa sem licenciamento sanitário válido e não localizada no endereço citado, infringindo: arts. 10, 21, 41, 45, 46 e 48, incisos II e III, do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969; tendo em vista o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais; com fundamento na Portaria n. 671/2021 e na Análise Técnica 97 (24544541), resolveR: DEFERIR o pedido de correção de cadastro interposto pelo Sindicato dos empregados de empresas de segurança e vigilância de Campos, CNPJ 31.500.507/0001-38, mediante o Processo 19964.103662/2022-94 e, por conseguinte, ADEQUAR a esfera de representação da entidade sindical nos seguintes moldes, no sistema CNES: Denominação: Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância de Campos; Categoria: Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância, integrante do 2º grupo - Empregados de Agentes Autônomos do Comércio, do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2699 (29635710), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do SINDICATO INTERMUNICIPAL DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO DE ITACARÉ - SHRB, CNPJ 14.064.829/0001-62, Processo 19964.115812/2022-11, para representar a Categoria Econômica das empresas de Hotéis, Apart-hotéis, Dormitórios, Pousadas, Motéis, Pensões, Restaurantes e Bares, Churrascarias, Comida a Quilo, Lanchonetes, Cafés, Sorveterias, Casa de Chá, Buffet, Pizzarias, Fast Food, Boates, Cantinas, Casas de Diversões, Confeitarias, Dancing, Pastelarias, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Barra da Estiva, Brumado, Buerarema, Camacan, Candeias, Cordeiros, Cotegipe, Cristópolis, Encruzilhada, Ibicaraí, Ibicuí, Iguaí, Itacaré, Itambé, Itapé, Itapetinga, Itororó, Jussari, Lençóis, Macaúbas, Madre de Deus, Mascote, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória, Santa Maria da Vitória, Santo Estêvão, São Desidério, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São José da Vitória, Serrinha, Teofilândia, Terra Nova, Uruçuca e Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2523, resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.118825/2022-33 interposto pelo ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, CNPJ 00.676.296/0001-65, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.108692/2022-97, visto o exaurimento da esfera a administrativa, com respaldo no art. 63, inciso IV, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2528 (29189117), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.118827/2022-22, interposto pelo ANDES - SINDICATO NACIONAL - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, CNPJ 00.676.296/0001-65, nos autos do Processo Administrativo n.º 14022.168888/2022-57, visto o exaurimento da esfera administrativa, com respaldo no art. 63, inciso IV, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2637 (29482300), resolve: Declarar extinto o Recurso Administrativo n.º 19964.119760/2022-43 interposto pelo SITICOP - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais, CNPJ 38.736.377/0001-86, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.112195/2022-93, visto exaurida sua finalidade, com respaldo no art. 52 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.525, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Disciplina o fluxo para pagamento dos requerimentos de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal suspensos pela Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 35014.259280/2020-48, resolve:

Art. 1º Disciplinar o fluxo para o pagamento dos requerimentos de Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - SDPA suspensos pela Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015.

Art. 2º São elegíveis para o recebimento do SDPA, em conformidade com o Termo de Conciliação nº 12/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JRP, Anexo I, os pescadores que não receberam o SDPA no ciclo 2015-2016:

I - relacionados no Anexo II; e

II - titulares de ações judiciais individuais, relacionados no Anexo III.

Art. 3º A Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - Dirben criará as tarefas de SDPA no Sistema Portal de Atendimento - PAT/Gerenciador de Tarefas - GET, no código 2452.

§ 1º Nos campos adicionais das tarefas deverão constar:

I - o número da portaria específica do defeso;

II - o número respectivo do defeso; e

III - a Unidade da Federação - UF do titular do requerimento.

§ 2º As tarefas:

I - serão criadas na unidade centralizada para posterior distribuição; e

II - deverão conter o seguinte despacho: "Requerimento criado em atendimento ao Acordo homologado, conforme Termo de Conciliação nº 012/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JRP, que trata dos requerimentos impactados pela Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, declarada inconstitucional pelo STF (ADI nº 5.447 e ADPF nº 389), referentes ao ciclo 2015/2016".

§ 3º Não serão criadas tarefas para o pagamento do SDPA para titulares que não constem das listas especificadas no art. 2º.

Art. 4º Os requerimentos de SDPA gerados serão submetidos ao processamento automático do Painel SDPA, mediante o cruzamento das informações constantes nas bases de dados governamentais disponíveis.

§ 1º Após o processamento automático, todos os requerimentos serão notificados pelos critérios de "requerimento fora do prazo" e "requerimento com mais de um ano do término do defeso".

§ 2º Os requerimentos processados, que contiverem apenas as 2 (duas) notificações previstas no § 1º, serão considerados aprovados quanto aos requisitos de concessão exigidos pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, e pelo Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015.

Art. 5º Os requerimentos previstos no inciso I do art. 2º comporão as listas denominadas "Lista Processada I" e serão numeradas pela ordem de processamento.

§ 1º As listas subsequentes serão elaboradas e encaminhadas no primeiro dia útil de cada mês, até que se conclua a análise das tarefas notificadas.

§ 2º As listas serão encaminhadas pela Dirben para a Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, por meio de ofícios.

§ 3º Os ofícios citados no § 2º serão enviados por e-mail, valendo como prova e data de recebimento da comunicação, o comprovante de visualização da respectiva mensagem eletrônica.

Art. 6º Os requerimentos constantes no inciso II do art. 2º comporão as listas denominadas "Lista Processada - Pescadores com Ação Individual - I" e serão numeradas conforme a ordem de processamento.

Parágrafo único. As listas previstas no caput serão encaminhadas periodicamente ao órgão de execução da Procuradoria Geral Federal - PGF, com a informação de que os pescadores nela listados poderão se beneficiar da proposta do Termo de Conciliação nº 012/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JRP, mediante apresentação do Termo Individual na Ação Própria, a ser analisado, homologado e executado no respectivo juízo onde tramita a ação individual.

Art. 7º Os requerimentos referentes aos rios da Ilha de Marajó, disciplinados pela Portaria IBAMA nº 48, de 5 de novembro de 2007, e os requerimentos previstos na Portaria IBAMA nº 4, de 28 de janeiro de 2008, constarão na "Lista Processada I".

§ 1º No processamento dos requerimentos previstos no caput o critério de aprovação quanto aos requisitos de concessão exigidos pela Lei nº 10.779, de 2003, e Decreto nº 8.424, de 2015, não deverá estar relacionado à existência das duas notificações "requerimento fora do prazo" e "requerimento com mais de um ano do término do defeso".

§ 2º A existência de outras notificações diferentes das citadas no § 1º não é óbice para a inclusão do requerimento na "Lista Processada I", salvo se o pagamento parcial inicial tenha ocorrido mediante erro ou fraude.

Art. 8º As tarefas serão concluídas no Sistema PAT/GET com o seguinte despacho: "Prezado (a) senhor (a), o seu direito ao recebimento do SDPA ciclo 2015/2016 foi reconhecido pelo INSS. Para fins de recebimento dos valores, por meio de Requisição de Pequeno Valor - RPV, o (a) Senhor (a) deverá apresentar junto à Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA ou representante por ela indicado, o Termo Individual que consta no Termo de Conciliação nº 012/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JRP".

Art. 9º Compete à CNPA providenciar a formalização, junto aos pescadores artesanais, dos Termos Individuais, cujo modelo consta no Termo de Conciliação nº 012/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JRP, e entregar ao INSS a listagem dos pescadores que firmaram os respectivos termos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da apresentação de cada uma das listas processadas.

§ 1º A listagem de pescadores de que trata o caput deverá conter os seguintes dados do requerente:

I - nome completo;

II - data de nascimento; e

III - número do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

§ 2º A listagem de pescadores deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelo responsável da CNPA ou pelo representante por ela indicado, atestando que os Termos Individuais dos pescadores se encontram devidamente preenchidos e arquivados.

§ 3º O INSS poderá solicitar, a qualquer tempo, os Termos Individuais arquivados pela CNPA ou pelo representante por ela indicado.

Art. 10. Após o recebimento das listagens de que trata o art. 9º, a Divisão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal - DSDPA da Coordenação-Geral de Reconhecimento de Direitos da Dirben elaborará as "Listas Definitivas para Expedição de RPV".

Parágrafo único. As listas definitivas serão encaminhadas periodicamente e por sequência, ao órgão de execução da PGF, para juntada no processo judicial e consequente expedição das Requisições de Pequeno Valor - RPVs.

Art. 11. Consideram-se excluídos do Termo de Conciliação nº 012/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JRP os pescadores artesanais que não apresentarem os Termos Individuais devidamente preenchidos e assinados dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, de que trata o art. 9º.

§ 1º Decorrido o prazo previsto no caput para apresentação do Termo Individual, a Dirben encaminhará à CNPA e à PGF a relação dos pescadores excluídos.

§ 2º A relação dos pescadores excluídos será encaminhada nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 5º.

Art. 12. A DSDPA realizará ação de indeferimento em lote para os requerimentos notificados por motivo não sanável.

Art. 13. Para fins do disposto no art. 12, considera-se motivo não sanável:

I - número do CPF inexistente na base do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (antigo Ministério da Pesca e Agricultura - MPA);

II - Registro Geral da Pesca - RGP cancelado, suspenso ou inexistente;

III - RGP não pertencente ao CPF do requerente;

IV - pescador não artesanal; e

V - SDPA no mesmo ano.

Art. 14. Serão realizadas diligências para sanear os requerimentos de SDPA que apresentarem notificações diversas daquelas indicadas no § 1º do art. 4º e no art. 13.

§ 1º Havendo necessidade de diligências, o segurado será notificado para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º O prazo previsto no § 1º poderá ser prorrogado por igual período, mediante pedido justificado do requerente.

§ 3º Os requerimentos serão distribuídos pelo Serviço de Centralização de Análise de Reconhecimento de Direitos - CEABRD, para tratamento das diligências.

§ 4º O cumprimento de exigência deverá ser realizado pelo próprio pescador, mediante agendamento para atendimento em Agência da Previdência Social - APS ou por meio dos canais remotos, utilizando a senha pessoal do MEU INSS, uma vez que as tarefas

foram criadas de ofício pelo INSS, o que impossibilita o cumprimento pelas entidades conveniadas.

§ 5º Os requerimentos que estiverem com status de "exigência cumprida" serão priorizados na distribuição para análise por servidor.

Art. 15. Nos requerimentos analisados por servidor, não será observado o transcurso do prazo legal previsto para o requerimento do SDPA, estabelecido no art. 4º do Decreto nº 8.424, de 2015.

§ 1º Fica dispensada a apresentação de documento de identificação do pescador para o ciclo 2015/2016, tendo em vista que já foi apresentado judicialmente.

§ 2º O documento de que trata o § 1º poderá ser exigido no caso de dúvida fundada.

Art. 16. A análise dos requerimentos de que trata esta Portaria deverá ser realizada por servidor até que só restem duas notificações: "requerimento fora do prazo" e "mais de um ano do fim do defeso".

§ 1º As notificações "requerimento fora do prazo" e "mais de um ano do fim do defeso" não devem, em nenhuma hipótese, serem excluídas por acerto completo.

§ 2º Restando apenas as duas notificações previstas no caput a tarefa será considerada apta para conclusão.

§ 3º As telas de consulta aos sistemas que tenham sido utilizadas para fundamentar a decisão do servidor deverão obrigatoriamente integrar o processo.

§ 4º O servidor concluirá a tarefa no Sistema PAT/ GET por deferimento, após verificar os procedimentos dos §§ 1º, 2º e 3º, inserindo o despacho contido no art. 8º

Art. 17. A DSDPA fará a extração, no primeiro dia útil de cada mês, dos requerimentos processados pelos servidores no mês anterior, dispondo a informação em nova listagem para que a DIRBEN encaminhe à CNPA, por meio de e-mail.

Art. 18. A tarefa em que não for possível o tratamento das notificações, mesmo após o cumprimento das diligências, deverá ser indeferida por meio de despacho fundamentado.

§ 1º A DSDPA fará a extração, no primeiro dia útil de cada mês, dos requerimentos indeferidos no mês anterior, disponibilizando a listagem à CNPA, por meio de e-mail.

§ 2º Caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de que trata esta Portaria no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação à CNPA, valendo como prova e data de recebimento da comunicação o comprovante de visualização da respectiva mensagem eletrônica.

Art. 19. Os requerimentos objeto do Termo de Conciliação nº 012/2022/CCAF/CGU/AGU-JDS-JR não poderão ser utilizados para fins de compensação, devendo eventuais notificações de restituição de parcelas serem excluídas por acerto completo.

Art. 20. Os Anexos desta Portaria serão divulgados no Portal do INSS na Intraprev e no Portal gov.br.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria DIRBEN/INSS nº 1.074, 16 de novembro de 2022, publicada no D.O.U nº 218, Seção 1, página 90/93, onde se lê: "Nº 1.074" Leia-se: " Nº 1.075".

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 1.177, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004800/2022-60, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Cooperativo de Previdência Mais Futuro, CNPB nº 2012.0018-74, administrado pelo Fundo de Previdência Mais Futuro, CNPJ nº 07.136.451/0001-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.178, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004801/2022-12, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios ACPREV, CNPB nº 2006.0042-47, administrado pelo Fundo de Previdência Mais Futuro, CNPJ nº 07.136.451/0001-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.179, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004798/2022-29, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios DENTALUNIPREV, CNPB nº 2012.0016-29, administrado pelo Fundo de Previdência Mais Futuro, CNPJ nº 07.136.451/0001-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.180, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004793/2022-04, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios COPANPREV, CNPB nº 2015.0018-83, administrado pelo Fundo de Previdência Mais Futuro, CNPJ nº 07.136.451/0001-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

DECISÃO SECULT/MTUR Nº 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Nos termos do art. 62 da Instrução Normativa SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, e do art. 14 da Portaria MTUR nº 19, de 14 de abril de 2022, em consonância com o art. 7º, § 4º, do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, conheço o recurso interposto pelo proponente "INSTITUTO GPA DE CULTURA", CNPJ nº 21.295.099/0001-76, nos autos do Processo nº 01400.007135/2019-74, e NEGO-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a aprovação com ressalvas do projeto "Programa de Música & Orquestra Instituto GPA 2020" - Pronac nº 192605, com base nas razões contidas na Análise nº 30/2022/CAFMU/CGPC/SGFT/GSE, da Subsecretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria-Executiva, do Ministério do Turismo.

HÉLIO FERRAZ DE OLIVEIRA
Secretário Especial de Cultura

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 644, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191371 - TEATRO NA ESTRADA
Cia de Teatro Parafernália
CNPJ/CPF: 02.399.916/0001-91
Cidade: Mogi Guaçu - SP;
Valor Complementado: R$ 175.929,60
Valor total atual: R$ 623.884,80

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
191218 - Oficinas Criativas: Arte e Sustentabilidade
ALPHA PRODUCOES CULTURAIS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 10.361.232/0001-29
Cidade: Campinas - SP;
Valor Complementado: R$ 200.332,00
Valor total atual: R$ 1.173.040,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180465 - Exposição Ziraldo Interativo
Lumen Produções -EIRELI
CNPJ/CPF: 35.794.023/0001-08
Cidade: Angra dos Reis - RJ;
Valor Complementado: R$ 203.016,00
Valor total atual: R$ 1.608.453,50

204653 - VINICIUS DE MORAES - POR TODA A MINHA VIDA
DAS LIMA PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.561.876/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 513.357,11
Valor total atual: R$ 1.775.194,11

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
211839 - Histórias para Inglês ver
J. M. BERWERTH SABA PRODUCOES
CNPJ/CPF: 28.398.653/0001-90
Cidade: Araraquara - SP;
Valor Complementado: R$ 12.406,68
Valor total atual: R$ 211.062,28

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204376 - Plano Bianual Intermuseus 2021-2022
Intermuseus
CNPJ/CPF: 13.383.059/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 952.501,19
Valor total atual: R$ 2.858.009,19

211861 - Rio Memórias - Ano IV (Evento virtual)
CNPJ/CPF: 38.013.006/0001-76
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 99.879,41
Valor total atual: R$ 299.837,74

PORTARIA Nº 645, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
185531 - Espetáculo Teatral Dengue: O Fim da Picada
Lucimeire de Moraes da Silva
CNPJ/CPF: 12.645.969/0001-07
Cidade: Valinhos - SP;
Valor Reduzido: R$ 53.625,00
Valor total atual: R$ 196.374,75

190710 - VAMOS COMPRAR UM POETA
CAMALEAO PRODUCOES CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 11.661.520/0001-61
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 547,31
Valor total atual: R$ 994.665,04

PORTARIA Nº 646, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204376 - Plano Bianual Intermuseus 2021-2022, publicado na portaria nº 0651/20 de 06/11/2020, no D.O.U. de 09/11/2020, para Plano Trianual Intermuseus 2021-2023.

PRONAC: 210043 - Circuito Terra Musical, publicado na portaria nº 0444/21 de 05/08/2021, no D.O.U. de 06/08/2021, para Circuito Terra Instrumental .

PRONAC: 211129 - POR QUEM BATE O SEU CORAÇÃO - LAJEADO 2021, publicado na portaria nº 0434/21 de 30/07/2021, no D.O.U. de 02/08/2021, para POR QUEM BATE O SEU CORAÇÃO - LAJEADO 2022.

PRONAC: 211861 - Rio Memórias - Ano IV (Evento virtual), publicado na portaria nº 0687/21 de 03/12/2021, no D.O.U. de 06/12/2021, para Rio Memórias - Ano IV.

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 190368 - Bahia Aérea, publicado na portaria nº 0165/19 de 19/03/2019, no D.O.U. de 20/03/2019.

Onde se lê: "Bahia Aérea" intitulará o livro do fotografo baiano Rui Rezende, que tem a proposta de registrar os aspectos culturais, a beleza humana, arquitetônica e ambiental dos diferentes tipos que compõem a sociedade e as paisagens baianas, mostrada através de ângulos aéreos privilegiados. A Bahia é o 5° estado brasileiro em dimensão territorial e 4° em dados populacionais, tendo sido sede da primeira capital do país, em seu período Colonial, e resguarda uma diversidade cultural e ambiental únicas. Possui desde florestas atlânticas ao cerrado e à caatinga. Do litoral mais extenso do país aos planaltos do oeste, até a exuberante Chapada Diamantina. O livro "Bahia Aérea" será composto por mais de 200 imagens, todas legendadas em português e inglês.

Leia-se: "Bahia Aérea" intitulará o projeto do fotografo baiano Rui Rezende, que tem a proposta de registrar os aspectos culturais, a beleza humana, arquitetônica e ambiental dos diferentes tipos que compõem a sociedade e as paisagens baianas, mostrada através de ângulos aéreos privilegiados. A Bahia é o 5° estado brasileiro em dimensão territorial e 4° em dados populacionais, tendo sido sede da primeira capital do país, em seu período Colonial, e resguarda uma diversidade cultural e ambiental únicas. Possui desde florestas atlânticas ao cerrado e à caatinga. Do litoral mais extenso do país aos planaltos do oeste, até a exuberante Chapada Diamantina. O projeto "Bahia Aérea" resultará em um livro composto por mais de 200 imagens, intitulado ?A Bahia Vista por um Passarinho?. Todas as legendadas estarão em português e inglês.

PRONAC: 190710 - VAMOS COMPRAR UM POETA, publicado na portaria nº 0305/19 de 23/05/2019, no D.O.U. de 24/05/2019.

Onde se lê: Propomos a montagem do espetáculo VAMOS COMPRAR UM POETA. O espetáculo é uma adaptação do livro Vamos Comprar Um Poeta, do autor português Afonso Cruz. O livro faz uma crítica a uma sociedade capitalista que vive em função de lucros. A história de Afonso Cruz, coloca a figura o poeta como um objeto de consumo. O poeta tem a função de distrair a família, não é visto como alguém pode transformar e estimular criativamente o mundo ao seu redor. Ao longo da história, com o convívio com poeta a família vai, aos poucos se humanizando cada mais, e assim, criando laços afetivos.

Leia-se: Propomos a circulação do espetáculo VAMOS COMPRAR UM POETA. O espetáculo é uma adaptação do livro Vamos Comprar Um Poeta, do autor português Afonso Cruz. O livro faz uma crítica a uma sociedade capitalista que vive em função de lucros. A história de Afonso Cruz, coloca a figura o poeta como um objeto de consumo. O poeta tem a função de distrair a família, não é visto como alguém pode transformar e estimular criativamente o mundo ao seu redor. Ao longo da história, com o convívio com poeta a família vai, aos poucos se humanizando cada mais, e assim, criando laços afetivos.

PRONAC: 191371 - TEATRO NA ESTRADA, publicado na portaria nº 0439/19 de 26/07/2019, no D.O.U. de 29/07/2019.

Onde se lê: A proposta de realização do projeto Teatro na Estrada para o ano 2021, será a de trabalhar a execução online das apresentações teatrais do espetáculo "O pequeno Mundo de Avatis", o qual convida o público a uma reflexão sobre a atenção e educação no trânsito das cidades e rodovias, aponta soluções simples do dia a dia que possam contribuir para a segurança do condutor e da sua família. Por meio da plataforma youtube. Com a meta de atender cidades do interior de São Paulo. O público alvo será, alunos, professores, coordenadores e diretores da rede Municipal de ensino dessas cidades.,

Leia-se: O projeto "Teatro na estrada" tem como meta, realizar a montagem e apresentações itinerantes do espetáculo infantil "O pequeno mundo de Avatis" o qual convida o público a uma reflexão sobre a atenção e educação no trânsito das cidades e rodovias, aponta soluções simples do dia a dia que possam contribuir para a segurança do condutor e da sua família.

PRONAC: 191630 - Mundo da Leitura - 2 edição, publicado na portaria nº 0489/19 de 19/08/2019, publicada no D.O.U. em 20/08/2019.

Onde se lê: O Projeto MUNDO DA LEITURA consiste na distribuição gratuita de 45 acervos, compostos por 100 exemplares de livros de variados títulos e autores, em bibliotecas públicas e instituições sociais e culturais de 9 cidades. Está incluído também uma contação de história para a entrega dos acervos nas cidades e duas atividades de incentivo a leitura (workshops) para os educadores/agentes culturais das instituições beneficiadas pelo projeto.

Leia-se: O Projeto MUNDO DA LEITURA consiste na distribuição gratuita de 45 acervos, compostos por 100 exemplares de livros de variados títulos e autores, em bibliotecas públicas e instituições sociais e culturais de 8 cidades. Está incluído também uma contação de história para a entrega dos acervos nas cidades e duas atividades de incentivo a leitura (workshops) para os educadores/agentes culturais das instituições beneficiadas pelo projeto.

PRONAC: 204726 - Nau dos Mestres 4ª Edição, publicado na portaria nº 0022/21 de 14/01/2021, no D.O.U. de 15/01/2021.

Onde se lê: O Projeto Nau dos Mestres 4ª Edição propõe-se a democratizar o acesso às artes e cultura para crianças e adolescentes, com a doação para bilbiotecas, salas de leitura de escolas, outros espaços culturais públicos e e ongs, da NAU DOS MESTRES - acervo com dezenas de recursos culturais e instrutivos como livros e materiais para experiências artísticas que permeiam a natureza e seus mitos, magias e fenômenos, a biologia, a cultura da sustentabilidade. As experimentações são contextualizadas na história de 4 grandes mestres do saber: Gaia, Leonardo da Vinci, Merlim e um novo Mestre a ser desenvolvido nesta edição. Estes Mestres possuem um livro cada um. Através dos enredos contidos nos livros as experimentações da Nau dos Mestres navegam por desafios que questionam e relativizam o conhecimento e a cultura de outras épocas com o presente. Destinado a crianças entre 7 e 14 anos, prioritariamente. Os educadores recebem uma formação acerca das experimentações artísticas presentes no acervo.

Leia-se: O Projeto Nau dos Mestres 4ª Edição propõe-se a democratizar o acesso às artes e cultura para crianças e adolescentes, com a doação para bibliotecas, salas de leitura de escolas, outros espaços culturais públicos e ongs, da NAU DOS MESTRES - acervo com dezenas de recursos culturais e instrutivos como livros e materiais para experiências artísticas que permeiam a natureza e seus mitos, magias e fenômenos, a biologia, a cultura da sustentabilidade. As experimentações são contextualizadas na história de 4 grandes mestres do saber: Gaia, Leonardo da Vinci, Merlim e Apolo. Estes Mestres possuem um livro cada um. Através dos enredos contidos nos livros, as experimentações da Nau dos Mestres navegam por desafios que questionam e relativizam o conhecimento e a cultura de outras épocas com o presente. Destinado a crianças entre 7 e 14 anos, prioritariamente. Os educadores recebem uma formação acerca das experimentações artísticas presentes no acervo.

PRONAC: 204832 - Rede de Patrimônio Criativo e Colaborativo de MG, publicado na portaria nº 0741/20 de 17/12/2020, no D.O.U. de 18/12/2020.

Onde se lê: Realizar amplo processo de educação patrimonial com jovens de 15 a 29 anos por meio de oficinas de educomunicação e cultura. A partir do processo formativo, mapear, registrar e divulgar os patrimônios culturais imateriais dessas regiões, criando, de maneira colaborativa, um portal virtual que reunirá uma série de produtos de registro das manifestações culturais mapeadas. Além do website, serão criados: 10 peças de vídeo, 10 programas radiofônicos (sendo uma de cada município) e 1 cartilha impressa que reunirá as informações sobre a memória e o patrimônio de todos as cidades mapeadas. Além disso, serão realizados eventos de encerramento em todas as localidades participantes para exibição dos produtos e apresentações culturais.

Leia-se: Realizar amplo processo formativo em educação e patrimônio com jovens de 15 a 29 anos, por meio de oficinas de educomunicação e cultura, e agentes culturais, por meio de formações em patrimônio e sustentabilidade. A partir dos processos formativos, o projeto pretende contribuir para o mapeamento, registro, valorização e divulgação dos patrimônios culturais imateriais das localidades envolvidas. Serão produzidos, ao longo da execução, website, peças de vídeo, programas radiofônicos e cartilha impressa com informações sobre memória e patrimônio. Além disso, serão realizados eventos de encerramento virtual e presencial em localidades participantes para exibição dos produtos e apresentações culturais.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 647, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao projeto "Desenho Museografado: Sobre Mesa de Queijos", Pronac nº 075458, na Portaria nº 641 de 18/11/2022, publicada no D.O.U. nº 218 de 21/11/2022, Seção 1, páginas 95 a 96.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA N° 648, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022, o art. 7º, parágrafo 3º do Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021 e a Portaria MTur n° 19 de 14 de abril de 2022, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a(s) relação(ões) do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que teve(tiveram) sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no art. 58 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, conforme anexo.

Art. 2º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 66 da Instrução Normativa MTur nº 01/2022, aos proponentes relacionados no anexo I referente à reprovação, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o que implicará nas restrições contidas no referido artigo.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MTUR e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	RESUMO DO PROJETO	VALOR CAPTADO R$
1011809	VEXAME TEMPORADA RIO/SAMPA	Amauri Batista dos Reis	Este projeto é a temporada do espetáculo Vexame nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo por um período de dois meses, sendo vinte e quatro apresentações em cada cidade em um total de quarenta e oito apresentações. Este projeto pretende divulgar a produção feita em Minas Gerais e também o trabalho artístico da diretora Inês Peixoto, do ator Amauri Reis e do dramaturgo Wesley Marchiori.	174.000,00
077048	Contadores de Histórias	Direção Cultura Produções e Eventos LTDA	Promover a leitura na periferia da cidade de Guarujá-SP, através da realização de apresentações de contadores de histórias que resgatam, através de instrumentos lúdicos, uma série delas - cantadas pelos nossos avós, lenda, fábulas, conto folclóricos e obras de autores imortalizados.	200.000,00
1114502	MINI MUNDO POR SARITA ANNE ROYSEN E FRANÇOIS LERICHE	SARITA ANNE ROYSEN	EXPOSIÇÃO DE FOTOS E PINTURA NA GALERIA DE ARTE SÉRGIO CARIBÉ NA CIDADE DE SÃO PAULO. A EXPOSIÇÃO CONTEMPLARÁ APROXIMADAMENTE 40 OBRAS SENDO: 20 OBRAS FOTOGRÁFICAS E 20 PINTURAS EM FORMATOS DIVERSOS, E TAMBÉM UM SLIDE SHOW PREPARADO PARA AGUÇAR OS SENTIDOS DO ESPECTADOR. (IMAGEM+SOM)	72.233,00
126719	Canto de Natal	BIRUTA MIDIAS MIRABOLANTES S. A.	O Projeto viabilizará a produção do espetáculo itinerante de canto coral, com a participação do Coral Mané Garrincha, que visitará 18 municípios do Estado do Rio de Janeiro, durante os meses de novembro e dezembro de 2012. Serão aproximadamente 04 apresentações por cidade, totalizando cerca de 72 apresentações. Todas as apresentações serão inteiramente gratuitas, atingindo o público do interior fluminense de forma democrática e criativa.	652.000,00
145321	MOSTRA BLUES SP	DANÇAR MARKETING E COMUNICAÇÕES LTDA	Durante o período de um mês, a cidade de São Paulo (SP) receberá uma ampla mostra de arte explorando todas as nuances do Blues, estilo musical que marcou definitivamente a música e a culutra de todo continente americano. Mostra de Filmes, Exposição Fotográfica, Internveções Musicais espalhadas pela cidade e Master Class (Bate Papo) com importantes músicos nacionais são as atividades que compõem o projeto. Todas as atividades serão gratuitas.	1.084.479,00

104109	Ouro de Minas - 300 anos de História	Lucca Cultura e Tecnologia LTDA ME	Esta proposta tem como principal objetivo transformar a pesquisa realizada e publicada pelo jornal Estado de Minas sobre a trajetória do Ouro de Minas Gerais, no século XVIII até os dias atuais, em um livro de arte e exposição educativa.O resultado deste trabalho permeia todas as páginas da publicação. Somos convidados a embarcar na jornada em busca do ouro e das riquezas do nosso país, resgatando uma parte importante da história do Brasil e principalmente de Minas Gerais.	155.000,00
054450	Bolsa de Estudos de Luthieria em Parma, Itália - Instrumentos de Arco	Fabio vanini	Tem como objetivo o aprendizado e aprimoramento de habilidades técnicas, aspectos conceituais e estéticos na arte da Luthieria, na cidade de Parma - Itália. Com um renomado mestre na área, freqüentando o curso de construção de instrumentos de cordas, violinos, violas e violoncelos, ministrado pelo mestre em Luthieria Desiderio Quercetani, entre os meses de novembro de 2005 e agosto de 2006.	63.845,24
114403	O Baú do Biriba - recuperação, conservação e organização do acervo de peças do Circo-Teatro Biriba	Camarim Escola de Arte	O Baú do Biriba tem como foco a pesquisa e catalogação da dramaturgia do circo-teatro produzido no estado. O Circo-teatro Biriba apresenta há 40 anos um repertório de mais 200 peças. Um frágil baú de madeira abriga os textos que são a prova das transformações estéticas e técnicas que o circo-teatro de SC viveu nas últimas 4 décadas. O manuseio, a ação do tempo, do clima e do transporte constante sem condições adequadas exigem um urgente trabalho de conservação.	46.000,00
103059	Santa Cecília a 4 vozes na Quarta Colônia	Sociedade Cultural e Artística Santa Cecília	Gravação de um CD com músicas natalinas, populares e sacras em idioma português e italiano, interpretadas pelo Coral Santa Cecília, a 4 vozes.	68.050,00
122237	BRASITALIA - 2ª Mostra de Arte e Produtos Ítalo-brasileiros	ASSOCIACAO DE INTERCAMBIO CULTURAL ITALO-BRASILEIRA ANITA E GUISEPPE GARIBALDI	Segunda edição do projeto BRASITALIA, uma mostra de arte e produtos representativos das culturas brasileira e italiana. Com uma programação composta por exposição de artes, apresentações de música instrumental e erudita, apresentação teatral e mostra de produtos artísticos e culturais o projeto busca a celebração cultural entre brasileiros e comunidades italianas no Rio de Janeiro.	266.000,00
100546	XI Festival Internacional de Dança de Fortaleza e Itinerante do Ceará	GRUPO BAILARINOS DE CRISTO AMOR E DOACAO BCDA	Realizar o X Festival Nacional de dança de Fortaleza como também o IV Itinerante do Ceará e o I Seminário Internacional de Dança do Ceará e em quatro cidades do interior do estado, levando as mais diversas e diferentes linguagens e criações artísticas, bem como uma importante programação pedagógica para as cidades beneficiadas e seus estornos.	150.000,00
1011952	Glauco Velásquez 4 Trios	Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo	Este projeto destaca a importância do compositor Glauco Velásquez no cenário da música brasileira no início do Século 20 e promover o primeiro registro fonográfico em CD - Áudio e o primeiro registro audiovisual em DVD de sua obra completa para trios de cordas (violino, violoncelo e piano) em concerto ao vivo a ser gravado em sala de concerto.	388.365,00
178487	110 anos da Imigracão Japonesa	INSTITUTO NAK DO BRASIL INB	Livro com conteúdo de pesquisa e fotos da história da imigração japonesa no Brasil, desde a chegada do primeiro navio de imigrantes, em 1908, até hoje. A influência da cultura japonesa na cultura dos lugares em que as colônias se estabeleceram. Um livro de arte e história.	105.000,00
1012198	Era uma vez um conto de fadas inclusivo	CULT ASSESSORIA E PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME	Publicação de 11 livros, com textos e ilustraões de Cristiano Toneto Refosco, inspirados nas temáticas dos contos de fadas (Branca de Neve, Chapeuzinho Vermelho), mas em que os personagens principais são personagens com deficiências. Desse modo, Chapeuzinho Vermelho é uma cadeirante, a Branca de Neve é cega e em cada um dos diferentes contos de fadas se apresenta uma nova deficiência. Os 11 livros terão uma versão em áudio que será anexada a cada livro	177.000,00
024742	Jardins do Brasil	Antonio Carlos Gouveia Junior	TEMA: A produção do livro Jardins do Brasil, com a mais alta qualidade técnica e artística, visa mostrar e dar espaço para arquitetos e paisagistas brasileiros. A intenção de unir os arquitetos e paisagistas em uma única edição, seguindo uma tendência e uma necessidade brasileira, usando o que de melhor existe no mercado gráfico brasileiro, visa garantir a qualidade necessária para a publicação. Visa proporcionar a apreciadores de arte, profissionais, leigos, estudantes, um material que possa garantir qualidade a fim de proporcionar debates sobre estilos, material de consulta, crítica e formação cultural sobre o estilo. OBJETIVO: Oferecer a profissionais e leigos um material de referência, com opções que poderão futuramente gerar tendências para nossos profissionais e para os novos profissionais paisagistas. PECULIARIDADE: O proponente é editor de mais de cinquenta livros de arte no Brasil e América Latina. TIRAGEM: 3000 EXEMPLARES.	50.000,00
082107	Crítica de João Apolinário (A): Memória do Teatro Paulista de 1964 a 1971	Imagens Conteúdo & Forma Produções Culturais Ltda	Preservação e conservação do acervo de críticas teatrais, resgatar a memória do teatro paulista de 1964 a 1971 através da abordagem crítica do jornalista e poeta João Apolinário. Após esse trabalho, serão editados dois volumes sobre estas críticas.	178.156,20
104710	O Índio Cauã e a Sustentabilidade	Luciana de Souza Martins	O Índio Cauã e a Sustentabilidade é um espetáculo lúdico e pedagógico. O projeto é uma iniciativa inédita e pretende trazer ao público o resgate da cultura nativa brasileira, sobretudo abordará questões relativas as nossas raízes e ao meio ambiente. Levará para as crianças a idéia da sustentabilidade. Com estréia prevista para Janeiro de 2011, o espetáculo realizará 3 meses de apresentações no Rio de Janeiro.	85.000,00
023126	Os Quatro Elementos - Terra	Anne Raquel Carneiro Sampaio	Editar o primeiro livro de uma coleção infanto-juvenil sobre os quatro elementos sagrados da natureza (terra, água, ar e fogo), enfocando a visão ancestral, encontrada nos mitos, ritos, pensamentos, arte, cantos e danças da cultura dos indígenas brasileiros. Tiragem: 3000 exemplares.	186.944,87
091527	IMAGENS DE MINAS - CIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS - SÃO JOÃO DEL REI	ASSOCIACAO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS - ADP	O Objetivo deste projeto é uma Revista que contará a História de São João Del Rei e dos monumentos históricos da cidade que serão visualizados em 100 fotografias.	168.197,70
078584	Caminho dos Direitos Humanos (O)	Instituto Brasil Leitor	Realizar oficinas de arte e técnica sobre azulejos com jovens de escolas públicas e estudantes de arte - ambos de São Paulo. As peças abordarão temas como direitos humanos e diversidade cultural e ficarão expostas na estação da Luz.	231.125,00
067990	Tom Jobim 80 anos	ECHO PROMOCOES ARTISTICAS LTDA - ME	O projeto visa a realização de uma série de palestras e apresentações, em comemoração aos 80 anos de nascimento do grande compositor brasileiro Antônio Carlos Jobim, em sua cidade natal, no centro Cultural dos Correios, na cidade do Rio de Janeiro. Será realizada a apresentação "O Piano de Tom Jobim", com Fábio Caramuru e Pedro Baldanza, palestra com José Miguel Wisnik, a apresentação de "A Bossa Nova de Tom Jobim", com Paulo Jobim e Daniel Jobim e palestra com Rui Castro, dentre outras.	119.000,00
0710736	Imagem do Brasil	CASA DA PALAVRA PRODUCAO EDITORIAL LTDA ME	A publicação de um livro que documentem não só o conjunto de peças produzido em cada região do país, como a rotina e o ambiente em que vivem e trabalham os artistas.	250.000,00
104934	ORQUESTRA DE CÂMARA DE CATALÃO	FUNDACAO CULTURAL MARIA DAS DORES CAMPOS	Viabilizar a implantação de uma orquestra de câmara na cidade de Catalão-GO, ampliando assim o número de crianças e adolescentes atendidos pela instituição, oferecendo a elas a oportunidade de se tornarem futuros profissionais da música.	773.050,00

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 529, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. de 20 de abril de 2021, apostilada pela Portaria de Pessoal FUNARTE nº 361, publicada no D.O.U. de 27 de outubro de 2022, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do artigo 19, do Estatuto da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, aprovado pelo Decreto nº 11.240, de 18 de outubro de 2022, publicado no D.O.U. de 19 de outubro de 2022;

CONSIDERANDO QUE:

I - A cláusula 1.1 do Edital Prêmio Funarte Olimpíadas das Artes Visuais constitui como seu objeto a premiação, mediante processo seletivo, de abrangência nacional, de 100 (cem) projetos, distribuídos em 10 (dez) categorias, como reconhecimento à produção artística e cultural de novos talentos no meio acadêmico.

II - Nas categorias Arquitetura, Design de Moda, Design de Produto e Design Visual, dos 22 (vinte e dois) projetos inscritos, 06 (seis) tiveram nota final inferior a 25 (vinte e cinco) pontos e, conforme a cláusula 11.4, foram desclassificados.

III - Não há recursos orçamentários para suportar a redistribuição de 24 (vinte e quatro) prêmios, conforme o critério apresentado na cláusula 5.2.1 do edital.

IV - O pagamento dos prêmios aos selecionados está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do(a) proponente, de acordo com a cláusula 2.1.1 do presente edital, resolve:

I - Tornar público o seu resultado final, que contemplou 76 (setenta e seis) projetos:

Categoria: ARQUITETURA
Classificação: 1º

Número de inscrição: 159200
Nome completo: Iorrana Vitoria Oliveira Osorio
Título do projeto: Ponto de Ônibus OW Organic
Cidade: Goiânia
Estado: GO
Nota: 46,37
Classificação: 2º

Número de inscrição: 159038
Nome completo: Idalina Rayane Rodrigues
Título do projeto: Pavilhão Tetris
Cidade: Maringá
Estado: PR
Nota: 42,37
Classificação: 3º

Número de inscrição: 161699
Nome completo: Ellen Casanova Nunes
Título do projeto: Projeto paisagístico - Parque Sensorial
Cidade: Florianópolis
Estado: SC
Nota: 38,73

Categoria: ARTE DIGITAL
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162544
Nome completo: Camila dos Santos
Título do projeto: Balu@rte
Cidade: Santa Maria
Estado: RS
Nota: 46,17
Classificação: 2º

Número de inscrição: 162829
Nome completo: Thiago André de Lima Costa
Título do projeto: Xirê afrocubista
Cidade: João Pessoa
Estado: PB
Nota: 45,20
Classificação: 3º

Número de inscrição: 162872
Nome completo: Lígia Villaron Pires
Título do projeto: 10 estudos para uma videodança interativa
Cidade: Campinas
Estado: SP
Nota: 44,43
Classificação: 4º

Número de inscrição: 162865
Nome completo: Claudio de Melo Filho
Título do projeto: Data-river
Cidade: Campinas
Estado: SP
Nota: 42,63
Classificação: 5º

Número de inscrição: 158101
Nome completo: Luiz Fernando Yago da Silva
Título do projeto: Brasil Real
Cidade: Vitória
Estado: ES
Nota: 40,63
Classificação: 6º

Número de inscrição: 157913
Nome completo: Thiago Pinto de Rezende
Título do projeto: Obra em Processo
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 39,77
Classificação: 7º

Número de inscrição: 162785
Nome completo: Camila Müller Paquilin
Título do projeto: Visions of Culture - Feito no Brasil
Cidade: Porto Alegre
Estado: RS
Nota: 39,70
Classificação: 8º

Número de inscrição: 162883
Nome completo: Luiza Silva Colato
Título do projeto: Baião dos Morto Vivo
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 39,63
Classificação: 9º

Número de inscrição: 162086
Nome completo: Thierry de Lima Queiroz Marques
Título do projeto: Com amor daqui de dentro
Cidade: Bayeux
Estado: PB
Nota: 39,27
Classificação: 10º

Número de inscrição: 162019
Nome completo: Sildelane Vitor Marques
Título do projeto: A Vaqueira
Cidade: Paulista
Estado: PE
Nota: 37,90

Categoria: DESENHO
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162518
Nome completo: Pedro Prates Romero
Título do projeto: Apaego
Cidade: Belo Horizonte
Estado: BH
Nota: 44,37
Classificação: 2º

Número de inscrição: 157256
Nome completo: Annia Rizia Lima dos Santos
Título do projeto: Cero yorubá
Cidade: Salvador
Estado: BA
Nota: 44,13
Classificação: 3º

Número de inscrição: 162847
Nome completo: Isabela Garcia Malheiro
Título do projeto: (Re)descobertas
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 42,20
Classificação: 4º

Número de inscrição: 162408
Nome completo: Giulianna Vitoria Augusta Ramos
Título do projeto: Desenho para saber. Escrevo para lembrar
Cidade: Nerópolis
Estado: GO
Nota: 40,00
Classificação: 5º

Número de inscrição: 160530
Nome completo: Eduardo Carvalho dos Reis
Título do projeto: A Arte da Reciprocidade
Cidade: Franca
Estado: SP
Nota: 38,87
Classificação: 6º

Número de inscrição: 162857
Nome completo: Elson de Sousa Ferreira
Título do projeto: Pretas Vivências
Cidade: Salvador
Estado: BA
Nota: 38,67
Classificação: 7º

Número de inscrição: 162815
Nome completo: Pâmela Quintino Valadares Schroeder
Título do projeto: Coragem para Ser
Cidade: Joinville
Estado: SC
Nota: 38,63
Classificação: 8º

Número de inscrição: 160176
Nome completo: Joyce Barbosa Pereira
Título do projeto: Série Desa(brocha)
Cidade: Ceilândia
Estado: DF
Nota: 38,27
Classificação: 9º

Número de inscrição: 162593
Nome completo: Dante Silva e Souza
Título do projeto: "Autorretrato" íntimo e vulnerável
Cidade: Natal
Estado: RN
Nota: 38,07
Classificação: 10º

Número de inscrição: 162880
Nome completo: Mayara Braga Marques
Título do projeto: All star que não é azul
Cidade: Niterói
Estado: RJ
Nota: 36,80

Categoria: DESIGN DE MODA
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162581
Nome completo: Paulo Gustavo Carvalho dos Santos
Título do projeto: Coleção Museu e o Mundo
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 46,75
Classificação: 2º

Número de inscrição: 162819
Nome completo: Matheus Vinícius Gonzaga de Oliveira
Título do projeto: Donas da palha: a independência feminina no cerrado mineiro
Cidade: Contagem
Estado: MG
Nota: 46,00
Classificação: 3º

Número de inscrição: 162966
Nome completo: Ana Carolina Hiera Camargo
Título do projeto: Costurando a Paisagem
Cidade: São Francisco do Sul
Estado: SC
Nota: 41,60
Classificação: 4º

Número de inscrição: 161974
Nome completo: Danyel Stevys de Barros Costa
Título do projeto: CARIRICOLAB. REDE DE ECONOMIA CRIATIVA E SUSTENTABILIDADE: TÉCNICAS DE CUSTOMIZAÇÃO E UPCYCLING - RECRIANDO MODA
Cidade: Juazeiro do Norte
Estado: CE
Nota: 40,50
Classificação: 5º

Número de inscrição: 160182
Nome completo: Emanuella Scoz
Título do projeto: Design de valor moda periférica
Cidade: Blumenau
Estado: SC
Nota: 40,45
Classificação: 6º

Número de inscrição: 162730
Nome completo: Célio Celestino Almeida Cavalcante
Título do projeto: TECITURA PARA OXUM
Cidade: Fortaleza
Estado: CE
Nota: 28,00
Classificação: 7º

Número de inscrição: 162884
Nome completo: Joyce Kelly de Almeida Mendes
Título do projeto: Um nó francês no Sertão
Cidade: Fortaleza
Estado: CE
Nota: 25,80

Categoria: DESIGN DE PRODUTO
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162754
Nome completo: Igor Klopass Klug
Título do projeto: Luminária Guará
Cidade: Joinville
Estado: SC
Nota: 44,63
Classificação: 2º

Número de inscrição: 162775
Nome completo: Henrique Cantilho da Silva
Título do projeto: METROPOLIS: Sistema modular multifuncional por encaixes
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 44,50
Classificação: 3º

Número de inscrição: 158244
Nome completo: Amanda Valeria Duarte Sousa
Título do projeto: Cadeira Curviforme
Cidade: Teresina
Estado: PI
Nota: 40,97

Categoria: DESIGN VISUAL
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162749
Nome completo: Maria Eduarda Silva
Título do projeto: Narrações brasileiras
Cidade: Joinville
Estado: SC
Nota: 43,63
Classificação: 2º

Número de inscrição: 162745
Nome completo: Eduardo Kersten Veiga
Título do projeto: Terra Adorada
Cidade: Joinville
Estado: SC
Nota: 41,73
Classificação: 3º

Número de inscrição: 162506
Nome completo: Arthur de Oliveira Enseñat
Título do projeto: Real de Janeiro
Cidade: Seropédica
Estado: RJ
Nota: 40,30

Categoria: ESCULTURA
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162551
Nome completo: Pedro Henrique Hochscheid Stelmach
Título do projeto: Contenção
Cidade: Porto Alegre
Estado: RS
Nota: 44,95
Classificação: 2º

Número de inscrição: 158395
Nome completo: Mariana Kaori Akamine
Título do projeto: Cuspido e Escarrado
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 43,00
Classificação: 3º

Número de inscrição: 162974
Nome completo: Yasmin Almeida Ávila
Título do projeto: Dépaysement
Cidade: Natal
Estado: RN
Nota: 42,25
Classificação: 4º

Número de inscrição: 161539
Nome completo: Thais Mitie Shibuya
Título do projeto: A correnteza
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 37,80
Classificação: 5º

Número de inscrição: 162992
Nome completo: Cecilia Bianco Rosas
Título do projeto: Amamentação brasileira
Cidade: Resende
Estado: RJ
Nota: 37,40
Classificação: 6º

Número de inscrição: 162836
Nome completo: Laís Paim Larangeira
Título do projeto: Arte meio ambiente e educação
Cidade: Porto Alegre
Estado: RS
Nota: 36,75
Classificação: 7º

Número de inscrição: 157963
Nome completo: Sarah Mantuan
Título do projeto: Concha Urbana
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 35,25
Classificação: 8º

Número de inscrição: 162971
Nome completo: Brenda Klein
Título do projeto: Remendo
Cidade: Porto Alegre
Estado: RS
Nota: 34,15
Classificação: 9º

Número de inscrição: 162864
Nome completo: Julia Fernandes Silva
Título do projeto: Nascente Velho Chico
Cidade: Ouro Preto
Estado: MG
Nota: 33,45
Classificação: 10º

Número de inscrição: 162915
Nome completo: Romário Silva de Oliveira Costa
Título do projeto: SERPENTIMENTOS - A arte transformará toda tensão em vida.
Cidade: Salvador
Estado: BA
Nota: 33,00

Categoria: FOTOGRAFIA
Classificação: 1º

Número de inscrição: 162786
Nome completo: Eric de Sousa Estevao
Título do projeto: Prainha Resiste!
Cidade: Aracaju
Estado: SE
Nota: 46,17
Classificação: 2º

Número de inscrição: 157448
Nome completo: Debora Teixeira dos Anjos Silva
Título do projeto: Bucho Cheio
Cidade: Caruaru
Estado: PE
Nota: 45,43
Classificação: 3º

Número de inscrição: 157070
Nome completo: Rafael Vilarouca Peixoto Correia
Título do projeto: Quando o passado for presente lembra-se de mim no futuro
Cidade: Icó
Estado: CE
Nota: 45,07
Classificação: 4º

Número de inscrição: 162597
Nome completo: Ana Carolina Rolim Granja
Título do projeto: Bailarina
Cidade: Nazaré Paulista
Estado: SP
Nota: 45,00
Classificação: 5º

Número de inscrição: 161841
Nome completo: Tiago Barros Meirelles
Título do projeto: Trezentos e setenta e cinco mil e trezentos passos
Cidade: Florianópolis
Estado: SC
Nota: 43,20
Classificação: 6º

Número de inscrição: 162996
Nome completo: Allanis Machado Viera de Souza
Título do projeto: ENLACE DE SOLUTUDE
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 42,73
Classificação: 7º

Número de inscrição: 162561
Nome completo: Beatriz Machado Alves Nogueira
Título do projeto: PRISÕES ALTERIDADE E AFETOS: QUANTAS VERDADES CABEM EM UMA FOTOGRAFIA?
Cidade: Fortaleza
Estado: CE
Nota: 42,67
Classificação: 8º

Número de inscrição: 162206
Nome completo: Eduardo Rogalski da Silva
Título do projeto: Sonho com a rua que me atravessa
Cidade: Curitiba
Estado: PR
Nota: 41,77
Classificação: 9º

Número de inscrição: 160476
Nome completo: Rafael Cristiano Ferreira de Amorim
Título do projeto: dois rapazes de mãos dadas
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 41,60
Classificação: 10º

Número de inscrição: 158782
Nome completo: Dilemardo Martins Cardoso Net
Título do projeto: Corpo de recusa
Cidade: Rio de Contas
Estado: BA
Nota: 41,37

Categoria: GRAVURA
Classificação: 1º

Número de inscrição: 160418
Nome completo: Carla Désirée dos Santos Menezes
Título do projeto: Agô
Cidade: Cariacica
Estado: ES
Nota: 46,75
Classificação: 2º

Número de inscrição: 160760
Nome completo: Lucas Garcia da Silveira Begosso
Título do projeto: Livro de artista sobre terra trabalho e família: Uma proposta para gravura
Cidade: Campinas
Estado: SP
Nota: 45,75
Classificação: 3º

Número de inscrição: 159109
Nome completo: Elencristina Schneider
Título do projeto: códigos do inconsciente: as sementes do amanhã
Cidade: Guaratuba
Estado: PR
Nota: 44,75
Classificação: 4º

Número de inscrição: 162465
Nome completo: Sophia Benuthe Beltrão Coelho da Paz
Título do projeto: "Figura III"
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 44,50
Classificação: 5º

Número de inscrição: 162563
Nome completo: Daniel Chang Yuan
Título do projeto: Floresta Tropical
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 42,90
Classificação: 6º

Número de inscrição: 157456
Nome completo: Allan Berbert Carvalho Faria
Título do projeto: Retratos como experiência

Cidade: Belo Horizonte
Estado: MG
Nota: 42,50
Classificação: 7º

Número de inscrição: 160386
Nome completo: George Santos de Oliveira
Título do projeto: Gravura em Evidência
Cidade: Salvador
Estado: BA
Nota: 42,25
Classificação: 8º

Número de inscrição: 162040
Nome completo: Igor Pessoa de Barauna
Título do projeto: "A fortuna" da série "Cartas"
Cidade: Belém
Estado: PA
Nota: 42,00
Classificação: 9º

Número de inscrição: 162608
Nome completo: Larissa da Silva Saldanha Lima
Título do projeto: Ensaio sobre ela
Cidade: Natal
Estado: RN
Nota: 41,00
Classificação: 10º

Número de inscrição: 162652
Nome completo: Juliana Nobre Alves
Título do projeto: Noite Clara
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 40,50

Categoria: PINTURA
Classificação: 1º

Número de inscrição: 161681
Nome completo: Clara Luz de Castro Brandão
Título do projeto: Paisagem em desvio
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 48,95
Classificação: 2º

Número de inscrição: 159261
Nome completo: Luísa Covolan
Título do projeto: A La Mesa
Cidade: Curitiba
Estado: PR
Nota: 45,55
Classificação: 3º

Número de inscrição: 158061
Nome completo: Daniel Rocha Stofel de Souza
Título do projeto: Acantalho - Série Portais Pareitonímicos
Cidade: São Bernardo do Campo
Estado: SP
Nota: 44,95
Classificação: 4º

Número de inscrição: 162948
Nome completo: Rachel de Lima e Silva
Título do projeto: O Grande Cortejo
Cidade: Itaguaí
Estado: RJ
Nota: 44,75
Classificação: 5º

Número de inscrição: 162778
Nome completo: Walmir Elias Schwingel
Título do projeto: A beleza do efêmero
Cidade: Trindade
Estado: GO
Nota: 44,40
Classificação: 6º

Número de inscrição: 160172
Nome completo: Ana Letícia Sobral Coelho
Título do projeto: Expresso Sudamericah
Cidade: Fortaleza
Estado: CE
Nota: 44,35
Classificação: 7º

Número de inscrição: 162799
Nome completo: Yan França Casares
Título do projeto: Galhos Brasileiros
Cidade: Rio de Janeiro
Estado: RJ
Nota: 44,00
Classificação: 8º

Número de inscrição: 162983
Nome completo: Júlia Pereira Hallal
Título do projeto: Deflúvio Museal
Cidade: São Paulo
Estado: SP
Nota: 43,85
Classificação: 9º

Número de inscrição: 157540
Nome completo: Hannah da Cunha Motta Carvalho
Título do projeto: Ser Cada Célula Que Se É
Cidade: Niterói
Estado: RJ
Nota: 43,20
Classificação: 10º

Número de inscrição: 162825
Nome completo: Helder Bruno Oliveira dos Santos
Título do projeto: Inacabadas
Cidade: Ceará Mirim
Estado: RN
Nota: 42,75

II - Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U e disponível na página eletrônica da Funarte: https://www.gov.br/funarte/pt-br/editais/2022

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

Banco Central do Brasil

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DO MEIO CIRCULANTE

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial nº 5, de 8 DE JANEIRO DE 2021, seção 1, página 36, referente à retificação da Instrução Normativa BCB nº 67, de 31 de dezembro de 2020, do Departamento do Meio Circulante, onde se lê: "Mecir/Gtbsb (Brasília): custodia.gtbsb.mecir@bcb.gob.br", leia-se: "Mecir/Gtbsb (Brasília): custodia.gtbsb.mecir@bcb.gov.br".

ÁREA DE FISCALIZAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 327, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o Leiaute e as Instruções de Preenchimento do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, do Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que tratam a Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e a Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig) no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III do referido Regimento, tendo em vista o disposto na Resolução CMN nº 5.037, de 29 de setembro de 2022, na Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017, e na Carta Circular nº 3.869, de 19 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Entram em vigor, conforme cronograma especificado, as novas versões do Leiaute, das Instruções de Preenchimento e do Manual de Informações de Negociação de Operações do documento 3040 - Dados de Risco de Crédito, disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/scrdoc3040.

Art. 2º A partir da data-base de dezembro de 2022 passa a vigorar a seguinte modificação nas Instruções de Preenchimento:

I - na letra D. Informações da Operação, item 1. Informações Básicas da Operação - (tag <Op>), modalidade (atributo "Mod") 2. Empréstimos, inciso i. Crédito pessoal - com consignação em folha de pagamentos: inclusão de instrução para as operações de empréstimo consignado do Auxílio Brasil, tendo como ente consignante o Ministério da Cidadania.

Art. 3º A partir da data-base de maio de 2023 passam a vigorar as seguintes modificações:

I - no Leiaute:

a) no Anexo 8 - Característica Especial - CaracEspecial: inclusão do domínio 37, com a descrição "Operações de Adiantamento a Depositantes com origem em Conta Garantida";

II - nas Instruções de Preenchimento:

a) na letra D. Informações da Operação, item 1. Informações Básicas da Operação - (tag <Op>):

1. modalidade (atributo "Mod") 2. Empréstimos, inciso v. Cartão de crédito - compra, fatura parcelada ou saque financiados pela instituição emitente do cartão: alteração na instrução para operações de Cartão de Crédito Consignado;

2. característica especial (atributo "CaracEspecial"): inclusão do domínio 37, com a descrição "Operações de Adiantamento a Depositantes com origem em Conta Garantida";

b) na letra D. Informações da Operação, item 2. Valor de Vencimentos - (tag <Venc>), código dos vencimentos (atributo "vCOD"): inclusão da alínea "h" com instruções para operações com cláusula de vencimento antecipado.

III - no Manual de Informações de Negociação de Operações:

a) na letra B. Definições Gerais, item Resumo, em Tabela Resumo de Informações de Operações Negociadas - Informações Enviadas pelo CESSIONÁRIO: alteração do domínio "Sem retenção de risco", subdomínio "Aquisição de não SFN sem coobrigação";

b) Na letra C. Instruções Para Registro de Operações Negociadas no SCR, item 2. Operações adquiridas sem retenção de risco de pessoa NÃO integrante do SFN, alínea b. Informação da Cessionária, Informação Adicional da Operação (tag <Inf>): alteração da descrição do domínio "Valor".

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA SE/CGU Nº 3.267, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Revoga a Portaria CGU nº 3.004, de 10 de setembro de 2019.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso V do art. 30 do Anexo I do Decreto nº 11.102, de 23 de junho de 2022, resolve:

Art. 1º Esta portaria revoga a Portaria SE/CGU nº 3.004 de 10 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSE MARCELO CASTRO DE CARVALHO

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPF Nº 951, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria PGR/MPF nº 655, de 30 de outubro de 2012, que regulamenta o pagamento de Gratificação por Encargo do Concurso nos concursos para provimento de cargos de Procurador da República da carreira do Ministério Público Federal.

A VICE-PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, incisos XX e XXII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o constante do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.022164/2022-56, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPF nº 655, de 30 de outubro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

I - planejamento, organização, homologação do certame, participação na Comissão de Concurso, participação na Comissão de Heteroidentificação, participação da Comissão Indígena, participação na Comissão Especial de Avaliação, formulação de questões das provas escritas, arguição de candidatos nas provas orais, aferição dos títulos, atribuição das notas, individual ou colegiadamente, apreciação de recursos interpostos por candidatos e coordenação das atividades referentes ao concurso no âmbito de cada Unidade da Federação; e

.....

§ 1º A Gratificação por Encargo do Concurso será estendida a membros de outros ramos do Ministério Público, juristas, advogados, servidores públicos de outras instituições públicas, bem como poderá ter seus valores utilizados como referência para o pagamento a outros colaboradores sem vínculo com a Administração Pública que exercerem, por necessidade de serviço, uma das atividades constantes dos incisos anteriores." (NR)

"Seção I

Das Comissões

Art. 2º .....

.....

III - um membro da Magistratura Nacional e um suplente, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça; e

.....

§ 1º O Conselho Superior do MPF designará até seis suplentes, no total, para o Procurador-Geral da República e para os dois membros do MPF integrantes da comissão, os quais poderão auxiliar os respectivos titulares em todas as atividades relacionadas ao concurso.

....." (NR)

"Art. 3º-A Os candidatos autodeclarados indígenas serão entrevistados presencialmente por comissão especial para avaliação das declarações de pertencimento à comunidade, constituída por três pessoas de notório saber na área, engajamento na atuação de igualdade racial e representatividade de gênero, raça e idade, indicadas pela instituição organizadora do concurso e aprovadas pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, ouvida a Sexta Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

§ 1º A comissão especial, no processo de avaliação de que trata este artigo, levará em conta, entre outros parâmetros para a identificação étnica, o pertencimento etnoterritorial calcado em memória histórica ou linguística ou, ainda, em reconhecimento da comunidade indígena, ouvida a Funai, sempre que considerar pertinente.

§ 2º Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos indígenas aqueles que se autodeclararem como tais, no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, independentemente de o candidato residir ou não em Terra Indígena." (NR)

"Art. 3º-B A Comissão Especial de Avaliação, com competência para avaliar a existência e relevância da deficiência declarada pelos candidatos e autorizar medidas excepcionais de apoio nos termos desta Resolução, será composta por:

I - 3 (três) membros do Ministério Público Federal, indicados pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal, e presidida pelo mais antigo; e

II - 3 (três) profissionais capacitados e atuantes nas diversas áreas de deficiência, sempre que possível, sendo pelo menos um deles médico, todos integrantes do Serviço de Assistência Médica e Social do Ministério Público Federal, indicados pelo Secretário de Serviços de Saúde e submetidos ao Procurador-Geral da República para aprovação do Conselho Superior do Ministério Público Federal." (NR)

"Seção V

Da Coordenação Nacional

Art. 7º O Procurador-Geral da República designará servidores para o desempenho das seguintes funções:

I - Coordenador Nacional e Coordenador Nacional Adjunto, com atribuição para coordenar todas as atividades do concurso;

II - Gerente de Tecnologia da Informação e Gerente de Tecnologia da Informação Adjunto, com atribuição para planejamento, garantia da segurança da informação, proteção de dados pessoais, desenvolvimento, manutenção e modernização do sistema do concurso, bem como prestar suporte técnico e outras atividades correlatas;

III - Gerente de Logística, com atribuição para o planejamento e processamento de cronograma, planejamento nacional de alocação de candidatos por sala, alocação de colaboradores, otimização de recursos e outras atividades correlatas;

IV - Gerente de Documentação, com atribuição para análise e controle documental, gestão do conhecimento, padronização de fluxos de trabalho, revisão de atos normativos, gestão de processos e outras atividades correlatas;

V - Gerente de Orçamento, com atribuição para planejamento orçamentário, acompanhamento contratual, consolidação e cadastro dos colaboradores, descentralização de recursos, pagamento dos colaboradores, controle financeiro e orçamentário." (NR)

"Art. 8º O Secretário de Concursos designará servidores para atuarem como executores de demandas específicas, tais como:

I - participação na supervisão nacional, aplicação e fiscalização das provas objetivas, subjetivas e orais;

II - supervisão e impressão das provas;

III - organização, empacotamento, endereçamento e despacho do material de prova, de acordo com planejamento de alocação dos candidatos por estado, local de prova e sala;

IV - organização e conferência do material de prova recebido das Procuradorias da República;

V - preparação das folhas de resposta, leitura dos dados constantes das folhas de respostas da prova objetiva e avaliação do resultado;

VI - organização, desidentificação e identificação dos recursos e das provas subjetivas;

VII - análise dos documentos da inscrição definitiva;

VIIII - organização dos cadernos de prova oral; e

IX - organização dos títulos." (NR)

"Art. 13. .....

§1º Para efeito de cálculo da retribuição pecuniária, os valores para pagamento serão fixados nos termos a seguir:

I - no caso dos membros do MPF e dos suplentes, do jurista magistrado e do advogado que compõem a Comissão de Concurso, e dos membros e servidores que compõem a Comissão de Heteroidentificação, Comissão Especial de Avaliação e Comissão Indígena, assim como o Secretário de Concursos, os valores, para efeito de cálculo, serão fixados em percentuais com base no subsídio do cargo de Procurador da República, em vigor no mês em que prestados os serviços, e serão pagos ao final de cada atividade, conforme tabela de atividades e remuneração constante no Anexo I;

.....

IV - aos servidores e demais colaboradores, que atuarem nos dias de realização das provas, bem como os executores das atividades previstas no art. 8º, os valores, para efeito de cálculo, serão fixados em percentuais com base no subsídio do cargo de Procurador da República, em vigor no mês em que a atividade for finalizada e serão pagos, após a prestação dos serviços, conforme tabela de função e remuneração constante no Anexo III.

V - quanto aos membros e servidores designados nos termos dos arts. 5º e 7º, os valores, para efeito de cálculo, serão fixados em percentuais com base no subsídio do cargo de Procurador da República, em vigor no mês em que prestados os serviços e serão pagos mensalmente observando-se o limite de 1h/dia (uma hora por dia) útil de efetivo desempenho das atribuições respectivas, conforme tabela de funções e remuneração constante do Anexo IV, observadas as seguintes disposições:

a) a retribuição pecuniária para os servidores designados nos termos do art. 7º compreende o período entre a publicação do edital de abertura até a homologação do concurso;

b) a retribuição pecuniária para os membros e servidores designados nos termos do art. 5º, será devida desde a abertura do edital até a divulgação do resultado que não contemple candidatos habilitados para as fases seguintes do concurso, na respectiva unidade, limitando a percepção da retribuição pecuniária até o término das inscrições definitivas; e

c) em caso de afastamento ou impedimento legal do Secretário da Subcomissão Estadual, a retribuição pecuniária será devida apenas ao substituto, desde que devidamente comunicado pelo Presidente da Subcomissão à Secretaria de Concursos;

d) o Secretário da Subcomissão Estadual substituto fará jus à retribuição pecuniária prevista no Anexo III, se, encerradas as inscrições, a unidade tiver mais de 500 (quinhentas) inscrições confirmadas.

VI - o valor global, por atividade, destinado à Comissão de Heteroidentificação, à Comissão Indígena e à Comissão Especial de Avaliação será rateado, respectivamente, entre os seus integrantes.

§ 2º A retribuição prevista no inciso IV não se acumula com a retribuição prevista no inciso V.

§ 3º Em qualquer caso é vedado o pagamento de gratificação por encargo de concurso aos servidores lotados na Secretaria de Concursos." (NR)

"Art. 14. A retribuição pecuniária ocorrerá conforme as disposições do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e não poderá ser superior ao equivalente a cento e vinte horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pelo Procurador-Geral da República, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas de trabalhos anuais, dada a complexidade do certame e o lapso temporal empreendido para a execução de todas as etapas.

Parágrafo único. Para fins de percepção pecuniária, consideram-se as unidades de medidas informadas no Anexo I equivalentes à 1 (uma) hora de trabalho, exceto julgamento de recurso da prova objetiva, em que se considera 30 (trinta) minutos." (NR)

"Art. 15. A participação dos servidores na execução dos trabalhos da Comissão de Heteroidentificação, da Comissão Indígena e da Comissão Especial de Avaliação, bem como na aplicação das provas objetiva, subjetiva e oral, deverá ocorrer sem prejuízo das atribuições do cargo efetivo, da função comissionada ou cargo em comissão de que for titular, devendo ser objeto de compensação de carga horária, quando desempenhada durante a jornada de trabalho, no prazo de até um ano, a contar do término da prova de que tenha participado." (NR)

Art. 2º Os Anexos I, II, III e IV da Portaria PGR/MPF nº 655, de 30 de outubro de 2012, passam a vigorar com a redação dada pelos anexos desta Portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data de abertura do 30º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República.

LINDORA MARIA ARAUJO

ANEXO I DA PORTARIA PGR/MPF Nº 655/2012

REMUNERAÇÃO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES

Atividade	Unidade de Medida	% do Subsídio de Procurador da República
Elaboração de questões da prova objetiva	questão	1,47
Apreciação de recurso interposto do resultado da prova objetiva	questão por recurso	0,60
Elaboração de tema de dissertação das provas subjetivas	dissertação	1,47
Elaboração de questões das provas subjetivas	questão	1,47
Correção das provas subjetivas	prova	1,47
Apreciação de recurso interposto do resultado das provas subjetivas	questão por recurso	1,47
Apreciação de recurso interposto do resultado das provas subjetivas	redação de texto	1,47
Arguição de candidato sobre pontos sorteados nas provas orais	integrante da comissão/por candidato	1,37
Apreciação de recurso interposto do resultado das provas orais	recurso por disciplina	1,47
Apreciação de títulos	por candidato	0,80
Apreciação de recurso interposto do resultado final do concurso referente à nota de título	por recurso	1,47
Procedimento de Heteroidentificação	integrante da comissão/por candidato	1,47
Apreciação de recurso interposto da decisão proferida pela Comissão de Heteroidentificação	por recurso	1,47
Procedimento da Comissão Especial de Avaliação	por candidato	1,47
Apreciação de recurso interposto da decisão proferida pela Comissão Especial de Avaliação	por recurso	1,47
Procedimento da Comissão Indígena	integrante da comissão/por candidato	1,47
Apreciação de recurso interposto da decisão proferida pela Comissão Indígena	por recurso	1,47

ANEXO II DA PORTARIA PGR/MPF Nº 655/2012

REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E SUBJETIVAS

Função	Unidade de Medida	% do Subsídio de Procurador da República
Supervisor de sala	hora	0,80

(1) O valor da jornada/dia trabalhada terá como fator de multiplicação o coeficiente 7 (tempo de realização das provas = sete horas)

ANEXO III DA PORTARIA PGR/MPF Nº 655/2012

REMUNERAÇÃO PARA EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DAS PROVAS

Servidores do MPF, da Administração Pública e Colaboradores sem Vínculo

Função	Unidade de Medida	% do Subsídio de Procurador da República
Executor	hora	0,50
Médico	hora	0,50
Fiscal de Mesa	hora	0,35
Fiscal Itinerante	hora	0,30
Fiscal de Sala	hora	0,30
Enfermeiro	hora	0,35
Auxiliar de Enfermagem	hora	0,25
Motorista	hora	0,25
Garçom	hora	0,20
Vigilante/Segurança	hora	0,20
Recepcionista	hora	0,15
Copeira	hora	0,15
Servente	hora	0,15

(1) O valor da jornada/dia trabalhada terá como fator de multiplicação o coeficiente 7 (tempo de realização das provas = sete horas).

(2) O cálculo da remuneração das provas orais, sempre que estas excederem sete horas diárias, será igual aos valores acima, acrescidos de 50% (cinquenta por cento).

ANEXO IV DA PORTARIA PGR/MPF Nº 655/2012

REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO

Função	Unidade de Medida	% do Subsídio de Procurador da República
Coordenador Nacional	hora	0,80
Coordenador Nacional Adjunto	hora	0,70
Gerente de TI, Logística, Documentação e Orçamento	hora	0,70
Gerente Adjunto	hora	0,60
Presidente da Subcomissão Estadual	hora	0,70
Membro da Subcomissão Estadual	hora	0,50
Secretário da Comissão Estadual	hora	0,40
Secretário da Comissão Estadual Substituto	hora	0,30

(1) Nos casos em que houver substituição, os ocupantes de cargos de Adjunto receberão a gratificação devida ao Titular, sendo vedada a acumulação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

PORTARIA Nº 908, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

ICP nº 08190.014445/22-50.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS E TERRITÓRIOS, por sua Quarta Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Consumidor, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores (art. 129, inciso III, da Constituição Federal e arts. 81 e 82 da Lei Federal n.º 8.078/90);

CONSIDERANDO que a efetiva prevenção e reparação de danos são direitos básicos dos consumidores (art. 6º, inciso VI, do CDC);

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento do Ministério Público reclamações de que o BRB - Banco de Brasília retém, de forma ilegal, vencimentos dos consumidores;

CONSIDERANDO a necessidade de diligências e demais procedimentos investigatórios para melhor apuração dos fatos, resolve:

Com suporte nas Leis Federai nº 7.347/85 e 8.078/90 e na Lei Complementar nº 75/93, converter o presente procedimento preparatório em

INQUÉRITO CIVIL

a ser conduzido pela 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, objetivando melhor apuração dos fatos, indicação de responsabilidades e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais em defesa dos consumidores, e, para tanto, determina-se:

1. autue-se e registre-se esta Portaria;

2. encaminhe-se esta Portaria para publicação na imprensa oficial;

3. comunique-se à Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível deste MPDFT a instauração deste Inquérito Civil Público;

4. remeta-se ao SAP para minuta de Ação Civil Pública.

CÁTIA GISELE MARTINS VERGARA

Promotora de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 15 - PRODEP, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em ofício na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social, na forma do art. 8º, §1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil, registrado no SISPROWEB nº 08190.009554/22-46, como interessados: CONSTRUTORA BRASIL CONSTRUÇÕES E MONTAGENS e a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, para apurar supostas irregularidades e ilegalidades na prorrogação de contratos.

FABIANO MENDES ROCHA PELLOSO

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 801 - CJF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e os procedimentos estabelecidos na Portaria SOF/ME n. 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 0000005-20.2022.4.90.8000, na sessão virtual realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, crédito adicional suplementar, no valor global de R$ 65.450.000,00 (sessenta e cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil reais), para atender à programação do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no art. 1º decorrerá da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**8.100.000**
	Operações Especiais								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**8.100.000**
0033 0181 0001	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Nacional	09 272							8.100.000
			S	1-PES	1	90	0	100	8.100.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**8.100.000**
TOTAL - GERAL									**8.100.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**9.200.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**9.200.000**
0033 20TP 6012	Ativos Civis da União - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 122							9.200.000
			F	1-PES	1	90	0	100	9.200.000
TOTAL - FISCAL									**9.200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.200.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**13.200.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**12.500.000**
0033 20TP 6013	Ativos Civis da União - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	02 122							12.500.000
			F	1-PES	1	90	0	100	12.500.000
	Operações Especiais								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**700.000**
0033 0181 6013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	09 272							700.000
			S	1-PES	1	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									**12.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**700.000**
TOTAL - GERAL									**13.200.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**18.350.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**17.600.000**
0033 20TP 6014	Ativos Civis da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	02 122							17.600.000
			F	1-PES	1	90	0	100	17.600.000
	Operações Especiais								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**750.000**
0033 0181 6014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	09 272							750.000
			S	1-PES	1	90	0	100	750.000
TOTAL - FISCAL									**17.600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**750.000**
TOTAL - GERAL									**18.350.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**8.300.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**8.000.000**
0033 20TP 6015	Ativos Civis da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	02 122							8.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	8.000.000
	Operações Especiais								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**300.000**
0033 0181 6015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	09 272							300.000
			S	1-PES	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									**8.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**8.300.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**8.300.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**5.300.000**
0033 20TP 6016	Ativos Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	02 122							5.300.000
			F	1-PES	1	90	0	100	5.300.000
	Operações Especiais								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**3.000.000**
0033 0181 6016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	09 272							3.000.000
			S	1-PES	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.000.000**
TOTAL - GERAL									**8.300.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**65.450.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**65.450.000**
0033 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	02 122							65.450.000
			F	1-PES	1	90	0	100	65.450.000
TOTAL - FISCAL									**65.450.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**65.450.000**

RESOLUÇÃO Nº 802 - CJF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "1", do art. 4º da Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e os procedimentos estabelecidos na Portaria SOF/ME n. 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 0000005-20.2022.4.90.8000, na sessão virtual realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, crédito adicional suplementar, no valor global de R$ 22.724.711,00 (vinte e dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil setecentos e onze reais), para atender à programação do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no art. 1º decorrerá da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**13.789.000**
	Atividades								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**3.789.000**
0033 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	02 301							3.789.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	2.643.948
			S	3-ODC	1	90	0	188	1.145.052
0033 4224	**Assistência Jurídica a Pessoas Carentes**	**02 061**							**10.000.000**
0033 4224 0001	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - Nacional	02 061							10.000.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	10.000.000
0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**								**40.000**
	Operações Especiais								
0909 00S6	**Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias**	**28 846**							**40.000**
0909 00S6 0001	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias - Nacional	28 846							40.000
			S	1-PES	1	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									**10.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.829.000**
TOTAL - GERAL									**13.829.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**5.055.711**
	Atividades								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**4.311.000**
0033 2004 6012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 301							4.311.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	4.311.000
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**744.711**
0033 212B 6012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 301							744.711
			F	3-ODC	1	90	0	100	744.711
TOTAL - FISCAL									**744.711**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.311.000**
TOTAL - GERAL									**5.055.711**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.440.000**
	Atividades								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**1.050.000**
0033 2004 6013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	02 301							1.050.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	1.050.000
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**390.000**
0033 212B 6013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	02 301							390.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	390.000
TOTAL - FISCAL									**390.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.050.000**
TOTAL - GERAL									**1.440.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.000.000**
	Atividades								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**2.000.000**
0033 2004 6014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	02 301							2.000.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.000.000**
TOTAL - GERAL									**2.000.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**400.000**
	Atividades								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**400.000**
0033 212B 6016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	02 301							400.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**400.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**20.547.661**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**40.000**
0033 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	02 122							40.000
			F	1-PES	1	90	0	100	40.000
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**11.012.535**
0033 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	02 301							11.012.535
			F	3-ODC	1	90	0	100	11.012.535
0033 219I	**Publicidade Institucional e de Utilidade Pública**	**02 131**							**40.300**
0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional	02 131							40.300
			F	3-ODC	2	90	0	100	40.300
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**9.454.826**
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	02 061							9.454.826
			F	3-ODC	2	90	0	100	9.454.826
TOTAL - FISCAL									**20.547.661**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**20.547.661**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**250.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**250.000**
0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	02 061							250.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**24.050**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**24.050**
0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	02 061							24.050
			F	3-ODC	2	90	0	100	24.050
TOTAL - FISCAL									**24.050**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.050**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12107 - Tribunal Regional Federal da 6ª Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.903.000**
	Atividades								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**1.900.000**
0033 2004 6044	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na 6ª Região da Justiça Federal - MG	02 301							1.900.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	754.948
			S	3-ODC	1	90	0	188	1.145.052
0033 219I	**Publicidade Institucional e de Utilidade Pública**	**02 131**							**3.000**
0033 219I 6044	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Na 6ª Região da Justiça Federal - MG	02 131							3.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	3.000
TOTAL - FISCAL									**3.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.900.000**
TOTAL - GERAL									**1.903.000**

RESOLUÇÃO Nº 803 - CJF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a autorização contida no inciso II, alínea "a", item "2", do art. 4º da Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e os procedimentos estabelecidos na Portaria SOF/ME n. 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 0000005-20.2022.4.90.8000, na sessão virtual realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, crédito adicional suplementar, no valor global de R$ 700,00 (setecentos reais), para atender à programação do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º O recurso necessário à execução do disposto no art. 1º decorrerá da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme indicado no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**								**700**
	Operações Especiais								
0909 0536	**Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais**	**28 846**							**700**
0909 0536 6014	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	28 846							700
			S	3-ODC	1	90	0	100	700
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**700**
TOTAL - GERAL									**700**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**700**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**700**
0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	02 061							700
			F	3-ODC	2	90	0	100	700
TOTAL - FISCAL									**700**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700**

RESOLUÇÃO Nº 804 - CJF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a autorização contida no art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021, e os procedimentos estabelecidos na Portaria SOF/ME n. 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 0000005-20.2022.4.90.8000, na sessão virtual realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 5.569.722,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil setecentos e vinte e dois reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.979.319**
	Atividades								
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**220.000**
0033 219Z 6016	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	02 122							220.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	220.000
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**4.759.319**
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	02 061							4.759.319
			F	4-INV	2	90	0	100	4.759.319
TOTAL - FISCAL									**4.979.319**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.979.319**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**340.403**
	Projetos								
0033 151W	**Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe**	**02 126**							**340.403**
0033 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 126							340.403
			F	4-INV	2	90	0	100	340.403
TOTAL - FISCAL									**340.403**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**340.403**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**250.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**250.000**
0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	02 061							250.000
			F	4-INV	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.979.319**
	Atividades								
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**220.000**
0033 219Z 6016	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	02 122							220.000
			F	4-INV	2	90	0	100	220.000
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**4.759.319**
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	02 061							4.759.319
			F	3-ODC	2	90	0	100	4.759.319
TOTAL - FISCAL									**4.979.319**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.979.319**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**340.403**
	Projetos								
0033 151W	**Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe**	**02 126**							**340.403**
0033 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 126							340.403
			F	3-ODC	2	90	0	100	340.403
TOTAL - FISCAL									**340.403**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**340.403**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO II **Outras Alterações Orçamentárias**

PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**250.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**250.000**
0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	02 061							250.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**250.000**

RESOLUÇÃO Nº 805 - CJF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a autorização contida no inciso III, alínea "i", item "1", e § 3º, do art. 4º da Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e os procedimentos estabelecidos na Portaria SOF/ME n. 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 0000005-20.2022.4.90.8000, na sessão virtual realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 30.120.759,00 (trinta milhões, cento e vinte mil setecentos e cinquenta e nove reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**13.509.964**
	Atividades								
0033 216H	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**	**02 122**							**90.000**
0033 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	02 122							90.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	90.000
0033 219I	**Publicidade Institucional e de Utilidade Pública**	**02 131**							**176.000**
0033 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional	02 131							176.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	176.000
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**13.073.964**
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	02 061							13.073.964
			F	4-INV	2	90	0	100	8.073.964
			F	4-INV	2	90	0	127	5.000.000
	Projetos								
0033 11KR	**Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC**	**02 122**							**170.000**
0033 11KR 4446	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC - No Município de Blumenau - SC	02 122							170.000
			F	4-INV	2	90	0	100	170.000
TOTAL - FISCAL									**13.509.964**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.509.964**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.670.000**
	Atividades								
0033 219I	**Publicidade Institucional e de Utilidade Pública**	**02 131**							**20.000**
0033 219I 6012	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 131							20.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	20.000
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**1.650.000**
0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 061							1.650.000
			F	4-INV	2	90	0	100	1.650.000
TOTAL - FISCAL									**1.670.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.670.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**95.207**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**95.207**
0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	02 061							95.207
			F	3-ODC	2	90	0	127	95.207
TOTAL - FISCAL									**95.207**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**95.207**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.145.588**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**4.145.588**
0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	02 061							4.145.588
			F	3-ODC	2	90	0	100	62.680
			F	3-ODC	2	90	0	127	867.433
			F	4-INV	2	90	0	100	3.215.475
TOTAL - FISCAL									**4.145.588**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.145.588**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**10.700.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**10.700.000**
0033 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	02 061							10.700.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	6.400.000
			F	4-INV	2	90	0	100	4.300.000
TOTAL - FISCAL									**10.700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.700.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**13.605.936**
	Atividades								
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**610.000**
0033 219Z 6014	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	02 122							610.000
			F	4-INV	2	90	0	100	610.000
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**12.995.936**
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	02 061							12.995.936
			F	3-ODC	2	90	0	100	7.033.296
			F	3-ODC	2	90	0	127	5.962.640
TOTAL - FISCAL									**13.605.936**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.605.936**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**3.450.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**450.000**
0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	02 061							450.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	450.000
	Projetos								
0033 11RV	**Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF**	**02 122**							**3.000.000**
0033 11RV 5664	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF - Em Brasília - DF	02 122							3.000.000
			F	4-INV	2	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									**3.450.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.450.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**385.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**385.000**
0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	02 061							385.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	385.000
TOTAL - FISCAL									**385.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**385.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12107 - Tribunal Regional Federal da 6ª Região

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**12.679.823**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**12.679.823**
0033 4257 6044	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 6ª Região da Justiça Federal - MG	02 061							12.679.823
			F	3-ODC	2	90	0	100	12.679.823
TOTAL - FISCAL									**12.679.823**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.679.823**

RESOLUÇÃO Nº 806 - CJF, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 45 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO a autorização contida no inciso III, alínea "i", item "1" e § 3º, do art. 4º da Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, e os procedimentos estabelecidos na Portaria SOF/ME n. 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, e;

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. 0000005-20.2022.4.90.8000, na sessão virtual realizada entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**30.000.000**
	Atividades								
0033 4257	**Julgamento de Causas na Justiça Federal**	**02 061**							**30.000.000**
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	02 061							30.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									**30.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**30.000.000**

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**30.000.000**
	Atividades								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**30.000.000**
0033 20TP 0001	Ativos Civis da União - Nacional	02 122							30.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	30.000.000
TOTAL - FISCAL									**30.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**30.000.000**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 2.740, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, e tendo em vista o contido no processo SEI 0029398/2022, resolve:

Art. 1º Remanejar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

item	código FC	origem (nível, descrição e localização FC)	destino (nível, descrição e localização FC)
1	6188	FC-05 da Assessoria da Secretaria-Geral do TJDFT - ASG	FC-05 de Supervisor do Núcleo de Medicina do Trabalho - NUMET
2	5891	FC-05 do Gabinete da Presidência - GPR	FC-05 da Assessoria do Cerimonial da Presidência - ACP
3	5886	FC-03 do Gabinete da Presidência - GPR	FC-03 da Assessoria da Secretaria-Geral do TJDFT - ASG
4	6986	FC-02 da Secretaria Administrativa do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e do Conselho Especial da Função Administrativa - SEPLE	FC-02 da Secretaria da Ouvidoria-Geral - SEOVG
5	6135	FC-01 de Encarregado do Posto de Saúde Ocupacional - PSO	FC-01 da Secretaria-Geral do TJDFT - SEG

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

2ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

DECISÕES DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

4ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

DISCIPLINARES: 1 - Processo-COFECI nº 4110/2018. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA DIONÍZIA PEIXOTO - CRECI 84628. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 4168/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: TETO FORTE IMOBILIÁRIA EIRELI - EPP - CRECI J-4835 e RT JOÃO CARLOS ALMEIDA TAVARES - CRECI 30372. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

ADMINISTRATIVOS: 3 - Processo-COFECI nº 374/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. PATRÍCIA ARDUINI CANTERO - CRECI 83.227 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 4 - Processo-COFECI nº 376/2021. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. RENATA BURIOLA DE OLIVEIRA LOPES - CRECI 109.396 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 5 - Processo-COFECI nº 021/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. DEOSDETE AUGUSTO DE SOUZA - CRECI 31.227 - Face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 6 - Processo-COFECI nº 023/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. JORGE APARECIDO DA CRUZ - CRECI 108.339 - Face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 7 - Processo-COFECI nº 038/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. VICENTE RODRIGUES DOS SANTOS - CRECI 19.277 - Face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 8 - Processo-COFECI nº 044/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. JORGE JAIME FERNANDES - CRECI 21.470 - Face a idade avançada e precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 9 - Processo-COFECI nº 2385/2019. Origem: CRECI 16ª Região/SE. Assunto: Solicita homologação de isenção de débitos dos anos de 2012 até 2018, concedidos a C.I. MARIA DA SILVA - CRECI 2850 - Face a problemas de saúde: (Hipertensão arterial sistêmica, fibrilação arterial paroxística e depressão). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 10 - Processo-COFECI nº 2386/2019. Origem: CRECI 16ª Região/SE. Assunto: Solicita homologação de isenção de débitos dos anos de 2017, 2018 e 2019, concedidos ao C.I. LUIZ ANTÔNIO ROCHA SANTOS - CRECI 3988 - Face a problema de saúde: (Artrite reumatoide inflamatória crônica). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 11 - Processo-COFECI nº 251/2020. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de remissão de débitos, concedidos a C.I. THAIS FELICISSIMO DE MATOS - CRECI 109.599 - Face a problemas de saúde: (Depressão e esquizofrenia). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 12 - Processo-COFECI nº 253/2020. Recte: LUIZ RODRIGUES DANTAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Pedido de cancelamento da inscrição com remissão de débitos formulado pelo C.I. LUIZ RODRIGUES DANTAS - CRECI 33.869 - Indeferida a remissão de débito. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13 - Processo-COFECI nº 256/2020. Recte: ROQUE DE CASTRO CARMO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Pedido de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, formulado pelo C.I. ROQUE DE CASTRO CARMO - CRECI 36.475 - Indeferida a remissão de débitos. DECISÃO: Negado provimento ao recurso.

Des. CRUZ MACEDO

Mantida a decisão de origem. Unânime. 14 - Processo-COFECI nº 039/2022. Recte: RICARDO ROSALINO CAMARGO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 15 - Processo-COFECI nº 040/2022. Recte: JOSÉ ROBERTO FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 16 - Processo-COFECI nº 142/2022. Recte: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 17 - Processo-COFECI nº 143/2022. Recte: IVAN DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 18 - Processo-COFECI nº 144/2022. Recte: ALIPIO SPINA LA LUNA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19 - Processo-COFECI nº 145/2022. Recte: JOSÉ LUIZ PALATA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20 - Processo-COFECI nº 147/2022. Recte: ANDRÉ LUIZ PRESSENDO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MANOEL CLAUDENIR DE ARAÚJO LIMA/AC

DISCIPLINARES: 1 - Processo-COFECI nº 2055/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: R SOARES INTERMhEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6058, MAURO AUGUSTO GUIMARÃES MELO - CRECI 47010 e ROBERTO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR - CRECI 40779. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para absolver a empresa R SOARES INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS E IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6058 e o C.I ROBERTO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR - CRECI 40779 e aplicar a penalidade de Suspensão da Inscrição por 60 dias c/c Multa de 03 anuidades para MAURO AUGUSTO GUIMARÃES MELO - CRECI 47010. Unânime. 2 - Processo-COFECI nº 2475/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: CRISTINA LIMA SANDY - CRECI 12191. Revisor: Conselheiro Nilson Ribeiro de Araújo/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3 - Processo-COFECI nº 2476/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: AUDIVAN DOS SANTOS - CRECI 8098. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4 - Processo-COFECI nº 2477/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JÂNIO DE CARVALHO LIMA - CRECI 11929. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5 - Processo-COFECI nº 2478/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: AUDIVAN DOS SANTOS - CRECI 8098. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6 - Processo-COFECI nº 2479/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repda: PROJEÇÃO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS & INFORMÁTICA LTDA - ME - CRECI J-16735. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7 - Processo-COFECI nº 2481/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: JOSÉ PEREIRA SERPA - CRECI 4290. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 2482/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: PROJEÇÃO IMOBILIÁRIA & CONSTRUTORA LTDA-ME - CRECI J-21230 e RT IGOR AMORIM DOS SANTOS - CRECI 19898. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime.

ADMINISTRATIVOS: 9 - Processo-COFECI nº 046/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos a C.I. KELLY CRISTIANE DE JESUS SANTOS - CRECI 151.135 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 10 - Processo-COFECI nº 057/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. NELSON TEODORO FERNANDES - CRECI 112.099 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 11 - Processo-COFECI nº 058/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. ORISTEU CORTEZ - CRECI 56.573 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 12 - Processo-COFECI nº 059/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. OSCAR LUIZ COELHO LACERDA - CRECI 29.095 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 13 - Processo-COFECI nº

060/2022. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. OSMANE SOARES DA SILVEIRA - CRECI 19.653 - Face a precária condição econômica. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 14 - Processo-COFECI nº 769/2020. Recte: MAIRA ASSUMPTA DESTRO SABINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 15 - Processo-COFECI nº 378/2021. Recte: DOUGLAS GOMES DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 16 - Processo-COFECI nº 379/2021. Recte: MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 17 - Processo-COFECI nº 390/2021. Recte: FERNANDO ALVES FEITOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 18 - Processo-COFECI nº 066/2022. Recte: PAULO SÉRGIO DE FREITAS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 19 - Processo-COFECI nº 067/2022. Recte: JOSÉ RICARDO NOVELLI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal. 20 - Processo-COFECI nº 068/2022. Recte: FELIPE PEDRO DE MENDONÇA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, a E. 2ª Câmara Recursal, à unanimidade, deliberou pela devolução dos autos a origem, até que haja decisão terminativa com postulação recursal.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 5.015, de 7de novembro de 2021, publicada no DOU nº 218, de 21de novembro de 2022, Seção 1, Página: 101, no artigo 1º, inciso II, onde se lê: "Processo: 20.210/2022 (Corecon-SP)", leia-se: "Processo: 20.210/2022 (Corecon-RJ)".

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RESOLUÇÃO Nº 445, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso XI do artigo 42 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 435/2022), e;

CONSIDERANDO o inciso XV do artigo 32 do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 435/2022) que determina que compete ao Plenário do CONFEF, com a presença da maioria absoluta de seus Membros, a aprovação do orçamento e respectivas modificações;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião do Plenário realizada em 07 de outubro de 2022, nos termos da ata da 477ª Reunião Plenária do Conselho Federal de Educação Física, resolve:

Art. 1º - Dar publicidade ao orçamento do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, devidamente aprovado para o exercício financeiro de 2023 que estima a receita em R$ 40.600.000,00 (quarenta milhões e seiscentos mil reais) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2º - As receitas foram previstas observando o seguinte desdobramento:

6.2.1.1.01	RECEITAS CORRENTES	R$ 40.600.000,00
6.2.1.1.01.02	PERCENTUAL DE RECEITA ESTATUTÁRIA	R$ 32.500.000,00
6.2.1.1.01.04	EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS	R$ 4.080.000,00
6.2.1.1.01.05	FINANCEIRAS	R$ 4.000.000,00
6.2.1.1.01.07	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R$ 20.000,00
	TOTAL DA RECEITA	R$ 40.600.000,00

Art. 3º - As despesas foram fixadas em observância ao seguinte desdobramento:

6.2.2.1.01.01	DESPESA CORRENTE	R$ 32.040.000,00
6.2.2.1.01.02	DESPESA DE CAPITAL	R$ 8.560.000,00
	TOTAL DA DESPESA	R$ 40.600.000,00

Art. 4º - Para a abertura de créditos adicionais, conforme estabelecido no Título V da Lei Federal 4.230/1964, será exigida, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos.

§1º - Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento.

§2º - Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares superiores ao limite supracitado, no grupo 6.2.2.1.01.02. DESPESAS DE CAPITAL, utilizando o Superávit Financeiro de exercícios anteriores.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI

RESOLUÇÃO Nº 446, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o inciso IX, do art. 43;

CONSIDERANDO o disposto no art. 47 e seguintes do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 435/2022) que dispõe sobre as Câmaras Permanentes do CONFEF;

CONSIDERANDO o disposto no art. 59 e seguintes do Estatuto do CONFEF (Resolução CONFEF nº 435/2022) que dispõe sobre as Câmaras Temporárias do CONFEF;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CONFEF, em reunião ordinária, de 11 de Novembro de 2022, resolve:

Art. 1º - As Câmaras Permanentes do CONFEF são aquelas elencadas no Estatuto do CONFEF.

Art. 2º - As Câmaras Temporárias do CONFEF serão criadas sempre que haja necessidade sobre um tema específico.

Parágrafo único - A indicação da necessidade de criação das Câmaras Temporárias será analisada pela Diretoria do CONFEF e, após, levado para deliberação do Plenário do CONFEF.

Art. 3º - As Câmaras terão como sede as instalações do CONFEF e contarão com o apoio da Secretaria das Câmaras para auxílio nas questões administrativas.

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO E MANDATOS

Art. 4º - As Câmaras do CONFEF serão compostas por, no mínimo, 03 (três) Conselheiros Federais.

§ 1º - A fim de manter a organização e produtividade dos trabalhos, a composição limitar-se-á a, no máximo, 06 (seis) integrantes.

§ 2º - Poderão integrar as Câmaras do CONFEF, na qualidade de Membros convidados, os Presidentes dos CREFs e os Profissionais de Educação Física com registro ativo no Sistema CONFEF/CREFs e em dia com suas obrigações estatutárias que não sejam Membros do Plenário, observando-se o limite de 06 (seis) integrantes.

§ 3º - Será permitida a participação dos Membros Conselheiros e Convidados em apenas uma das Câmaras Permanentes ou Temporárias, exceto os Membros da Câmara de Controle e Finanças e da Câmara de Presidentes.

§ 4º - O disposto no parágrafo 1º e 2º deste artigo não se aplica a Câmara de Presidentes, que, em razão de sua especificidade, é composta por todos os Presidentes de CREFs e pelo Presidente do CONFEF, e na falta ou impedimento dos mesmos, pela presença do respectivo 1º ou 2º Vice-Presidente.

§ 5º - Os Membros integrantes das Câmaras podem ser substituídos pelo Plenário a qualquer tempo.

§ 6º - As Câmaras reunir-se-ão presencialmente e/ou de forma híbrida, no sábado após o término da reunião do Plenário do CONFEF, salvo exceção aprovada pela Diretoria.

§ 7ª - Os convidados participarão das reuniões de forma remota, exceto os Presidentes de CREFs.

Subseção I

Da Indicação e Aprovação dos Membros

Art. 5º - Será de responsabilidade dos Conselheiros Federais a indicação dos nomes para composição das Câmaras.

§ 1º - Para indicação de Membros convidados será necessário o preenchimento do formulário próprio a ser enviado à Diretoria do CONFEF.

§ 2º - Após análise por parte da Diretoria do CONFEF do cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução por todos os nomes indicados, o tema será levado à deliberação do Plenário do CONFEF.

§ 3º - O disposto no caput deste artigo não se aplica à Câmara de Presidentes.

Art. 6º - A designação dos Membros de cada Câmara será oficializada através de Portaria do CONFEF devidamente publicada no Diário Oficial da União.

Parágrafo único - Os Membros das Câmaras assinarão um Termo de Confidencialidade e Sigilo de todas as informações obtidas durante o exercício de suas funções.

Subseção II

Da Eleição da Presidência e Secretaria

Art. 7º - Na primeira reunião das Câmaras serão eleitos 01 (um) Presidente e 01 (um) Secretário, mediante aprovação de metade mais um de seus Membros.

Parágrafo único - São elegíveis para as funções de Presidente e Secretário os Conselheiros Federais integrantes das Câmaras, exceto na Câmara de Presidentes em que o Secretário será Presidente de CREF.

Art. 8º - A eleição mencionada no artigo anterior dar-se-á por inscrição de candidato a concorrer para a função de Presidente e de Secretário.

§ 1º - O quorum para eleição corresponde ao número inteiro imediatamente superior à metade da composição da Câmara.

§ 2º - A eleição será conduzida por um Membro eleito para tanto.

Art. 9º - Serão considerados eleitos para as funções de Presidente e Secretário os candidatos que obtiverem a maioria simples dos votos dos eleitores.

§ 1º - Em caso de empate, haverá nova eleição.

§ 2º - Persistindo o empate, será considerado eleito o candidato registrado há mais tempo no Sistema CONFEF/CREFs, contado da data do deferimento do registro.

Art. 10 - As Câmaras deverão informar à Diretoria do CONFEF, no prazo de até 10 (dez) dias posteriores à eleição, o nome do Presidente e Secretário eleitos.

Subseção III

Dos Impedimentos, Licenças e Renúncias

Art. 11 - Nos casos de licença, impedimentos eventuais ou renúncia de Membros das Câmaras, os mesmos serão substituídos por integrante indicado pelo Presidente da respectiva Câmara, após aprovação do Plenário do CONFEF.

Art. 12 - Cessará a investidura dos Membros das Câmaras com a extinção do mandato, a renúncia, a ausência a três reuniões consecutivas no período de um ano, injustificadamente, ou por inobservância ao disposto na normatização do Sistema CONFEF/CREFs.

Parágrafo único - O disposto no caput deste artigo no tocante à ausência não se aplica a Câmara de Presidentes.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DAS CÂMARAS

Art. 13 - Aos Presidentes das Câmaras competem:

I - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos da Câmara, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;

II - definir as pautas, convocar e dirigir as reuniões;

III - exercer o voto de qualidade quando ocorrer empate nas votações;

IV - distribuir aos integrantes da Câmara matérias para exame e parecer, bem como decidir sobre a prorrogação de prazos, quando possível;

V - assinar com o Secretário as atas das reuniões;

VI - expedir documentos decorrentes das deliberações da Câmara ou necessários ao seu funcionamento;

VII - convidar para as reuniões, sem direito a voto, pessoas externas com o objetivo de discutir matérias de interesse da Câmara, após aprovação da Diretoria do CONFEF;

VIII - propor à Diretoria do CONFEF constituir subcâmaras temporárias para realizar estudos em áreas atinentes à competência da Câmara;

IX - representar a Câmara nos atos que se fizerem necessários, assim como em seminários, debates e reuniões na área de sua competência, após aprovação da Diretoria;

X - zelar pelo cumprimento das normas do Sistema CONFEF/CREFs;

XI - resolver questões de ordem;

XII - elaborar, ao final do mandato, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas em sua gestão, submetendo-o à aprovação da Câmara, encaminhando, posteriormente, à Diretoria do CONFEF;

XIII - manter a harmonia entre os integrantes da Câmara.

Art. 14 - Incumbe ao Secretário das Câmaras:

I - secretariar as reuniões da Câmara, procedendo a verificação de quorum, assessorando o Presidente na condução dos trabalhos e elaborando as respectivas atas;

II - apurar os votos proferidos nas votações dos assuntos pautados em reunião;

III - elaborar as atas das reuniões, assinando-as, posteriormente, com o Presidente;

IV - auxiliar o Presidente em suas competências;

V - enviar a pauta de cada reunião aos Membros.

Art. 15 - Cabe aos integrantes das Câmaras:

I - comparecer, participar e votar nas reuniões da Câmara;

II - examinar, relatar e votar expedientes e matérias que lhes forem distribuídas pelo Presidente, até a reunião seguinte, admitida igual prorrogação a critério do Presidente;

III - formular indicações de interesse da Câmara.

SEÇÃO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 16 - As reuniões das Câmaras serão convocadas por seu Presidente, mediante aprovação da Presidência do CONFEF, após análise da proposta da pauta.

Parágrafo único - As Câmaras reunir-se-ão de forma presencial, podendo ainda ser virtual ou híbrida, bem como por outro meio compatível que viabilize a realização do ato.

Art. 17 - A convocação para as reuniões ordinárias será feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência e as extraordinárias serão convocadas com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, já acompanhadas da respectiva pauta.

§ 1º - As convocações do Presidente e respectiva pauta serão distribuídas por mensagem eletrônica, cabendo aos integrantes certificarem o seu recebimento.

§ 2º - Excepcionalmente, em casos de urgência, o prazo previsto no caput deste artigo poderá ser reduzido, a critério do Presidente, mediante justificativa.

Art. 18 - As Câmaras reunir-se-ão com qualquer número, mas só deliberarão os pontos de pauta por maioria simples dos seus Membros.

Art. 19 - As Câmaras manifestam-se por um dos seguintes instrumentos:

I - Indicação: ato propositivo, subscrito por um ou mais integrantes da Câmara, contendo sugestão justificada de realização de estudo sobre qualquer matéria de seus interesses;

II - Parecer: ato pelo qual os Órgãos pronunciam-se sobre matéria de suas competências;

III - Oficinas Temáticas: apresentação e discussão de tema específico da área.

Art. 20 - A ausência às reuniões ou sessões deverão ser justificadas, previamente, aos Presidentes das Câmaras, por escrito ou por meio digital.

Art. 21 - Poderão participar das reuniões das Câmaras, na qualidade de convidados e mediante aprovação da Diretoria do CONFEF:

I - Integrantes de outras Câmaras do CONFEF, com o objetivo de discutir assuntos de interesse da Câmara;

II - Conselheiros Federais, Conselheiros Regionais, Assessores e Funcionários do CONFEF e dos CREFs;

III - Pessoas referenciais no assunto afim da Câmara.

Subseção I

Da Ordem do Dia

Art. 22 - Na hora regulamentar das reuniões das Câmaras, o Presidente declarará aberta a sessão.

Parágrafo único - Havendo matéria a ser deliberada e não havendo o quorum referido no art. 18 desta Resolução aguardar-se-á 15 (quinze) minutos e, persistindo a falta de quorum, a reunião transcorrerá, sendo a deliberação adiada.

Art. 23 - Em cada reunião, a ordem do dia será desenvolvida na sequência indicada:

I - verificação do quorum;

II - abertura da reunião;

III - apreciação e aprovação da ata da reunião anterior;

IV -expediente:

V - informes e assuntos de interesse geral;

VII - apreciação, discussão e votação dos assuntos pautados.

Parágrafo único - A ordem dos trabalhos pode ser alterada pelo Presidente da Câmara ou por requerimento justificado de qualquer Membro, acatado pela maioria dos integrantes.

Art. 24 - A apreciação de matéria constante da ordem do dia obedecerá às seguintes regras:

I - o Presidente relatará à Câmara a matéria a ser apreciada e, em seguida, abrirá a discussão, conduzindo e moderando o debate;

II - os Membros inscrever-se-ão para que lhes seja concedida a palavra;

III - o Presidente concederá a palavra aos Membros por ordem de inscrição, que farão uso da palavra pelo tempo de 05 (cinco) minutos;

IV - o Relator da matéria tem direito de fazer uso da palavra quando houver interpelação ou contestação antes de encerrada a discussão; e

V - aquele que estiver com a palavra pode conceder aparte, que é descontado do seu tempo.

Art. 25 - As emendas ou os substitutivos aos temas discutidos devem ser apresentados, por escrito, durante a discussão de cada um deles.

Art. 26 - Encerrada a discussão, o Presidente encaminhará a matéria para votação.

§ 1º - Para fins de votação deste artigo, são três os tipos de votos a serem proferidos:

I - favorável - aquele favorável a aprovação da matéria em votação;

II - contrário - aquele contrário a aprovação da matéria em votação;

III - abstenção - aquele onde o Conselheiro se abstem de intervir.

§ 2º - No caso de empate, caberá ao Presidente da Câmara o voto de qualidade.

§ 3º - Qualquer Membro poderá declarar-se suspeito ou impedido, cabendo a decisão a Câmara, sendo isto consignado em ata.

§ 4º - Apurados os votos proferidos, o Presidente proclamará o resultado, entre os votos favoráveis e contrários que constará da ata da reunião.

§ 5º - Nenhum Membro poderá alterar o voto depois de proclamada a conclusão da votação pelo Presidente.

Art. 27 - As atas resumirão com clareza o que na sessão tiver ocorrido, devendo conter, obrigatoriamente:

I - dia, mês, ano e hora da abertura e a do encerramento da sessão;

II - o nome do Membro que presidir a sessão e do Secretário da mesma;

III - os nomes dos Membros presentes;

IV - os nomes dos Membros que não comparecerem;

V - as matérias discutidas e julgadas na sessão, incluindo o resultado das votações, e o mais que ocorrer.

Art. 28 - As retificações de atas poderão ser determinadas pelo Presidente ou solicitadas por qualquer Membro, em caso de erro de registro de dados e de outros erros materiais, e serão feitas desde que não impliquem alteração do teor das deliberações, devendo ser processadas na reunião seguinte, quando as atas serão submetidas à aprovação.

Parágrafo único - Uma vez as atas aprovadas, não poderão sofrer alteração.

Art. 29 - As atas das reuniões serão lavradas em folhas separadas e, após aprovação da Câmara, rubricadas e assinadas pelo Secretário e pelo Presidente, sendo, posteriormente, entregues à Secretaria das Câmaras para arquivamento.

SEÇÃO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - Os casos omissos na aplicação da presente Resolução serão resolvidos pelas respectivas Câmaras, mediante aprovação da Diretoria do CONFEF.

Art. 31 - A presente Resolução servirá de parâmetro normativo para os CREFs.

Art. 32 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO AUGUSTO BOSCHI

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000112.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (PEP nº 000034/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por maioria, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, e, por maioria, foi descaracterizada a infração aos artigos 23 e 24 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Julio Cesar Vieira Braga. Brasília, 23 de setembro de 2022. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Presidente da Sessão; JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Relator do Voto Divergente/Vencedor.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000615.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000026/2018) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Luiz Antonio Marques de Mendonca. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de setembro de 2022. (data do julgamento) ROSYLANE NASCIMENTO DAS MERCES ROCHA, Presidente da Sessão; DOMINGOS SÁVIO MATOS DANTAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000616.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (PEP nº 000041/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 4º, 18 (c/c Resolução CFM nº 1.974/2011 e Resolução CFM nº 2.221/2018), 32, 34 e 102 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 4º, 18, 32, 34 e 102 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 22 de setembro de 2022. (data do julgamento) NATASHA SLHESSARENKO FRAIFE BARRETO, Presidente da Sessão; CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000401.13/2021-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000059/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer os recursos interpostos, negar provimento ao recurso dos apelantes/denunciantes e dar provimento parcial ao recurso do apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a culpabilidade do apelante/denunciado e reformada a decisão da 7ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do CFM, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de outubro de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000051.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013104/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do CFM, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de outubro de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; ANASTACIO KOTZIAS NETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000076.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013138/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade foi confirmada a sua culpabilidade e mantida decisão da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO" , prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 65 e 66 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 65 e 66 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 21 de outubro de 2022. (data do julgamento) JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Presidente da Sessão; FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000618.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000012/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 2ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 19 de outubro de 2022. (data do julgamento) ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Presidente da Sessão; JEANCARLO FERNANDES CAVALCANTE, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000619.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (PEP nº 000011/2019) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Manoel Muniz do Bonfim. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer, dar provimento parcial ao recurso interposto pelos apelantes/denunciantes e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a culpabilidade do apelante/denunciado e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para lhe aplicar a "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência) e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 6 de outubro de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000621.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000132/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por

unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 14 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 14 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 6 de outubro de 2022. (data do julgamento) IRENE ABRAMOVICH, Presidente da Sessão; MARCOS LIMA DE FREITAS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000630.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (PEP nº 000062/2020) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 11 e 68 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 11 e 68 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 7 de outubro de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000631.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000052/2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciante. Por unanimidade, não foram caracterizadas as culpabilidades dos apelados/denunciados, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que os ABSOLVEU, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 6 de outubro de 2022. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; CLEITON CASSIO BACH, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000633.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012837/2016) APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Herbert Gauss Junior. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 22 e 34 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 22 e 34 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração ao artigo 17 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de outubro de 2022. (data do julgamento) ANASTACIO KOTZIAS NETO, Presidente da Sessão; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000634.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013444/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer, dar provimento ao recurso interposto pela 1ª apelante/denunciada e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo 2º apelante/denunciado. Com relação à 1ª apelante/denunciada, por unanimidade, não foi confirmada sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 80 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c", para lhe aplicar a "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57; por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência), 2º e 6º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 2º e 6º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração aos artigos 18, 32, 37 e 51 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 6 de outubro de 2022. (data do julgamento) CLEITON CASSIO BACH, Presidente da Sessão; TOMÉ CESAR RABELO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000635.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013720/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade, não foram caracterizadas as culpabilidades dos apelados/denunciados, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que os ABSOLVEU, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 6 de outubro de 2022. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000637.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 015407/2020) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b", para lhe aplicar a "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM nº 1.974/2011) e 115 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 7 de outubro de 2022. (data do julgamento) TOMÉ CESAR RABELO, Presidente da Sessão; CLEITON CASSIO BACH, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000638.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000108/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 05 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes/denunciados. Com relação à 1ª apelante/denunciada, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, não foi confirmada a sua culpabilidade, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Censura Confidencial em Aviso Reservado", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 18 e 19 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 7 de outubro de 2022. (data do julgamento) MAX WAGNER DE LIMA, Presidente da Sessão; EDSON YUZUR YASOJIMA, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000641.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (PEP nº 000012/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade, não foi caracterizada a culpabilidade da apelada/denunciada, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que a ABSOLVEU, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 20 de outubro de 2022. (data do julgamento) ESTEVAM RIVELLO ALVES, Presidente da Sessão; HELENA MARIA CARNEIRO LEÃO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000647.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (PEP nº 002905/2017) 2º APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Ivo de Oliveira Lopes. 3º APELANTE/DENUNCIADO: Dr. Marcio Jose Lazarini Cota. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes/denunciados. Com relação ao 1º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 5º do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 5º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 2º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na alínea "d" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 2º, 18 (c/c Resolução CFM nº 2.147/2016) e 50 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 2º, 18 e 50 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18). Com relação ao 3º apelante/denunciado, por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º (negligência), 2º, 10, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 2º, 10, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), tudo nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 20 de outubro de 2022. (data do julgamento) MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Presidente da Sessão; ADEMAR CARLOS AUGUSTO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000614.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000175 /2019) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 9º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 4 de novembro de 2022. (data do julgamento) MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Presidente da Sessão; RÉGIA MARIA DO SOCORRO VIDAL DO PATROCINIO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000644.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (PEP nº 000071 /2021) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 114 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 3 de novembro de 2022. (data do julgamento) MARIA INÊS DE MIRANDA LIMA, Presidente da Sessão; RÉGIA MARIA DO SOCORRO VIDAL DO PATROCINIO, Relatora.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2022.
JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 15ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a publicidade da proposta orçamentaria do exercício de 2023 do Conselho Regional de Educação Física CREF15/PI.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 15ª REGIÃO, com abrangência no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme inciso VII do art. 40, do Estatuto do CREF15/PI;

CONSIDERANDO o inciso IX do artigo 31 do Estatuto do CREF15.

CONSIDERANDO a Lei nº 12.514/2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932/1981, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais;

CONSIDERANDO o decidido pelo Plenário do CREF15/PI em Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 21/11/2022, resolve:

Art. 1º - Dar publicidade a proposta orçamentária do Conselho Regional de Educação Física CREF15/PI, devidamente aprovada, para o exercício financeiro de 2023, que estima a receita em R$ 1.835.862,37 (Um Milhão, oitocentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos) e fixa sua despesa em igual importância, conforme a Lei nº 4.320/1964.

Art. 2º - A receita será realizada mediante arrecadação da receita total:

6.2.1.1.01 - RECEITA CORRENTE - 1.835.862,37

6.2.1.1.01.01 - Contribuições - 1.635.862,37

6.2.1.1.01.04 - Exploração Serviços - 50.000,00

6.2.1.1.01.05 - Financeiras - 150.000,00

TOTAL RECEITA - 1.835.862,37

Art. 3º A despesa será realizada com observância ao seguinte desdobramento sintético:

6.2.2.1.01.01 - DESPESA CORRENTE - 1.650.957,95

6.2.2.1.02.02 - Despesa de Capital - 184.904,42

TOTAL DESPESA - 1.835.862,37

Art.4º Para a abertura de créditos adicionais, conforme Lei Federal 4.230/64, será exigido, obrigatoriamente, a indicação das fontes de recursos.

§1º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total deste orçamento.

§2º Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares superiores ao limite supracitado, no grupo 6.2.2.1.01.02. DESPESAS DE CAPITAL, utilizando o superávit Financeiro de exercícios anteriores.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir de 01 de janeiro de 2023.

DANYS MARQUES MAIA QUEIROZ

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

DECISÃO COREN/MA Nº 118, DE 14 DE JUNHO DE 2021

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão COREN-MA nº 012/2012, e CONSIDERANDO a autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política dos Conselhos Regionais de Enfermagem, prevista no inciso 1º, artigo 1º, do regimento interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421, de 14 de fevereiro de 2012; CONSIDERANDO o inciso VI, do artigo 15, da Lei n.º 5.905; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o regimento interno em razão das alterações na estrutura organizacional; CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo n.º 459/2021; CONSIDERANDO a deliberação da 585ª (quingentésima octogésima quinta) Reunião Ordinária de Plenário - ROP, realizada no dia 10 e 11 de junho de 2021, que aprovou as alterações no regimento interno do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão; decide:

Art. 1º Aprovar o novo regimento interno do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão, anexo dessa decisão.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação, após a homologação do Conselho federal de Enfermagem, revogando-se o regimento interno anterior.

Art. 3º Dê ciência e cumpra-se.

JOSÉ CARLOS COSTA ARAÚJO JÚNIOR
Presidente do Conselho

DEUSDEDE FERNANDES DA SILVA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PIAUÍ

DECISÃO COREN-PI Nº 117, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022

O Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, representado pelo seu Presidente, em conjunto com a conselheira Secretária desta autarquia, no uso de suas competências legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, pelas Resoluções do COFEN aplicáveis ao caso, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, CONSIDERANDO o artigo 78 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966; CONSIDERANDO a Resolução Cofen n.º 564 de 06 de abril de 2017; CONSIDERANDO o Processo Administrativo de Sindicância do Coren-PI nº 364/2021 referente à Fundação Hospitalar Joaquim Simeão Filho; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Regional de Enfermagem do Piauí, proferida na 572º Reunião Ordinária realizada em 28/10/2022, resolvem:

Art. 1° - INTERDITAR eticamente as atividades de enfermagem na Fundação Hospitalar Joaquim Simeão Filho até que sejam atendidos os preceitos legais inerentes à Enfermagem e a legislação de saúde, por colocar em risco a segurança e a saúde dos profissionais de enfermagem e da população assistida. Parágrafo único- Fica assegurada a continuidade da assistência de enfermagem aos pacientes internados ou sob cuidados da enfermagem na data da Interdição.

Art. 2º Para fins de reabilitação das atividades de Enfermagem no nosocômio, deverão ser cumpridas integralmente as condições estabelecidas.

Art. 3º - Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO FRANCISCO LUZ NETO
Conselheiro Presidente

ELISÂNGELA LEMOS VARONIL NUNES
Conselheira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESOLUÇÃO CREMESP Nº 357, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui e Regulamenta o Calendário Administrativo para o ano de 2023

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº. 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº. 44.045, de 19 de julho de 1958 e, CONSIDERANDO a necessidade de se definir um calendário de funcionamento para o público interno e externo do Conselho; CONSIDERANDO a legislação específica dos municípios onde o CREMESP está instalado; CONSIDERANDO o decidido em reunião de Diretoria do dia 10/11/2022, resolve:

Art. 1º: Instituir o Calendário Administrativo válido para todas as unidades administrativas do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo no ano de 2023.

Art. 2º: Além dos feriados federais, estaduais e municipais definidos em lei, não haverá expediente no Conselho nos dias, 18 e 20/02 (sábado e segunda de carnaval); 22/02 até o meio dia (quarta feira de cinzas).

Art. 3º: Nos dias, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28 e 29/12, o CREMESP terá expediente reduzido, mediante sistema de plantão, sem interrupção dos trabalhos garantindo o atendimento ao público através de plantão alternado dos funcionários, com controle a cargo da respectiva chefia.

Art. 4º: Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, "ad referendum" do Plenário.

Art. 5º: A presente Resolução entrará em vigência na data de sua publicação.

IRENE ABRAMOVICH
Presidente do Conselho

